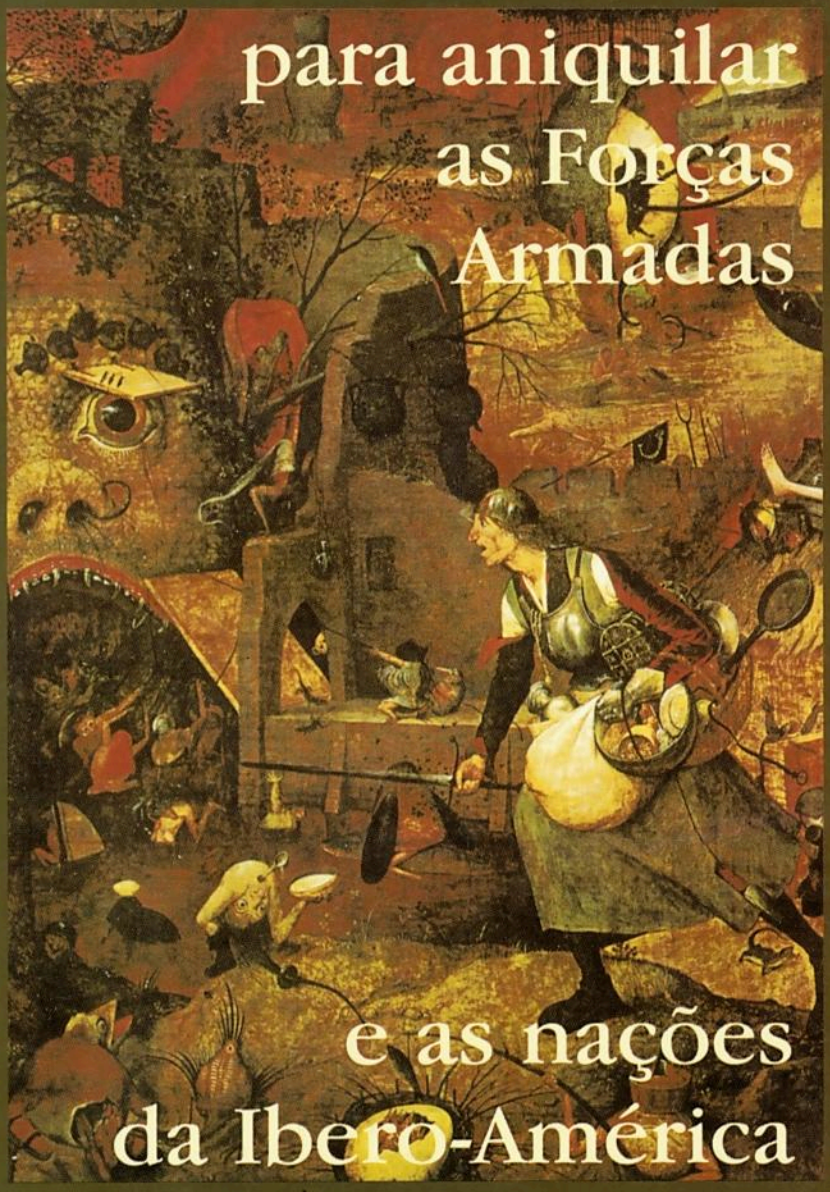
O COMPLÔ



para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América

EIR

O COMPLÔ

para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América

Rio, RJ - 16.4.97

Prezado Ribas.

Ofereço um exemplar do livro "O Complô" a um homem que pensa. Pensar é a função principal do homem. É por ela que o homem se torna religioso, honesto, culto, útil à sociedade etc. Leia-o e assim, o livro vai ao seu não. Leia-o e divulgue-o. A PÁTRIA merece o esforço para sua defesa.

Como abraço fraterno do

Prefácio à edição brasileira pelo

general Tasso Villar de Aquino

Apresentação do

coronel Mohamed Alí Seineldin

Prefácio de

Lyndon LaRouche

EIR

Este livro foi escrito pela seguinte equipe de investigadores da revista *EIR-Executive Intelligence Review*, sob a coordenação de **Gretchen Small e Dennis Small:**

Joseph Brewda
Lorenzo Carrasco Bazúa
Kathleen Klenetsky
Ana María Mendoza-Phau
Silvia Palacios de Carrasco
Cynthia Rush
Peter Rush
Valerie Rush
Luis Vasquez Medina

Primeira edição brasileira
Copyright © 1997, Executive Intelligence Review
Título original: *El complot para aniquilar a las Fuerzas Armadas y a las naciones de Iberoamérica*
Copyright © 1993, Executive Intelligence Review
ISBN: 0-943-235-10-3 (ed. original)
Edição brasileira:
Lorenzo Carrasco Bazúa, Nilder Costa e Geraldo Luís Lino

Capa:

Dulle Griet *ou* Margot, a enraivecida, *quadro de Peter Bruegel, o Velho, pintado por volta de 1562. Griet era um apelido pejorativo atribuído às mulheres rabugentas e intratáveis, capazes, segundo um ditado flamengo da época, de "cometer atos de pilhagem sob o olhar do Inferno sem ser importunadas". Bruegel a representa possuída de uma avidez insaciável, dirigindo-se à goela do Inferno para continuar a pilhagem - "indo ao Inferno de espada em punho", no dizer de outro ditado da época -, embora o seu alforje já esteja cheio com o produto da rapina praticada por ela e seus estranhos companheiros, inspirados no universo de Hieronymus Bosch. Dificilmente, a "Nova Ordem Mundial" poderia encontrar melhor representação pictórica.*

Executive Intelligence Review
P.O. Box 17390, Washington, D.C. 20041-0390, U.S.A.
R. México, 31 - s. 202 - 20031-144 - Rio de Janeiro - Brasil
Tel./Fax (021) 262-1712

Índice

Prefácio à edição brasileira 5
Apresentação 7
Prefácio 9
A atualidade do complô 15

I. A campanha antimilitar e a "Nova Ordem Mundial"

A história do projeto antimilitar 27
Apêndice especial: as frentes atuais da guerra 70
O "Manual Bush"para eliminar as Forças Armadas 79
A soberania limitada: objetivo do Diálogo Interamericano 90
A democracia corrupta: arma da Comissão Trilateral 105
O despovoamento: política oficial dos Estados Unidos 112
O "apartheid tecnológico": novo colonialismo econômico 122
O governo supranacional: a reorganização da ONU para seu novo papel 126

II. Casos exemplares

Argentina: completarão a "desmalvinização" das Forças Armadas? 137
Brasil: a batalha contra a "Nova Ordem Mundial" 153
El Salvador e Colômbia: a negociação com o narcoterrorismo leva ao desastre 167
Guatemala e Brasil: indigenismo, arma para impor a soberania limitada 200

Apêndice: Como a oligarquia inglesa criou a reserva ianomâmi 221
Peru: o Sendero Luminoso em guerra com a Ibero-América 229

III. O pano de fundo econômico

Os orçamentos militares, novo alvo dos EUA 251
Alto à "africanização" da Ibero-América! 267
Como sobreviver sem o FMI 296

IV. Democracia?

Lyndon LaRouche: o papel positivo das Forças Armadas 303
Lyndon LaRouche: o que é a democracia? 319
Helga Zepp-LaRouche: o bem comum versus a democracia 323

V. Falam os patriotas

Coronel Seineldín: devo obediência aos valores permanentes da Nação. 329
Seineldín: a "Nova ordem" quer acabar com as instituições 352
Seineldín: síntese do projeto mundialista da "Nova Ordem" 357
Escola Superior de Guerra: 1990-2000: Década vital 370
Vice-almirante Tasso: As Forças Armadas do Brasil e a conjuntura nacional 377
General Noriega: não há invasão que mate uma idéia 382

Prefácio à edição brasileira

Atendo, com especial agrado, à solicitação do amigo Lorenzo Carrasco, combatente do bom combate e defensor das boas causas, com energia, convicção e consciência, para prefaciar a edição brasileira do livro *O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América*.

Faço-o com alegria, jubilosamente, porque é um excelente livro, que ilumina, com os esclarecimentos que contém, partes sombrias, escuras ou nebulosas do trabalho mesquinho, abominável, execrável, diabólico, contra as nações militar e economicamente fracas, como é o caso do Brasil, infelizmente, e das nações irmãs ibero-americanas, contra as suas Forças Armadas, notadamente.

Expõe, com meridiana clareza, com elevação, com grandeza e com sadio espírito de solidariedade ibero-americana, a ação desprezível por todos os títulos, nefasta, de entidades espúrias, como o Diálogo Interamericano e o Foro de São Paulo, criações de mentes doentias, deturpadas, lombrosianas, para o promover a chamada "Nova Ordem Mundial".

Sintetiza o livro, admiravelmente, a ação notável, humana, solidária, corajosa, de homens de excepcionais atributos intelectuais, culturais e morais, como Mohamed Alí Seineldín, o apóstolo e mártir do bem, da ação pura e nobre, cujo corpo, sadio e forte, está encarcerado, mas cuja mente e os ideais nobres, estão livres como o pensamento, difundindo e praticando o bem. Mente poderosa e ideais nobres, que não se deixam encarcerar! Voam livremente, buscando as alturas, buscando o Céu, como as águias e os condores, com força indomável! E Lyndon LaRouche, o eco-

nomista do mundo livre, sem receio e sem jaça, inteiramente voltado às boas causas de interesse mundial, à defesa das Forças Armadas das nações ibero-americanas, à sadia economia mundial, geradora de desenvolvimento, de prosperidade, de riqueza para todos, não somente para alguns.

Os brasileiros estamos amargando um governo ímpio, afastado de Deus, de esquerda radical, deletério e revanchista, de que o chefe é fundador do famigerado Diálogo Interamericano, que pretende reduzir o Brasil à condição de nação de terceira ou quarta categoria, sem soberania, sem vontade, sem ambição honesta, submissa, vassala das grandes potências, senhoras do mundo. Chefe vaidoso e egocêntrico, narcisista, amante de honrarias e homenagens, nulidade enfatuada. Está entregando o Brasil, as suas insuperáveis riquezas naturais renováveis e não-renováveis; o fruto do trabalho honesto e produtivo dos brasileiros, o valioso patrimônio material do país, construído com valor e sacrifício, durante cinco séculos, pelos nossos valorosos antepassados e pelas gerações atuais, ao capitalismo apátrida, explorador, selvagem e cruel. Em recompensa, é, por essa gente, proclamado "o maior estadista do ano" ou "o estadista de maior potencial do mundo". E ele acredita nestas jocosas piadas! Pudera, está fazendo servilmente tudo o que eles querem!

Em suma, é livro para ser lido e meditado por todas as pessoas das nações militar e economicamente fracas e, principalmente, pelos brasileiros.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1996

Tasso Vilar de Aquino
General-de-divisão reformado. Ex-presidente do Clube Militar (duas gestões). Membro do Instituto de Geografia e de História Militar do Brasil e do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES).

Apresentação

Os primeiros homens que chegaram a este imenso continente ibero-americano trazendo a maravilhosa mensagem de Deus, de conversão e salvação, foram soldados europeus denominados *adelantados*. Sua mensagem não apenas expressava a salvação espiritual do homem para depois de sua passagem pela Terra, como também propunha uma ordem de vida humana que coadjuvaria na chegada ao objetivo de salvação.

Sua espada reta e firme, em forma de cruz, assegurava serem eles herdeiros da ordem social-cultural dos gregos, da ordem político-militar dos romanos, da ordem religiosa dos Cruzados e que, por meio do empreendimento transatlântico da Espanha, cumpriam maravilhosamente o plano de Deus de difundir a fé até o mais humilde dos homens do planeta.

Desse modo e com essa tremenda força espiritual e heróica, nasceu a nossa querida Ibero-América e nasceu também a raça que a povoaria: o *criollo*, combinação harmoniosa do aguerrido europeu e do nobre indígena.

No transcurso dos últimos 200 anos fomos nós, os ibero-americanos, objeto de ameaças permanentes à ordem religiosa, cultural e política. Os imperialismos, modificando suas ordens e métodos, trouxeram a esta terra – abençoada desde o nascimento pela Cruz de Cristo – as maneiras mais cruéis, humilhantes e arbitrárias de submissão.

Os libertadores, fiéis à sua digna e valente descendência e como verdadeiros profetas, buscaram até com suas vidas despertar as consciências daqueles que tinham os talentos necessários para modificar a sorte de seus irmãos. Lamentavelmente, apesar

do triunfo militar em todo o continente, não conseguiram atingir o objetivo político – os Estados Unidos da Ibero-América – tristemente reduzidos no terreno das conjunturas políticas, falsidades e traições.

Hoje, a voz dos povos (e não a de seus dirigentes ilegítimos) clama por uma identidade insinuada a partir da História.

A história militar ibero-americana, em todos os casos, é a coluna vertebral da vida de cada um de nossos povos. É porisso que os atuais senhores do mundo, os mentores da "Nova Ordem Mundial", resolveram eliminar as Forças Armadas e de segurança da Ibero-América, que são a última barreira para a submissão total das nações da região.

Impedir tamanho desatino é algo que, sem dúvida, ficará em mãos de cidadãos valentes, soldados autênticos e descendentes da nobre estirpe ibero-americana.

Esta obra, que tenho o grande prazer de prefaciar, trará com certeza muitos e importantes elementos de julgamento que permitirão enfrentar as circunstâncias difíceis que temos de viver.

Encerro com as palavras pronunciadas por Sua Santidade, o Papa João Paulo II, em 12 de outubro de 1984, em Santo Domingo, e que constituem para mim *a missão:* "América Latina: com a tua fidelidade a Cristo, resiste a quem quiser asfixiar a tua vocação de esperança!"

Coronel Mohamed Ali Seineldín,
Campo de Prisioneiros de
Santa Maria Magdalena, Argentina.
25 de maio de 1993,
aniversário da Independência Nacional.

Prefácio

O meu objetivo aqui é ajudar a esclarecer a natureza essencial do problema básico que configura, nestes momentos, o destino das nações da Ibero-América, entre outras. Peço-lhes que imaginem duas geometrias diferentes. Como exemplo, tomem a geometria euclidiana comum, que se baseia nos fundamentos axiomáticos, primeiro, de que o ponto é a menor dimensão infinitesimal possível que se possa supor existir e, segundo, que uma linha reta se define como a distância mais curta possível entre dois pontos. Esta geometria tem a sua própria estrutura axiomática. Em segundo lugar existe, uma segunda geometria, que foi introduzida na ciência moderna, há cerca de 550 anos, por Nicolau de Cusa, sendo mais tarde desenvolvida por indivíduos como Leibniz, a qual não pressupõe a existência axiomática de linhas retas e pontos, mas parte do que se conhece como o princípio da mínima ação, ou o que se chama, algumas vezes, o princípio isoperimétrico da geometria, o princípio isoperimétrico do círculo.

Nessa geometria, a única forma de existência axiomática é a ação circular – não os círculos, mas a ação circular – atuando sobre a ação circular.

Em ambos os casos, todos os teoremas são definidos como teoremas congruentes com os axiomas básicos e, deste modo, estão implícitos nos axiomas.

Como é óbvio, os diferentes axiomas levam a teoremas fundamentalmente diversos e os axiomas de um sistema geométrico não podem ser congruentes com os axiomas de outra geometria, porque se baseiam em pressupostos axiomáticos básicos diferentes.

Apliquemos o mesmo princípio, como pudermos, ao pensamento político e estratégico.

No decurso da História, existem apenas dois sistemas sociais axiomáticos importantes, ao menos na chamada sociedade civiliza-

da. Um, que é a forma pagã, supõe que o homem é um animal e apenas mediante algum arranjo milagroso especial certas pessoas são elevadas acima dos animais e tornadas animais superiores, como semideuses ou coisa assim.

Outro sistema, o contrário, é o que ficou definido no ensinamento de Moisés, como no primeiro capítulo do Gênesis: que o homem é constituído à imagem de Deus, não como imagem física ou sensível, mas por virtude de uma potencialidade criadora que corresponde a Deus como Criador do Universo. Esta faculdade criadora, neste sentido taxativo, não apenas se define, é claro, pela capacidade do homem em fazer descobertas científicas e progressos semelhantes na tradição clássica humanista das belas artes, mas também se coaduna com a idéia de amor, definida, por exemplo, no Evangelho de São João e no famoso capítulo 13 da primeira epístola de São Paulo aos coríntios.

Desse modo, são dois os sistemas de organização da sociedade. De modo particular, a história européia, abarcando uns 2.600 anos, desde que Sólon de Atenas participou na expulsão dos usurários e da instauração em Atenas de uma república baseada no Direito - que delimita o verdadeiro início da civilização européia -, representa um conflito constante entre estas duas tendências. Uma delas afirma que o homem é um animal completamente depravado, que se eleva acima desta condição apenas por meio de um tipo especial de magia para se converter em um semideus. Frente a ela, temos a parte cristã da civilização européia, que se estendeu pelo planeta e considera sagrada a vida humana, em virtude de ser o homem a imagem de Deus, que baseia a sociedade no princípio da ciência, das belas artes clássicas e o amor agápico e exige que o indivíduo seja nutrido, educado e conduzido a formas de prática congruentes com a natureza do homem como *imago viva Dei* – a imagem de Deus.

Assim sendo, o sistema oposto, o dos pagãos (ou satânicos, o que vem a dar no mesmo) acredita que a sociedade se compõe, a um lado, por uma classe governante, uma oligarquia dos ricos ou poderosos ou os 'eleitos', segundo foi definido pelos bogomilos, cátaros, a excrescência maniquéia, a seita satânica do sul da França, de modo particular. Ou como foram definidos por alguns calvinistas, entre outros: que o homem é inerentemente depravado, corrupto e satânico por completo mas que, por um processo milagroso de graça seletiva, alguns estão predestinados a constituir uma classe superior de semideuses. Isto é típico do calvinista radical, que Adam Smith encarna, crendo que pode cometer toda espécie de crimes mas que o fato de ser rico dá testemunho de que, de

algum modo, agradou ao Criador e, porisso, como recompensa, foi tornado rico e seu poder e êxito são indícios de que seus crimes contra a humanidade serão tolerados.

Esse é o conflito essencial entre a tendência oligárquica e a tendência humanista cristã, a única clássica desde os tempos do filósofo judeu Fílon de Alexandria, na definição de *imago Dei.*

A diferença essencial – a única diferença essencial – entre uma sociedade platônica e uma cristã é que o cristianismo introduziu o princípio do *agape* e do *imago Dei* no pensamento europeu da tradição platônica e isto define a nossa sociedade.

Dois níveis de questões

O motivo pelo qual apresento esta curtíssima dissertação em esboço é o de simplificar o processo de entendimento do que ocorre no mundo de nossos dias.

Existem dois níveis de questões que temos de enfrentar para encontrar a conexão entre ambos. A um lado, estamos enfrentando em última instância, de fato, dois conjuntos diferentes de axiomas. Um é o conjunto de axiomas adotados pelos que dirigem a política atual do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do imperialismo britânico, os que impelem a extensão maçônica estadunidense do imperialismo britânico, o Rito Escocês da Maçonaria, pelo menos nos níveis superiores, e católicos corruptos dos Estados Unidos, que são parte do mesmo esquema. Mas o que enfrentamos é a oligarquia: uma elite governante formada não apenas por seres humanos, mas por famílias poderosas que existem na forma especial de corporações ou companhias, o que significa que a estrutura corporativa sobrevive à morte dos membros da família e, assim sendo, as corporações ou companhias são quase imortais. Estas estruturas corporativas sugam o sangue da sociedade mediante várias formas de prática da usura, como as grandes fundações filantrópicas que sugam o sangue da economia para obter os fundos com os quais praticam a sua benemerência para modelar o pensamento das universidades, modelar a cultura, controlar as instituições e a política interna e externa de países como a Inglaterra e os Estados Unidos.

Assim sendo, a questão axiomática de fundo é essa oligarquia.

Como qualquer conjunto de axiomas, este conjunto particular de axiomas inerentes à oligarquia gera *teoremas,* do mesmo

modo que os axiomas da geometria geram os teoremas da geometria. E os teoremas se desenvolvem em resposta a circunstâncias determinadas e guardam certa ordem entre si, mas são mais ou menos dedutivamente congruentes com os pressupostos axiomáticos fundamentais.

Temos, portanto, que essa é a forma encontrada para entender a complexidade da política de Londres, Washington e Nova York, orientadas de modo especial contra as nações da América do Sul, o que inclui a destruição literal do Estado nacional soberano como instituição. Para este fim, a destruição das Forças Armadas se apresenta claramente como um passo necessário.

O que enfrentamos é uma oligarquia que pertence à tradição da Sociedade Thule, a sociedade secreta que deu origem a Adolf Hitler. Esta oligarquia classificou os povos de origem mediterrânea, os negros e os orientais como seres aptos para serem hilotas, como uma espécie animal em nível de sociedade inferior à dos "eleitos", as sociedades de brancos do Norte ou anglo-saxões, por assim dizer. Seu objetivo é axiomático: exterminá-las pelo aspecto tecnológico, particularmente; eliminar a prática da ciência e da razão entre estes povos, para reduzi-los a hilotas, como os escravos de Esparta ou os personagens das paródias de Jonathan Swift sobre os britânicos do início do século 18, qualificando como *yahoos* as classes baixas da Inglaterra, incapazes da fala, analfabetas, humanóides assemelhados a babuínos governados por cavalos ou, talvez, pelos traseiros dos cavalos, a aristocracia britânica.

O objetivo é reduzir a inteligência, eliminar o autogoverno dos povos de origem mediterrânea, os negros ou outros de pele escura e regular-lhes o número, assim como a oligarquia espartana assassinava os hilotas a fim de limitar-lhes o número à quantidade desejada. Uma vez que se entenda isso, este derivado imediato das suposições axiomáticas da oligarquia ou do paganismo, compreende-se completamente tanto o aspecto essencial das atrocidades perpetradas pelos anglo-americanos contra os países da América do Sul, por exemplo, como o motivo pelo qual os bolchevistas pertenciam ao mesmo campo filosófico e, em última análise, ao mesmo campo estratégico dos banqueiros anglo-americanos do Ocidente.

Não existe diferença *moral* alguma entre a oligarquia da Grã-Bretanha e a dos Estados Unidos – essencialmente, a oligarquia ligada ao Rito Escocês da Maçonaria – e o bolchevismo. *Nunca existiu.* Filosoficamente ambos significam essencialmente o mesmo; e é

apenas enganar os incautos sugerir que em algum momento a oligarquia anglo-saxã tenha sido boa porque, no caso, lutava contra a ameaça bolchevista. Isto é pura invenção. *Ambos representavam, essencialmente, a mesma postura filosófica.*

Ao nível dos teoremas, existiam, sim, diferenças que poderiam ter resultado em uma guerra termonuclear, embora houvesse um acordo entre os dois conjuntos de superpotências, desde os dias em que Churchill e Roosevelt se reuniram com Stálin em Yalta.

Hoje, é essa a situação. Devemos entender que os *teoremas* que configuram as questões particulares por nós enfrentadas não são mais que reflexos dos pressupostos axiomáticos básicos. De nossa parte defendemos a civilização cristã contra esses oligarcas pagãos e os seguidores de Adam Smith. Não são menos oligarcas nem menos pagãos os estadunidenses que se dizem católicos e promovem Adam Smith. São o mesmo que qualquer outro oligarca pagão. E buscam destruir o que indiquei que eles buscam destruir. Temos de reconhece-lo.

Também temos de formular a nossa política com relação a esse inimigo, o inimigo de toda a Humanidade, o inimigo do próprio Deus; temos de planejar nossa resposta a partir da compreensão dos *nossos* axiomas, enfatizando o ensino, a inculcação de nossos axiomas no entendimento da população e elaborando nossos teoremas como respostas apropriadas à ameaça que se nos apresenta, respostas apropriadas que sejam plenamente congruentes com os princípios axiomáticos que devem ser as premissas dos nossos esforços.

A geopolítica é pagã por natureza

É do ponto de vista axiomático que melhor podemos compreender as implicações das doutrinas geopolíticas de variadas aparências. A geopolítica se origina do conceito de que a Natureza em si, com seus efeitos sobre o homem, regula a conduta humana e, deste modo, define os seus interesses, como asseveram os diversos geopolíticos.

Essa idéia da História se acha obviamente relacionada a elementos como o culto à deusa Mãe-Terra e outros tipos semelhantes de paganismo, como o culto a Gaia, por exemplo, que é a mãe de Satanás no culto de Delfos. Ou seja, seu filho era Píton, a víbora ou serpente, a forma grega ou pelagiana de Satanás ou Osíris, etc - a serpente. Ela é o protótipo da Rameira de Babilônia, é o que representava a Roma pagã e é o que representam os seus equivalentes de

nossos dias.

Esse tipo de crença religiosa representa um conceito oligárquico do homem. Quando falamos de um conceito oligárquico do homem, o fazemos do ponto de vista religioso-mitológico. O protótipo destas crenças é a idéia mitológica do Monte Olimpo, na qual os vários deuses são mais ou menos como uma espécie de consórcios ou fundações de beneficência ou consórcios financeiros quase imortais, que são como personalidades ou pseudo-personalidades, mantendo o seu poder através das gerações por meio de instrumentalidades humanas - não imortais, mas quase imortais. E as pessoas que servem estes afetados, estas entidades, estes deuses pagãos, são semideuses, como, talvez, Henry Kissinger.

É sob essa ótica que temos que compreender a geopolítica. Entender que ela representa esse tipo de fenômeno pagão dentro do âmbito da sociedade européia, na qual, evidentemente, incluímos as Américas; que ela se baseia na concepção pagã da natureza, oposta à noção de que o princípio da *imago Dei* dirige a História - o desenvolvimento de idéias, suas aplicações aos mecanismos criativos, a transmissão de idéias na prática de uma geração à seguinte por meio desta capacidade do indivíduo, tudo isto como causa determinante da História. Este deve ser esse o nosso ponto de vista, enquanto o geopolítico *per se* é um pagão, essencialmente um satânico, consciente ou inconsciente, que baseia suas idéias, como Jean-Jacques Rousseau, no culto à natureza e no culto ao homem, considerando-o em um estado natural totalmente depravado e assemelhado ao do babuíno.

É sob essa ótica que podemos compreender, como devemos fazer com a geopolítica, os demais fenômenos deste período. É claro que a geopolítica tem especial importância, já que é o dogma reinante, mais ou menos desde a década de 1880, entre a forma da força oligárquica responsável pelas duas guerras mundiais deste século e pelas diversas aventuras colonialistas e neocolonialistas do final do século 19 e do século 20, aí incluída a variante neocolonialista que os britânicos e os pagãos do mesmo naipe (como os príncipes Philip e Charles, da família real britânica, promotora do culto a Gaia, a mãe de Satanás) pretendem impor ao mundo.

Lyndon LaRouche
Rochester,Minnesota, EUA
19 de fevereiro de 1993

A atualidade do complô

Este livro, publicado pela revista *EIR-Executive Intelligence Review* em 1993, tem se convertido em um manual para a defesas das ameaçadas instituições soberanas da Ibero-América. Em vários países da região, ele é estudado como obra de consulta entre os oficiais militares. No México, a Secretaria de Defesa Nacional publicou uma edição de 5.000 exemplares, que foram distribuídos como leitura obrigatória para os oficiais. O impacto que tem causado não tem sido enfatizado por nós, mas pelos próprios porta-vozes do poder anglo-americano, que se sente afetado.

Por exemplo, em novembro de 1994, às vésperas da primeira reunião de cúpula presidencial das Américas, o jornal estadunidense *Miami Herald* publicou uma edição especial dedicada aos assuntos mais urgentes da região. Na seção referente à relação Forças Armadas-democracia a influência d'*O Complô* entre os militares iberoamericanos foi o principal destaque. "Muitos militares latino-americanos estão nervosos e um livro de grande vendagem explica porque. Da Guatemala ao Brasil, há oficiais lendo *The Plot* (O Complô), um livro que sugere que o Pentágono está envolvido em um plano para reduzir ou, mesmo, abolir as Forças Armadas latino-americanas. Em El Salvador, os livros não dão para o gasto", diz o artigo.

A matéria inclui uma apreciação sobre o livro feita por Gabriel Marcella, instrutor do Colégio de Guerra do Exército dos EUA e amigo do embaixador Luigi Einaudi, um dos principais mentores da trama desmilitarizadora, que, nervosamente, adverte: "Devido à hostilidade que existe, não é difícil entender porque o livro *O Complô* está sendo vendido como pão quente em toda a região e preocupa os analistas estadunidenses. Quando Lyndon LaRouche tem mais

credibilidade na América Latina que o Pentágono, isto é preocupante".

Mais recentemente, os autores de uma reportagem sobre "Segurança e democracia regional", publicada na edição da Primavera de 1996 da revista *Joint Forces Quarterly*, editada pela Universidade de Defesa Nacional dos EUA, reconhecem que o desígnio supranacional que paira sobre as nações ibero-americanas não pode ser totalmente executado, até agora, devido à resistência oposta pelas Forças Armadas dos diversos países da região.

Na mesma edição, ao lado das opiniões de várias personalidades do *Establishment*, foi publicada uma resenha do livro, a qual tenta, de forma canhestra, negar a existência de "um complô" como o descrito na obra. O autor, James Zackrison, analista do Gabinete de Inteligência Naval (ONI), afirma:

> É fácil deixar de lado o tema deste livro como outra estranha teoria conspiratória. Depois de tudo, a citação da contracapa nos diz que a introdução é (de autoria) do economista estadunidense e ex-preso político Lyndon LaRouche. Suspeito que esta publicação não tem vendido muito nos Estados Unidos: uma busca em uma rede de bibliotecas mostrou que somente há três delas que possuem o livro no país. Não obstante, milhares de exemplares têm sido vendidos na América Latina e os militares mexicanos imprimiram uma edição especial de 500 exemplares (sic). Diz-se que (o livro) está na lista de leituras obrigatórias de várias academias militares e colégios de guerra da região. Os estudiosos dos assuntos latino-americanos que não o derem importância, o farão em seu próprio risco. Porém, se é apenas uma conspiração de LaRouche, por que atrai tanto a atenção dos leitores latino-americanos?
>
> Os autores deste livro compilaram toda a informação correta e, depois, a aplicaram em um argumento único. Entretanto, sua lógica envolve a conjectura de uma relação causal entre a intenção dos acontecimentos e as pessoas envolvidas. Porém, o livro está recrutando um séquito crescente entre os militares da América Latina. Portanto, deve ser estudado para se entender uma das influências que atuam sobre os membros das Forças Armadas do nosso Hemisfério.
>
> Ademais, o próprio Pentágono tem sido obrigado a sair em

campo para negar a existência de planos para a redução dos exércitos do continente. Em agosto de 1996, o general Lawson Magruder, comandante do Comando Sul do Exército dos EUA, sediado no Panamá, fez uma visita à Bolívia, durante a qual negou veementemente a existência de um chamado "Plano Bush" contra as Forças Armadas ibero-americanas e acusou o fundador da *EIR*, Lyndon LaRouche, de fomentar a discussão sobre semelhante trama. Tal plano, disse ele, "nunca existiu como política oficial" dos EUA.

A visita do general Magruder ocorreu duas semanas depois que o correspondente da *EIR* no Brasil, Lorenzo Carrasco, visitou o país e proferiu uma série de conferências em instituições militares e civis sobre o tema do livro que tem provocado tal debate em toda a Ibero-América.

As novas ameaças de Einaudi

Todas as evidências indicam que a resenha d'*O Complô* publicada na *Joint Forces Quarterly* foi encomendada pelo personagem que, a partir do Departamento de Estado dos EUA, dirige o esforço para o desmantelamento das F.As. ibero-americanas, abrindo o caminho para a submissão das nações que elas estão encarregadas de defender às decisões tomadas pelas entidades supranacionais que representam o poder do *Establishment* anglo-americano. Referimo-nos ao embaixador Luigi Einaudi, que foi assessor político do secretário de Estado Warren Christopher até 1996 e, durante muitos anos, tem sido a eminência parda do Departamento de Estado para a política interamericana dos EUA. Conhecido como o "Kissinger do Kissinger" para a América Latina, Einaudi tem sido incansável na labuta para o cumprimento de uma das demandas centrais do *Establishment*, a criação de uma força militar supranacional nas Américas, a qual reiterou em um artigo publicado na mesma edição de *Joint Forces Quarterly* na qual foi publicada a resenha de James Zackrison.

No artigo, Einaudi sugere que a Junta Interamericana de Defesa seja subordinada à Organização dos Estados Americanos (OEA) e passe a atuar como o braço militar desta última, facultando-lhe a capacidade de intervir nas nações da região. À proposta, acrescenta uma ameaça transparente: se as nações da Ibero-América continu-

arem opondo obstáculos à reforma pretendida, os Estados Unidos ou a Organização das Nações Unidas (ONU) terão que intervir unilateralmente, como ocorreu no Panamá e no Haiti. Em suas próprias palavras: "Devido ao desuso do Tratado do Rio e se a Carta da OEA continuar carecendo de estipulações sobre o uso da força, as atividades armadas para manter a paz correspondem às Nações Unidas ou à ação unilateral dos Estados Unidos". Tudo isto em meio a comedidos argumentos de que não está propondo uma política imperialista, mas um mecanismo para fazer valer a "vontade coletiva da região".

Einaudi não oculta que a tarefa central de uma tal força de intervenção supranacional seria a imposição forçada nas Américas da "Nova Ordem Mundial" propalada pelas forças políticas anglo-americanas, às quais integra com destaque o ex-presidente George Bush e que pressupõe a supressão total da soberania das nações sobre os assuntos cruciais para os seus destinos.

Einaudi não é uma voz isolada na política do Departamento de Estado. Nas reuniões dos ministros de defesa do continente realizadas em Williamsburg, EUA, em 1995, e Bariloche, Argentina, em 1996, as posições expressadas pelo então secretário de Defesa estadunidense William Perry revelaram uma identidade com aqueles planos.

Na reunião de Bariloche, realizada entre 7 e 9 de outubro de 1996, apesar de não se haver chegado a qualquer conclusão substancial sobre estratégia ou política, a principal iniciativa apresentada por Perry foi a de que os EUA estabelecerão um Centro Interamericano para Estudos de Defesa com sede em Washington. Segundo porta-vozes do Pentágono, o centro é considerado "uma operação do Departamento de Defesa" e tem o propósito de garantir uma perspectiva comum de estratégia militar e "institucionalizar a direção civil das Forças Armadas". Perry especificou que os funcionários que trabalhem em assuntos militares, "a maioria civis selecionados em ministérios de defesa, chancelarias e assessores legislativos de assuntos militares", serão levados aos EUA para "receber cursos de treinamento direto". O principal objetivo é "criar um conjunto de líderes civis" que serão encarregados da direção da política militar da região. Ao mesmo tempo, equipes de instrutores visitarão vários países ibero-americanos para proferir cursos específicos. A Universidade de Defesa Nacional está a cargo da coordenação do plano e do currículo dos cursos.

A verdade é que, por trás de todas as ambigüidades dos do-

cumentos de Bariloche, o ambicioso projeto para a criação do novo centro oficializa como política do Pentágono para a Ibero-América o chamado "Plano Bush" para o desmantelamento das F.As. da região, que, até agora, vinha sendo executado por intermédio de organizações não-governamentais (ONGs) ou pelos chamados "círculos acadêmicos".

O Brasil e o "controle civil" das Forças Armadas

No Brasil, a ofensiva para submeter os militares ao chamado "poder civil" teve a sua primeira tentativa séria durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, que obedecia cegamente aos desígnios da "Nova Ordem Mundial", então encabeçada pelo presidente George Bush. Todavia, coube ao presidente Fernando Henrique Cardoso, membro fundador do Diálogo Interamericano, uma das instituições-chaves do complô antimilitar, mudar a orientação da política de segurança nacional brasileira, submetida a constantes ataques por parte dos desmilitarizadores.

Em novembro de 1996, após a reunião de Bariloche, o Governo brasileiro deu a conhecer a sua nova Política de Defesa Nacional, em um documento vago e genérico. Como comentou na ocasião o jornal *O Estado de São Paulo*, "pela primeira vez na história do Brasil, um governo - e, ademais, civil - fixou diretrizes claras e públicas para as Forças Armadas, deixando claro que está consolidada a subordinação dos militares ao poder civil".

O aspecto mais grave da nova política é que ela acaba com a doutrina de segurança nacional brasileira, baseada no binômio segurança e desenvolvimento. Ou seja, sob a perspectiva "globalista" do atual Governo, as F.As. são transformadas, de fato, em um mero corpo de vigilância submetido aos vaivéns políticos internos e externos, afastando-se de seu compromisso histórico fundamental de partícipe da construção da soberania econômica nacional e, até mesmo, de seu papel igualmente histórico como poder moderador. Desvinculadas do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico como eixo de uma política de defesa nacional, as F.As. ficam limitadas às ações estritamente militares e à participação nas missões militares "unimundistas" da ONU.

Retorno ao século 19

No que pese a resistência encontrada pelo "complô", os planos da oligarquia anglo-americana têm avançado quase cronometricamente e os inimigos do Estado nacional soberano têm ganhado terreno. Em toda a Ibero-América, as economias nacionais se desintegram sob o látego da chamada "globalização", eufemismo que mal disfarça a submissão das economias nacionais aos ditames um sistema financeiro mundial regido pela usura, ou seja, uma nova forma do mais cru colonialismo. Particularmente, a partir do governo de George Bush - que, em aliança com sua "parceira" britânica Margaret Thatcher, desatou a insânia "livrecambista" por todo o mundo -, a Ibero-América tem perdido as suas empresas estatais, inclusive aquelas consideradas de interesse estratégico para seus países, e está a ponto de perder totalmente o controle de seus ricos recursos naturais. No Brasil, o Governo Fernando Henrique Cardoso está decidido a entregar o complexo mineiro-industrial da Cia. Vale do Rio Doce e outras ricas reservas de minerais estratégicos às empresas de mineração da *Commonwealth*.

Em nome de uma suposta "modernidade", que nos asseguram ser a porta de entrada para o século 21, na realidade, o que estamos presenciando em toda a região é um retorno ao mais puro colonialismo do século 19, particularmente em sua faceta britânica.

Esse não é um abuso de retórica ou um paralelo abstrato: a guerra contra os Estados nacionais soberanos é dirigida com os métodos e por instituições que executam a geopolítica do Império Britânico. Com o desmantelamento das Forças Armadas e a supressão do princípio de autoridade central, dirigimo-nos a um novo processo de "balcanização" do Hemisfério Ocidental, semelhante ao ocorrido com as ex-colônias americanas da Espanha nas primeiras décadas do século 19, por maquinação da própria Inglaterra, com o propósito explícito de obstaculizar-lhes o desenvolvimento autônomo com a imposição de sua doutrina do livre comércio.

Hoje, em seu afã de controlar os recursos naturais com os quais espera sobreviver ao iminente colapso do sistema financeiro internacional, o Império Britânico volta a atuar por conta própria, deixando à margem os seus acordos com os Estados Unidos para atuar em consórcio nos assuntos do Hemisfério Ocidental.

A frente terrorista

Continuando com as semelhanças com o século passado, quando o Império Britânico, sob a liderança de lorde Palmerston, desatou as redes anarquistas e terroristas de Giuseppe Mazzini contra os inimigos do Império, hoje, um dos principais instrumentos da estratégia desmilitarizadora é o fomento de "insurgências" terroristas na Ibero-América. No momento em que estas linhas são escritas, há três destas frentes de guerra irregular abertas na região - no México, Colômbia e Peru - e, a qualquer momento, alguma outra nação pode sofrer o mesmo processo. Os círculos de apoio político do Império Britânico têm desatado o que o *Establishment* oligárquico considera um "terrorismo étnico", empregando a arma do indigenismo, promovido e sustentado do exterior pelo aparato "unimundista" da ONU, que conduz suas ações por meio de uma plêiade de ONGs.

No México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) foi erigido como uma força política para impor ao Governo todas as condições de negociação, inclusive as mais estapafúrdias, como o virtual direito a não ser derrotado militarmente. Na Colômbia, a narcoguerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN), constituídas no "terceiro cartel" das drogas e com um forte respaldo da ONU, conduzem um plano separatista na região de Urabá, o qual contempla a presença na região dos "capacetes azuis" da organização. A região é estratégica pela possibilidade de poder sediar um novo canal interoceânico paralelo ao Canal do Panamá. Como afirmou o general Harold Bedoya Pizarro, comandante do Exército colombiano: "Se continuarmos permitindo que nos digam, internacionalmente, como devemos salvaguardar nossas fronteiras, perderemos Urabá, tal como ocorreu com o Panamá. A qualquer país do mundo interessaria a região de Urabá e se os colombianos continuarmos fazendo-lhes o jogo, perderemos o canal Atrato...Urabá está na mira dos europeus..."

No Peru, a audaciosa invasão da residência do embaixador japonês em Lima, efetuada pelo Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA) em dezembro de 1996, coloca em evidência o fato de que as redes britânicas em toda a região estão ativadas sem respeitar instituições ou fronteiras.

Esse é um plano de guerra continental executado por uma aliança entre o chamado Diálogo Interamericano e o Foro de São

Paulo, a organização continental criada por iniciativa do Partido Comunista Cubano em 1990, para reviver a antiga Tricontinental comunista dos anos 60-70, a qual vincula todos os grupos terroristas e narcoterroristas do continente.

Nesse cenário se inserem os constantes e cada vez mais audaciosos ataques contra as Forças Armadas e seus líderes que se atrevem a opor alguma resistência a tal ofensiva e, embora o plano dos desmilitarizadores não tenha atingido o seu objetivo final, ninguém pode ter a ilusão de que, com o fim da "Guerra Fria", a tempestade tenha passado e se augura uma época de estabilidade e prosperidade mundial.

Seineldín e LaRouche

Nessa verdadeira guerra que se trava em nosso Hemisfério, cabe destacar duas figuras que têm representado grandes obstáculos à imposição da "Nova Ordem Mundial" globalista: Lyndon LaRouche e o coronel Mohamed Alí Seineldín, atualmente martirizado na prisão por imposição explícita dos próceres do Império Britânico.

As últimas advertências feitas por Seineldín em uma carta escrita ao presidente da Argentina, Carlos Menem, em 22 de agosto de 1996, revelam a razão política do seu encarceramento. Nela, Seineldín reitera o seu compromisso com os princípios que motivaram o pronunciamento militar de dezembro de 1990, causa de sua condenação à prisão perpétua - a defesa da soberania nacional e das instituições militares argentinas -, e pede a Menem que indulte os demais oficiais condenados pelo movimento, com a exceção dele próprio.

"O tempo transcorrido até o presente, desde que fui condenado à prisão perpétua, longe de deprimir-me, fortaleceu as profundas convicções que me levaram a tomar as atitudes militares que são do conhecimento público, tanto na ordem nacional como internacional. Os ideais que defendi e continuarei defendendo até a minha morte têm a ver com uma consideração ética da pessoa, da família e da sociedade. Ademais da plena vigência do `fato nacional', (eles) me impõem que eu siga combatendo os inimigos internacionais", enfatizou Seineldín.

O coronel Seineldín continua sendo a figura que representa uma das maiores gestas do continente contra o Império Britânico,

como foi a Guerra das Malvinas. A propósito da vergonhosa visita a Londres do general Martin Balza, comandante do Exército argentino, onde pediu perdão à Coroa britânica pela guerra, o jornal *El Clarin* fez o seguinte comentário em dois artigos publicados em 4 e 5 de novembro de 1996: "Para os britânicos, depois que encabeçou em 1990 a repressão ao levantamento carapintada' liderado pelo ex-coronel Mohamed Alí Seineldín, Balza se converteu em uma garantia do controle do poder político sobre os militares...Até 1990, os britânicos sempre colocavam como condição para o restabelecimento das relações a segurança de que o poder político havia subordinado os militares, como garantia da palavra dos governos democráticos argentinos de não voltar a usar a força para recuperar as Malvinas".

Finalmente, a importância peculiar de LaRouche para a guerra que se trava contra o complô é, por um lado, o seu diagnóstico de que o fator subjacente aos ataques contra os Estados nacionais e as Forças Armadas ibero-americanas é a necessidade da oligarquia internacional ameaçada pela crise financeira que se avizinha, de remover os obstáculos para a imposição de uma economia de rapina que assegure os recursos físicos para o que imaginam ser a sua sobrevivência.

Por outro lado, LaRouche tem-se erguido como o baluarte para a criação de um novo sistema financeiro internacional, que promova um renascimento econômico global baseado no fortalecimento do Estado nacional soberano e nos direitos cristãos inalienáveis da pessoa humana.

Silvia Palacios e
Lorenzo Carrasco

Correspondentes da
revista *EIR* no Brasil

I

A campanha antimilitar e a "Nova Ordem Mundial"

1 A história do projeto antimilitar

Chegou a hora de os patriotas ibero-americanos, civis e militares, se apresentarem para o combate. É agora que devem defender o direito soberano de suas nações a manter Forças Armadas nacionais, se desejam ainda ter países a defender em futuro não muito distante.

É demasiado pequeno o número dos que quiseram reconhecer a existência do projeto da "Nova Ordem Mundial" para eliminar a instituição das Forças Armadas na Ibero-América. Por outro lado, é demasiado o número dos que alegam que tudo que se discute é o "redimensionamento" das Forças Armadas, bem como de todas as instituições do Estado, devido a uma crise econômica que, em sua opinião, não tem solução. Mas o que está em jogo é muito mais do que isto. O plano de desmantelamento das Forças Armadas é uma questão relevante não apenas para os militares: o que se acha em jogo nesta luta é nada menos que a própria existência do Estado nacional. Se não se conseguir deter esta trama nefasta, desatar-se-á uma desintegração da economia e das instituições nacionais que terminará em um genocídio de proporções inimagináveis. Nações inteiras desaparecerão.

É, portanto, imprescindível que os civis também se juntem a essa luta. Em junho de 1991, a revista *Resumen Ejecutivo de EIR* publicou um número especial intitulado *A 'Nova Ordem' de Bush: eliminar a soberania e as Forças Armadas da Ibero-América,* no qual eram apresentados detalhes do projeto antimilitar. Advertíamos, então, que a política de destruição das Forças Armadas "não se orienta unicamente contra as instituições castrenses, mas também contra a Igreja Católica, os sindicatos, a indústria nacional e

qualquer força institucionalizada que possa oferecer resistência ao objetivo final de 'Nova Ordem Mundial' de George Bush: a subjugação colonial, o saque dos recursos e o genocídio da população do Sul, considerada excessiva".

Decorridos seis meses, em janeiro de 1992, a revista investiu novamente contra o projeto, desta feita, com um suplemento especial sobre o "chamado às armas" contra a "Nova Ordem" feito pelo coronel argentino Mohamed Ali Seineldín e seus companheiros de armas. "A batalha decisiva que o continente enfrenta *não* é a da 'democracia' contra a 'ditadura'; a alternativa é mais entre o genocídio e o desenvolvimento...o que se encontra em jogo na Ibero-América é a própria existência do Estado nacional", advertia a revista.

Em todos os países da região, ergueu-se a resistência contra tal projeto, mas é chegada a hora de se passar da resistência nacional a uma decidida e unificada ofensiva continental, já não mais para opor resistência, mas para derrotar o inimigo e todos os seus planos. A publicação deste livro tem como objetivo o de ajudar a elaborar esta estratégia.

Os planos do inimigo estão claramente definidos: "O que se vislumbra mais adiante é um exército mundial", anunciou alegremente, em 29 de março de 1993, Paul Volcker, presidente estadunidense da Comissão Trilateral na reunião anual deste destacado órgão de planejamento estratégico do *Establishment* anglo-americano. Os trilateralistas aprovaram grande parte de suas deliberações sobre a forma de esmagar a resistência à criação de um Exército das Nações Unidas. O próprio Volcker anunciou que estava conseguindo financiamento para o projeto do exército mundial.

Volcker é a epítome dos banqueiros que forjaram o projeto antimilitar. Em 1979, como presidente do Sistema da Reserva Federal (o banco central privado dos EUA), ele iniciou premeditadamente o que ele próprio chamou de "desintegração controlada" da economia mundial, elevando a níveis insólitos as taxas de juros primários nos EUA. O objetivo desta política foi claramente enunciado pelo presidente do Citibank, John Reed, em declarações feitas em 1990 à revista brasileira *Veja*. "Países têm desaparecido da face da terra. O Peru e a Bolívia desaparecerão", disse Reed. Os banqueiros declararam uma guerra global contra todos os princípios da civilização cristã ocidental, nos quais a ordem mundial se baseou nos últimos 500 anos.

As premissas básicas do projeto antimilitar são as seguintes:

1. Que permaneça sacrossanto o domínio do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia mundial. Em outras palavras, que toda a atividade econômica seja regida pela usura e por seu companheiro inseparável, o malthusianismo.

2. A soberania saiu de moda; é um conceito obsoleto, substituído pelo "globalismo" da chamada era pós-moderna. Não se trata aqui de um pequeno ajustamento da ênfase dos eventos internacionais, mas de uma dedicação total à *eliminação do próprio Estado nacional como forma de organização social da vida humana.*

3. O comunismo está morto, o que deixa como única potência mundial a combinação anglo-americana: a inteligência britânica no comando da força estadunidense. Todas as nações têm de se adaptar a este mundo dominado por uma única superpotência e, portanto, ninguém necessita de instituições militares nacionais. O lugar da Ibero-América neste esquema é assimilar-se aos Estados Unidos em sua economia, governo, cultura e estrutura militar.

Como se pode demonstrar, esses três pressupostos são falsos, mas têm logrado a aceitação pública por conta de sua repetição constante pelos meios de comunicação. Além disto, o projeto já pôde avançar até onde se encontra devido à covardia e à vacilação de suas pretensas vítimas, embora os pretextos para a inação tenham variado. Alguns aprovam, dizendo que a "desmilitarização" só poderia ocorrer a outros, que seu país e suas Forças Armadas são suficientemente fortes para ser não afetados. Outros dizem poder tolerar uma "parte" de tal política, porque poderiam com ela obter uma participação melhor que seus vizinhos na "Nova Ordem Mundial" Freqüentemente, entre estes encontram-se os que criticam o coronel Seineldín por encabeçar uma luta frontal contra a "Nova ordem mundial", insistindo em que ele "perdeu" ao receber uma sentença de confinamento indefinido na prisão, enquanto eles "ganharam" e ficaram "livres", em melhores condições de negociação.

Um militar ibero-americano que cometeu esse erro foi o general salvadorenho René Emílio Ponce, que encabeçou a aceitação do acordo de paz orquestrado pela ONU entre a guerrilha e os militares salvadorenhos alegando, a cada concessão, que, desta maneira, os militares evitariam a sua própria destruição. Hoje, as Forças Armadas salvadorenhas não apenas estão sendo desmanteladas e entregues aos comunistas, como o próprio Ponce foi classificado como "assassino" pela mistificadora "Comissão da Verdade" da ONU, tendo sido ordenada a sua humilhante expulsão da força.

Seria bom que outros pretensos reformadores ouvissem a advertência crua e direta feita por Samuel Huntington, ideólogo da Comissão Trilateral, aos "democratizadores" do mundo. Devem-se "expulsar ou reformar o quanto antes todos os militares potencialmente desleais, aí incluídos tanto os principais partidários do regime autoritário como os reformadores militares que tenham ajudado a criar o regime democrático. Estes últimos são mais inclinados a perder a sua preferência pela democracia que a disposição de intervir na política", diz Huntington em seu livro de 1991, *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX* (edição brasileira da Ed. Ática, Rio de Janeiro, 1994).

A intenção é destruir *a totalidade da instituição militar* e, portanto, *todos* os oficiais militares são alvos, independentemente de que oponham resistência, mantenham a "neutralidade" ou mesmo adiram à causa inimiga.

A campanha contra os militares salvadorenhos é apenas o início da campanha para a criação de *tribunais internacionais* para julgar todos os militares ibero-americanos pelo "crime" de defender as suas nações. Já teve início a propaganda internacional para insuflar o julgamento dos militares, baseada na falácia de que as Forças Armadas ibero-americanas cometeram crimes comparáveis ou piores que os dos nazistas na Segunda Guerra Mundial ou os dos sérvios, na atualidade.

Já existe uma campanha mundial para que os tribunais internacionais cancelem as anistias nacionais que foram concedidas ao pessoal militar participante nas campanhas antisubversivas dos anos 60 a 80 em várias nações ibero-americanas. Para estes e outros oficiais, propõem-se novos julgamentos, desta feita em tribunais internacionais como a Corte Interamericana da Costa Rica ou os tribunais de outros países, inclusive os EUA.

Com essa ofensiva, propõem-se não somente a levar a julgamento os oficiais militares, como também torná-los alvos de tentativas de *assassinato* por grupos narcoterroristas. Os propagandistas pró-terroristas dos "direitos humanos" já começaram a publicar no Peru e na Colômbia listas de militares e policiais antiterroristas acusados de "violar os direitos humanos".

Não há, portanto, onde se esconder. O próprio inimigo está sobrevoando todas as trincheiras. Chegou a hora de lutar. Para derrotar o inimigo, é preciso conhece os seus objetivos, a estratégia que está empregando e, o mais importante, o seu flanco mais vulnerável. Tam-

bém é preciso ter bem claro o motivo pelo qual se luta, porque só assim é possível mobilizar toda a população em defesa da Pátria.

Assim sendo, uma parte importante deste livro é a que explica "como sobreviver sem o FMI". Já transcorreu muito tempo desde que os oficiais militares nacionalistas ibero-americanos deixaram o desenvolvimento econômico de suas nações, precisamente, nas mãos de banqueiros e tecnocratas que, na verdade, estavam mais devotados a destruir as suas nações. Como demonstrou detalhadamente o estadista e economista Lyndon LaRouche, em recente entrevista à *Resumen Ejecutivo de EIR,*[1] as vitórias obtidas contra os narcoterroristas no campo de batalha serão passageiras, a menos que os militares assegurem a adoção de soluções viáveis dos problemas reais aos problemas reais nacionais. Isto, porém, requer dar um fim ao saque patrocinado pelo FMI.

"É quase impossível combater as guerrilhas e, ao mesmo tempo, submeter-se ao FMI", acentuou Lyndon LaRouche na entrevista. "Se alguém executa o programa do FMI ou programas semelhantes contra a sua própria população e tenta, ao mesmo tempo, combater as guerrilhas, está empreendendo uma batalha perdida, porque, enquanto o FMI `recruta' os guerrilheiros, vem o Departamento de Estado dos Estados Unidos e ameaça cortar qualquer pequena ajuda forem mortos mais guerrilheiros, e os maçons vêm e o acusam de violar os direitos humanos. Assim sendo, para se travar essa luta, necessita-se de uma política firme e decidida, mas baseada em *afirmar* o bem-estar do povo. Sem isto, pode-se perder", enfatizou ele.

O saque e a destruição da Ibero-América não é um fenômeno natural nem um castigo ordenado por Deus para esses povos, mas o resultado da usura imposta pelas forças financeiras transnacionais, cuja política perversa tem destruído as mesmas nações do Norte em cujo nome dizem trabalhar. Se mobilizar os seus recursos morais e a sua vontade política, a Ibero-América, pode colocar de joelhos o inimigo anglo-americano.

1982: o lançamento do projeto

O projeto de "desmilitarização" da Ibero-América foi estabelecido oficialmente como política dos Estados Unidos a partir da gran-

---

1) Entrevista com Lyndon LaRouche em *Resumen Ejecutivo de EIR*, Vol. X, Núm. 7, primeira quinzena de maio de 1993.

de crise de 1982-1983 nas relações hemisféricas. Em 1982, duas importantes instituições políticas e econômicas das Américas foram golpeadas por duas ondas de choque sucessivas: a Guerra das Malvinas, de abril a junho daquele ano, e a eclosão, em setembro, da crise da dívida externa ibero-americana, com a declaração do presidente José López Portillo, do México, de uma moratória à dívida deste país. Embora poucos se dessem conta naquele momento, os dois acontecimentos guardam íntima relação entre si.

O primeiro golpe desintegrou os arranjos militares sobre os quais, durante décadas, haviam-se baseado as estratégias de defesa ibero-americana. O impacto da decisão estadunidense de apoiar a Grã-Bretanha em sua guerra contra a Argentina ia além da injustiça de sua repulsa aos méritos históricos evidentes das pretensões territoriais argentinas sobre as ilhas Malvinas, ocupadas ilegalmente por forças britânicas desde 1833. Ao fornecer à Grã-Bretanha, potência extracontinental, as informações e meios militares para travar a guerra contra a Argentina, os Estados Unidos violaram um compromisso solene contraído com a Argentina em virtude do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Essa traição transmitiu uma clara mensagem a todos os países signatários do tratado. Anos mais tarde, em 1991, esta mensagem seria enfatizada de modo cortante por Luigi Einaudi, importante funcionário do Departamento de Estado de quem falaremos mais adiante, em um seminário realizado no Centro Woodrow Wilson, em Washington. Segundo ele, foi na batalha "das ilhas Falkland/Malvinas que ficou demonstrado que a grande aliança mitológica dos Estados Unidos com o resto do hemisfério é exatamente isto: mitológica".

O falecimento repentino do TIAR nas mãos dos Estados Unidos também colocou de imediato a todos os países das Américas a questão sobre que sistema de alianças deveria substituí-lo e em que hipótese de defesa nacional. As potências anglo-americanas já tinham pronta a sua resposta, aproveitando a crise para propagandear o estabelecimento de um governo completamente supranacional sob a doutrina de uma presumida 'segurança democrática coletiva'. Mas, para os patriotas da Ibero-América, a Guerra das Malvinas e a crise subsequente indicavam coisa muito diferente e, novamente, despertaram o sonho histórico de uma Ibero-América forte, independente e integrada: enfim, uma "Pátria Grande" ibero-americana.

Fatores econômicos básicos

Houve apenas um líder estadunidense, o economista e estadista Lyndon LaRouche, que organizou apoio à causa argentina na Guerra das Malvinas, tanto nos Estados Unidos como internacionalmente, e se opôs à decisão estadunidense de se aliar com seu próprio inimigo histórico, a Grã-Bretanha. Em palavras que podem parecer proféticas, LaRouche advertiu que a guerra não era apenas um conflito pelas ilhas, mas que fora provocada por interesses financeiros anglo-americanos cada vez mais desesperados pela bancarrota do sistema financeiro mundial. Com a deterioração da crise internacional da dívida, denunciava LaRouche, tais interesses procuravam criar um precedente para realizar investidas "extrajurisdicionais" da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra países do setor subdesenvolvido. O objetivo dos anglo-americanos, além de derrotar a Argentina, era o próprio princípio da soberania nacional.

LaRouche, colocando em destaque a questão de fundo da unidade das questões militares e econômicas, recomendou que as nações ibero-americanas visassem o flanco mais vulnerável das pretensas potências coloniais: o sistema financeiro. Em maio de 1982, na entrevista à imprensa ocorrida no palácio presidencial mexicano de Los Piños, após se reunir em particular com o presidente López Portillo, LaRouche conclamou a Ibero-América a se unir e deflagrar a "bomba da dívida" como a única forma de derrotar o inimigo anglo-americano, tanto na guerra então travada no Atlântico Sul, como na crise da dívida, que se avizinhava.

Em agosto do mesmo ano, LaRouche descreveu uma estratégia econômico-política integrada, mediante a qual a Ibero-América poderia insistir na adesão rigorosa ao princípio da soberania e ao direito ao desenvolvimento no Hemisfério Ocidental e, ao mesmo tempo, forçar as potências industriais a sentar à mesa de negociações e reformar o insolvente sistema financeiro internacional dominado pelos anglo-americanos, reforma que já se fazia necessária há muito tempo. A *Operação Juárez,* como se chamou a estratégia de LaRouche, propunha que a Ibero-América declarasse conjuntamente uma moratória ao pagamento da dívida externa e formasse um mercado comum ibero-americano independente, atos que permitiriam à região se defender, a curto prazo, de qualquer represália e otimizar o desenvolvimento a longo prazo. Com o devido investimento em seus abundantes recursos, pleiteava LaRoche, a Ibero-

América poderia converter-se em uma superpotência econômica.

A proposta colocava em cena a possibilidade de transformar completamente a geometria esstratégica do mundo. Ao formar-se nas Américas um bloco de poder independente, todo o esquema da "Nova Yalta", a divisão do mundo em esferas de influência das duas superpotências em que se empenhavam os interesses anglo-americanos, poderia ser derrubado.

Nasce o Diálogo Interamericano

Entretanto, os anglo-americanos não permitiriam a concretização de tal perspectiva com facilidade. Aproveitando o caos em que caíram as redes políticas e institucionais na Ibero-América, pelo duplo efeito da Guerra das Malvinas e da crise da dívida, os interesses anglo-americanos se moveram com rapidez para perpetuar o domínio político na região. Deste esforço, surgiu o Diálogo Interamericano (DI).

Em junho, julho e agosto de 1982, foram apressadamente organizados três seminários sobre o tema das repercussões da Guerra das Malvinas quanto às relações interamericanas, auspiciados pelo Centro Acadêmico Woodrow Wilson, um *think-tank* sediado em Washington, financiado e dirigido pelo governo estadunidense.[2] O diretor do programa de estudos latino-americanos do centro era, então, Abraham Lowenthal e um dos pesquisadores era Louis Goodman, que encabeçaria, quatro anos depois, o projeto do infame "Manual Bush" contra

[2] O Centro Acadêmico Woodrow Wilson foi criado em 1968 para servir de centro particular de pesquisa e documentação política, patrocinado pelo governo. É dirigido por um comitê consituído por oito funcionários oficiais, entre eles o secretário de Estado, e outros oriundos do setor privado, mas nomeados pelo governo, entre eles luminaresfinanceiros anglo-americanos como John Reed, presidente do Citibank, Max Kampelman, presidente honorário da Liga Antidifamação da B'nai B'rith (ADL) e Dwayne O. Andreas, presidente do gigantesco cartel graneleiro Archer Daniels Midland.

Em 1977, o Centro Woodrow Wilson criou um Programa de Estudos Latino-americanos, financiado conjuntamente pelo governo estadunidense e pelas fundações Ford, Mellon e Rockefeller, o Fundo dos Irmãos Rockefeller, o Banco Mundial, várias transnacionais estadunidenses e um grupo de "visionários líderes venezuelanos do setor privado deste país". Desde então, o Centro tem convidado dezenas de pesquisadores e cidadãos influentes ibero-americanos para colaborar com seus colegas estadunidenses em projetos de interesse para o governo estadunidense. Ao final de 1991, por exemplo, o Centro criou um projeto especial de três anos sobre assuntos venezuelanos, copatrocinado pela Fundação Grande Marechal de Ayacucho, do governo venezuelano. O projeto de 1990 do Centro Woodrow Wilson, que promove os conflitos étnicos indigenistas na Ibero-América, é mencionado no capítulo 4 deste livro.

os militares da Ibero-América (ver capítulo 2).

No primeiro seminário, Heraldo Muñoz, então presidente da Universidade do Chile, argumentou que se houvesse um governo democrático na Argentina, jamais teria ocorrido a tentativa de recuperação das Malvinas. Muñoz, atualmente embaixador do Chile na OEA e um dos favoritos da rede do Diálogo Interamericano, é um dos principais operadores do projeto para impor a soberania limitada no continente.

No segundo seminário, Viron Vaky, ex-funcionário do Departamento de Estado e Nicolás Ardito Barletta, então vice-presidente do Banco Mundial, declararam que a crise oferecia a oportunidade de criação de um sistema de governo hemisférico mais forte. No terceiro seminário o ex-embaixador estadunidense William Luers sugeriu que se necessitava de uma comunicação maior entre os Estados Unidos e a Ibero-América.

Desses seminários, surgiu o Diálogo Interamericano. De outubro de 1982 a março de 1983, o Centro Woodrow Wilson promoveu uma série de reuniões do DI, nas quais 48 delegados da Ibero-América e dos Estados Unidos, alegadamente a título pessoal, debateram o temário que deveria definir os rumos do continente. O apoio oficial estadunidense ao esforço ia além dos auspícios do Centro Woodrow Wilson: à reunião de fundação do DI, em 15 de outubro de 1982, assistiram o então secretário de Estado George Schultz e o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas Enders. Schultz prometeu aos participantes que se manteria a par das atividades do DI.

À fundação do DI concorreu a nata do *Establishment* liberal estadunidense. Dominavam o grupo membros da Comissão Trilateral, como David Rockefeller, Robert McNamara, Cyrus Vance e Elliot Richardson. Representavam os bancos Donald Platten, presidente do Chemical Bank e também David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan. Logo se integrariam também altos executivos do Marine Midland, First Boston International, Bank of America, Morgan Guaranty e outras casas da elite financeira dos EUA.

Nicolás Ardito Barletta, vice-presidente do Banco Mundial e arquiteto do centro financeiro do Panamá, integrou-se ao DI desde o início, como o fez Rodrigo Otero, ex-ministro de Fazenda da Colômbia e criador do "guichê sinistro" do Banco da República deste país, onde os narcodólares eram recebidos sem averiguação de espécie alguma. Da Argentina, Oscar Camilión (depois minis-

tro da Defesa no Governo Carlos Menem*) e, do Brasil, o então senador Fernando Henrique Cardoso (mais tarde ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no Governo Itamar Franco**) são dois fundadores do DI que ainda são membros do mesmo.

Desde o início, juntaram-se aos banqueiros e "trilateralistas" personagens da "Teologia da Libertação", como o padre Xavier Gorostiaga, jesuíta panamenho que trabalhou para os sandinistas e Theodor Hesburgh, reitor da Universidade de Notre Dame (e membro da junta diretora do banco Chase Manhattan).

Abraham Lowenthal, do Centro Woodrow Wilson, foi nomeado diretor-executivo do DI, cargo que conservou por uma década (ainda é membro do DI); como consultor, foi nomeado Richard Feinberg, acadêmico estadunidense que viria a ocupar a Presidência do órgão entre 1992 e 1993, quando foi nomeado pelo presidente Bill Clinton assessor para Assuntos Latino-americanos do Conselho de Segurança Nacional estadunidense.

Desde o início, o DI propôs a criação de estruturas supranacionais para vigiar as atividades militares no hemisfério. Em seu primeiro relatório, intitulado *The Americas at a Crossroads* (*As Américas numa encruzilhada*), a entidade propôs que a Organização dos Estados Americanos (OEA) fosse encarregada da vigilância sobre tais atividades militares e que os direitos humanos fossem considerados um pretexto legítimo para intervenções da OEA. Adiantando-se ao que já é hoje uma campanha importante das Nações Unidas, o DI afirmou que "a ação multilateral cuidadosamente considerada para proteger direitos humanos fundamentais não é intervenção, mas uma obrigação internacional".

O conjunto de medidas programáticas proposto pelo DI para o hemisfério se baseava na negociação de uma nova divisão do mundo, ao estilo de Yalta, na esfera de influência das respectivas superpotências, em que a União Soviética teria igualdade de direitos para opinar sobre assuntos do Hemisfério Ocidental. "O princípio básico dos acordos soviético-estadunidenses sobre Cuba (de 1962, 1970 e 1979) poder-se-ia estender à América Central e ao resto do Caribe... Por mais de vinte anos, estes acordos ajudaram a proteger importantes interesses políticos e de segurança tanto dos Estados Unidos como da União Soviética", dizia o DI.

---

* Deixou o cargo em julho. de 1996 (N.E.).

** Eleito presidente da República em outubro de 1994, tendo tomado posse em janeiro de 1995 (N.E.).

Tais acordos decidiriam a sorte da América Central. *As Américasnuma encruzilhada* instava a um diálogo soviético-estadunidense e a um diálogo cubano-estadunidense, ao mesmo tempo em que os governos de El Salvador, Nicarágua e Guatemala estabelecessem diálogos semelhantes com "os respectivos movimentos de oposição nestes países", para "encontrar a forma de resolver as controvérsias sobre uma base que reconheça os interesses vitais de cada parte".[3]

O "Projeto Democracia"

As medidas propostas pelo Diálogo Interamericano em escala regional provinham do "temário global" que o *Establishment* anglo-americano conseguiu impor como política oficial dos Estados Unidos. O conjunto de medidas conhecido sob o nome genérico de "Projeto Democracia" foi anunciado como política oficial pelo presidente Ronald Reagan, justamente em um discurso no Parlamento britânico, em 8 de junho de 1982. Mas não se tratava de uma política partidária. A idéia fora cozinhada nos anos 70, entre os mesmos artífices que modelaram o Diálogo Interamericano - elementos da Comissão Trilateral de David Rockefeller. Na verdade, um dos autores intelectuais do projeto foi o mesmo Samuel Huntington, acadêmico da Universidade de Harvard, que, em 1982, publicou uma espécie de manual prático para a destruição das Forças Armadas de todas as nações em vias de desenvolvimento (ver capítulo 4).

As teses do "Projeto Democracia" já se haviam esboçado no relatório final do Grupo de Trabalho sobre a Governabilidade das Democracias da Comissão Trilateral, emitido em 1975, do qual Huntington foi um dos três autores. O mundo entrava em período

(3) Recentemente, entrou em moda a litania de Washington de que, como o comunismo foi derrubado em todo o mundo com a queda do Muro de Berlim, em 1989, os comunistas de ontem devem hoje receber posições destacadas nos governos da Ibero-América. Que embuste! Aqui, como vemos, o DI exigia o mesmo a partir de sua fundação, em 1982, muito antes de os comunistas perderem o poder no antigo bloco soviético. *O projeto comunista da Nova Era não foi a pique na Ibero-América em 1989 porque o Departamento de Estado e as potências anglo-americanas intervieram para salvá-lo.* Basta ver quem subiu ao palco em Washington, sob os auspícios do DI, nos primeiros meses do Governo Clinton: o "padre" Jean-Baptiste Aristide, o "Pot Pot do Haiti" e os candidatos presidenciais do Foro de São Paulo, grupo continental de partidos esquerdistas, fundado em 1990 e dirigido pelo Partido Comunista Cubano.

de crise econômica e escassez de recursos que conduziria a instabilidades políticas por toda a parte, argumentava o relatório. Assim sendo, era preciso uma nova definição de democracia e novas instituições para defendê-la, a fim de se garantir o controle político em meio ao tumulto. Um ideólogo da Comissão Trilateral propôs descaradamente que a nova definição fosse a de "fascismo com cara democrática".

Essa foi a incumbência recebida pelo "Projeto Democracia" em 1982: organizar redes transnacionais que, operando sob o rótulo "democrático", pudessem controlar a nova ordem prevista pelos anglo-americanos. A operação teve um lado secreto: as transações de armas por drogas organizadas pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA, que vieram à luz no infame escândalo Irã-*contras*, no qual reluziu o papel notório do tenente-coronel Oliver North.

O lado público da operação era administrado pelo National Endowment for Democracy (NED, Fundo Nacional para a Democracia), singular "organização não-governamental quase autônoma", criada em 1983 pelo Congresso estadunidense. O "quase" é uma qualificação generosa, já que o NED está precisamente encarregado de centralizar as atividades das chamadas "organizações não-governamentais" (ONGs) sob as ordens do *governo* estadunidense. A proposta apresentada ao Congresso para a criação do NED determinava que o mesmo deveria servir de "estrutura ampla" para os esforços não-governamentais, através da qual se possam utilizar efetivamente... os recursos dos variados interesses dos Estados Unidos".

De onde vem o dinheiro com que o NED ativa as ONGs? Do governo estadunidense.

Sob o pretexto de "fortalecer as instituições democráticas", por intermédio dos seus quatro ramos (empresarial, sindical e os institutos de relações internacionais dos partidos Democrata e Republicano), o NED passou a financiar partidos políticos, sindicatos "cívicos", jornais e programas universitários em vários países. A condição única, evidentemente, era a de que os agraciados estivessem de acordo com as regras do jogo "democrático" do Projeto Democracia. E, de início, isto significava aceitar os ditames do FMI e as premissas ideológicas e políticas da "Nova Ordem Mundial": o fim da soberania nacional, a promoção do malthusianismo, os "direitos humanos" (para os terroristas e separatistas étnicos), o fanatismo ambientalista etc. Quem recusasse submeter-se a tais regras era prontamente rotulado de "autoritário".

E se houvesse alguma dúvida por parte de alguns quanto aos interesses representados pelo NED – e que não são, exatamente, os que um patriota estadunidense qualificaria como *nacionais* – Henry Kissinger, um agente britânico declarado, se encarregou de dissipá-los quando chamado a integrar o comitê diretor do NED, pouco depois da sua fundação. Em 10 de maio de 1982, em meio à Guerra das Malvinas o famigerado ex-secretário de Estado, já então um luminar da Comissão Trilateral, pronunciou um discurso no Instituto Real de Assuntos Internacionais (RIIA), conhecido como Chatham House, em Londres, no qual se ufanava por se ter aliado à causa britânica em todas as disputas do pós-guerra ocorridas entre Londres e Washington. Quando foi conselheiro de segurança nacional de Nixon, disse ele, "mantinha a chancelaria britânica mais bem informada e mais envolvida do que o Departamento de Estado estadunidense".

Kissinger usou esse discurso para propor a Moscou, da parte de seus patrões anglo-americanos, reviver o acordo de Yalta mediante um condomínio estratégico que permitisse às grandes potências perpetuar o seu domínio. Propôs que os Estados Unidos adotassem uma estratégia global de "equilíbrio de poder" e que reduzisse a liderança direta que exerceram a partir da Segunda Guerra Mundial, mas concentrando o seu próprio poder no Hemisfério Ocidental.

A Ibero-América na alça de mira

A Ibero-América foi, portanto, a ênfase principal das atividades do Projeto Democracia em seus primeiros anos, pois o renovado espírito de nacionalismo e votos de moratória à dívida, de 1982 em diante, preocupavam enormemente os banqueiros. Em 1985, o Relatório Anual do NED dizia que "o grosso de nosso apoio foi ter em mãos de organizações da América Latina".

Entretanto, a influência do Projeto Democracia na região ultrapassava em muito a distribuição de dinheiro. O ideário do Projeto configurou toda a política do Governo Reagan para a Ibero-América. Os delineamentos se deram no relatório final da Comissão Bipartidária Nacional sobre a América Central, em janeiro de 1984. Na mesa diretora desta comissão, mais conhecida como "Comissão Kissinger", por ser presidida pelo ex-secretário de Estado, incluíam-se vários membros do NED, omo Lane Kirkland, presidente da confederação sindi-

cal AFL-CIO e Carl Gerschman, da Liga Antidifamação da B'nai B'rith (ADL).

O tema central do relatório era a sugestão de que as relações hemisféricas se subordinassem à intensificação da "crise Leste-Oeste" que os próceres da "nova Yalta" planejavam na América Central e aos interesses econômicos encabeçados pelo grupo Rockefeller. Qualquer nação ou grupo político que se opusesse a tal plano seria tratado como obstáculo à "democracia".

Entre esses "obstáculos", eram incluídos com destaque os militares da região. Segundo o relatório da Comissão Kissinger, "desviar fundos do desenvolvimento econômico, social e educativo da região para a repressão militar exacerbaria a pobreza e fomentaria a instabilidade interna em cada um dos países... A criação de Estados quartelários muito provavelmente *perpetuaria os exércitos da região no papel de elites políticas permanentes"* (grifos nossos).

O fato de que a gente de Kissinger e do Projeto Democracia considere os militares uma ameaça pior que os comunistas, que penetraram livremente por toda a região, foi demonstrado de modo claro por sua posição diante da ameaça sandinista na Nicaragua. O Projeto Democracia recusou de imediato qualquer proposta de que os Estados Unidos contribuíssem para o desenvolvimento econômico e militar dos vizinhos da Nicarágua, inclusive em face da despropositada ampliação da força militar do regime sandinista, aliado aos soviéticos. Em troca, preferiram apoiar os chamados "contras", uma força irregular de mercenários nicaragüenses, organizada pelos Estados Unidos e financiada pelo mesmo narcotráfico que sustentava os sandinistas e seus aliados na região.

Para os "kissingerianos", os comunistas da América Central serviam como um ponto a mais de negociação com a União Soviética. Em troca, diversamente dos comunistas, As Forças Armadas ibero-americanas não estavam dispostas a permanecer de braços cruzados, vendo ser negociado o destino de suas pátrias em troca de um condomínio ao estilo "Nova Yalta".

Desse modo, ainda durante o apogeu da retórica anticomunista sobre a Nicarágua e El Salvador, os funcionários estadunidenses tiveram a cautela de definir limites rigorosos para qualquer ajuda às Forças Armadas das nações centro-americanas. Em fevereiro de 1986, quando a Comissão de Relações Exteriores do Senado questionou Elliott Abrams, então subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, sobre as estratégias com que respon-

deria ao acervo de forças pró-soviéticas na América Central, Abrams respondeu: "Permito-me recomendar de novo à sua atenções o relatório da Comissão Kissinger... O que faríamos? Duplicar o tamanho das Forças Armadas e nossa ajuda militar, digamos, a Honduras e El Salvador? Que efeito tem na democracia destes países fato de aumentar, aumentar e aumentar a máquina militar?"

'A cruz e a espada'

O objetivo de desmantelar a instituição militar na Ibero-América surge, entretanto, de um projeto de mais longo prazo: o acalentado objetivo dos interesses imperiais britânicos de submeter a Espanha e todas as suas ex-colônias ao domínio anglo-americano. Este é o objetivo estratégico que tem dominado a política estadunidense para a Ibero-América, com pouquíssimas exceções, desde os princípios deste século, quando os interesses do império anglo-americano se apoderaram com firmeza das instituições estadunidenses, durante o governo de Teddy Roosevelt, um perverso maçom e admirador da causa Confederada na Guerra de Secessão estadunidense.

Os esforços do Projeto Democracia para impor uma "democracia pluralista" na Ibero-América simplesmente rejuvenescem a "Legenda Negra", campanha britânica de séculos que propala a mentira de que cultura hispânica é, por definição, autocrática e ditatorial, devido à influência da Igreja Católica e das Forças Armadas. O ódio pelos militares e pela Igreja Católica expresso pelos "novos democratas" nasce deste propósito anterior: para poder conquistar definitivamente a Ibero-América é preciso, antes, enfraquecer estas duas instituições que formam a coluna vertebral do Estado Nacional na região.

Esse propósito foi publicamente declarado em documentos oficiais dos Estados Unidos. Em março de 1987, por exemplo, o Departamento de Estado publicou seu Relatório Especial N^0 158, intitulado *Democracy in Latin America and the Caribbean: the promise and the challenge* (A democracia na América Latina e no Caribe: a promessa e o desafio). O documento lamenta que "a força penetrante de estruturas hierárquicas com profundas raízes históricas e culturais criou hábitos autoritários muito arraigados na Ibero-América, hábitos que é preciso vencer". Esclarece que para conseguí-lo é preciso obrigar as "instituições religiosas e militares – 'a

cruz e a espada' da conquista espanhola e, desde então, pilares fundamentais da ordem tradicional" – a ceder a "novos valores (e) diversidade organizativa".

"O desenvolvimento institucional" requer a "diversidade religiosa", diz sem rodeios o documento, que elogia a "difusão do protestantismo" e a Teologia da Libertação e as "condições abertas à mudança e independentes das autoridades seculares", para assegurar a "diversidade religiosa". Em nome do "protestantismo" o governo estadunidense promoveu as piores seitas fundamentalistas, tais como a do pervertido "reverendo" Jimmy Swaggart, a de Luis Palau e a do "reverendo" Moon.

No interesse pelas questões "religiosas" reconhecemos a continuação da política traçada por Nelson Rockefeller em 1969, após o seu ruidoso "giro de investigação" pela Ibero-América. Como disse o cardeal Joseph Ratzinger, em seu discurso de novembro de 1985 sobre a responsabilidade da Igreja na economia mundial, a intenção de erradicar a influência da Igreja Católica na Ibero-América data do reinado de Teddy Roosevelt. Observem, disse Ratzinger, "as conhecidas palavras de Teddy Roosevelt em 1912: 'Creio que a assimilação dos países latino-americanos aos Estados Unidos será longa e difícil enquanto esses países continuarem a ser católicos'. Em discurso feito em Roma, em 1969, Rockefeller recomendou que os católicos dali deviam ser substituídos por outros 'cristãos'".

Quanto à "espada", o Relatório Especial Nº 158 repete os argumentos da Comissão Kissinger, de que se deve manter bastante reduzida e contida a força militar, a despeito do terrorismo, do narcotráfico e das guerrilhas que assolam a região.

As premissas da "Legenda Negra" – inclusive a afirmação de que as culturas pré-cristãs que sacrificavam vítimas humanas eram "mais democráticas" que a civilização cristã hoje imperante – permeia a totalidade da política estadunidense – exterior, militar etc – para a Ibero-América. Se perguntarmos por que os Estados Unidos estão entregando o poder à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em El Salvador, pensemos no que disse o general John Galvin em agosto de 1987, quando ainda era comandante-em-chefe do Comando Sul das Forças Armadas estadunidenses, sobre o que, em sua opinião, se achava em disputa na guerra salvadorenha. Após afirmar que não havia bases sólidas para a democracia em El Salvador (isto é, a que querem os Estados Unidos), pediram-lhe que ex-

plicasse e ele respondeu assim:

> As causas datam de 400 anos. Em primeiro lugar, os povos indígenas da América Central nunca tiveram representação, nem, na verdade, os de grande parte da América Latina... As chamadas revoluções da América Latina foram revoluções da elite espanhola para se libertar da Espanha, para poder fazer como lhes agradasse na direção do governo... A revolução, na verdade, nunca ocorreu. O pano de fundo inquietante que temos ali é o elitismo. Creio realmente que tem muito de certo o que dizem os historiadores sobre as civilizações antigas, tais como os toltecas, os astecas, os incas. Eram civilizações mais coletivas. É certo que os sacerdotes formavam uma elite.

E prossegue:

> Pois bem, por cima disso havia infra-estruturas de governo que eram extremamente débeis... Deste modo, uma combinação da falta de representação dos povos indígenas e a debilidade infra-estrutural deram força relativamente maior à Igreja e aos militares, aos quais se aliaram com sucessivos governos daqueles países. Estas condições não proporcionam um bom cimento para a democracia. Estas debilidades perduram no pano de fundo. Agora é o movimento desses povos não representados, e a reação das elites a eles, o que mais tem a ver com os problemas da América Central". [4]

Essa, portanto, é a resposta àquela pergunta que mantém perplexos os militares salvadorenhos que ainda não conseguiram imaginar que os Estados Unidos tenham entregue seu país à FMLN, que eles consideravam inimiga dos interesses dos Estados Unidos. Deste mesmo modo, fica demonstrado que o objetivo subjacente da participação estadunidense na guerra salvadorenha foi, desde o início, a reestruturação da sociedade salvadorenha conforme um objetivo mais ou menos análogo ao visado pela FMLN: acabar com o "elitismo" da cultura hispânica mediante a promoção de uma civilização mais "coletivista", baseada em culturas pré-colombianas, reduzindo o pa-

[4] Citado em *El Salvador at War: an Oral History*, de Max G. Manwaring e Court Prisk, 1988, National Defense University Press.

pel da Igreja Católica e da instituição militar na vida nacional.[5,6]

"É um erro supor que se deva automaticamente desconfiar das ações políticas dos 'comunistas', ou que estes desejem criar uma "mudança dos valores culturais do país", dizia Villalobos. Por quê? Porque "os jovens que estão agora no movimento revolucionário foram criados sob a influência da música *rock*, de Hollywood, da música salsa, o romantismo mexicano e o cristianismo", respondeu. "O processo de fusão cultural entre a América Latina e os Estados Unidos é parte desta cultura universal. Tais influências não podem nem devem estar sujeitas a restrições ideológicas. Tal dogmatismo não representa o verdadeiro desejo de nosso povo".

1986: o projeto tem início

Em 1986, a campanha antimilitar do Projeto Democracia intensificou-se dramaticamente, pondo-se em marcha três ações especiais voltadas para o desmantelamento das instituições militares ibero-americanas.

Em abril de 1986, o Diálogo Interamericano (DI) produziu um novo relatório no qual se descrevem os três principais temas com que pensavam controlar os acontecimentos políticos do hemisfério. O primeiro é uma repetição das exigências do relatório inicial do DI: a formalização do direito da União Soviética a exprimir-se nos assuntos do Hemisfério Ocidental, negociando o destino da América Central. A ele, acrescentaram-se dois outros:

[5] Uma vez que saiu da equação a agressão soviética, do ponto de vista do Projeto Democracia, os Estados Unidos *não tinham mais qualquer conflito fundamental com os objetivos da FMLN*. E assim o entendiam os próprios líderes da FMLN, como ficou demonstrado em 1989 pelo comandante Joaquín Villalobos, com seu apelo à cooperação FMLN-EUA, publicado na edição de primavera da revista *Foreign Policy*. Villalobos dizia que os Estados Unidos deveriam apoiar a "revolução democrática" da FMLN, por mais esta fosse marxista-leninista declarada, porque a FMLN busca impelir a "fusão cultural" entre a Ibero-América e os Estados Unidos... embora se deva esclarecer que se refere aos aspectos mais degenerados desta última cultura.

[6] O ativíssimo papel desempenhado por parte da hierarquia da Igreja Católica em El Salvador em favor da FMLN não contradiz o fato de que os objetivos gêmeos do Projeto Democracia são eliminar a Igreja e os militares. Além disto, demonstra quão próximos estão deste objetivo na América Central, onde a Teologia da Libertação – "posições abertas à mudança e independentes das autoridades seculares" – adquiriu um predomínio na hierarquia eclesiástica de vários países. Na Guatemala, por exemplo, a própria Igreja tem promovido a antiga religião maia.

1) a legalização das drogas; e 2) a construção de uma "rede democrática" com poder suficiente para se opor aos "comunistas e militares", que os autores tratam por igual como inimigos.

Visando a esse último objetivo, o DI declarou ser urgente reduzir a participação militar em assuntos "civis" e criou um grupo especial para formular os mecanismos institucionais necessários ao replanejamento das relações cívico-militares na Ibero-América, encarregando-o de se coordenar com o NED do Projeto Democracia e com o Departamento de Estado.

No mesmo ano, desatou-se também a guerra contra as Forças de Defesa do Panamá. Esta campanha tinha pouco a ver com o seu presumido alvo, o general Manuel Antonio Noriega. Ela foi dirigida contra o Panamá por considerar-se que era um alvo relativamente fácil, como o primeiro lugar onde se estabeleceria o precedente de fazer desaparecer completamente os militares. As Forças de Defesa panamenhas eram muito reduzidas e se achavam ainda em processo de reconstituição como corpo militar, diferente das limitadas funções policiais que lhe haviam sido anteriormente conferidas como Guarda Nacional. Além disto, a economia panamenha dependia totalmente do dólar estadunidense e era dominada pela banca irregular do seu centro financeiro. E como se o interior não fosse garantia bastante, os Estados Unidos ocupavam militarmente o centro do país com 10.000 soldados.

Em junho e julho de 1986, a revista *EIR-Executive Intelligence Review* publicou em inglês e espanhol um relatório especial intitulado *Quem quer desestabilizar o Panamá e por que*, com a advertência de que o "princípio da soberania do Estado nacional é a questão de fundo que se acha em jogo na crise do Panamá" e que a operação estadunidense "contra Noriega" tinha por objetivo final converter o Panamá em outra colônia ao estilo de Porto Rico. A *EIR* documentou que os agentes do Projeto Democracia na "oposição" panamenha não eram nem "honestos" nem democráticos, mas, ao contrário, representantes da máfia, lavadores de dinheiro procedente das drogas, advogados dos traficantes de cocaína e maconha, terroristas e contrabandistas de armas" e que o narcotráfico e a narcolavagem no Panamá eram administrados pelos mesmíssimos interesses estadunidenses que perseguiam o general Noriega.

Não obstante, a maior parte das advertências da *EIR* foi desconsiderada na Ibero-América. Com a conhecida exceção do coronel Mohamed Ali Seineldín, na época adido militar argenti-

no no Panamá, os oficiais ibero-americanos consideraram a campanha contra Noriega como um caso isolado, de pouca ou nenhuma importância para si próprios ou seus países. Muitos chegaram a juntar-se oportunisticamente à campanha contra Noriega.

Mas o inimigo calculou mal: os panamenhos resistiram à investida por mais de três anos e só foram derrotados – ao menos por enquanto – com a brutal invasão estadunidense de dezembro de 1989. A resistência panamenha freou o ritmo da investida militar no resto do continente; se, em qualquer momento deste processo, a Ibero-América se houvesse levantado em defesa do Panamá, desde há muito teria sido possível derrotar tal ofensiva.

A terceira operação posta em marcha no final de 1986 foi o processo que culminou com a publicação do infame "Manual Bush", obra antimilitar editada em espanhol sob o título *Los militares y la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina* (Os militares e a democracia: o futuro das relações cívico-militares na América Latina). O Departamento de Estado organizou uma rede de acadêmicos estadunidense e ibero-americanos que servissem como um *think-tank* para coordenar o trabalho ideológico e organizativo do projeto antimilitar. O projeto, denominado "As relações cívico-militares e o desafio da democracia", tem sede na Universidade Americana (American University) de Washington e no PEITHO, uma sociedade de análise política de Montevidéu, Uruguai. Já que o Departamento de Estado não é autorizado a treinar diretamente oficiais militares de outros países, ele encarregou da operação os acadêmicos do setor "privado", mas desde o início, ela tem sido uma operação do governo estadunidense, tanto em seu financiamento como em sua direção geral. Do lado estadunidense, foi encarregado do projeto o principal perito do Departamento de Estado em assuntos militares ibero-americanos, Luigi Einaudi (ver capítulo 2).

O projeto passou rapidamente a ser o centro do esforço antimilitar. Em maio de 1988, no âmbito do projeto, cerca de 50 altos oficiais militares da Ibero-América (de patente de coronel para cima) assistiram a uma conferência sobre "relações cívico-militares" em em Washington, D.C. Os organizadores do evento se gabam de que "até hoje, foi a conferência patrocinada por instituições privadas que reuniu o maior número de oficiais de alto nível da América Latina nos Estados Unidos".

O projeto é coordenado por três pessoas. Uma delas é Louis

Goodman, atualmente decano da Faculdade de Serviço Internacional da Universidade Americana [7] e o mesmo que ajudou Abraham Lowenthal a criar o Diálogo Interamericano, em 1982. A segunda é Johanna Mendelson, também estadunidense, que leciona na mesma instituição e é integrante honorária do Escritório Executivo de Estudos de Imigração do Departamento de Justiça. O terceiro coordenador do projeto é o uruguaio Juan Rial. Ele e sua esposa, Carina Perelli, igualmente participante do projeto, dirigem em Montevidéu a "sociedade de análise política" PEITHO, que serve como braço ibero-americano deste grupo do Departamento de Estado. Rial e Perelli são pessoas conhecidas em Washington. Em 1992, o Centro Woodrow Wilson deu a ambos uma bolsa de três meses em Washington para prosseguir com suas investigações sobre os militares ibero-americanos.

A filosofia do projeto

Desde o princípio, o projeto se fundamenta nas premissas anticatólicas e antiespanholas da Legenda Negra. Mais ao fundo, entretanto, encontramos uma das tendências filosóficas mais degeneradas que algum ser humano já pôde engendrar: o chamado *pós-modernismo* e o *desconstrucionismo*, propalados pela Escola de Frankfurt da Internacional Comunista e por uma depravada rede de professores franceses comunistas-existencialistas.

A dupla Rial-Perelli exprime da forma mais direta a perspectiva desconstrucionista que anima o projeto em sua totalidade.

Ambos asseguram em seus escritos, por exemplo, que os mi

[7] A American University, e de modo particular a Faculdade de Serviço Internacional chefiada por Goodman, serve de centro-chave de treinamento para os estudantes que se preparam para fazer carreira no serviço exterior, as agências de informações, o Congresso e o Exército dos Estados Unidos, ou que serão nomeados para a tecnocracia de organizações globalistas como o Banco Mundial, o FMI, as ONGs etc. Seu currículo está permeado de temas da "Nova Era". Os cursos oferecidos apresentam títulos como "Além da soberania", "Direitos Humanos", "Organização internacional" etc. A Drug Policy Foundation (DPF, Fundação de Política de Drogas), principal organização promotora da legalização das drogas nos Estados Unidos, funciona na mesma universidade. O presidente da DPF, Arnold Trebach, dirige também o Instituto de Drogas, Crime e Justiça da mesma universidade, que oferece cursos defendendo não apenas a legalização do consumo de drogas como o próprio consumo das mesmas. A universidade foi objeto de grande escândalo em 1990, quando seu reitor confessou à polícia ter cometido certas perversões sexuais das quais era acusado.

litares devem redefinir sua missão para ajustar-se à "cultura pós-moderna" que já domina o cotidiano mundial. Como se define a sociedade "pós-moderna"? É caracterizada pelo caos, onde se dificulta "integrar" interesses encontrados e heterogêneos, o que por sua vez suscita "dificuldades em perceber qual é a noção de ordem social possível para esta nova sociedade", como afirma Rial em um estudo de 1990 sobre *As Forças Armadas da América do Sul e o desafio da democracia nos anos 90.*

O presumido caos universal sobre o qual os desconstrucionistas fundamentam suas teorias é justamente o caos que eles pretendem impor ao mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde o desconstrucionismo já domina a maioria das universidades, o movimento do "politicamente correto" promovido por estes desconstrucionistas, se propõe a destruir o conceito básico sobre o qual repousa a Declaração de Independência do país, ou seja, que "todos os homens são criados iguais". Este movimento insiste em que nenhum indivíduo tem direito a uma identidade universal, mas unicamente a uma existência determinada rigorosamente por sua raça, sexo, condição sócio-econômica, "orientação sexual" etc.

A onde conduz essa cosmovisão, vemos com clareza no genocídio étnico perpetrado pelos nazicomunistas sérvios. Como a revista *Resumen Ejecutivo de EIR* documentou, os líderes das forças militares sérvias são psiquiatras e sociólogos seguidores do desconstrucionismo. [8]

Há dois teóricos da perversão desconstrucionista especificamente citados por Rial em sua obra antimilitar, que nos brindam com um melhor entendimento do motivo pelo qual essa quadrilha se acha tão dedicada a destruir a instituição militar.

A segunda edição castelhana do "Manual Bush" contém um capítulo novo que passa em revista as várias disciplinas analíticas que os sociólogos aplicam ao estudo dos militares. Ao que mais se parece o enfoque de Rial é ao que ali identificam como o "paradigma psicossocial-organizativo" dos militares, escola analítica que, segundo o "Manual Bush", se baseia na obra de uma das principais vertentes do desconstrucionismo, o Instituto de Investigações Sociais (IIS), mais conhecido como a Escola de Frankfurt.

O IIS, nascido na Universidade de Frankfurt, Alemanha, foi fundado em 1933 por um grupo de sociólogos e intelectuais vinculado

[8] Ver *Resumen Ejecutivo de EIR*, Vol. X, núm. 3, 15 de fevereiro de 1993.

à Internacional Comunista. Seu líder mais influente foi Georg Lukács, aristocrata húngaro e agente do Comintern, que exerceu o cargo de comissário de cultura do Soviete Húngaro em 1919, em Budapest. Como ele próprio escreveu, durante a Primeira Guerra Mundial, seu objetivo de toda a vida foi encontrar uma resposta à pergunta: "Quem nos poderá salvar da Civilização Ocidental?" Lukács argumentava que o movimento bolchevista não se havia propagado pela Europa, precisamente, devido à cultura predominantemente cristã desta região. Assim sendo, dizia ele, esta cultura deveria ser destruída.

Segundo Lukács, tal destruição seria conseguida mediante a criação de um movimento "demoníaco", que recrutasse indivíduos convictos de que os seus atos eram determinados "não por um destino pessoal, mas pelo destino da comunidade", em um mundo "abandonado por Deus". Nas décadas seguintes, a Escola de Frankfurt dedicou-se a incutir no Ocidente uma "cultura do pessimismo", imbuindo ódio e desespero nas pessoas, buscando ao mesmo tempo embrutecê-las a ponto de não poderem discernir outra solução para suas queixas que não a revolta desenfreada.

Um dos mecanismos mais eficientes montados pela Escola de Frankfurt para este fim foi a criação da indústria do cinema e da televisão – ambas moldados desde o início por seus teóricos – como uma nova força determinante da cultura no Ocidente.

Outra obra influente da Escola de Frankfurt foi a disseminação da teoria da "personalidade autoritária". É esta teoria, elaborada por Theodor Adorno, um dos principais ideólogos do grupo, que serve de base para a "análise psicossocial" dos militares feita por Rial e seus colegas. Quem é "autoritário"? É todo aquele que acredite que a vida humana deve ser regida por conceitos "metafísicos", como a verdade, a moralidade, a razão ou Deus, diz Adorno.

Em seu livro *Elementos do anti-semitismo*, escrito mais ou menos ao mesmo tempo que *A personalidade autoritária*, Adorno afirma explicitamente que sua obra é movida por um violento ódio ao cristianismo. "Cristo, o espírito encarnado, é o bruxo deificado. A auto-reflexão do homem no absoluto, a humanização de Deus em Cristo, é o *proton pseudos"* (a falácia original - N.E.), escreve Adorno. "O aspecto reflexivo do cristianismo, a intelectualização da magia, é a raiz de todo o mal", insiste ele.

Assim, quando o "Manual Bush" ataca os militares por crer que devem tomar o lado do bem contra o mal, não temos um simples disparate mas uma das questões mais fundamentais que

definem a batalha em torno da instituição castrense.

Rial identifica Michel Foucault como um importante contribuinte para essa escola de análise militar. Segundo ele, o livro *Vigiar e castigar*, de Foucault, contribui para o estudo dos militares ao identificá-los como uma "instituição total" autoritária, que se vale da disciplina como simples eufemismo do castigo, o que ajuda a "socializar" seus membros de uma forma que requer transformação urgente.

Rial, citando Foucault, examina em *Os Militares e a Democracia* o problema que cria a existência da instituição castrense como "corpo social segmentado do resto da sociedade e com forte autonomia com relação ao Estado". O problema, diz ele, é "a disciplina, a 'alma' da organização, o que sustenta a hierarquia e com ela a subordinação. Isso deixa necessariamente pouco espaço para o desacordo e, como em toda instituição total, favorece as tendências autoritárias. As formas diversas de castigo apontam para o mesmo fim", escreve Rial.

E quem é Foucault? Foi um filósofo francês psicopata, homossexual e comunista, mestre de Jacques Derrida, fundador da escola do desconstrucionismo. A palavra "psicopata" é aqui empregada com rigor: Foucault foi um pederasta que se alternava entre impulsos suicidas e de homicidas durante o tempo em que lecionou na Éscola Normal Superior de Paris. Como todos os líderes da Escola de Frankfurt, foi um seguidor entusiasta do niilista Friedrich Nietzsche. Até o final dos seus dias, agiu como um predicador maoísta do extermínio de massas. Uma de suas grandes "contribuições" à filosofia foi a doutrina de que "somos todos desequilibrados". Após mudar-se para os Estados Unidos, passou grande parte dos últimos anos de sua vida freqüentando os bares sadomasoquistas de San Francisco, até morrer de AIDS, em 1984.

Esses são os ideólogos fanáticos que o governo estadunidense contratou para ensinar os militares ibero-americanos a ajustar suas instituições às "novas exigências da era pós-Guerra Fria". Os ideólogos da campanha de "desmilitarização" provêm do mesmo grupo de ideólogos que criaram as forças narcoterroristas da "Nova Era" – M-19, FMLN etc. – que assediam a Ibero-América.

Difícil de acreditar? Sim, mas a infiltração do projeto de desconstrução da Escola de Frankfurt em áreas cruciais do planejamento político nos EUA não é um fenômeno recente. A Escola de Frankfurt se trasladou em massa para os Estados Unidos ao final dos anos 30 e ali se restabeleceu com financiamento da Fundação Rockefeller, da Columbia Broadcasting Service (CBS), da

Universidade de Columbia e do Comitê Judaico-Americano, entre outros. Durante a Segunda Guerra Mundial, alguns de seus membros importantes foram contratados pelo Gabinete de Serviços Estratégicos (OSS), o antecessor da Agência Central de Inteligência (CIA). Este foi o caso de Herbert Marcuse, cujos escritos posteriores sobre a "libertação erótica" e a necessidade de refutar a "razão tecnológica" e a "linguagem ritual-autoritária" se converteram na "bíblia" da Nova Esquerda e da contracultura do *rock*, drogas e perversão sexual dos anos 60.

Mais adiante voltaremos ao "Manual Bush" e seus autores.

O "Projeto Democracia" ataca a Argentina

No início de 1988, o Diálogo Interamericano (DI) registrou as conclusões de seu grupo de estudos militares no relatório *The Americas in 1988: A Time for Choices* (As Américas em 1988: uma época de escolhas) (ver capítulo 3). A maior preocupação ali expressa era o fato de que a cidadania ibero-americana ainda encarava os militares sob uma ótica favorável e que a moral dos efetivos militares prosseguia elevada. Esta combinação significava, advertia o DI, que ainda era possível o que mais temiam os banqueiros: uma *aliança nacionalista cívico-militar.*

Exigiu-se a guerra econômica contra os militares. "O nível de recursos que se podia destinar aos militares" tinha que ser questionado e alterado, insistia o DI, como uma das formas mais eficazes de destruir a moral e "conter a influência das Forças Armadas "dos países ao sul do rio Bravo. O flanco econômico se tornou, rapidamente, o ponto forte da guerra dos banqueiros contra os militares.

Teve, então, início uma nova operação de "relações cívico-militares", desta vez, especificamente, contra a Argentina. O Instituto Democrático Nacional (NDI), um ramo do Fundo Nacional para a Democracia (NED) dirigido por Martin Edwin Anderson, diretor do programa da América Latina e Caribe da entidade, reuniu o grupo de colaboradores argentinos para definir os mecanismos e normas que seriam empregados para neutralizar os militares da Argentina. Nos dois anos seguintes, mediante este projeto, o governo estadunidense supervisionou *diretamente* a reforma das leis argentinas de defesa e segurança.

O grupo de Anderson no NDI preparou a agenda para a confe-

rência de Montevidéu. "Os obstáculos que se interpõem à mudança do papel militar são antigos, enormes e numerosos", adverte o documento, enumerando como primeiro obstáculo a ideologia militar. Esta parte poderia ter sido copiada ao pé da letra de Carina Perelli, do "Manual Bush" ou dos relatórios do Diálogo Interamericano. "A ideologia militar, conhecida na América Latina como 'doutrina de segurança nacional', é o centro do problema", sentencia o NDI. "Quando não existe o inimigo externo os militares focalizam a sua mira na subversão interna. Pode ser que vejam a Pátria sob o ataque de subversivos que devem ser erradicados antes de 'contaminarem por completo o corpo'. Enquanto isso, os partidos políticos personalistas, debilitados e fragmentados, se mostram incapazes de governar. A escolha é, então, 'nós ou o comunismo', ou 'nós ou o caos'. O dever e a honra requerem a intervenção militar".

Eliminar a oposição

O passo seguinte no projeto global era tirar do caminho todos aqueles líderes políticos ou militares do Hemisfério Ocidental que se negassem a prestar vassalagem ao condomínio supranacional que o governo de Bush e seus aliados soviéticos pretendiam impor ao mundo.

Em outubro de 1988, em meio a uma campanha presidencial, o governo Bush entabulou um processo judicial contra o candidato presidencial e fundador da revista *EIR*, Lyndon LaRouche e seis colaboradores seus, incluindo um dos seus porta-vozes para a Ibero-América, Dennis Small. O processo constituiu uma das mais descaradas fraudes judiciais da história do país. O governo apressou ao máximo o julgamento, celebrado em um tribunal federal notório por seus vínculos com os serviços nacionais de informações, colocou como presidente do corpo de jurados um colaborador de alto coturno do tenente-coronel Oliver North, notório operativo do "Projeto Democracia", e impediu a defesa de revelar aos jurados toda uma trajetória de anos de desmandos oficiais contra o movimento político de LaRouche. Com o resultado predeterminado, em menos de dois meses após a apresentação da acusação, o governo obtinha um veredito de culpa contra todos os acusados e em um mês sentenciaram LaRouche, então com 66 anos de idade, a 15 anos de prisão, por uma *presumida* fraude financeira de 294.000 dólares.

Em meio a toda essa algazarra judicial, LaRouche fez um chamamento dramático a uma luta mundial de resistência antibolchevista. "Que aqueles que se neguem a submeter-se à agressão imperial soviética em todo o mundo se unam às fileiras de um novo movimento de resistência mundial, disposto a combater os agentes e cúmplices dos interesse soviéticos com o mesmo espírito com que as organizações anticomunistas da resistência combateram as tiranias fascistas da Alemanha e Itália", escreveu ele. "Todos os que morram ou sofram nesta guerra serão, para nós, mártires, cujas honrosas façanhas nesta causa serão lendárias nas histórias que se contem às futuras gerações".

Da mesma forma, foram encarcerados outros nacionalistas que se converteram em obstáculos à crescente destruição da soberania em seus respectivos países. A 10 de janeiro de 1989, o governo de Carlos Salinas de Gortari, no México, realizou uma batida contra os líderes do Sindicato de Trabalhadores Petroleiros da República Mexicana (STPRM), encarcerando seu chefe Joaquín Hernandez Galicia ("La Quina") e dezenas de chefes secundários, por falsas acusações de corrupção. Eles, igualmente como LaRouche, continuam presos até hoje *.

Chegou então a hora do general Manuel Antonio Noriega.

No final de 1990, todo o projeto da "Nova Yalta" havia ruído. Milhões de alemães, seguindo os passos dos heróicos estudantes chineses, ergueram-se contra a corrupta ditadura comunista. A queda do Muro de Berlim, a 9 de novembro de 1989, remoralizou os povos de todo o mundo.

As forças anglo-americanas moveram-se com rapidez para escrever com sangue a mensagem de que não estavam dispostas a abandonar seu projeto supranacional, a despeito da queda da União Soviética. Pouco mais de um mês após a queda do Muro de Berlim – e cinco dias antes do Natal – o presidente George Bush ordenou a invasão do Panamá.

Não conseguindo assassiná-lo durante a invasão, como esperavam, contentaram-se com encarcerar por toda a vida o general Manuel Antonio Noriega. Na própria noite da invasão, uma quadrilha de

---

* Lyndon LaRouche foi libertado sob condicional em janeiro de 1994. Em janeiro de 1997, ainda encontravam-se encarcerados cinco de seus correligionários, todos condenados pelas mesmas acusações falsas de fraude financeira: Michael Billington, a 77 anos de prisão; Anita Gallagher, 46 anos; Paul Gallagher, 41 anos; Laurence Hecht, 40 anos; e Donald Phau, 25 anos (N.E).

banqueiros e advogados conhecidos por seus vínculos com a máfia narcotraficante prestou juramento – em uma base militar estadunidense – como novos governantes do Panamá. *A primeira coisa que fizeram estes títeres de Bush foi dissolver as Forças de Defesa do Panamá.* Mais tarde, seria encarregada da "defesa" uma força policial composta por elementos sem experiência e quase desarmados, apoiados por soldados estadunidenses.

A invasão do Panamá também foi aproveitada para testar "em combate" uma nova geração de armas de tecnologia avançada. Elas funcionaram bastante bem: na operação, morreram cerca de quatro mil panamenhos. O número exato é desconhecido, pois as tropas invasoras sepultaram os cadáveres em grandes fossas comuns. Passados três anos, as forças ocupantes continuam lá e já se discutem abertamente os planos de declarar o Panamá um protetorado estadunidense, como Porto Rico.

A passividade da Ibero-América diante da agressão estadunidense deu alento ao regime de Bush para avançar de modo mais agressivo em sua campanha contra a soberania. A covardia, o pragmatismo e a ignorância dos princípios básicos da História demonstrados pelos chefes de governo da grande maioria das nações do mundo permitiam aos anglo-americanos tomar a iniciativa, a despeito dos triunfos extraordinários de 1989 e 1990 para a liberdade do homem. Perdeu-se, então, uma oportunidade histórica para esmagar tanto o sistema do FMI como o de seus aliados comunistas.

Não foi possível, entretanto, calar todas as vozes contrárias ao projeto da "Nova Ordem Mundial" no Hemisfério Ocidental. Em 3 de dezembro de 1990, o coronel Mohamed Ali Seineldín, disposto a impedir a desintegração paulatina das Forças Armadas argentinas, encabeçou uma nova ação contra os altos comandos do Exército, pela cumplicidade dos mesmos na destruição das Forças Armadas e da defesa nacional. Como explicaria depois o próprio Seineldín, em suas alegações por escrito perante um tribunal argentino, em agosto de 1991, ele havia agido assim para defender a Argentina da destruição sob a "Nova Ordem Mundial", porque "para ingressar nela, temos de entrar inermes, com as mãos na nuca, caminhando de joelhos e nenhuma dúvida de que seremos pobres, dependentes e excluídos".

O governo argentino de Carlos Menem, outro firme aliado do governo de Bush, empregou o máximo de força para esmagar a rebelião, chegando ao extremo de pedir a pena de morte para o coronel

Seineldín, herói da guerra das Malvinas, poucas horas após a derrota da ação.

Logo ficaria claro que a invasão do Panamá nada mais foi que a primeira de uma série de guerras contra as nações do Sul, levadas a cabo sob a capa de uma presumida "Nova Ordem Mundial". Em 1982, LaRouche havia advertido que se a Ibero-América não utilizasse sua arma mais poderosa, a "bomba da dívida", para derrotar o império anglo-americano na Guerra das Malvinas, logo, as forças da OTAN se voltariam contra todas as nações do Sul. Esta advertência se confirmou, com acréscimos.

A vítima seguinte foi o Iraque. Economicamente sitiado, o Iraque foi induzido por afirmações de funcionários do governo dos Estados Unidos que estes permaneceriam neutros em face de uma eventual ação iraquiana contra o Kuwait, "nação" extraída do território iraquiano pelos britânicos em 1899, para evitar que a projetada ferrovia Berlim-Bagdá tivesse saída no Golfo Pérsico. E assim que o Iraque avançou contra o Kuwait, os Estados Unidos encabeçaram nas Nações Unidas a campanha militar contra o país, aplicando, inicialmente, devastadoras sanções econômicas *que até hoje não foram suspensas* e, em seguida, um violento bombardeio com bombas e mísseis. Os ataques aéreos se concentraram na infra-estrutura básica do país, seus centros urbanos e lugares históricos, enquanto o mundo celebrava o massacre de uma nação do mundo árabe como a primeira grande prova da "Nova Ordem Mundial".

Tal devastação foi inflingida como advertência a todo o setor em desenvolvimento. Como diria depois um general brasileiro, "agora somos todos iraquianos".

A reforma da OEA e da Junta Interamericana de Defesa

Em dezembro de 1990, durante visita aos países do Cone Sul, o presidente George Bush batizou esse projeto global da era pós-Guerra Fria com a pomposa denominação de "Nova Ordem Mundial". Esta "Nova Ordem", disse Bush, tinha de ser imposta por intermédio das "democracias". "As nações das Américas se acham no limiar de algo completamente sem precedentes na História do mundo: o primeiro hemisfério completamente democrático", gor-

jeou o carniceiro do Panamá. Advertiu, no entanto, que esse "novo amanhecer" não ocorreria sem uma quota de sofrimento. "A mudança não será fácil. As economias que hoje dependem da proteção e regulamentação do Estado deverão abrir-se à competição. Por algum tempo, a transição será penosa". Tais mudanças, aduziu, ajudarão a eliminar as "falsas distinções entre o Primeiro Mundo e o Terceiro Mundo, que por muito tempo têm limitado as relações políticas e econômicas nas Américas".

Essa política de Bush deu partida à campanha por transformar a Organização dos Estados Americanos (OEA) e seus organismos em uma espécie de instituição supranacional de governo, como vinha sendo discutindo desde a grande crise de 1982. Em 4 de dezembro de 1990, um dia após a ação do coronel Seineldín, o embaixador da Argentina no Brasil, José Manuel de la Sota, propôs a formação de uma aliança do Cone Sul em defesa da "democracia", na qual se usassem sanções e até intervenções armadas por parte dos membros da aliança contra qualquer país membro que não mantivesse um sistema "democrático". De la Sota fez sua proposta em um almoço onde se encontrava o presidente brasileiro Fernando Collor de Mello.

A proposta argentina recebeu acolhida do *Financial Times* de Londres, em 11 de janeiro de 1991. Segundo o órgão da *City* de Londres, o ministro da Fazenda argentino, Domingo Cavallo, estaria "tentando interessar seus vizinhos em um pacto de segurança regional que manterá os generais fora da política e ocupados com deveres não ameaçadores, como proteger o ambiente e erradicar o narcotráfico".

As propostas argentinas foram apenas o começo de uma ofensiva política orquestrada pelos Estados Unidos, com o firme apoio da Venezuela, para reformar a Carta da OEA, a fim de dar a este organismo "poderes intrusivos" nos Estados membros quando a "democracia" se visse ameaçada em qualquer país. Parte da reforma consiste em reestruturar a Junta Interamericana de Defesa (JID) para que, de organismo assessor em assuntos militares, passe a ser a força militar expedicionária da OEA, seguindo o exemplo dos "capacetes azuis" das Nações Unidas.

Em março de 1991, o ministro de Relações Exteriores da Argentina, Guido di Tella, manteve reuniões secretas com seus colegas chileno e brasileiro para elaborar uma estratégia visando criar uma ala militar do Mercosul, dedicada a impor a "democracia" na região, ao mesmo tempo em que se reduziriam os efetivos e armamentos de cada nação. O almirante Emilio Osses, chefe do Estado-Maior Conjunto

da Argentina, apoiou as propostas de Di Tella, com base na suposta necessidade de "assumir que chegou o fim de um modelo de Forças Armadas vigente durante grande parte do século atual" para o "novo contexto internacional existente".

Em 15 de abril, Luigi Einaudi, homem-chave do Departamento de Estado no projeto antimilitar do "Manual Bush" e, na época, embaixador dos Estados Unidos na OEA, disse em um seminário do Centro Woodrow Wilson sobre "O futuro da OEA e a segurança hemisférica" que a atual estrutura da OEA e da JID é inadequada para garantir a segurança hemisférica. Ele exprimiu sua "grande frustração sobre a incapacidade de reunir a OEA e a Junta Interamericana de Defesa, a autoridade política civil e a autoridade militar institucional. Está claro que é hora de traduzirmos a solidariedade democrática que obtivemos no hemisfério em uma nova definição e papel para os militares".

Einaudi atacou o próprio conceito de soberania nacional e afirmou que quando falassem na OEA os partidários da "Nova Ordem Mundial", como "meu amigo Carlos Andrés Pérez... falarão com tal clareza que vai deixar muitos pasmos, em busca dos véus protetores da não-intervenção, da igualdade soberana de Estados e de representantes".

A ofensiva frutificou. Quando a OEA celebrou a sua vigésima-primeira Assembléia geral anual em Santiago do Chile, de 3 a 9 de junho de 1991, os chanceleres de todos os países membros assinaram o "Compromisso de Santiago", que estabeleceu um "compromisso inexorável" de defender a democracia da região. Na ocasião, foi unanimemente acordada a convocação de uma reunião imediata de chanceleres dos países da OEA, caso a democracia se visse ameaçada em algum dos Estados membros, para examinarem, então, ações de maior porte.

Durante esse mesmo período, o ataque aos militares avançou em dois novos flancos: El Salvador e o flanco econômico.

Ao final de novembro de 1990, o general George Jouwan foi nomeado comandante-em-chefe do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos. Uma das primeiras ordens dadas por ele foi a de que os Estados Unidos impusessem à força a negociação com os comunistas do FMLN em El Salvador. Joulwan informou ao coronel Mark Hamilton, adido militar estadunidense em El Salvador, que sua "nova missão (era) obter um acordo negociado".

Desde a posse de Bush, em janeiro de 1989, haviam-se reali-

zado negociações secretas entre o FMLN e os Estados Unidos. Agora, era dada ordem para levar adiante o plano de lançar os comunistas contra as instituições nacionais de toda a Ibero-América , *a partir de dentro dos governos*. O caso de teste seria El Salvador, com mediação das Nações Unidas.

Em abril de 1991, um dos membros fundadores do Diálogo Interamericano, o ex-Secretário de Defesa estadunidense Robert S. McNamara, abriu a segunda frente. Em um discurso proferido durante a reunião anual do Banco Mundial, McNamara (igualmente, ex-presidente desta instituição) exigiu que as instituições financeiras internacionais condicionassem os seus programas de ajuda a reduções drásticas dos orçamentos militares das nações que recebiam os referidos benefícios (ver capítulo 13). Segundo McNamara, tais reduções acelerariam o processo de substituição das instituições militares nacionais por forças supranacionais da ONU. A doutrina de segurança da "Nova Ordem Mundial", sentenciou ele, deveria ser a "ação coletiva", de acordo com o modelo da intervenção da ONU no Iraque. McNamara instou a que a OEA se transformasse de modo igual: "Um acordo de Conselho de Segurança (das Nações Unidas) e que os conflitos regionais que ponham em perigo a integridade territorial sejam enfrentados com a aplicação de sanções econômicas e, se necessário, sanções militares impostas por decisões coletivas, utilizando forças multinacionais", disse ele. "Um mundo assim necessitaria de um líder. Não vejo alternativa a que o papel de liderança deixe de ser cumprido pelos Estados Unidos... As organizações regionais como a OEA e a Organização de Unidade Africana devem funcionar como braços regionais do Conselho de Segurança".

1992: estoura a oposição

Em agosto de 1991, o coronel Seineldín teve mais uma oportunidade de falar em defesa própria no tribunal onde ele e os líderes da ação de 1990 eram julgados. Seineldín aproveitou a ocasião para promover um dos chamamentos às armas mais claros já feitos contra a "Nova Ordem Mundial" (ver capítulo 19).

Um mês depois, a oposição a essa ofensiva supranacional eclodiu em um país onde poucos a esperavam, o Haiti. Em 30 de setembro, os militares haitianos derrubaram o presidente marxista Jean-Bertrand Aristide, indignados por seus esforços por im-

por os ditames do FMI mediante o terror, o assassinato de seus adversários e a violência brutal de massas. O jacobino Aristide, favorecido por Washington devido ao seu apoio aos programas econômicos do FMI, havia, ademais, começado a formar uma força paramilitar privada para, mais tarde, enfrentar o Exército.

O Haiti se converteu no primeiro teste do Compromisso de Santiago, firmado apenas quatro meses antes, na reunião da OEA, em junho. Mas, a despeito de grande pressão internacional e até um criminoso bloqueio econômico organizado pelos Estados Unidos e pela OEA, o governo e o povo do Haiti se negaram a entregar a sua soberania. A sua resistência de quase dois anos comunicou ao resto do continente a mensagem inequívoca de que até mesmo a mais pobre e diminuta das nações pode resistir ao genocídio do FMI e à destruição de suas Forças Armadas *.

Quando os Estados Unidos quiseram forçar a ação *militar* da OEA contra o Haiti, provocaram o que seria a segunda rebelião importante contra a sua pretendida "Nova Ordem". Em princípios de fevereiro de 1992, por instâncias dos Estados Unidos, o governo da Venezuela, então presidido por Carlos Andrés Pérez, se dispunha a enviar tropas ao Haiti para sufocar a resistência. Não obstante, os militares venezuelanos tinham outras idéias e o país experimentou, em 4 de fevereiro de 1992, a sua primeira tentativa de golpe daquele ano, realizada pelo Movimento Bolivariano, encabeçado pelo tenente-coronel Hugo Chávez à frente.

Embora o levante tenha falhado, ele alterou de modo decisivo o panorama político da região: já não se mostravam inconcebíveis os levantes militares contra a política da "Nova Ordem Mundial" em uma nação sul-americana importante. Washington mobilizou-se desesperadamente para manter Pérez no poder e fazer saber aos demais nacionalistas que pudessem estar cogitando de ações semelhantes: se o tentarem, nós os esmagaremos.

Porém, em 5 de abril, o presidente peruano Alberto Fujimori, com pleno apoio das Forças Armadas, dissolveu o Congresso e o Supremo Tribunal corruptos do país, a fim de levar avante a guerra total contra os narcoterroristas do Sendero Luminoso.

Em 12 de setembro, o governo de Fujimori assombrou o mundo ao capturar o temido chefe senderista Abimael Guzmán.

---

* Em agosto de 1994, Aristide foi reempossado no cargo após a invasão do Haiti por forças militares dos EUA (N.E.).

Sua apreensão e posterior condenação à prisão perpétua levantaram uma grande onda de otimismo no Peru e em toda a Ibero-América, no sentido de que é possível reafirmar a soberania e deter o narcoterrorismo, a despeito da oposição ativa de Washington.

Dias depois, em 29 de setembro, o panorama político brasileiro também foi subitamente alterado, com a suspensão do mandato do presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção. A despeito da árdua resistência de Washington e de Wall Street, as manifestações de rua de mais de um milhão de pessoas, combinadas com a franca advertência militar de que Collor tinha que sair, o obrigaram a renunciar, em 29 de dezembro do mesmo ano.

A essa altura, os funcionários antimilitares estadunidenses estavam francamente preocupados . Luigi Einaldi deu voz ao seu frenético estado mental, nos comentários que fez em simpósio sobre "ensinamentos da experiência venezuelana", realizado no Centro Woodrow Wilson de 21 a 23 de outubro de 1992. Segundo ele, a totalidade das relações entre os Estados Unidos e a Ibero-América dependia da manutenção no poder do odiado Carlos Andrés Pérez. "A importância da Venezuela nas relações internacionais poderia dever-se mais à democracia do que ao petróleo", dissertou o ex-embaixador, que qualificou a corrupta "partidocracia" nacional de "embandeirada com a possibilidade da democracia na América Latina". Einaudi louvou Pérez em termos estranhamente íntimos, descrevendo-o como "um presidente com carisma pessoal, história, potencial de realidade externa... Ainda tem projeção de vigor, de coragem, de modernidade, de adaptabilidade".

O que ocorrer na Venezuela, disse Einaudi, "é absolutamente vital para o nosso futuro regional coletivo". Qualquer "interrupção" da ordem constitucional venezuelana, advertiu ele, teria "impacto em toda a rede estadunidense e latino-americana de relações".

Os próprios venezuelanos demonstraram com muita rapidez como era vulnerável todo esse projeto de "democracia" artificial imposta do exterior: um mês depois, em 17 de novembro de 1992, ocorreu a segunda insurreição militar do ano. Embora Pérez tenha conseguido sobreviver também desta vez, o seu apoio popular despencou. De seu exílio posterior, um dos líderes do movimento, o general Francisco Visconti, da Força Aérea, prosseguiu com a luta e conclamando outros a se unirem numa resistência continental à destruição econômica, política e militar da Ibero-América sob a égide da "Nova Ordem Mundial".

Em maio de 1993, a crise venezuelana atingiu novamente a fervura e, em 20 de maio, Pérez viu-se forçado a deixar a Presidência, para ser processado por acusações de corrupção multimilionária: uma importante vitória para as forças nacionalistas da Venezuela e de toda a Ibero-América .

O contra-ataque ao 'Manual Bush'

Um dos fatores que têm inspirado a rebelião contra o projeto "democrático" dos usurários é que os militares de todas as nações da Ibero-América cada vez mais se dão conta de que a política do governo estadunidense sob a "Nova Ordem Mundial" é eliminar na prática as Forças Armadas como instituição ao sul do rio Bravo.

Em junho de 1991, a revista *Resumen Ejecutivo* de *EIR* publicou a primeira de suas edições especiais dedicadas à batalha em que se viam envolvidas as Forças Armadas. Intitulado *A "nova ordem" de Bush: eliminar a soberania e as Forças Armadas das nações da Ibero-América* , o número duplo especial documentou o plano estadunidense para "desmantelar as Forças Armadas da Ibero-América", com exemplos concretos de quanto havia avançado a sua execução. O relato circulou amplamente na Ibero-América e, para muitos oficiais, o panorama apresentado sobre a política dos Estados Unidos para a região forneceu, por fim, uma explicação para os ataques que haviam sofrido na própria carne, mas dos quais não tinham certeza que fossem parte de uma política definida. O aspecto central do relatório foi desmascarar o grupo do "Manual Bush" criado pelo Departamento de Estado (ver capítulo 2).

A denúncia pôs o dedo na ferida. No final de novembro, Guillermo Kenning Voss, um destacado maçom e empresário boliviano, então presidente do Tribunal Eleitoral de Santa Cruz, sugeriu que a Bolívia já não precisava de Forças Armadas. Para tornar palatável a proposta, adornou-a com os embustes de Robert McNamara, de que o dinheiro "poupado" deste modo poderia custear programas de saúde e educação. Os meios militares bolivianos responderam com rapidez. Em 1° de dezembro ,o diário *Última Hora* reproduziu em sua totalidade o artigo da *Resumen Ejecutivo* sobre o "Manual Bush", vinculando a escandalosa proposta de Kenning à ofensiva estadunidense .

Durante todo o mês de janeiro de 1992, um único assunto dominou a política e os meios de comunicação bolivianos: é verdade que a política dos Estados Unidos é desmantelar as Forças Armadas? E, neste caso, que outras ameaças isto implica para a nação?

Quando se tornou claro que os bolivianos, tanto civis quanto militares, haviam tomado muito a sério a existência do plano, a embaixada estadunidense em La Paz se viu forçada a responder, recorrendo à velha tática de mentir. Em 7 de dezembro, a embaixada emitiu um comunicado oficial, no qual reconhecia que o famigerado "Manual Bush" era, na verdade, o livro *Os militares e a democracia,* mas insistia em que o mesmo não tinha "qualquer relação com o governo estadunidense" - a despeito do fato de que o próprio prefácio do livro informa que o governo dos Estados Unidos custeou o projeto e que o Exército, o Departamento de Defesa e o Departamento de Estado deram assessoria e apoio logístico para a sua elaboração! "O projeto não poderia ter sido levado a cabo sem o contínuo apoio financeiro de diversas instituições", assinala o prefácio do livro. E acrescenta: "A fonte principal foi o Escritório de Iniciativas Democráticas da Agência Internacional de Desenvolvimento", dependência do Departamento de Estado.

A embaixada saiu-se com a ridícula afirmativa de que dependência alguma do governo estadunidense havia sequer ouvido falar no assunto. "Tanto o Pentágono quanto a Casa Branca e o Departamento de Estado desconhecem a existência de plano ou projeto algum para reco- mendar a eliminação das Forças Armadas da Bolívia ou de qualquer outro país latino-americano; por conseguinte, muito menos poderia constituir uma intenção pessoal do presidente Bush, como se pretendeu implicá-lo intencionalmente", explicou a embaixada.

Em 11 de dezembro de 1991, a manchete principal do jornal *Presencia*, o mais importante da Bolívia, demonstrou quanto crédito os bolivianos haviam dado ao desmentido hipócrita da embaixada: "Não há 'Plano Bush', mas as Forças Armadas serão drasticamente reduzidas". Em 15 de dezembro, o comandante do Exército, general Oscar Escobar, advertiu que as operações antimilitares "denunciam uma inclinação velada ao parcelamento do país... Ficamos alarmados em que a ousadia de alguns maus bolivianos também abarque outras instituições fundamentais e meritórias, como a Igreja Católica e a Polícia Nacional, que ultimamente também têm sido alvos de ataques, e isto nos preocupa porque afeta a integridade de nossa existência como nação e pode

erodir a própria estabilidade da Pátria".

A Bolívia não foi o único país em que se impugnou o projeto antimilitar de Bush.

Em março de 1992, a organização uruguaia PEITHO publicou uma versão castelhana revisada do livro infame. Foram introduzidos dois capítulos novos; os diretores do projeto, Juan Rial e Carina Perelli, ampliaram os seus capítulos e o prefácio e foi acrescentado um *post scriptum* para reexaminar brevemente as mudanças ocorridas desde o lançamento do livro em inglês, dois anos antes. As modificações revelam como o projeto julgava os seus próprios pontos fortes e débeis naquele momento.

Na intenção de se valorizar como porta-vozes de uma rede importante *nas próprias Forças Armadas ibero-americanas*, os autores mencionam alguns dos oficiais militares da região aos quais consideram parte do projeto. Encabeçam a lista três oficiais que, como ministros de Defesa, os ajudaram em seu trabalho: o general Hector Gramajo, da Guatemala (cuja colaboração estreita com o alto funcionário do Departamento de Estado, Luigi Einaudi, se fortaleceu quando empregou a filha de Einaudi por algum tempo); o tenente-general Hugo Medina, do Uruguai, que, segundo o prefácio, "apoiou constantemente o projeto"; e o coronel J. Wilfredo Sánchez, de Honduras. O livro elogia outros "oficiais de alta patente e diversos cargos [que] estiveram envolvidos em seu êxito": o general Jaime Rabanales, então diretor do Centro de Estudos Militares de Guatemala; o general Rodrigo Benavídez Uribe, então diretor do Centro de Estudos Militares (CAEM) do Peru; o general Miguel A. Pinto, então diretor do Instituto de Altos Estudos para a Defesa Nacional, da Venuezuela; os contra-almirantes Domingo Pacífico Castellano Branco Ferreira e Mario César Flores, da Marinha brasileira e o argentino Fernando Milla; os coronéis Andino (Honduras), Lloret y Moncayo Gallegos (Equador), Mugnolo (Argentina), Quilo, Ríos y Termas (Guatemala). Também era mencionada "a participação especial" de Mauricio E. Vargas, de El Salvador.

Igualmente, os autores assinalavam que a sua equipe de trabalho continuava ativa. Em 1991, haviam patrocinado uma conferência para "acadêmicos" e oficiais militares em Montevidéu. Além disto, já se trabalhava em um segundo volume do "Manual", que examinaria como as grandes mudanças ocorridas no antigo bloco soviético, supostamente, "iniciaram um processo de crise (militar) de identidade ou existencial, cujo alcance merece

um tratamento próprio". Em suma, sustentavam, os militares estão na defensiva, concentrados em seus próprios problemas.

Porém, eles haviam, também, encontrado obstáculos. Um dos novos capítulos da edição em espanhol, escrito pelo peruano Guillermo Thornberry, introduziu o tema de que a rede antimilitar se tem ocupado cada vez mais: como enfeitar a sua "nova agenda" globalista para não provocar uma reação nacionalista contra a mesma.

A preocupação de Thornberry era que a discussão internacional sobre a Amazônia fora tão mal conduzida que os militares brasileiros se haviam convencido de que os planos ambientalistas internacionais representam uma ameaça à soberania nacional. "A carência de realismo político e ausência de tato diplomático provocaram uma forte reação dos militares brasileiros, que retêm uma parte importante do poder em seu país, colocando o debate no plano da soberania nacional sobre os territórios amazônicos e facilitando ao Brasil uma ofensiva diplomática que forçou os demais países do Tratado de Cooperação Amazônica a apoiar um modelo de ocupação territorial e de exploração de recursos que nem todos compartilham e que, em alguns casos, sequer ainda analisaram devidamente", queixava-se Thornberry.

Thornberry também insinuava que se podia gerar um conflito entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos, mencionando a necessidade de que os mesmos observassem cuidadosamente a política de ocupação que o Brasil vem executando em seu território amazônico.

O último elemento que surge na versão castelhana do livro – uma nota de pé de página em tipo pequeno no *post scriptum* - revela que os participantes do projeto punham agora muita atenção em proceder com "realismo político" e "tato diplomático" para promover o seu programa. A nota, nervosa e pueril, queixa-se de que o livro havia recebido "um curioso comentário... em uma publicação que se distribui em forma restrita, denominada *Iberoamérica* (sic). Sob o título 'O manual de Bush para eliminar as Forças Armadas da Ibero-América' e sob as assinaturas de Small & Small, pretendeu -se desacreditar o livro com base em quem financiava os pesquisadores".

Tendo em vista que dificilmente podiam negar a fonte de seu financiamento – o governo estadunidense –, os autores preferiram argumentar que "uma leitura atenta do mesmo basta para fazer ver os diversos enfoques que aqui se apresentam, que, como é óbvio, não representam o sentimento oficial de governo algum". Os autores alegam que são meros "acadê micos" independentes e que, de qualquer modo, é notório que muitos artigos, entre eles alguns dos mais assi-

nalados pelos 'pequenos', não apóiam a hipótese que sugere o título do seu artigo".

"O fato de que alguns dos colegas escrevendo no livro tenham recebido reclamação de membros da Forças Armadas, ao entrevistá-los, nos levou a este esclarecimento", explicavam. Como dois dos autores "mais assinalados pelos Smalls" eram o casal Rial e Perelli, ficava claro que alguns oficiais militares uruguaios haviam, com efeito, efetuado uma "leitura atenta" do livro e concluído que ele é exatamente o que a *Resumen Ejecutivo* havia dito: um manual para destruir as Forças Armadas.

A falácia do profissionalismo democrático

Sob qualquer ponto de vista, os referidos "esclarecimentos" não bastaram para aplacar o desagrado provocado no Uruguai e em toda parte pelo projeto antimilitar. Nos dias 25 e 27 de maio de 1992, o casal Rial e Perelli foi entrevistado no programa de rádio "Em Perspectiva" e a entrevista foi publicada posteriormente pela revista *Círculo Militar*. A entrevista foi preparada por seus partidários, a fim de dar à dupla a oportunidade de responder à acusação de que eles – ou o governo dos Estados Unidos, que lhes paga as despesas – participavam de um projeto para destruir as Forças Armadas.

A entrevista recorreu aos mesmos truques usados na Bolívia, meses antes. Tendo em vista que já não se mostraria crível insistir em que "não existia um Plano Bush", Rial e Perelli reconheceram que, certamente, a "desmilitarização" era debatida no setor avançado, mas *eles* se opunham a ela e criticavam as pressões dos Estados Unidos, FMI e Banco Mundial, que procuravam "impedir que países do Terceiro Mundo tenham uma força militar considerável ou importante". Perelli – cujos escritos no "Manual Bush" constituem um extenso ataque aos militares do Uruguai por sua bem sucedida guerra contra os guerrilheiros Tupamaros – proclamou-se de repente um amiga dos militares. "Começa-se a perceber como nos querem desarmar, tornar-nos uma força policial, reduzir-nos a um papel de patrulhamento, com missões impostas de fora", disse Perelli.

Porém, apressou-se a acrescentar ela, desarmar-nos "não é uma posição oficial" dos Estados Unidos. Rial concordou com isto e argumentou que "a política norte-americana não é linear nem simples e, também, falar e atribuir que o Departamento de Estado seja todo-

poderoso e faz tudo é falso... Não existe um centro de poder único... existem posições muito diferentes; e mais, existem os que estão em total desacordo com esta posição e, expressamente, em setores do Departamento de Defesa, há quem considere que tomar este tipo de atitudes contra as Forças Armadas é um disparate".

A argumentação do casal com referência à necessidade de mudanças é exatamente a apresentadaos pelos presumidos "opositores" do "projeto de desmilitarização" no Departamento de Defesa e no Exército dos Estados Unidos. Ah, sim, dizem, as nações necessitam de Forças Armadas, mas estas devem ser "restruturadas" segundo as normas estabelecidas pela "Nova Ordem Mundial": cortes dramáticos em seus orçamentos, redução do número de efetivos, abandono da missão histórica de defesa do Estado nacional, participação nas forças supranacionais etc. Exatamente como tinha dito o jornal *Presencia,* cinco meses antes: "Não existe Plano Bush, mas as Forças Armadas serão drasticamente reduzidas".

"As Forças Armadas terão de aceitar que as coisas não podem continuar como até agora, que é preciso fazer algumas mudanças", argumentou Rial, porque há uma "transformação muito grande em nível mundial, indicando que as grandes organizações, de tipo estatal, se acham em crise... As Forças Armadas, como instituição estatal, sofrem o mesmo destino que todos os outros órgãos do Estado: elas perdem poder, perdem dinheiro, perdem uma situação determinada". De pleno acordo, Perelli aconselhou os militares a trabalhar para assegurar que tais mudanças "não se limitem a uma imposição de fora". Rial insistiu: "Será preciso um redimensionamento das Forças Armadas... debater... que tipo de força queremos, para que a queremos, como a queremos... As Forças Armadas também têm que estar dispostas a perder algumas áreas de influência".

Dito sem rodeios: na visão deles, a única opção para os militares seria a de adotar o programa de seus inimigos.

Na medida em que cresce entre os militares ibero-americanos a oposição aos planejamentos abertos de desmantelamento.[9]

Marcella elogia o trabalho de Rial e Perelli, bem como o "pequeno movimento intelectual entre uns tantos estudiosos do Chile, Argentina e Uuruguai" e se pôs a ampliar "o estudo da sociologiamilitar" e "as novas missiões profissionais dos militares".

[9]Gabriel Marcella, "The Latin American Military, Low Intensity Conflict, and Democracy", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs,* Spring 1990, Vol. 32, no. 1.

Assim, o que pensam Rial e Perelli sobre "o papel das forças latino-americanas hoje"? Quando isto lhe foi perguntado na entrevista radiofônica de maio, Rial respondeu, seco: "(Nas nações) da América do Sul, fundamentalmente, sobreviver". Uma missão, certamente, um tanto limitada!

A escola de "profissionalismo militar democrático", que, presumidamente, tenta ordenar às Forças Armadas, nas palavras de Marcella, "uma missão legítima profissional dentro da democracia", parte, na verdade, das mesmas premissas que o desconstrucionismo lunático subjacente ao projeto de erradicar do planeta a Civilização Ocidental e o Estado nacional. Examinemos, por exemplo, *por que* Rial sustenta que os militares enfrentam atualmente "uma crise existencial", tema constante do projeto do "Manual Bush":

"A função militar, vista em escala mundial, perde prestígio e perde espaço ou posição permanente", disse ele aos seus rádio-ouvintes uruguaios em maio. "As funções heróicas, hoje, não são bem vistas em sociedade alguma do mundo e, pouco a pouco, predomina outro tipo de valores e outro tipo de funções. Em uma sociedade que muitos qualificam de de pós-industrial ou pós-moderna, não se sabe claramente qual é a função que devem ter as Forças Armadas perante uma sociedade que proclama constantemente a necessidade da paz e a proscrição da guerra".

Os comandos e as patentes intermediárias

Naquele momento, o projeto do "Manual Bush" havia posto em sua alça de mira os setores das Forças Armadas que se haviam mostrado mais resistentes aos seus planos da "Nova Era". Preocupação particular despertavam em Rial e Perelli os militares com treinamento de comandos, que encarnam os "valores heróicos" que eles desejam ardentemente sepultar para sempre. Em diversas ocasiões, ambos fizeram ver que a espinha dorsal do temido movimento dos "caras-pintadas" do coronel argentino Mohamed Ali Seineldín é formada por comandos.

Essa preocupação ficou manifesta na edição castelhana do "Manual Bush". No capítulo sobre "as heranças dos processos de transição à democracia na Argentina e Uruguai", por exemplo, Perelli agregou uma diatribe contra os comandos e seu treinamento. Segundo ela, tal treinamento foi o que permitiu ao coronel Seineldín manter "todo

o setor ativo, não apenas politicamente, mas com treinamento 'paramilitar', com a frase de ordem: 'treinamento duro, combate fácil'".

De modo semelhante, na entrevista radiofônica de maio de 1992, Rial disse que as unidades de comando da região são os futuros partidários de um movimento *regional* de resistência aos seus projetos. O entrevistador perguntou a Rial se havia "caras-pintadas" nas Forças Armadas uruguaias. "Seria arriscado dizer que existem caras-pintadas em nosso país", disse ele, "mas o que, sim, podemos dizer é outra coisa: em quase todos os países da região, por razão do tipo de missão que as Forças Armadas tiveram que assumir na chamada guerra interna dos anos 60 e 70, surgiram novas formas de treinar o pessoal militar e isso é comum em quase todos os países".

"É preciso recordar", acrescentou, "que, na Argentina, quase todos os caras-pintadas têm uma especialidade em sua origem: comandos. Sob nomes diferentes, funcionam em outros países da América Latina. Chamam-se comandos no Equador, chamam-se *rangers* no Peru, lanceiros ou *caibiles* na Guatemala etc. etc. Em nosso caso (o Uruguai), não criamos propria mente a especialidade, mas, sim, existe pessoal que esteve em outros países e que tem exatamente a mesma especialidade".

Rial definiu o comando como sendo "um indivíduo que tem um treinamento especial para poder resistir a circunstâncias muito difíceis, ou seja, entende-se que seja uma pessoa que deve sobreviver às piores circunstâncias possíveis. Assim sendo", concluiu Rial, "não é estranho que exista o mesmo tipo, digamos, de comunhão, de formação e de pensamento que existem em outros países da América Latina".

Igualmente, estão na alça de mira como centro de resistência todas as patentes intermediárias, o grupo do qual Perelli se queixava de que continuava sendo um bastião da crença de que a missão dos militares é a de serem "salvadores da pátria". Em outubro de 1992, o grupelho antimilitar já fazia chamamentos abertos pelo expurgo destes setores de comando de todos os oficiais que se opusessem, ainda que *potencialmente*, ao projeto de redução das suas instituições a meras guardas nacionais dirigidas pelos Estados Unidos.

Esse foi um dos temas centrais de um simpósio de três dias presidido por dois redatores do "Manual Bush", Louis Goodman e Johanna Mendelson, realizado no Centro Woodrow Wilson, em Washington, de 19 a 21 de outubro de 1992. O simpósio foi intitulado "Ensinamentos da experiência venezuelana" e foi dedicado ao exame das

consequências, tanto na Venezuela como em toda a região, do levante militar de 4 de fevereiro de 1992 contra a "partidocracia" de Carlos Andrés Pérez. Mais francos que de costume, os participantes do seminário apontaram os militares como um dos grandes fatores que mantêm viva a "cultura do nacionalismo econômico" na Ibero-América e, com ela, a possibilidade de rebelião contra a ditadura "livrecambista" dos banqueiros.

Desde o início dos trabalhos, os organizadores fizeram notar que o simpósio integrava o "Projeto Democracia" de Rial, Goodman e Mendelson, autores do "Manual Bush", cujos participantes dominaram as deliberações. Além de Goodman e Mendelson, falaram outros dois expoentes do "Manual Bush", o "sociólogo militar" brasileiro Alexandre Barros e o acadêmico estadunidense Richard Millett, do Departamento de Estado. Ao final do simpósio, o ex-embaixador Luigi Einaudi, eminência parda do projeto, distribuiu as pautas da mobilização.

Na primeira sessão do simpósio, Alexandre Barros dirigiu os ataques contra as patentes intermediárias. Comentando arrogantemente que a queda dos soldos, do prestígio e da moral haviam criado uma "profunda crise de identidade" entre os militares do continente, Barros assegurou que "está crescendo a brecha entre as gerações jovens e velhas" na instituição militar, já que "a geração mais jovem se acha imbuída do ponto de vista da `sociedade civil'".

"O problema agora é o seguinte", proclamou Barros. "O que vamos fazer com a gente do meio? Os generais vão reformar-se logo e os tenentes e capitães mais jovens estão se alinhando com a nova perspectiva. Como resolvemos isso? Pelo desgaste? Dando baixa a esta gente? Talvez, este seja um ponto a ser examinado", assinalou Barros, "porque será aqui onde se apresentará, nestes momentos, o foco principal de frustração, de movimento militar".

Barros destacou mais uma vez que os militares foram colocados como alvos porque eles se opõem à política de saque imposta pelos banqueiros. Ao se ajustarem às novas democracias do neoliberalismo, os militares tendem a uma visão retrospectiva de buscar o nacionalismo e regressar à política antiga," queixava-se Barros. Mas isto mudará, afirmou ele, porque a profissão militar está a ponto de se converter numa profissão como qualquer outra" e, por fim, acabou-se com o "quase monopólio" que ela vinha desfrutando na educação de seus membros e na formação de seus valores e propósitos.

Apêndice especial: as frentes atuais da guerra

A despeito da resistência com que tem se defrontado, o projeto antimilitar continua avançando. Diversos campos de atividades inimigas constituem perigos imediatos, como veremos a seguir..

A frente econômica

A contínua aceitação do predomínio do FMI na Ibero-América permitiu ao inimigo estrangular economicamente as Forças Armadas, exatamente como foi esboçado por Robert McNamara em abril de 1991.

O fato de que essa é uma política sistemática das instituições financeiras internacionais ficou demonstrado por um relatório surgido no boletim do FMI, *IMF Survey*, de 14 de dezembro de 1992. O boletim noticiava um fórum realizado na sede do FMI, em Washington, para debater o tema de saber se as instituições financeiras internacionais "têm a responsabilidade e os recursos para pressionar os países... a reduzir o nível dos seus gastos militares".

Os participantes do fórum responderam, de modo muito enfático, que sim. Pierre Landell-Mills, veterano assessor do Banco Mundial, jactava-se de que esta instituição havia pressionado pelo menos vinte países a reduzir os seus gastos militares e estava assessorando vários outros para "desmobilizar grandes exércitos" e converter as indústrias militares em aplicações civis. Na ocasião, ele anunciou que o Banco Mundial tem um programa de pesquisa sobre "as melhores formas de reduzir de escala os exércitos".

Landell-Mills advertiu, entretanto, que, por motivos políticos, o Banco Mundial dissimulava os seus objetivos como simples parte do

esforço mais geral para reduzir os gastos "não-produtivos", instando os governos nacionais a adotar práticas semelhantes. Recomendou, também, o encorajamento do debate sobre as vantagens comparativas dos diferentes tipos de distribuição de bens, nos quais se possa argumentar que "os gastos militares estão deslocando as distribuições sociais essenciais". Outra forma de impor modificações às estruturas militares, aduziu ele, é que os prestamistas bilaterais e "grupos de consulta dos doadores", além disto, neguem ajuda aos países com altos gastos militares, porque se a ajuda bilateral for interrompida, diz ele, "esses países já não poderão apresentar programas de financiamento viáveis, pelo que, por sua vez, não estariam sob consideração para empréstimos de ajuste estrutural".

Nicole Ball, do Overseas Development Council, instou o FMI, Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais a "assumir uma posição ativista" em relação às reformas militares. Para poder conceder ajuda, disse ela, devem-se "estabelecer critérios comuns no tocante à segurança" e, em seguida, valer-se dos "muitos, sutis e variados mecanismos disponíveis para conseguir os resultados esperados". "O diálogo programático, o apoio técnico e financeiro, as recompensas por boa conduta, os esforços por fixar objetivos e gastos e rendimento em áreas não-militares (que podem ajudar em reduções da ajuda militar) e a ajuda aos países para submeter o setor militar às mesmas normas de responsabilidade e transparência que se aplicam aos setores civis foram alguns dos mecanismos "sutis" que propôs.

Russell Kincaid, chefe da Divisão de Facilidades e Emissões Especiais do FMI, concentrou-se no objetivo estratégico que anima a iniciativa de reduzir os gastos militares. Fazendo-se eco da tese central do discurso de McNamara em 1991, Kincaid argumentou que o objetivo em vista é que "a segurança coletiva... suplante a dependência dos mecanismos de segurança individual", acrescentando que alguém ainda terá de "fazer o papel de gendarme mundial".

Uma força militar supranacional

O projeto antimilitar pretende efetuar mudanças significativas na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) para dar "poderes intervencionistas" às nações-membros, dentro de uma ampla faixa de assuntos internos que agora se consideram importantes para a "segurança hemisférica" (controle de armamentos, direitos humanos, insti-

tuições democráticas, proteção do meio ambiente, narcotráfico etc).

Para atingir esses objetivos, propuseram-se duas modificações principais. A primeira é a alteração da Carta da OEA para estabelecer mecanismos suspendendo ou expulsando da organização qualquer país cujo governo seja considerado "antidemocrático". O segundo é a colocação da Junta Interamericana de Defesa (JID) sob a autoridade direta da OEA. Atualmente, as atividades da JID limitam-se às de um corpo consultivo dos representantes dos Estados-membros. Com a emenda à Carta da OEA, patrocinada principalmente pelo governo dos Estados Unidos, Argentina e Venezuela, a JID poderia transformar-se numa força militar supranacional mobilizável pela OEA à maneira dos "capacetes azuis" da ONU.

Os planos de conversão da JID reformada em uma aliança militar estilo OTAN já se encontram bastante adiantados. Em uma teleconferência de 27 de outubro de 1992 sobre "relações cívico-militares", organizada pelo Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIA), o general John Galvin, ex-comandante do Comando Sul do Exército estadunidense, explicou que uma aliança com a OTAN neste hemisfério poderia levar à redução do tamanho das forças militares. "Poderíamos evitar a necessidade de pensar em forças aéreas, navais e exércitos tão grandes para nos proteger dos países vizinhos", disse ele.

Outra consequência da mencionada aliança seria o estabelecimento de um comando estadunidense formal do que restasse das forças militares ibero-americanas "restruturadas".

A preparação de forças multinacionais da OEA já está em marcha, a despeito do fato de isto ser ilegal pela atual carta da OEA. Os documentos obtidos pela revista *EIR* mostram que, em fevereiro de 1993, seis militares de vários países ibero-americanos já haviam recebido treinamento no Forte Benning, na Geórgia (EUA), com vistas à operação de uma força multinacional na América Central, sob o comando da OEA.

O projeto foi iniciado em setembro de 1991, quando o governo da Nicarágua solicitou a ajuda da OEA para treinar o seu exército para a varredura de minas que restaram da guerra entre os "contras" e os sandinistas. Na ocasião, o então secretário-geral da OEA, João Baena Soares, pediu à JID para preparar um plano para a operação e fazer uma lista dos oficiais militares qualificados de cada um dos países, que seriam treinados para ela.

Três delegações, incluindo a do México, protestaram energica-

mente. O governo mexicano denunciou que "a Junta Interamericana de Defesa não tem atribuições para levar a cabo este tipo de operações, já que seu caráter consultivo não prevê trabalhos operativos e logísticos... A JID não tem faculdades para realizar esse tipo de operações, como tampouco a Secretaria-geral da OEA tem as atribuições para solicitá-lo". De qualquer modo, o projeto foi levado adiante e, desde então, Honduras, Costa Rica, El Salvador e Guatemala solicitaram assistência semelhante.

As pressões em favor da criação de uma força interamericana aumentaram em 1992, quando ficou claro que a oposição a uma nova ordem supranacional crescia, em vez de diminuir. Em 24 de março de 1992, um editorial do *New York Times* iniciou uma curta campanha em favor dos planos que, por outra parte, já se formulavam em caráter privado. "Há pouco tempo a perder... Na Venezuela os militares nacionalistas desafiam a democracia", escreveu o jornal. "Seria mais aceita uma força de intervenção estrangeira se Washington se mantivesse discreta... Chegou a hora de criar uma força militar interamericana que pudesse intervir para proteger os governos democráticos frente a sequestros em mãos de terroristas armados".

A edição de março de 1992 de *Proceedings*, a revista do Instituto Naval dos Estados Unidos, promoveu a mesma idéia. Dizia que "o passo lógico seguinte na atuação da OEA como instrumento eficaz para a ações coletiva das nações do hemisfério seria formar uma força de resposta rápida para contender com crises regionais, tanto naturais como políticas... À luz das ações da OEA em relação ao Haiti, não pode estar muito distante a criação do marco para tal força".

Em 26 de março, o presidente da Argentina, Carlos Menem, afirmou numa reunião de chanceleres do Grupo do Rio reunidos em Buenos Aires, que a OEA deveria criar um Conselho de Segurança que interviesse nos países do hemisfério para "proteger a democracia". De acordo com o jornal mexicano *La Jornada,* de 27 de março, Menem "reiterou sua proposta de que a OEA deveria ter uma força multinacional que intervenha em casos de golpes de Estado".

O então presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez apoiou a proposta de Menem, queixando-se de que o Grupo do Rio a houvesse refutado com base em uma defesa errônea do princípio de não-intervenção. "Eu insisti (em que) o conceito de não-intervenção, que é para afirmar-se essencialmente, deve aceitar a presença dos direitos supranacionais, que devem ser defendidos pela região... Um desses direitos é o direito a que se respeite a soberania popular expressa nas

urnas pelos habitantes de um país e este direito deve ser defendido multilateralmente", disse ele, citado pelo jornal venezuelano *El Nacional,* de 28 de março.

Uma variedade de justificativas foi apresentada para a criação de uma defesa multinacional, inclusive o "combate ao narcotráfico" e "a defesa dos direitos humanos".

Em outubro de 1992, Abraham Lowenthal, membro do Diálogo Interamericano, insinuou que logo se poderia necessitar de uma força regional para invadir o Peru. Em entrevista ao jornal argentino *Clarín,* de 18 de outubro, ele afirmou que, com relação ao Peru, "não creio que se pudesse descartar uma intervenção conjunta com os países da América Latina, na medida em que o problema se estendesse". E aduziu: "Se a situação no Peru continuar se deteriorando, todos os países da América Latina, os Estados Unidos e o Canadá teriam de ver como trabalhar juntos para ajudar as forças de direitos humanos no Peru".

Por sua vez, Robert Pastor, assessor de assuntos ibero-americanos no Conselho de Segurança Nacional durante o governo de Jimmy Carter e assessor da equipe de transição de Clinton, publicou um artigo na influente revista trimestral *Foreign Policy,* da Fundação Carnegie para a Paz Internacional, edição do outono de 1992, onde apresenta quatro motivos para a criação de uma força militar regional: a necessidade de uma "força antidrogas da OEA"; uma força da OEA para supervisionar as tréguas, "uma força de paz interamericana para instalar a democracia" e ocupar países pequenos em períodos de transição, e o emprego de "uma pequena força interamericana" para defender o canal de Panamá, agora que o Panamá já não tem Forças Armadas.

Pastor, que continua trabalhando para Carter no Centro Carter de Atlanta (Geórgia-EUA), conseguiu enfiar em um só artigo mais propostas de mecanismos supranacionais que seu confrade do Diálogo Interamericano. Propôs, por exemplo, que se estabelecesse na região "um centro independente, com autoridade para compilar informações detalhadas sobre todas as vendas de armas e as Forças Armadas do hemisfério... Dar-se-ia um ano aos governos para planejar reduções de 50% em suas compras de armas e gastos de defesa", ressaltando, *com exceção dos Estados Unidos*, claro, que têm "responsabilidades globais". Assim, a OEA poderia supervisionar as reduções "e impor sanções aos infratores". Haveria resistência dos chefes militares, observou ele, mas ela teria que ser contida, porque "a melhor forma de

incentivá-los na nova ordem democrática é empregá-los de forma moderna e legítima, como guardiães de paz internacional".

Fomento de conflitos fronteiriços

Pastor também apresenta em seu artigo uma das mais antigas e perigosas estratégias que já foram empregadas para impedir que as nações ibero-americanas se unam contra a "Nova Ordem Mundial": os conflitos fronteiriços. Desde a independência dos países ibero-americanos, o fomento de conflitos fronteiriços tem sido a estratégia favorita do Império Britânico na região, com base no preceito simples de "dividir para conquistar".

Pastor declarou que as disputas territoriais também poderiam ser submetidas ao controle supranacional. Como exemplos, citou as disputas territoriais entre El Salvador e Honduras, Peru e Equador, Bolívia e seus vizinhos do Pacífico, Venezuela e Colômbia, entre outras que são como "palha à espera de uma fagulha" na região.

À primeira vista, o que Pastor deseja é criar um mecanismo internacional para dar fim a esses conflitos. Escreve ele: "É necessário um esforço hemisférico para conseguir que todos os litigantes aceitem a arbitragem obrigatória em um período definido. A equipe de arbitragem seria composta por cinco pessoas; cada parte indicaria um membro e o secretário-geral da OEA indicaria os demais, tudo sob o entendimento de que qualquer parte pode vetar qualquer um dos nomeados. Todos os Estados que aceitassem o processo estariam obrigados a aceitar também o resultado. O processo deve começar o mais rápido possível e todos os acordos se ratificariam até o ano 2000".

A verdadeira intenção de Pastor, no entanto, é muito clara: para ativar os controles supranacionais, é necessário, em primeiro lugar, acender a "palha", pelo que devem ser atiçados os conflitos fronteiriços. Samuel Huntington, ideólogo da Comissão Trilateral, falou de modo mais direto da planificação ativa para contingências, que já se discutem em meios vinculados à Comissão, para precipitar choques fronteiriços na região, caso seja necessário desestabilizar a oposição unificada aos seus planos. Huntington escreveu:

> Os motivos para se querer resolver os conflitos fronteiriços noutras nações são numerosos e muito bons, mas a falta de uma ameaça externa poderia deixar as Forças Armadas sem uma missão

militar legítima e criar nelas uma tendência a se interessar pela política. É preciso contrapor às vantagens de resolver as ameaças externas o possível custo da instabilidade no plano nacional.

Conflitos étnicos e movimentos separatistas

Os movimentos separatistas, nutridos pela desintegração econômica e moral dos governos centrais, começaram a medrar em diversos países como, por exemplo, nos estados do Sul do Brasil, em diversas províncias argentinas, estados mexicanos e algumas regiões colombianas. Os projetos separatistas na região não constituem novidade, pois remontam ao século passado, às redes da Jovem Europa de Giuseppe Mazzini e da Jurisdição Sul do Rito Escocês da Maçonaria estadunidense, que dirigiram a rebelião separatista confederada contra os Estados Unidos.

Um dos mais perigosos desses movimentos, levados a cabo para fragmentar as nações ibero-americanas, é o chamado movimento dos "direitos indígenas", grupos do qual operam já em quase todas as nações do continente (onde não há indígenas nativos, enviam antropólogos e missionários estrangeiros para reconstituí-los). Como documentamos em capítulos anteriores, o movimento é financiado, dirigido e promovido do exterior como uma força desenvolvida explicitamente contra o Estado nacional, pelas próprias instituições financeiras internacionais! (Ver capítulo 11.)

A provocação de "guerras étnicas" é agora uma das maiores urgências do inimigo. Em fevereiro de 1993, o Diálogo Interamericano formou um novo grupo de trabalho encarregado de "divisões étnicas e a consolidação da democracia nas Américas". O objetivo expresso do projeto é "estimular o debate entre os povos do hemisfério sobre a relação entre os governos e os povos indígenas", para o que se propõem a emitir "recomendações programáticas práticas" sobre a matéria aos governos.

O projeto é encabeçado por Donna Lee van Cott, especialista em "conflitos étnicos" do Diálogo Interamericano. No comitê assessor do projeto, têm assento representantes de diversas ONGs para "povos autóctones", do Banco Mundial, BID, Fundação Interamericana e OEA.

O jornal estadunidense *Christian Science Monitor* de 4 de novembro de 1992 publicou um artigo de Van Cott dedicado a Rigoberta

Menchú, porta-voz do terrorismo guatemalteco, no qual a autora identifica explicitamente o movimento indigenista como um instrumento para erradicar "o próprio conceito de identidade nacional e cultura nacional". Escreve ela:

> Em quase todos os países da América Latina, as culturas autóctones impugnam a legitimidade dos Estados nacionais que exercem domínio sobre seu território ancestral. Não apenas impugnam a disposição que faz o Estado de suas terras, seus idiomas, seus recursos e seu legado, como o próprio conceito de identidade nacional e cultura nacional... Na Bolívia e no Equador, as federações de povos indígenas questionaram a legitimidade do Estado hispanizado, exigindo que seus governos reconheçam a autonomia local e as diferentes culturas dos povos indígenas. Conforme estas e outras nações da América Latina lutam para consolidar as suas recentes conquistas democráticas, elas também devem abordar a afirmação dos grupos indígenas de uma variedade de nacionalismos, afirmação que requer um modelo de democracia mais tolerante e pluralista.

Ocupação militar estadunidense da Ibero-América

O desenvolvimento das próprias forças militares estadunidenses na região está aumentando sigilosamente. A invasão do Panamá e os preparativos para a permanência ali além do ano 2000 constituem apenas os exemplos mais visíveis. Forças especiais estadunidenses têm sido enviadas à Colômbia, Peru, Equador, Argentina, Honduras e Guiana, sob o pretexto de realizar treinamentos e atividades antidrogas. Desta forma, as tropas estadunidenses recebem treinamento de guerra irregular sobre o terreno, particularmente na Região Amazônica.

Tais operações, embora sejam em geral de pequeno vulto, permitem o teste de uma capacidade regional de maior alcance. Um exemplo disto foi o destacamento de 120 soldados estadunidenses para os departamentos de Beni e Pando, na região amazônica da Bolívia, em julho de 1992. Os Estados Unidos haviam solicitado repetidamente ao governo boliviano permissão para construir uma base militar no país, sob o pífio pretexto de construir uma escola e uma série de banheiros, obra para a qual se requereriam apenas um mestre-de-obras e alguns

pedreiros, dos quais a própria Bolívia dispõem em número mais que suficiente - e à procura de emprego.

Posteriormente, o chefe das tropas estadunidenses na Bolívia admitiu o verdadeiro propósito do exercício: "Queremos aperfeiçoar o treinamento... Temos comunicações com os Estados Unidos, o Panamá, La Paz e Santa Cruz, onde há tropas apoiando este projeto". As próprias tropas pertenciam a grupos de elite que haviam antes trabalhado em Honduras, na invasão do Panamá e na Guerra do Golfo. De acordo com investigadores do Congresso boliviano que visitaram o local, os militares estavam fazendo exercícios de desembarque rápido. Descobriram, além disto, que em poucos dias haviam sido transportadas quase cem toneladas de carga a partir das bases militares estadunidenses no Panamá, em aviões de transporte pesado C-5 Galaxy e C-140 Starlifter, pondo à prova a eficiência do transporte maciço de equipamento à Região Amazônica.

A envergadura e o número de tais exercícios têm aumentado. Em maio de 1993, deslocaram-se para a Guiana 7.000 efetivos de forças especiais estadunidenses, para um exercício de três semanas de treinamento de sobrevivência na selva, a pouca distância da fronteira com o Brasil.

2 O "Manual Bush" para eliminar as Forças Armadas

A exacerbada resposta do presidente da Argentina, Carlos Saúl Menem, ao protesto militar de 3 de dezembro de 1990, chefiado pelo coronel Mohamed Ali Seineldín, causou surpresa em todo o mundo. Menem, que começou por pedir que fosse aplicada a pena de morte a Seineldín e seus seguidores, retratou-se apenas diante da avalanche da oposição nacional e internacional.

A troco de quê se deve tal violência? Por que haveria Menem de correr o risco de que Seineldín, herói reconhecido da guerra contra a Grã-Bretanha nas Malvinas, se convertesse em um mártir e estandarte dos nacionalistas por toda a Ibero-América?

A resposta não está em Menem, mas em seus padrinhos do *Establishment* anglo-americano, cujo objetivo político é desmantelar as Forças Armadas de toda a Ibero-América, para deixar indefesa a região diante da subversão narcoterrorista, como acontece atualmente na Colômbia, El Salvador e outros países. Dois obstáculos importantes de tal plano são as Forças Armadas da Argentina e do Brasil, que seguem sendo baluartes de moralidade, espírito de desenvolvimento e propósito nacional e não se conformaram com o seu próprio desaparecimento.

Essa política da casta governante anglo-americana é apresentada e justificada, com todas as argúcias filosóficas, em um volume publicado em 1990 pela editora Lexington Books, intitulado *The Military and Democracy: The Future of Civil-Military Relations in Latin America (Os militares* e a *democracia: o futuro das relações cívico-militares na América Latina)*, editado por Louis W. Goodman, Johanna S.R. Mendelson e Juan Rial. A tese do estudo, concebido e financiado pelo governo estadunidense e que consiste de 17 capítulos esscritos por outros tantos autores diferentes, pode ser resumida como se se-

gue:

1. A "preparação para uma nova era" entre as superpotências e a "política econômica internacionalista", tipo Fundo Monetário Internacional, exige a restruturação total das instituições militares ibero-americanas, sob supervisão estadunidense, e a criação de uma "nova cultura política civil".

2. O principal obstáculo a isso é a perspectiva imperante, ao menos entre certas facções dos militares ibero-americanos, de modo especial na Argentina e no Brasil, de que têm a missão nacional de defender os valores do "Ocidente cristão... a honra, a dignidade, a lealdade... [e] salvaguardar e assegurar o processo de desenvolvimento." Na opinião dos autores, tal doutrina de segurança nacional é equivocada e perigosa.

3. Essa perspectiva é qualificada de "messiânica", "fundamentalista", "autoritária", "patriarcal" e "inflação ideológica". É um critério, dizem eles, "cuja base ideológica remonta a um período histórico anterior à Renascença" e considera que, no fundo das coisas, há uma "luta entre o bem e o mal".

4. Essa filosofia foi "compartilhada" e reelaborada pelas Forças Armadas do Cone Sul [e] se dissemina pelo resto do subcontinente mediante diversas missões técnicas... A mais conhecida foi a presença do coronel Mohamed Ali Seineldín no Panamá, de 1986 a 1988.

5. Deve-se extirpar essa corrente militar "ética" e suplantá-la com o "pragmatismo" e uma nova "doutrina democrático-liberal... de estabilidade nacional", que defina aos militares uma nova missão mais estreita, que seria, por exemplo, a de converter-se em "uma gendarmeria nacional com treinamento especial".

6. Citam-se três modelos para o desmantelamento das instituições militares ibero-americanas a que se propõe o Departamento de Estado: "Os militares envaidecidos que tinham forjado alianças "não-santas" com as oligarquias locais... foram derrotados por levantes populares no México (1910-1917), Bolívia (1952) e Nicaragua (1978).

História e patrocinadores do projeto

Como explica o prefácio do livro, a série de ensaios nele apresentados é o resultado de um projeto de vários anos, intitulado "Estudos cívico-militares e o desafio da democracia", co-auspiciado pela Faculdade de Serviço Internacional da Universidade Americana (American

University), de Washington, e a organização PEITHO, Sociedade de Análise, em Montevidéu, Uruguai. O projeto, todavia, foi financiado pelo governo estadunidense. "O principal apoio financeiro foi dado pelo Gabinete de Iniciativas Democráticas da Agência de Informações dos Estados Unidos". O Comando Sul das Forças Armadas e o Secretário do Exército estadunidenses deram apoio logístico e apoio de outra índole ao projeto. O Departamento de Estado participou em todas as etapas do estudo: "A doutora Norma Parker e Roma Knee, do Gabinete de Iniciativas Democráticas, USAID, e o doutor Luigi Eunaudi, Terry Kleinhauf, o doutor Michael Fitzpatrick, Bismarck Myrick e o coronel na Força Aérea Curtis Morris Jr., do Gabinete de Planejamento e Coordenação Política, deram sábios conselhos e ajuda logística durante o projeto".

No início de 1987, os organizadores do projeto "convidaram uns vinte especialistas em relações civis-militares para uma reunião de planejamento na Universidade Americana". Os esboços dos ensaios foram apresentados em uma reunião na Cidade do Panamá, em dezembro de 1987. Esteve a cargo da logística desta reunião o Comando Sul estadunidense.

Em maio de 1988, realizou-se uma conferência na Universidade Americana para debater as conclusões e desenvolver "os temas levantados pelo projeto". Os editores observam com orgulho que foi esta a maior reunião de altos oficiais militares ibero-americanos já realizada sob auspícios privados, nos Estados Unidos; assistiram-na "mais de cinquenta oficiais latino-americanos com patente de coronel para cima, incluindo-se três ministros de Defesa". Os esboços finais dos ensaios que se publicariam no livro foram compilados ao fim desta conferência, quando foram feitas também planos "para estender a rede".

Novos paradigmas

O livro não foi o primeiro estudo do gênero feito por tais círculos sobre os militares ibero-americanos. Na verdade, muitos especialistas passaram a vida trabalhando neste tema e preparando o terreno para o atual movimento político. Temos como exemplo o caso de Luigi Einaudi, que tem quase um quarto de século com o Departamento de Estado como perito de planejamento programático para a Ibero-América, em governos tanto democratas como republicanos. Einaudi, ex-

embaixador estadunidense na Organização de Estados Americanos, é amplamente conhecido como "o Kissinger de Kissinger" para a Ibero-América, tendo redigido extensos estudos de perfis psico-social dos militares brasileiros e peruanos, em particular.

O que distingue esse volume de todos os anteriores, no entanto, é que ele identifica as questões psicológicas e culturais em jogo e insiste desavergonhadamente na necessidade de se criar uma mudança total de paradigma entre os militares ibero-americanos.

Juan Rial, um dos editores do livro e experiente pesquisador do PEITHO, centra sua argumentação na necessidade de criar nos militares um novo conceito próprio que tome o lugar de sua cosmovisão católica atual: um sentido de identidade mais de acordo com a sociedade secular liberal. Hoje, diz ele, os oficiais ibero-americanos

> ...não aceitam a idéia de que pertencem a uma organização que pode criar-se, fechar-se e mesmo "enclausurar-se"... A adesão a modos de pensamento derivados da tradição cristã é a constante entre as Forças Armadas da América Latina. Em muitos países, a posição militar coincide com a posição oficial do Estado, no qual o catolicismo é reconhecido como religião oficial do país. Em outros casos, esta postura acentua o divórcio entre a instituição castrense e o Estado, de modo particular quando existe uma secularização acentuada dos Estados, que se percebe como algo ligado ao regime político democrático-liberal. Em todos os casos, a doutrina democrática-liberal e suas aplicações são logo percebidas como algo tendente a dissolver tradições baseadas na ordem natural.

Queixa-se Rial:

> Alguns integrantes do corpo de oficiais identificam o Ocidente com processos mais antigos. Acreditam que o Ocidente contemporâneo é herdeiro da Grécia, Roma e do Sacro Império Romano; são defensores do catolicismo e da chamada ordem natural. Crêem que a Reforma introduziu um desvio nesta tradição ao abrir a porta ao liberalismo e aos valores "dissolventes" das revoluções do Atlântico Norte... [Tais tendências não predominam] a não ser em alguns dos corpos armados mais importantes, isto é, os do Cone Sul.

O problema que apresenta tal perspectiva, enfatiza Rial, é que ela vê o mundo em termos morais, isto é, que existem o bem e o mal e que os militares devem desempenhar um papel "na luta entre o bem e o mal".

Outra colaboradora, Carina Perelli, outra acadêmica do PEITHO e egressa das universi- dades de Grenoble, na França e Notre Dame, nos Estados Unidos, o diz da seguinte maneira:

> A divisão entre os "pragmáticos"e os "fundamentalistas" nas forças militares corre simplesmente paralela à que se produz na sociedade civil entre os "políticos" e os "éticos". Tal divisão se mostra singularmente importante, porquanto transforma os problemas políticos em questões de princípio que, por definição, não são negociáveis. Deste modo, limita a possibilidade de concessões... A essência do grupo militar que os jornalistas chamam fundamentalista é (constituída pelos) ... princípios que guiam os seus atos, princípios que podem sintetizar-se na luta entre o bem (encarnado no Ocidente cristão) e o mal (encarnado no movimento comunista internacional).

Rial, no entanto, confia em que tal visão do mundo – que se atreve a defender os valores cristãos! – possa ser extirpada. Por sorte, diz ele, no Ocidente prevalece uma perspectiva pós-Renascença, com o que se refere às escolas filosóficas francesa e britânica do século 18, que impeliram um conceito empirista do homem e da natureza, raiando pelo materialismo ateu. Na sociedade e no universo, inexistem verdades e valores universais, alega a vítima do Iluminismo; existe apenas o livre jogo pluralista de opiniões divergentes, mas igualmente válidas. Os chefes militares ibero-americanos experimentarão dificuldades na aplicação de seus pontos de vista em um mundo dominado por tal filosofia. E Rial se ufana:

> O empreendimento de projetos cuja base ideológica remonta a um período histórico anterior ao Iluminismo dificulta a obtenção de aliados firmes para uma empresa de longo prazo. Os contextos internacionais nos quais existe o predomínio do racionalismo derivado do Iluminismo, sobrepostos aos acontecimentos culturais pós-modernos, não são favoráveis a tais empresas.

Redefinição da missão

Tais dificuldades, entretanto, não bastam para amedrontar os nacionalistas militares, argumenta o estudo financiado pelo Departamento de Estado. É urgente definir para eles, além disso, uma missão de menor magnitude. O problema atual, dizem os autores do estudo, é que as Forças Armadas (ibero-americanas) pensam demasiadamente grande; na verdade, acreditam estar encarregadas de salvaguardar os interesses vitais de suas nações, tarefa da qual se encarregam melhor os banqueiros e o Departamento de Estado!

Segundo os autores Goodman e Mendelson, os problemas remontam à tomada do poder pelos militares brasileiros, em 1964:

> A elaboração de uma doutrina de segurança nacional no Brasil, em 1964, a qual formalizou a responsabilidade profissional de responder às ameaças internas de segurança e desempenhar um papel em questões de desenvolvimento nacional, teve uma influência profunda no debate entre outros militares.

O pior é que os militares brasileiros saíram virtualmente ilesos do recente regresso aos governos civis. Outro autor, Alexandre Barros, que escreveu extensamente sobre os militares brasileiros e educado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade de Chicago, diz com franca decepção:

> A instituição militar emergiu completamente intacta do regime militar. Não foi afetada nem como instituição nem em sua composição humana... Não expurgou, não expulsou ou castigou militar algum...

Além do Brasil, o outro país que recebe trato especialmente hostil é a Argentina, principalmente nas mãos de Carina Perelli, cuja tese é que "o contato prolongado com o poder" levou à "inflação ideológica" dos militares, "caracterizada pela santificação dos princípios políticos". Ela prefere

> a deflação ideológica... caracterizada pela reavaliação da secularização e por um chamado ao realismo, que livra a política de compromissos ético-religiosos... [e] concebe a política como a arte do possível.

Essa "inflação ideológica" conduziu a consequências perigosas, diz Virginia Gamba-Stonehouse, autora do capítulo intitulado "Missões e estratégias: o exemplo argentino". Gamba Stonehouse fez cursos estratégicos na Universidade de Strathclyde, País de Gales, e foi professora de estratégia para os altos comandos do Exército, Marinha, Força Aérea e Chancelaria argentinas. Começa seu capítulo com o seguinte aviso:

> Na América do Sul, as Forças Armadas desempenharam comumente um papel destacado na formação e no desenvolvimento das nações. A revolução e a independência, de modo geral, foram experiências militares. Este fato foi enormemente exagerado, de maneira que os militares perceberam o seu papel como fundamentos da independência e da unidade nacional...
> Os militares acreditaram que seu papel se acha intimamente ligado ao desenvolvimento e ao progresso de suas sociedades. Propunham-se salvaguardar e garantir o processo de desenvolvimento...
> Os militares consideram seu dever interpretar os desejos da "maioria silenciosa" em suas sociedades, de modo particular quando a desordem interna ou a imobilidade governamental em questões econômicas e de desenvolvimento ameaçam o futuro do Estado nacional. Consideram-se responsáveis por salvaguardar, proteger e garantir o futuro da nação que ajudaram a construir.

No ensaio de Perelli, a autora aponta um problema correlato, da missão auto-imposta dos militares de travar uma "guerra total" contra os inimigos de sua nação. Ela descreve da seguinte maneira este conceito tão pecaminoso:

> A guerra subversiva é guerra total. Isto significa que é o tipo de conflito em que não há cabimento em negociação ou reconciliação de interesses... Os militares da região acreditam firmemente que vivem a guerra total, situação em que as guerras são luta de vida ou morte... e [que] o que se acha em jogo é a própria alma da nação... A doutrina da guerra revolucionária estende a percepção da instituição militar das ameaças a limites impensáveis, tanto no tempo quanto no espaço. Ao mesmo tempo, fornece uma justificação inextinguível para a ação política dos militares.

Tudo isso é terrível, de acordo com os autores. Deve-se impedir que os militares sintam uma responsabilidade institucional pelo desenvolvimento nacional ou pela segurança do Estado nacional em seu conjunto. A resposta mais simples, conclui Rial, é negar claramente a existência da própria nação, ou do interesse nacional! Em um assomo de nominalismo desenfreado, ele alega que a única coisa existente é a "sociedade", agregação pluralista momentânea de diversos grupos, cada qual com seu interesse próprio. Citando Rial,

> a legitimidade das Forças Armadas quanto à sua ação política se fundamenta na nação. [Elas] existem devido à nação e para ela. A esta entidade mítica – a nação – é que devem obediência... [Mas isto] passa por alto a impossiblidade de qualquer identificação puramente objetiva de "interesses nacionais" ou "bem comum".

Perelli apresenta, em seguida, a tarefa enfrentada por seus camaradas inimigos das Forças Armadas ibero-americanas: eles devem elaborar uma doutrina que substitua o afã de construir a pátria, que tanto odeiam. Mas deve ser uma doutrina "de igual nível, rigor e importância", capaz de tornar inteligível a realidade com o mesmo grau de simplicidade e plausibilidade". Para passar do dito ao feito, no entanto, há muito caminho a percorrer. "Até agora", reconhece Perelli, "não parece haver no mercado ideológico uma doutrina militar ou civil que satisfaça tais requisitos".

Rial se mostra cauteloso quanto ao modo de apresentar a nova doutrina aos militares e as possibilidades de aplicá-la. Em seus comentários finais, ele adverte que esta tarefa não deve ser abordada de modo que se possa perceber como "ameaça voltada diretamente contra a corporação... Na América Latina, a organização militar dificilmente aceitará a mudança de seu modelo de socialização e suas normas autoritárias... Não se devem permitir que surjam situações nas quais se percebam ameaças graves".

Como fazê-lo, então? Os autores sugerem que a odiada doutrina de "segurança nacional" seja trocada pela da "estabilidade nacional"... concebida como o equilíbrio das forças políticas, econômicas, psicossociais e militares". Os militares devem encarar "os papéis internacionais necessariamente limitados que podem desempenhar os países" correspondentes e já não mais considerar-se guardiães do in-

teresse nacional, para se concentrarem, em troca, em suas "capacidades profissionais", deixando a política aos políticos profissionais, aos banqueiros e ao Departamento de Estado. O estudo recomenda que se lhes dê formação administrativa e que se fundam em uma só as diversas armas militares, para, deste modo, minar a resistência institucional à sua nova orientação.

A guerra às drogas

Sobre o tema do narcotráfico, os autores do estudo se interessam apenas em limitar a participação militar nas operações antidrogas que poderia levar a cabo uma "gendarmeria nacional especialmente adestrada", que funcione "em um contexto de cooperação internacional".

Os argumentos em favor da "gendarmeria nacional" são simples: os autores não se propõem a esmagar o império narcotraficante que atenta contra a vida civilizada nas Américas, mas garantir que a crise do narcotráfico não conduza a um maior apoio político às forças militares nacionalistas que se erigiriam, assim, em baluartes da paz na região.

A ansiedade pela possibilidade de que se renovem o prestígio e a força dos militares ibero-americanos reflete-se até mesmo no capítulo sobre o narcotráfico, intitulado "A ameaça das novas missões: os militares latino-americanos e a guerra às drogas". Os autores deste capítulo, Louis Goodman e Johanna Mendelson, professores da American University de Washington, dizem desde o início que a sua preocupação limita-se ao seguinte: "Devem-se empregar os militares, tanto nos Estados Unidos como nas nações latino-americanas, para interceptar e controlar os narcóticos ilegais?"

Desse modo, descartam-se logo as opções de *erradicação do* narcotráfico nas Américas. Supõe-se apenas o objetivo limitado de interceptar e *controlar* o tráfico de drogas. Os autores parecem também dispostos a dar por perdida uma parte da região e criticam as operações antidrogas estadunidenses, como *a Blast Furnace e a Snow Cap,* não porque tenham falhado, mas porque "alentam a ação militar irrefreada em *territórios basicamente incontroláveis* (frisos nossos).

Os autores se queixam de que, em resposta à crise do narcotráfico, surgiu novamente o espectro da participação militar ativa na tarefa de assegurar o desenvolvimento e a segurança nacional, o que, para eles, ao que se afigura, é um perigo maior do que a tomada do poder

pelos narcoterroristas! "São óbvios os perigos da guerra às drogas como missão militar", afirmam. "Provavelmente, requereria ampliar as operações de informações militares; obscureceria a distinção entre as esferas corretas e incorretas da ação militar profissional; ampliaria as funções administrativas que os militares cumprem na sociedade; e aumentaria o papel dos militares na política e na tomada das decisões da nação".

"O envolvimento das Forças Armadas latino-americanas na guerra às drogas ameaça os conceitos tradicionais do profissionalismo na região... A solução preferível, logicamente, seria tratar o tráfico de drogas como um problema policial; treinar uma gendarmeria especial para controlá-lo; e restringir as missões militares a questões de segurança externa".

A idéia de uma "gendarmeria nacional" é a que predomina nos círculos oficiais quanto ao papel militar correto diante do narcotráfico, embora existam variações nos diversos planos. O defeito comum a todos eles é que reduzem o caráter militar da guerra às drogas ao aspecto ligado unicamente ao choque militar com os próprios narcotraficantes e narcoterroristas.

Entretanto, a profundidade da penetração do narcotráfico na economia, a geografia física e a vida institucional da região andina, em particular, asseguram de antemão o fracasso desse enfoque de "forças especiais". Não importa quantos soldados sacrifiquem suas vidas combatendo o aparato narcoterrorista, o empório da droga não será derrotado enquanto os governos seguirem aplicando programas econômicos liberais que abrem caminho vez mais cabimento, na economia legal, para os ganhos do narcotráfico.

O bom êxito das operações militares requer que as mesmas sejam concebidas como parte de uma estratégia geral de *construção da nação*, que abarque programas econômicos orientados ao desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais, à custa dos interesses financeiros internacionais.

Qual é o inimigo, então?

Em todo o caso, o inimigo não é o comunismo, dizem os autores do livro, e tampouco as hordas narcoterroristas anteriormente copatrocinadas pelos soviéticos. De fato, em dado trecho eles aludem aos militares peruanos e suas "percepções infladas da ameaça" representada pelos narcoterroristas do Sendero Luminoso. Isto, em refe-

rência à força subversiva mais brutal do continente, que assassinou milhares de pessoas na década passada, que confessa operar simbioticamente com os narcotraficantes internacionais no Peru e exerce controle até a metade do território nacional do Peru, ao que informam fontes peruanas. No início de 1997, a ameaça do Sendero Luminosoencontra-se militarmente contida, tendo a organização perdido muito da sua capacidade operacional após a prisão do seu líder máximo e ideólogo Abimael Gusmán, ocorrida em 12 de setembro de 1992.

Augusto Varas, outro dos autores, chega ao extremo de criticar os militares ibero-americanos por seu "alinhamento desconsiderado com o lado da defesa do mundo ocidental". Será, por acaso, que preferiria vê-los alinhados com os soviéticos? Sim, na verdade o que termina por propor todo este estudo orquestrado pelo Departamento de Estado é que toda a Ibero-América se transforme em uma "zona de neutralidade e auto-exclusão do conflito global". Aquilo de que se necessita é "a neutralização militar da região e sua transformação em uma zona de amortecimento... em relação ao conflito mundial. De certo modo, ir-se-ia criando um 'vazio de poder' especial. E quem preencheria este 'vazio de poder' obtido com a destruição dos militares ibero-americanos? Ora, os Estados Unidos, é claro!

> Os sistemas de defesa regional devem proteger os interesses coletivos de defesa hemisférica mediante uma revisão das relações militares com os Estados Unidos e um novo esquema de defesa hemisférica à parte do enfrentamento global. Já que a paz mundial depende dos sistemas de defesa regional, deve-se reconhecer a necessidade de uma presença estadunidense nas mesmas.

Isso se parece muito com o que ocorre agora no Panamá.

3 A soberania limitada: objetivo do Diálogo Interamericano

Em conferência de imprensa realizada em 8 de dezembro de 1992, em Washington, o Diálogo Interamericano (DI) deu a conhecer o seu plano para eliminar a curto prazo a soberania nacional, tanto *de jure* como *de facto*, no hemisfério. O relatório do DI, *Convergência e comunidade: as Américas em 1993,* esboça uma estratégia de esmagamento sistematico do Estado nacional, substituindo as funções do mesmo por uma rede de instituições supranacionais administradas conforme os ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A importância do projeto do Diálogo Interamericano vai além do Hemisfério Ocidental. Como destacaram os proponentes, o estabelecimento de um regime supranacional nas Américas, mediante a criação de uma "Comunidade de Democracias do Hemisfério Ocidental", tem como objetivo insuflar o projeto "unimundista" de eliminação da soberania de *todas* as nações. O DI, fundado em 1982 por David Rockefeller e o governo estadunidense, opera agora como um órgão programático principal da Comissão Trilateral.

Outra conclusão que se extrai de *Convergência e comunidade* responde à freqüênte pergunta: *por que o Establishment* anglo-americano se acha tão decidido a eliminar a soberania nacional? O mundo "democrático" de que nos fala o relatório é um pesadelo orwelliano em que os grupos financeiros internacionais governam por meio de uma rede de "organizações não-governamentais" (ONGs), e entidades oficiais entrelaçadas, que ditam todas as regras e reprimem qualquer força independente. Este projeto "democrático" supranacional que se estende pelo mundo é instrumento do FMI e não é motivado por consideração humanitária alguma, a não ser a *usura.*

Redefinição da soberania

Em janeiro de 1992, sob a direção de Richard Feinberg, o Diálogo Interamericano iniciou formalmente o seu projeto de *redefinição da soberania*, encarregando acadêmicos e funcionários governamentais de redigir os termos jurídicos e conceptuais da pretendida "Nova Ordem Mundial". Tanto o relatório como a conferência de imprensa indicam que a preocupação do DI reside eliminação da soberania.

O então presidente do DI, Richard Feinberg, declarou à imprensa, em Washington, que ele e seus colegas estão de acordo em que a soberania não deve ser "um escudo atrás do qual os governos ou grupos armados" se possam esconder. O que o DI propõe para o Hemisfério Ocidental, acrescentou, "coincide com o que está fazendo a comunidade internacional na Somália". Segundo Peter Bell, co-diretor interino do DI, "todo esse campo [da soberania] se acha em evolução. O que conta é a consciência de que estamos entrando em um novo período". Bell disse aos jornalistas que se estão assentando precedentes contra a soberania, primeiramente no Haiti, Peru e agora Somália.

Bruce Babbitt, membro do DI e futuro secretário do Interior do Governo Clinton, qualificou o período atual de "um marco na história do hemisfério", do qual o DI espera "construir um modelo para o resto do mundo", com as instituições que requer o mundo "pós-guerra fria". Citando a sua própria autoridade como membro destacado do Partido Democrata, Babbitt assegurou aos presentes que o Governo Clinton "acolherá calidamente" os elementos do programa do DI. De fato, vários assessores do Governo Clinton integram a organização.

Livre comércio *versus* soberania

O Tratado de Livre Comércio entre o Canadá, o México e os Estados Unidos (NAFTA) é uma das três colunas sobre as quais se assenta a "Comunidade de Democracias do Hemisfério Ocidental" que planeja o Diálogo Interamericano. O referido tratado seria o precursor de um NAFTA hemisférico, que os próceres do DI pretendem estabelecer assim que seja politicamente factível. Do seu ponto de vista, os tratados cumpririam uma dupla função nos assuntos hemisféricos. A primeira, de natureza econômica, mostra-se óbvia: o relatório *Convergência e comunidade* atribui claramente à Ibero-América o papel de abastecedora de "recursos naturais e (atra-

As instituições financeiras, se quiserem ter êxito, devem "buscar oportunidades para colaborar com" esse animal exótico, que acabou por ser chamado organização não-governamental (ONG). Feinberg propôs uma "aliança de fato" entre o FMI e a miríade de ONGs que se dedicam tanto aos direitos humanos como ao ecologismo e à "sociedade civil". O próprio DI, com o fito de facilitar as coisas para si, criou uma organização em Washington para proteger as organizações não-governamentais. Esta organização, dedicada à América Latina, tem o propósito declarado de "construir pontes mais fortes entre as ONGs e o governo estadunidense".

A rede supranacional se estendeu e em silêncio construiu para si um novo instrumento contra o poder nacional. Quando Feinberg disse, em 8 de dezembro, que "a era das ONG havia chegado ao Ocidente", referia-se a esta rede.

A arquitetura institucional

O relatório do DI propõe a criação de quatro novas instituições supranacionais para supervisionar a destruição das soberanias nacionais do hemisfério e ampliar os poderes já existentes do sistema judiciário e de direitos humanos interamericanos e da OEA. Isto inclui:

1. Uma nova organização multilateral que "guie e coordene o progresso para uma comunidade econômica do Hemisfério Ocidental". A referida organização "poderia surgir da comissão da ALCAN", ou da colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a OEA e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da ONU, de empresários privados, sindicatos e organizações não-governamentais.

A tarefa dessa instituição seria a de "recompilar, sistematizar e difundir estatísticas sobre o comércio, os fluxos de capital e os indicadores macroeconômicos; analisar assuntos e políticas relacionados à integração regional, entre eles... a harmonização dos regulamentos econômicos; examinar e avaliar os projetos de acordos comerciais e de outros acordos conexos entre países diferentes; e servir de fonte de conhecimento e ajuda técnica para os países. Com o tempo, poder-se-lhe-iam confiar tarefas mais delicadas, como formular normas para mediar as negociações, investigar as infrações aos acordos comerciais e resolver controvérsias com respeito a diversos aspectos da integração hemisférica".

2. Uma organização ambiental panamericana. Esta instituição teria como modelo a Organização Panamericana da Saúde ou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e teria atributos policiais.

Sua tarefa seria "recompilar" e analisar dados sobre problemas ambientais, proporcionar apoio técnico, avaliar o cumprimento das metas estabelecidas e pôr em evidência as infrações".

3. Criar um corpo de inteligência da OEA para assessorar as missões diplomáticas da mesma. A peça central da restruturação da OEA proposta pelo Diálogo é a expansão ou transformação da nova Unidade para a Democracia da OEA em uma organização independente, com plenos poderes policiais. O relatório propõe três meios para alcançá-lo: dotar a nova Unidade para a Democracia da OEA de recursos para recompilar e analisar informações; transformar a Unidade na "Comissão Interamericana da Democracia" a partir do modelo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com a sua própria junta diretora e mandato independente; ou ampliar o mandato e os recursos da CIDH para que se ocupe também de promover e defender a democracia. Isso é necessário, porque:

> Para que a OEA possa tomar decisões acertadas, ela necessita de uma avaliação exata, oportuna e minuciosa dos principais protagonistas políticos (entre eles as Forças Armadas), as mudanças em sua postura e alianças, os pontos nos quais diferentes tipos de pressão se mostrarão mais eficazes e as principais opções para proceder. Tais avaliações requerem consultas permanentes em toda a gama política e entre setores diferentes da sociedade.

Assim sendo, essa instituição deve "contar com recursos para recompilar e analisar informações sobre os países onde a ordem constitucional tenha sido abandonada ou esteja assediada e formular e avaliar diferentes estratégias para responder a estas situações. Em períodos de crise, ela deveria ser capaz de recorrer a uma rede mais ampla, previamente organizada, de peritos acadêmicos e políticos... Em outros casos, o pessoal deveria encarregar-se de observar o progresso democrático nas Américas e investigar situações que pudessem ser explosivas". E estabelecer "canais regulares de comunicação", talvez por meio de "órgãos assessores oficiosos", com "a miríade de organizações não-governamentais, tanto estrangeiras como nacionais, que trabalhem em campos tais como o apoio a refugiados, ajuda humanitária, a proteção dos refugiados, a liberdade de imprensa e a reforma

judiciária e eleitoral", de modo que a OEA possa "reforçar os seus próprios esforços".

4. Estabelecer "um fórum permanente" para vigiar a desmilitarização dos Estados nacionais. Propõe o DI:

> A OEA deveria examinar a possibilidade de organizar um fórum permanente de ministros de defesa civis, comandantes das Forças Armadas e membros-chave das legislaturas, a fim de estabelecer normas regionais para as relações entre civis e militares e a evolução das missões das Forças Armadas nas Américas. Evidentemente, nem todas as forças adotariam normas deste tipo de imediato, mas estas normas poderiam conduzir a uma crescente convergência de atitudes e condutas, como ocorreu no que concerne às eleições e à gestão econômica.

5. Reforçar os poderes judiciários ibero-americanos para vigiar as violações dos "direitos humanos" cometidas pelas forças de segurança. A CIDH deveria ter poderes maiores para vigiar e punir as Forças Armadas da região. O relatório diz:

> Os países do Hemisfério Ocidental deveriam ampliar os recursos de que dispõe a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, bem como a Corte e o Instituto conexos e aplicar com energia as conclusões e recomendações destes organismos. Além disto, os governos e as instituições multilaterais deveriam prestar suma atenção aos relatórios e recomendações das numerosas organizações não-governamentais idôneas que velam profissionalmente pelos direitos humanos. Estas medidas poderiam ajudar a diminuir a violência e os abusos dos direitos humanos perpetrados pelas forças de segurança da América Latina.

'Legalização seletiva' das drogas

Embora o relatório de 1992 do Diálogo Interamericano evite qualquer menção ao problema do narcotráfico, a legalização das drogas tem sido o projeto favorito do grupo desde meados dos anos 80.

O Diálogo Interamericano empreendeu a sua primeira grande campanha pela legalização do narcotráfico em 1986, com a proposta de substituir a flâmula de guerra às drogas pela "legalização seletiva"

dos narcóticos, o que tornou famoso o seu relatório daquele ano.

A narco-legalização foi debatida novamente em uma conferência de imprensa, a 28 de abril de 1988, quando o Diálogo anunciou a publicação do seu relatório. Na ocasião, Elliot Richardson, ex-procurador-geral dos Estados Unidos e integrante da Comissão Trilateral, disse que a política para o narcotráfico deveria ser ditada pela "análise de custo-benefício" e não pela moralidade. "É preciso estarmos dispostos a enfrentar os fatos. Se o custo de tentar deter as drogas, em algum momento, ultrapassar os benefícios, já não é realista continuar tentando-o", afirmou ele. Em 1986, o Diálogo reconheceu abertamente a sua intenção de não reduzir as divisas provenientes do narcotráfico, porque com elas é paga a dívida externa aos banqueiros:

> Fazer guerra às drogas custa dinheiro. O que é mais importante, resultará inevitavelmente na perda de... divisas estrangeiras que o comércio das drogas traz... [as quais] são substanciais para as economias premidas por uma grande dívida externa.

O ataque frontal em favor da legalização causou, a certos membros, mais problemas do que eles esperavam. O arcebispo católico do Panamá, Marcos McGrath, que assinou o relatório em 1986, renunciou recentemente ao Diálogo Interamericano. O ex-presidente panamenho Nicolás Ardito Barletta, que participou dos esforços para expulsar Noriega, também teve de se distanciar da campanha narcolegalizadora; ele fez aduzir ao relatório de 1988 que "não acredita que se devam legalizar drogas viciantes comprovadamente prejudiciais à saúde humana".

Desse modo, o relatório de 1988 incorpora certos rodopios semânticos, dos quais o mais cômico é a troca da expressão "*legalização* seletiva" para "*legislação* seletiva"! Mas, a despeito de sua nova roupagem, o teor é o mesmo. O relatório repete:

> Talvez seja útil começar a distinguir entre as diversas drogas. As atitudes sociais diante da maconha são muito diferentes daquelas frente à heroína, por exemplo... E mais, existe uma diferença entre os danos causados pelo uso das drogas e aqueles resultantes de sua ilegalidade. É prematuro pensar em legalizar drogas perigosas, mas poderia ser sensato examinar cuidadosamente todas as conseqüências prováveis, positivas e negativas, da legislação seletiva.

Mas o Diálogo não necessita de eufemismos quando se opõe aos esforços para esmagar o empório narcotraficante com os métodos de guerra seus membros repetem incessantemente que a guerra nunca poderá ser ganha.

> A erradicação, a interceptação e outras medidas contra a produção falharam. Deve-se agora dar atenção primária à demanda... mas seria tolo esperar resultados dramáticos de imediato... Nenhuma "guerra às drogas" produzirá grandes vitórias de imediato e qualquer proclamação neste sentido é suspeita... O progresso no combate ao problema das drogas será lento; simplesmente refrear o seu crescimento seria um êxito superior ao previsto atualmente.

No que tange a "fechar" as fronteiras estadunidenses, dizem:

> ... isto somente deslocaria a produção para as substâncias cultivadas nacionalmente, ou as chamadas "drogas de alta moda", sintetizadas a partir de substâncias químicas. A campanha contra as importações já teve efeitos inadvertidos e, às vezes perversos; uma vez que os esforços para interceptar as drogas não tiveram maior êxito contra a maconha do que contra a cocaína, menos volumosa e mais lucrativa, muitos traficantes passaram para a cocaína. Como resultado, possívelmente até a metade da maconha consumida nos Estados Unidos já é cultiva nacionalmente.

As nações devem aprender a "arrumar-se com os narcóticos", conclui o Diálogo, argumento que pretende causar desalento entre as forças que combatem o narcotráfico, após o que viria a legalização do consumo e do comércio de drogas.

O DI lança o seu projeto antimilitar

O traço mais distinto do relatório de 1988 do DI é o seu virulento ataque aos militares ibero-americanos. No capítulo 5, intitulado "Defesa da democracia: o desafio militar", são apresentados as conclusões de um grupo de estudos sobre as relações cívico-militares, formado pelo Diálogo em 1986 para preparar "recomendações detalha-

das" de como controlar os militares. Este grupo foi encarregado de se coordenar com o Departamento de Estado e a Fundação Nacional para a Democracia, dependência do primeiro, fachada pública do governo secreto do *Establishment*, já conhecido como Projeto Demcracia.

As recomendações fedem:

> Deve-se empreender um esforço para modificar o pensamento militar no tocante à segurança interna e à subversão. Os militares não se podem considerar guardiães finais dos valores nacionais, nem insistir em que a segurança nacional abarque todos os aspectos da política. Deve-se reformar a educação militar... A despeito da transição a regimes civis, o conteúdo político da educação militar continua virtualmente incólume. Os currículos docentes dos militares, em geral, continuam acentuando a férrea cosmovisão anticomunista dos anos 60 e identificando a subversão interna como a principal ameaça à segurança nacional. Nos países onde não há insurgência ativa, os presidentes raras vezes compartilham o zelo dos militares pela segurança interna...

O relatório também se queixa de que, na Ibero-América prevalecem ainda perspectivas tradicionais do papel dos militares na política. A maioria dos oficiais encara as Forças Armadas como guardiãs máximas dos interesses nacionais e garantes da segurança nacional. As escolas militares ainda definem a segurança natural como algo que inclui uma ampla gama de fatores políticos, sócio-econômicos e internacionais. As decisões políticas que normalmente são deixadas às autoridades civis, nos Estados Unidos ou na Europa, na América Latina, considera-se que têm implicações militares. Em conseqüência, os oficiais acham que seus pontos de vista devem ser tidos muito em conta.

O documento repete ataques aos militares brasileiros por insistirem nessa "perspectiva tradicional":

> No Brasil, as Forças Armadas continuam pronunciando-se em uma ampla gama de assuntos, entre eles muitos que, definitivamente, não são militares. O serviço de informações do país e seu Conselho de Segurança Nacional são controlados pelas Forças Armadas... Em vários países, as Forças Armadas ainda têm voz muito forte na política não-militar. No Brasil, seis dos 26 membros do gabinete são generais ou almirantes da ativa.

Além das brasileiras, o Diálogo identifica as forças militares peruanas e centro-americanas como casos particularmente problemáticos, porque ainda crêem que devem ser "guardiãs dos interesses nacionais". Um dos elementos mais extraordinários do relatório é o seu lamento pelo fato de os regimes militares, embora em muitas nações tenham representado uma experiência negativa,

> no Brasil, El Salvador, Guatemala e Peru... as atitudes públicas para com os militares não são de todo desfavoráveis e as próprias Forças Armadas geralmente se orgulham de suas realizações.

Poder-se-ia pensar-se, portanto, que o Diálogo está metido até o pescoço nos esforços por criar um ambiente "de todo desfavorável" às instituições militares na Ibero-América para que a posição militar já não seja levada "muito em conta" na condução política das nações. Na verdade, o Diálogo exige esforços adicionais para conjurar o perigo de que se formem alianças cívico-militares:

> Não se pode descartar o possível surgimento de apoio civil ao regresso do governo militar, de modo especial em países onde prolongadas privações econômicas minam a credibilidade dos governos democráticos.

Assim, informa-nos o Diálogo, deve ter início *"um esforço concertado para redefinir as relações entre esses governos e as Forças Armadas"*. Deve-se mobilizar oposição internacional para deter a chamada "intervenção militar; e deve-se mudar o teor dos programas de treinamento cívicos e militares, a fim de limitar "a missão das Forças Armadas e o alcance de seu mandato".

Os autores insistem fanaticamente em que seu projeto não terá êxito "até que os oficiais militares vejam a democracia em termos de procedimentos que se devam salvaguardar a qualquer custo", quer se trate de vidas humanas ou de nações soberanas do continente.

Apêndice
Membros do Diálogo Interamericano, em 1992

Estados Unidos e Canadá
Peter D. Bell, codiretor
McGeorge Bundy
Bruce Babbitt
Yvonne Brathwaite Burke
Michael D. Barnes
Terence C. Canavan
Margaret Catley-Carlson
Jimmy Carter
Henry Guerra Cisneros
A.W. Clausen
Ralph P. Davidson
Karen DeYoung
Jorge I. Domínguez
Katherine W. Fanning
Dianne Feinstein
Antonio Luis Ferré
Maurice Ferré
Richard W. Fisher
Albert Fishlow
Andrew J. Goodpaster
Allan Gotlieb
Hanna Holborn Gray
David A. Hamburg
Ivan I. Head
Antonia Hernández
Don Johnston
Juanita M. Krep
Sol M. Linowitz
Abraham F. Lowenthal
Mônica Lozano
Modesto A. Maidique
Jessica Tuchman Mathews
Charles McC. Mathias, Jr.
David T. McLaughlin
Robert S. McNamara
William G. Milliken
Ambler Moss
Edmund S. Muskie
Luis Nogales
Sylvia Ostry
Federico Peña
John R. Petty
Charles J. Pilliod, Jr.
Robert D. Ray
Elliot L. Richardson
Sally Shelton
Adele Simmons
Anthony M. Solomon
Peter Tarnoff
Viron P. Vaky
Fred F. Woerner

Membros da América Latina e Caribe:

Argentina:
Raúl Alfonsím
José Octavio Bordón
Oscar Camilión
Elsa Kelly
José Maria Dagnino Pastore

Barbados:
Billie A. MIller

Bolivia:
Gonzalo Sánchez de Lozada

Brasil:
Fernando Henrique Cardoso
Roberto Civita
Celso Lafer
Celina V. do Amaral Peixoto
Jacqueline Pitanguy
Luís Inácio Lula da Silva

Colômbia:
Rodrigo Botero,
Augusto Ramírez Ocampo

Costa Rica:
Souza Picado

Chile:
Sergio Bitar
Fernando Leniz
Gabriel Valdés

Equador:
Osvaldo Hurtado Larrea

Guiana:
Shridath Ramphal

Jamaica:
Oliver F. Clarke

México:
Mariclaire Acosta Urquidi
Agustín F. Legorreta
Lorenzo Meyer

Nicarágua:
Xabier Gorostiaga

Panamá:
Nicolás Ardito Barletta

Paraguai:
Carlos Filizzola

Peru:
Oscar Espinosa
Pedro-Pablo Kuczynski
Beatriz Merino
Javier Pérez de Cuellar
Javier Silva Ruete
Mario Vargas Llosa

República Dominicana:
José Francisco Peña Gómez

Venezuela:
Mercedes Briceño de Pulido
Alberto Quirós Corradi
Julio Sosa Rodríguez

Uruguai:
Enrique V. Iglesias
Julio Maria Sanguinetti

4 A democracia corrupta: arma da Comissão Trilateral

Não deixa de ter sua ironia o livro *The Third Wave, Democratization in the Late Twentieth Century (A terceira onda: a democratização no final do século 20; e. bras. da Editora Ática,1994.)*, de Samuel P. Huntington, ideólogo da Comissão Trilateral que redigiu em 1975 o apelo deste grupo ao "fascismo com face democrática" e agora nos aparece como cérebro de uma ofensiva internacional em favor da "democracia". O mesmo que pedia então sofrear a democracia, proclama agora, em voz de gargalo, que "a democracia é boa em si", com "conseqüências positivas para os Estados Unidos".

As orelhas do livro o promovem como uma "ferramenta inestimável para todos que participem no processo de democratização". Zbigniew Brzezinski, diretor-executivo da Comissão Trilateral, qualifica o livro de "excepcionalmente importante" e, ao autor, de "Maquiavel democrático". O ex-embaixador estadunidense Edwin Corr louva o livro como "plano para a obtenção da democracia". Por sua vez, Huntington louva Corr no texto do livro por seus serviços prestados como embaixador no Peru, Bolívia e El Salvador na década de 80 e exemplo da "nova cepa de embaixadores ativistas estadunidenses, 'promotores da liberdade'".

O livro, em si, escrito no melhor estilo dos sociólogos, se mostra até insosso, mas Huntington se afasta do "papel de sociólogo", como diz, em cinco lugares, para assumir o papel de conselheiro político, mostrando os seus "delineamentos para democratizadores". Aí é onde encontramos a parte substancial do livro: os "delineamentos" de Huntington são um manual para derrubar governos que não se alinhem com os pretendidos imperadores da "Nova Ordem Mundial". Incluem-se instruções detalhadas para os "democratizadores", para "cultivar contatos com a imprensa internacional, as organizações

estrangeiras de direitos humanos e com organizações transnacionais"; e para que os governos instalados por presões internacionais "expurguem os militares desleais ou os reformem.. E se tudo isto fracassar, que o exército seja abolido".

O foco da estratégia de "democratização" de Huntington é o desmantelamento dos exércitos. Deve-se observar que uma das sugestões feitas por Huntington para distrair a atenção dos militares é a promoção de guerras regionais.

Quem é Samuel Huntington

A especialidade de Huntington, professor da Universidade de Harvard, envolve os assuntos de segurança e governo desde 1957, quando publicou seu livro *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations (O soldado e o Estado: teoria e política das relações cívico-militares).* Por um quarto de século, Huntington se manteve próximo aos corredores do poder nos Estados Unidos; atuou como coordenador de planejamento de segurança no Conselho de Segurança Nacional (CSN), sob Brzezinski, no primeiro ano do governo de Carter; de 1980 a 1991, esteve no conselho de assessores da Agência Federal de Administração de Emergência (FEMA - "braço de ação" nacional do CSN, que opera como um governo paralelo anticonstitucional). Huntington descreve a si próprio como "um consultor ocasional" dos gabinetes do secretário de Defesa, do grupo de planejamento político do Departamento de Estado, do CSN, Força Aérea, Marinha e Agência Internacional de Desenvolvimento; integra o conselho editorial da revista *Journal of Democracy,* órgão da Fundação Nacional para Democracia, grupo semigovernamental que publicou um adiantamento de *A terceira onda* em seu número de junho de 1991.

Huntington tem se intrometido em diversas posições, dentro e fora do governo, como um dos mais destacados ideólogos da Comissão Trilateral de David Rockefeller, poderoso grupo de consulta dos interesses financeiros anglo-americanos. Ele se destacou na elaboração de um dos mais controvertidos trabalhos da comissão, *A crise da democracia,* de 1994, no qual resumia as conclusões do Grupo de Trabalho sobre a Governabilidade das Democracias.

Esse estudo é importante para entender o que traz: Huntington em sua *Terceira onda*. Nele Huntington e seus co-autores Michael

Crozier e Joji Watanuki sustentavam que o mundo ocidental estava entrando em um período de escassez econômica, no qual um "excesso de democracia" tornaria extremamente difícil aos governos dos países industrializados a aplicação da necessária disciplina fiscal e o sacrifício econômico. Assim como "há limites desejáveis ao crescimento econômico", diz o estudo, "existem também limites para a extensão indefinida da democracia política... A democracia é apenas uma forma de constituir a autoridade e não necessariamente possui aplicabilidade universal".

A crise da democracia deixa ver em toda a sua magnitude os axiomas racistas da doutrina da Comissão Trilateral. No capítulo sobre os Estados Unidos, Huntington alega que "o funcionamento eficaz de um sistema político democrático requer, normalmente, contar com algo de apatia e falta de participação de certos indivíduos e grupos", acrescentando que, embora "esta marginalidade da parte de alguns grupos seja por si antidemocrática... também tem sido um dos fatores que tem permitido às democracias funcionar eficazmente". Mas, queixa-se Huntington, os cidadãos negros que antes estavam marginalizados incorporaram-se agora "ao sistema político com todos os seus direitos", o que ameaça "sobrecarregar" a democracia.

O problema da democracia, queixam-se os trilateralistas, é a "a idéia democrática de que o governo deve responder ao povo", porque isto "cria a expectativa de que o governo deve satisfazer às necessidades de determinados grupos da sociedade e corrigir os males que os afetam". *A crise da democracia* argumenta que, nestes tempos de crise econômica, o dever do governo está em assegurar a sobrevivência dos interesses financeiros – tais como os que Huntington representa –, ainda que seja à custa das necessidades dos povos de suas nações. Se isto requerer "limitar" a democracia, que assim seja.

Huntington postula uma teoria semelhante em seu livro *Political Order in Changing Societies* (A ordem política na sociedade em transformação), de 1978, que ainda é a bíblia dos carniceiros "democratas" reunidos ao redor de Deng Xiaoping no Partido Comunista Chinês. Huntington sustenta, nesta obra, que a ditadura pode ser necessária em alguns países do setor subdesenvolvido para poder impor as penosas formas econômicas que o liberalismo "livrecambista" exige.

Contra o princípio do 'bem comum'

Como foi, então, que Huntington, autor da "nova tese sobre o autoritarismo", se converteu de repente no guru das "tropas de choque" da democracia internacional? A resposta a esta pergunta leva ao cerne do que realmente procura impor o "movimento democrático" controlado pelos anglo-americanos.

De saída, *A terceira onda* de Huntington estabelece a definição do que ele considera "o significado da democracia", o qual demonstra que, para os trilateralistas a democracia é um fascismo administrativo com outro nome ou, como o denominavam nos anos 70, "fascismo com face democrática". Huntington diz que, desde os anos 70, somente é aceitável "uma definição processual da democracia", tendo-se já rechaçado a teoria "clássica" que define como propósito da democracia a salvaguarda do "bem comum" e fonte da "vontade popular". Os únicos "procedimentos" que confirmam o funcionamento de uma democracia, afirma Huntington, são as "eleições livres e honestas". Estas, acrescenta ele, se converteram no critério mais útil graças à "crescente observação das eleições por parte de agrupamentos internacionais".

As questões de desenvolvimento econômico ou condições de vida não vêm ao caso e ele esclarece: "A democracia não que dizer que se vão resolver os problemas; quer dizer que se podem mudar os dirigentes; e a essência da democracia é esta última, porque a primeira é impossível. A desilusão e as menores esperanças que isto significa são os fundamentos da estabilidade democrática. As democracias se consolidam quando as pessoas entendem que a democracia resolve o problema da tirania, mas não resolve, necessariamente, um outro problema".

No plano filosófico, Huntington é tão fascista hoje, quando apresenta os seus "delineamentos democratizadores", como quando defendia a causa do "novo autoritarismo" e a necessidade de instalar governos de transição para impor limites à democracia nos países industrializados. O princípio de "autoritarismo", que busca erradicar do governo, é precisamente o conceito do bem comum que a Constituição dos Estados Unidos define como "bem-estar geral" e sobre o qual se fundou o governo estadunidense. Pelo mesmo motivo, quando Huntington categoriza a história do mundo em três grandes ondas de democratização, identifica como princípio da "primeira onda" não a independência e fundação

dos Estados Unidos, mas o ano de 1828, no qual foi eleito o presidente Andrew Jackson, que lançou as multidões contra os programas de dirigismo econômico que haviam salvaguardado até então o bem comum.

Do ponto de vista de Huntington a política é a antítese da religião, verdade e moralidade. Ele não poderia ser mais explícito quando lança, em *A terceira onda*, uma diatribe contra o confucionismo, tido por antidemocrático. Isto, diz ele, se deve a que "a legitimidade política na China confucionista se derivava do Mandato do Céu, o qual definia a política em termos de moralidade. Mas se se modifica essa cultura, afirma ele, a "democracia" pode funcionar, como por fim ocorreu nos países onde prevalece a Igreja Católica. Enquanto, antes, a cultura católica era "autoritária, hierárquica e profundamente religiosa", agora, diz ele, isto mudou, graças ao impacto da Teologia da Libertação e à "igreja do povo".

Manual para a ação

Huntington declara que seu objetivo é assegurar que o "nacionalismo autoritário" não chegue ao poder em país algum do "Terceiro Mundo" ou da Europa Oriental. Exprime apreensão especial pelo fato de que as revoluções de 1989-1990 na Europa Oriental foram realizadas fundamentalmente por movimentos *nacionalistas* anti-soviéticos, o que poderia significar o regresso de "regimes nacionalistas autoritários". Para evitar que isto aconteça, vale tudo, começando pela chantagem econômica. "Cabe conceber que, nos anos 90, o FMI e o Banco Mundial se tornem muito mais exigentes do que têm sido para exigir a democratização política, junto com a liberalização econômica, como condição da assistência financeira", sugere Huntington. Se isto não funcionar, métodos tais como o "grande deslocamento de tropas estadunidenses no Golfo" Pérsico poderiam servir de "poderoso auxílio externo" à liberalização e democratização.

O eixo da operação, no entanto, é a orquestração de movimentos "democráticos" jacobinos nos países em questão, a ser promovidos segundo os cínicos "delineamentos para democratizadores" de Huntington:

> Assegurar as bases políticas. Tão cedo quanto possível, colocar os partidários da democracia em posições-chave de poder no go-

> verno, partido, forças militares... Fazer concessões simbólicas, seguindo o princípio de dois passos à frente e um para trás... Estar preparados... para uma tentativa de golpe – possivelmente, até, incitar [os militares] a tentá-lo – e logo reprimi-los desapiedadamente... Criar a impressão de que o processo de democratização é inevitável, a fim de que seja aceito como fenômeno necessário e natural, embora para alguns continue sendo indesejável... Atacar o regime em temas muito amplos, que sejam de interesse geral, tais como a corrupção e a repressão. Se o regime se está desempenhando bem (especialmente no plano econômico), os ataques não surtirão efeito... Fazer um esforço especial para recrutar dirigentes da imprensa privada, profissionais da classe média, personagens religiosas e líderes de partidos políticos, a maioria dos quais, talvez, tenha apoiado a instauração do sistema autoritário. Quanto mais 'respeitável' e 'responsável' seja a oposição, mais fácil será conquistar adeptos. Cultivar os generais... Estabelecer contatos com a imprensa internacional, com organizações estrangeiras dos direitos humanos, organizações transnacionais, tais como as igrejas. Mobilizar o apoio de simpatizantes, de modo especial nos Estados Unidos. Os legisladores estadunidenses sempre andam buscando causas morais para fazer propaganda e usá-las contra o Executivo. Apresentar-lhes a causa de forma dramática e proporcionar-lhes material que os faça aparecer bem na imprensa e na televisão.

Sob o subtítulo a "A Limitação do poder militar: promoção do profissionalismo militar", Huntington acrescenta:

> Expurgar ou passar à reforma, com rapidez, todos os oficiais potencialmente desleais, entre eles os simpatizantes do regime autoritário *e* os militares reformistas que tenham ajudado a tornar possível o regime democrático. Estes últimos são mais propensos a perder o gosto pela democracia do que o gosto por intervir na política. Castigar sem piedade os líderes de tentativas de golpes...
> Fazer grandes reduções no tamanho das forças militares. Um exército que tenha estado dirigindo o governo tenderá a ser muito grande e o mais provável é que tenha um número excessivo de oficiais. Os oficiais, por certo, se sentem mal pagos, com aquar-

> telamentos inadequados... Usar o dinheiro poupado na redução do Exército para aumentar os salários, pensões e benefícios... Isto será proveitoso no futuro.
> Reorientar as Forças Armadas para missões militares. Os motivos para quererem resolver os conflitos fronteiriços com outras nações são muitos e muito bons, mas a falta de uma ameaça externa poderia deixar as Forças Armadas sem uma missão militar legítima e criar nelas a tendência a se interessar por política. Há que se contrapor às vantagens de resolver as ameaças externas o custo possível da instabilidade no plano nacional. Deve-se reduzir drasticamente o número de tropas situadas na capital ou seus arredores. É preciso mandá-las para as fronteiras ou outros lugares despovoados e relativamente remotos...
> É preciso dar-lhes brinquedos. Isto é, proporcionar-lhes tanques novos e bonitos, aviões, veículos blindados, artilharia e equipamentos eletrônicos avançados (as embarcações de guerra não são tão importantes; a Marinha não promove golpes). O equipamento novo os manterá contentes e ocupados, cuidando de aprender a manejá-lo. Jogando bem as cartas e ficando bem com Washington, será possível transferir grande parte dos custos aos contribuintes norte-americanos. Assim se obtém a vantagem extra de se poder advertir os militares de que ele somente continuarão recebendo seus brinquedos se se comportarem bem, porque os legisladores estadunidenses não vêem com bons olhos a intervenção dos militares na política.
> Já que aos militares... encanta o reconhecimento... assistir às cerimônias militares; outorgar medalhas... Alcançar e manter um grau de organização política capaz de mobilizar apoio nas ruas da capital no caso de uma tentativa de golpe militar.

Huntington acrescenta aqui uma nota à margem: "(O semanário londrino) *The Economist* deu um conselho parecido aos dirigentes das novas democracias em seu trato com os militares", qual seja: "Se todo o anterior falhar, abolir o exército".

5 O despovoamento: política oficial dos Estados Unidos

Em 10 de dezembro de 1974, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) dos Estados Unidos emitiu um estudo de 250 páginas, intitulado "Memorando - estudo de segurança nacional nº 200: repercussões do crescimento demográfico mundial para a segurança e os interesses dos Estados Unidos no ultramar", preparado pela Comissão de Subsecretários do CSN, sob a supervisão de Henry Kissinger, de que tinha o duplo cargo de secretário de Estado e assessor de Segurança Nacional (diretor do CSN).

O estudo, conhecido por sua abreviação NSSM-200, foi ordenado pelo presidente Richard Nixon em uma diretriz executiva assinada em 10 de agosto de 1970. Ao que se saiba, foi esta a primeira vez em que um presidente estadunidense definiu o aumento da população do Terceiro Mundo como ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos. Diversamente de outros relatórios oficiais sobre o tema, o NSSM-200 esboça as "repercussões políticas e econômicas internacionais" do crescimento demográfico, acima dos seus "aspectos ecológicos, sociológicos ou de outra índole" e inclui recomendações às agências estadunidenses correspondentes para "tratar de assuntos de população no exterior, de modo particular nos países em desenvolvimento".

Em 17 de outubro de 1975, Kissinger enviou um memorando confidencial interno da Casa Branca ao então presidente Gerald Ford, propondo-lhe autorizar um Memorando de Segurança Nacional para adotar o estudo do CSN. Uma vez aprovado por Ford, a 26 de novembro de 1975, o CSN emitiu o "Memorando de Decisão de Segurança Nacional 314", que aprova tanto o estudo quanto as suas recomendações. Este memorando foi assinado por Brent Scowcroft, que havia substituído Kissinger como assessor de Segurança Nacional (Kissinger manteve seu cargo de secretário de Estado); Scowcroft enviou o memorando aos secretários de Estado, Tesouro, Defesa e Agricultura, ao

comandante do Estado-Maior Conjunto e ao diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), a quem encarregou de cumpri-lo.

Em maio de 1976, o Conselho de Segurança Nacional produziu o seu "Primeiro relatório anual sobre a política demográfica internacional dos Estados Unidos ", relatório secreto requerido pelos memorandos de Segurança Nacional números 200 e 314, o qual dá conta dos avanços na marcha do plano de ação que se havia adotado. O relatório era dirigido, entre outros oficiais de informações, ao então diretor da CIA, George Bush. Em 1975, quando estava sob exame o memorando de Kissinger, Bush foi o primeiro enviado estadunidense à República Popular da China, um dos principais alvos das medidas antidemográficas. Em 1976, Bush foi nomeado diretor da CIA, de onde colaborava com Scowcroft, assessor de Segurança Nacional, e com Kissinger, secretário de Estado. Os três constituíam uma equipe integrada, como continuam sendo hoje.

Os memorandos anteriores foram liberados de sua classificação secreta em 1989 e estão atualmente à disposição do público nos Arquivos Nacionais, em Washington.

Kissinger teme a "reação"

O NSSM-200 nomeia 13 "países-chave" nos quais os Estados Unidos têm "interesse político e estratégico especial", que requer a imposição de uma política de controle ou redução da população. A razão principal para a definição destes Estados é que se considera que o efeito de seu crescimento demográfico, provavelmente, aumentará o seu poder político, econômico e militar em escala regional e, talvez, até mundial.

Os Estados-chaves são Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Brasil, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia. O estudo exprime preocupação porque, embora com a aplicação de programas de redução da população nestas nações, "é provável que o ritmo de crescimento demográfico aumente de modo considerável antes de começar a diminuir".

Assim, por exemplo, "a Nigéria recai nesta categoria. Sendo já o país mais povoado do continente, com cerca de 55 milhões de pessoas em 1970, para fins deste século, espera-se que a população da Nigéria atinja 135 milhões. Isto indica um crescente papel político e estratégico para a Nigéria, pelo menos na África ao Sul do Saara".

Cita também o Egito: "A crescente dimensão da população egípcia é e continuará sendo por muitos anos uma consideração importante na formulação de muitas políticas externas e internas, não só do Egito como também dos países vizinhos". Quanto ao Brasil, este país "domina demograficamente, de modo claro, o continente", diz o estudo, que adverte quanto a uma "crescente condição de poder para o Brasil na América Latina e no cenário internacional nos próximos 25 anos".

Entre os maiores temores de Kissinger, está o de que os dirigentes desses Estados se apercebam de que os programas internacionais de redução da população têm o objetivo de solapar o seu potencial de desenvolvimento. Como ele próprio afirma, "existe também o perigo de que alguns dirigentes dos países menos desenvolvidos vejam as pressões dos países desenvolvidos em favor do planejamento familiar como uma forma de imperialismo econômico ou racial; isto poderia dar base a uma séria reação".

Acrescenta Kissinger:

> É vital que o esforço por desenvolver e fortalecer o compromisso por parte dos líderes dos países menos desenvolvidos não seja visto por eles como uma política dos países industrializados, querendo limitar-lhes a força ou reservar para si os recursos para o uso privativo dos países 'ricos'. A formação desta impressão poderia criar uma séria reação contrária à causa da estabilidade da população.

Liberdade de ação imperialista

O outro motivo para incentivar a redução da população do Terceiro Mundo é francamente imperialista. O NSSM-200 dedica atenção especial ao acesso estadunidense aos minerais estratégicos dos países subdesenvolvidos e conclui que a redução do crescimento demográfico dos Estados terceiromundistas ricos em minerais tornará politicamente mais seguro o acesso a estes recursos:

> A localização das reservas conhecidas de muitos minerais de grande pureza indica uma dependência crescente de todas as regiões industrializadas quanto às importações dos países menos desenvolvidos. Os verdadeiros problemas de abastecimento de minerais não estão na suficiência física dos mesmos, mas em questões político-econômicas de acesso, condições de exploração e apro-

> veitamento e distribuição dos benefícios entre os governos dos países produtores, consumidores e anfitriões.

O estudo prognostica que, faltando a estabilidade política (isto é, submissão) nesses estados, "é provável que as concessões a empresas estrangeiras sejam desapropriadas ou submetidas a intervenções arbitrárias. Quer por ação oficial, conflitos trabalhistas, sabotagem ou distúrbios civis, colocar-se-á em perigo o fluxo estável de materiais necessários. Embora a pressão demográfica não seja o único fator em jogo, este tipo de frustrações é muito menos provável em condições de pouco ou nenhum crescimento da população".

Por conseguinte, frear o aumento da população nesses Estados constitui uma questão vital para a segurança nacional dos Estados Unidos:

> Por muito que se faça para impedir o desabastecimento... a economia estadunidense requererá quantidades cada vez maiores de minerais do exterior, em especial dos países menos desenvolvidos. Este fato aumentou o interesse dos Estados Unidos pela estabilidade política, econômica e social dos países abastecedores. Quando quer que as reduções das pressões demográficas, mediante a redução do ritmo de nascimentos, possa aumentar as possibilidades desta estabilidade, a política demográfica se torna intrínseca ao fornecimento de recursos e aos interesses econômicos dos Estados Unidos.

Também preocupa os autores do estudo o fato de que o aumento da população nesses países tenda a exacerbar suas exigências de desenvolvimento econômico. No caso de Bangladesh, por exemplo,

> Bangladesh é agora um partidário bem mais firme de posições terceiromundistas, que advoga uma melhor distribuição da riqueza do mundo e pede grandes concessões comerciais para as nações pobres. Conforme aumentam seus problemas e se atrasa em sua capacidade de obter ajuda estrangeira, as posições do Bangladesh nos assuntos internacionais provavelmente se radicalizarão, contrapondo-se inevitavelmente aos interesses dos Estados Unidos em assuntos importantes e alinhando-se com outros países para exigir ajuda adequada.

Não à Nova Ordem Econômica Internacional

Um dos principais objetivos do NSSM-200 é frear a difusão de idéias hostis à redução da natalidade e que exigem o desenvolvimento econômico como solução para os problemas do Terceiro Mundo. Pela definição de Kissinger, tais idéias ameaçam a segurança nacional estadunidense.

A fim de destacar como são perigosas tais idéias, o documento apresenta o caso da Conferência Mundial de População, realizada em Bucareste, Romênia, em agosto de 1974, à qual "os Estados Unidos haviam contribuído com muitos pontos importantes". O documento se queixa de que o Plano Mundial de Ação Demográfica foi refutado por muitos países, devido à difusão das referidas idéias antimalthusianas. O fracasso da conferência, com a qual o governo estadunidense esperava marcar época, é uma das razões apresentadas para a preparação dos memorandos do CSN.

O documento afirma, com relação a essa conferência, que "houve consternação geral, porque, ao início da conferência o plano foi submetido a um ataque cortante, em cinco frentes, encabeçado pela Argélia, com o apoio de vários países africanos; Argentina, apoiada por Uruguai, Brasil, Peru e, em forma mais limitada, outros países latino-americanos; o grupo europeu oriental (exceto a Romênia), a República Popular da China; e a Santa Sé".

Kissinger diz que as objeções ao plano se baseavam na idéia de que uma Nova Ordem Econômica Internacional podia ser a base do desenvolvimento social e econômico do antigo setor colonial, garantindo o respeito à soberania destes Estados. Isto faria parecer desnecessária e, mesmo, daninha a redução da população, queixa-se Kissinger.

Tais idéias já haviam encontrado a sua expressão mais completa nos escritos do economista e líder político Lyndon LaRouche, fundador da revista *EIR - Executive Intelligence Review*, a quem Kissinger, entre outros, ajudou a condenar a 15 anos de prisão após um julgamento politicamente orquestrado, em 1988. O esforço de Kissinger para esmagar o movimento político de LaRouche remonta ao período de antes, quando a influência de LaRouche já se tornara um fator internacional de peso.

Embora o documento do CSN não mencionasse o fato, a jornalista alemã Helga Zepp (atualmente Sra. Helga Zepp-LaRouche) encabeçou uma intervenção na Conferência de Bucareste, precisamente em torno do conceito da Nova Ordem Econômica Internacional, en-

frentando diretamente um dos oradores, John D. Rockefeller III, assinalando as repercussões genocidas de sua política de restrição demográfica. Nos anos seguintes, o casal LaRouche e seus colaboradores, por meio de publicações como a *EIR*, desempenhou um papel central defendendo as idéias que Kissinger define como ameaça à segurança nacional estadunidense, ou seja, a segurança da poderosa máfia oligárquica à qual pertence.

Para combater esse "problema", o documento sublinha a necessidade de "educar" os dirigentes do Terceiro Mundo suscetíveis a tais idéias "perigosas" sobre o desenvolvimento econômico:

> As crenças, ideologias e equívocos exibidos por muitas nações em Bucareste indicam de modo mais claro que nunca a necessidade de uma educação de fundo dos dirigentes de muitos governos, especialmente na África e alguns na América Latina. Para os dirigentes de muitos países, devem-se elaborar enfoques específicos à luz de suas crenças atuais, a fim de satisfazer os seus interesses especiais.

De resto, Kissinger define no NSSM-200 que a aceitação da presumida necessidade de reduzir a população é indispensável ao plano secreto dos Estados Unidos:

> A formação de um consenso político e popular mundial a favor da estabilização da população é fundamental para uma estratégia efetiva. Isto requer o apoio e a dedicação dos dirigentes-chaves dos países menos desenvolvidos. Isto só ocorrerá se eles perceberem claramente o efeito negativo do crescimento demográfico irrestrito e acreditarem que se possa abordar o assunto mediante ação governamental. Os Estados Unidos devem incentivar os líderes dos países menos desenvolvidos a tomarem a iniciativa na promoção do planejamento familiar.

Com esse objetivo o documento esboça várias formulações consideras apropriadas para influir na opinião dos líderes terceiromundistas e, ao mesmo tempo, reduzir a eficácia dos que denunciam à intenção imperialista implícita nas políticas de redução da população. Como exemplo, o documento diz que "os Estados Unidos podem ajudar a minimizar as acusações de motivações imperialistas em seu apoio às atividades demográficas afirmando repetidamente que este apoio deriva da sua dedicação a: (a) o direito do indivíduo a determinar livre e

responsavelmente o número e a distribuição de seus filhos; e (b) o desenvolvimento social e econômico fundamental dos países pobres".

Ao mesmo tempo, o estudo recomenda uma ofensiva propagandística mundial valendo-se de diversos órgãos oficiais estadunidenses e mundiais:

> Além de tentar influir junto aos líderes nacionais, deve-se buscar um apoio maior no mundo para os esforços relacionados à população, mediante uma maior ênfase na imprensa popular e outros programas de educação e motivação demográfica da ONU, USIA [Agência de Informações dos Estados Unidos] e USAID [Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos]. Devemos dar maior importância a esta regra em nossos programas informativos internacionais e pensar na expansão dos acordos de cooperação com instituições multilaterais em programas de educação demográfica.

A arma dos alimentos

Enquanto Kissinger adverte que "devemos acautelar-nos de que nossas atividade não dêem aos países menos desenvolvidos a aparência de ser uma política dos países industrializados contra os menos desenvolvidos", o documento detalha medidas para forçar os países a adotar providências de redução da população, caso não dêem resultado as formas encobertas de persuasão e "educação". A arma principal que esgrimem é a dos alimentos:

> Existem também precedentes para levar em conta o desempenho no planejamento familiar na avaliação dos requisitos de ajuda da USAID e dos grupos de consulta. Já que o crescimento demográfico é um elemento importante no aumento de demanda alimentar, ao distribuir os escassos recursos (dispostos pela lei) PL 480, deve-se levar em conta quais medidas um país tenha tomado quanto à redução da população e produção de alimentos. Nestas relações delicadas, entretanto, é importante, tanto do ponto de vista do estilo como de teor, evitar qualquer aparência de coação.

Indo mais fundo na matéria, o documento apresenta a perspectiva de que "possam se necessitar de programas obrigatórios e que de-

vamos considerar desde já esta possibilidade... Poder-se-ia considerar os alimentos um instrumento do poder nacional? Nós nos veremos obrigados a tomar decisões quanto a quem podemos ajudar, dentro do razoável? E, sendo assim, que esforços demográficos serão critério desta referida ajuda?... Estão dispostos os Estados Unidos a aceitar o racionamento de alimentos para ajudar os que não podem ou não querem controlar o aumento de sua população?"

Execução na prática

Como já se mencionou, em maio de 1976, o Conselho de Segurança Nacional emitiu o seu "Primeiro relatório anual sobre política demográfica internacional dos Estados Unidos", um relato dos progressos referentes ao NSSM-200 e outros memorandos do mesmo teor. O relatório secreto analisa o ano anterior de execução do memorando de Kissinger e foi remetido ao então diretor da CIA, George Bush, entre outros encarregados da área de informações.

Pelo referido relatório, a resistência principal aos esforços estadunidenses buscando reduzir a população do antigo setor colonial concentrou na Ibero-América, no Oriente Médio e na África, regiões dominadas ou com forte influência do catolicismo ou do islamismo. Ambas as religiões se opõem às restrições à natalidade, enfoque que o CSN condena como "pró-natalista":

> Entre os países menos dedicados aos programas demográficos, estão a maioria dos da África, América Latina e Oriente Médio, que somam uma população de 750 milhões. A política demográfica destas nações vai desde o pró-natalismo de algumas à falta de empenho, de outras, onde, em graus variados, o planejamento é tolerado e até encorajado. O aborto é, em geral, antipatizado e não se favorece a esterilização.

O relatório se queixa de que essa "relativa falta de interesse" que se precisa combater pode "explicar-se por uma variedade de fatores", entre os quais:

"1) A falta de percepção da necessidade de deter o aumento da população;

"2) ou então, se a necessidade é percebida, a ilusão de que o

desenvolvimento econômico resolverá o problema;

"3) a crença de que se necessita de uma família grande para a segurança na velhice ou para satisfazer as necessidades de mão-de-obra em certo momento do ciclo agrícola;

"4) a preocupação com outros assuntos mais imediatos;

"5) as influências religiosas; e

"6) a ignorância, bem como o racismo, o tribalismo e o tradicionalismo".

Acrescenta o relatório: "Na medida em que o planejamento familiar é identificado com o mundo ocidental, em especial os Estados Unidos, em certos países, apresentam-se inibições ainda maiores ao planejamento familiar. Este fato pode ser notado de modo particular nas conferências internacionais nas quais os países do Terceiro Mundo tendem a combinar-se contra o Ocidente, contra o capitalismo e a favor da 'Nova Ordem Econômica Internacional'".

Em seguida, com os eufemismos típicos de Washington, o relatório esboça um plano de subversão: "Segue-se que nossos esforços para promover o planejamento familiar entre os países que não estão convencidos devem ajustar-se às sensibilidades particulares de cada um destes países. Isto serve para acentuar o papel importante de nosso embaixador e sua equipe diplomática em cada país subdesenvolvido, no tocante a informar a Washington como obter a aceitação em relação com as circunstâncias especiais deste país e estar alerta para empreender iniciativas oportunas por sua própria conta, visando a estes objetivos".

A necessidade de "disciplina"

Em contraste com os países "não-convencidos", os quais devem ser submetidos a operações especiais encobertas, o relatório indica quais países, presumidamente, estão dedicados à redução da natalidade, ou, pelo menos, não se lhe opõem. Conta-se entre eles a maioria dos países asiáticos e de modo particular a República Popular da China. O estudo diz que "quase metade da população mundial vive em países em desenvolvimento cujos dirigentes são partidários da política e dos programas demográficos. Isto representa aproximadamente dois terços do mundo em desenvolvimento". Esta proporção contrasta com as declarações do memorando de Kissinger em 1974, no qual se considerava muito mais difundida a hostilidade dos referidos Estados para com os programas de redução da população.

Mesmo assim, o estudo observa que ainda nessas nações é muitas vezes difícil impor a redução da população sem uma forma apropriada de governo, por mais vigorosamente que se empreendam os esforços de educação, distribuição de anticoncepcionais e as demais medidas. "Muitos líderes reconhecem que todas essas medidas, por importantes que sejam, não ajudariam a reduzir o ritmo do aumento da população o bastante para evitar grandes desastres", diz o relatório. "O mais provável é que os requisitos para o verdadeiro êxito incluam três enfoques interrelacionados que se mostraram muito eficazes, quais sejam:

"1) direção firme a partir de cima;

"2) pressão 'a partir de baixo', de outros países em desenvolvimento; e

"3) o fornecimento de serviços de planejamento familiar baratos e adequados, que cheguem às pessoas".

"No tocante ao primeiro ponto, os programas demográficos têm obtido especial sucesso quando os líderes apresentaram clara, inequívoca e publicamente as suas posições, mantendo ao mesmo tempo a disciplina verticalmente a partir do nível nacional até o das aldeias, ordenando aos funcionários do governo (incluindo policiais e militares), médicos e motivadores para fazer com que a política demográfica seja bem administrada e executada. Em alguns casos, esta firmeza de direção se manifestou em incentivos tais como a remuneração dos que aceitem a esterilização, ou desincentivos tais como a pouca preferência pelas famílias grandes na distribuição de moradias e educação".

Portanto pode-se dizer que, por volta de 1976, o governo estadunidense ja estava entregue a uma política imperialista, com os seguintes elementos: um plano de debilitação do setor subdesenvolvido mediante o fomento da redução da população; um plano para solapar os Estados que se opusessem à redução da população; um plano para criar ou fortalecer os regimes totalitários do Terceiro Mundo, como forma de impor a redução da população. Um princípio central desta política foi a idéia de que o desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo representa uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos e que é preciso esmagar todo aquele que defenda uma política de desenvolvimento.

6 O "*apartheid tecnológico*": novo colonialismo econômico

Em setembro de 1990, um oficial militar francês de alta patente, escrevendo sob o pseudônimo Jean Villars, publicou na revista francesa *L'Express* um comentário sob o título descarado de "*Apartheid* tecnológico". Ele propunha precisamente as restrições às exportações tecnológicas, que constituem a política atual dos anglo-americanos. Convém citar brevemente uma parte deste artigo:

> É preferível transferir "tecnologias adequadas" aos países do Terceiro Mundo, isto é, tecnologias que consumam trabalho em vez de capital e sejam de nível tecnológico intermediário... Ao se recusar a transferir para os países do Terceiro Mundo os melhores produtos de sua capacidade de inovação tecnológica, o Ocidente faz um favor a estas populações frente às suas próprias elites.

"Villars" acrescenta que o Ocidente precisa impor essas medidas porque, de outra forma, poderia enfrentar a competição econômica e ainda militar do Terceiro Mundo. E diz:

> Até agora, o Ocidente tem sido míope. O caso iraquiano revela todas as contradições ocidentais. Agora é necessário que os ocidentais adotem medidas de *apartheid* tecnológico para com o Terceiro Mundo... O *apartheid* tecnológico é uma fórmula brutal; no entanto, é a última opção, antes da pressão militar direta, para enfrentar as forças cegas do Terceiro Mundo.

Mais adiante, "Villars" afirma, sem rodeios, que se deve deixar de transferir tecnologias avançadas aos países do Terceiro Mundo porque estes poderão defender-se do saque de suas matérias primas:

> Por não compreender isso (a necessidade do *apartheid* tecnológico, o Oci-

> refém das manipulações dos preços das matérias-primas por cartéis contingentes e, neste caso, a declarar a guerra depois de se pôr em posição de perdê-la.

Eis do que se tratam as restrições de Washington às exportações: de manter deliberadamente o setor subdesenvolvido em permanente estado de atraso.

Washington usa o bicho-papão da proliferação das armas químicas no Terceiro Mundo – em especial, armas químicas e biológicas – como pretexto para impor essa política genocida. Os propagandistas do governo fizeram o que puderam para despertar a histeria em torno das armas químicas do Iraque. Mais tarde, os Estados Unidos tiveram de reconhecer que não encontraram no campo de batalha nenhuma destas alardeadas armas. Agora se valem desta histeria para justificar a nova política, que de fato interromperá a exportação de tecnologias avançadas, pelo menos aos países que os Estados Unidos queiram destruir ou castigar.

O presumido alvo de Washington é o que chamam tecnologia "de uso duplo": são recursos técnicos que podem ter uso tanto militar como civil. Mas daí resulta que, em vista das características das tecnologias avançadas, praticamente qualquer de seus elementos recai nesta categoria. E, com as regras de Washington, o uso duplo se define na forma mais ampla possível.

O resultado é que se verá severamente limitado o acesso do Terceiro Mundo a uma ampla faixa de bens e processos modernos. Um analista estadunidense de exportações afirmou aos autores que o novo regulamento é tão amplo que poderia afetar toda a maquinaria e equipamento usado nas indústrias petrolíferas, de água, tratamento de águas e preparação de alimentos.

Não se trata de exagero. Pretende-se restringir, por exemplo, a exportação de 50 produtos químicos. Até que se anunciasse a nova medida, havia apenas 11 produtos químicos na lista de restrições. Na maioria dos que se acham incluídos, muitos são comuns e constituem ingredientes essenciais a uma ampla gama de empresas científicas ou civis comuns.

Como exemplo, alguns dos produtos químicos que se pretendem restringir são necessários para a produção de fertilizantes e pesticidas, sem os quais não se pode aumentar a produção de alimentos; para a produção de medicamentos e petróleo; para o tratamento de purificação de águas. Se estes produtos não estiverem disponíveis, haverá epidemias de cólera e tifo, que é exatamente o que se passa no Iraque no mo-

mento em que este livro é escrito, graças ao bombardeio estadunidense das instalações de águas e saneamento. Até mesmo os produtos químicos necessários à produção de cerveja estão na lista de exportação restrita!

Um dos produtos químicos da lista é o sulfato de sódio, amplamente disponível e que se usa normalmente para curtir couros, mas que também se pode usar para fabricar um certo tipo de gás neurotóxico. Igualmente há muitos compostos organofosforado, comumente usado na produção de fertilizantes e que também podem ser convertidos no que se chamam precursores das armas químicas.

Ainda assim, as restrições não se limitam a esses 50 produtos químicos. Também se aplicam à exportação de *equipamentos* que hipoteticamente poderiam ser usados para produzir armas químicas ou biológicas. Além disto, aplicam-se à exportação de equipamento ou fábricas que pudessem ser usados para fabricar qualquer dos 50 produtos químicos da lista. A meta, pelo visto, é assegurar que nenhum país do Terceiro Mundo possa formar uma capacidade nacional, independente, para fabricar os seus próprios produtos químicos, entre eles os essenciais para o desenvolvimento econômico.

As restrições abarcam dispositivos para reduzir a contaminação, recipientes usados pelos agricultores para misturar fertilizantes, satélites, muitos tipos de equipamento de computação e engenharia e alguns modelos de caminhões pesados.

As restrições são de tal modo extravagantes e bizarras que, nas palavras de um funcionário do Departamento de Estado, poderiam ser usadas até para proibir a exportação de lápis, se os Estados Unidos acharem que algum engenheiro na Índia os empregaria para escrever fórmulas para a construção de uma bomba atômica.

Muitos países em desenvolvimento sofrerão as consequências. Todas as nações do Oriente Médio e do Sudeste Asiático estão sujeitas a essas regras, bem como outros dez países que o governo mencionou por nome, entre eles o Brasil, Índia, Taiwan, Argentina etc. Em outras palavras, estes países são os que tiveram o maior avanço industrial e, portanto, ameaçam o poder financeiro e político da "Nova Ordem Mundial".

A nova política é um típico pesadelo burocrático kafkiano. Com esses regulamentos, as companhias estadunidenses que queiram exportar qualquer de seus produtos da lista terão que obter antes licenças especiais do governo. Para tal, terão de passar por um longo e caro processo burocrático, no qual, de algum modo, terão de demonstrar que a exportação desejada não será usada em alguma parte do mundo para produzir armas biológicas ou químicas. Obter uma licença será como tentar

obter permissão para contruir uma usina nuclear nos Estados Unidos.

Se os empresários violarem as restrições de qualquer maneira, serão submetidos a duros castigos penais, entre eles possíveis condenações a dez anos de cárcere.

Mas os prejudicados não serão apenas os industriais estadunidenses e o Terceiro Mundo. As novas restrições são dirigidas também à Europa Ocidental e, em especial, a Alemanha e ao Japão, porque estas duas nações insistem em exportar tecnologias modernas ao setor em desenvolvimento e acham que isto é razoável (como está claro que sim). Washington pressiona para conseguir um acordo mundial que apóie as suas restrições e se vale de todos os tipos de chantagens para consegui-lo, como, por exemplo, fazer com que os peritos em desinformação produzam várias "denúncias" de que a Alemanha vendeu deliberadamente gás venenoso ao Iraque para ser usado contra Israel. Está claro que a intenção é ressuscitar o espectro do holocausto nazista contra os judeus. A Liga Antidifamação da B'nai B'rith (ADL) tem estado muito ativa nesta campanha, assim como o Instituto Simon Wiesenthal.

Se alguns setores da indústria estadunidense não ficaram contentes com a nova política, os propagandistas malthusianos estão adorando porque sabem o que significa o genocídio e isto é o que querem. Querem fazer desaparecer o Terceiro Mundo e as populações de cor para roubar mais facilmente os seus recursos.

Passemos ao tema da proliferação de armas, tendo em vista que Washington colocou nele tanta ênfase e se vale do temor provocado para ver aprovada a sua medida genocida de restringir as exportações tecnológicas. Antes de tudo, é certo que o Departamento de Estado quer deter a proliferação de armas, pelo menos em certos países em desenvolvimento. Mas não se trata de que desejem garantir uma paz mundial verdadeira e duradoura. O que querem é assegurar-se de que nenhum país seja capaz de montar um tipo de operação remotamente eficaz para defender-se do saque colonial que caracteriza a política da "Nova Ordem Mundial".

Por isso, quase todas as nações em desenvolvimento que têm uma indústria armamentista nacional avançada – como o Brasil e a Argentina – constituem alvos especiais. Washington quer assegurar-se de que nenhum país em desenvolvimento possa proporcionar armas – ou tecnologia moderna de qualquer tipo – a outras nações em desenvolvimento, posto que isto solaparia o domínio estadunidense.

7 O governo supranacional: a reorganização da ONU para seu novo papel

A guerra contra o Iraque demonstrou o que muitos suspeitavam no Terceiro Mundo: a Organização das Nações Unidas (ONU) funciona como um braço do Departamento de Estado e da chancelaria britânica. Em 1990, sob o pretexto de expulsar o Iraque do Kuwait, as forças da coalizão encabeçada pelos anglo-americanos ocuparam os campos petrolíferos dos países do Golfo Pérsico, plano que Henry Kissinger havia proposto desde 1975, quando secretário de Estado. Desde a guerra de 1991, os xeques do golfo Pérsico concordaram com a permanência de tropas britânicas e estadunidenses em seus territórios, supostamente para protegê-los.

No entanto, as várias resoluções aprovadas pelas Nações Unidas contra o Iraque, desde então, assentam também um precedente para operações anglo-americanas em qualquer parte do mundo. Por exemplo, sob o pretexto de que os iraquianos reprimiam os curdos, as Nações Unidas estacionaram tropas no norte do Iraque. O argumento, aplicável onde for, é que os "direitos humanos vêm antes da soberania nacional". Sob o pretexto de que é indispensável destruir a capacidade do Iraque de produzir armas de grande potência, as Nações Unidas ordenaram a destruição de computadores até tornos e proibiram o país de realizar qualquer espécie de pesquisa de física, de radiação e de química.

A própria investida militar das Nações Unidas contra o Iraque matou cerca de meio milhão de iraquianos, em sua maior parte civis, ao mesmo tempo que destruiu as redes elétricas e de saneamento e os armazéns de alimentos do país, todos considerados como alvos militares legítimos.

Reorganização da ONU

Para fazer das Nações Unidas um organismo mais apropriado para governar o mundo, os anglo-americanos lá colocaram no final de 1991, o secretário-geral, Boutros Boutros-Ghali, ex-ministro de Relações Exteriores do Egito e que por toda a vida foi agente dos britânicos. Em seguida, o ex-procurador-geral de Justiça do Governo Bush, Richard Thornburgh, foi nomeado subsecretário-geral administrativo das Nações Unidas. Os dois levam a cabo a maior reorganização das Nações Unidas em toda a sua história.

Como contribuição ao processo, o *premier* britânico, John Major, convocou em janeiro de 1992 uma cúpula de chefes de Estado membros do Conselho de Segurança, a qual determinou ao organismo a sua nova missão: a "diplomacia preventiva". Major qulificou esta cúpula de "divisor de águas da História" e ordenou ao secretário-geral formular propostas concretas para o cumprimento da nova missão.

A resposta do secretário-geral ao pedido anglo-americano foi uma "Agenda de Paz", na qual se definem novas regras de operações militares ofensivas dos "capacetes azuis" da ONU, violando os limites estabelecidos pela própria Carta das Nações Unidas. O documento propõe também ampliar a capacidade do organismo para recolher informações; a formação de uma força militar de resposta rápida da ONU; e avança rumo à criações de um corpo diplomático das Nações Unidas, cujos embaixadores nos países do Terceiro Mundo teriam a mesma condição que os governadores britânicos nas colônias durante o século 19.

A fim de impor essa transformação, os anglo-americanos têm provocado ou manipulado guerras por todos os lados, ao mesmo tempo em que proclamam que apenas as Nações Unidas ou organismos internacionais semelhantes estão em condições de enfrentar as referidas conflagrações. Por sua vez, os agentes da Grã-Bretanha propalam a linha de que a única forma de conter os Estados Unidos, agora que a União Soviética desmoronou, seu principal rival, é conferir maiores poderes às Nações Unidas.

"Agenda para a paz"

Em 1° de julho de 1992, o secretário-geral da Organizações das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, entregou ao Conselho de Segurança da entidade um relatório de 48 páginas, intitulado "Agenda para

a paz: diplomacia preventiva, pacificação e manutenção da paz".

Boutros-Ghali vai direto ao assunto desde a introdução do relatório: "O melhoramento das relações entre os Estados do Oriente e Ocidente oferece novas possibilidades, algumas das quais já tornadas realidade, a fim de fazer frente às ameaças contra a segurança comum". Acrescenta que "os regimes autoritários cederam a forças mais democráticas", aludindo não só ao desaparecimento da União Soviética, como ao êxito do chamado impulso democratizador em todo o Terceiro Mundo. Grande parte do mundo, diz ele, está capitulando diante da política anglo-americana do livre comércio: "A par com essas modificações políticas, alguns Estados buscam formas de política econômica mais abertas".

Mas essa "Nova Ordem Mundial" está ameaçada por "novos e ferozes reclamos de nacionalismo e soberania", que solapam "a coesão dos Estados" mediante "brutais conflitos étnicos, sociais, culturais ou lingüísticos". Adverte, além disto, sobre o presumido perigo do desenvolvimento econômico: "O progresso traz consigo novos riscos à estabilidade: danos ecológicos, alterações na vida familiar e comunitária, maior inculcação dos direitos do indivíduo". A isto ele aduz os perigos do "crescimento demográfico irrestrito", a agoniante carga da dívida, os obstáculos ao comércio, o narcotráfico" e "as migrações em massa das pessoas dentro de suas fronteiras nacionais e além das mesmas". Quanto à defesa da soberania, o crescimento demográfico, a resistência ao livre comércio etc, ele os define como "fontes e conseqüências do conflito", que "requerem a incessante atenção e máxima prioridade da ONU".

Boutros-Ghali diz que se poderia requerer a intervenção militar para fazer frente a essas presumidas ameaças porque, na "Nova Ordem Mundial", as ameaças à paz não são apenas militares. "Nestes momentos de oportunidades renovadas, os esforços da Organização por construir a paz, a estabilidade e a segurança devem abarcar assuntos que estão além das ameaças militares", diz ele. Como exemplo de ameaças não-militares, ele fala de uma "porosa camada de ozônio... [que] poderia representar uma ameaça maior às populações expostas do que um exército inimigo".

Visando fazer frente às referidas ameaças, entretanto, é preciso erradicar o antigo conceito de soberania e, assim sendo, "já passou o tempo da soberania absoluta e exclusiva", proclama ele . "O trabalho dos atuais chefes de Estado é entender isso e encontrar um ponto eqüidistante entre os requisitos do governo nacional e os requisitos de

um mundo cada vez mais interdependente".

Boutros-Ghali sabe muito bem que esses planejamentos violam a Carta das Nações Unidas, que defende, pelo menos nominalmente, o conceito da soberania nacional. O Artigo 1, Parágrafo 2, da Carta, define como um dos principais propósitos da ONU o de "estabelecer relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito aos princípios da igualdade de direitos e à autodeterminação dos povos e adotar outras medidas apropriadas para fortalecer a paz universal". O Artigo 2, Parágrafo 7, diz, em parte: "Nada do teor desta Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que, essencialmente, recaem dentro da jurisdição nacional dos Estados".

Mais adiante, Boutros-Ghali define a soberania, não como um direito inerente da pessoa, mas como algo que depende de sua boa conduta, conforme esta seja julgada pelos amos do sistema mundial. "A soberania, a integridade territorial, a independência dos Estados", declara, "estão limitadas e definidas dentro do 'sistema internacional estabelecido'". Este é o mesmo conceito de soberania limitada que caracterizou o Congresso de Viena de 1815, o Congresso de Berlim de 1878 e o Tratado de Versalhes de 1919. Ao estabelecer semelhantes objetivos, o relatório do secretário-geral pretende investir o Conselho de Segurança e a própria Secretaria-Geral de faculdades que não foram contempladas na Carta da ONU. Entre estas está a "pacificação" (peacekeeping), conceito novo que Boutros-Ghali define enganosamente como "ação para levar a um acordo as partes inimigas, essencialmente mediante meios pacíficos previstos no capítulo VI da Carta", que têm a ver com a negociação pacífica das disputas. Além disto define a "pacificação" como uma "mobilização da presença das Nações Unidas no campo, até agora com o consentimento das partes interessadas, normalmente, com pessoal militar ou policial das Nações Unidas".

O papel do Conselho de Segurança

A subordinação da soberania às necessidades da "Nova Ordem Mundial" e a criação de novas categorias de operações militares ofensivas da ONU não são as únicas mudanças pedidas pelo relatório. Ele busca, igualmente, eliminar outras restrições que, de antemão, limitam o emprego da força por parte do Conselho de Segurança.

Para esse fim, o secretário-geral pede a criação de "unidades de imposição da paz", que estariam "mais bem armadas do que as forças

de manutenção da paz e requereriam extenso treinamento preparatório em suas forças nacionais". Tais unidades constituem outra invenção e nunca figuraram na Carta das Nações Unidas; elas serviriam como uma força de deslocamento rápido, comandadas pelo secretário-geral e pelo Conselho de Segurança. Em seus comentários feitos à imprensa na apresentação do relatório, Boutros-Ghali conclamou todos os Estados membros a manterem constantemente mil soldados em estado de preparação para tais mobilizações, proposta que fora feita inicialmente pelo presidente da França, François Mitterrand, na cúpula de chefes de Estado do Conselho de Segurança da ONU.

Boutros-Ghali também propôs que o Comitê Militar da Secretaria-Geral da ONU, fosse reduzido a meras funções de "apoio", a despeito de que o artigo 47, parágrafo 3, disponha, que o Comitê "se encarregará... da direção estratégica de quaisquer forças armadas postas à disposição do Conselho de Segurança".

É importante anotarmos aqui que o referida Comitê é integrado exclusivamente por representantes dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Assim sendo, a intenção de esvaziá-los indica que os anglo-americanos pretendem manejar sozinhos as operações militares ofensivas e consideram que os demais membros do Conselho de Segurança – França, Rússia e China - são, quando muito, sócios menores.

O que tudo isso significa na prática é que, uma vez aprovada no Conselho de Segurança uma resolução de aprovação para uso da força militar, sob o capítulo VII, os Estados membros estariam livres para deslocar e comandar estas forças como bem lhes parecesse. Foi o que fizeram os Estados Unidos contra o Iraque, onde se movimentaram forças militares sob a égide da ONU, mas sob o comando político do governo estadunidense.

Em uma seção relacionada, que trata da "logística da manutenção da paz", Boutros-Ghali diz que "deve-se estabelecer uma reserva de equipamento básico de manutenção da paz" em todo o mundo, a qual estaria "disponível de imediato ao início de cada operação". Isto permitiria aos Estados Unidos situar equipamento militar em qualquer parte e, conseqüêntemente, aproveitar os equipamentos para o deslocamento rápido de forças especiais apenas nominalmente controladas pela Secretaria-Geral da ONU.

As organizações regionais

Em paralelo com esse ataque à soberania nacional, o relatório também

pretende subordinar ao mandato da ONU todas as organizações regionais independentes, tais como a OEA, a Liga Árabe e a Organização de Unidade Africana. De forma correlata, o relatório procura definir a OTAN como um braço da ONU. Para tanto, Boutros-Ghali subverte o capítulo VIII da Carta, que cuida das organizações regionais.

"No passado", diz ele, "os acordos regionais freqüentemente se criaram por falta de um sistema universal de segurança coletiva; por isso, às vezes, suas atividades tinham objetivos desencontrados" com a ONU. Agora, no entanto, nesta era nova de oportunidade, "tais acordos regionais podem ser de grande utilidade". Ele acrescenta que "as consultas entre as Nações Unidas e os blocos ou entidades regionais poderiam contribuir bastante para criar um consenso internacional... as organizações regionais, participando em esforços complementares com as Nações Unidas... dariam alento à colaboração dos Estados de fora da região".

A tergiversação do capítulo VIII por Boutros-Ghali representa mais uma intenção de aumentar o poder do Conselho de Segurança. O artigo 52, parágrafo 2 da Carta define que os organismos regionais serão a primeira instância de resolução de conflitos regionais e que apenas tendo falhado estes esforços, o assunto será remetido ao Conselho de Segurança. "Os membros das Nações Unidas que integrem em tais acordos ou constituam tais organismos", diz o texto, "esforçar-se-ão por alcançar a solução pacífica dos conflitos locais mediante acordos regionais ou organismos internacionais antes de remetê-los ao Conselho de Segurança".

Em manobra parecida, o relatório pretende argumentar que os pactos coletivos de autodefesa, como a OTAN, que recaem sob o capítulo VII da Carta, sobre o uso da força militar, podem também ser interpretados como "acordos regionais" sob o capítulo VIII. Isto permitiria a operação conjunta de forças da OTAN e da ONU em cenários militares ou políticos, o que a Carta não prevê.

Reimposição do colonialismo

Um sentido adicional do relatório é o de reintroduzir o colonialismo (no estilo do) século 19 sob o disfarce da "manutenção da paz depois dos conflitos". Neste sentido, Boutros-Ghali argumenta que para poderem ser realmente bem sucedidos, a pacificação e a manutenção da paz devem ser acompanhadas pela "construção da paz", outra expressão de invenção recente. A construção da paz é definida como: "es-

forços amplos para identificar e apoiar estruturas que tendam a consolidar a paz e a promover um sentido de confiança e bem-estar entre as pessoas". Esta definição ampla inclui: "o desarmamento das partes que estavam em guerra, instalação da ordem, custódia e possível destruição de armas, repatriamento de refugiados, assessoria e treinamento de pessoal de segurança, supervisão de eleições, formação de esforços para proteger os direitos humanos, a reforma ou fortalecimento das instituições de governo e a promoção de processos formais-informais de participação política".

Em outro ponto de seu relatório, Boutros-Ghali diz que, à parte das forças militares, "a manutenção da paz requer funcionários políticos civis, vigilantes dos direitos humanos, funcionários eleitorais, especialistas em ajuda humanitária e a refugiados e polícia".

Boutros-Ghali chega a insinuar que a ONU tem o direito de intervir nos assuntos internos dos Estados, a fim de fomentar o que ela considere democracia, como parte da "construção da paz" e assim não haja conflito prévio. "As Nações Unidas têm a obrigação de desenvolver e ministrar, quando lhes for solicitado, apoio à transformação de estruturas e capacidades nacionais deficientes e ao fortalecimento de novas instituições democráticas. A autoridade do sistema das Nações Unidas para atuar neste campo dependeria do consenso de que a paz social é tão importante quanto a paz estratégica ou política. Existe uma conexão óbvia entre a prática democrática e o se alcançar a verdadeira paz e segurança em qualquer ordem política nova e estável".

Com essa justificativa, países soberanos ex-colônias se converteriam em protetorados da ONU.

Boutros-Ghali insinua até que, no futuro, os Estados do Terceiro Mundo não terão controle sobre os seus recursos naturais. "A construção da paz depois de um conflito", diz ele,"poderia tomar a forma de projetos cooperaticos concretos, que vinculem dois ou mais países em empresas de mútuo benefício, que não apenas contribuam para o desenvolvimento econômico e social, como sejam fundamentais para a paz. Por exemplo, penso em projetos que reúnam os Estados para desenvolver a agricultura, melhorar o transporte ou aproveitar recursos tais como a água ou a eletricidade".

Escritório colonial da ONU

Ao final do relatório, Boutros-Ghali faz referência a uma reorganização da burocracia da ONU, que já se encontra em marcha com o fito de convertê-la em mecanismo de transição mais eficaz para impor ao mundo um império anglo-americano. Desde que foi empossado como secretário geral, Boutros Ghali empreendeu a mais cabal reorganização da burocracia da ONU jamais efetuada. Em fevereiro de 1992, o novo secretário-geral eliminou 14 altos cargos e eliminou ou restruturou 13 departamentos e escritórios. Além de eliminar várias repartições e departamentos que considerava estorvos, Boutros-Ghali criou uma nova secretaria-geral, encarregada da "diplomacia preventiva" e outra, encarregada de "assuntos humanitários".

De acordo com relatórios que circulam na ONU, Boutros-Ghali propõe eliminar cerca de 20% dos postos burocráticos mais elevados. Ao mesmo tempo, reclama que as práticas anteriores de contratação se baseavam em considerações políticas e quotas informais, mediante as quais certos postos eram dados a pessoas de certos continentes ou países. No futuro, prometeu, as nomeações serão feitas exclusivamente com base no mérito pessoal.

A Secretaria-Geral da ONU também está organizando e ampliando um serviço de inteligência, sob o pretexto de que se necessita de um "sistema de aviso antecipado" para "avaliar se existe ameaça contra a paz". Tal agência, por enquanto adstrita em segredo ao Departamento de Assuntos Políticos, já está recebendo informações secretas de alguns Estados membros, conforme relatórios europeus. Tudo isto sob o rótulo do que Boutros-Ghali chama "criar um serviço civil, forte, eficiente e independente".

O secretário-geral da ONU também revela que está disposto a criar um corpo diplomático da entidade, possivelmente com imunidadade diplomática, estabelecido nos Estados destinados à recolonização. Invocando a necessidade de reduzir custos, Boutros-Ghali informa que "tomei medidas para racionalizar e, em alguns casos, integrar os vários programas e dependências das Nações Unidas em certos países. O primeiro funcionário da ONU em cada país deve estar em condições de desempenhar-se quando houver falta... como meu representante em assuntos de interesse especial". Estes representantes, que coordenariam as operações da ONU nos países aos quais sejam mandados, baseiam-se no modelo dos residentes coloniais do século 19.

II

Casos exemplares

8 Argentina: Completarão a "desmalvinização" das Forças Armadas?

Em março de 1993, Carlos Saúl Menem, presidente da Argentina, assestou nas Forças Armadas desse país o que talvez tenha sido o pior ultraje por elas sofrida desde a sua derrota militar de 1982 na Guerra das Malvinas, ao nomear, para ministro da Defesa, Oscar Camilión. Este ex-diplomata e chanceler é membro do Diálogo Interamericano, think-tank que tem sede em Washington e desde 1992 dirige esforços para desmilitarizar a Ibero-América.

A instituição castrense argentina atravessa a pior crise de sua história. Diariamente, os jornais anunciam que o Exército será "fechado" e que a Força Aérea está "paralisada" por falta de fundos e de combustível para as aeronaves. Em março e abril, o novo ministro reuniu-se urgentemente com os chefes de Estado-Maior da Marinha, da Força Aérea e do Exército. Falou da grande incidência de deserções e da moral baixa. Pelo menos a metade dos militares tem dois empregos, porque a remuneração militar é insuficiente para sustentar suas famílias. Mesmo assim, disse ele, será o "povo argentino" que vai decidir que espécie de Forças Armadas quer, ou se por acaso não as quer.

Alguns consideraram, erroneamente, Camilión como "amigo das Forças Armadas", pelos cargos que ocupou durante o regime da junta militar, de 1976 a 1983. Seu cargo atual, no entanto, tem uma única intenção: aproveitar a profunda crise econômica para terminar a "restruturação" das Forças Armadas que teve início, na verdade, assim que concluída a guerra das Malvinas, sob a condução do aparato do "Projeto Democracia" de Washington. (Oscar Camilión demitiu-se do cargo de ministro da Defesa em julho de 1996 - N.E.).

Camilión não oculta o seu empenho em tirar das Forças Armadas a sua função de defender a soberania nacional para incorporá-las a

forças de intervenção supranacionais. Em entrevista publicada em abril de 1993 na revista *Somos*, o novo ministro da Defesa explica que "hoje em dia pensa-se nas Forças Armadas e não se pensa apenas na defesa tradicional. Pensa-se na participação em operações de paz, em operações contra o narcotráfico, na atenção aos desastres naturais".

Em outra entrevista, publicada em 12 de março no jornal *La Nación*, Camilión diz sem mais aquela: "Creio que existe um problema muito sério, que é o da reorganização das Forças Armadas... no âmbito castrense há um descontentamento muito próprio, que tem a ver com a função delas e o papel que neste momento lhes corresponde na vida nacional e em suas projeções externas". As Forças Armadas, disse ele, "devem ser instrumento de uma diplomacia que tem temas regionais e, hoje, também globais. Estes últimos são novidade e configuram, justamente, o papel que um país como a Argentina tem de desempenhar nas novas tarefas que as Nações Unidas resolveram empreender".

As Malvinas, "nunca mais"

A nomeação de Camilión tem, acima de tudo, a finalidade de culminar a chamada "desmalvinização" das Forças Armadas da Argentina.

Em 2 de abril de 1982, quando a junta militar argentina decidiu retomar as Malvinas, ela o fez em defesa da soberania nacional, reclamando o que os britânicos usurparam em 1832. Quase toda a Ibero-América se aglutinou em apoio a esta causa, desatando-se por todo o continente um fermento nacionalista que fez estremecer Washington e Londres. Esta ação audaz não somente trouxe à Argentina a ira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), orquestrada pela demente neocolonialista britânica Margaret Thatcher; o *Establishment* anglo-britânico também jurou que imporia à Argentina um castigo exemplar — faria dela, nas palavras de Henry Kissinger, "um exemplo horrível" por ter tido a ousadia de erguer a cabeça.

A fim de garantir que as Forças Armadas argentinas nunca mais operem na defesa de seus interesses nacionais, os anglo-americanos e seus aliados argentinos tiveram de fazer duas coisas: em primeiro lugar, erradicar este nacionalismo cuja dedicação à soberania nacional e ao desenvolvimento econômico era considerada perigosa, não apenas por sua influência na Argentina como, também, pelo restante da Ibero-América; e, além disto, travar uma selvagem guerra psicológica e lavagem cerebral, procurando transformar a instituição castrense

em instrumento do histórico inimigo britânico para impor, justamente, a política anglo-americana contra a qual se ergueram em 1982.

O êxito dessa operação pode ser percebido no fato de que, nove anos depois da guerra, em fevereiro de 1991, as Forças Armadas argentinas atuaram *conjuntamente com os britânicos e a OTAN* — recebendo ordens de comandantes britânicos como parte da força internacional que desferiu ataques genocidas contra o Iraque, outra nação em desenvolvimento. A Argentina foi o *único* país ibero-americano que participou no que vinha a ser uma repetição da Guerra das Malvinas, desta feita com uma vítima diferente. Da mesma forma que contra a Argentina, em 1982, os anglo-americanos estavam decididos a castigar o Iraque por sua "arrogância". Como se gabou naquele momento o presidente Carlos Menem, a participação argentina nesta força de intervenção a tornava partícipe do "Primeiro Mundo". Hoje, segundo o general Mantín Balza, chefe do Estado-Maior do Exército, as Forças Armadas argentinas efetivamente se converteram em "Forças Armadas da Nova Ordem Mundial". O Exército, disse ele em dezembro de 1992, é "o braço armado da política exterior da nação" (O general Balza se tornaria, em novembro de 1996, o primeiro alto oficial militar argentino a visitar Londres - N.E.). Como disse o coronel nacionalista Mohamed Ali Seineldín, a chancelaria argentina, hoje em dia, nada mais é que uma "sucursal do Departamento de Estado" e a missão das Forças Armadas mudou dramaticamente.

Mudança de pautas culturais

Como se logrou essa transformação?

Essa propalada mudança nas "pautas culturais" das Forças Armadas é um eufemismo com que Balza alude ao ataque que, a partir de 1985, foi dirigido especialmente contra a facção nacionalista do Exército, cujo líder visível é o coronel Seineldín, herói da Guerra das Malvinas. Os propugnadores da desmilitarização demonstram uma sanha especial contra o coronel, a quem qualificam de "fundamentalista messiânico", "fanático católico" e "fascista".

O que, no entanto, os repugna realmente em Seineldín é que ele representa aquela parte da instituição castrense que todos eles querem destruir: uma tendência positiva de construção nacional, independência econômica e progresso científico. Como disse Seineldín perante a Câmara Federal, em 7 de agosto de 1991, quando era julgado pelo pronunciamento de 3 de dezembro de 1990, "devo obediência e subordinação aos

valores permanentes da nação". A instituição das Forças Armadas , insistiu ele, "é o braço armado da pátria e sua missão é salvaguardar os mais altos interesses da nação". Isto se mostra muito diferente das "Forças Armadas da Nova Ordem Mundial" que o general Balza pronuncia.

Os autores do "Manual Bush" *(Os militares e a democracia: futuro das relações civis-militares na América Latina)* abordam explicitamente o perigo que, para eles, representa o nacionalismo do coronel Seineldín, ou o que eles caracterizam como a sua doutrina de "segurança nacional". Queixam-se de que certas facções militares, especialmente no Cone Sul, pensam que sua missão nacional é defender os valores do "Ocidente cristão... a honra, a dignidade, a lealdade...[e] *salvaguardar e garantir o processo de desenvolvimento"*. (grifos nossos). No capítulo dedicado aos exércitos do Cone Sul o "Manual Bush" inclui um comentário sobre a missão do coronel Seineldín no Panamá (1986-1988), que representa o exemplo de como esses exércitos disseminaram por todo o continente, mediante "missões técnicas", a sua percepção da ameaça subversiva.

Na opinião dos autores, a condição para que as Forças Armadas argentinas abandonem conceitos tão "obsoletos" como a soberania nacional é eliminar essa doutrina "perigosa" que qualificam de "messiânica", "ético-religiosa" e "autoritária", trocando-a por algo mais "pragmático": uma nova doutrina "democrático-liberal... de estabilidade nacional". A natureza "elitista" ou "prussiana" das Forças Armadas — a sua idéia de uma missão especial para com o resto da sociedade — deve ser modificada, exigem esses "reformadores".

A identificação espiritual da instituição militar com o princípio de Nação ou Pátria deve ser eliminada, e o pessoal militar deve "integrar-se" ao resto da sociedade, eliminando a educação especial ou a prática "pretoriana" da conscrição. O pessoal militar deve ser enquadrado na categoria de simples funcionários públicos. Se assim não fôr, alegam os desmilitarizadores, eles poderiam fazer algo imprevisível, como a junta que retomou as Malvinas em 1982. Já se adotaram medidas no Colégio Militar argentino para eliminar da educação de oficiais as matérias de formação humanística, histórica e filosófica e substituí-las por temas mais "práticos", como a administração de empresas. A lógica de tais ações é a de que os oficiais não precisam de nacionalismo ou de princípios morais, mas apenas da formação "técnica" necessária que lhes confira eficiência em suas novas tarefas "globais".

Punições pelo patriotismo

O julgamento da junta militar, em setembro de 1985, foi a primeira salva da campanha para a "reforma" das Forças Armadas, até a sua extinção mediante operações práticas como a guerra psicológica. O julgamento, orquestrado pelo governo de Raul Alfonsín e os pregoeiros internacionais dos direitos humanos, em especial os congregados no governo de Jimmy Carter, foi copiado dos julgamentos de Nuremberg, posteriores à Segunda Guerra Mundial, de criminosos de guerra nazistas, com tudo isto e a proclamação de "nunca mais".

Talvez se pudesse alegar que alguns dos comandantes militares argentinos mereciam ir a julgamento por lutarem mal — ou, simplesmente, não lutarem — durante o conflito com os britânicos no Atlântico Sul. Isto se justificava. Mas os integrantes da junta militar e, por extensão, *toda a instituição castrense,* foram julgados, sobretudo, *por ousar enfrentar os britânicos* e, em segundo lugar, por travar a guerra contra a subversão comunista, a chamada "guerra suja". Estes foram os delitos pelos quais se viram mandados à prisão, transmitindo uma clara mensagem ao restante das Forças Armadas, assim como à população argentina.

Como documentou o coronel Seineldín, em sua defesa escrita perante à Câmara Federal, ao longo de todo o restante do governo de Alfonsín e, depois, durante o de Carlos Menem, a política do governo para com as Forças Armadas consistiu em uma provocação após outra: fustigamento e mau trato de oficiais nacionalistas, reduções drásticas do orçamento e reforma forçada de pessoal de alta patente, baixos salários, o cerceamento das capacidades tecnológicas da instituição e o constante descumprimento de todas as promessas de desagravo da situação e saneamento das suas condições.

Seineldín explicava que a política de Alfonsín visava, acima de tudo, a destruir a missão das Forças Armadas como "braço armado da pátria", eliminar o conceito da "hipótese de conflito" e, por fim, acabar com o papel da instituição como protetora dos "mais altos interesses da Nação". Nas palavras do próprio Seineldín, isto conduziu à "desmoralização e deterioração do material e pessoal das Forças Armadas e, acima de tudo, à desmoralização". Qual foi, portanto, o resultado final? "À ação se antepõe uma reação, explicou: os levantamentos da Semana Santa, Monte Caseros, Vila Martelli e 3 de dezembro de 1990, seguidos por julgamentos e encarceramentos que puseram atrás das grades os mais importantes líderes nacionalistas. O coronel Seineldín encontra-se hoje na prisão de Magdalena, com o equiva-

lente a uma sentença de prisão perpétua, assim como muitos de seus camaradas que participaram do pronunciamento de dezembro de 1990.

Muitos dos militares mais competentes, submetidos à penúria pelos ditames do Fundo Monetário Internacional, tiveram de reformar-se prematuramente. A dedicação crescente do governo ao supranacionalismo e à agenda global da ONU, de modo especial sob Carlos Menem e seu chanceler anglófilo Guido di Tella, criaram um marco no qual a direção civil militar argentina pode já ufanar-se de que suas Forças Armadas estão a caminho de ser "as Forças Armadas da Nova Ordem Mundial".

De que realidade se trata?

A justificativa pública da reforma militar na Argentina é a de que as Forças Armadas devem refletir a nova realidade do país, política e economicamente. A Guerra Fria terminou, dizem os "reformadores": não existe ameaça interna de subversão e os recursos estão escassos. Grandes orçamentos militares, assim sendo, são desnecessários, como o são as grandes burocracias e indústrias de defesa. As Forças Armadas "modernas" devem ser "eficientes, profissionais, tecnificadas e móveis", dizem eles. A restruturação "privilegia o qualitativo sobre o quantitativo", diz o general Balza.

Mas o estado atual das Forças Armadas revela muito pouco de qualidade. Em um artigo publicado em 25 de fevereiro de 1993, em *La Nación,* o general Balza informou que, em 1980, o orçamento do Exército argentino para gastos e investimentos era de 1,6 bilhões de pesos (dólares); em 1982 e 1983, 1 bilhão de pesos; em 1992, o orçamento operacional foi de, aproximadamente, 120 milhões de pesos. De acordo com o relatório *Lineamientos para una reforma militar* (Lineamentos para uma reforma militar), emitido em 1985 pela Fundação Arturo Illía, o orçamento de defesa caiu 35% de 1983 a 1984, ano no qual os gastos de defesa não passaram de 3,88% do PIB. Mesmo assim, queixa-se o relatório, "não se pode estar satisfeito com esta porcentagem em um país como o nosso, em vias de desenvolvimento e com uma carga tão pesada como é a dívida externa". Qualquer orçamento militar que ultrapassasse 2% do PIB, dizia o relatório, seria inaceitável.

De um orçamento total para a defesa de 4 bilhões de dólares, pouco mais de 1% do PIB, os 75% se dedicam a soldos e provisões para o pes-

soal militar e civil. Os 25% restantes, afirma uma reportagem de 8 de março de 1993 de *La Nación*, "destinados a compras de equipamento, reposições, gastos de funcionamento e adestramento, são absolutamente insuficientes para manter a aptidão operacional das unidades militares".

No Exército, o salário das patentes de tenente-coronel para baixo não chega para cobrir os gastos básicos de uma família média, de cerca de 1.350 dólares mensais. Um subtenente ganha 581 dólares mensais; um cabo ganha 467 dólares. A metade dos oficiais e suboficiais do Exército tem um segundo emprego.

Segundo informa o jornal *Clarín,* de 15 de março de 1993, entre 1990 e 1992 aumentou dramaticamente o êxodo nas Forças Armadas, devido aos baixos salários. No Exército, 669 oficiais e 1.759 suboficiais pediram baixa ou reforma voluntária ou obrigatória. Realmente, a "modernização" do Exército, iniciada em 1984, produziu uma redução de pessoal de 50%: de mais de 100 mil efetivos, em 1983, aos 50 mil de hoje.

Na Marinha, informa o *Clarín*, de 1984 a 1992, o número de profissionais caiu em 16%. Na Força Aérea, embora a baixa de pessoal tenha sido menor, 80% dos que ali continuam se vêem obrigados a buscar um segundo emprego. No total, informa *La Nación*, nos últimos 10 anos, cerca de 30% dos oficiais e suboficiais abaixo de 35 anos abandonaram voluntariamente as Forças Armadas "e a porcentagem aumenta entre aqueles com níveis maiores de qualificação. Este é um luxo a que nenhuma instituição se pode dar".

Essas condições de austeridade presenteiam o Congresso argentino com o pretexto para eliminar de todo o serviço militar obrigatório e favorecer um exército de voluntários. O relatório *Lineamientos para una reforma militar* sugere que a conscrição é "anacrônica e incompatível com a ética democrática" e deve, portanto, ser "suprimida e substituída". Em tais circunstâncias, o serviço militar deixa de ser um dever patriótico. Um projeto de lei apresentado em setembro de 1992 reduz o serviço obrigatório para jovens de 18 anos a apenas sete meses, e introduz a figura do soldado voluntário para cidadãos de 18 a 21 anos.

Para completar a desestruturação física das Forças Armadas, tanto Menem quanto seu ministro da economia, Domingo Cavallo, não apenas se negam a conceder aumentos de salários como insistem em que se aplique também uma redução orçamentária de 10%, como ordena o FMI. Um relatório privado sobre a situação do Exército, preparado para Oscar Camilión, diz que essa redução orçamentária poderia deixar à instituição fundos apenas suficientes para quatro meses de operações em 1993.

"Os mais altos da nação"

Essa "restruturação" não é mais do que a imposição de uma estratégia *geopolítica* anglo-americana e não se limita à eliminação da infra-estrutura física, do pessoal e das capacidades operacionais das Forças Armadas; também se identificaram como alvos de destruição deliberada, precisamente, as conquistas científico-tecnológicass do "complexo industrial-militar" que mais espelham a dedicação da facção militar nacionalista ao fortalecimento da nação e da independência científica.

Ademais, a mutilação dessas capacidades tem repercussões não apenas nacionais, como também *continentais*. Juntamente com a brasileira, a infra-estrutura científica da Argentina — seu setor de energia nuclear, tecnologia aeroespacial e foguetes, bem como de a pesquisa e desenvolvimento básicos — são cruciais para pôr em marcha qualquer programa de recuperação econômica de alcance ibero-americano. Estas capacidades — incentivadas mediante a cooperação com a Rússia e os Estados Unidos no desenvolvimento da Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), por exemplo — poderiam servir de "motor científico" de uma escalada econômica continental. Justamente por esta razão, elas devem ser eliminadas, insistem os malthusianos do setor avançado.

Os partidários do livre mercado de Adam Smith têm procurado desmantelar as conquistas de patriotas como os generais Enrique Moscone, Manoel Sávio e muitos outros, que constituíram as capacidades de defesa e energia nuclear, assim como outras indústrias básicas, como fundamento de um desenvolvimento industrial nacional autônomo. As empresas Fabricaciones Militares (FAMA), Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), Somisa, Altos Hornos Zapla, Tamse, os complexos petroquímicos General Mosconi e de Baía Blanca, a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA), encontram-se em vias de privatização, para serem compradas pelos usurários internacionais, sob o pretexto de não serem "rentáveis" ou "eficientes".

Não se equivocava Manuel Sávio em meados dos anos 40, comparando a criação da Somisa e outras indústrias básicas, sob a supervisão de um Estado dirigista, com a "nossa independência de 1816 no terreno político". Mas a sua insistência em que o planejamento econômico e industrial fosse sempre regido pelos "mais altos interesses da nação" foi espezinhada e substituída por uma obediência servil aos ditames dos próprios cartéis econômicos estrangeiros que, historicamente, têm solapado a independência econômica do país.

Em um artigo publicado em 20 de dezembro de 1991, em *El*

Informador Público, Oscar Montoya, pesquisador do Instituto Latino-americano de Cooperação Tecnológica e Relações Internacionais (ILCTRI), descreveu a obsessão de Carlos Menem de privatizar as empresas que representam os principais êxitos científicos e militares argentinos, incluindo a indústria nuclear, como uma "transnacionalização global da economia... Tais medidas buscam paralisar os avanços conseguidos em energia nuclear, como primeira etapa de sua desintegração definitiva como patrimônio nacional... A entrada no Primeiro Mundo ('delirium tremens') não pode ser feita sem um desenvolvimento científico tecnológico industrial independente... Em troca, assistimos à capitulação política, econômica e tecnológica, própria dos países bananeiros mais submissos. O que Menem denomina a nossa entrada no Primeiro Mundo não é outra coisa senão a nossa integração subalternizada, dependente da economia norte-americana, o ajuste é a reestruturação transnacionalizada da Argentina".

A destruição do Projeto Cóndor

O exemplo mais claro dessa "capitulação política, econômica e tecnológica" é a submissão abjeta do governo de Menem a Washington, Londres e Tel Aviv no caso do projeto do míssil Cóndor II da Força Aérea Argentina.

Sob o pretexto de evitar a proliferação de "armas de destruição em massa" ou impedir que certos países "pouco confiáveis" do Terceiro Mundo façam das suas, as elites anglo-americanas impuseram uma política de *apartheid* tecnológico para evitar que as nações subdesenvolvidas obtenham tecnologias modernas que as libertem da opressão malthusiana do FMI. À parte as suas repercussões imediatas no desenvolvimento tecnológico da Argentina, o fato de que o míssil Cóndor, de alcance intermediário, estava sendo projetado em colaboração com o Egito e o Iraque o tornava totalmente inaceitável.

O chanceler Guido di Tella pronunciou-se pelo lado anglo-americano em declarações publicadas a 21 de janeiro de 1992 em *El Cronista*: "Não tenho o menor problema em que exista uma supervisão internacional [do Cóndor]... o que quero acrescentar é que o Cóndor II não foi um projeto mau: foi péssimo. A Argentina se ofereceu como país do terceiro ou quarto mundo para que seu território fosse usado para fazer experiências missilísticas alemãs que não podiam ser feitas na Europa... Ao realizar uma experiência estrategicamente sensível,

com países sensíveis, a Argentina se transformou em uma nação perigosa, de que se deve desconfiar... Sua destruição física (do míssil) é uma necessidade, se quisermos nos integrar ao mundo avançado".

A preferência lógica de di Tella é a mesma do "Manual Bush": apenas abandonando por completo a sua vocação de desenvolvimento econômico soberano pode uma nação ser "confiável". E o governo de Menem fez o que pôde para infundir confiança nos Estados Unidos, até convidando legisladores e funcionários do Pentágono, da NASA e do Departamento de Estado a visitar a fábrica do Cóndor II em Falda del Carmen, Córdoba, para constatarem o seu desmantelamento. Menem retirou da Força Aérea a coordenação do projeto, que foi entregue à Comissão Nacional de Atividades Especiais, diretamente vinculada à Presidência da República. Posteriormente, a Argentina aderiu ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e, finalmente, em 1993, assinou o Tratado de Tlatelolco.

"Os Estados Unidos viram com agrado a decisão tomada pelo governo argentino, de não levar adiante o Projeto Cóndor", disse o secretário de Defesa estadunidense Richard Cheney quando visitou Buenos Aires, em fevereiro de 1992. "Mas (foi) uma decisão soberana da Argentina... foi uma decisão muito sólida e muito coerente".

Mesmo assim, em 1993, quando foi revelado que o sistema de orientação do Cóndor não fora enviado à Espanha para ser destruído, como havia sido anunciado antes, a imprensa anglo-americana se pôs a bradar que Menem não havia posto sob controle a Força Aérea, como prometera. "Preocupa os funcionários estadunidense a dificuldade que enfrenta o governo de Menem para assumir pleno controle do Cóndor II", dizia o *New York Times,* em 7 de março de 1993. A oposição pública ao desmantelamento do projeto "levou alguns no governo de Menem a buscar formas de entregar o projeto, sem parecer que se estava prestando obediência aos Estados Unidos", observava o diário novaiorquino, "dizendo, por exemplo, que se haviam enviado os foguetes à Espanha para uso em projetos espanhóis pacíficos. Mas, em todos os momentos, o plano era de que os Estados Unidos supervisionassem a sua destruição".

Interesses supranacionais

Outro elemento do programa de desmantelamento das Forças Armadas argentinas é o ativo papel do Governo Menem em favor do supranacionalismo, tanto na Ibero-América como internacionalmen-

te. A essência desta postura foi a de redefinir o papel das Forças Armadas, já não como defensoras da soberania nacional, mas como participantes de aventuras internacionais de "manutenção da paz" que coartam, quando não eliminam completamente, a soberania de outras nações.

Durante todo o ano de 1992, quando as forças civis e militares de vários países desafiaram abertamente os regimes "democráticos" corruptos do FMI, em especial na Venezuela e no Peru, os governos argentino e venezuelano foram os que exigiram a criação de mecanismos hemisféricos que esmagassem qualquer força ou governo que se atrevesse a prosseguir a tomar tais iniciativas.

Nos últimos dois anos, o Governo Menem tem sido, juntamente com o presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, um agente de Washington para a tentativa de emendar a carta constituinte da OEA, a fim de permitir a mobilização de tropas multinacionais contra qualquer nação que refute a "democracia" administrada pelo FMI. Em março de 1992, falando aos chanceleres dos países do Grupo do Rio, Menem sugeriu que "a OEA deveria ter um Conselho de Segurança como a ONU, para intervir na prevenção ou condenação de golpes militares na região". Um mês depois, o chanceler Guido di Tella reiterou que o "nosso diagnóstico é que, se a OEA servir apenas para exortar, será um organismo fraco. Porisso, interessa-nos dotar a OEA de um cardápio de alternativas com diferentes graus de intrusividade".

Menem e di Tella discutiram com visitantes, como o general Bernard Loeffke, presidente da Junta Interamericana de Defesa (JID), que esteve em Buenos Aires em maio de 1992, como colocar esse organismo militar à disposição da OEA. A JID, afirmou Loeffke, "deveria ter mais funções que as atuais". Em uma conferência de imprensa realizada no mesmo mês, Menem defendeu "a criação de forças continentais que garantam a estabilidade e a democracia". Na ocasião, Di Tella insistiu em que a OEA deveria formar "tropas de paz, como a ONU".

A abjeta solicitude do governo argentino em integrar a OTAN reflete ainda mais a sua política antimilitar. Em artigo de 28 de junho de 1993, intitulado "O exército argentino tão inclinado aos golpes encontra nova vocação na ONU", o jornal estadunidense *Washington Post* cita Carlos Escudé, ex-assessor da Chancelaria argentina, dando a entender que seria muito natural a OTAN incorporar a Argentina de alguma forma. "A integração da Espanha à OTAN automaticamente redefiniu algumas forças militares inquietas, fascistas", dizia. O

desmantelamento das Forças Armadas argentinas, dizia Escudé, "seria contrário à estabilidade... mas, por outro lado, que fazer com elas?" Para Menem, dizia o *Washington Post,* a resposta "parece ser a de poder achar para elas uma nova missão, preferivelmente bem distante".

Em um discurso proferido em 18 de outubro de 1992 perante os embaixadores da OTAN em Bruxelas, Guido di Tella explicou porque seu país estava pronto a ingressar na OTAN. A derrota Argentina em 1982 no Atlântico Sul, disse ele, "e o fracasso do sistema econômico nos últimos quarenta anos" precipitaram a transformação do país de tal modo que o mesmo já considerava que devia juntar-se à aliança.

Di Tella condenou os acordos de transferência de tecnologia "exótica" de seu país a países como o Iraque, e prometeu que "a partir de março do ano que vem a Argentina espera ingressar no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR)". E acrescentou que, apesar de suas dificuldades orçamentárias, a Argentina está, além disso, "introduzindo reformas na estrutura militar para poder se achar em melhores condições de participar regularmente nas operações de manutenção da paz" das Nações Unidas. Prometeu que a Argentina assinaria o Tratado de Tlatelolco, depois de haver assinado com o Brasil uma série de compromissos para não fabricar bombas atômicas, nem armas químicas ou bacteriológicas. E mais, concluiu, ao unir-se à OTAN, a Argentina demonstraria, além de qualquer dúvida, que apenas abriga "intenções pacíficas" com relação às Malvinas.

Uma OTAN do Sul?

Em novembro de 1992, durante a sua visita a vários países ibero-americanos, o general Colin Powell, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA, encontrou chefes militares e políticos menos ansiosos que os argentinos a se ajoelhar diante do *Establishment* anglo-americano, os quais ouviram de má-vontade as propostas de envolver as suas forças no combate ao narcotráfico ou de redefinir de alguma forma a sua missão institucional. No Brasil e no Chile, Powell foi recebido quase com rudeza, mas o Governo e o Gabinete Militar de Menem o acolheram de braços abertos, ouvindo com entusiasmo o seu apoio à integração argentina à OTAN. Este organismo, disse Powell, deveria ser ampliado para incluir países do Terceiro Mundo e realizar "novas tarefas", como, por exemplo, as de porte "humanitário". Powell se sentiu tão à vontade em Buenos Aires que propôs criar uma força militar continental para

atuar nas Américas no caso de ocorrência de "conflitos".
O papel "ampliado" do OTAN, que Powell discutiu com os argentinos, foi também tratado em um documento preparado pelo secretário-geral da OTAN, Manfred Woerner, o qual foi entregue a Menem quando este esteve na Alemanha, no outono de 1992. De acordo com informes da imprensa argentina, o documento diz que os países fundadores da OTAN "podem diminuir a presença militar fora de suas fronteiras com uma maior participação das Forças Armadas do Terceiro Mundo em zonas de conflito internacionais".

Em 7 de outubro de 1992, o jornal *Ambito Financiero* informou a que "a preocupação máxima da OTAN é fortalecer uma Força de Paz semelhante às das Nações Unidas, porém mais rápida e eficaz. Para que este corpo funcione, necessitam-se de sócios que permitam a esta Força de Paz operar em lugares fora do continente europeu. Os males que justificam a criação desta força internacional são agora os conflitos 'regionais do tipo Iugoslávia'".

O Governo Menem já enviou tropas para participar de missões da ONU na Somália e na antiga Iugoslávia, e se ofereceu a participar na manutenção do bloqueio da ONU contra o Iraque. A melhor indicação de como a Argentina poderia atuar militarmente como auxiliar da OTAN na Ibero-América foi a afirmação de di Tella, em seu discurso em Bruxelas, de que a Argentina "tem interesse em estreitar vínculos com essa organização para a consolidação dos objetivos compartilhados em todo o mundo, incluindo logicamente, o Atlântico Sul".

A Comissão Trilateral, em um relatório intitulado *Latin America at the Crossroads: the Challenge to the Trilateral Countries* (A América Latina na encruzilhada: o desafio aos países trilaterais), de março de 1990, recomenda que a OTAN desempenhe um papel na Ibero-América como parte de uma reorganizada "organização de segurança nacional". Di Tella acentua, por exemplo, que não se devem poupar esforços para promover "o projeto argentino" de criar "uma organização de cooperação militar no Atlântico Sul, para preservar a paz na região". Em 20 de outubro de 1992, o jornal *La Prensa* informou que, "no Ministério de Defesa, fala-se em estabelecer 'relações orgânicas' com as Forças Armadas dos 16 países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e formalizar uma cooperação naval no Atlântico Sul, que envolva, além da Argentina e África do Sul, o Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai".

Outra manifestação do mesmo plano foi a explicação do almirante Jorge Ferrer, chefe do Estado- Maior da Armada, em novembro de 1992, de que a Argentina procurava ampliar a Área Marítima do Atlân-

tico Sul (AMAS), entidade que, atualmente, inclui o Brasil, Uruguai e Paraguai, "convertendo-a em um mecanismo intercontinental destinado à defesa ecológica, aplicação das leis marítimas e a manutenção da paz e da estabilidade". Ao ser perguntado sobre a relação entre esta iniciativa e a vinculação da Argentina à OTAN, Ferrer respondeu: "A Argentina pôs em marcha um vetor que se orienta na direção da futura OTAN. Não se trata de uma discussão jurídica sobre a incorporação à OTAN atual, mas de uma percepção histórica e dinâmica dos novos problemas com a segurança mundial".

A troco de quê?

Em fevereiro de 1992, o então ministro da Defesa argentino, Antonio Erman González, explicou a decisão de seu governo de destruir o míssil Cóndor II com a justificativa de que "estamos entrando em um novo cenário mundial, dentro do qual existem acordos de paz. Cede-se para obter outras vantagens". As vantagens que poderiam atualmente ser brindadas à Argentina por um Primeiro Mundo no fundo da depressão econômica serão, ao final, ilusórias. E, para aqueles dirigentes militares que engoliram o conto da reforma e da modernização e toleraram a destruição da instituição castrense esperando, talvez, salvar as suas próprias peles, agora se afirma amplamente uma realidade contrária, em dois sentidos.

Em primeiro lugar, o pretexto de Forças Armadas mais "eficientes" não passa de lorota. A Argentina não pôde enviar navios de guerra uma segunda vez para participar no bloqueio do Iraque por falta de fundos. Em meados de 1992, a Marinha teve que liberar o seu pessoal por duas semanas, também por falta de dinheiro. Por sua vez, o ministro da Economia Domingo Cavallo se negou a financiar a participação militar em outras "missões de paz" da ONU. Segundo um relatório confidencial sobre as atuais condições do Exército, este carece do equipamento mais elementar, que já data dos anos 60 e 70. Faltam mochilas, uniformes, armamento antiaéreo, equipamento para guerra química, biológica e radiológica, sem mencionar máscaras antigases ou trajes protetores. Os novos subtenentes e cabos se vêem agora obrigados a comprar os seus uniformes — que até 1991 recebiam sem pagar — em cinco parcelas de 160 pesos, descontados em seus soldos já baixíssimos.

E, para quem pensava que a ONU é o melhor patrão, aí está a notícia

de 15 de março de 1993, no *Clarín*, de que "os suprimentos da metade dos integrantes do Batalhão Exército Argentino I, que permaneceu na Croácia de março a outubro do ano passado, continuam sem ser pagos". E, acrescentou, "uma situação semelhante afeta o pessoal do outro batalhão que estará nos Balcãs até os finais deste mês (março)".

Quanto às dádivas que a Argentina supostamente receberia dos Estados Unidos, tais como os jatos de combate Skyhawk, o Pentágono postergou a sua entrega até se comprovar da completa destruição do míssil Cóndor II. De qualquer modo, segundo comentava um perito, os Skyhawk são uma "sucata" da qual os Estados Unidos querem se desfazer. "São os mais velhos e mais caros do mundo", ressaltou.

Em segundo lugar, como resultado natural da capitulação do governo e dos militares diante dos desmilitarizadores anglo-americanos, os arautos dos direitos humanos começam a desenterrar novas "provas" de que as Forças Armadas argentinas, como as de outros países do Cone Sul, cometeram violações dos direitos humanos durante a guerra contra a subversão nos anos 70.

Em 1987, o governo de Raul Alfonsín aprovou a legislação destinada a dar fim ao fustigamento judicial de oficiais militares contra os quais se haviam levantado essas acusações: as chamadas leis de "obediência devida" e "ponto final". Em 1989 e 1990, Menem perdoou, mesmo assim, uma série de altos oficiais militares, incluindo ex-membros da junta militar. Porém, em maio de 1993, a propaganda anglo-americana começou a fazer escândalos sobre as Forças Armadas ibero-americanas, dizendo que elas eram tão más ou piores que os sérvios, tudo para justificar uma nova série de processos, em comparação aos quais parecerá leve o processo de 1985 contra a junta militar, durante o Governo Alfonsín.

Trata-se de uma ofensiva *institucional.* As pessoas que se beneficiaram de anistias em seus países, ou que cooperaram no processo de "reforma militar", pensando, assim, proteger-se estão sendo perseguidas do mesmo modo como as que não desfrutaram de tais anistias. Além disto, a ação não se limitará a julgamentos. Os grupos de "direitos humanos", na Colômbia e Peru, já estão publicando listas negras de oficiais militares e policiais, aos quais acusam de violações dos direitos humanos para que sejam assassinados pelos grupos narcoterroristas.

O contexto para novos julgamentos *internacionais* está sendo formando em torno da exigência de organizações supranacionais, como a Comissão de Direitos Humanos da OEA, de que sejam revogadas as

anistias concedidas ao pessoal militar e da polícia na Argentina, Uruguai e, mais recentemente, El Salvador, por serem "incompatíveis" com os acordos de direitos humanos assinados pelos governos correspondentes. Os ativistas dos direitos humanos aproveitam também a descoberta dos "arquivos do horror", encontrados em 1992 no Paraguai, mostrando que houve coordenação entre os militares do Cone Sul para combater as guerrilhas esquerdistas no final da década de 70, exigindo que sejam reabertas as antigas investigações contra os oficiais que combateram a subversão, ou que estes sejam levados a novos julgamentos no Tribunal Interamericano de São José da Costa Rica.

Um fator contribuinte para esse ambiente de perseguição foi a publicação do livro *Dossiê Secreto: os desaparecidos argentinos e o mito da 'guerra suja'*, de Martin Edwin Andersen, em 1993. Andersen é ex-diretor do Instituto Democrático Nacional de Assuntos Internacionais (NDI) do Partido Democrata estadunidense, entidade que tem tido grande participação no esforço de desmilitarização desde que foi fundada, em 1983. A tese de Andersen é a de que as Forças Armadas argentinas são institucionalmente nazistas e devem ser destruídas. O livro tem circulado amplamente em todo o Cone Sul. O Secretário de Estado Warren Christopher deu a entender que o Governo Clinton poderia usar El Salvador como um caso de teste para desconhecer a anistia outorgada por esse governo e julgar em tribunais estadunidenses os oficiais salvadorenhos acusados de crimes de guerra. Nas reuniões preparatórias da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada entre 14 e 25 de junho de 1993, em Viena, representantes das organizações não-governamentais (ONGs) propuseram a criação de um "tribunal penal internacional" para julgar "crimes de guerra e violações graves dos direitos humanos".

A Suprema Corte dos EUA, em decisão de março de 1993, determinou que o cidadão argentino José Siderman, agora residente nos Estados Unidos, tem direito a exigir indenização ao governo argentino em tribunais estadunidenses. A validação do caso de Siderman, que acusa a junta militar de 1976-1983 de torturá-lo, cria um precedente para futuras ações supranacionais contra a Argentina. A Suprema Corte resolveu que a Argentina não está protegida pela Lei de Imunidade de Soberanos Estrangeiros e que Siderman tem o direito de exigir civilmente ao seu governo uma indenização de até 2,7 milhões de dólares.

9 Brasil: a batalha contra a "Nova Ordem Mundial"

Desde o momento em que George Bush assumiu a Presidência dos Estados Unidos, manifestaram-se os primeiros indícios de que o Brasil seria um dos alvos principais do que, ao eclodir a guerra contra o Iraque, passou a denominar-se a "Nova Ordem Mundial", proclamada por Bush em dezembro de 1990, perante o Congresso brasileiro.

A escolha do Brasil e suas Forças Armadas como alvo de primeira grandeza dessa "Nova Ordem", juntamente com países como a Índia e o Iraque, obedece principalmente à intenção de anular a sua importância estratégica potencial no Hemisfério Ocidental. Com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, recursos naturais em abundância, população superior a 150 milhões de habitantes e Forças Armadas e outras instituições nacionais que, historicamente, têm-se manifestado em favor da independência econômica, científica e tecnológica do país, o Brasil constitui um evidente obstáculo para a elite anglo-americana e suas manobras geopolíticas.

O próprio "Manual Bush" acentua que as F.As. do Brasil têm uma importância especial entre as instituições militares ibero-americanas, por terem introduzido no pensamento estratégico da região o conceito do "binômio segurança e desenvolvimento". Nesta concepção, a defesa nacional não se limita ao enfrentamento de uma ameaça de agressão externa, mas se estende a todos os campos do desenvolvimento econômico, com especial atenção à ciência e tecnologia, áreas nas quais a tecnologia militar é concebida como um "motor de arranque".

Com tal doutrina, que vincula o desenvolvimento à segurança nacional, o Brasil construiu, desde os início da Segunda Guerra Mundial — a partir da construção da Companhia Siderúrgica Nacional até a década de 70 — um dos maiores setores públicos do mundo.

Tal perspectiva mostrou-se especialmente clara durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-79), com o seu Segundo Plano

Nacional de Desenvolvimento (II PND). Quando Geisel anunciou o plano, em setembro de 1974, confirmou que "em harmonia com o binômio segurança e desenvolvimento, o Brasil pode genuinamente aspirar ao desenvolvimento e à grandeza". O II PND fixou como meta a construção de uma "sociedade desenvolvida, moderna, progressista e humana no Brasil".

O caminho para atingir o objetivo seria o desenvolvimento industrial baseado em avanços científicos e tecnológicos e na construção de infra-estrutura básica (transporte urbano, ferrovias, indústrias de grande intensidade energética etc.). Esta perspectiva conduziu o Brasil ao histórico acordo nuclear com a Alemanha, assinado em 1975, bem como à aceleração de programas autônomos de tecnologia avançada nos campos nuclear e aeroespacial.

O II PND definia o Brasil como um "país subpovoado em relação à disponibilidade de terra e outros recursos naturais". Como nação soberana, o Brasil tem o direito de "adotar uma posição coerente com a condição de ser ainda uma nação subpovoada; e permitir que sua população cresça em taxas razoáveis para realizar o seu potencial de desenvolvimento econômico em grande escala".

O plano estava em contradição aberta com a política oficial malthusiana do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos (ver capítulo 7).

De fato, a ofensiva da "Nova Ordem" desencadeada pelo Governo Bush contra a nação brasileira foi a reativação, com maior virulência, das pressões que exercera o governo do presidente Jimmy Carter quando o impulso que o II PND deu à industrialização horrorizou a oligarquia anglo-americana e seus aliados.

A oligarquia passou da preocupação à histeria em 1975, quando foi anunciado o acordo nuclear Brasil-Alemanha, que planejava a construção de oito usinas nucleares. Isto significava uma tendência a destruir a ordem política surgida nos acordos de Yalta e a eliminar a ordem tecnológica discriminatória criada pelas Conferências Pugwash, a qual confiava o monopólio da tecnologia nuclear às grandes potências representadas no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que são, ao mesmo tempo, os garantes do infame Tratado de Não-proliferação Nuclear (TNP), protótipo de acordo para impor aos países do Terceiro Mundo um rígido *apartheid* tecnológico.

A rebelião teuto-brasileira provocou tais reações que o governo de Jimmy Carter chegou ao extremo de ameaçar com a retirada das tropas estadunidenses estacionadas em território alemão se o acordo

nuclear fosse mantido. Nesta mesma época, foi assassinado o banqueiro Jürgen Ponto, do Dresdner Bank, um dos arquitetos do acordo nuclear com o Brasil. Vale recordar que o atual secretário de Estado dos EUA, Warren Christopher (em 1993 - N.E.), em sua qualidade de subsecretário de Estado para Assuntos de Direitos Humanos no Governo Carter, interveio na sabotagem das negociações sobre a tecnologia nuclear que Brasil e Alemanha mantinham, ao mesmo tempo que dirigia as pressões a favor dos chamados direitos humanos.

O perverso abuso de poder do presidente Carter contra o Brasil provocou, em 1977, que o presidente Ernesto Geisel rompesse abruptamente os acordos militares com os Estados Unidos, que datavam de 1952. O rompimento incentivou as indústrias militares brasileiras, o que promoveu as indústrias de bens de capital, ao mesmo tempo em que se iniciava um programa secreto de enriquecimento de urânio, sob o comando da Marinha de Guerra brasileira. O rompimento militar com a política anglo-americana foi seguido pela reorientação da política externa do Brasil para estabelecer relações mais sólidas com a África e o Oriente Médio, em especial com o Iraque, que, como o Brasil, aspirava a um pleno desenvolvimento científico e tecnológico soberano.

O diplomata brasileiro João Augusto de Araújo Castro apresentou uma visão extraordinária da problemática mundial desse período. Araújo Castro qualificava o condomínio anglo-americano-soviético e suas esferas de influência como uma tentativa de "congelamento do poder mundial", a fim de eternizar, como no Império Romano pagão, o predomínio das superpotências.

As concepções de desenvolvimento expressas no II PND, na realidade, refletem uma visão do pensamento militar brasileiro em geral, que se enraizou profundamente desde a década de 20, no período em que a Missão Militar Francesa transmitiu às instituições militares brasileiras as idéias do economista alemão Friedrich List. Tais idéias motivaram, em grande medida, as revoltas do que ficou conhecido como o Movimento Tenentista, o qual culminou com a Revolução de 1930, que possibilitou a subida ao poder do nacionalista Getúlio Vargas, com o programa de transformar o Brasil, de uma grande plantação de café em uma nação industrializada.

O fato de que essas concepções ainda predominem dentro das Forças Armadas brasileiras — apesar de, a partir da Segunda Guerra Mundial, ter crescido a influência do pensamento econômico liberal, como se exprimiu a partir de 1967 — torna mais fácil entender o motivo do empenho das instituições do *Establishment* anglo-america-

no em desmantelá-las, pois as têm como obstáculo principal aos seus planos de fazer voltar o Brasil à condição de uma grande *hacienda*, exportadora de matérias-primas e produtos semimanufaturados subvalorizados. As Forças Armadas, em última instância, constituem o principal obstáculo aos programas livrecambistas que pressupõem a entrega do patrimônio das empresas públicas ao melhor licitante. Até agora, em grande medida devido à sua resistência, o Brasil é o país que menos privatizou empresas públicas em toda a região.

Imperialismo "ecológico"

A despeito da resistência de alguns setores nacionalistas, a "Nova Ordem Mundial" anglo-americana tem logrado obter algumas importantes vitórias políticas no país.

Para amansar o Brasil, os estrategistas da "Nova Ordem" depositaram as suas esperanças no "fator ecológico". Este abarca a formação de uma ampla corrente internacional de opinião pública favorável à limitação da soberania das nações, sob o absurdo pretexto malthusiano de que os recursos naturais são finitos e estão se esgotando, que é preciso proteger o meio ambiente a qualquer custo etc. Como corolário direto, pensa-se em criar um organismo ecológico supranacional com poderes policiais, a fim de administrar o meio ambiente mundial e supervisionar as atividades potencialmente daninhas ao mesmo, acima da autoridade do governo nacional, como propuseram a partir de 1989 o condomínio anglo-americano-soviético e seus bons aliados franceses. A Comissão Brundtland, em seu relatório *Nosso futuro comum*, a "bíblia" que inspirou o temário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, sugere a criação de uma entidade, possivelmente subordinada à ONU, que supervisione o meio ambiente em escala mundial.

Altos representantes das grandes potências e seus principais grupos de poder começaram a manifestar-se em variados foros internacionais com a mesma linguagem "verde" e a favor da supranacionalidade.

O então chanceler soviético Eduard Shevarnadze tornou explícita a adesão da URSS à "agenda verde global", em um discurso pronunciado na ONU em 27 de setembro de 1988: "Diante da ameaça de uma catástrofe ambiental as linhas divisórias do mundo ideológico bipolar se desvanecem. A biosfera não reconhece divisões em blocos, alianças ou sistemas... ninguém está em posição de edificar a sua própria linha

de defesa ambiental independente e isolada". Também na ONU, o premier soviético Mikhail Gorbachov referendou com entusiasmo esta visão e pediu a criação de "um centro de ajuda ambiental de emergência", que atuaria no caso de grandes problemas ambientais, em qualquer país.

A Holanda passou a vincular os problemas ecológicos à questão da dívida externa, patrocinando duas conferências internacionais sucessivas em Haia, em março de 1989. A primeira, segundo seus promotores, teve o objetivo de instar à criação de uma "nova ordem ecológica internacional", baseada na "cessão de parcelas da soberania", a fim de facilitar a resolução dos problemas ambientais globais. A proposta contou com o apoio de dois líderes franceses: François Mitterrand e Michel Rocard. Prontamente, Mitterrand se converteria em um ardoroso defensor das causas "índígenas" brasileiras. A segunda conferência foi patrocinada pelo banco Nederlandische Mittenstandsbank (NMB) e contou com a participação do secretário de Fazenda dos Estados Unidos, Nicholas Brady.

A partir da eleição do presidente George Bush, em 1988, a imprensa anglo-americana pretendeu impor a idéia de que o Brasil seria incapaz de enfrentar adequadamente os problemas ambientais da Região Amazônica e que, assim sendo, a tarefa deveria ser confiada a mãos estrangeiras. Desde então, os problemas ambientais brasileiros se converteram em tema de debate mundial. As queimadas da Amazônia — declarada "herança comum da humanidade" pelo jornal estadunidense *The New York Times* — foram objeto de editoriais e extensas reportagens deste e de outros órgãos da imprensa mundial. Trouxeram-se outra vez à circulação os mitos de que a Amazônia é "o pulmão do mundo", ou seja, a zona produtora de grande parte do oxigênio mundial*.

Todas essas lorotas, além de outras semelhantes, mal escondem o grande interesse da oligarquia internacional em se apoderar dos ricos recursos da Amazônia. Isto pode ser constatado no relatório *The crucial decade*: *The 1990s and the Global Environmental Challenge* (A década crucial: os anos 90 e o desafio ambiental global), elaborado pelo World Resources Institute (WRI), ONG de Washington, de acordo com o qual, "embora a maioria das florestas tropicais se situe nos países em desenvolvimento,

(*) Conceito duplamente equivocado; primeiro, porque a floresta equatorial amazônica (a *rainforest* da língua inglesa) é um ecossistema em estado de maturidade ecológica (clímax) e, como tal, consome mais oxigênio do que produz; segundo, porque, como sabe qualquer escolar, os pulmões consomem oxigênio, em vez de produzi-lo (N.E.).

os Estados Unidos não se podem permitir desempenhar o papel de observador desinteressado. Os recursos genéticos existentes nessas florestas são importantes para a agricultura estadunidense, porque os (biólogos) que cruzam plantas devem voltar periodicamente às fontes silvestres em busca de genes resistentes a enfermidades ou secas. As florestas são vitais para a medicina, já que a quarta parte de todos os remédios é derivada de plantas e os cientistas apenas começam a analisar as milhões de espécies encontradas nas florestas tropicais".

Igualmente, os programas energéticos brasileiros, em especial as usinas hidroelétricas planejadas para a Amazônia, se tornaram alvo das investidas dos organismos financeiros e de diversas entidades governamentais e não-governamentais do chamado "Primeiro Mundo", que chegaram ao extremo de convidar líderes indígenas brasileiros para discutir os "efeitos ambientais" dos projetos citados.

Em um crescendo, tais pressões atingiram um auge no final de 1988 e início de 1989, após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, ocorrido no estado amazônico do Acre, em dezembro de 1988. Em 24 de dezembro, o *New York Times* atreveu-se a declará-lo "mártir do holocausto amazônico" e afirmou com dramaticidade que os tiros que lhe foram dados foram disparados "contra a humanidade".

Nos meses seguintes, o Brasil recebeu a visita de várias delegações estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos, compostas por congressistas, líderes ambientalistas, artistas e até autoridades governamentais, como o vice-primeiro-ministro holandês Rudolph de Koorte. Cabe destacar a presença do atual vice-presidente estadunidense Albert Gore e sua veemência ao exigir condicionamentos ambientais para a concessão de créditos internacionais. Gore foi o primeiro que chegou ao Brasil propondo o estabelecimento de acordos de troca de dívida por natureza (*debt-for-nature swaps*), expressão que, na realidade, significa a tutelagem estrangeira sobre amplas regiões do território nacional.

Evidentemente, na coordenação de todas essas ações não podiam faltar os príncipes britânicos, Philip e Charles. O primeiro é fundador e atual presidente do World Wide Fund for Nature (WWF), inicialmente presidido pelo príncipe Bernardo, da Holanda. A inclinação da família real britânica pelo ambientalissmo converteu-a na principal promotora do movimento ambientalista internacional, de cunho notoriamente fascista. A Casa de Windsor controla várias fundações dedicadas à difusão dos preceitos "verdes", como a Findhorn Foundation

da Escócia, e a Gaia Foundation, à qual pertence o ex-secretário do Meio Ambiente do Governo Collor de Mello, o delirante José Lutzenberger.

Philip e Charles visitaram o Brasil em várias ocasiões. Em sua última visita, em abril de 1991, Charles se reuniu com um seleto grupo de empresários, aos quais fez um discurso vinculando o livre comércio com a conservação da natureza.

Uma das ações típicas da investida ambientalista contra o Brasil ocorreu em Londres, em 14 de setembro de 1989, quando manifestantes "verdes" bloquearam a porta de embaixada brasileira com milhares de cartas de protesto contra a suposta " devastação" da Amazônia. O protesto foi dirigido por uma organização muito peculiar denominada Brazil Network, que atua no eixo Londres-Washington e coordena as ações da cambulhada de organizações não-governamentais que têm interesses no Brasil, como a Anistia Internacional, Greenpeace, Oxfam, Friends of the World, Survival International etc.

Em 1988 e 1989, apesar da debilidade política do governo do presidente José Sarney, o Brasil, conseguiu resistir às pressões ambientalistas, prevalecendo a visão das Forças Armadas, que consideraram tais pressões uma ameaça pouco velada à soberania do Brasil. Mas Sarney se entregou às pressões dos grupos "universalistas" do Itamarati, a Chancelaria brasileira, que, historicamente, tem sido um dos centros do pensamento liberal no país, e aceitou ser o anfitrião da Conferência Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, evento que teve grande importância na consolidação da "agenda verde" das oligarquias internacionais.

Todavia as coisas mudaram em 1990, com a eleição do *yuppie* Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, com seu programa de enquadrar o Brasil na "Nova Ordem Mundial" do presidente Bush. Com este intuito, colocou em postos-chaves de seu governo o físico José Goldenberg, nomeado ministro de Ciência e Tecnologia, e José Lutzemberger, como secretário Nacional do Meio Ambiente, dois cavalos de Tróia das superpotências para submeter o Brasil aos seus desígnios no tocante à política ambiental e tecnológica.

Por sua vez, por intermédio da mesma facção "universalista" do Itamarati, iniciou-se o desmonte da política independente do Brasil para com os países do "Terceiro Mundo", para o que a guerra contra o Iraque caiu como uma luva. Collor também se propôs a destruir a capacidade de inteligência do Estado brasileiro, dissolvendo o Serviço Nacional de Informações (SNI), o que abriu as portas do país a vários

serviços estrangeiros de informações, em especial a círculos ligados ao Mossad, issraelense que atua por conta própria ou através de redes ligadas à Internacional Socialista, especialmente da França.

As medidas destinadas a suprimir os Serviços Nacionais de Inteligência, vinculados às Forças Armadas continuam com o governo do presidente Itamar Franco, através de Fernando Henrique Cardoso, nomeado chanceler e, agora, Ministro de Fazenda, "emprestado" ao governo brasileiro pela organização anglo-americana Diálogo Interamericano, da qual é membro fundador. Fernando Henrique Cardoso não oculta as suas intenções de retirar da área militar o serviço de informações e passá-lo à jurisdição do Itamarati, isto é, às mãos do liberalismo anglo-americano.

O elemento que une as campanhas ambientalistas aos esforços anglo-americanos para desmantelar as Forças Armadas se mostra mais transparente nas propostas de troca de títulos da dívida externa brasileira por projetos de "conservação" de imensas áreas do território nacional, as famosas trocas de dívida-por-natureza (debt-for-nature swaps). Este projeto vincula duas instituições gêmeas do Diálogo Interamericano: a Conservation International, cujo papel é promover as trocas de dívida por natureza e o World Resources Institute (WRI), cuja função é esquema é promover um sistema mundial de vigilância dos recursos naturais escolhidos como alvo pelos "ecofascistas".

Além de organizações ecologistas, a junta diretora da Conservation International inclui importantes personagens dos bancos internacionais credores do grosso da dívida das nações em desenvolvimento. Entre os principais benfeitores financeiros destas duas instituições gêmeas encontra-se um bom número de bancos, companhias e fundações do *Establishment* anglo-americano, como o Chase Manhattan Bank, Exxon Corporation, Ford Motor Company, Arco Foundation, Chemical Bank, Citicorp, IBM, J. P. Morgan, Shearson Lehman etc. Menção especial merece a John D. e Catherine T. McArthur Foundation, de Chicago, que se converteu na principal financiadora de organizações não-governamentais e que, de modo não casual, também ajudou a financiar a publicação do livro *The Military and Democracy: the Future of Civil-Military Relations in Latin America*, o famigerado "Manual Bush".

Em um documento intitulado *Pacto por um novo mundo*, emitido em outubro de 1991, o World Resources Institute vincula a "conservação do meio ambiente" às exigências de desmantelamento das Forças Armadas da Ibero-América e propõe reduzir os orçamentos militares,

a fim de destinar os recursos "poupados" à proteção do meio ambiente. Nisto, nada mais faz do que seguir a linha delimitada por Robert McNamara, ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos, e ex-presidente do B.M. no plano que apresentou ao FMI e ao Banco Mundial, naquele mesmo ano. Assinam o documento vários "primeiromundistas" brasileiros, como Fernando Henrique Cardoso, José Goldenberg e Fabio Feldmann, um favorito das redes ambientalistas anglo-americanas.

Pressões tecnológicas

O conflito no golfo Pérsico acelerou os planos anglo-americanos de impor ao Brasil um *apartheid* tecnológico, com o descarado apoio Governo Collor de Mello, contra os setores tecnológicos mais avançados do país: o nuclear e o aeroespacial, sob a responsabilidade das Forças Armadas. A orientação do Governo Collor implicava na adesão aos preceitos dos principais sistemas internacionais de controle tecnológico. Entre outras iniciativas suas, ressalta a assinatura do acordo com a Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para o controle das atividades nucleares nos dois países, e qual faz o Brasil aderir implicitamente às normas do Tratado de Não-Proliferação (TNP), que o país sempre rechaçou.

Um dos pontos decisivos do acordo é a possibilidade de que um terceiro país denuncie o Brasil ou a Argentina por realizar pesquisas nucleares secretas, o que capacitaria a AIEA a pedir ao Conselho de Segurança das Nações Unidas uma intervenção *ad hoc,* semelhante à que sofreu o Iraque, após a guerra. Isto foi admitido com grande franqueza pelo diretor-geral da AIEA, Hans Blix, em entrevista concedida à imprensa brasileira em dezembro de 1991. Depois de mencionar o precedente intervencionista da AIEA no Iraque para eliminar todo o vestígio de seu programa nuclear, Blix explicou: "A agência deverá ter o direito de exigir inspeções em instalações não declaradas, se, evidentemente, achar que existam instalações não declaradas. A agência tem que dispor de todo o tipo de informações para saber se existem instalações não declaradas. Isto é possível dentro do Tratado de Não-Proliferção, mas no acordo que assinaremos com o Brasil e Argentina há um dispositivo semelhante". E acrescentou: "Se acreditarmos que um país não esteja cumprindo com suas obrigações, isto será informado ao Conselho de Segurança da ONU"

Além disto o Governo Collor se comprometeu com as diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e do Comitê de

Coordenação e Exportações Multilaterais (COCOM), que, após a queda do Muro de Berlim, se voltou contra a transferência de tecnologia ao Terceiro Mundo.

Os alvos evidentes de toda essa ofensiva são o programa nuclear da Marinha e Missão Espacial Completa Brasileira, sob a responsabilidade da Aeronáutica, que inclui em seus planos a construção de um veículo lançador de satélites. As potências anglo-americanas têm boicotado este plano, sob o pretexto de que poderia servir de base para aperfeiçoar mísseis intercontinentais ou de longo alcance. Os sujos ataques ao brigadeiro Hugo de Oliveira Piva por sua colaboração com o Iraque no projeto de um míssil ar-ar orientado por sensores infravermelhos foram, na realidade, o pretexto para investir contra a vontade militar de prosseguir com estes programas tecnológicos.

O próprio brigadeiro Piva o explicou, em entrevista concedida à *EIR:* "As superpotências sempre procuram impedir que as nações do Terceiro Mundo se desenvolvam. Precisam de um Terceiro Mundo subdesenvolvido para poder explorar-nos como colônias. A HOP [a empresa que dirige], com seus engenheiros e técnicos altamente capacitados, estava criando um pólo de desenvolvimento sumamente prejudicial aos interesses colonizadores das nações industrializadas". E, "para retomar o nosso desenvolvimento tecnológico, é fundamental que as Forças Armadas voltem a ter apoio para a pesquisa científica e tecnológica, porque são elas as que sempre desenvolveram a tecnologia de ponta neste país. É também necessário dar marcha-à-ré nesta campanha contra as Forças Armadas, pois apenas uma reputação meritória atrairá bons alunos para seus quadros".

A existência institucional

A resposta das Forças Armadas brasileiras a esse assalto anglo-americano foi expressa com rapidez e vigor. Já que a Região Amazônica, a zona de maior preocupação estratégica para as Forças Armadas, se acha claramente na mira dos anglo-americanos, a partir de 1990, a hipótese principal de guerra das Forças Armadas brasileiras se concentra naquela região, o que significou, na prática, um deslocamento de forças terrestres para lá.

Em abril de 1990, o general Osvaldo Muniz Oliva, comandante da Escola Superior de Guerra, divulgou o estudo intitulado *1990-2000: a década vital,* no qual afirma a decisão das Forças Armadas de chegar até a declarar o "estado de guerra" em defesa da Amazônia, contra as inten-

ções das superpotências em limitar a soberania do Brasil sobre a região.

A guerra contra o Iraque foi o acontecimento que convenceu, em definitivo, a elite das Forças Armadas de que as ameaças de limitar a soberania nacional eram sérias e exigiam resposta. O ressurgimento nacionalista dentro das Forças Armadas se tornou evidente nas páginas do periódico militar *Ombro a Ombro*, que começou a denunciar manobras da "Nova Ordem", em especial as intenções de privatizar a Petrobrás e outras empresas estatais, além de desmantelar as Forças Armadas.

Um acontecimento que refletiu o ambiente das Forças Armadas nesse momento foi um simpósio sobre estratégia realizado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em dezembro de 1990. O seminário foi, de fato, a primeira resposta crítica ao alinhamento do Governo Collor com Bush, especialmente em torno da crise do Oriente Médio, que o levou a abandonar a tradicional relação especial do Brasil com o Iraque. Neste momento, tornou-se claro que, dentro das Forças Armadas, havia um certo consenso de que as forças aliadas contra o Iraque, no Conselho de Segurança da ONU, seriam exatamente as mesmas que, a seu momento, poderiam intervir na Amazônia, também sob o pretexto de "proteger os interesses da humanidade".

O que significava para o Brasil a "Nova Ordem Mundial" tornou-se muito claro em outro seminário da ECEME, sobre as "Lições da Guerra do Golfo Pérsico", realizado em junho de 1991 e no qual participaram como conferencistas os correspondentes da *EIR* no Brasil.

Também provocou muita efervescência entre os militares a denúncia pública que fez a *EIR*, no Brasil, sobre os planos do ex-secretário Robert McNamara para desmantelar as Forças Armadas da Ibero-América.

Mais tarde, em agosto de 1991, a comissão parlamentar do Congresso Nacional que investigava o risco de internacionalização da Amazônia serviu de tribuna para que os ministros militares atacassem diretamente a política "verde" do presidente Collor, executada pelo secretário José Lutzemberger. O correspondente da *EIR*, Lorenzo Carrasco, foi um dos convocados para depor perante a comissão.

Em outubro de 1991, em outro simpósio da ECEME, este sobre "A Amazônia brasileira", altos chefes militares responderam com veemência à "intentona verde". O general comandante da Região Militar do Amazonas, Antenor de Santa Cruz, reiterou que o Brasil "transformaria a região amazônica em um novo Vietnã" se a soberania da re-

gião fosse posta em risco. O general Leônidas Pires Goçalves, Ministro do Exército do Governo José Sarney, pediu a renúncia do secretário de Meio Ambiente, José Lutzemberger, ao qual qualificou de "apátrida".

Fazendo caso omisso das advertências militares, Collor de Mello chegou ao máximo do entreguismo quando, em 15 de novembro de 1991, decretou a criação da reserva indígena ianomâmi, mais de nove milhões de hectares situados na zona fronteiriça com a Venezuela, para assentar um contingente estimado entre quatro e nove mil indígenas nômades que vivem no Paleolítico Inferior e a quem a rede internacional de antropólogos "verdes" deseja manter cruelmente confinados em um gigantesco zoológico humano. O temor fundamentado dos militares é que a existência de uma zona binacional contínua possa, *in extremis,* tornar-se causa de conflitos propícios para se impor uma ordem supranacional na região, isto é, um enclave como o que sugerira o representante soviético ao Conselho de Segurança da ONU, na raiz da proposta anglo-americana e francesa de criar um enclave curdo no território do norte do Iraque.

Esse foi o princípio do fim do governo de Collor de Mello, a quem se começou a tratar nos círculos militares como traidor da Pátria levando grupos de militares de vários estados brasileiros a manifestar-se abertamente contra as suas medidas entreguistas. A crise militar estava em marcha e foram criadas as condições de uma crise institucional.

O levante cívico-militar de 4 de fevereiro de 1992, na Venezuela, contra a política econômica neoliberal do presidente Carlos Andrés Pérez, foi considerado nos quartéis brasileiros como "um ato de patriotismo elogiável", como informou ao presidente Collor o seu chefe do Gabinete Militar. Isto contribuiu fortemente para o desmoronamento do regime liberal de Collor. A crise militar foi detida apenas porque as denúncias de corrupção feitas em maio de 1992 por Pedro Collor, irmão do presidente, levaram a crise ao plano político. Pedro Collor denunciou que a quadrilha de seu degenerado irmão roubara os cofres públicos, o que levou à abertura do processo de impedimento presidencial no Congresso Nacional, culminando com a saída de Collor da Presidência, em setembro, e sua renúncia definitiva em dezembro de 1992.

Riscos e tentações da 'Nova Ordem'

Apesar de terem as Forças Armadas se manifestado contra a política da "Nova Ordem", esta não foi derrotada e continua grande o perigo de que alguns grupos liberais, naturalmente inclinados ao pragmatismo, possam impor uma visão um tanto diluída da mesma política.

Uma vulnerabilidade nesse sentido são as ilusões de que o Brasil possa ingressar no "Primeiro Mundo" com a tolerância anglo-americana, ilusão alimentada por agentes da oligarquia como o secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, ao afirmar que se estuda a restruturação do Conselho de Segurança da entidade a fim de permitir a inclusão do Brasil, Índia e Nigéria, junto com Japão e Alemanha. Tal proposta não é mais do que uma manipulação grosseira por parte dos anglo-americanos, do "perfil psicossociológico" das elites brasileiras, que se consideram "diferentes" do resto do Terceiro Mundo, com vocação para o "Primeiro Mundo", as quais, por este motivo, podem ser facilmente manipuladas com variantes da geopolítica inglesa.

O perigo dessa tendência se agrava pelo papel proeminente que Fernando Henrique Cardoso desempenha no governo de Itamar Franco. Em fevereiro de 1993, quando ainda era ministro de Relações Exteriores, ele foi a Londres, onde se reuniu ao chanceler inglês Douglas Hurd e o "encantou". Cardoso pediu uma "relação especial" com a Inglaterra, o que não é mais do que a indicação de que o Itamarati se acha disposto a apoiar os planos geopolíticos da diplomacia anglo-americana. Esta síndrome de "sócio menor" de que padece o Itamarati vem da época imperial do século passado, quando a oligarquia escravista brasileira se alinhou incondicionalmente à política de lorde Palmeston e ao Rito Escocês da Maçonaria que ele comandava. Era a época em que muitos diplomatas brasileiros se confundiam como meros agentes financeiros da família Rothschild.

De modo significativo, Cardoso voltou da Inglaterra diretamente para tomar parte na primeira reunião que o presidente Itamar Franco manteve com o Alto Comando das Forças Armadas brasileiras, participação que causou grande desconforto entre a alta oficialidade.

A mão de Cardoso também pode ser vista na proposta do presidente Itamar Franco de envolver as Forças Armadas em programas contra a pobreza, com o intuito de as desviar de suas tarefas dispendendo ainda mais seus recursos exíguos com funções pouco próprias de defesa nacional. Mais grave é a decisão de entregar à maquinaria do Partido dos Trabalhadores (PT), os chamados "teólogos da libertação" e as organizações não-governamentais, as rendas dos programas sociais do Estado. De sua parte, a maquinaria leninista do PT aceita participar do

governo, ao mesmo tempo em que se aproveita da insatisfação popular para construir a sua própria base de apoio para, então, chegar ao poder.

Essa tática não é original do presidente Itamar Franco e de seu ministro Cardoso. Há pouco tampo, Russell Ramsey, perito em contrainsurgência do Exército estadunidense, em artigo intitulado "O papel das Forças Armadas latino-americanas nos anos 90", publicado na edição de outono de 1992 da revista *Strategic Review* descreve esta estratégia. Fazendo-se passar por opositor das exigências mais radicais de desmantelamento das instituições castrenses, Ramsey propõe que seria mais eficaz tentar compreender estas instituições, substancialmente reduzidas, a "sustentar a onda atual de democratização e a transição a mercados livres". Forças militares "constitucionalmente obedientes" poderiam, então, "preencher vazios enormes na marcha de desenvolvimento da livre empresa", também levando a cabo "programas de vigilância ambiental", protegendo os turistas e oferecendo serviços de saúde, educação e transporte em regiões remotas.

Essa linha de Ramsey e do PT procura aproveitar o que se evidenciou como a maior vulnerabilidade de muitos dos nacionalistas militares brasileiros: a sua recusa a romper o marco institucional estabelecido pelo FMI em suas relações econômicas com o Brasil.

Como exemplo, tem ocorrido uma importante oposição da instituição militar aos cortes orçamentários e, de modo particular, uma insistente campanha a favor da chamada "isonomia" salarial (o requisito constitucional de que os militares recebam salários equiparados aos de outros funcionários públicos), que continua sendo violado. Porém esta resistência, de modo geral, não propôs uma mudança global da política econômica e, menos ainda, a ruptura com o marco institucional do FMI. Se este marco não mudar radicalmente, mais cedo ou mais tarde o simples estrangulamento econômico do país — e, de modo particular, do orçamento militar — forçará a adoção das mudanças desmilitarizadoras que exigem os anglo-americanos, por razões de simples "pragmatismo" financeiro.

O Brasil terá de escolher, no futuro próximo, entre o pragmatismo e a soberania nacional.

10 El Salvador e Colômbia: a negociação com o narcoterrorismo leva ao desastre

El Salvador continua servindo de laboratório para o estabelecimento, em nível mundial, do princípio da soberania limitada", diz um documento do Ministério da Defesa de El Salvador, dado a conhecer em 19 de março de 1993, com o título *A ameaça à soberania e a destruição do Estado*. O documento, uma resposta ao relatório da Comissão da Verdade das Nações Unidas, que acusa o exército salvadorenho da grande maioria das violações dos direitos humanos cometidas ao longo de uma década de insurgência da guerrilha comunista, acusa taxativamente os Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas de colaborar com a guerrilha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em uma experiência supranacional para destruir as Forças Armadas de El Salvador, impor o controle comunista e criar um precedente para o estabelecimento da "soberania limitada".

"El Salvador é uma espécie de laboratório para as Nações Unidas, uma espécie de experimento — são palavras que não me agrada usar, mas representam a verdade — um experimento que, se funcionar, começará a ser aplicado em outros países do mundo", declarou Carlos Guillermo Ramos, diretor de um centro de estudos da Universidade Centro-Americana de El Salvador. Ramos participou de um "Seminário Internacional sobre Negociações de Paz", em Bogotá, Colômbia, patrocinado pelo Centro de Pesquisa e Educação Popular (CINEP) dos jesuítas, onde pediu que seja mais rigorosamente cumprida a vigilância internacional do "processo de paz" salvadorenho.

Há anos, a revista *EIR* vem denunciando que, por trás do véu da "democracia", está em marcha um plano do *Establishment* anglo-americano e dos seus apêndices de poder, tais como as Nações Unidas,

para fomentar e levar ao poder as forças narcoterroristas e comunistas da Ibero-América, como a forma mais eficiente de eliminar as instituições e as tradições culturais que orientaram o desenvolvimento da região no decurso de sua história. El Salvador é uma prova de laboratório da aplicação desta política, precisamente por parte dos "unimundistas".

O objetivo dessa política, a intenção que anima o experimento, é o despovoamento. As implicações genocidas desta estratégia, é verdade, não são fáceis de se aceitar. De fato, existe quem tenha recusado a nossa avaliação por considerá-la "exagerada" ou "extremista". Não obstante, esta estratégia foi elaborada publicamente pelo Departamento de Estado estadunidense desde 1981, quando Thomas Ferguson, encarregado da Seção da América Latina do Gabinete de Assuntos de População do Departamento de Estado, inventou a falácia de que El Salvador representava uma "crise de segurança nacional" porque tem "muita gente maldita" (Apêndice A).

Em entrevista à *EIR,* Ferguson disse que uma guerra civil em El Salvador não mataria, por si só, gente suficiente, mas o deslocamento de pessoas, a falta de alimentos, a enfermidades e a falta de "mulheres férteis" depois de uma guerra prolongada poderiam apresentar este resultado. Esta linha foi repetida com exatidão por William Paddock, assessor extra-oficial do Departamento de Estado em assuntos de população, que disse, em 26 de fevereiro de 1981, em um seminário realizado na Universidade de Georgetown, que "a única solução para o problema da superpopulação... são os distúrbios contínuos e o conflito civil". Quando Ferguson e Paddock diziam isso, já haviam morrido na guerra 10.000 salvadorenhos. Dez anos mais tarde, estimava-se que o número de mortos havia chegado a 75.000.

Por uma década, El Salvador foi o modelo do genocídio controlado. Em 1988, começou a etapa final e se pôs em marcha, a sério, o projeto de desmilitarização. Foi tal o seu êxito que já está na ordem do dia para as nações da América Central e da Região Andina. Não há margem para engano: esta campanha combinada de despovoamento, a desmilitarização e soberania limitada é uma política mundial e se aplicará em todo o mundo se os "unimundistas" encontrarem como. Não foi casual que os representantes das Nações Unidas na Colômbia declarassem, no seminário anteriormente mencionado, que apesar de a Carta da ONU proibir a intervenção supranacional nos assuntos internos dos países membros, "há uma nova orientação nas Nações Unidas, que levará a uma mudança na Carta no próximo ano, apesar de que essa Carta não é modificada a cada ano".

Alvo: os militares

Desde que, descaradamente, revelou-se ao público a política anglo-americana de despovoamento, mais de uma década se passou. Também se deu a conhecer que as Forças Armadas da Ibero-América seriam alvos. Em 1988, o diretor do Programa de Relações Exteriores e Meios de Comunicação da Universidade de Columbia, James Chace, marcou a agenda com artigo publicado no número de inverno de 1988-89 da revista trimestral *Foreign Affairs,* do Conselho de Relações Exteriores (CFR) de Nova York, órgão de planejamento estratégico do *Establishment* anglo-americano. Chace escreve que o problema de El Salvador eram os militares. Não se tratavam de violações de direitos humanos, esclareceu ele, mas de que as Forças Armadas tinham neste país sido "o que mais se parece a uma instituição nacional efetiva". Deviam-se refutar, argumentou ele, as medidas para "profissionalizar as Forças Armadas salvadorenhas porque isso criaria uma nova edição das Forças de Defesa do Panamá (FDP)". Em vez disto, declarou ele, "a melhor tática para os Estados Unidos é trabalhar para a desmilitarização de El Salvador — *e, na verdade, de toda a América Central* — com o que, neste caso, significam novas negociações entre as forças rebeldes e o governo".

O subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Bernard Aronson, resumiu essa posição em um comentário publlicado em 12 de outubro de 1990 no *Washington Post.* Dizia Aronson que, anteriormente, os Estados Unidos não haviam querido "cortar a ajuda militar em meio a uma guera travada por um exército guerrilheiro sanguinário e decidido". Aronson prometeu que não se voltaria a cometer este "erro". Todavia insistiu em uma drástica redução de escala das Forças Armadas salvadorenhas como base para a adoção de "propostas de modificação na estrutura e no tamanho das Forças Armadas, pelas quais, há um década, teriam matado um esquerdista salvadorenho".

Hoje constitui fato trágico que o acordo de paz dirigido pela ONU em El Salvador não apenas está desmantelando as Forças Armadas desta nação, como, além disto, está entregando todos os aspectos da soberania nacional a "comissões" dominadas por representantes ou simpatizantes da FMLN, que, nos últimos doze anos, tem sido a insurgência marxista mais estreitamente aliada à ditadura de Fidel Castro nas Américas.

Isso não teria sido possível sem a ajuda do governo estadunidense. Como evidenciará, os Estados Unidos desempenharam um papel

determinante a cada passo do caminho percorrido para obrigar o governo salvadorenho — por meio da chantagem econômica, política e militar — a se submeter à "paz" da ONU, imposta supranacionalmente. A situação foi assim resumida por um oficial do Exército colombiano, entrevistado pela *EIR,* ao voltar de viagem de serviço a El Salvador com a "missão de paz" da ONU: "O balanço que se pode fazer é o de que a ONU impôs uma paz que consiste na entrega paulatina do poder aos marxistas. Os Estados Unidos e a ONU decidiram entregar o poder à FMLN".

Estratégia para perder a guerra

A partir de 1987-88, o lema extraoficial de Washington foi o de que a guerra de El Salvador era "impossível de ser ganha", pelo que as negociações se mostravam como a única solução. Sol Linowitz, fundador e copresidente do Diálogo Interamericano, cujas propostas antimilitares dominaram as relações do governo de Bush com a Ibero-América e que exercem uma influência preponderante no governo de Clinton em suas relações com a Ibero-América, escreveu sobre El Salvador e a Guatemala no mesmo número de *Foreign Affairs*, edição de inverno de 1988-89, que "nenhum dos países tem possibilidades de conseguir a paz mediante a vitória militar". Em vez disto, dizia ele, os Estados Unidos devem "começar a se valer de sua considerável influência para promover acordos negociados" e adotar a política de "negar ajuda econômica e militar" para alcançar este objetivo. Deste modo, em vez de permitir ao governo salvadorenho travar uma guerra triunfante contra a insurgência comunista, o *Establishment* anglo-americano comunicou a Moscou que estaria disposto a negociar com seus aliados guerrilheiros uma "estratégia comum", a fim de modelar o futuro da América Central. Em janeiro de 1989, apenas alguns dias depois de o presidente Bush assumir a Presidência, a FMLN deu a conhecer uma nova proposta de paz que serviria de ponto de partida para as negociações. A proposta se baseava na "restruturação"das forças militares, diminuindo-as em dois terços de seu tamanho. Guillermo Ungo, porta-voz da FMLN, disse ao *New York Times,* em 27 de fevereiro de 1989, que o objetivo da proposta da FMLN era "encurralar e isolar o Exército". Imediatamente, o Departamento de Estado emitiu uma declaração em que dava boas-vindas à mencionada iniciativa de paz.

O Departamento de Estado se achava mais do que familiarizado com a proposta dos terroristas. Chafik Handal, comandante da FMLN e chefe do Partido Comunista, declarou que uma cópia da proposta da guerrilha fora dada ao Departamento de Estado "alguns dias" antes de ser tornada pública, em 23 de janeiro, mas "negou informações de que a versão final tinha sido elaborada para atender às objeções de funcionários do Departamento de Estado", informou o jornal *The Baltimore Sun*, em 27 de fevereiro de 1989.

O Departamento de Estado não foi a única instituição estadunidense com a qual se consultaram. O *Wall Street Journal* informou, em 1° de fevereiro, que o plano de "paz" da FMLN circulara antecipadamente no Congresso dos Estados Unidos. A edição da primavera de 1989 da revista *Foreign Policy*, do Fundo Carnegie para a Paz, publicou em extenso pedido de ajuda ocidental escrito pelo comandante da FMLN, Joaquín Villalobos, considerado o principal estrategista militar das guerrilhas.

Os meios noticiosos estadunidenses enlouqueceram, aclamando a proposta da FMLN como uma oportunidade de paz. Em 26 de fevereiro, o *Washington Post* publicou um editorial, celebrando que "todo o país se vê envolto em um amplo debate sobre a proposta da FMLN". A tarefa do governo de Bush, agora, ameaçou o jornal, é "garantir que as Forças Armadas salvadorenhas saibam que os Estados Unidos não tolerarão sabotagem alguma" das negociações com os terroristas.

Em 1° de junho de 1989, realizaram-se eleições em El Salvador, sob rigorosas condições de vigilância internacional, chegando à Presidência Alfredo Cristiani, candidato do partido ARENA. Imediatamente em seguida, desatou-se uma onda de ataques terroristas contra os membros do círculo de Cristiani, que se pensava representarem a facção oposta às concessões à guerrilha. Entre eles estava o secretário da Presidência, José Antonio Rodríguez, assassinado a 19 de junho; o diretor do Corpo de Bombeiros, coronel Roberto Armando Rivera, assassinado a 27 de junho; o presidente do Tribunal Superior de Justiça, Mauricio Gutiérrez Castro, ferido a 3 de julho; e principalmente, Edgar Chacón, chefe do Instituto de Relações Internacionais, que foi assassinado a 30 de junho. Este último era um oponente declarado das intenções internacionais de "domesticar" os exércitos ibero-americanos. Chacón havia assinalado em particular o Diálogo Interamericano como elemento autorizado pela campanha anglo-americana para desmantelar as Forças Armadas no continente.

Em artigo de 27 de dezembro de 1988, Chacón disse que "o pla-

no do Diálogo Interamericano pode ser resumido na educação dos militares ibero-americanos para transformá-los em gendarmes de um regime de partido. Seu êxito ou fracasso dependerá de cancelar valores nacionais que ainda existem nos países ibero-americanos, para dar passagem ao internacionalismo".

Chacón insistia também em que a campanha contra os militares era parte de um pacote maior para impor a usura internacional às nações desmilitarizadas do continente: "Assim como o México e o Brasil, com incríveis recursos naturais e humanos com os quais distinguiram-se como verdadeiras potências, foram reduzidos à categoria de nações hipotecadas, com mais de 100 bilhões de dólares de dívida cada um".

O assassinato de Chacón eliminou uma voz de singular importância nos círculos do presidente Cristiani, que o teria ajudado a formular uma estratégia para ganhar a guerra, baseada no progresso econômico.

Nos meses seguintes viveu-se uma grande intensificação do terrorismo, tanto seletivo quanto cego, além de uma escalada da sabotagem econômica. Em maio de 1990, a intensificação do terrorismo da FMLN e a combinação de incentivos e ameaças por parte do Governo Bush "convenceram" o governo salvadorenho a sentar à mesa de negociações e procurar as Nações Unidas. Graças aos "bons ofícios" desta instituição, em julho de 1990, o governo e a FMLN assinaram um acordo sobre direitos humanos que incluía a criação, no início de 1991, de uma missão de verificação *in situ* da ONU, algo sem precedentes. Com este "pé na porta", iniciaram-se as negociações da "desmilitarização" de El Salvador.

Em setembro de 1990 chegou a El Salvador o coronel Mark Hamilton para assumir o comando do Grupo Militar dos Estados Unidos na área, que revelou à imprensa que o general George Joulwan, comandante do Comando Sul das Forças Armadas estadunidenses, "me disse que minha nova missão é obter um acordo negociado" com a FMLN. Como mediador formal atuou, Álvaro de Soto, conselheiro pessoal do então secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar e irmão de Hernando de Soto, boquirroto propagandista do Projeto Democracia. A 24 de janeiro de 1991, de Soto declarou ao jornal *Los Angeles Times* que sua tarefa nas convenções de paz era chegar à "desmilitarização gradual e completa, com o objetivo final de abolir os exércitos". A despeito da suposta natureza secreta das negociações naquele momento, a imprensa revelou filtrações no sentido de que já

havia um plano para reduzir as Forças Armadas salvadorenhas, de sessenta mil homens para quinze mil.

Fideicomisso da ONU

Em 26 de abril de 1991, o governo do presidente Alfredo Cristiani, fraco e sob coação, assinou com a FMLN um acordo que assegurava formalmente a intervenção mediadora ativa das Nações Unidas. Determinou-se o calendário de cessar-fogo e o plano para "modificar" as funções do sistema judiciário e eleitoral salvadorenhos; além disto, formaria-se uma comissão "de expurgos" encarregada de qualificar a conduta de todos os oficiais das Forças Armadas e obrigou-se o governo a aceitar a criação da "Comissão da Verdade", auspiciada pela ONU, a fim de investigar acusações de violação dos direitos humanos nesta guerra de dez anos. Na verdade, os elementos de controle supranacional da ONU já estavam estabelecidos desde antes que se negociasse qualquer "acordo de paz".

Como parte do arreglo, o governo do presidente Cristiani e a Assembléia Nacional de El Salvador concordaram em reescrever a Constituição Nacional para incluir nela muitas das reformas que a FMLN exigia para manietar o Exército, enquanto a FMLN ainda empreendia a guerra! Entre as reformas, incluía-se a revogação do artigo 30 da Constituição, que determina que o Exército cumpra funções de polícia em momentos de desordem pública. Em lugar dele, seria criada uma polícia civil nacional encarregada de "manter a ordem pública", *em meio à guerra total.* As reformas assinalam que a Assembléia Nacional poderá revogar qualquer decreto presidencial por maioria simples de votos, e que o Exército restabeleça a ordem em caso de emergência nacional.

Desse modo, enquanto o governo começava a "desmilitarização", a FMLN afinava a sua estratégia militar. Em abril, foram capturados documentos internos da organização descrevendo cinicamente as suas táticas de negociação: "Aproveitaremos a luta de massas, as *negociações,* a obtenção de acordos e as eleições como parte de nossos *esforços estratégicos militares*. Nosso *objetivo militar* é o uso ótimo das forças e meios para atingir as metas traçadas. Tentaremos chegar a acordos relativos ao problema das Forças Armadas na mesa de negociações, no momento em que convertemos a FMLN em força política-militar. *Nunca aceitaremos a nossa dissolução como força política ou*

militar. Aproveitaremos a posição de poder duplo para passar a uma fase de deslocamento máximo da luta política, *ao mesmo tempo em que conservamos e reforçamos nossa força militar"* (grifos nossos).

Houve, por certo, membros do exército salvadorenho e do governo que se opuseram ao suicídio que a ONU lhes exigia, mas os Estados Unidos chantagearam da pior forma para que se cumprissem as reformas ditadas pela FMLN. Como exemplo, ao se estancarem as negociações, no começo de abril de 1991, o general Colin Powell, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas estadunidenses, voou a San Salvador para reunir-se com os altos comandos militares. Em 12 de abril, o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Bernard Aronson, reuniu-se com o presidente Cristiani. Tanto Powell como Aronson ameaçaram suspender a ajuda militar estadunidense se se permitisse o fracasso das negociações. Ao final de abril, quando os legisladores salvadorenhos quiseram modificar as reformas, o embaixador estadunidense William Walker pediu pessoalmente aos integrantes da Assembléia Nacional que se abstivessem das referidas modificações. Com semelhantes pressões, as reformas seriam aprovadas tal e qual haviam sido negociadas entre a FMLN e a ONU.

Alvaro de Soto havia comentado, em artigo no *Wall Street Journal* de 11 de dezembro de 1991, que "uma novidade do Acordo de Genebra é... a disposição específica do secretário-geral [da ONU] de convocar os líderes internacionais dispostos a colaborar com seus esforços". Esta "colaboração" não seria outra coisa senão uma chantagem brutal e já não apenas dos Estados Unidos. De acordo com o sacerdote jesuíta Rodolfo Cardenal, vice-reitor da Universidade Centro-americana de El Salvador, em dezembro de 1991, por instâncias dos Estados Unidos, foi criado um "grupo de amigos" da ONU, a fim de intensificar a pressão sobre o governo de Cristiani. O padre Cardenal falava na Colômbia, no Seminário Internacional sobre as Negociações de Paz, no final de 1992, quando revelou que:

> Os Estados Unidos queriam negociar, desde que terminou a Guerra Fria no mundo. Os Estados Unidos sugeriram a formação do grupo de 'amigos' do secretário-geral da ONU, composto pela Colômbia, México e Venezuela, a fim de evitar resistências à participação direta dos Estados Unidos. Quero dizer e insistir, como já disse em minhas conferências, que a pressão do grupo dos quatro amigos foi fundamental para resolver as três crises que se apre-

> sentaram no processo de paz. Nestas três ocasiões, o governo salvadorenho se negara a cumprir os acordos e o grupo dos quatro amigos chantageou economicamente o governo de El Salvador. Venezuela e México ameaçaram com a suspensão da venda de petróleo a preço especial, mais baixo que no mercado; Colômbia e Espanha ameaçaram com o início de um bloqueio comercial e os Estados Unidos ameaçaram deixar de comprar o café de El Salvador... Em muitas ocasiões, quando o secretário-geral da ONU não podia resolver o problema, chamava os quatro amigos. Se os quatro amigos não podiam resolver o assunto ou se achavam que o tema correspondia mais aos Estados Unidos, neste caso, intervinham os Estados Unidos.

A sociedade ONU-FMLN

Quando o acordo de paz salvadorenho foi assinado na Cidade do México, em 16 de janeiro de 1992, não era mais segredo para pessoa alguma que havia sido cozinhado um acordo entre a ONU e a FMLN. O *Establishment* anglo-americano atingira o seu objetivo, com lucro. Robert White, ex-embaixador dos Estados Unidos em El Salvador, resumiu tudo em um comentário publicado em 16 de janeiro no *Washington Post*: "O poder será compartilhado com as Nações Unidas". Assinou-se a liquidação da soberania nacional e mais de mil observadores estrangeiros e da ONU chegaram a El Salvador para "vigiar o processo de paz".

A FMLN também atingiu o seu objetivo, abundando em elogios ao Governo Bush por tê-lo tornado possível. "Desejamos estender a mão ao governo dos Estados Unidos", disse o chefe da FMLN, Chafik Handal, ex-secretário geral do Partido Comunista salvadorenho. O "teólogo da libertação" salvadorenho Cardenal reconheceu posteriormente, em sua apresentação no foro de 1992, em Bogotá, que "o acordo de paz em El Salvador não teria sido possível sem o apoio dos Estados Unidos. Nada há na América Central que se possa fazer se não se contar com a aprovação dos Estados Unidos". Jesus Antonio Bejarano, embaixador colombiano em El Salvador e ex-conselheiro presidencial de paz, disse no mesmo foro que "a coação dos Estados Unidos foi a chave em todo o processo de paz em El Salvador".

Na cerimônia de assinatura do acordo, o comandante Handal manifestou o seu contentamento pelo fato de que o resultado principal

do acordo tinha sido "o fim da hegemonia militar sobre a nação civil" O que quer dizer isto?

Uma vez entrado em vigor o cessar-fogo, todas as instituições políticas de El Salvador seriam reformadas e redefinidas em uma nova Constituição, tudo vigiado pelas Nações Unidas. O flamante secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, qualificou o acordo como uma "revolução ganha mediante a negociação", frase prontamente regurgitada pelos dirigentes da FMLN.

No processo de "paz", foram assinados pelo menos seis documentos que representavam mudanças radicais no governo, a economia e o exército de El Salvador, como exige o acordo supranacional. Igualmente, foi acordado o calendário para aplicação das referidas modificações. A dimensão dos aspectos da sociedade salvadorenha que terão que ser recompostos é assombrosa e deixa em segundo plano qualquer cessar-fogo e qualquer desmobilização das guerrilhas.

Os documentos determinam: a redução, o expurgo e a redefinição da tarefa das Forças Armadas; ordenam a criação de uma nova polícia civil, uma academia de segurança pública e uma entidade estatal de informações dirigida por civis, além de detalhar como serão selecionados os diretores destas repartições, seus critérios operacionais e os limites de suas funções; fixam os prazos para a alteração do sistema eleitoral e judiciário e, para este último, exigem um novo programa de treinamento e a nomeação de novos membros da Suprema Corte; definem os critérios do "Programa de Construção Nacional" e a criação de novas instituições que fiscalizem desde o cumprimento da distribuição de terras até a aplicação dos mecanismos de cooperação, os programas de ajustamento fiscal, a política de crédito, a ajuda técnica, a privatização etc.

Todas essas reformas se acham sujeitas à supervisão ou vigilância, quer da Comissão Nacional para a Consolidação da Paz (Copaz) das Nações Unidas ou de ambas. A Copaz foi criada a pedido das Nações Unidas para servir de poder alternativo ao governo de Cristiani. Ela inclui dois representantes do Governo (um das Forças Armadas), dois da FMLN e um de cada um dos diversos partidos políticos ou coalizões políticas do país, incluindo-se os grupos de fachada da FMLN. O Copaz, assim sendo, foi criado para favorecer a FMLN e assegurar-lhe a maioria efetiva no corpo "nacional" encarregado de resolver as disputas que pudessem surgir durante a execução dos acordos. Por cúmulo, a Igreja Católica salvadorenha, dominada por forças favoráveis à FMLN e à ONU, recebeu a categoria de observadora na

comissão. Qualquer disputa dos membros da Copaz deve ser resolvida no âmbito das Nações Unidas, com o que se concede à ONU o poder de tomar decisões definitivas nas questões nacionais, o que lhe dá oficialmente o poder de passar por cima do governo soberano.

Segundo Philippe Texier, diretor da Divisão de Direitos Humanos da "equipe de observadores" das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), a Copaz não tem precedentes, já que "modifica consideravelmente a institucionalidade do país: a Constituição, o sistema judiciário, o sistema eleitoral, a criação de uma Procuradoria do Exército, entre outras instituições".

O cerne de toda a reforma pretendida é, de início, a premissa de que as Forças Armadas de El Salvador — e não as guerrilhas ou qualquer outro fator — são as causadoras dos problemas do país e devem ser desmanteladas de imediato. O efetivo das Forças Armadas será reduzido à metade, menos de 30.000 homens, em um prazo de dois anos.

No entanto, a redução dos efetivos é apenas o começo. Leonel Gómez, membro salvadorenho da equipe de trabalho dos Estados Unidos que ajudou a aplicar pela força os acordos da ONU, sob a direção do subsecretário de Estado Bernard Aronson, declarou ao *Washington Post,* em 10 de janeiro de 1992, que a eliminação do corpo de oficiais do Exército salvadorenho constitui um meta importante do pacto. Gómez afirmou que "enquanto não se tocar no corpo de oficiais não haverá realmente redução. O núcleo do Exército é o corpo de oficiais; se este permanecer intacto, o Exército é como um globo que se pode encher ou esvaziar, mas que, na realidade, continua sendo o mesmo Exército".

Os acordos da ONU requerem modificações substanciais da missão e da doutrina das Forças Armadas. As Nações Unidas determinaram que a missão das Forças Armadas se limita a assegurar a integridade territorial ante uma ameaça estrangeira. Qualquer participação na determinação de medidas relativas a assuntos econômicos, políticos ou sociais — ou seja nos assuntos que definem realmente a segurança e o desenvolvimento nacionais — ficam proibidas, de modo taxativo, aos militares. Igualmente, eles são impedidos de intervir nas tarefas ligadas à inteligência, que passam a ser dirigidas por uma nova repartição civil.

Até mesmo a restruturação do programa de treinamento dos oficiais é detalhada nos acordos da ONU. O referida matéria do *Washington Post* diz: "As normas de admissão, o plano de estudos e o

corpo docente da academia militar, que se considera a própria alma do corpo de oficiais do Exército, estarão sob a supervisão de uma comissão nacional de paz que inclui dois ex-guerrilheiros e apenas um representante das Forças Armadas".

Uma comissão de civis, designada pelas Nações Unidas, à qual se outorgou a tarefa de "limpar" o Exército salvadorenho de oficiais *acusados* de violar os direitos humanos ou considerados "incapazes de viver na democracia", apresentou uma lista para o expurgo de mais de cem oficiais. Suas deliberações foram formadas em segredo, não foram fundamentadas suas decisões e nenhuma apelação foi permitida. Apesar da prolongada luta entre o Governo e o Exército, de um lado, e as Nações Unidas, do outro, sobre a dimensão e a forma do expurgo, esta luta parece ter sido perdida. O mais recente que se sabe é que o presidente Cristiani aceitou exonerar até o último de seus oficiais militares, incluindo seu ministro da Defesa e os comandantes superiores.

E o que aconteceu com a FMLN? A guerrilha comprometeu-se a completar a desmobilização de seus efetivos até o dia 31 de outubro de 1992, em troca do que seria permitido que seus membros ingressassem na nova polícia civil ou regressassem ao campo para ocupar as terras distribuídas pela FMLN, com créditos do governo. Outros de seus membros formarão um partido político de oposição.

A estratégia real da guerrilha, no entanto, foi revelada no discurso pronunciado em 17 de janeiro de 1992 na Universidade de San Marcos, no Peru, por Miguel Angel Amaya Cuadra, representante diplomático da FMLN na Ibero-América. Ele disse francamente que "no processo salvadorenho não se combinou rendição alguma. Estamos negociando de igual para igual e de poder para poder; a FMLN não aceitou nem aceitará uma desmobilização, mas sim a reconversão de suas forças, na qual os combatentes pertencerão à nova Polícia Civil, e se integrarão também aos setores produtivos; e a FMLN se converterá em um partido político".

Os acordos de paz não só outorgam à FMLN a hierarquia de governo paralelo do país, como também concessões econômicas substanciais. Joaquín Villalobos, um dos cinco comandantes supremos da FMLN, declarou que "o que nos interessa é o poder econômico; exigimos o que ganhamos".

Também nesse aspecto o aparato da ONU detém as rédeas. O acordo sobre o progresso social e econômico determina que o governo "deve outorgar facilidades legais e institucionais" para que a ajuda

estrangeira se canalize diretamente às comunidades, às organizações sociais e às organizações não-governamentais" (ONGs). Esta exigência foi estabelecida com a idéia de fortalecer a estrutura da FMLN, como foi dito abertamente pelo Escritório de Washington para a América Latina (Washington Office on Latin America, WOLA), organização não-governamental das Nações Unidas que, durante muito tempo, fez propaganda e relações públicas em favor da FMLN em Washington e no Congresso estadunidense. Já em 1990, a WOLA argumentava em seu boletim *Enlace* que toda a ajuda para a reconstrução nacional de El Salvador deveria ser canalizada pelas organizações não-governamentais e, de modo algum, através de representantes governamentais, já que, taxativamente, distribuir ajuda pelos condutos governamentais só serviria para "reforçar a autoridade governamental em detrimento das organizações independentes que o governo identificou como 'grupos de fachada' da FMLN".

Como afirmou à *EIR*, em dezembro de 1992, uma fonte de inteligência militar que acabava de regressar de El Salvador: "Agora, os guerrilheiros terão terras, cooperativas, administração de créditos, e, assim, conseguirão votos que antes jamais obteriam". (Ver apêndice B.)

Pelo que diz o sacerdote salvadorenho Rodolfo Cardenal, os acordos de paz incluem a distribuição de cerca de 180 mil hectares de terras, "o que será considerarado como o triunfo social mais importante da FMLN, uma vez que esta quantidade representa mais terras que todas as que foram repartidas pela reforma agrária em toda a sua história [de El Salvador]". As terras já foram repartidas pelo comando da FMLN e serão administradas em cooperativas que receberão créditos oficiais. "Está claro que isso, no futuro, vai significar votos, muitos votos", disse Cardenal.

Cardenal observou também que não é provável que a FMLN tente a Presidência da Repúblicaem 1994. "Eu disse isto a eles e a maioria está de acordo. Muitos dirigentes da FMLN pensam que é melhor, agora, consolidar forças nas prefeituras, na Assembléia, e deixar que a direita tome a presidência e se desprestigie tentando resolver a crise econômica. Creio que a FMLN aprendeu a lição da Nicarágua".

Na verdade, a "crise econômica" se encaixa perfeitamente nos cálculos da FMLN. A destruição das instituições nacionais salvadorenhas, que se leva a cabo com a imposição supranacional do acordo de paz, alimenta uma perigosa instabilidade, que se agrava pelo fato de que o país foi destruído por uma guerra de 12 anos de sabotagem econômica. Calcula-se que El Salvador, um país relativa-

mente pequeno, tenha sofrido danos equivalentes a 4 bilhões de dólares e. Segundo Myriam Meléndez, funcionária da repartição salvadorenha de reconstrução nacional, a ajuda para a reconstrução atinge apenas 250 milhões de dólares, dos quais 120 milhões serão entregues diretamente aos ex-combatentes da FMLN. Sob tais condições, nenhum governo será capaz de governar por muito tempo.

A mentirosa "Comissão da Verdade"

O golpe devastador, talvez definitivo, contra a soberania de El Salvador, foi o surgimento do relatório da Comissão da Verdade da ONU, divulgado em 15 de março de 1993. O relatório não apenas trata a FMLN como uma força beligerante legítima, em vez de considerá-la como o grupo narcoterrorista que é, como, a partir dela redefine a guerra *iniciada pela FMLN* como "terrorismo de Estado", o qualificando as baixas ocorridas como "violações dos direitos humanos". A conclusão fundamental do relatório da Comissão é a de que o Exército de El Salvador é o responsável por 85% das violações dos direitos humanos cometidas durante a guerra, que as forças protegidas pelo governo foram responsáveis pelos outros 10% e que a FMLN — com sua década de guerra, assassinatos, atentados a bomba e destruição convenientemente esquecidos — teria sido culpada por apenas 5%.

Os argumentos da Comissão da Verdade, que parecem ter saído diretamente do *1984* de George Orwell, redefinem o conceito de inimigo e o transferem da insurgência marxista contra um Estado nacional soberano às Forças Armadas do Estado sitiado. O relatório vai mais longe ainda, pois não apenas exige o expurgo imediato da estrutura de comando das ditas Forças Armadas como também a demissão de toda a Suprema Corte de El Salvador. "As conseqüências de tais deliberações poderiam alterar o panorama político de El Salvador", bradou o *Washington Post,* em 16 de março de 1993.

O que é essa Comissão da Verdade da ONU, que tanto a imprensa como os governos tratam de fato como um tribunal internacional e cujo relatório consideram um tratado legal obrigatório? Longe de serem investigadores imparciais da verdade os "peritos judiciais" que integram a Comissão são velhos partidários dos imsurgentes comunistas, aos quais seu relatório absolve de qualquer responsabilidade relevante! Nele está, por exemplo, Thomas Buergenthal, que antes de julgar El Salvador, trabalhava para agências que financiaram as

insurgências narcoterroristas na América Central. Em 1986, Buergenthal, como diretor de Direitos Humanos do Centro Carter da Universidade Emory, de Atlanta, EUA, foi nomeado administrador da nova Fundação de Direitos Humanos Carter-Menil. O ex-presidente Jimmy Carter deu o seu nome à fundação; Dominique de Menil, herdeira da fortuna petrolífera da familia Schlumberger, entrou com o dinheiro.

Todos os anos, desde 1986, essa fundação concedeu um prêmio de 100.000 dólares a um ou dois ativistas ou instituições dos direitos humanos. Em 1986, recebeu o prêmio o Grupo de Apoio Mútuo (GAM), conhecido integrante da União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), aliada da FMLN e, igualmente como ela, dirigida e financiada pelo regime de Fidel Castro. Em 1990, o prêmio foi concedido a outro grupo ligado à URNG, o Conselho Étnico Runujel Junam (CERJ).

Em 1991, o prêmio foi dado à Universidade Centro-americana de El Salvador, dirigida por jesuítas. Desde 1979, esta universidade serviu de centro de semeadura da Teologia da Libertação e fonte de idéias para o FMLN. Em novembro de 1992, vários de seus membros foram conferencistas de um foro em Bogotá, Colômbia, dedicado a analisar os êxitos da FMLN em El Salvador e a possibilidade de usá-los como modelo para que os grupos narcoterroristas colombianos venham a desfrutar o poder de que agora desfruta a FMLN. Vários dirigentes universitários, entre os quais retromencionado o sacerdote Rodolfo Cardenal e Carlos Guillermo Ramos, não deixam dúvidas sobre o lado que representam na guerra.

Essas não foram as únicas ocasiões em que a fundação administrada por Buergenthal apoiou as insurgências centro-americanas. De acordo com a revista *Town and Country* de setembro de 1991, Dominique de Menil distribui, a cada dois anos, outro prêmio de 20.000 dólares a ativistas radicais, o Prêmio Oscar Romero. O nome foi adotado em honra ao bispo que apoiava a FMLN e foi brutalmente assassinado em 1980. Com este prêmio, financiavam os líderes da Teologia da Libertação em toda a Ibero-América, desde um "ativista católico de San Salvador" até o maltusiano cardeal católico de São Paulo, Paulo Evaristo Arns.

O financiamento de comunistas tem sido uma longa tradição da família de Dominique de Menil. Seu pai, Conrad Schlumberger, financiou o Partido Comunista Francês; o primeiro cliente da companhia, fundada em 1927 pelo pai e o tio de Dominique, foi o governo soviético de Lênin.

Os outros dois membros da comissão são desses políticos da região que promovem o plano narcoterrorista por intermédio de meios "democráticos". O presidente da Comissão da Verdade, o ex-presidente colombiano Belisario Betancur, iniciou as "primeiras negociações de paz" com os narcoterroristas colombianos, mais precisamente com o M-19, durante a sua presidência (1982-1986). O M-19 tentou acelerar as referidas "negociações" com a tomada do Palácio da Justiça da Colômbia, em novembro de 1985, que resultou em um banho de sangue no qual os terroristas assassinaram a metade dos juízes da Suprema Corte e incendiaram os arquivos judiciários da nação. Mais de cem pessoas morreram nesta ação terrorista, que só terminou quando o Exército colombiano recuperou o palácio. Mais tarde, descobriu-se que o M-19 atuava a soldo dos cartéis da droga, que queriam ver destruídos os expedientes para a extradição de seus membros e a eliminação dos juízes da Suprema Corte favoráveis à sua extradição.

Como a estratégia de negociação da paz de Betancur (a qual prosseguiu proclamando, mesmo depois da tomada do Palácio da Justiça) partia do princípio de fazer aos narcoterroristas concessões contrárias ao interesse nacional, os seguidos anos de "diálogos de paz" não deram à Colômbia coisa alguma que se parecesse com paz. O que se conseguiu no processo iniciado por Betancur foi "a entrada [do M-19] nas instituições". Em 1990, o M-19 recebeu um posto no ministério de César Gaviria, a partir do qual orquestrou a reelaboração da Constituição Nacional da Colômbia, seguindo normas convenientes ao seu projeto marxista e gnóstico.

O terceiro membro da Comissão, o venezuelano Reinaldo Figueredo, ministro do presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, em várias ocasiões. Pérez ganha de Betancur no tocante ao apoio aos narcoterroristas. Como exemplo, ele foi anfitrião dos guerrilheiros colombianos durante as negociações destes com o governo da Colômbia, tendo-lhes dados passaportes etc. Além disto, mantém excelentes e antigas relações com a FMLN, os sandinistas e Fidel Castro.

A despeito de sua fama de defensor dos direitos humanos, as credenciais de Figueredo estão longe de ser impecáveis. Enquanto ele se encarregava de "julgar" El Salvador, o procurador-geral da República da Venezuela, Ramón Escovar Salom, o acusou de apoiar o presidente Carlos Andrés Pérez e o ex-ministro do Interior Alejandro Izaguirre em um conluio para desviar 17 milhões de dólares do erário venezuelano em fevereiro de 1989. A Corte Suprema aceitou apreciar o caso.

A verdade suspeita

Como chegou a Comissão aos seus cálculos de que 85% das violações dos direitos humanos foram cometidas pelos militares, "fato" presumido e difundido por todo o mundo? Os membros da Comissão e um grupo de 20 investigadores e "peritos em direitos humanos" entrevistaram quase 2.000 salvadorenhos e receberam informações de mais de 22.000 casos. Destas alegações, 85% eram contra os militares. Quem foram os seus informantes? Ninguém sabe, pois foram mantidos em segredo. Até mesmo o *New York Times* reconheceu, em 16 de março, que "embora o documento tenha amplos rodapés de página e se descreva o peso de suas provas, ele não inclui evidências suficientes de investigação que tornem possíveis uma avaliação independente".

Segundo o ministro da Defesa salvadorenho, René Emílio Ponce, que refutou as aligações da Comissão da Verdade pelo rádio e televisão salvadorenhas, as "Forças Armadas, como garantes da soberania do Estado, não podem aceitar o fato de que seu dever constitucional, que é defender a pátria de qualquer tipo de agressão, seja passado por alto no relatório... O relatório da Comissão da Verdade não reconhece a natureza e a origem dos ataques comunistas em El Salvador... Na redação de seu relatório, a Comissão utilizou critérios e informantes preconceituados para demonstrar — à sua maneira — fatos e idéias preconcebidos... Em momento algum foi dada às pessoas acusadas a oportunidade de contestar as acusações ou defender-se publicamente das acusações contra elas... mostrando, assim, desprezo pelo processo legal que deveria existir em um estado de Direito..."

"O relatório não menciona os horrores e sofrimentos que a chamada guerra popular prolongada dos comunistas causou a todos os grupos sociais, de modo especial aos setores mais pobres, nos quais foram sentidos com mais fúria estes ataques. O relatório não recorda as centenas de crianças e jovens camponeses mutilados pelas minas, nem os mortos nos ataques aos ônibus de transporte público, centros de saúde e edifícios governamentais. Não menciona o dano causado às comunidades isoladas, nas quais se destruíram as pontes, os danos sofridos por comerciantes e trabalhadores como resultado da chamada saboagem econômica. Não menciona as centenas de pessoas deslocadas em conseqüência de ataques subversivos".

"Tratar esses casos de violação de forma parcial denota a intenção clara de destruir a institucionalidade, a paz social e as Forças Armadas... Apesar de declarar que sua intenção é contribuir para a re-

conciliação, o fato é que o relatório cria uma atmosfera contrária ao espírito de harmonia e reunificação do povo salvadorenho... Mais do que isso, os membros da Comissão, além de estarem notoriamente predispostos, não cumpriram qualquer critério judiciário ético aplicável, ocultam interesses desconhecidos e até mesmo puseram em risco a soberania salvadorenha".

A metodologia empregada pela Comissão da Verdade consolida vários precedentes perigosos que os partidários dos narcoterroristas nas organizações de direitos humanos tem tratado de estabelecer. O primeiro deles é a afirmação de que a estrutura logística, política e intelectual dos terroristas — uma quinta-coluna, sem a qual as forças relativamente pequenas da guerrilha não poderiam sustentar suas operações militares — deveria ter sido tratada como neutra ou inocente, até mesmo quando se encontrava no campo de batalha!

Apesar de o ministro de Defesa de El Salvador ter acentuado que as recomendações da Comissão da Verdade ameaçavam a soberania nacional de El Salvador, o mediador da ONU, Álvaro de Soto, acentuou de igual maneira, em 22 de março de 1993, que tais recomendações eram "obrigatórias" e que em seu parecer, poder-se-iam aplicar medidas para forçar o seu cumprimento. Deste modo, De Soto lançou as bases para uma possível intervenção em El Salvador, talvez com capacetes azuis da ONU, segundo o modelo da "Operação Justa Causa", de George Bush - a invasão do Panamá.

Em 1° de março, o ministério de Defesa de El Salvador publicou um folheto de 65 páginas intitulado *A ameaça à soberania nacional e a destruição do Estado*, que busca definir a natureza da insurgência que El Salvador sofreu por mais de uma década. O folheto, incluía uma seleção substancial de documentos da FMLN dos anos 80, os quais ordenavam insurreições gerais, assassinatos e sabotagem econômica, obriga a que se faça a pergunta fundamental: a quem beneficia a destruição das Forças Armadas? (No Apêndice C acha-se incluído um resumo dos argumentos do Ministério, extraídos do próprio folheto).

A ONU estabelece um precedente

O fato de que El Salvador não é mais que um laboratório de experimentação "unimundista" tornou-se claro com as declarações do funcionário da ONU Angel Escudero Paz, representante da organização

na Colômbia, em 25 de novembro de 1992, na conferência "As Nações Unidas e seu papel em conflitos armados não-internacionais", proferida no Seminário Internacional Sobre Negociações de Paz, realizado em Bogotá, Colômbia. Escudero disse que "a intervenção da ONU em El Salvador é uma novidade suprema e não tem precedentes. É a primeira vez que a ONU tem uma missão na qual intervém em um conflito interno".

O funcionário disse que, embora o artigo 2 da Carta da ONU estipule que não haverá intervenções em nações-membros sem a aprovação da nação submetida à intervenção, estabeleça o respeito incondicional à soberania nacional, "há uma nova orientação nas Nações Unidas, que levará a uma mudança na Carta no próximo ano, apesar de a Carta não ser modificada a cada ano".

Essa nova orientação foi expressa "tanto por [o ex-secretário-geral Javier] Pérez de Cuellar como por [o secretário-geral Boutros] Boutros-Ghali, que defenderam a idéia de que, quando ocorram violações sistemáticas dos direitos humanos à soberania nacional pode-se converter em um escudo que impeça a intervenção da ONU". E porisso, espera-se nas Nações Unidas uma modificação, este ano "para acolher essa nova realidade".

Os detalhes pertinentes do acordo também foram imaginados como modelo para outros países. Como exemplo, o então diretor da Divisão dos Direitos Humanos da missão das Nações Unidas em El Salvador, Philippe Texier, acentuou, em entrevista publicada na edição de abril da revista *Enlace*, que a polícia civil nacional que se estabeleceria em El Salvador com o acordo da ONU — polícia civil que operaria com "nova direção, novos métodos de treinamento e nova doutrina" e que se está recrutando nas fileiras das guerrilhas e da polícia anterior (já dissolvida) "sob estreita cooperação, supervisão internacional e coordenação da ONU" — poderia ser adaptada em outros países americanos a curto prazo.

A "salvadorização" da Colômbia

A campanha "unimundista" para impor uma estratégia de divisão do país com o inimigo, nos países que se encontram em guerra contra o narcoterrorismo constitui parte central da política que tem dominado os acontecimentos na Colômbia há quase uma década, *mesmo antes do precedente do 'método salvadorenho'*" Porém, com a imposição

da vitória da FMLN em El Salvador, graças à ajuda da ONU, intensificaram-se as pressões para repetir o modelo na Colômbia.

A Colômbia tem sido um país sitiado virtualmente desde a década de 40, quando o movimento guerrilheiro comunista Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) iniciou a sua guerra subversiva contra esta república constitucional. Em 1985, as FARC, o Exército de Libertação Nacional (FLN) e outras forças terroristas, como o M-19 e o Exército Popular de Libertação (EPL) se uniram para formar uma organização geral conhecida como Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB). Então, porém, a guerra contra o Estado colombiano se ampliara a duas frentes: agora, os cartéis narcotraficantes, que haviam discretamemte acumulado poder econômico e político no período anterior, declararam uma guerra aberta ao Estado.

Ao mesmo tempo, duas estratégias opostas de guerra, disputavam a primazia dentro do Governo. A primeira, melhor representada por certas facções nacionalistas das Forças Armadas colombianas, visa à derrota militar absoluta do inimigo no campo de batalha, seguida pela oferta de termos justos de rendição. As ações do general Jesus Armando Arias Cabrales, comandante da contra-ofensiva militar que enfrentou os terroristas do M-19 quando os mesmos atacaram e destruíram o Palácio da Justiça, em novembro de 1985, exemplificam um desses casos. Embora fosse tarde para salvar 12 juízes da Suprema Corte, assassinados a sangue frio pelo M-19, esta ação militar colocou um fim — pelo menos temporariamente — nos esforços narcoterroristas de chantagear o governo de Belisário Betancur para que este aceitasse as negociações e compartilhasse o poder.

O bem planejado ataque lançado pelo Exército à base central das FARC, a chamada "Casa Verde" em La Uribe, em dezembro de 1990, foi outro esforço para tentar redefinir os termos da guerra. A "Casa Verde", que, por muito tempo funcionou como centro de comando logístico e político das FARC, havia sido intocável devido aos longos anos de "negociações de paz" infrutíferas. No início de 1990, os narcoterroristas do M-19 foram anistiados, legalizados como partido político e receberam cadeiras no Congresso e a promessa de cargos ministeriais. As guerrilhas das FARC e o ELN ditavam, com confiança e segurança, as suas próprias exigências aos negociadores do Governo quando o assalto à Casa Verde pôs fim à iniciativa em mão dos estrategistas que argumentavam que a derrota do inimigo deve vir primeiro, seguida pelos termos de rendição.

Estratégia de apaziguamento

A estratégia oposta e que, infelizmente, domina o atual governo de César Gaviria (em 1993 - N.E.), promove a combinação de operações militares limitadas e ofertas de divisão do poder; o chamado "modelo salvadorenho". Na Colômbia, esta estratégia remonta filosoficamente ao ex-presidente Alfonso López Michelsen, que, desde 1984, tentou negociar uma anistia política para os cartéis de cocaína em troca pela "repatriação" dos seus ilegalmente ganhos milhões de narcodólares. López Michelsen argumentava, então, que "o direito positivo", isto é, a separação a lei e da moral, tinha de ser a "regra de coexistência dos cidadãos". Mais tarde, ele argumentaria a favor da concessão aos narcoterroristas do *status* de "beligerantes", outorgado pela Convenção de Genebra, a fim de facilitar as negociações de paz em termos "iguais" com o governo colombiano.

Em 1990, López Michelsen surgiu como cabeça de um grupo de "notáveis" que iniciou um processo de negociação que conduziu aos infames acordos para a "rendição" do *capo* narcotraficante Pablo Escobar e seus sequazes do Cartel de Medellín. Para negociar a rendição de Escobar, o governo não apenas renunciou à sua arma mais poderosa contra os cartéis — a extradição — como também aprovou de fato que os traficantes que se entregassem continuassem com os seus negócios e seus assasinatos, trabalhando de dentro de suas elegantes "prisões".

Essa filosofia positivista de López Michelsen dominou de modo igual a estratégia de negociação empregada pelo governos de Virgilio Barco e César Gaviria com os narcoterroristas do M-19 e outros grupos comunistas e maoístas. O processo iniciado por Barco e concluído por Gaviria, para conceder anistia política e uma parcela significativa de poder ao M-19 resultou na corrupção total da Assembléia Constituinte e de sua nova Constituição Nacional, elaborada em 1991 pelo M-19 e seus aliados dos cartéis e da Maçonaria. No entanto, prosseguem os esforços das FARC e do ELN para extrair mais concessões do Governo mediante uma combinação de terrorismo e de negociação, diante da resistência militar.

Apesar de tudo, continua aumentando a pressão para obrigar o governo da Colômbia a abrir por completo as suas portas aos criminosos que têm promovido a destruição da nação já por décadas. Apenas no ano passado realizaram-se duas conferências em meio a uma campanha internacional de imprensa que define o exército colombiano

como "violador dos direitos humanos" com o propósito de exigir uma solução no estilo "salvadorenho" para a Colômbia, mediada pelas Nações Unidas.

A primeira conferência foi o retromencionado seminário do CINEP, em novembro de 1992, cujo propósito explícito foi o de levar a "experiência salvadorenha" à terra colombiana. Mesmo quando os colombianos que falaram no seminário procuraram, por todos os meios, fazer ver as "diferenças" entre El Salvador e seu país, seus apelos a uma intervenção supranacional ou uma "mediação" variaram muito pouco.

Está claro que os próprios comunistas colombianos exigem um "pacto de paz" das Nações Unidas como o que conseguiram seus colegas salvadorenhos. Em um foro sobre Paz e Direitos Humanos, realizado em Bogotá, em 19 e 20 de fevereiro de 1993 e organizado pela Comissão de Direitos Humanos da Colômbia, o Partido Comunista da Colômbia (PCC) e vários de seus grupos apresentaram uma solicitação formal às Nações Unidas para que esta facilitasse um acordo de paz entre o governo colombiano e as organizações marxistas guerrilheiras do país.

Em entrevista à revista *EIR*, o secretário-geral do PCC, Manuel Cepeda, secretário geral do PCC, insistiu em que uma intervenção da ONU em assuntos internos de um país soberano é algo que os comunistas encaram de modo positivo. (Ver Apêndice D).

Idêntica foi a opinião de Alfredo Vásquez Carrizosa, o anglófilo e ex-chanceler diretor da Comissão de Direitos Humanos da Colômbia. De sua parte, Antonio Navarro Wolf, chefe político do M-19 e atual candidato presidencial, também fez propostas semelhantes e tem planejadas várias reuniões com o secretário-geral da ONU a fim de promover o plano. Os diversos grupos de "direitos humanos" da Europa e dos Estados Unidos andam promovendo a candidatura presidencial de Navarro e, sem dúvida, servirão de plataforma para exigir tal "mediação" supranacional.

As conseqüências

O resultado criminoso dessas alianças entre as organizações não-governamentais (ONGs) supranacionais e os "narco-comunistas" pode ser visto na recente publicação do livro *Terrorismo de Estado na Colômbia*. Trata-se de um calhamaço produzido por dez ONGs de "di-

reitos humanos", que vão desde a Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho Mundial de Igrejas até a Organização Mundial contra a Tortura. O livro apresenta notas biográficas de mais de 350 oficiais do exército e da polícia colombianas acusados de "violações de direitos humanos". Seguindo fontes colombianas, muitos dos detalhes pessoais incluídos no livro foram proporcionados aos compiladores pelo ex-procurador-geral Alfonso Gómez Méndez e sua esposa Patricia Lara.

Gómez Méndez, procurador de 1986 a 1990 no governo de Virgilio Barco, empregou o seu cargo, virtualmente, como uma sucursal das ONGs de direitos humanos e se dedicou a realizar centenas de "investigações" entre os membros das Forças Armadas e da Polícia Nacional para encontrar os alegados violadores de direitos humanos. No período mais crítico da guerra antidrogas e da ofensiva antiterrorista no país, as Forças Armadas viram-se obstaculizadas pelas manobras pró-terroristas de Gómez Méndez. Foi o seu gabinete que abriu o caminho à imposição de um civil para ocupar, por primeira vez na história do país, o cargo de inspetor militar e, finalmente, também para que fosse um civil o ministro da Defesa. Tais medidas erodiram a unidade e a efetividade das forças de defesa do país.

Foi também o seu gabinete o que conquistou fama internacional por ter lançado a "caça às bruxas" contra o general Jesus Armando Arias Cabrales, o herói militar que combateu o assalto sangrento do M-19 ao Palácio da Justiça em novembro de 1985. Ao assassinar a metade dos juízes da Suprema Corte, aterrorizar os demais e atear fogo aos arquivos, nesta operação financiada pela máfia, o M-19 conseguiu mutilar o sistema judiciário colombiano e quase conseguiu que o governo de Betancur se rendesse. Foi em grande parte graças à operação militar do general Arias Cabrales que a chantagem terrorista do M-19 foi derrotada. E, mesmo assim, o gabinete do procurador-geral acusou o general Arias de "abuso de autoridade" e "excesso no uso da força" na operação para dar fim ao assalto, exigindo que ele se retirasse do Exército e fosse desonrado.

Se, por acaso, alguém possa imaginar que Gómez Méndez tinha boas intenções, basta examinar o *pedigree* de sua esposa. A jornalista Patricia Lara é autora de um livro adulatório sobre a liderança "idealista" do M-19. Em 1986, foi detida pelo Serviço de Imigração e Naturalização dos Estados Unidos por seus possíveis vínculos com o terrorismo. Fontes militares colombianas também a acusaram de ter sido amante de Jaime Bateman, fundador do M-19 e também de ser agente de Cuba.

O caso de Carmen del Chucurí

Um dos casos mais escandalosos nos quais se percebe para quem trabalha a "máfia dos direitos humanos" é o do povoado de Carmen del Chucurí, no departamento de Santander, no centro do país. Em 1966, o Exército de Libertação Nacional (ELN) - grupo marxista castrista que, depois, receberia ingredientes da mal denomidada Teologia da Libertação - resolveu estabelecer em San Vicente del Chucuri o seu centro de operações. Usando o terror, o ELN forçou os habitantes a entregar-lhe parte de sua produção agropecuária, a assistir obrigatoriamente as suas tediosas sessões de doutrinamento sobre marxismo-leninismo e guerra de guerrilhas e a votar pelas listas de candidatos preparadas pelo ELN. Quando o capitão do Exército Hernán Pataquiva Garcia foi enviado a Carmen del Chucurí, em 1987, ele descobriu de imediato que esse suposto bastião do ELN nada mais era que um povoado aterrorizado. Em entrevista recente à revista *EIR,* ele afirmou: "Tiramos o ELN de Carmen del Chucuri sem disparar um só tiro... Eu saía com minha gente a percorrer os caminhos. Se víamos um camponês erguendo uma cerca, ordenava a meus homens que o ajudassem e terminávamos rapidamente... Eu lhes dizia: eu não lhes peço que colaborem com o Exército, só peço que não colaborem com o ELN".

O capitão Pataquiva revelou que, em diversas ocasiões, salvou-se de emboscadas planejadas pelo ELN porque os próprios habitantes o informavam. Atemorizado porque perdia o controle da população, o ELN respondeu assassinando o prefeito, mas o povado não se amedrontou e elegeu o irmão do prefeito para ocupar o cargo.

As represálias do ELN foram brutais: dinamitaram todas as pontes que davam acesso ao povoado e, minaram os campos, impedindo que os camponeses cultivassem os terrenos. As minas, conhecidas com o nome de "quebra-patas", mutilaram muitos camponeses e crianças.

Depois de perceber que esse terror não intimidava a população, o ELN lançou uma ofensiva legal e vários de seus membros se apresentaram em diversos tribunais como "testemunhas sem rosto", utilizando os juizados criados para combater o terrorismo. Nele disseram que o capitão Pataquiva e outros haviam criado um esquadrão da morte, paramilitar, que cometia violações aos direitos humanos contra a população. As acusações de tais "testemunhas" foram amplamente promovidas pelas ONGs dentro e fora do país e, em 1992, um juiz ordenou que a Polícia Nacional prendesse o prefeito e outros dirigentes locais por sua suposta participação no "esquadrão da morte" do capi-

tão Pataquiva. Entre as testemunhas que indicavam quais casas a polícia devia invadir, encontravam o sacerdote do povoado, Bernardo Arián Gómez, membro da ELN encarregado de conseguir armas para o comando da organização e seu sacristão, Rolando Rueda Arguello.

Porém, os habitantes do povoado denunciaram essa manobra e vários jornais nacionais a publicaram. O tribunal tentou silenciá-los mediante uma "ação de tutela". O jornal *La Prensa* publicou um editorial refutando esta atitude, dizendo que não retificaria a informação publicada porque "fomos à zona dos fatos e recolhemos testemunhos, desafiando o império do terror do ELN que denunciamos, sem rodeios". Em abril do 1993, o mesmo juiz ordenou a aplicação de dez dias de cárcere ao diretor de *La Prensa*, Juan Carlos Pastrana, além de uma multa por "desacato à tutela". Mesmo assim, em 20 de abril, a Procuradoria-Geral ordenou a captura do sacerdote Bernardo Marín sob a acusação de terrorismo e de auxílio à subversão. O ex-sacristão Orlando Rueda Arguello foi capturado pelo exército, em 17 de março, pelos delitos de terrorismo e sedição.

Distorcendo a verdade

Apesar das claras provas sobre as manobras legais do ELN, organizações não-governamentais como a Anistia Internacional e outras que ajudaram a preparar o livro *Terrorismo de Estado na Colômbia,* continuam difundindo as mentiras do ELN como sendo a verdade. Todos os militares que conseguiram politicamente que a população desafiasse o ELN enfrentam diversos processos judiciais! Entre eles, várias investigações da Procuradoria-Geral, que se converteu em uma sucursal da Anistia Internacional.

Em fevereiro de 1993, uma delegação do Comitê de Vítimas da Guerrilha (VIDA) viajou a Washington para apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA uma videogravação na qual se mostram as violações cometidas pelo ELN e pelas FARC: mutilação de camponeses, destruição de pontes etc. Fernando Vargas, diretor do VIDA, denunciou que o sistema judiciário colombiano está completamente infiltrado pelos terroristas e que este é o motivo das múltiplas arbitrariedades do sistema judiciário contra os que combatem a "escravidão da guerrilha".

Até o início de junho de 1993, a OEA não havia feito qualquer pronunciamento sobre o assunto e as ONGs continuavam apresentan-

do o capitão Pataquiva e outros oficiais como perpetradores do "terrorismo de Estado". Não será possível que a ONU, a OEA e outras organizações supranacionais não-governamentais queiram estabelecer uma ditadura comunista na Colômbia, depois de o comunismo ter sido derrotado nos países da Europa Oriental e na antiga União Soviética?

Apêndice A: "Gente demais!"

Em 1981, a revista EIR *entrevistou Thomas Ferguson, diretor da seção latino-americana do Gabinete de Assuntos Demográficos do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Em seguida, apresentam-se excertos de suas declarações.*

"Cada área de crise no Terceiro Mundo é, na verdade, o resultado de uma política demográfica fracassada. El Salvador constitui um exemplo de lugar onde o nosso fracasso em reduzir a população mediante programas efetivos criou uma crise para a segurança nacional. O governo de El Salvador fracassou ao usar nossos programas para reduzir a sua população. Agora, por este motivo, está com uma guerra civil. Isto em si, talvez, não afete a população, mas haverá deslocamento, talvez também escassez de alimentos. Ainda existe gente demais por ali...

"Só um tema está presente nesse trabalho: devemos reduzir a população ou os governos o fazem ao nosso modo, com métodos limpinhos, ou ver-se-ão em apuros, como o que se nos apresenta agora em El Salvador, ou no Irã, ou em Beirute. A população é um problema político. Uma vez que ela saia dos trilhos, necessita-se de um governo autoritário, até mesmo o fascismo, para reduzi-la.

"Os profissionais não se acham interessados em reduzir a população por razões humanitárias. Isto soa bonito. Vemos os limites que os recursos e o meio ambiente impõe, vemos as nossas necessidades estratégicas e dizemos que tal país deve reduzir sua população ou vamos ter problemas. E, com isto, tomam-se medidas.

"Nosso programa não funcionou em El Salvador. Não havia estrutura para sustentá-lo. Simplesmente, havia maldita gente demais. Se se quiser manter as rédeas políticas de um país, é preciso impedir que a população cresça. Gente demais alimentará o comunismo e a intranqüilidade social... Em El Salvador não há lugar para tanta gente.

Não há lugar.

"Veja-se o Vietnã. Estudamos o assunto. Esta região também estava superpovoada e era um problema. Acreditávamos que a guerra diminuiria o ritmo [de crescimento da população], mas nos enganamos. Para reduzir a população de modo rápido, tem-se que meter todos os homens no combate e matar um número significativo das mulheres em idade fértil. Você compreende, enquanto existir um grande número de mulheres férteis, haverá problemas. Um só homem pode emprenhar uma quantidade de mulheres, de modo especial nestes países com unidades familiares fracas.

"Em El Salvador, matam-se uns poucos homens e pouquíssimas mulheres para que a população crie juízo. Se a guerra durasse 30 ou 40 anos, realmente, se conseguiria alguma coisa. Por desgraça, não temos muitos exemplos destas a estudar. Seria diferente, porque haveria uma violência política constante.

"O modo mais rápido de reduzir a população é com a fome, como na África, ou com doenças, como a Peste Negra. O que talvez ocorra em El Salvador é que a guerra desorganize a distribuição de alimentos; a população poderia enfraquecer, poderiam surgir enfermidades e fome, como acontece em Bangladesh ou em Biafra. Aí, sim, cria-se a tendência a que a população diminua com rapidez. Isto pode ocorrer em El Salvador. Quando começar a ocorrer, surge o caos político por algum tempo. Deste modo, é preciso ter um programa político para lhe fazer frente. Não posso calcular, na prática, quantos morrerão deste modo, indiretamente, mas poderiam ser muitíssimos, dependendo do que ocorra. Esta gente se reproduz como animais...

"Por bastante tempo, houve aqui [no governo dos Estados Unidos] muita timidez. Demos ouvidos aos argumentos dos dirigentes do Terceiro Mundo que diziam que o melhor anticoncepcional é o desenvolvimento econômico. Assim foi que promovemos a ajuda ao desenvolvimento. E olhe o que conseguimos. Melhoramos as redes de água e esgotos, reduzimos as enfermidades e ajudamos a criar a bomba de tempo demográfica. Reduzimos a mortalidade, mas nada fizemos para reduzir a natalidade... Agora, mudamos de política. Com *(o relatório do Governo Carter) "Global 2000"*, e na prática, afirmamos que temos de reduzir a população. O propósito é que o problena primário está em submeter ou reduzir as cifras demográficas...

"A maioria da gente de Reagan, o secretário de Estado como [Alexander] Haig, pensa do mesmo modo. Irão a um país e dirão: 'Este é o seu plano de desenvolvimento? Joguem pela janela! Ponham-

se a ver o tamanho de sua população e a pensar no que têm de fazer para reduzi-la. Se isto os desagrada, se não quiserem fazer do modo planejado, vão ter um El Salvador ou um Irã ou, pior ainda, um Cambódja'. Isto é o que lhes dizemos.

"Haig tem essas questões muito claramente. Estamos com muitos partidários aqui, no Departamento de Estado e no resto do governo."

Apêndice B:
A FMLN não tem apoio popular

Uma fonte de inteligência militar da Organização das Nações Unidas em El Salvador (Onusal) fez as seguintes observações sobre a situação em El Salvador, em entrevista à revista EIR.

"Tive a oportunidade de conversar com os camponeses, com os guerrilheiros, com os militares do exército salvadorenho. O camponês não apoiava a FMLN. Em vez disto, temia a FMLN, porque se não colaborasse poderia ser morto. A FMLN nunca foi uma organização grande e não tinha possibilidade alguma de conseguir uma vitória militar.'

'"As ações da FMLN só foram maciças em 1989, quando afirmaram ser a grande ofensiva para tomar o poder. Na realidade, eles sempre realizaram ataques muito pequenos com morteiros, o que três pessoas podem fazer em um Renault-4 e fugir em seguida. Estes pequenos ataques eram ampliados pela imprensa internacional. Suas ações eram simplesmente do tipo terrorista. Algumas poucas pessoas podiam deixar nas trevas uma cidade ou um povoado — e esses eram os grandes ataques. A famosa ofensiva de 1989, que na realidade foi o início dos acordos de paz impostos à força pela ONU, não foi grande coisa. Esta ofensiva foi realizada com homens emprestados pela Nicaragua. A Nicaragua enviou 7.000 homens e a ofensiva foi realizada com 12.000 homens. Os outros 5.000 eram bandos de meninos abaixo de 15 anos de idade, dirigidos por algum 'internacionalista'. Os internacionalistas diziam aos cubanos, peruanos, colombianos, que tinham ido apoiar a ofensiva da FMLN. Isto é, eram as FARC, o ELN, o Sendero Luminoso, o MRTA, os que dirigiam os bandos de meninos. Para dar um exemplo do papel importante destes 'internacionalistas', o diretor da Rádio Venceremos, a emissora da

FMLN, era um colombiano.

"Tal ofensiva foi um fracasso militar e, depois deste fracasso, era muito difícil que eles se levantassem. Mas, neste momento, vendeu-se a idéia da "paz" e a idéia de que ninguém poderia ganhar. Por outro lado, a FMLN só podia operar com apoio internacional. Além do apoio nicaragüense, haviam os campos de refugiados em Honduras, que eram administrados pela Cruz Vermelha Internacional. Nestes campos, os familiares dos guerrilheiros recebiam alimentação, saúde e morada, enquanto os demais atingidos pelo conflito, que não eram guerrilheiros, ficavam sem qualquer espécie de auxílio. Mas para lá iam também os guerrilheiros descansar e tratar de seus ferimentos. Além disto, quando estavam em território salvadorenho e o Exército os perseguia, os guerrilheiros se metiam nos "bolsões" (território em disputa fronteiriça entre El Salvador e Honduras, que era uma espécie de terra-de-ninguém) e ali o Exército tinha que parar. Honduras nunca desmantelou os acampamentos guerrilheiros por temor à reação internacional e porque muitos deles estavam nos bolsões. Nestes bolsões e nos acampamentos de refugiados da Cruz Vermelha achavam-se também os "médicos sem fronteiras", que cuidavam da saúde dos guerrilheiros e de seus parentes. Todos eles eram europeus, especialmente franceses. Ali, os médicos recém-formados faziam o seu estágio de campo.

"Em muitas ocasiões, a Cruz Vermelha interveio para apoiar logisticamente a guerrilha. Às vezes, os guerrilheiros se achavam sitiados e entrava a Cruz Vermelha dizendo que era para retirar os feridos, mas, na realidade, o que fazia era reabastecê-los.

"As vitórias militares mais importantes foram obtidas pelas guerrilhas nas negociações diplomáticas e nas ruas das cidades estadunidenses e não no campo de batalha. A primeira coisa que exigiram foi o desmantelamento dos batalhões de ação imediata. Eram alguns batalhões com capacidade aérea própria, o que lhes permitia responder de imediato a qualquer ação. Isto, por exemplo, não existe mais na Colômbia, onde os soldados têm de ser transportados por terra, passando por grandes riscos de ser emboscados.

"Os guerrilheiros são agora quem julga os militares e determinam quem é que vai ser promovido. Deste modo, o que se via há uns três anos era um exército combatendo e lutando. Agora o que se vê é um exército acéfalo, desmoralizado, que vai ser reduzido à metade e, ao final de certo tempo, vai-se achar inteiramente infiltrado pela subversão, porque é a subversão que determina as promoções.

"Desse modo, o balanço que se pode querer fazer é o de que a ONU impôs uma paz consistindo na entrega paulatina do poder aos marxistas. Os Estados Unidos e a ONU decidiram entregar o poder à FMLN.

"Os guerrilheiros vão agora ter terras, cooperativas, administração de créditos e, assim, vão obter votos que, antes, jamais obteriam. Além disto, vão ter dinheiro do Estado. Enquanto isto ocorre, a única obrigação da guerrilha é a de se desmobilizar. Eles podem dizer que entregam todas as armas, podem apresentar-se os mesmos guerrilheiros várias vezes e receber nova documentação para se legalizarem. Como não existe controle algum, os guerrilheiros podem receber duas ou três identidades e a FMLN dizer que desmobilizou todos os seus homens. Ao final de três anos, o Estado não vai ter defesa alguma porque ela foi destruída pelos acordos de paz e qualquer grupo pequeno poderá derrotar este exército acéfalo, desmoralizado e infiltrado.

"Os guerrilheiros, que antes apenas atazanavam as pessoas, exigindo-lhes cotas em dinheiro, colaboração e faziam ameaças severas para consegui-los, continuarão ameaçando e conseguindo, só que agora estarão com o uniforme da polícia e não só receberão as cotas dos cidadãos, como também do próprio Estado."

Apêndice C:
'O comunismo não acabou'

Em 1º de março de 1993, as Forças Armadas de El Salvador emitiram um documento de 95 páginas intitulado A ameaça à soberania e a destruição do Estado, *em resposta ao relatório da Comissão da Verdade da ONU. Incluímos alguns extratos do mesmo.*

Este documento assinala:

Que o comunismo não desapareceu. Seu objetivo imediato em El Salvador é a destruição das Forças Armadas para consumar o assalto ao poder...

Que, durante 1979 e 1980, os militares foram pressionados a "se aproximar" das organizações populares esquerdistas, enquanto por outro lado, eram exercidas fortes pressões para expurgar os elementos das Forças Armadas aliados da classe rica...

El Salvador continua servindo de laboratório para o estabelecimento em nível mundial do princípio da soberania limitada. E a entre-

ga da Nicaragua aos marxistas, em 1979, causou a proliferação de conflitos armados na região...

Que a violência foi diretamente fomentada. Não surgiu por razões econômicas: surgiu por razões políticas.

Que o conflito armado foi auspiciado pela luta Leste-Oeste.

Que os grupos subversivos que impuseram a luta armada em El Salvador são marxistas-leninistas.

Que os planos que desenvolveram em nível interno e internacional eram dirigidos para a tomada do poder para instaurar um governo socialista mediante o emprego da violência revolucionária das massas, o terrorismo, o seqüestro, a sabotagem, tudo dentro do processo da guerra popular revolucionária, a solidariedade combativa dos povos e o internacionalismo proletário.

Que a ajuda estrangeira planejada foi recebida em oportunidade e em quantidade suficientes; que parte desta ajuda continua chegando para a execução dos planos políticos da FMLM e manter uma reserva em material bélico e outros meios logísticos.

Que a condução política foi questionada por próprios e por estranhos, aduzindo a ingerência de governos e organismos estrangeiros em assuntos internos do país...

Que as Constituições de 1972 e 1983 definem claramente a missão da Força Armada.

Que a Pátria, nossas leis e órgãos fundamentais do governo, como legítimo representante do povo, são os únicos que podem formar julgamento para comparar e examinar a atuação da Força Armada...

As diretrizes impostas pelo Comunismo Internacional à conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) que surgiu da I Tricontinental [reunião celebrada em Havana, Cuba, em 1966] levaram a implícitas tarefas para a destruição das instituições militares da América Latina, objetivo imprescindível para a tomada do poder pelos grupos subversivos nestes países.

Essa destruição continua sendo orientada para realizar-se por métodos diferentes, seja de forma pacífica ou violenta, por infiltração política ou ideológica nas instituições, solapando a disciplina do pessoal para facilitar a divisão de seus quadros, chegando, se for possível, à decapitação dos comandos por meio de atentados pessoais ou por imposição política ou conjuntural do momento.

Essa destruição da Força Armada, que procuram executar, nada mais é que a aplicação das conhecidas linhas marxistas-leninistas para a tomada do poder...

Governos e instituições dos países em processo de desenvolvimento são objeto dos interesses do economicamente poderoso, com ingerência política mundial, às vezes com fins nobres, de outras para se desfazer daqueles que os estorvam e que não sejam dóceis aos seus interesses. Porisso, se afirma, com razão, que o comunismo não desmoronou, nem naufragou; não terminou de percorrer seu caminho, apenas mudou de passo; segue a mesma rota de eliminar o que, para ele, são obstáculos no caminho.

Apêndice D:
"Bem-vinda a ONU à Colômbia!"

A seguinte entrevista com Manuel Cepeda, secretário-geral do Partido Comunista da Colômbia, foi feita durante o Quarto Foro sobre a Paz e os Direitos Humanos, realizado em Bogotá, em 19 de fevereiro de 1993.

EIR: Os comunistas apóiam a proposta de Alfredo Vásquez Carrizosa, de pedir a intervenção da ONU na Colômbia para que se entabulem negociações de paz?
Manuel Cepeda: Apoiamos totalmente a proposta de Vásquez Carrizosa. Acreditamos que se apenas isso for conseguido como resultado desse foro, teremos atingido o nosso objetivo.

ER: Por que apóiam a intervenção das Nações Unidas?
MC: Achamos que a intervenção da ONU pode desembaraçar o estancamento dos diálogos e negociações entre a guerrilha e o governo colombiano, porque, para se conseguir a paz no país, é preciso que entre uma grande autoridade. E esta autoridade forte as Nações Unidas a têm.

EIR: Não receia que a intervenção da ONU se preste a uma intervenção estrangeira nos assuntos internos da Colômbia?
MC: Não, porque a ação das Nações Unidas para verificar os acordos é uma intervenção calada, quase que se trata de uma ação secreta.

EIR: Mas a ONU é um instrumento da política exterior dos Estados Unidos. A ONU massacrou o Iraque, invadiu a Somália, concedeu aos sérvios permissão para realizar uma limpeza racial na Iugoslávia...

MC: Mas nas Nações Unidas existem muitos outros interesses diferentes dos interesses dos Estados Unidos. Veja que a intervenção das Nações Unidas em El Salvador e na Nicaragua foi muito positiva. Em El Salvador, com o processo da paz. Na Nicaragua, a ONU conseguiu a desmobilização dos "contras".

EIR: Mas uma intervenção da ONU propiciaria que tropas norte-americanas interviessem no país, usando-se os capacetes azuis...
MC: É que a intervenção militar no país já está ocorrendo. Já está aqui a DEA, estão os inúmeros assessores militares norte-americanos. Há bases norte-americanas em San José del Guaviare, há bases norte-americanas no Amazonas. Já aqui existe uma intervenção norte-americana, já há intervencionismo. Em troca, uma intervenção oficial da ONU poderia ser uma intervenção positiva.

EIR: En El Salvador foi necessária a intervenção de 10.000 pessoas. Quantos agentes das Nações Unidas teriam de intervir na Colômbia?
MC: Isso teria de ser resolvido. A Colômbia é um país maior, porém o complexo guerrilheiro é muito mais difícil. Ali, o assunto central é quanta gente será necessária para fazer o que os acordos entre o governo e as guerrilhas sejam cumpridos.

EIR: Ou seja, que a intervenção da ONU na Colômbia seria mais prolongada do que em El Salvador?
MC: Sim, na Colômbia o processo seria muito mais difícil e mais lento do que em El Salvador. Lá a guerrilha levava dez anos, aqui já tem meio século.
EIR: A organização Diálogo Inter-Americano, que vai manejar a política exterior de Clinton, propõe que seja usado o peso político dos EUA para que os conflitos de cada país se resolverem de forma negociada.
MC: Bom, essa posição pode ser positiva.

11 Guatemala e Brasil: indigenismo, arma para impor a soberania limitada

A outorga do Prêmio Nobel da Paz de 1993 a Rigoberta Menchú foi usada para a deflagração de uma grande ofensiva internacional "indigenista", visando impor a validade do conceito de "soberania limitada" às nações do Terceiro Mundo.

Tal projeto não é novidade. A ONU e uma plêiade de organizações não-governamentais (ONGs) têm trabalhado nele há anos, como, por exemplo, no caso da famosa "reserva ianomâmi" no Brasil ou a dos curdos no Iraque. Mas a nomeação de Menchú deu uma causa célebre a este aparato promotor da "Nova Ordem" e criou as condições para a criação de um movimento terrorista indigenista na Guatemala, México e América Central, ameaçando formar, nesta região, algo que se poderia denominar "Sendero Norte".

O caso da Guatemala modificou-se drasticamente em janeiro de 1993, quando o governo de Jorge Serrano Elias vacilou frente às pressões da ONU e de Washington e permitiu uma operação internacional em território guatemalteco para repatriar cerca de 2.400 refugiados de seu exílio no México. Com isto lançou-se uma ofensiva organizativa da União Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG) para que os comunistas e as Nações Unidas se apoderassem deste país de modo parecido ao que ocorreu em El Salvador. A despeito das deslavadas mentiras da imprensa estrangeira, a Guatemala não sofre uma guerra civil, mas ataques de terroristas cuja capacidade de ação está em vias de ser eliminada. A URNG *não* conseguiu formar uma base popular para as suas operações e, acima de tudo, *não* goza do apoio da população indígena.

Menchú e a URNG, organização com que ela trabalhou por mais de dez anos, acham que agora, com ajuda das Nações Unidas, pode-

rão finalmente dividir a Guatemala em facções étnicas, forçar a população indígena a reunir-se a eles e desencadear a guerra contra a civilização cristã neste país.

No final de 1992, tiveram início as negociações sobre a repatriação de mais de 45.000 refugiados guatemaltecos, que, desde o início dos anos 80, estão vivendo no sul do México, em acampamento supervisionados pelas Nações Unidas. Tudo se achava pronto para o primeiro grupo maior regressar em janeiro, até que os ativistas políticos que dominam os campos de refugiados exigiram que o regresso se convertesse em um espetáculo publicitário de várias semanas. Em vez de seguir a rota proposta pelo governo — uma viagem de menos de cem quilômetros, que os levaria diretamente às suas velhas terras — os ativistas exigiram que os refugiados viajassem 320 quilômetros, pela estrada principal até a capital, detendo-se em cada povoado para assistir às "festas de acolhimento" e, depois, voltar ao norte por alguns dos piores caminhos do país. Os ativistas declararam francamente que queriam, com tal atitude, pressionar o Governo para negociar um "tratado de paz" com os seus amigos da URNG.

Quando o Governo recusou, Menchú forçou a que as Nações Unidas o obrigassem. O presidente da Guatemala, Jorge Serrano, considerou "perigosa" a rota sugerida pelos os ativistas e "injusta" a exigência de Menchú, que "quer fazer um giro de 780 quilômetros com crianças, anciãos, mulheres grávidas, cachorros e galinhas". Mais de 8.000 refugiados já haviam regressado às suas terras em grupos pequenos, sem problema algum, antes que ela se metesse, Serrano fez notar.

Menchú e companhia exigiram também que o regresso fosse iniciado de imediato, embora não houvesse tempo para organizar as coisas a fim de assegurar comida, água e outros auxílios pelo caminho. O Governo cedeu em face do que um funcionário das Nações Unidas chamou de "chantagem internacional" dos refugiados. Quando estes, mais da metade dos quais é feita de crianças e anciãos, se queixaram a Menchú das condições a que se achavam submetidos, ela abandonou toda a aparência de advogada da mudança pacífica. Em um comício num acampamento de Huehuetenango, a primeira noite em que estiveram na Guatemala, a ganhadora do Prêmio Nobel da Paz os fez lembrar que desde ha muito o seu lema era "lutar para regressar, regressar para lutar".

Tragam os militares britânicos!

Desde o início a marcha dos refugiados se mostrou uma ofensiva organizativa contra as Forças Armadas guatemaltecas. Os ativistas se encarregaram de anunciar, perante a imprensa estrangeira — que acudiu em em tropel a assistir ao espetáculo — que os acampamentos criados para alojar os refugiados ao longo da estrada eram "campos de concentração". Por quê? Simplesmente porque os refugiados foram obrigados a dormir em tendas oferecidas pelo Exército da Guatemala. Mas, como tem feito por anos seguidos, a imprensa estrangeira, nem tardia nem preguiçosa, difundiu por todo o mundo a linha dos terroristas de que tudo quanto fizesse o Exército, constituía, de fato, "genocidio".

Mas o grupo de Menchú não faz as mesmas considerações ao fato de as forças militares *supranacionais* operarem na Guatemala. Em 30 de janeiro, a pedido do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, um avião de transporte C-130 da Real Força Aérea *britânica*, pertencente ao destacamento militar britânico da vizinha Belize, começou a levar comida aos refugiados, que começaram a sofrer os problemas logísticos esperados na rota escolhida. Por que se chamou o inimigo histórico da Guatemala a tomar parte num assunto claramente interno? Porque os refugiados "recusaram" qualquer ajuda do Exército da Guatemala.

O repatriamento já atingiu outra de suas metas. Tentando aliviar a pressão estrangeira, o presidente Serrano anunciou, a 19 de janeiro, que seu governo sustentaría conversações de "paz" com os narcoterroristas de URNG nos 90 dias siguintes convidava observadores dos direitos humanos das Nações Unidas a ir a Guatemala.

Não foi mera coincidência o fato de que o anúncio tivesse sido feito na véspera de Bill Clinton prestar juramento como presidente dos Estados Unidos. O último governo democrata deste país suspendeu a ajuda militar estadunidense à Guatemala, sob o pretexto de presumidas violações dos "direitos humanos" das forças insurretas no país centro-americano. Agora que muitas das caras do regime de Carter voltavam ao poder, o governo guatemalteco receava que fossemm aplicadas sanções ainda piores.

O próprio presidente Serrano confessou ao *New York Times,* em entrevista publicada em 28 de janeiro, que não houve qualquer necessidade *interna* alguma que justificasse o recurso às Nações Uni-

das, a não ser a pressão internacional. "A verdade é que, embora o conflito afete pouca gente, afeta a reputação do país", disse Serrano. São poucos os combates e os terroristas têm menos de 500 homens armados, disse ele. A verdade é que o conflito é "5% militar, 10 a 15% política nacional e 80% internacional".

Em abril, o comitê estadunidense que passa em revista o acesso ao Sistema Generalizado de Preferências (GSP) ouvirá uma exigência apresentada por diversas organizações não-governamentais que simpatizam com a URNG e pedem que seja negada aos produtos guatemaltecos a entrada livre de impostos. Os ativistas destas organizações reconheceram, em declarações publicadas em 11 de janeiro no *Journal of Commerce,* que o objetivo da exigência é a destruição das Forças Armadas da Guatemala. Uma vez visto que a metade das exportações da Guatemala se dirige aos Estados Unidos, caso o país seja excluída do GSP, o efeito seria devastador para a economia do país.

No momento em que as Nações Unidas foram convidadas a atuar no país, Serrano colocou o pé na armadilha que Menchú lhe preparara, como se apressou a torná-lo manifesto a URNG. Falaremos, disse ela, sempre que recebamos as mesmas concessões que as Nações Unidas impuseram em El Salvador: a dissolução imediata das patrulhas de defesa civil, a restrição das tropas governamentais a zonas negociadas, 50% de redução das Forças Armadas, estabelecimento de uma "comissão *ad hoc*" composta de quatro ex-presidentes centro-americanos e um representante das Nações Unidas para supervisionar o expurgo do corpo de oficiais.

A trajetória terrorista de Menchú

Apesar de toda a publicidade internacional que recebeu a outorga do Prêmio Nobel a Menchú, pouco se falou de seus verdadeiros antecedentes. A imprensa informa, apenas, que Menchú trabalha com uma organização guatemalteca chamada Comitê de Unidade Camponesa (CUC) e com a organização não-governamental International Indian Treaty Council (IITC), de cuja junta diretora ela faz parte. O que a imprensa censurou deliberadamente é que, desde que saiu da Guatemala, em 1981, Rigoberta Menchú tem sido representante internacional do grupo narcoterrorista União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) e que o CUC e o IITC apoiam pública e orgulhosamente a guerra da URNG. Toda a família de Menchú tem parti-

cipado da insurgência guatemalteca desde 1970; desde seu pai, líder do CUC, quando o mesmo tomou a embaixada da Espanha, em 1980, - ação que a imprensa mentirosamente chama de "pacífica" — até suas duas irmãs, cujas atividades guerrilheiras Menchú reconhece e respeita.

As atividades de Menchú com a URNG são de conhecimento público mas o presidente da comissão que outorga o Prêmio Nobel, Francis Sejersted, as pôs de lado com o argumento de que "eu não digo que cada uma de suas ações em si própria exprima a paz".

Nenhum outro movimento insurgente nas Américas se parece tanto com o Sendero Luminoso peruano, no tocante à ideologia e à brutalidade, como a URNG, uma aliança dos quatro principais grupos terroristas da Guatemala, criada por insistência pessoal de Fidel Castro e sob a direção do Partido Comunista Cubano. Até hoje seus membros recebem o apoio de Havana por serem "um exemplo de fidelidade a seus princípios", quando outros abandonaram as "idéias revolucionárias".

Em janeiro de 1982, a URNG declarou que se unira "sob a bandeira da guerra popular revolucionária para derrotar nossos inimigos, tomar o poder e instalar um governo revolucionário, patriótico, popular e democrático". Adverte também que "a revolução será severa no julgamento" de seus inimigos. De acordo com um relatório publicado pelo IICC de Menchú menos de um ano depois, "quando foi formada a URNG", também "foi proposta a criação de uma 'Frente Nacional de Unidade Patriótica que será a expressão de uma aliança mais ampla para todo o nosso povo'. Em resposta a esse apelo, 26 importantes guatemaltecos no exílio... organizaram este comitê, o CGUP". Entre eles o IITC informa com orgulho que se encontram dois importantes dirigentes do CUC, Pablo Ceto e Rigoberta Menchú.

Em agosto de 1982, como parte da delegação do IITC, Menchú assistiu à reunião de fundação do Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas (WGIP) das Nações Unidas, e ali testemunhou a favor da "guerra de libertação" da URNG na Guatemala. Segundo o relatório público do IITC sobre a sessão, Menchú declarou: "Lutamos e não queremos separar a revolução dos índios, embora, definitivamente, a força principal da guerra tenha sido e continue sendo o nosso povo índio. Essa experiência vivente é o que fez surgir o movimento revolucionário consciente de si próprio e de suas metas".

Na mesma reunião em que defendeu o papel da URNG na Guatemala, o IITC apresentou um "Estudo do Problema da Discrimi-

nação contra as Populações Indígenas", c. "A participação maciça de índios na guerra de libertação desde 1980 é um fenômeno irreversível", conclui o IITC. Até hoje, continua o IITC continua trabalhando com a URNG, promovendo, por exemplo, os discursos feitos em setembro por Luis Becker, representante da URNG. Menchú continua como membro da junta diretora do IITC. A URNG não é a única insurgência ligada aos cubanos com que trabalha o IITC. Este se uniu a outros grupos , que assistiram a uma conferência internacional de povos indígenas, em setembro de 1981, em Genebra, Suiça, para apoiar uma resolução que declara a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador como o "único representante legítimo do povo salvadorenho". Em um relatório do IITC, após a conferência de 1981, William Means, diretor desta instituição e líder do Movimento Índio Americano, que fundou o IITC em 1974, falando sobre o "nosso trabalho no futuro", afirmou que o IITC prosseguiria os seus anos de trabalho com os sandinistas.

"Achamos que as ações do IITC, trabalhando com os movimentos de libertação, os governos e as organizações têm sido deliberadas e premeditadas", declara Means. "Ao correr dos anos, temos feito muitos amigos e aliados que estavam trabalhando em diversos movimentos antes de sua pátria ser libertada. Grande parte desta gente de base tem agora posições importantes nos novos governos. Um destes casos é na Nicaragua, onde as relações se construíram muito anos antes da vitória... Após esta confiança e contatos iniciais dentro do governo da Nicaragua, como representantes do movimento índio, achamos que devíamos continuar nosso trabalho com o governo nicaraguense".

Em 1983, a revista estadunidense *Indigenous World*, dirigida pela antropóloga Roxanne Dunbar Ortiz, publicou uma série de artigos elogiosos sobre a campanha da URNG na Guatemala, sendo um deles ilustrado com uma fotografia de Rigoberta Menchú, que a identifica abertamente como "uma das quatro pessoas que integraram a delegação guatemalteca da URNG", que assistiou à reunião de fevereiro-março de 1993 da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, assistida também por Dunbar Ortiz. Na série de artigos destaca-se também o trabalho de Menchú com o CUC. A publicação divulga, igualmente, uma entrevista com Francisco Alvarez, líder desta organização, na qual afirma: "Somente a nossa luta, encabeçada por nossa URNG, nos permitirá ter um governo patriótico, popular, revolucionário e democrático".

A colaboração evidente de Dunbar-Ortiz com a URNG traz à luz algumas das redes que unem essa guerra "indígena" centro-americana com o Sendero Luminoso peruano. Esta "ativista indígena" foi membro fundadora do Partido Comunista Revolucionário (RCP) dos Estados Unidos quando o grupo era conhecido como "União Revolucionária". O trabalho de Dunbar com a URNG e o CUC tornou-se público em 1993, o mesmo ano em que seu RCP as uniu ao Sendero Luminoso para criar o Movimento Internacional Revolucionário, que passou a funcionar como um aparato internacional de apoio ao Sendero Luminoso.

Em 1982, em Paris, Rigoberta Menchú entrou em contato com Elizabeth Burgos-Debray, antropóloga venezuelana casada com o radical francês Régis Debray, que colaborou na luta armada na Bolívia com o guerrilheiro argentino-cubano Ernesto "Che" Guevara. Mais tarde Régis Debray se tornou assessor do presidente da França, François Mitterrand. Burgos-Debray ajudou a promover a carreira de Rigoberta de duas maneiras: primeiro, apresentando-a à esposa ativista de Mitterrand, Danielle Mitterrand e, em seguida ajudo-a a escrever a sua autobiografia, denominada *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (Eu me chamo Rigoberta Menchú e assim me nasceu a consciência). O livro tardou mais a sair do que Cuba a outorgar-lhe o prêmio literário Casa das Américas e, porisso, o livro de Debray e Menchú se tornou um êxito internacional de tal monta que, em 1992, já havia sido traduzido em onze idiomas. A amizade de Menchú com Danielle Mitterrand persiste, como pôde ser visto por ocasião em que esta a acompanhou em seu primeiro regresso à Guatemala, em 1991.

"Eu me chamo Rigoberta"

Eu me chamo Rigoberta Menchú é apresentado aos leitores como a história de uma mulher "cuja vida reflete vividamente as experiências comuns de muitas comunidades indígenas da América Latina". Menchú fala por todos os indígenas do continente americano "que sofreram 500 anos de opressão cultural", afirma no prólogo Elizabeth Burgos-Debray, a verdadeira autora da autobiografia. Aos leitores é dito que, lendo este livro, eles chegarão a entender a vida "indígena", o que os índios querem da vida e como salvar a "cultura indígena". E não só isso, mas que encontrarão uma cultura *melhor* do que a "opressiva"

civilização ocidental, cuja única obra foi a de cometer "genocídio" nas Américas desde 1492. Desde a introdução, Burgos-Debray transmite ao leitor esta presumida superioridade: "Em sua cultura, tudo está previamente ordenado; por ela, todo acontecimento presente deve encontrar a sua explicação no passado e deve ser ritualizado para integrar-se ao cotidiano, já que o cotidiano também é ritual. Ouvir a sua voz significa também submergirmos em nosso próprio interior, pois nos despertam, sensações e sentimentos que acreditávamos caducos, encerrados como estamos em nosso universo desumano e artificial".

Qual é a realidade?

A maioria dos guatemaltecos, sejam *mestizos* ou índios, vive em miséria abjeta. A Guatemala é um país rico em recursos naturais, tanto agrícolas como minerais, mas a falta de desenvolvimento da infra-estrutura básica deixou a maior parte do país no atraso. A falta de transporte, saúde e serviços de saneamento é uma das mais acentuadas do continente, rivalizando apenas com Peru e Honduras.

O que Menchú conta sobre a sua infância descreve condições intoleráveis para qualquer ser humano. A fim de poder, ao menos, conseguir uma subsistência mínima de seus miseráveis pedaços de terra nas montanhas, todos os homens da família de Menchú, juntamente com milhões de guatemaltecos, viam-se obrigados a descer das montanhas para trabalhar uma parte do ano nas fazendas da costa, colhendo algodão e café. Ali viviam em uma semi-escravidão pior do que a vigente nas plantações sulistas dos Estados Unidos depois da Guerra de Secessão. Os trabalhadores temporários são espicaçados como se fossem animais de carga, mas recebem menos alimento do que os animais. Analfabetos, sem assistência médica de espécie alguma e também sem moradia ou proteção legal, os homens, mulheres e crianças das fazendas — índios e mestiços — são tratados como animais e explorados até a beira da morte.

Em comparação a esses campos de escravos, a vida no Altiplano, sendo tão miserável como era, assemelhava-se à liberdade.

Não obstante, o que o livro de Menchú identifica como sendo as causas do atraso da Guatemala, apesar de seu potencial? Quais são as soluções que Menchú e seus promotores propõem para alcançar a liberdade? Aqui é onde começa a surgir a fraude perversa desta autobiografia.

O mais surpreendente é aquilo que *não* se menciona. Não se menciona de modo algum a história, nem o mais básico da economia. Onde estão o debate sobre a dívida externa, a queda dos preços dos produtos de exportação ou o Fundo Monetário Internacional? Por que os recursos da Guatemala continuam sem aproveitamento para o desenvolvimento nacional e, em lugar disto, continuam a ser saqueados para se pagar aos usurários estrangeiros? Onde se menciona a histórica batalha entre os construtores da nação, que viam a população, não por sua herança étnica, mas como o recurso mais valioso do país, e os representantes locais dos maçons do Rito Escocês Internacional, que atuavam para propagar o escravismo por todo o Caribe e a América Central?

Tampouco existe uma única referência ao narcotráfico desenfreado que se implantou na Guatemala ao final dos anos 70, na medida em que o país começava a se transformar em importante centro de passagem da cocaína e produtor de heroína e maconha. Por volta de 1982, não apenas um número crescente de fazendeiros se beneficiava com o tráfico de drogas, como também os aliados terroristas de Menchú se achavam bastante metidos no negócio, aproveitando-o para se financiarem.

Em lugar disso, como causa dos problemas da Guatemala, o livro de Menchú oferece apenas os pretextos imbecis fabricados para justificar a "guerra popular revolucionária": os "ricos", o Exército e os colonizadores espanhóis de quase 500 anos atrás são *os inimigos*, simplesmente porque são ricos, porque estão no Exército e porque não são índios. Quanto às soluções, o livro é um chamado às armas contra qualquer intenção de *alterar* o atraso em que vive a maioria dos guatemaltecos, porque esta é a "sua" cultura, enquanto o método para defender tal atraso é uma guerra terrorista ao estilo do Sendero Luminoso.

"O povo agora conta com as quatro organizações armadas político-militares", explica Menchú no livro. "O EGP, que é o Exército Guerrilheiro dos Pobres, a Organização do Povo em Armas (ORPA), as Forças Armadas Rebeldes (FAR) e o PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho), núcleo da direção nacional... Nossa concepção é pôr em prática a iniciativa das massas com as suas armas populares. Que saibam fabricar um coquetel Molotov para enfrentar o Exército... Procuremos criar ao governo um desgaste econômico, um desgaste político e um desgaste militar".

Esses quatro grupos terroristas foram fundados nos anos 60 e 70

por teóricos pró-cubanos e erguidos por forças combinadas da Teologia da Libertação e da chamada Antropologia de Ação, chegando à sua expansão máxima em 1982-1983. Em 1979, Fidel Castro, cujo governo sustentou os quatro grupos nos primeiros anos, começou a pressioná-los para se unirem e, em janeiro de 1982, foi anunciada a criação da União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

O que diz Menchú sobre o papel das "organizações populares" como o Comitê de Unidade Camponesa (CUC) e a Frente Popular 31 de Janeiro, na qual ela desempenha um papel de liderança, sobre a estratégia global desses grupos terroristas?: "Nossas ações acarretam o desgaste dos militares. Tratamos de dispersar as forças do Exército. Elas não apenas tinham que atacar as organizações político-militares, como também tinham de se dispersar para nos atacar... Conseguimos tudo o que queríamos fazer..."

"Eu amo o CUC", diz ela. "Amo porque é como descobrir que tínhamos de desenvolver o que é a guerra popular revolucionária".

Antes, quando participava das guerrilhas, Menchú desempenhou a tarefa de treinar os povoados na "autodefesa contra o Exército". Entre os métodos ensinados, estavam o lançamento de pedras, armadilhas, cal e coquetéis Molotov. "Usamos mais a cal. A cal era muito fina e, para lançá-la, é preciso ter um certo jeito, para que chegue ao ponto mirado, os olhos... Com a cal, podia-se cegar o oficial judiciário; então, tínhamos de jogar-lhe a cal na cara... Tínhamos inventado um coquetel Molotov... este coquetel tinha a capacidade para queimar dois ou três soldados", explicou a futura Prêmio Nobel da Paz.

Em outro trecho, Menchú relata tranquilamente que a política dos terroristas era executar qualquer um — índio ou o que fosse — suspeito de colaborar com o Exército, porque "tínhamos muito claro o que devíamos fazer". Embora o livro não fale mais do assunto, os grupos da URNG são famosos por suas estratégias de terra arrasada contra os povoados que se recusavam a juntar-se a eles.

O relato da morte de seu pai, em janeiro de 1981, tema que a imprensa internacional destacou para, resumidamente, demonstrar que o Exército guatemalteco assassina impunemente os ativistas indígenas não-violentos, sem provocação alguma, constitui outro exemplo da forma pela qual os promotores internacionais dos terroristas lançaram a Grande Mentira contra o Exército. Menchú diz que, em 1979, seu pai, Vicente, já havia pego em armas com as forças guerrilheiras. Em janeiro de 1981, ele encabeçou a ocupação da embaixada da Espanha na Guatemala com um grupo de *compañeros* guerrilheiros e

líderes de organizações populares. Menchú explica que a tomada da embaixada foi uma das várias ações realizadas porque "o povo tinha tanta ansiedade de buscar armas para se defender... Achamos que era possível que, a todos os que tomassem a embaixada, fosse concedida uma saída do país como refugiados políticos, para poderem também dar a conhecer a sua luta lá fora".

A ajuda financeira do exterior era crucial para que o movimento terrorista se pudesse armar, principalmente no período anterior ao autofinanciamento conseguido com o tráfico de drogas.

Quando o governo guatemalteco tentou retomar a embaixada, travou-se um enfrentamento armado, o edifício incendiou-se e todos que se encontravam nele — guerrilheiros e militares - morreram. O governo guatemalteco informou que o fogo foi causado pelas explosões de armas dos terroristas que haviam tomado o edifício. Esquecendo-se discretamente de suas próprias dissertações sobre os coquetéis Molotov e do papel de seu pai nas guerrilhas, Menchú diz que a versão do governo não poderia ser correta porque todo o mundo sabia que os camponeses "não tinham armas de fogo". Mas diversamente dos relatos da imprensa internacional sobre o incidente, até mesmo ela teve que reconhecer que a versão do governo poderia ser verdadeira, já que "eu não posso tirar minha versão pessoal da imaginação, porque nenhum de nossos companheiros pode dizer a verdade".

Quem matou os maias?

Em setembro de 1992, "ativistas indígenas" com sede em San Francisco, EUA, distribuíram panfletos anunciando um forum que seria dado pelo representante do grupo terrorista URNG, com o qual Menchú trabalha. Acompanhando o forum estaria um grupo musical que interpretaria uma obra intitulada "Cultura da ira". O título resume a ideologia e os processos mentais promovidos pelo livro *Eu me chamo Rigoberta Menchú*. "Minha causa não nasceu de algo bom, nasceu de algo mau, de algo amargo", diz duas vezes Rigoberta Menchú a Burgos-Debray. Várias vezes no decurso do livro, Menchú fala do "ódio" que impele a sua vida revolucionária.

O papel central desempenhado pela ira e pelo ódio nesse "movimento indigenista" e "revolucionário" nos fornece a chave para entender como foi organizada essa "guerra indígena" induzida e o que ela busca criar.

O denominado movimento popular indigenista da Guatemala não nasceu no próprio país, mas foi sistematicamente construído por forças estrangeiras ao longo de mais de duas décadas. A Guatemala foi usada como laboratório para que forças estrangeiras criassem um movimento de libertação "indígena", de forma semelhante à criação do Sendero Luminoso no Peru. Não é possível resumir aqui toda a história, mas, em 1985, *a revista EIR* publicou um relatório especial intitulado *Soviet Unconventional Warfare in Ibero-America: The Case of Guatemala (A guerra irregular soviética: o caso da Guatemala)*, no qual se mostra que as seguintes forças trabalharam conjuntamente para treinar, financiar e levantar o movimento terrorista, no qual veio a participar apenas um número relativamente pequeno de indínas, como é o caso de Menchú e sua família:

- os governos cubano e soviético (os comunistas cubanos continuam a fazê-lo);
- o governo estadunidense, em particular a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) que, (sabidamente, financiou cursos de "liderança camponesa", nos quais se recrutavam jovens para os movimentos terroristas);
- o aparato "indigenista" supranacional que funciona a partir das Nações Unidas;
- as redes da Teologia da Libertação marxista, que atuam dentro da Igreja Católica.

Qual era o objetivo dessa operação? Assegurar que a rebelião contra as condições miseráveis e o trato desumano se orientassem contra as instituições nacionais e não no sentido de um movimento a favor do progresso econômico de todos os guatemaltecos. Estudantes e índios furiosos foram atraídos a um movimento terrorista cujo propósito era mantê-los no atraso!

Aqui é onde entra a impostura, o que os inimigos da Civilização apresentam como "cultura indígena". A mensagem transmitida pelo livro *Eu me chamo Rigoberta Menchú* é a de que a cultura indígena refuta as escolas, os modernos métodos agrícolas, os remédios, as "coisas modernas". "Filhos, não ambicionem as escolas, porque nas escolas nos tiram os nossos costumes", dizia Vicente Menchú a seus filhos. A recusa à escola se apresenta como um ato "revolucionário", porque "quando entram professores nas aldeias, começam a meter a idéia do capitalismo e de superar-se". Os "*compañeros*" que iam para as montanhas eram gente de confiança, porque "se puseram nas mesmas condições que nós. Só se ama aquela pessoa que come o que nós

comemos", diz Rigoberta. Os *mestizos* "querem nos destruir com remédios e outras coisas que passaram por máquinas e nossos antepassados nunca usaram máquinas".

Burgos-Debray se mostra fascinada com as declarações de Menchú de que os índios acreditam ser iguais aos animais e que a Mãe-Terra é sagrada.

Mas, será verdade que os maias sempre estiveram enclausurados em uma cultura na qual tudo está "determinado de antemão", como diz a colaboradora de Menchú, enquanto passavam a vida produzindo arroz em terrenos reduzidíssimos? A resposta é: não! Aproximadamente, entre os anos 1200 a. C. e 800 d. C., a civilização maia floresceu no Sudeste do México e na Guatemala, mudando ininterruptamente neste período, em que construía grandes centros urbanos, criava uma forma de escrita e cálculos astronômicos complexos. Como todos os seres humanos que agem como seres humanos em qualquer lugar da Terra, os maias estudaram o Universo para poder dominar a natureza e melhorar as suas vidas. Neste processo, eles alteraram premeditadamente os costumes herdados de seus ancestrais.

A pesquisa arqueológica posterior mostra que essa civilização desmoronou por volta do ano 900 d. C. — muito antes de os espanhóis chegarem à América, ao final do século 15. Ninguém sabe com exatidão o que ocorreu, mas a partir das limitadas provas disponíveis aos arqueólogos parece que, por volta dos anos 800, as guerras rituais limitadas entre os centros urbanos em competição se transformaram em guerras totais de conquista e os vencedores sacrificavam aos deuses muitos de seus prisioneiros. A construção de cidades se deteve, bem como o registro das atividades que haviam prevalecido até então. Foi uma época em que as pessoas fugiam das cidades moribundas, indo para o campo. *A cultura maia como tal, até onde se desenvolvera, sucumbiu e o povo maia pagou as conseqüências disso* muito antes de chegarem os espanhóis. O que se promove hoje como "cultura maia" não representam mais que fragmentos de uma civilização destruída que baseou a sua subsistência em métodos primitivos do plantio de arroz, insuficiente até mesmo para sustentar a população nas condições miseráveis em que se encontra hoje. Mas para os antropólogos "indigenistas" radicais, esta existência miserável representa a natureza dos índios e assim eles devem ficar. Eles negam a estes seres humanos de ascendência índia, o seu direito *humano* inalienável de mudar e melhorar premeditadamente os seus costumes, de acordo com uma crescente capacidade de compreensão do Universo.

A verdade sobre a História humana que o movimento "indigenista" radical procura histericamente enterrar é que a chegada dos espanhóis às Américas, a partir de 1492, *salvou os índios* ao introduzir a Civilização Ocidental. A população índia *aumentou*, houve uma expansão da criação de novos centros urbanos e as povoações índias e espanholas se misturaram e ergueram uma nova civilização nas Américas, sendo uma de suas contribuições mais importantes à História da Humanidade foi a de demonstrar o poder de um conceito *não-racista* do homem. A miséria sofrida pela família de Menchú e outras famílias nas Américas não é o resultado da colonização espanhola. A vida nas Américas era muito mais miserável antes de chegarem os espanhóis, como poderiam testemunhar as mais de 20.000 vítimas anuais dos sacrifícios astecas. Esta miséria se deve muito mais ao fato de que os benefícios deste grande projeto não se tenham estendido a todos os habitantes das Américas, independentemente de sua herança étnica.

Em entrevista à revista *Visión,* publicada no final de 1992 e republicada em 17 de janeiro de 1993 no jornal peruano *Expreso*, Menchú revelou os objetivos fundamentais da guerra racial que pretende desatar. Reviver a "antiga religião de nossos povos", como a maia, afirmou Menchú, será decisivo para a "libertação nacional", assim como "um desafio à Igreja Católica e às igrejas evangélicas", e aos "500 anos de pilhagem", como ela qualifica a Civilização Ocidental. Menchú refuta qualquer tentativa de rótular como "satânicos" ou de feiticeiros os sacerdotes e sacerdotisas maias. "À luz da existência da religião dos povos, por que não a maia poderia ser oficial?", perguntou ela.

A idéia bestial de "religião índia" abraçada por Menchú foi resumida em um documento sobre filosofia índia, elaborado em 1981 pelo International Indian Treaty Council, de cuja junta diretora Menchú faz parte. Apresentado à Conferência das Nações Unidas sobre Povos Indígenas, da qual Menchú participou, o documento menospreza a Humanidade, "a mais débil das criaturas", menos digna até mesmo que os lobos, porque "os humanos são capazes apenas de sobreviver com o exercício da racionalidade, tendo em vista que carecem das habilidades das outras criaturas para obter alimento com os dentes e as garras". A ciência européia deve ser refutada, argumentou o grupo, porque "a racionalidade é uma maldição".

Sabe-se pouco da verdadeira religião maia, tendo em vista que a civilização maia entrou em declínio entre os anos 560 e 900 d.C. (muito antes de chegarem os espanhóis). A intenção de reviver a religião maia

é, em grande medida, obra de antropólogos estrangeiros que estudaram a região, tanto ocidentais como russos. Christine Weber, produtora de uma reportagem de duas horas sobre a religião maia, difundida em 20 de janeiro de 1993 pela rede de televisão PBS dos Estados Unidos, declarou ao jornal *Washington Post* que, quando fazia a película, percebeu que o interesse estadunidense pela religião maia "é uma espécie de religião sectária, promovida em lugares como a Instituto Smithsoniano".

A despeito disso, o que seus promotores demonstraram é que, no espaço da derrocada da civilização maia, os sacrifícios humanos e o culto à morte e ao sangue haviam passado a ocupar um lugar central em seus ritos religiosos.

O plano de promover uma religião "índia" violenta para desatar uma guerra "índia" não se limita à Guatemala. Como observou o jornal *Expreso*, depois que Menchú rompeu o tabu sobre o assunto, "a religiosidade antiga poderia tomar muito mais força" em todo o mundo.

Pondo de lado os adoradores do indigenismo da "Nova Era", seria um erro afirmar que tudo que Menchú ditou à sua antropóloga revolucionária reflete as "autênticas" crenças indígenas. Declarações tais como "tudo passou como um filme em nossa vida, um sofrimento constante", por exemplo, pareceriam mais um pensamento "moderno" provocado pela assistência inflacionária de filmes de Hollywood. Vale recordar que, mesmo quando Menchú afirma dezenas de vezes que os índios devem, sempre, fazer apenas o que seus ancestrais fizeram, para não perder a sua identidade, ela própria ditou a história de sua vida em um apartamento em Paris, ao qual chegou graças a um meio de transporte que seus ancestrais nunca conheceram: o avião.

Em outras afirmações de Menchú, mostram-se inconfundíveis as vozes da Teologia da Libertação. Em meio a uma conversa sobre os costumes sexuais dos índios e da vida familiar (tema que nenhum antropólogo deixaria de examinar), Menchú prontamente critica os pais indígenas por não darem educação sexual aos filhos. E a primeira vez em que menciona a necessidade de uma mudança! A tecnologia deve ser proibida aos indígenas, mas quando se trata de sexo, "é possível que seja problemático não saber tantas coisas da vida", afirmou Menchú.

O que talvez seja mais revelador em todo o livro é a descrição de Menchú sobre treinamento dos camponeses para a guerra de guerrilha: "Rompemos com muitos esquemas culturais, mas, ainda assim,

levando em conta que era uma forma de nos salvar".

Ah! Então a mudança é permitida quando é necessária para sobreviver. Regressamos, assim à pergunta central: qual é o caminho mais eficaz de mudança que garanta a sobrevivência? Os partidários do "indigenismo" radical dariam esta resposta, tal como Menchú a apresenta, difundindo a irada guerra indigenista a favor do atraso.

O caso dos ianomâmis

Em 15 de novembro de 1991, o presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, anunciou a demarcação da reserva indígena ianomâmi — situada dentro de uma riquíssima zona mineral da Região Amazônica que faz fronteira com a Venezuela. Tal ação, empreendida sob o pretexto da preservação do meio ambiente e de um suposto "respeito" à cultura indígena, pretendia submeter o Brasil ao sistema de "soberanias limitadas", núcleo central da "Nova Ordem Mundial" anunciada pelo presidente George Bush. Questões como o ecologismo e a presumida preservação de culturas indígenas — às quais consideram como "jardins zoológicos naturais" — constituem aspectos cruciais dessa "Nova Ordem", que pretende submeter inteiras regiões do planeta ricas em recursos naturais, como a Amazônia, a acordos extrajurisdicionais tácitos ou explícitos.

A delimitação da reserva ianomâmi realizada por Collor, pouco antes da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92), exacerbou a preocupação das Forças Armadas brasileiras e de grupos nacionalistas, que viram no decreto presidencial não apenas uma falta de patriotismo como um ato que beirava a traição nacional por ter colocado uma área de fronteira em situação jurídica ambígua, que poderia ser utilizada no futuro como pretexto para arrancar ao país uma parte riquíssima de seu território.

Conforme o decreto presidencial, a reserva ianomâmi abrange uma área de mais de nove milhões de hectares — do tamanho de um país como Portugal — na qual se assentará um grupo estimado entre seis e nove mil índios nômades (seu número exato é desconhecido). Isto significa que os ianomâmis têm o direito exclusivo de habitar esta parte do território nacional fronteiriço com a Venezuela (ver **mapa 1**).

Embora Collor argumentasse ter amparo na Constituição, que reconhece os direitos dos indígenas à posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas por eles (terras que são propriedade da

nação), na realidade, ele não a respeitou. Em primeiro lugar, Collor violou a Constituição brasileira ao outorgar aos ianomâmis uma área contígua a uma nação vizinha, sem respeitar a faixa de segurança fronteiriça de 150 quilômetros, determinada constitucionalmente.

Tendo em vista que, do lado venezuelano da mesma região, o presidente Carlos Andrés Peres criara, em junho do ano anterior, um "parque nacional" para os indígenas ianomâmis, qualificado de "reserva da biosfera" — eufemismo para encobrir o conceito de "patrimônio da Humanidade" — aos olhos dos antropólogos e das organizações de direitos humanos amparadas pela Organizações das Nações Unidas (ONU), já se criou "naturalmente" uma *área indígena binacional*, como assinala o mapa. Ou seja, Collor e Pérez já atenderam à antiga exigência dos grupos de antropólogos fascistas, como a ONG britânica Survival International, entre outras, que consideram tal região como o local ideal para o estabelecimento de "nações indígenas", não para elevar o nível de vida de seus membros, mas para mantê-los no atraso e utilizá-los como instrumento de manobras políticas.

Zoológico humano

Os ianomâmis são nômades, decorrendo daí a conclusão de que necessitam de um enorme espaço territorial para a sua sobrevivência. Em pleno século 20, os ianomâmis vivem literalmente na era da caça e da coleta, subdividindo-se em aproximadamente 200 comunidades independentes entre si. Falam quatro dialetos diferentes e não têm um sistema numérico preciso. Juntos, os ianomâmis que habitam o Brasil e a Venezuela não chegam a mais de 22 mil indivíduos.

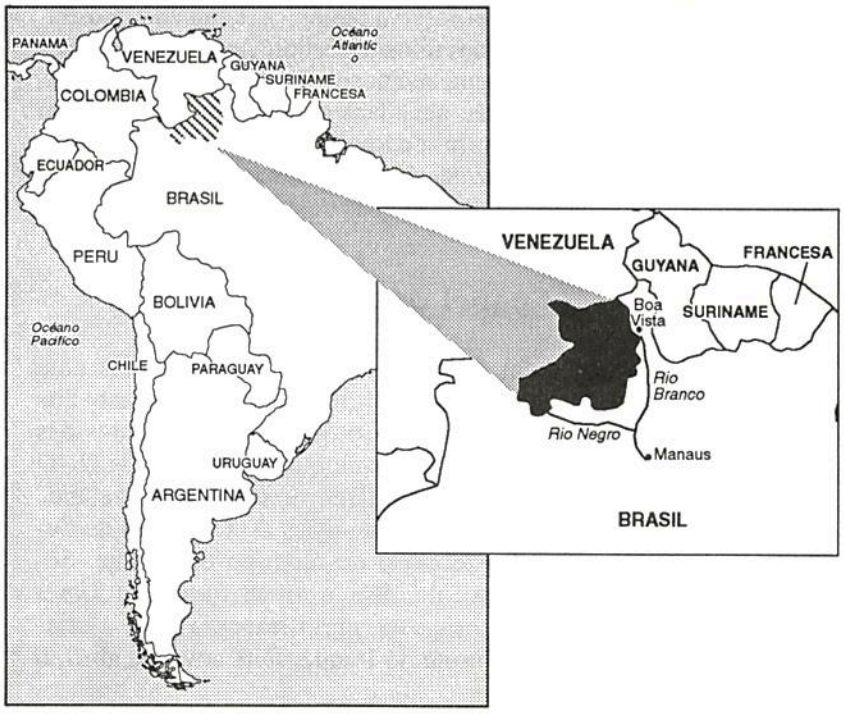
O estado selvático em que se encontram os ianomâmis criou um imenso debate internacional. Por exemplo, em 1988, a revista *Science* publicou vários artigos sobre eles, um dos quais assinado pelo antropólogo Napoleon Chagnon, o qual provocou grande polêmica. O artigo de Chagnon, publicado em 26 de fevereiro de 1988, descreveu os ianomâmis como um dos grupos humanos mais violentos e sanguinários do planeta. Sem qualquer tipo de justiça institucionalizada, o que impera entre os ianomâmis é a própria lei da selva. Segundo Chagnon, 44% dos homens com idade superior a 25 anos já participaram no assassinato de alguma pessoa e 30% dos adultos morrem por causas violentas.

Devido a certas superstições, algumas comunidades ianomâmis praticam o canibalismo e outras matam o primogênito, se este for mulher. Tais práticas, além das condições "naturais" em que vivem, atacados por enfermidades da selva e pela desnutrição, contribuíram para limitar drásticamente o seu crescimento demográfico.

Mesmo assim, a monarquia inglesa adotou os ianomâmis como os seus "selvagens nobres", aqueles a quem diz querer conservar. Em 21 de julho de 1991, o jornal brasileiro *O Globo* informou que os ianomâmis serão a primeira tribo que terá os seus genes congelados e arquivados no Museu Genético da Humanidade, em Londres, que se propõe a catalogar e arquivar amostras de sangue de 500 povos em extinção. O museu está sendo organizado por cientistas anglo-americanos e tem o apoio da Organização Genoma Humano, presidida por Sir Walter Bodmer.

MAPA 1

Zona para a reserva Ianomâmi



Problemas artificiais

Todo o alarido em torno dos indígenas brasileiros é mais que absurdo, pois, em termos estritos, o Brasil não tem problemas indígenas, que têm sido artificialmente criados. Existem no país um total de 230.000 indígenas, a maioria na Região Amazônica, que têm destinados para suas reservas cerca de 10% do território nacional, enquanto a população total do país é de 146 milhões de habitantes. Tal situação absurda já foi assinalada de modo preciso pelo Cardeal Agnelo Rossi em seu livro *Brasil, integração de raças e nacionalidades,* no qual diz que "pelo critério de propriedade do homem branco, cada índio já nasce com 6 quilômetros quadrados de terras. Com esta proporção, o Brasil somente poderia abrigar 1.400.000 pessoas. Para a população total brasileira seria preciso contar com quatro vezes a soma do tamanho dos cinco continentes".

A verdade é que as tensões da Região Amazônica têm sido criadas pela cobiça internacional que existe sobre a impressionante riqueza ali existente. O fato é que grande parte do território habitado pelos indígenas brasileiros e, de modo particular, o território destinado aos ianomâmis, além de ser a maior reserva biológica do mundo, mostra-se imensamente rico em recursos minerais estratégicos, embora estes ainda não tenham sido totalmente avaliados. O ouro, cassiterita, diamantes, nióbio, urânio, etc. são abundantes na região. Segundo um estudo da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais — o serviço geológico brasileiro, — as jazidas minerais descobertas até hoje na Amazônia estão avaliadas em três trilhões de dólares.

O papel da ONU

Embora a manipulação das étnica tenha sido historicamente uma arma da geopolítica das potências imperialistas, no caso dos ianomâmis a farsa é tão óbvia que os próprios representantes das grandes potências que integram o Conselho de Segurança da ONU tiveram de lhe dar credibilidade. O plano de criar um "enclave" ianomâmi ficou claro durante as deliberações do Conselho de Segurança da ONU que precederam o cessar-fogo no Iraque. Segundo noticiou em 10 de abril de 1991 o jornal *Financial Times* de Londres, a propósito da proposta anglo-francesa para a criação de um enclave curdo ao norte do Iraque, feita em 4 de abril, o

representante soviético Yuli Vorontsov "abordou o assunto dasoberania perguntando retoricamente que deveria fazer o Conselho de Segurança se estivesse diante de algo semelhante em outros países, como o Brasil".

De sua parte, com uma filantropia pouco vista em outras circunstâncias de desastres verdadeiros, a própria ONU aceitou como legítima a conservação do que chamam "cultura ianomâmi", dando-lhe estatura internacional. Em 1988, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente outorgou o seu Prêmio Global 500 ao líder ianomâmi David Kopenawa, anteriormente concedido ao líder seringueiro Chico Mendes*.

Em dezembro de 1990, o Grupo de Trabalho para as Populações Indígenas da ONU visitou a área ianomâmi e, em fevereiro de 1991, quando a ONU escondia o bombardeio contra a população civil iraquiana, o secretário-geral Javier Perez de Cuellar ofereceu ao presidente Collor uma ajuda especial, alegadamente para a saúde dos ianomâmis.

Toda uma plêiade de organizações sintonizadas com a visão "unimundista" da ONU e com a perspectiva da "soberania limitada" conseguiu estabelecer-se na área ianomâmi. A Comissão para a Criação do Parque Yanomami (CCPY), criada em 1968 por um grupo de antropólogos fascistóides, intermediou a vinda ao Brasil do grupo *Médecins du Monde* (Médicos do Mundo) para trabalhar com os ianomâmis em um programa de saúde parcialmente financiado pela Comunidade Européia. Diretores do *Médecins du Monde* se tornaram famosos no Brasil por terem sugerido o envio dos "capacetes azuis" da ONU à Amazônia brasileira, a fim de cumprir funções de vigilantes ambientais.

Também está presente na reserva ianomâmi um grupo dos Médicos Sem Fronteiras, cuja visão "unimundista" os levou a promover a idéia de uma restruturação da ONU, baseada nos postulados na "Nova Ordem" anglo-americana.

---

*O assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, motivado por desavenças pessoais com um fazendeiro da região de Xapuri, Acre, onde residia, deflagrou uma verdadeira barragem de propaganda negativa contra o Brasil, apontando o pais como o "vilão ecológico número um" do planeta, na qual a imprensa anglo-americana teve um papel preponderante (N.E.).

A possibilidade de conflito

Acontecimentos recentes ocorridos na fronteira entre o Brasil e Venezuela, em áreas próximas a reserva ianomâmi ou dentro dela, confirmam que as Forças Armadas têm razão em estar preocupadas pela criação da reserva, pois estes acontecimentos mostraram em pequena escala os elementos que poderiam ser usados para fabricar uma crise fronteiriça de grandes proporções internacionais, apta a servir de pretexto para a intervenção de alguma instância mediadora de tipo supranacional, como o Conselho de Segurança da ONU.

Em princípios de fevereiro de 1991, em uma ação obviamente provocadora, um grupo de garimpeiros que actuavam ilegalmente em território indígena no estado brasileiro de Roraima, lançaram uma rumorosa campanha para denunciar a existencia de uma ambigüidade geográfica em uma parte da fronteira do Brasil com a Venezuela. Em fevereiro de 1992, um grupo numeroso de garimpeiros, comandados por seu líder José Altino Machado, criou outra tentativa séria de enfrentamento em território ianomâmi. Na ocasião, alguns deles foram mortos ao entrar ilegalmente em território venezuelano em um avião que foi derrubado pela Guarda Nacional da Venezuela. O clima de tensão diplomática gerado pelo incidente chegou ao ponto de levar o cônsul venezuelano em Roraima a caracterizar a região como um "Líbano potencial". Por sua vez, o governador do estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho, disse ao jornal *Folha de São Paulo* que a instabilidade provocada podia ser o "anúncio de que se deve convocar uma força da ONU à região".

Em um momento crucial da disputa, para evitar que o presidente Collor cedesse às pressões externas para delimitar a reserva ianomâni, o general Antenor de Santa Cruz, ex-comandante militar da Amazônia, afirmou cortantemente que se as superpotências se obstinassem em seus planos universalistas para submeter o Brasil ao esquema de soberania limitada, será criado, sem dúvida, um "novo Vietnã".

No capítulo dedicado à Amazônia, o estudo *"1990-2000, Década Vital"*, preparado pela Escola Superior de Guerra, é feita a advertência: "Governo próprio em áreas indígenas. Essa é uma tentativa externa permanente de internacionalização da Amazônia, começando com os enclaves indígenas utilizados pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs)". E conclui que se o cenário de desestabilização internacional se intensificar, a defesa da área poderá incluir a decretação de um "estado de guerra".

Foram considerações estratégicas semelhantes que orientaram, em

1986, a elaboração do projeto Calha Norte, que inclui a construção de uma série de postos militares na regiào, desde a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa até o rio Solimões, na fronteira com a Colômbia. O projeto Calha Norte foi pensado como prioridade de máxima segurança nacional, para integrar o reforço militar com o desenvolvimento econômico da região, a fim de povoar seletivamente essa faixa fronteiriça quase desabitada. Porém, com a criação da reserva ianomâmi dentro desta faixa, as Forças Armadas não podem estabelecer ali qualquer núcleo de povoação diferente dos ianomâmis e, tampouco, poderão ter postos de abastecimento nem presença física permanente. Tal restrição contradiz até mesmo a maneira como se iniciou o desenvolvimento da Região Amazônica, em meados do século 18, quando os portugueses estabeleceram núcleos de povoação ao redor das fortificações militares erigidas às margens dos rios.

Apêndice:
Como a oligarquia inglesa criou a reserva ianomâmi

O presente artigo foi publicado na edição da 1ª quinzena de fevereiro de 1995 do jornal Solidariedade Ibero-americana.

Ao iniciar a exercer as suas funções, o novo Congresso Nacional brasileiro, eleito em outubro de 1994, terá como uma de suas mais importantes tarefas legislativa a reversão do infame decreto de 15 de novembro de 1991, pelo qual o então presidente Fernando Collor de Melo, deposto um ano depois, determinou a criação da reserva indígena ianomâmi, localizada na região fronteiriça entre o Brasil e a Venezuela. O decreto confere a cerca de 6.000 indígenas da etnia ianomâmi uma área de 90.000 quilômetros quadrados, que coincide com uma importante província mineral.

Na ocasião, tanto o presidente Collor de Melo como os seus ministros do Meio Ambiente, José Lutzenberger e da Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, atuaram sem qualquer consideração para com os interesses superiores da nação brasileira, mostrando-se tão somente preocupados em satisfazer às pressões da oligarquia britânica e do presidente

estadunidense George Bush, que lhes oferecia a ilusão do ingresso do Brasil ao clube das nações do chamado "Primeiro Mundo".

Por outro lado, não foi nenhuma instituição brasileira, nem qualquer grupo privado de cidadãos brasileiros bem intencionados ou, muito menos, membros das várias tribos ianomâmis preocupados com a sua sobrevivência os que deram partida ao processo de criação de tal reserva indígena. Esta decisão foi tomada em meados da década de 60, por iniciativa do aparato colonial britânico comandado pela decadente Casa de Windsor e cujos pormenores e implicações estratégicas foram discutidas nos salões do Palácio de Buckingham por ninguém menos que o próprio príncipe Philip, o "doge" da Casa de Windsor, na presença da rainha Elizabeth II.

Quando ainda poucos em todo o mundo haviam ouvido falar dos ianomâmis, que se auto-exterminavam em violentas pugnas intertribais e praticavam comumente o canibalismo e a eutanásia, a oligarquia britânica manufaturava uma suposta cultura ianomâmi para unir estas tribos rivais, introduzindo, artificialmente, uma noção de nação em tribos nômades que sobreviviam em condições de vida correspondentes ao Neolítico. Neste particular, é interessante notar que não são todos os grupos indígenas que interessam à Coroa britânica. Por que, então, estes arquioligarcas adotaram como as suas "tribos de estimação" a este grupo que ainda vive na Idade da Pedra?

Desde a origem da campanha em prol dos ianomâmis, há mais de um quarto de século, o fator relevante nas nações da oligarquia britânica foi a imensa riqueza mineral da região, que aquela imaginava ajudaria a manter o seu domínio sobre o mercado mundial de bens minerais, como ocorre no continente africano. De fato, as campanhas para a criação da reserva ianomâmi foram baseadas em sua experiência de domínio colonial da Africa Subsaariana.

O racismo devotado pela oligarquia britânica tanto aos africanos como aos ianomâmis é patente. Em julho de 1991, Sir Walter Bodmer, presidente da Organização do Genoma Humano, anunciou que os ianomâmis seriam a "primeira tribo" cujos gens seriam congelados e arquivados no Museu de Genética Humana de Londres, como parte da biblioteca de gens de "povos em extinção".

A localização precisa da reserva ianomâmi foi o resultado de várias viagens de exploradores ingleses, especialmente Robin Hanbury-Tenison, as quais faziam parte de um esforço de localização dos principais grupos indígenas situados sobre os eixos naturais de integração do continente ibero-americano: o eixo Norte-Sul, ligando as bacias hidrográficas do Orinoco, Amazonas e Paraná; o eixo Leste-Oeste, apon-

tando a conexão interoceânica fundamental para o desenvolvimento da região central do subcontinente. O objetivo era apontar os grupos indígenas que, posteriormente, poderiam ser manipulados para obstaculizar a construção de grandes obras de infra-estrutura necessárias para concretizar aquelas interconexões. Em seu livro *Worlds Apart* (Mundos à parte), o próprio Hanbury-Tenison apresenta um mapa onde demonstra, precisamente, esta preocupação e revela que a importância estratégica de seus roteiros lhe fora indicada pessoalmente pelo príncipe Philip.

Surge a Survival International

Para levar adiante a campanha pela reserva ianomâmi, a oligarquia britânica fundou, em 1969, a organização não-governamental (ONG) Survival International, cujos documentos explicitam que "a criação do Parque Ianomâmi tem sido e será sempre o objetivo individual mais importante das campanhas da Survival". A criação da entidade resultou diretamente das expedições de Hanbury-Tenison e de seu colega Kenneth Taylor, que, em 1968, iniciou um demorado trabalho de campo junto aos ianomâmis, sendo um dos autores do primeiro projeto do Parque Ianomâmi.

A fundação da Survival International foi decidida em uma série de reuniões ocorridas no verão de 1969, no apartamento de Hanbury-Tenison, em Londres. Além dele, os fundadores da entidade foram: Kenneth Taylor; John Hemmings, diretor da Real Sociedade Geográfica britânica; os antropólogos Audrey Colson, James Woodburn, Nicolas Guppy e Francis Huxley; o ecolgista Edward Goldsmith, que, logo depois, fundaria a revista *The Ecologist*; e o cineasta Adrian Cowell, que, mais tarde, se tornaria célebre por seus filmes sobre a "devastação da Amazônia".

Vale destacar que a Real Sociedade Geográfica britânica constitui uma das principais organizações do *Establishment* britânico. Em sua diretoria, sempre figuram personalidades que representam a nata do aparato de inteligência colonial da Grã-Bretanha. Entre os que a ocuparam nas últimas décadas, podem-se citar, por exemplo: Julian Huxley, criador da UNESCO, da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e do World Wildlife Fund (WWF); Lorde Alanbrooke, ex-chefe do Estado-Maior do Reino Unido; Lorde Solly Zuckerman, principal assessor científico do governo britânico entre 1955 e 1984; Sir Frank Chappell, ex-comandante-geral do Exército

britânico e atual diretor do WWF no Reino Unido. Michael Huxley, primo de Julian Huxley, foi fundador da revista oficial da entidade.

Os recursos financeiros necessários para a fundação e as primeiras operações da Survival International foram fornecidos, particularmente, pelo WWF, na figura do seu presidente, Sir Peter Scott, que, naquele momento, dirigia outra das instituições-chave do aparato geopolítico da oligarquia britânica, a Sociedade para a Preservação da Fauna e da Flora, cujo objetivo era a preservação dos privilégios imperiais britânicos sob a fachada da conservação da natureza, especialmente, por meio da extensão do sistema de parques nacionais, exaustivamente aplicado na Africa, a todos os continentes. Não por outra razão, os vice-presidentes fundadores da sociedade, os lordes Milner, Grey, Curzon, Cromer e Minto, foram procônsules imperiais na África e na India. Tais propósitos foram explicitados pelo próprio Peter Scott em uma história da organização: "Já que o império, naquele momento, cobria cerca de quarta parte da superfície do globo, foi um bom ponto de partida para a internacionalização do incipiente movimento de conservação da vida silvestre". A criação da UICN, da UNESCO e, posteriormente, do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), visava a implementação e a complementação desta estratégia. Recentemente, o PNUMA, a UICN e o World Resources Institute, de Washington (EUA), estabeleceram uma estreita colaboração para elaborar a chamada Estratégia Global de Biodiversidade, programa que tem orientado iniciativas semelhantes em diversos países e cujo propósito é menos o de preservar a diversidade biológica do que utilizá-la como instrumento político de dominação.

É necessário enfatizar que, na realidade, a Survival International surgiu como o "braço indigenista" do WWF, cuja vice-presidência é atualmente ocupada por Lorde Buxton, membro de uma das famílias oligarcas de maior "pedigree" do Reino Unido e que também preside a Anti-Slavery International (ASI-Internacional Antiescravagista), ONG que, nos últimos tempos, tem desempenhado um papel crucial nas operações britânicas contra o Brasil. Fundada em 1787, a ASI se apresenta como a mais antiga organização de direitos humanos do mundo, mas, sob o pretexto de combate à escravidão, promove uma série de intervenções supranacionais contra os Estados nacionais visados. No Brasil, a ASI tem mostrado um inusitado interesse em promover certas lideranças do Movimento dos Sem-Terras. Em 1992, outorgou a sua medalha anual ao padre Ricardo Rezende, representante da Comissão Pastoral da Terra, braço da Teologia da Libertação marxista.

Outra fonte de recursos financeiros para a Survival International foi o irmão de Edward Goldsmith, o financista James Goldsmith que, juntamente com os seus primos da família Rothschild, é um dos principais patrocinadores do movimento imperialista internacional.

No período transcorrido desde a fundação da Survival International até a promulgação do decreto do presidente Fernando Collor de Melo determinando a criação da reserva ianomâmi, em 15 de novembro de 1991, podemos distinguir três fases da campanha. A primeira, de "reconhecimento de terreno", com as expedições citadas e as sucessivas viagens dos diretores da entidade à região - Hanbury-Tenison, Hemmings e Huxley. Esta fase durou até 1976, quando a equipe da Survival International, encabeçada por Kenneth Taylor e o antropólogo francês Bruce Albert, foi expulsa do país pelo Governo Federal.

A partir de então, a Survival International mudou a sua estratégia, "nacionalizando" a campanha. Para este propósito, em 1978, Bruce Albert participou da criação da Comissão Para a Criação do Parque Ianomâmi (CCPY), que começou a atuar como a conexão brasileira do lobby oligárquico britânico, convertendo-se em sua principal propagandista frente ao Governo, ao Congresso e a grupos privados brasileiros. Simultaneamente, iniciou-se a montagem de um aparato internacional de pressões contra o Brasil. Uma das contribuições da Survival International para isto, foi o lançamento dos chamados "Boletins de Ação Urgente", publicações destinadas a um público selecionado. A campanha de pressões incluiu ações legais contra o Brasil no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta etapa culminou com êxito em 1985, com o projeto de lei elaborado pelo falecido senador Severo Gomes em favor do estabelecimento do Parque Ianomâmi.

A terceira fase da campanha foi marcada por um evento não programada por seus mentores, mas do qual tiraram o maior proveito: o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988, que desencadeou uma inusitada campanha de pressões internacionais contra o Brasil, fazendo o país aparecer como o "vilão ambiental planetário número um". Como parte da campanha, no ano seguinte, o líder ianomâmi Davi Kopenawa recebeu o Prêmio Global 500 da ONU e foi convidado pela Survival International para fazer uma viagem pela Europa, durante a qual recebeu uma enorme cobertura da imprensa internacional.

Em 14 de setembro do mesmo ano, em paralelo com a publicação de um inflamado editorial da revista *The Economist* sobre a

Amazônia, ocorreu em Londres uma ruidosa manifestação em frente à embaixada brasileira. Evidentemente, os manifestantes protestavam contra a "devastação" da Amazônia. Além da indefectível Survival International, integravam a manifestação representantes de várias outras ONGs veteranas da campanha, como a Friends of th Earth (Amigos da Terra), Greenpeace, Oxfam e Forest Peoples Support Group.

Duas semanas depois, também na Inglaterra, em Sheffield, ocorreu um simpósio intitulado "Amazônia: Meio Ambiente de Quem? Luta de Quem?", cujo propósito declarado era organizar uma federação internacional de ONGs para supervisionar as campanhas ambientalistas sobre a Amazônia. Os organizadores do conclave foram as ONGS Brazil Network e Instituto Católico de Relações Internacionais (CIIR) - entidade que, deve-se ressaltar, nada tem a ver com a hierarquia da Igreja Católica. A Brazil Network, que atua na Inglaterra e nos EUA, se apresenta como uma "Organização independente, fundada para aprofundar o intercâmbio de informações entre grupos comprometidos com o melhoramento dos direitos humanos e a proteção ambiental no Brasil". Em 1989, em cooperação com ONGs dos EUA, a entidade promoveu várias visitas de líderes indígenas brasileiros a este país, para expor os impactos dos projetos hidrelétricos então previstos para a Amazônia brasileira.

O principal contato brasileiro da Brazil Network e do CIIR é o Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (INESC), ONG com sede em Brasília que efetua uma ativo trabalho de lobby em prol de tais causas junto ao Congresso brasileiro.

A freqüência com que deparamos com a Inglaterra uando investigamos os bastidores da campanha ambientalista contra o Brasil não constitui mera coincidência, pois, como se percebe, naquele país se encontra a cabeça da "hidra verde". Não admira, pois, que em vidros de automóveis ingleses, tenham aparecido plásticos com a inscrição "Salve a floresta: queime um brasileiro".

A ofensiva final

O ano de 1990 se caracterizou por uma retomada da campanha de pressões contra o Brasil, que andava em "banho maria" devido a uma firme reação de autoridades brasileiras, particularmente nas Forças Armadas, contra audaciosas propostas apresentadas por dignitários estrangeiros. Entre elas, destacaram-se a sugestão de "renúncia a parcelas de

soberania" sobre a Região Amazônica, apresentada pelos líderes franceses Francois Mitterrand e Michel Rocard na Conferência de Haia, em abril de 1989 e a proposta de troca de "dívida por natureza", feita pelo vice-primeiro-ministro holandês Rudolf de Koorte, na mesma época.

Foi nesse período que a "agenda verde" se converteu em um elemento crucial para impor às nações do setor em desenvolvimento a chamada "Nova Ordem Mundial", decretada pelo então presidente dos EUA, George Bush e posta em execução na aliança deste com a primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher e o líder Soviético Mikhail Gorbachov.

As pressões renovadas produziram efeito com o advento do Governo Fernando Collor de Mello, sensível à tais influências externas, como ficou evidenciado pela presença do fanático ambientalista José Lutzenberger na Secretaria do Meio Ambiente. Durante a sua gestão, Lutzenberger, um íntimo do príncipe Charles, introduziu no Governo as pautas reivindicatórias de seus colegas das redes ambientalistas internacionais, o que não admira, já que, além dos seus múltiplos contatos entre elas, ele recebia - e, talvez, ainda receba - importantes doações financeiras da Gaia Foundation da Inglaterra, como comprovou a revista *EIR-Executive Intelligence Review*.

No início de 1990, a Survival International divulgou amplamente uma manifestação do príncipe Charles contra o que este chamou "o pavoroso genocídio coletivo" dos ianomâmis. A partir daí, a Survival International, a Oxfam e o CIIR iniciaram contatos formais com a cúpula do Governo britânico sobre a questão ianomâmi, deflagrando uma série de debates sobre o assunto no Parlamento.

Em maio, o príncipe Charles convidou Lutzenberger para visitar Londres, sob o pretexto de discutir assuntos ambientais, a questão ianomâmi e anunciar a sua próxima visita ao Brasil. No regresso, Lutzenberger apresentou diretamente ao presidente Collor de Mello as preocupações da comunidade internacional, particularmente com os ianomâmis.

Em outubro, a ministra de Desenvolvimento do Ultramar britânica, Lynda Chalker - a mesma personagem que, em 1994, como denunciou a revista *EIR*, desempenhou um papel crucial no genocídio e na virtual desintegração de Ruanda como Estado nacional soberano - visitou o Brasil como parte dos preparativos da visita de Charles ao país. Na ocasião, participou de um seminário sobre meio ambiente patrocinado por seu ministério e pela empresa Imperial Chermical Industries (ICI). Particularmente, Chalker ofereceu o apoio do seu ministério a um pro-

grama de ajuda médica para as comunidades ianomâmis.

Ao longo do mesmo ano, as pressões internacionais fizeram com que o Governo brasileiro permitisse o acesso de diversas ONGs às terras dos ianomâmis.

Em abril de 1991, ocorreu a esperada visita do príncipe Charles ao Brasil, acompanhado de uma comitiva que incluiu, entre outros, o ministro do Meio Ambiente da Inglaterra, David Tripper, o diretor da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA), William Reilly, o coordenador de Meio Ambiente da Comunidade Européia, Carlo Ripa di Meana e o presidente da British Petroleum, Robert Horton. Na ocasião, Charles promoveu um seminário de dois dias sobre temas ambientas a bordo do iate real *Brittannia*, ancorado no rio Amazonas. Tanto Lutzenberger como o presidente Collor de Mello estiveram entre os presentes.

Em junho, em uma manobra que contribuiu para aumentar as pressões sobre o Brasil, o então presidente da Venezuela, Carlos Andres Pérez, assinou um decreto determinando a criação da Reserva da Biosfera Alto Orinoco-Casiquiare, cujo traçado inclui delimitação de uma reserva para os ianomâmis venezuelanos, contígua à futura reserva brasileira.

No mesmo mês, Collor de Mello visitou Washington, onde o presidente George Bush lhe entregou uma carta de oito senadores democratas, entre os quais o atual vice-presidente Albert Gore Jr., pedindo a Bush que pressionasse seu colega brasileiro para acelerar a delimitação da reserva ianomâmi no lado brasileiro da fronteira.

Em outubro, outros dois mensageiros internacionais se reuniram com Collor de Mello para discutir o assunto: o diretor do WWF, Henner Ehringhaus e o deputado estadunidense John Battle.

Finalmente, em 15 de novembro de 1991, o presidente brasileiro assinou o decreto que delimita a reserva ianomâmi, em uma área de dimensões pouco inferiores às do território de Portugal.

O exposto demonstra que a delimitação da reserva ianomâmi, um dos principais objetivos da ofensiva ambientalista contra o Brasil, responsável pelo estabelecimento de uma estratégia de tensão sobre a Região Amazônica, resultou da intervenção direta dos interesses coloniais britânicos sobre o presidente Fernando Collor de Mello. Todavia, lamentavelmente, o impedimento deste para exercer a Presidência da República não resultou na reversão da sua decisão mais lesiva à soberania e aos interesses do país e pela qual, por si só, mereceria um julgamento à parte.

Silvia Palacios e Lorenzo Carrasco

12 Peru: o Sendero Luminoso em guerra com a Ibero-América

A Ibero-América se encontra em guerra; começou a guerra mais sangrenta e cruel que já enfrentamos. Trata-se de uma verdade que não devemos deixar de lado e não devemos diminuir, porque, se não tivermos tal convicção, não a poderemos vencer.

Uma grande parte do Sul do continente sul-americano, encontra-se em chamas. O Peru, uma grande nação, que até alguns anos atrás era nação com muitos problemas, mas com perspectivas, achava-se em vias de crescimento e tinha um futuro; hoje, acha-se a ponto de desaparecer e converter-se no primeiro troféu dessa conspiração satânica, pois trata-se não apenas de destruir o Peru, mas também de apagar em todo o continente americano tudo que signifique nação, progresso e cultura.

As forças e idéias por trás do Sendero Luminoso são as mesmas forças e idéias que há muito tempo conspiram contra a Humanidade. Em sua essência, a luta que nossas nações começaram a travar contra tais forças do obscurantismo é a mesma que Atenas travava contra Esparta. Na verdade, não podemos limitar o fenômeno desta guerra já iniciada em território andino a um simples conflito regional. O fenômeno do Sendero Luminoso se estendeu com seus tentáculos por vários países do continente; olhando-se o mapa do continente, percebe-se que pelo menos seis países já têm os tentáculos do Sendero Luminoso dentro de suas fronteiras.

Até o momento, parece que nossas nações, nossos Estados, nossas instituições, se acham incapacitados, indefesos diante desse novo tipo de guerra, que é o tipo de guerra total e que busca não apenas tomar o poder e modificar os regimes políticos, mas, fundamentalmente, mudar o sistema de valores e crenças que tem sustentado a Ibero-América há 500 anos. Na verdade, o Sendero Luminoso é a

continuação e, talvez, a culminação prática, da Legenda Negra. Devemos ter isto bem presente.

As políticas econômicas que, há mais de 15 anos, estão justificando o saque do nosso continente têm sido as aliadas do Sendero Luminoso e, embora não seja de todo incorreta, a explicação sociológica de que o Sendero Luminoso é produto direto da miséria não exprime totalmente a verdade. O fato é que, em grande medida, é certo que os dois maiores terroristas do Peru têm sido Abimael Guzmán e o ministro da Economia monetarista que esteja ocupando o cargo.

Por outro lado, o Sendero Luminoso tem aproveitado as debilidades de nossas instituições, nossos Estados e até mesmo as nossas debilidades culturais. Na verdade, o Sendero Luminoso está usando o sistema judiciário e toda a forma constitucional liberal para seguir atuando impunemente contra os povos e as instituições, em seu caminho de destruição de nossas nações.

Devido, igualmente, à nossa falta de compreensão do problema do narcotráfico — o Sendero Luminoso também tem a mão - uma grande fonte de financiamento para as suas ações. De fato, calcula-se que mensalmente o Sendero Luminoso possa coletar, cobrando tributos ou contribuições aos aviões que vêm da Colômbia com pasta básica de cocaína algo como 60 milhões de dólares. Sessenta milhões de dólares que lhe permitem ter uma imprensa, o que até há pouco tempo lhe havia sido permitido com base na sacrossanta liberdade de imprensa. O Sendero Luminoso tinha um jornal que era vendido na esquina de qualquer rua de Lima. Além disto, dispunha de um time de advogados que era imediatamente mobilizado assim que ocorresse a captura de algum "senderista", para tirá-lo das mãos da polícia ou, se isto falhasse, lançava mão de uma grande rede de apoio que envolvia não apenas marchas estudantis, não apenas alguns protestos de pessoas, digamos, comuns, mas também de políticos importantes, parlamentares etc.

Desse modo o Sendero Luminoso se baseia fundamentalmente nas nossas fraquezas e tem infiltrado instituições importantes. Embora pareça surpreendente, até há pouco tempo, o Sendero Luminoso detinha o controle dos principais postos da burocracia do Ministério da Educação. O chefe de pessoal do Ministério era um senderista, que nomeava os professores ou os mudava de lugar ou trocava, tudo de acordo com o planejamento do Sendero Luminoso.

O Sendero Luminoso e José Carlos Mariátegui

Os meios empregados pelo Sendero Luminoso estão de acordo com suas raízes. Comecemos com um personagem muito conhecido pela esquerda latino-americana: José Carlos Mariátegui. As origens do Sendero Luminoso não se encontram nos anos 80, nem na década dos 70. É preciso levá-lo pelo menos até 60 anos atrás. Mariátegui era o "Gramsci americano". Como Gramsci, o teórico marxista italiano, Mariátegui era também semi-inválido e igualmente o teóricdo papel da violência na política. Mais que isso, em 1921, Mariátegui se reúne com Gramsci e, juntos, assistem ao Congresso Livórnio.

Pai ideológico do senderismo, Mariátegui tinha uma frase que repetia com muita frequência: "Marchemos pela senda luminosa da revolução peruana". Abimael Guzmán e seus acólitos adotaram esta frase como lema de seu movimento, o Sendero Luminoso.

Mariátegui, que foi à Europa em 1919, provinha de redes bastante obscuras, redes que o levaram a lojas maçônicas, a um grupo ligado ao movimento da Jovem América. Antes mesmo de ir à Europa, foi promovido no Peru por um italiano, chamado Segui, ligado a estas redes. Segui, que foi secretário de Giuseppe Mazzini, fundador da Jovem Europa, da Jovem Itália, etc. Na Europa, Mariátegui afirmou ter se tornado marxista mas, fundamentalmente, tornou-se um bukharinista, ou seja, seguidor da linha de Nikolai Bukharin dentro do movimento internacional.

A linha de Bukharin pretendia, fundamentalmente, em termos da revolução mundial, que a revolução passasse pelos países atrasados, antes dos industrializados. Mariátegui adotou esta tese e a imprimiu no marxismo peruano - e, por que não dizê-lo? - ao marxismo latino-americano, porque, em certo sentido, para os marxistas, Mariátegui é considerado o marxista latino-americano mais importante. O que Mariátegui fez com este marxismo bukharinista foi tentar incorporar as massas camponesas ao processo da revolução socialista. E, para isso, dizia ele, o que se tem de fazer é usar a ideologia nativa, a ideologia atrasada do camponês, para poder, entendendo-a, reunir as grandes massas do continente em favor do mito da revolução socialista.

Em 1924, quando regressou ao Peru, Mariátegui escreveu o prólogo de um livro que, para muitos, é a profecia do Sendero Luminoso. O livro se chama *Tempestade nos Andes* e foi escrito por um teósofo e antropólogo que, mais tarde seria importantena fundação da Universidade de Huamanga: Luis E. Valcárcel. Neste prólogo que escreveu

para o livro de Valcárcel, Mariátegui diz:

> A fé do ressurgimento indígena não provém de um processo de ocidentalização material da terra quechua. Não é a civilização, não é o alfabeto branco que levanta a alma do índio. É o mito, é a idéia da revolução socialista. É o mesmo mito, a mesma idéia, são os mesmos agentes decisivos do despertar de outros povos antigos, de outras raças velhas em colapso, como os hindus e os chineses.

Não se trata de fato casual, que em 1964, quando se dá a ruptura sino-soviética, o partido majoritariamente maoísta por excelência, em todo o mundo, seja o Partido Comunista Peruano.

Existe uma fotografia pouco conhecida, na qual Mariátegui, o ideólogo do Sendero Luminoso, aparece participando em uma "missa negra", em um cemitério de Lima, em 1917, que escandalizou toda a imprensa. Seus realizadores foram, como eles próprios o declararam, um grupo de jovens boêmios intelectuais que, alegadamente pretendiam romper alguns valores. E fizeram isto diante do túmulo de um dos presidentes e precursores da independência peruana, Castilla, um dos maiores presidentes que o Peru já teve.

O gnosticismo de Mariátegui não é uma característica de sua fase inicial, mas algo que cultivou por toda a sua vida. Se revisarmos a "bíblia" do Sendero Luminoso, o livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, encontraremos uma surpresa já na primeira página: Mariátegui inicia com uma citação de Friedrich Nietzsche, o grande guru do anticristianismo. No prólogo, Mariátegui diz o seguinte:

> "Meu trabalho se desenvolve conforme o querer de Nietzsche, que não amava o autor dedicado à produção intencional, deliberada, de um livro, mas aquele cujos pensamentos formavam um livro, espontânea e inadvertidamente". E ele acrescenta: "E se algum mérito espero e reclamo que me seja reconhecido, é — também conforme o princípio de Nietzsche — o de ter posto todo o meu sangue em minhas idéias".

A paixão de Mariátegui por Nietzsche é encontrada com grande freqüência em suas obras. Fica muito claro, que a sua oposição frente à cultura ocidental provém fundamentalmente de sua oposição ao cristianismo.

De resto, todo o movimento indigenista, no Peru e na América Latina, foi uma elaboração das correntes gnósticas. Na verdade, em 1912 foi criada no país a primeira associação pró-indígena, fundada por um antropólogo da Universidade de Harvard, teósofo convicto, Pedro Sulen, que acreditava ser a reencarnação do poeta inglês Shelley. Este grupo de teósofos é o mesmo que, desde antes de Mariátegui, criou todo ambiente e a elaboração cultural na qual Mariátegui vai basear a sua obra.

Isso se reflete em frases como a seguinte, na legenda de uma fotografia em livro de texto de escola secundária no Peru. Diz ela: "Os peregrinos indígenas fazendo orações em uma ermida andina. Na pureza religiosa de sua alma andina cabe a sua devoção ancestral às forças da natureza, as que murmuravam 'Oh, Viracocha, onde estão?'". O autor é um historiador peruano, Pablo Macera, que pertence precisamente à geração de Abimael Guzmán, que por suas palavras bem reconhece que se educou em Frederico Nietzsche.

O Sendero começou a atuar, em amio de 1980, em Chusquiles, um pequeno povoado no departamento de Ayacucho, local tão estudado pelo "senderólogo" do Departamento de Estado dos Estados Unidos, David Scott Palmer. Há também pelo menos três ou quatro trabalhos de antropólogos, como, o de Isbel Gent, da Universidade de Cornell, que documentam toda a situação sócio-econômica, cultural, ideológica, em fim, todo um perfil psicossocial, destas regiões. E não é por acaso que a ação do Sendero Luminoso tenha se originado aí. Chusquiles, na verdade, era o centro de toda a região de Ayacucho, que constitui uma das zonas que foram historicamente isoladas. É uma das regiões do Peru que, por vários motivos históricos, e econômicos, permaneceu distanciada da civilização.

O Sendero Luminoso, portanto, nasce em uma zona andina. E se baseia fundamentalmente em todo esse problema cultural que ainda existe nos Andes. Mas o Sendero Luminoso é um projeto que atua não só dentro da zona camponesa, mas também na zona urbana. Em 24 de dezembro de 1980, ou seja, oito meses após a ação de Chusquiles, na noite de Natal, ocorreu o primeiro ato sangrento do Sendero. E isto é muito importante, porque todas as datas também são, em certo sentido, escolhidas; significam algo, significam uma mensagem. Naquela noite, uma força do Sendero entrou, em uma fazenda em El Cuzco, reuniu todos os empregados, e os proprietários, e os levou com violência, até a praça da fazenda de San Agustín, nas alturas de Ayacucho, onde matou os donos, diante dos empregados. Quando um jovem in-

dígena de 17 anos, empregado da família, começou a chorar, o pegaram e o mataram brutalmente, a pedradas.

Dois dias depois, os senderistas penduram um cachororo em um poste, em Lima, com um cartaz dizendo: "Deng Xiao Ping, filho de cadela", o que revela a ligação do Sendero com movimento ultraradical da Camarilha dos Quatro na China. É preciso assinalar que Abimal Guzmán esteve na China em duas ocasiões, precisamente no momento da Revolução Cultural. Além disto, Abimael foi escolhido pelo próprio Mao Tse-Tung, entre outros dez líderes internacionais, para dirigir a "Segunda Revolução Cultural". Abimael não aceitou, mas voltou ao Peru para fazer esta revolução no país.

Existe um historiador filosenderista, Juan José Vega, que chegou a ser ministro de Educação no regime de Fernando Belaúnde Terry, e que, analisando o fenômeno do Sendero, diz em um de seus livros, referindo-se ao início das ações do Sendero em maio de 1980: "Transcorria o mês de maio de 1780 quando, na ocasião de ser oferecido o sacrifício ritual, os deuses tutelares emitiram uma profecia dirigida a Túpac Amaru". Vega se refere à revolução de 1780, *dois séculos antes* de o Sendero iniciar sua atividade e narra que, pela boca de Villa Humo — isto é, o sacerdote quéchua — os deuses disseram o seguinte, dirigindo-se a Túpac Amaru: "Deves fazer brilhar o sol e, se não o conseguires totalmente, deverão passar-se duzentos anos para que ele volte a brilhar". "Em maio de 1980", diz Vega, "inicia-se a luta armada, como resultado dos acordos feitos no nono plano da Sexta Conferência Nacional do Partido Comunista Sendero Luminoso no Peru".

Portanto, nada é casual, no projeto do Sendero.

Abimael Guzmán é produto da Universidade Nacional de San Cristóbal, de Huamango, em Ayacucho. Esta antiga universidade, foi reaberta em 1957, precisamente Luis Valcárcel, e vem a ser o berço ideológico do Sendero Luminoso. Se fosse feita uma relação dos franceses e estadunidenses que passaram por Huamango, poder-se-ia constatar o surpreendente interesse despertado naquele momento por esta universidade encravada nos Andes peruanos.

Por exemplo, quem fôr à Universidade de Jerusalém, poderá encontrar um livro de Eric Cohen, escrito em 1975, com o título: "Ayacucho, sua potencialidade estratégica militar e o problema de liderança política na região". É incrível que, em uma universidade tão distante do Peru, se encontrem esses estudos. Isto prova que tudo foi um projeto, um projeto que indubitavelmente não se limita ao Peru.

A campanha de terror

A prática do Sendero de impor a sua política e suas idéias pela força e pelo terror não convence ninguém. É o terror puro: a pessoa simplesmente aceita ou morre. O que faz o Sendero em suas matanças típicas nas comunidades andinas é reunir toda a população e escolher os supostos exploradores do povo, como, por exemplo, o comerciante paupérrimo, mas relativamente um pouco mais próspero do que o resto dos camponeses da área. Eles são levados a um suposto julgamento popular e são decapitados; primeiro, arrancam-lhes a língua, e vão matando-os pouco a pouco. Em outros casos, arrancam-lhes as unhas e queimam-lhes os órgãos genitais. Existem, mesmo, informações de que os senderistas comem alguns órgãos internos das vítimas ou bebem-lhes o próprio sangue, obviamente, rituais já satânicos.

Entre as vítimas, os jovens são recrutados à força, sendo-lhes dada a alternativa: alistamento ou morte. Eis como age o Sendero Luminoso.

O importante de tudo isso é que os jovens recrutados, muitos deles camponeses, muitos deles analfabetos, que não sabem realmente aonde vão, se convertem depois, no processo, em senderistas.

É importante analisar o processo de formação de um quadro senderista. Ou, em outras palavras, como uma pessoa se converte em algo que não é humano - como se gera uma personalidade satânica.

Ao senderista que assassinou o padre, Víctor Acuña, capelão do Exército em Ayacucho, foi perguntado o que sentia enquanto matava e ele respondeu: "Uma imensa alegria, porque estou cumprindo as ordens do partido".

Já se sabe que a capacidade do Sendero de cooptar quadros nas universidades, por exemplo, entre os estudantes, diminuiu, sobretudo a partir da queda do Muro de Berlim e da revolta dos estudantes chineses na Praça de Tienanmén. Mas o que fazem aos jovens, é dizer-lhes que eles têm de matar porque vão instaurar uma ordem justa e trarão a prosperidade ao país: isto é, coloca-se um bom objetivo com um meio totalmente alienado desta meta. E o que sucede é que uma vez que comece a matar e que mate uma e outra e outra vez, o quadro do Sendero esquece este bom objetivo e começa simplesmente a funcionar com base no medo, o instrumento na morte. Começa a ter o medo e a morte como fim de toda a sua atividade. Então já temos a personalidade satânica, temos o quadro senderista.

Este culto à morte por parte do Sendero Luminoso foi analisado

por vários jornalistas. Outro aspecto interessante deste culto é o que se denomina a "quota"; a quota de sangue do Sendero. Recorde a epígrafe de Mariátegui: "Porei todo o meu sangue em minhas idéias".

Abimael Gusmán, em entrevista com o jornal *Marca*, que até há pouco tempo era legal, disse o seguinte:

> Marx, Lênin e o presidente Mao nos ensinam que é a quota, o que é aniquilar para preservar. Se temos um plano claro, é-se capaz de enfrentar qualquer banho de sangue, banho para o qual nos temos preparado desde 1980, porque este banho tinha de vir.

As fontes do Sendero afirmam que o banho de sangue — isto é, o que vai a custar para o Sendero chegar ao poder — será de dois milhões de pessoas. Ainda estão um pouco atrasados em sua quota; em dez anos, o Sendero matou aproximadamente 23.000 peruanos. Isto é, falta ainda a parte maior.

Com relação à quota, vale mencionar um manuscrito senderista, capturado em uma ação do Exército, no qual um senderista que apenas sabia ler e escrever, com falhas de ortografia, dizia o seguinte:

> A quota é o selo de compromisso com a nossa revolução, com a revolução mundial, com esse sangue do povo que corre em nosso país. Mas a maior parte dos mortos é causada pela reação e a parte menor por nós. Eles formam lagoas de sangue; nós formamos charcos. O sangue nos fortalece.
>
> Examinem agora estas palavras:
>
> E se o banho nos foi feito pelas Forças Armadas, o sangue não nos está causando prejuízo e, em vez disto, ele nos está fortalecendo.

Chega um momento na personalidade do senderista em que a morte não apenas do suposto inimigo, mas também a própria morte constitui "um atrativo imenso".

Encontraram-se também cadernos de doutrinação nos quais são feitas, por exemplo, estas definições: "O que é um senderista para um senderista?" "Está disposto a cruzar o rio de sangue". O rio de sangue que supõe os dois milhões de peruanos mortos.

O que é a direção do Partido Comunista Sendero Luminoso? "É

a chefia, que está conosco no momento supremo da entrega total ao fogo purificador da luta armada", diz o senderista.

Qual é o lema do partido? "Morrer, para inventar o grande mito subjetivo".

Isto é, rio de sangue, morte, mito subjetivo, fogo purificador; tudo é obviamente uma fraseologia, toda uma simbologia que tem mais a ver com gnosticismo e com o satanismo.

O número total de assassinatos cometidos pelo Sendero Luminoso é o seguinte: entre 1980 e 1985, 8.103 mortos; 1985 a 1990, 9.660 mortos. Nos dois anos do presidente Alberto Fujimori morreram 5.555 pessoas. No total, 23.000 pessoas. Nos dois últimos anos, a coisa tem sido mais demencial.

Esse é o método para afogar a nação também, em termos econômicos. Destruíram não apenas grande parte da rede elétrica, e da infraestrutura física, mas a que une a costa com a serra. Os danos calculados até o presente somam aproximadamente 25 bilhões de dólares. Recordem-se que a dívida nominal do Peru não chega a 20 bilhões de dólares. Isto é, o Sendero causou muito mais danos que o FMI.

O Sendero controla, atualmente, o principal sindicato de professores do país, o SUTEP, que agrupa 250.000 professores em nível nacional. Até há pouco tempo, por meio do SUTEP, o Sendero podia colocar qualquer senderista em qualquer escola, de acordo com os seus planos de expansão, e de guerra.

Nas salas de aula das escolas, tomadas pelo Sendero, há letreiros que dizem "Viva o Presidente Gonzalo!" ("nome de guerra" de Abimael Gusmán - N. E.). Os alunos destas escolas não passam de 12 ou 13 anos de idade.

Os senderistas deixam tarefas aos estudantes, como fazer composições com a frase "Viva o Presidente Gonzalo!". Tais tarefas são dadas a crianças de oito ou nove anos de idade, estudantes primários. Os senderistas voltam três, ou quatro vezes por mês para ver se doram cumpridas as tarefas. Daí se começa a doutrinação, nas zonas controladas pelo Sendero.

Por outro lado, as prisões tem funcionado como ninhos de terroristas e centros de direção terrorista. Embora não tenha sido realmente importante a captura de terroristas nos últimos 10 anos, devido sobretudo ao Poder Judiciário, vejamos alguns números. É totalmente desproporcional o número de terroristas detidos, comparado ao de terroristas processados e encarcerados. De 1981 a 1990, os terroristas processados e condenados somam apenas 562. A cifra de absolvições

é de 943. O número dos não-sentenciados — isto é, que sequer mereceram julgamento, mas que vão somente ao juiz e ele diz, quem nem merecem julgamento — é de 2.540. E o número de senderistas que estão por ser julgados é de 989. Na verdade, há somente 5.031 senderistas que passaram pela justiça; destes estão presos apenas cerca de 550.

Esses 550 presos, entre os quais há alguns peixes graúdos — como, por exemplo, o número dois do Sendero, Osmán Morote, que, além disto, é filho do primeiro reitor da Universidade de Huamanga, Efraín Morote — converteram os cárceres em escolas. Eram escolas para eles próprios e, além disto, os centros de direção do terrorismo. É óbvio que havia corrupção, havia autoridades que deixavam tudo acontecer. Na prisão de Canto Grande, foi realizada uma comemoração senderista. Uma festa dentro do cárcere. Além de uniformes, bandeiras, etc, os cúmplices do Sendero deixam entrar armas, cimento, ladrilhos, com o que os senderistas chegam a construir fortins dentro das próprias prisões.

Em 1987, quando houve "a matança dos presos", sabe-se fidedignamente que o levante foi ordenado por Abimael Guzmán, precisamente para promover um banho de sangue, um rio de sangue, para que esta quota de sangue incendiasse o país. Ele praticamente mandou que os senderistas presos em três prisões, se imolassem e enfrentassem as forças públicas até as últimas consequências. Foi praticamente um suicídio coletivo. Não restou outra alternativa às forças públicas senão entrar com toda a potência de fogo que tinham, além de que, ademais, era necessário restabelecer o princípio básico da ordem nas prisões.

Canto Grande é uma prisão situada ao norte de Lima. Os senderistas haviam feito uma série de incursões e plantado uma série de bases em volta dela. Havia efetivos do que eles chamam o Exército Guerrilheiro Popular, havia organizações senderistas de bairros, locais de doutrinação, escolas controladas, sitiando totalmente a prisão.

O narcoterrorismo

Voltamos ao tema do financiamento do Sendero Luminoso. O Sendero, embora seja oriundo de uma região andina muito pobre, imediatamente, se deslocou para zonas onde podia ter recursos financeiros destinados à sua ação posterior. Na verdade, se sobrepusermos hoje

um mapa onde se vêem as regiões de plantio de coca, onde funciona o narcotráfico, elas coincidem totalmente com a área onde atua o Sendero.

A região do Alto Huallaga é a maior zona produtora de coca do mundo. Aí se produzem aproximadamente 45% ou 50% de toda a folha de coca produzida no mundo. Na verdade, toda a zona está ocupada pelo narcoterrorismo: pelo Sendero Luminoso e pelo Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA). Há cerca de dois anos o Sendero Luminoso homogeneizou essa zona, expulsou o MRTA e se converteu no que passou a se chamar o "Cartel de Huallaga".

Em uma estrada da região, os senderistas puseram um enorme cartaz, que diz claramente: "Abaixo a erradicação das plantações de coca". Sob a foice e o martelo, o símbolo senderista.

Fujimori declara estado de emergência

Recentemente, medidas tem sido tomadas — esperemos que ainda a tempo — para brecar a situação, mas ela não está de modo algum assegurada. Foi dado um grande um grande passo; tacabando-se com toda a estrutura jurídica de juízes corruptos que protegiam o Sendero, que, nas semanas anteriores a 5 de abril haviam libertado mais de 250 terroristas. Acabou-se com o Parlamento que abrigava e, de certo modo, era manipulado por terroristas. Deu-se fim à Constituição ultraliberal de 1979, que, em certo sentido, acabou com tudo que significava ordem ou sentido de nação no Peru. Uma Constituição completamente liberal, elaborada por uma aliança entre a gente de Victor Raúl Haya de la Torre (APRA) e os comunistas, com os liberais de direita. Que terminou com tudo, com toda a possibilidade jurídica institucionalizada para impor a ordem. É contra tudo isto que as medidas de Fujmori obtiveram um êxito preliminar.

O apoio internacional ao Sendero Luminoso

Em diversas ocasiões, advertimos que a política da casta governante anglo-americana - e, por extensão do governo dos Estados Unidos - é a de entregar o poder no Sendero Luminoso no Peru. Muitos disseram que tal avaliação era exagerada, extremista, errada; que se pode criticar a política dos Estados Unidos para com o Peru, mas, diziam, foi

apenas por equívoco que a política estadunidense golpeou reiteradamente o governo e os militares peruanos e não os terroristas; que não se pode crer que este seja o *propósito* comum do governo dos Estados Unidos.

Por infortúnio, estão completamente equivocados. É crível que os atos do Sendero Luminoso não sejam conhecidos em Washington? Eles sabem. O subsecretário de Estado, Bernard Aronson, disse em várias audiências do Congresso, em março de 1992, que, se o Sendero Luminoso chegasse ao poder, executaria um genocídio semelhante ao perpetrado pelos nazistas e pelo Khmer Vermelho no Cambodja, passando a enumerar as atrocidades cometidas. O assessor de segurança nacional de Bush, Brent Scowcroft — que foi presidente da empresa do lobby Kissinger Associates — sabia muito bem o que dizia ao declarar à televisão dos Estados Unidos, em 12 de abril, que ganhar a guerra contra o Sendero Luminoso não é o mais importante, que o mais importante para o Peru é seguir as regras da democracia! Vale repetir, para que se entenda bem: ele disse que "o cerne da democracia é que as regras são mais importantes do que ganhar".

Em audiências realizadas em março, o diretor do "Projeto Peru" da Corporação RAND — entidade controlada pelas agências de informações dos Estados Unidos —, Gordon McCormick, deu aos congressistas estadunidenses a sua avaliação de que o Sendero ganhará, mas que os Estados Unidos nada devem fazer quanto a isto, senão tratar de contê-lo mediante deslocamentos militares ao redor do Peru, já que o Peru tem, para os Estados Unidos um "interesse limitado". Essa avaliação não deve ser considerada uma opinião pessoal, esperando-se que não tenha influência no Governo, já que o "Projeto Peru" foi financiado pelo Departamento de Estado.

A premissa a partir da qual trabalhou equipe da RAND é que a maior ameaça enfrentada no Peru é a do *Exército* peruano e não o Sendero. E como sabemos disto? Porque McCormick fez, em 1990, um relatório para o Departamento de Estado, no qual o afirma claramente. No relatório, McCormick escreveu que a *maioria* dos assassinatos civis atribuídos ao Sendero Luminoso, na verdade, foi cometida pelas forças militares peruanas e que o papel do Sendero no narcotráfico não é algo estratégico, já que os dirigentes do Sendero são demasiadamente "puristas" para traficar a sério. Segundo eles o Sendero começou a retificar as suas táticas e suas "execuções" são agora mais "examinadas".

Uma desculpa para o Sendero, consciente e franca.

O que dizer da Anistia Internacional, cujo relatório de 1991 sobre o Peru ataca o sistema judiciário peruano, não por deixar sistematicamente em liberdade os terroristas, mas por não *levar a julgamento* o Exército e a polícia peruana? O relatório da Anistia exige ao governo que tome como sua tarefa número um a investigação das violações aos direitos humanos por parte do Exército, contra o que chama "um grupo armado de oposição". A Anistia exige que o governo dê instruções a todo o pessoal militar para desobedecer ordens quando achar que tais ordens possam prejudicar os direitos humanos. Exige também que dê os nomes dos membros de qualquer destacamento quando isto fôr exigido por algum investigador e que seja suspenso do serviço ativo qualquer oficial *acusado* de violar os direitos humanos, mesmo diante do fato de que os investigadores dos direitos humanos no Peru são controlados pelo Sendero.

Na verdade, a Anistia exige ao governo que lhe entregue a lista de alvos para o Sendero!

O Congresso e o governo dos Estados Unidos, todavia, usam esses relatórios para condicionar a sua ajuda militar ao Peru ao cumprimento das exigências feitas por esses "promotores" da democracia e dos direitos humanos.

Todas as provas se acham à vista. Tal apoio ao Sendero é consciente e deliberado.

Tal política está intimamente ligada ao projeto anglo-americano de desmilitarizar os países ibero-americanos.

A desmilitarização e o Sendero Luminoso

Os dois projetos — o Sendero Luminoso e a desmilitarização — são na verdade um só. A estratégia anglo-americana é destruir o Exército *a fim de levar o Sendero ao poder no Peru e levar movimentos similares ao Sendero ao poder em toda a Ibero-América.* Por quê? Porque este é o modo mais eficiente de enterrar finalmente o projeto de 500 anos que representa a contribuição da Ibero-América à História.

Observe-se o novo movimento continental organizado sob a bandeira de "500 anos de resistência indígena" à civilização cristã. Foi declarado inimigo o próprio cristianismo! Já se entregaram grandes áreas da Amazonia a povos indígenas, sempre com a orientação der antropólogos estrangeiros. Sob esta bandeira constrói-se rapidamente um aparato senderista em escala continental.

A iniciativa indigenista não é mais "nativa" que a do Sendero. Em 1990, o Centro Woodrow Wilson publicou uma edição especial de sua revista *Wilson Quarterly*, à qual foi dedicada "aos 500 anos da resistência indígena". O Centro Woodrow Wilson tem em seu comitê diretor banqueiros e donos do cartel de cereais. É um órgão semigovernamental, pois conta com o financiamento do governo dos Estados Unidos, que, além disso, nomeia alguns de seus diretores. O ex-secretário de Estado James Baker fez parte desta diretoria quando a mesma começou a promover a campanha dos "500 anos de resistência".

Trata-se de uma ameaça aberta. Segundo a revista, os conflitos raciais têm sido um traço determinante da história da América Latina, que se pode esperar venha a se converter em campo de batalha interracial. Qualquer nação que não esteja de acordo com isto "fará caso omisso da questão indígena por seu próprio risco", advertem. Exigem que os "estudos indígenas" constituam o eixo de todos os estudos acadêmicos sobre a região que se realizem nos Estados Unidos. Descreve o Sendero como continuação das justas rebeliões dos índios contra a "subjugação brutal" imposta pelos espanhóis. Em que consistiu essa subjugação?

Consistiu em que os espanhóis mudaram a economia dos índios, converteram os mesmos em mineiros e cidadãos urbanos. O pior de tudo, segundo a *Wilson Quarterly*, é que os espanhóis permitiram a mistura das raças!

Com isso, chegam ao ponto central: "A história andina é cheia de levantes dos desesperados camponeses índios", diz a revista. "Em sua busca pelo apoio das massas indígenas, os dirigentes do Sendero não se mostram muito diferentes dos rebeldes *criollos* do passado... Procuram integrar ao seu próprio programa político as reivindicações do proletariado indígena e dos camponeses despossuídos".

Em outro artigo da revista, um dos antropólogos mais importantes dos Estados Unidos, David Maybury-Lewis, de Harvard, argumenta que, no caso do Brasil, qualquer discussão do que se chama "a questão indígena" não é mais que pretexto ou fachada para falar do programa de desenvolvimento dos militares, programa que, para ele, tem que ser detido.

Não se deve esquecer que um membro do diretoria do centro, o presidente do Citibank John Reed, sentenciou à morte o Peru e a Bolívia em 1990, pouco depois de o centro ter publicado o seu chamado à "resistência" indígena ao estilo Sendero Luminoso. "Bolívia e Peru desaparecerão", prognosticou Reed à revista brasileira *Veja*, em julho de 1990.

O caso de David Scott Palmer

Vejamos como se encadeia a Legenda Negra com os seus derivados, o projeto antimilitar e o projeto Sendero Luminoso. Para isto, é preciso passar em revista o caso de um dos principais "senderólogos" dos Estados Unidos, David Scott Palmer. Este é um dos que pintam o Sendero como simplesmente "a manifestção mais recente de toda uma tendência histórica" da resistência indígena aos espanhóis. Nas audiências do Congresso dos Estados Unidos, em março de 1992, Palmer afirmoou que se se pudesse pôr de lado o chefe do Sendero, Abimael Guzmán, poder-se-iam sustentar negociações com tais assassinos porque, segundo ele, "há alguns elementos dentro da organização que prefeririam uma linha mais moderada".

Em que se baseia Palmer para afirmar que "existem elementos mais moderados" no Sendero? Se buscarmos a resposta em seus textos, a conclusão mais generosa é que Palmer mantém contato regular com "fontes" que, no mínimo, estão muito próximas ao Sendero.

Assim, em um artigo publicado em 1985, Palmer informa que suas fontes incluem membros do APRA, que mantêm "contatos secretos mas regulares", desde 1979 até o presente, com dirigentes do Sendero. Na ocasião, Palmer exprimiu a sua esperança de que o governo de Alan García, que apenas começava, entrasse em "diálogo" com o Sendero, graças à "relação em curso" do APRA com o Sendero. Deste modo, Palmer vem advogando desde há muito tempo pelas "negociações". Outros contatos são membros da Esquerda Unida, que debatiam com o Sendero como unir suas forças. Limitam-se a estes os contatos de Palmer com as forças terroristas do Peru? Não há como saber, mas é claro que Palmer esteve bem próximo das operações do Sendero por quase três décadas.

O Sendero iniciou suas operações no departamento de Ayacucho, erguendo silenciosamente redes na comunidade durante vinte anos. Sua base de operações foi a Universidade de Huamanga. Desde o princípio, Palmer estava em cena. Ele chegou a Ayacucho pela primeira vez em 1962, como líder de todas as operações dos Corpos da Paz (Peace Corps) estadunidenses no departamento. Na ocasião. Abimael Guzmán começava a organizar o seu grupo na Universidade de Huamanga. De início Palmer ensinou inglês e ciências sociais na universidade, passando depois a dirigir um plano de reflorestamento no povoado próximo de Juan Caralla, na província de Victor Fajardo, região que se tornou um dos primeiros fortins do Sendero. Palmer

conta ainda, em seus escritos, que nestes dois anos "conheci muitos dos indivíduos que a seu tempo surgiriam como ativistas do Sendero. Eles incluíam indivíduos que, depois, seriam dirigentes da hierarquia do Sendero".

Palmer regressou a Ayacucho por vários meses entre 1970 e 1972, desta vez, para pesquisar a reforma agrária no departamento, para a sua tese na Universidade Cornell. Na ocasião o Sendero desempenhava serviços paramédicos, agrícolas e de alfabetização necessários — segundo suas palavras — ao campesinato das zonas de Ayacucho em que ele pesquisava. Nesta época, o Sendero já havia assassinado funcionários do Governo que trabalhavam na área, enquanto Abimael Guzmán se convertia em diretor de pessoal da Universidade de Huamanga. Em 1977, Palmer regressou para continuar suas pesquisas em Ayacucho. Em 1979, passou a lecionar na Universidade de Huamanga.

Palmer escreveu que não teve contato com os "principais" implicados com o Sendero, desde que "se tornaram clandestinos". Mas isto ocorreu por volta de 1978, muito tempo depois de ter ele realizado as suas pesquisas sobre a "reforma agrária" na zona controlada pelo Sendero. Em 1980, o Sendero realizava a sua primeira ação terrorista em Chusquiles, Ayacucho, precisamente a zona em que Palmer havia feito suas pesquisas "agrárias".

Luigi Einaudi, agente de Kissinger

Palmer não é um simples "acadêmico". Ele trabalhou no Departamento de Estado e no Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS) por mais de uma década, desde meados dos anos 70, em cargos que incluíram a direção de estudos sobre a América Latina do Instituto de Serviço Exterior do Departamento de Estado. Algumas fontes afirmam que Palmer foi também assessor do Governo Bush no planejamento da contra-insurgência no Peru. O subsecretário de Estado Bernard Aronson louvou o depoimento de Palmer ao Congresso, nas audiências de março de 1992.. Poder-se-ia então perguntar ao Departamento de Estado se Palmer fala pela quando diz que existem possibilidades de negociação com os assassinos senderistas. Implicará isto em que Washington tenha idealizado alternativas e contingências, para repetir com o Sendero o tipo de acordos de poder compartilhado que fez com a Frente Farabundo Martí em El Salvador?

Mas ainda há mais, no caso de Palmer. Voltemos à sua tese de 1972. Palmer não estava apenas estudando a reforma agrária; sua preocupação principal, na ocasião, *era o Exército do Peru* e se saber se o governo militar de Velasco Alvarado poderia ou não mudar as condições econômicas e sociais do Peru. Seu trabalho contou com a assistência, entre outros, de Luigi Einaudi, a quem Palmer também dá crédito por tê-lo ajudado em outro de seus livros posteriores.

Esse fato é de extrema importância. Se existe alguém nos Estados Unidos a quem se possa considerar o "inimigo número um" das Forças Armadas da Ibero-América é Luigi Einaudi, atual embaixador de Bush na OEA. A partir deste posto, ele coordena a campanha para impor à Ibero-América a soberania limitada e o governo coletivo, sob o rótulo de "defender a democracia". Quando assessorava Palmer em sua tese, Einaudi trabalhava na Corporação RAND (RAND Corporation), analisando militares e eclesiásticos ibero-americanos, ao mesmo tempo em que preparava relatórios sobre conflitos fronteiriços entre as nações ibero-americanas. Para poder intrometer-se, Einaudi se apresentava como "amigo" dos exércitos peruano e brasileiro, e, assim pode efetuar estudos destes exércitos, que ainda são usados para orientar a política dos Estados Unidos.

Mais tarde, Einaudi mudou-se para o Departamento de Estado, onde dirigiu o Gabinete de Planejamento Político para a América Latina durante quatro governos, tanto republicanos como democratas. A esta altura, já era conhecido como "o Kissinger de Kissinger" para a América Latina. Em 1986-1987, também iniciou a assessoria do projeto antimilitar que resultou no "Manual Bush".

Chegamos agora ao ponto crucial de tudo isso, que torna tão relevante o fato de o outro interesse principal do "senderólogo" Palmer ser o Exército peruano. Palmer é um devoto da Legenda Negra. Do princípio ao fim, ele acredita que a Ibero-América, sua história, sua política e sua dinâmica social sejam o resultado de uma tradição que ele despreza. Esta "tradição hispânica", escreve em sua tese, é "autoritária, tradicional, elitista, patrimonial, católica, estratificada, hierárquica e corporativa,". O problema do regime militar de Velasco Alvarado, conclui ele, reside em que ele busca modificar o modelo básico da política do Peru, de um modelo "democrático ocidental" para um "corporativista hispânico". Mas seus esforços fracassarão, escreve, porque "não têm significado" para a sociedade indígena.

Alguns anos depois, Palmer escreveu um livro-texto para estudantes estadunidenses no Peru, publicado pela casa editorial Praeger,

ligada à CIA, intitulado *Peru, a tradição autoritária,* o qual acrescenta à lista de fatos terríveis da história da Espanha o fato de que era mercantilista, estatista e centralizadora, em contraste "com os atributos igualitários, federalistas de *laissez-faire* e de livre câmbio do sistema inglês". E isto cobre muito bem a conhecida litania!

De onde Palmer reconhece que aprendeu essa litania? Com Howard Wiarda, o "acadêmico", que argumenta que o governo e a cultura ibero-americana deveriam ser mudados, por representarem a visão do homem que São Paulo apresenta na primeira Epístola aos Coríntios, 1:12. Palmer diz que tomou a tese de seu trabalho de um ensaio apresentado por Wiarda, em 1971, sobre *O modelo corporativo* como "marco de referência" para avaliar todos os "processos de mudança "na Ibero-América. Wiarda compartilha a "perspectiva indigenista" do grupo do Centro Woodrow Wilson. Em seu livro de 1990 sobre *A revolução democrática na América Latina,* Wiarda calculou, no que ele chama de "os países indígenas" — Guatemala, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, México —, "a civilização ocidental representa algumas vezes uma capa muito delgada que poderia, mesmo assim, fundir-se ou ser lançada ao mar. Fundi-la ou varrê-la é, por certo, a meta do *misterioso* movimento do Sendero Luminoso no Peru e é um dos grandes temas da história peruana", escreveu ele. "Uma pequena cultura ocidental, branca, católica, hispânica, capitalista, estabeleceu-se na cidade costeira de Lima e conseguiu por muito tempo subordinar os oito ou nove milhões de índios... Mas todo mundo sabe (e o tem sabido por 500 anos) que, algum dia, esta população índia adormecida se erguerá... e jogará aquela fina capa de civilização ocidental no Pacífico".

O que temos, então? Palmer, ex-funcionário do Departamento de Estado que ainda faz trabalhos de consultoria, cujos preconceitos foram induzidos por Wiarda - apoiado por Einaudi -, e esteve ativamente vinculado às redes do Sendero durante três décadas, promove agora o diálogo com estes assassinos. Podemos, então, desprezar como mera retórica o fato de que Palmer comparou em duas ocasiões a luta do Sendero em Ayacucho, por sua importância histórica na "libertação dos marginalizados da América Latina", segundo suas palavras, à última batalha de Simon Bolívar contra a Coroa espanhola em 1824? Está de acordo o Departamento de Estado com tal avaliação?

Dizem-nos que os Estados Unidos não podem desejar um governo do Sendero Luminoso no Peru? Que uma prova disto é Washington pressiona para que o governo peruano a deixe participar em atividade

des de contra-insurgência contra o Sendero? A todos os que dizem isto convidamos a estudarem a história de como os Estados Unidos, sob a batuta do agente britânico Henry Kissinger, deliberadamente conduziram o Cambodja ao genocídio perpetrado pelo Khmer Vermelho — o aliado e modelo do Sendero — nos anos 70. Em 1970, o Khmer Vermelho tinha cerca de 5.000 homens, quando o governo dos Estados Unidos derrubou o governo do príncipe Sihanouk, iniciou o bombardeio da país em grande escala e dirigiu a invasão conjunta deste com os sul-vietnamitas, inimigos seculares do Cambodja. Três anos depois, com a agricultura e a infra-estrutura arruinadas pelos bombardeios, o Khmer Vermelho já tinha cerca de 50.000 homens e a maioria do território da Cambodja sob seu controle. Tudo isto foi feito em nome da "luta contra o comunismo", até que o Khmer Vermelho consolidou a sua ditadura sobre o país. Como disse o príncipe Sihanouk, em 1979, "mister Nixon e o doutor Kissinger criaram o Khmer Vermelho".

Atentemos, agora, para o fato de que, em 1992, as Nações Unidas, em nome da "Nova Ordem Mundial", insistem em que o Khmer Vermelho tem que participar em um governo de "pacificação". Isto significa devolver o poder aos assassinos que massacraram sistematicamente mais de um milhão de seus compatriotas em nome do igualitarismo maoísta e que criaram as condições em que morreram outros dois milhões.

Esse é o futuro que espera toda a Ibero-América se seguir ao pé da letra a atual política anglo-americana.

III

O pano de fundo econômico

13 Os orçamentos militares, novo alvo dos EUA

Em 26 de maio de 1992, em Nova York, Carlos Bologna, então ministro de Economia e Finanças do Peru, disse aos seus nervosos ouvintes reunidos no Conselho das Américas de David Rockefeller, que não se preocupassem com a possibilidade de que a situação peruana saísse de controle. Os militares estão enquadrados, assegurou-lhes, com o estrangulamento financeiro: não lhes é dado o orçamento de que necessitam para vencer decisivamente na guerra contra os narcoterroristas do Sendero Luminoso. Quando lhe perguntaram como isto era feito, Bologna explicou: "Dissemos a eles que as nossas disponibilidades orçamentárias têm um limite e que todos os pedidos de recursos devem vir acompanhados de uma proposta acerca de quem deve ficar sem eles, o que parece ter dado resultados positivos".

Nenhum chefe militar peruano deu a Bologna, ao menos em público, a resposta óbvia à sua pergunta mal-intencionada: suprima a rubrica orçamentária de *pagamento do serviço da dívida* e dedique este dinheiro à guerra contra o Sendero Luminoso.

Até mesmo o ex-premier peruano Manuel Ulloa, que de modo algum é inimigo dos bancos, falou com franqueza. Em comentários feitos numa reunião do Conselho de Interação (Inter-Action Council), celebrada em Queretaro, México, no início de junho de 1992, Ulloa afirmou categoricamente que "o Sendero Luminoso recebe dos narcotraficantes mais dinheiro que o Estado dá às suas Forças Armadas". Os cálculos da *Executive Intelligence Review* confirmam tal conclusão: o orçamento anual do Sendero Luminoso, de uns 720 milhões de dólares em narcodinheiro, é mais que dois terços superior que os miseráveis 429 milhões de dólares destinados à totaliddade das Forças Armadas peruanas em 1990.

As três grandes mentiras de McNamara

Nos últimos meses, a mais poderosa arma do arsenal da casta governante anglo-americana contra os militares tem sido a linha propagandística de que o subdesenvolvimento da Ibero-América e do resto do Terceiro Mundo se deve aos seus excessivos gastos militares. Após o fim da Guerra Fria, é necessário reduzir as Forças Armadas, cacarejam eles.

Essa linha de argumentação se baseia em três grandes embustes, que foram primeiramente promovidos pelo ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos e ex-presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, em um trabalho apresentado em abril de 1991, sob o título "*O mundo pós-Guerra Fria e suas implicações para os gastos militares dos países em desenvolvimento*", no qual afirma:

1) As despesas militares dos países do Terceiro Mundo, os da Ibero-América em especial, representam uma fração colossal do Produto Nacional Bruto destes países.

2) As referidas despesas não apenas são enormes, mas crescem a passos agigantados.

3) Esses gastos militares constituem a razão pela qual tais países dedicam muito pouco dinheiro à saúde, educação e outras rubricas sociais.

A solução proposta por McNamara é realmente muito simples: reduzir as verbas militares à *metade* até o final da década.

Diz McNamara em seu texto:

> Podem-se reduzir gastos [militares] tão grandes em países com necessidades tão drásticas de capital para acelerar o ritmo do progresso econômico e social dos seus 5 bilhões de habitantes? A minha resposta é sim, este trabalho fará a proposição de que... sujeitar a ajuda financeira aos países em desenvolvimento à redução dos gastos militares pode resultar em menos riscos de guerra entre as nações do Terceiro Mundo e em que seus gastos militares, como porcentagem do Produto Nacional Bruto, se reduzam em mais da metade no final da década. O fim da Guerra Fria oferece oportunidades formidáveis para que as nações do mundo avancem nesta direção. As organizações internacionais, entre elas as instituições financeiras como o Banco Mundial, podem catalizar o processo pelo qual se acelera o desenvolvimento econômico e social sem reduzir a segurança".

Para que não haja confusão alguma, McNamara explica: "Insto energicamente para que, mediante 'condicionalidades', a ajuda financeira seja vinculada ao progresso rumo a 'níveis ideais' de gastos militares".

Esse chamado à redução das Forças Armadas, lançado por um dos mentores da Guerra do Vietnã, não caiu em ouvidos moucos. Seu sucessor no Banco Mundial o adotou alguns meses depois como política oficial deste órgão, na reunião anual de setembro de 1991, como o fez, também, a sua instituição-irmã, o Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto, em princípios de junho, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, explicou que a causa da existência de pobreza no mundo não eram as exigências de austeridade do Fundo, mas os gastos de defesa das nações do mundo. "Por anos seguidos, temos ouvido que as necessidades urgentes de defesa... eram um obstáculo", declarou Camdessus. "Não será hora de aproveitar a redução das tensões globais e recanalizar recursos para fins mais produtivos e úteis?... No mundo, abundam os gastos não-produtivos. Basta citar os gastos militares, que permaneceram praticamente iguais, apesar das possibilidades abertas pelo fim da Guerra Fria".

Poder-se-ia supor que no citado relatório de McNamara, que lhes deu origem, encontrar-se-ia a base estatística de todos esses chamados subseqüentes à ação. Na verdade, o que o autor apresenta nele é uma série de quadros que comparam as despesas com saúde, educação e defesa como porcentagens do Produto Nacional Bruto (PNB) de vários países. O argumento geral de McNamara é que as duas primeiras rubricas são relativamente baixas porque a última se mostra muito alta - ou seja, se os países são pobres, lance-se a culpa aos militares.

Mas existe algo muito curioso nos quadros de McNamara. Em todos eles falta uma rubrica orçamentária: a soma que os governos destinam ao *serviço da dívida*, tanto a externa como a interna.

Terá sido, por acaso, um mero descuido do brilhante economista? Seria presunção supor que, talvez, McNamara tenha esquecido propositalmente essas cifras, porque não queria que alguem fosse comparar os gastos de defesa e outras rubricas orçamentárias com os pagamentos da dívida? Talvez, o tenha feito porque, contrariamente às suas três grandes mentiras, as cifras completas revelam evidências como as seguintes:

1) A defesa *não* representa a parte do leão dos orçamentos. Em 1990, a Ibero-América gastou no serviço da dívida quase *sete* vezes mais (nada menos que 52 bilhões de dólares) do que com a defesa

(apenas 7,8 bilhões de dólares).

2) Os gastos com a defesa *não* estão crescendo. Ao longo dos anos 80, os gastos militares da Ibero-América reduziram-se em dois terços (em 36% no Chile e em 70% na Argentina).

3) Os orçamentos militares *não* constituem a razão pela qual os gastos com saúde e educação são baixos. Mais relevante é a redução drástica das despesas públicas em geral, juntamente com o aumento do pagamento da dívida — fatos, ambos, que ocorreram por ordens de Washington, do FMI e dos bancos credores — e o que levou, ao longo dos anos 80, à redução dos gastos com educação e saúde em mais de 50% *per capita,* em países como o Peru e o México.

São as receitas do FMI, impostas com mão de ferro na "Nova Ordem Mundial" de Bush & Cia., que estão destruindo a saúde, a educação e as Forças Armadas da Ibero-América, tudo visando salvar os bancos falidos de Wall Street.

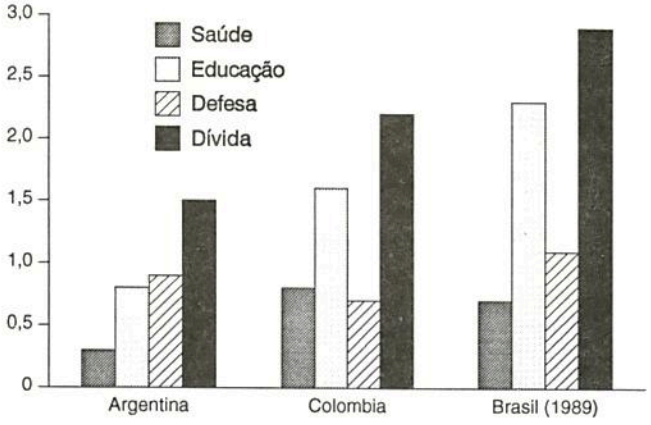
Dissecação da fraude

Os embustes de McNamara se tornam manifestos diante de um exame minimamente atento das *cifras orçamentárias dos governos* (ver o apêndice sobre a metodologia).

As figuras 1 e 2 mostram, do modo mais direto, a natureza das medidas de McNamara. Para cada país, as rubricas são as apresentadas por McNamara - saúde, educação e defesa — como porcentagem do PNB. McNamara se vale destas três rubricas para pintar o quadro, supostamente horripilante, de que um país como a Argentina gasta três vezes mais em defesa (0,9% do PNB) do que gasta em saúde (0,3% do PNB); e mais do que gasta em educação (0,8% do PNB). Mas a rubrica ausente, que não aparece em parte alguma em sua análise, é o que se gasta na dívida, que no caso da Argentina é, no mínimo, 1,5% do PNB, ou seja, dois terços mais do que os gastos em defesa.

A Colômbia e o Brasil dedicam à dívida três vezes mais do que gastam em defesa, em porcentagem do PNB, enquanto o Peru e a Venezuela dedicam à dívida cerca de quatro vezes mais do que gastam em defesa. A média de toda a Ibero-América revela que a defesa responde por menos que 1% do PNB, contra mais de 6% do PNB para o pagamento da dívida. Se estão preocupados com a saúde e educação na Ibero-América, rubricas nas quais, efetivamente, gasta-se muito

FIGURA 1
Gastos públicos na Argentina, Colômbia e Brasil, por setor, 1990
(% do PIB)



Fontes: ADLA-Argentina; Controle Geral da República-Colômbia; Secretaria de Planejamento, *Noticiário do Exército*-Brasil; BID.

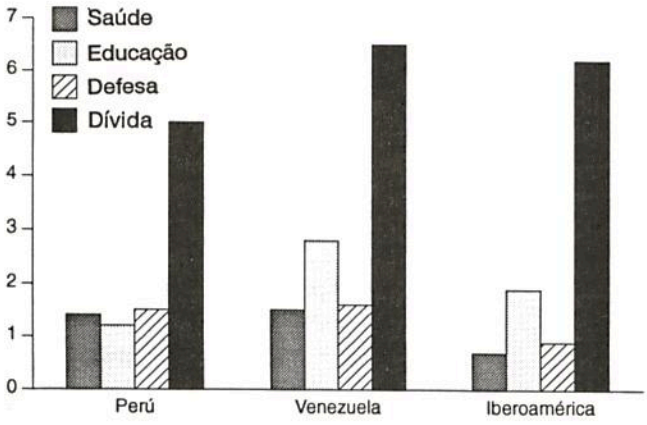
pouco, por que McNamara e o FMI não propõem reduzir o que os governos da região destinam ao pagamento da dívida?

Na Fig. 3, escolhemos o caso do México por sua impressionante representatividade. Este país, ao qual Washington e o FMI citam constantemente como modelo para o resto da região, dedica nada menos que 16% de seu PNB ao pagamento dos juros usurários da dívida, o que deixa miseráveis 0,2% para a saúde e 1,5% para a educação. Assim às Forças Armadas mexicanas, tocam-lhes apenas cerca de 0,3% do PNB.

O Fig. 4 resume o ocorrido no México nos últimos dez anos. A rubrica do pagamento da dívida cresceu desmesuradamente ao longo dos anos 80, a tal ponto que, em 1989, já absorvia 70% de todo o orçamento governamental. Sem se remover este câncer, não há como sobrar dinheiro para que o governo mexicano possa fazer gastos produtivos.

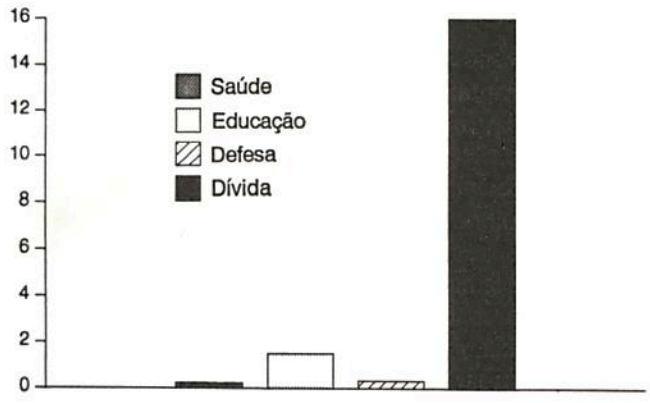
A Fig. 5 apresenta os mesmos números para o Peru. A rubrica da dívida não absorve tanto como no caso do México ("apenas" 42% do

FIGURA 2
Gastos públicos no Peru, Venezuela e Ibero-América, por setor, 1990
(% do PNB)



Fontes: BCR-Peru; Ministério da Fazenda-Venezuela; BID; estimativas próprias.

FIGURA 3
Gastos públicos no México, por setor, 1990
(% do PNB)



Fontes: Secretaria de Programação e Orçamento - México; BID.

orçamento), mas supera claramente qualquer outra rubrica orçamentária. Note-se, também, que ela cresceu de modo acentuado em poucos anos.

Porém, o quadro peruano, de modo particular, não fica claro se se observam apenas as proporções entre as frações do orçamento. Ocorre que o montante total do orçamento encolheu no decurso dos anos 80: em 1980 ele foi de 349 dólares per capita; em 1990, caiu para 157 dólares per capita (uma redução de 55%). O orçamento da defesa reduziu-se mais ainda, 68%; o de educação, 65%; e o de saúde, 59%, caindo para a escandalosa cifra de apenas 7 dólares per capita em 1989 (Fig. 6). Portanto, não surpreende que a epidemia de cólera tenha avassalado o Peru como um terremoto, em fevereiro de 1991.

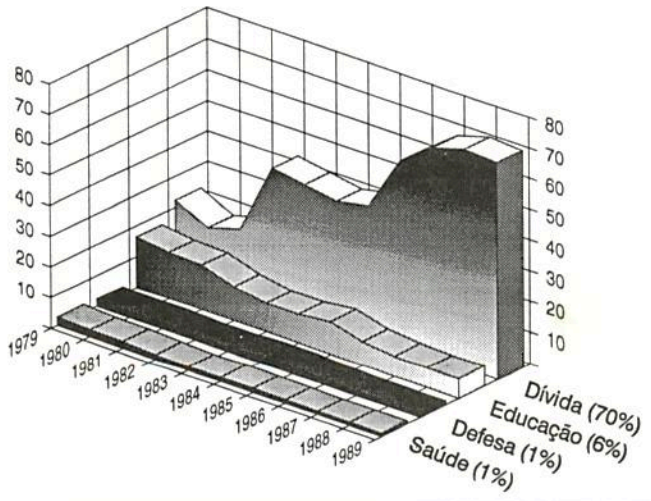
Tampouco é o Peru o único país da Ibero-América cujos gastos em defesa caíram na década de 80 como resultado das medidas do FMI. Quase todas as nações sofreram o mesmo processo, como se vê nas figuras 7, 8 e 9. Isto refuta a mentira de McNamara de que os gastos militares têm aumentado na região.

Tomemos o caso do Chile que tem um dos orçamentos militares

FIGURA 4

México: gastos públicos por setor, 1979-1989

(% do gasto total)



Fonte: Secretaria de Programação e Orçamento - México.

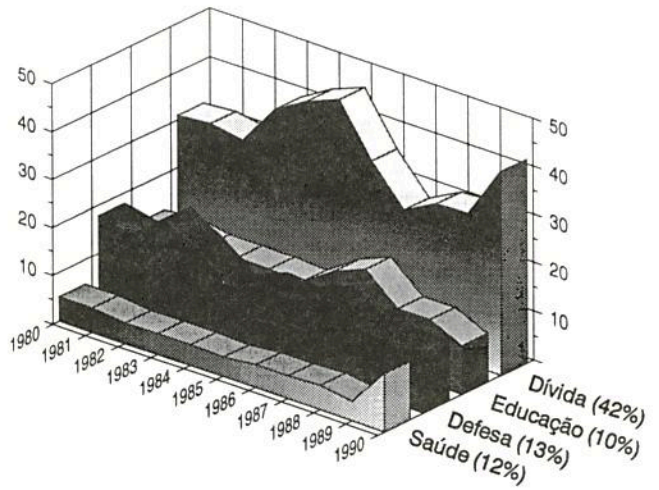
mais protegidos da região (Fig. 7). Os gastos com defesa caíram de 86 dólares per capita, em 1980, para 55 dólares per capita, em 1988 (uma queda de 36%). No Brasil, um dos alvos favoritos dos desmilitarizadores, calcula-se que o orçamento militar se tenha reduzidi de um terço, de 37 para 25 dólares per capita, entre 1980 e 1989.

A Venezuela, rica em petróleo, também gasta menos em termos per capita em suas Forças Armadas, hoje, do que em 1980 (Fig. 8). E a Argentina lidera a Ibero-América no tocante à redução percentual dos seus gastos militares per capita (70%), principalmente após a Guerra das Malvinas. Dos países estudados, apenas a Colômbia teve um aumento de seu gasto de defesa entre 1980 e 1990, mas, em termos absolutos per capita, seu orçamento militar continua sendo um das mais baixos da região (10,6 dólares), aspecto em que rivaliza até com o México (Fig. 9). Deve-se ter em mente que a Colômbia tem estado envolvida em uma guerra prolongada entre as guerrilhas narcoterroristas e as Forças Armadas nacionais. Além do Peru, é o país que talvez mais necessite de fazer grandes gastos militares para poder derrotar as bem organizadas e bem financiadas forças do narcoterrorismo.

FIGURA 5

Peru: gastos públicos por setor, 1980-1990

(% do gasto total)



Fonte: BCR - Peru.

O que significam os cortes

Ao olharmos para esses números, não devemos ver neles apenas frias estatísticas. Os cortes já impostos às instituições militares da Ibero-América têm levado várias delas à beira da extinção como forças de combate e colocado em perigo a própria soberania nacional de seus países - o que, evidentemente, é o que desejam McNamara e Washington.

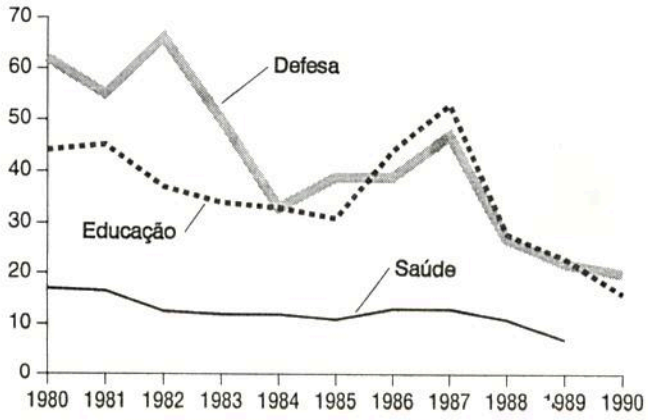
Uma das rubricas mais afetadas é a da compra de equipamento militar. De acordo com uma análise publicada em 5 de abril de 1992 no jornal *New York Times,* a Ibero-América dedica hoje a este item menos de um bilhão de dólares anuais, contra cerca de três bilhões de dólares anuais na década de 70. A Colômbia, por exemplo, está comprando apenas armas leves para combater as narcoguerrilhas, dotadas de armamentos poderosos. As Forças Armadas peruanas informam que possuem apenas quatro helicópteros capazes de sobrevoar os Andes, isto é, úteis na guerra contra o Sendero Luminoso. A Argentina sequer pode pagar os reparos no equipamento que possui, o que inutiliza a metade de seus aviões de combate, 20 helicópteros, 250 transportes blindados e seu único porta-aviões.

Entretanto, ainda pior é o impacto das reduções salariais na vida e no moral dos soldados. Na Venezuela, os salários reais do pessoal militar caíram 30% em cinco anos; no Brasil, mais de 25%; e na Argentina os oficiais ganham menos da metade do que ganhavam no

FIGURA 6

Peru: gastos per capita em saúde, educação e defesa

(dólares de 1988)

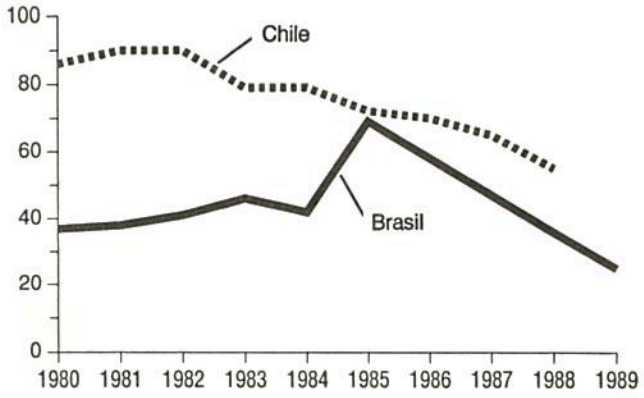


início dos anos 80. Na Bolívia, os soldos militares também foram reduzidos à metade. A situação neste país é tão ruim que, segundo o jornal mexicano *Excelsior,* de agora em diante os oficiais de patente de sargento para cima terão de comprar o próprio uniforme e pagar a sua comida.

A situação na Argentina é igualmente ruim, pois a redução dos salários fez com que 50% dos oficiais e suboficiais do Exército tivessem que arranjar um emprego complementar. Este procedimento viola os regulamentos, mas os comandos têm feito vista grossa, enquanto passa a existir um Exército de meio tempo. É excusado dizer que a disciplina tem caído em proporção com a queda dos salários.

A situação no Brasil também é desastrosa. Em meados de maio de 1992, a agência EFE informou que o orçamento das Forças Armadas está tão baixo que a duras penas se podem alimentar as tropas e que, como resultado, resolveu-se dar licença aos soldados às segundas e sextas-feiras, durante o mês de junho, para não ter de lhes servir o rancho. O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro confirmou, em 10 de abril de 1992, que já escasseia a comida nos quartéis do Exérci-

FIGURA 7
Brasil e Chile: gastos per capita em defesa
(dólares de 1988)



Fontes: BCR, Peru; BID

to.

Mas o que tenha talvez causado maior preocupação no Alto Comando do Exército tenha sido o relatório preparado por oficiais na ativa que documenta, segundo a edição de 29 de abril de 1992 da revista *Veja*, que, no Rio de Janeiro um em cada quatro miltares da força está sendo forçado a procurar moradia em favelas. Apenas na favela de Jacarezinho, onde abundam as drogas e a delinqüência, vivem cerca de 58 militares de diversas patentes.

Para ganhar a guerra

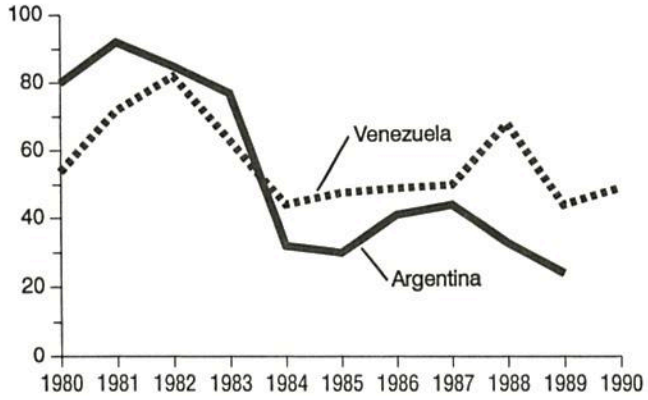
As figuras 10 e 11 respondem à pergunta sarcástica de Carlos Bologna, citada no começo: se querem aumentar o orçamento militar, senhores, o que devemos cortar?

O que devemos cortar, Sr. Bologna, são os pagamentos da dívida usurária que têm estado a destruir as nações da Ibero-América em todos os sentidos.

FIGURA 8

Argentina e Venezuela: gastos per capita em defesa

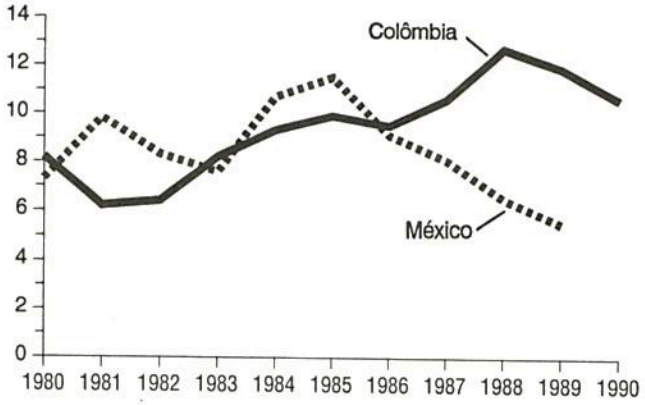
(dólares de 1988)



Fontes: ADLA - Argentina; Ministério da Fazenda - Venezuela; BID.

a;

FIGURA 9
Colômbia e México: gastos per capita em defesa.
(dólares de 1988)

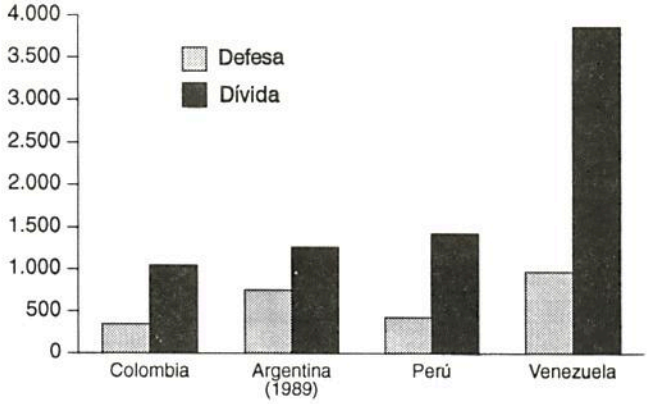


Fontes: Controle Geral da República - Colômbia; Secretaria de Programação e Orçamento - México; BID.

O governo da Colômbia, por exemplo, que em 1990 deu às suas Forças Armadas apenas 350 milhões de dólares para combater os narcoterroristas, dedicou no mesmo ano três vezes esta soma - 1,044 bilhões de dólares - ao pagamento da dívida pública. Bastaria reduzir em um terço os pagamentos da dívida para duplicar o orçamento militar.

Em 1990, a Venezuela gastou 970 milhões de dólares em suas Forças Armadas, mas os seus pagamentos aos credores foram de quatro vezes este montante: 3,871 bilhões de dólares. E o Brasil, que pagou 10,1 bilhões de dólares, gastou em defesa apenas 3,7 bilhões de dólares. Na próxima vez que o governo brasileiro disser às Forças Armadas que não há dinheiro para atender às suas necessidades, os militares podem contrapo notar que o orçamento militar poderia aumentar em 135%, bastando reduzir à metade o pagamento da dívida. Isto poderia desagradar os credores do Brasil mas, ao menos, deixaria o país em condições de defender a sua soberania.

FIGURA 10
Gastos em defesa e em dívida: Colômbia, Argentina, Peru e Venezuela, 1990
(milhões de dólares)



Fontes: BCR - Peru; ADLA - Argentina; Controle Geral da

Em conjunto, no ano de 1990, as nações da Ibero-América pagaram, de serviço da dívida quase sete vezes — 52 bilhões de dólares - o que gastaram na defesa -7,8 bilhões de dólares (Fig. 11). Isto explica em boa medida porque McNamara se "esqueceu" de incluir o pagamento da dívida em sua análise. Uma vez examinados, estes números tornam impossível justificar os cortes destruidores que estão sendo impostos às instituições militares da região, sob o pretexto de uma poupança indispensável.

Em última análise, o que se acha em jogo é uma questão fundamental de segurança nacional.

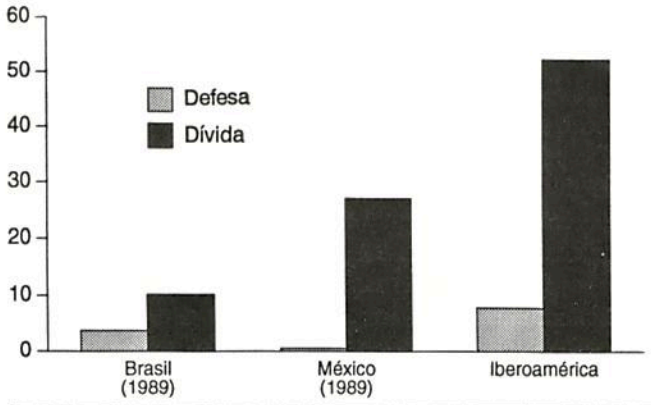
Vejamos o exemplo do Peru (Fig. 10).

Em 1990, o governo encontrou os recursos para pagar seus credores nacionais e estrangeiros - 1,425 bilhões de dólares -, mas pôde juntar apenas 429 milhões de dólares para suas Forças Armadas, que têm travado uma guerra sem quartel contra os carniceiros comunistas do Sendero Luminoso. A trágica ironia desta situação é que os patrocinadores do Sendero Luminoso — os cartéis internacionais da droga

FIGURA 11

Gastos em defesa e em dívida: Brasil, México e Ibero-América, 1990

(bilhões de dólares)



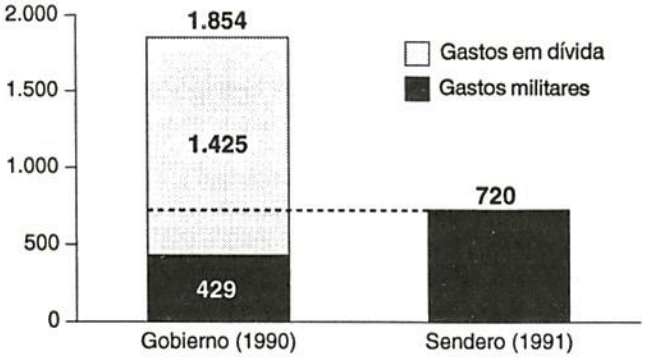
Fontes: Secretaria de Planejamento, *Noticiário do Exército* - Brasil; Secretaria de Programação e Orçamento - México; BID; estimativas próprias.

e os banqueiros que os apóiam — não foram tão mesquinhos: alguns calculam que o Sendero pode ter recebido até 720 milhões de dólares em 1991, para levar a cabo a sua guerra total. Essa cifra é 68% maior que o orçamento militar do mesmo ano.

O que seria necessário para dar aos militares peruanos um orçamento comparável ao do Sendero Luminoso? Apenas 291 milhões de dólares a mais, que poderiam ser obtidos bastando suspendendo em 20% os pagamentos anuais da dívida do governo. Em outras palavras, se o governo de Alberto Fujimori — que afirma ter declarado guerra total ao Sendero — também declarasse uma *economia de guerra* e suspendesse o pagamento de uma quinta parte de suas dívidas, as Forças Armadas peruanas contariam, pelo menos, com os mesmos recursos que o Sendero.

Na realidade, seria muito melhor que o governo declarasse uma moratória total enquanto durasse a guerra e usasse os recursos assim poupados (1,425 bilhões de dólares por ano) para duplicar ou triplicar os gastos com a defesa do país, bem como canalizar dinheiro para

FIGURA 12
Peru: gastos militares do governo e do Sendero Luminoso
(milhões de dólares)



Fontes: BCR - Peru; BID; estimativas próprias.

começar a recuperar a economia da devastação em que as receitas do FMI o afundaram.

Esse seria o melhor modo de responder às três grandes mentiras de McNamara.

Apêndice: **Metodologia empregada**

As estatísticas em que este estudo se baseou provêm de fontes governamentais dos respectivos países ibero-americanos (bancos centrais, ministérios da fazenda, etc). Em todos os casos, os dados oficiais são usados em unidades correntes das moedas respectivas. Para compará-los foi necessário convertê-los em dólares constantes.

Inicialmente, pretendia-se empregar as taxas de câmbio anuais médias publicadas para cada país pelo FMI, mas os resultados não foram considerados confiáveis em alguns casos e, em outros, continham anomalias sem explicação. É provável que isto se deva a problemas inerentes ao emprego de taxas de juros médias em casos em que tenha havido grandes desvalorizações, mudanças do padrão monetário etc.

Foi, então, aplicado um método alternativo, no qual se empreggaram as cifras publicadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre o orçamento governamental anual de cada país como porcentagem de seu PBD, em combinação com os valores do PNB em dólares constantes, fornecidos pelo próprio BID. Isto forneceu o valor do orçamento em dólares constantes. Em seguida, foram empregadas as fontes nacionais oficiais para obter os gastos anuais em saúde, educação, defesa e pagamento da dívida como porcentagens do orçamenteo total de cada ano. Em seguida, estas porcentagens foram aplicadas ao orçamento total em dólares constantes já obtido, para obter o valor de cada uma das rubricas mencionadas.

Em nossa avaliação, os resultados configuram uma aproximação aceitável, mas também encontramos alguns aspectos que apresentam dúvidas.

Para começar, as cifras que cada país oferece são, às vezes, incongruentes ou pouco críveis. Como exemplo, as cifras de pagamentos totais da dívida do governo argentino são surpreendentemente baixas, o que indica que, talvez, as cifras orçamentárias não reflitam a totalidade dos pagamentos efetuados. Como resultado de problema semelhante, até o BID, o FMI e o Banco Mundial admitiram, em vários casos, a impossibilidade de se obterem cifras úteis. É importante advertir, com relação a isto, que as cifras de McNamara diferem com freqüência das que empregamos aqui e que isto inclui diferenças significativas *em ambos os sentidos,* quanto às despesas com a defesa, isto é, as suas cifras são maiores em alguns casos e menores em outros.

Finalmente, devemos chamar a atenção do leitor para o fato de que, quando falamos em pagamento da dívida, *não* nos referimos à rubrica de pagamento do serviço da dívida externa normaalmente utilizada nos estudos sobre a dívida externa de cada país. Neste estudo, *incluímos* na rubrica de pagamento da dívida o pagamento das dívidas externa e interna do governo e *excluímos* os pagamentos de devedores privados, ainda quando estejam avalizados pelo governo. Normalmente, a rubrica do serviço da dívida externa inclui apenas os pagamentos efetuados a credores estrangeiros, porém abarca tanto os do governo como os dos devedores privados.

14 Alto à "africanização" da Ibero-América!

No decorrer da última década, devido à falta de boa condução e ao excesso de pragmatismo dos dirigentes ibero-americanos, a usura internacional saqueou a região até quase esgotá-la. As consequências são assombrosas.

Calcula-se que, no decurso de um decênio, o montante total do saque físico da Ibero-América foi supeiror a 565 bilhões de dólares. Isto corresponde a cerca de 13% da parte tangível do Produto Nacional Bruto (PNB) da região, ou seja, do seu verdadeiro rendimento produtivo. Cerca de 13% deste montante foram saqueados mediante o mecanismo da dívida.

Como conseqüência, na Ibero-América de hoje, os salários reais são mais ou menos a metade do que eram há cerca de dez anos. Os investimentos reais também correspondem à 50% do que eram em 1980. Em decorrência disto, cerca de quarta parte da população total da Ibero-América se acha em condições bastante precárias. De uma população total de cerca de 450 milhões de pessoas, mais de 100 milhões delas estão com suas vidas ameaçadas no futuro imediato

A Ibero-América está sendo "africanizada"..Isto está ocorrendo porque as proposições programáticas apresentadas por Lyndon LaRouche em 1982, de modo especial em *Operação Juárez*, não foram postas em prática. Mais adiante, documentaremos a extensão do saque da região nos anos 80, mas é preciso sublinhar que isto quase é nada, comparado ao que a "Nova Ordem Mundial" tem programado para os anos 90. Mas antes que um plano tão terrível possa ser levado adiante, é indispensável para eles destruir todas as instituições oponentes.

As Forças Armadas da Ibero-América são uma das instituições mais importantes com que se defrontam tais planos; a outra é a Igreja Católica. Ambas as instituições estão na na lista de alvos, na mira dos que pretendem levar adiante a política genocida.

Diante dessa ofensiva, é certo que virá a resposta: *haverá* uma explosão na Ibero-América como resultado da política do FMI. Porém, diferentemente do que aconteceu na China em 1989, onde houve uma guerra *pela* democracia, o que veremos na Ibero-América será uma guerra *contra* a "democracia": uma guerra contra o "Projeto Democracia", uma guerra contra a "democracia" de Washington, que tem colocado em prática medidas genocidas, levando milhões de pessoas ao desespero e à morte.

Moratória, mas já!

O que se tem de fazer de imediato é declarar uma moratória *imediata, completa, total, absoluta e inequívoca*. Simultaneamente, os países da Ibero-América devem impor um controle do câmbio, total, completo e absoluto. Devem fazê-lo, todos juntos. Se não estiverem dispostos a fazê-lo juntos, um deveria começar e os demais viriam unir-se a ele. Estas medidas devem ser tomadass de imediato, se se pretende interromper o saque da região.

Deve haver não apenas uma moratória ao pagamento dos juros da dívida, como também é necessário o controle do câmbio. Casod contrário, a fuga de capitais, que tem sido quase igual à sangria provocada pelo pagamento de juros, prosseguirá.

Em segundo lugar, deve-se criar um mercado comum continental. A integração ibero-americana é imprescindível defender a região da guerra comercial que, indubitavelmente, ocorrerá tão logo se declare a moratória e, o que é mais importante, para criar as bases para a ampliação da atividade produtiva. Devemos reconstruir o aparato produtivo da região: começar a produzir; planejar e empreender grandes obras conjuntas que poderiam começar a gerar um verdadeiro crescimento industrial e, em seguida, assentar as bases sobre as quais é de se esperar que, criando as circunstâncias apropriadas, se estabeleçam vínculos com os Estados Unidos, o Japão e a Europa, de modo especial, com a região demarcada pelo triângulo Berlim - Paris - Viena, a mais produtiva de toda a Europa.

Mesmo assim, a Ibero-América não tem que esperar ou entabular

vínculos com essas regiões para empreender as ações políticas necessárias. A condição e, simplesmente, uma decisão de sustar o genocídio. E a maneira de fazê-lo, muito simplesmente, é dizer ao FMI que vá pentear macacos e declarar uma moratória irrestrita e total.

Esse é o programa de LaRouche desde 1982. É a *Operação Juárez.* É exatamente o que se devia ter feito então. Se ele tivesse sido empreendido antes, estaríamos em situação muito diferente hoje. Para que ocorra agora, necessita-se de uma transformação fundamental dos axiomas com que os líderes políticos da Ibero-América vêem o mundo e encaram as suas próprias responsabilidades. Isto porque, apesar de ser verdade — e estamos certos de que os acontecimentos o demonstrarão — que, contrariamente ao que disse Henry Kissinger, a história, *sim*, se faz no Sul, muitos dirigentes ibero-americanos, se não todos, se convenceram de que tal não ocorre. Eles acreditam firmemente que não podem romper com Washington, que de uma forma ou de outra têm de chegar a um acordo, adaptar-se, conseguir uma reorganização pragmática das coisas. Mas o que se necessita, hoje, é exatamente o contrário.

É fundamental fundamental que os dirigentes da Ibero-América entendam que a questão subjacente ao problema de dívida, à qual impele a política de saque, não é uma questão financeira como tal. É, em vez disto, um plano deliberado de despovoamento e genocídio, um plano malthusiano cujo propósito consiste em matar gente, principalmente os povos de pele escura. Na medida em que isto seja entendido, serão maiores as possibilidades de que se entenda a necessidade de romper totalmente com Washington e Londres, com o eixo anglo-americano.

A dimensão do saque

Como tem se manifestado a política de saque? Ela pode ser explicada com mais facilidade com o apoio das figuras seguintes.

O Fig. 1 mostra o lado financeiro do processo de saque, isto é, o saque por meio da dívida. A barra cinzenta representa a dívida total da Ibero-América: em 1980, ela era de 243 bilhões de dólares. A barra negra representa o total do pagamento acumulado de juros no decurso da década de 1980 a 1990: neste período, a Ibero-América pagou 321 bilhões de dólares. Ou seja, devíamos 243 bilhões de dólares e pagamos 321 bilhões de dólares— mais do que devíamos no princípio — e,

ao final deste período, o total da dívida aumentou para 427 bilhões de dólares. Trata-se de uma aritmética muito curiosa: 243 menos 321 é igual a 427. *É o que se conhece como aritmética dos banqueiros.*

Essa não é a única maneira de exportar capital da Ibero-América. É o montante pago apenas em juros.

Além disso, acrescentamos uma barra branca sobre a barra negra, que representa a fuga de capitais. A fuga de capitais, na essência, representa um pagamento ilegal de juros. É o dinheiro que sai do país em maletas, como contrabando, mediante transferências a bancos suíços e paraísos bancários, entre outras rotas. Isto ocorre de muitas maneiras.

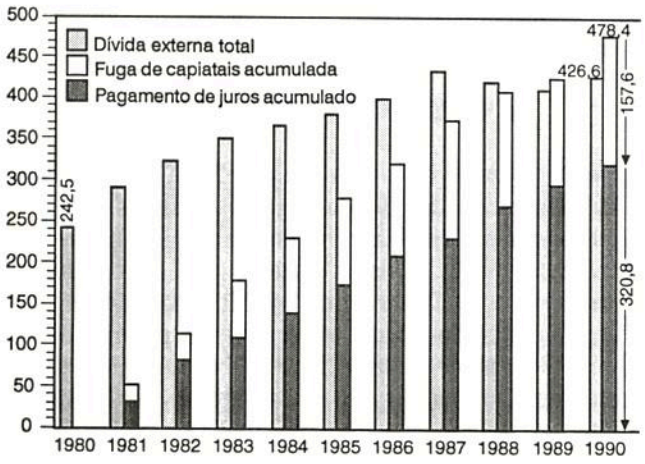
Como exemplo, temos que no Brasil parte do capital evadido corresponde à compra de uma certa volume de dólares, mas o principal é que os brasileiros compram ouro, que enviam ilegalmente ao Uruguai, para ser depois exportado. O Uruguai é um impoprtantes exportador de ouro, apesar de não produzir um único grama do metal dentro de suas fronteiras. Isto é fuga de capitais brasileiros.

Somando tudo isso, temos outros 158 bilhões de dólares de capi-

FIGURA 1

Dívida externa e exportação acumulada de capitais da Ibero-América

(bilhões de dólares)



tais evadidos da Ibero-América. Deste modo, o montante de capitais exportados da Ibero-América durante a década, foi de 478 bilhões de dólares. Apesar disto, a dívida cresceu durante neste período.

A Fig. 2 ilustra o mesmo processo para o caso do México. A dívida mexicana começou em 57,4 bilhões de dólares em 1980. O país pagou 95 bilhões de dólares — quase o dobro do que devia - mas, evidentemente, ao final do período estava devendo 96,5 bilhões de dólares. Além disto, outros 48,6 bilhões de dólares saíram em forma de fuga de capitais. Total: 143,6 bilhões de dólares em exportação de capital, apenas do México.

A Fig. 3 mostra a situação argentina, que também é bastante grave. A dívida externa argentina era de 27,2 bilhões de dólares no princípio da década de 80; o país pagou 37,9 bilhões de dólares, mas, ao final da década devia 59 bilhões de dólares. Aplicando-se a aritmética dos banqueiros, temos que, neste caso, é de que 27 menos 38 é igual a 59.

Essa pilhagem não se limita à Ibero-América, afetando também outros países do "Terceiro Mundo", como se vê no caso da Malásia, país asiático. O Fig. 4 não inclui a fuga de capitais, mas mostra o pagamento acumulado de juros da dívida. A dívida da Malásia era de

FIGURA 2

Dívida externa e exportação acumulada de capitais do México

(bilhões de dólares)

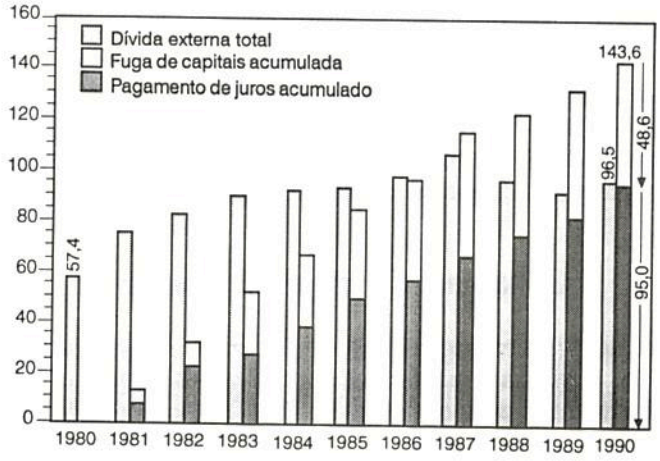
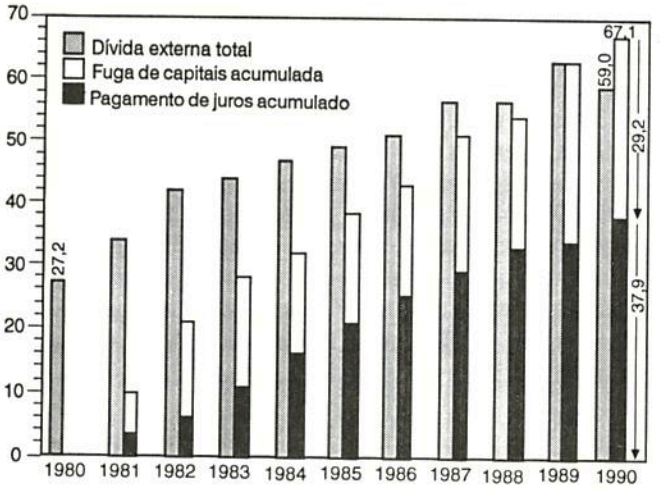


FIGURA 3
Dívida externa e exportação acumulada de capitais da Argentina
(bilhões de dólares)



6,6 bilhões de dólares em 1980; o país pagou quase o dobro deste montante em juros: 12,3 bilhões de dólares. Obviamente, a sua dívida aumentou quase ao triplo do montante inicial. Outro exemplo da "matemágica" dos banqueiros.

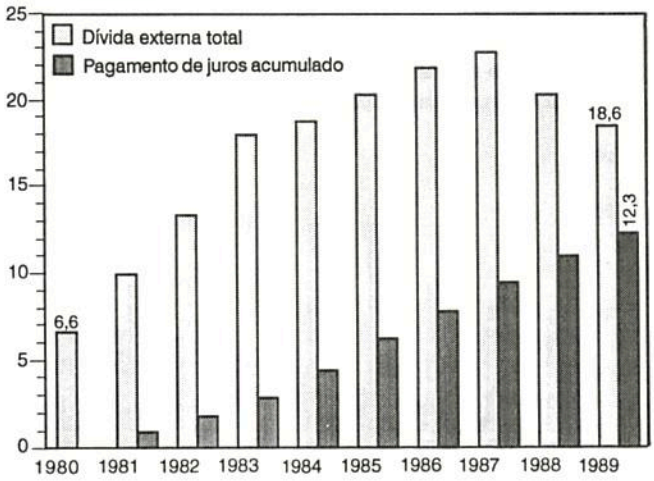
A Fig. 5 exemplifica o caso da Nigéria e mostra que os mesmos métodos são aplicados na África. Em 1980, a dívida nigeriana era de 8,9 bilhões de dólares. O país pagou 11,5 bilhões de dólares e ao final do período devia quase 33 bilhões de dólares. Assim funciona a usura. O pagamento da dívida externa e a fuga de capitais é um dos mecanismos mais importantes que indicam como funciona a política de saque.

O saque da riqueza física

Como se traduz isso em saque *físico*, em riqueza física que sai da região?

A Fig. 6 mostra a maneira clássica como foi paga a dívida das nações ibero-americanas nos anos 80. Estas nações reduziram drasti-

FIGURA 4
Dívida externa e pagamento acumulado de juros da Malásia
(bilhões de dólares)



camente as suas importações, deixando de comprar o necessário para o funcionamento de suas economias e sustentar o seu nível de vida, desde alimentos até máquinas-ferramenta. As importações se contraíram brutalmente durante a crise da dívida e as exportações aumentaram com a maior rapidez possível. A diferença entre as exportações e as importações de uma nação é o *superávit comercial,* o *ganho* em moeda estrangeira, que se usa para pagar a dívida. Se computarmos os valores correspondentes às exportações e às importações na Fig. 6, este é o montante do superávit comercial da Ibero-América na década de 80.

Deve-se recordar que estamos falando de uma região que, de um modo geral, necessita ter *déficit comercial!* É uma região que deveria *importar* bens de capital, equipamentos e outras coisas indispensáveis ao seu desenvolvimento, em vez de realizar essa exportação líquida de capitais que reduz o consumo e os investimentos, com o que se impossibilitam a auto-suficiência e o crescimento.

A Fig. 7 mostra que isso representa um valor considerável. Neste gráfico, quantificamos a soma do superávit comercial da Ibero-Amé-

FIGURA 5
Dívida externa e pagamento de juros acumulado da Nigéria
(bilhões de dólares)

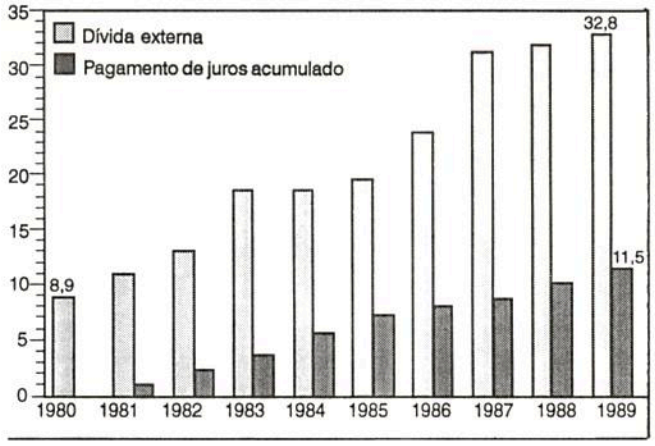
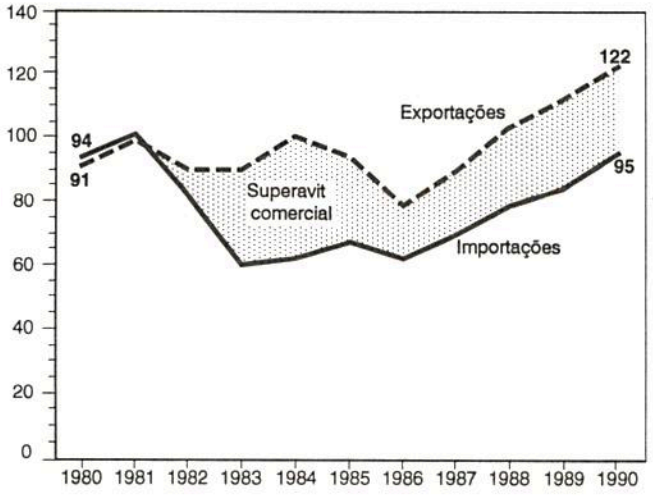


FIGURA 6
Balança comercial da Ibero-América
(bilhões de dólares)



rica, que vem a ser de 218 bilhões de dólares entre 1980 e 1990. Esse é o superávit comercial nominal.

Isso não é tudo. Durante aquele período, manifestou-se outro fator: a deterioração dos termos de intercâmbio comercial para a Ibero-América e o resto do "Terceiro Mundo". Isto significa que as nações do "Terceiro Mundo" tiveram que pagar mais pelo que importaram e receber menos pelo que exportaram. Em outras palavras, se for necessário importar uma tonelada de aço, ela pode ser paga com a exportação de uma tonelada de cobre; no ano seguinte, com a deterioração dos termos de intercâmbio comercial, é necessário exportar duas toneladas de cobre para importar uma tonelada de aço. E assim por diante.

Se considerarmos o fator dos termos de intercâmbio comercial, calculamos que é preciso acrescentar 181 bilhões de dólares de saque físico da Ibero-América desde 1980. Em outras palavras, se os termos de intercâmbio comercial não tivessem mudado desde 1980 (mesmo quando, nessa época, não eram justos, nem representavam preços justos para qualquer das nações ibero-americanas), o superávit comercial acumulado teria sido de 399 bilhões de dólares.

A essa conta, devemos acrescentar o montante saído ilegalmente da região de uma forma ou de outra — fuga de capitais, contrabando etc — cerca de 136 bilhões de dólares, o que projeta um total de saque físico de 535 bilhões de dólares extraídos, sugados da região ao longo da década, mediante tal processo de pilhagem.

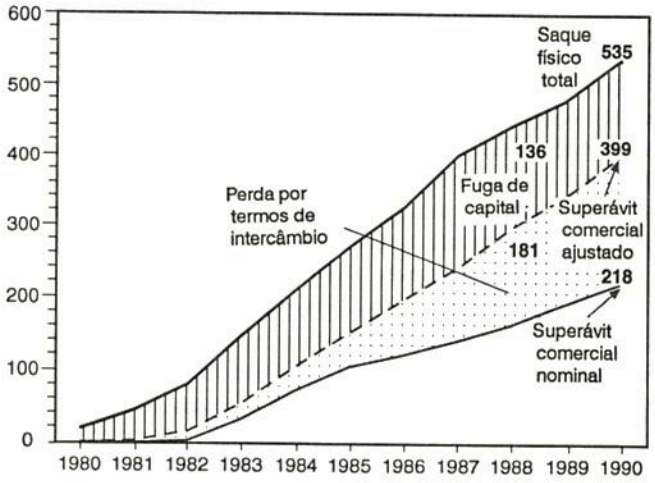
Na verdade, se observamos a dimensão do problema e, acima de tudo, a "lavagem" de cerca de 500 bilhões de dólares anuais provenientes do narcotráfico, do qual também se beneficiam os bancos, percebemos os mecanismos principais pelos quais o sistema financeiro internacional se manteve de pé no último decênio: *saqueando até o osso a Ibero-América e o resto do "Terceiro Mundo".*

As conseqüências do saque

Quais são as conseqüências desse saque? Qual é o preço que a Ibero-América tem pago? Qual é o preço que o mundo paga por não colocar em prática o programa de reconstrução econômica de LaRouche, como a *Operação Juárez?*

O Quadro 1 apresenta o saque total da Ibero-América como porcentagem do Produto Nacional Bruto ou real. Trata-se de um cálculo

FIGURA 7
Saque físico acumulado da Ibero-América
(bilhões de dólares)



aproximado do produto nacional físico. Para obter este valor, basicamente, eliminamos as rubricas de serviços dos cálculos oficiais do PNB.

O total acumulado do capital físico saqueado no período entre 1981 e 1985 foi de cerca de 268 bilhões de dólares, de um PNB produtivo ao redor de 2 trilhões de dólares. Isto representa cerca de 12,4% do PNB produtivo.

No lustro seguinte, o saque foi de outros 268 bilhões de dólares. O montante total saqueado é o mesmo, mas o PNB produtivo decresceu, com o que a porcentagem aumenta um pouco, a 13,5%. Se vemos o que sucedeu na década em sua totalidade, de um produto físico total de 4,13 trilhões de dólares, extraíram-se da região 536 bilhões de dólares, em saque físico. Em outras palavras, 13% da produção física tangível da Ibero-América foram saqueados, de uma região que já se acha à beira da derrocada econômica. Isto produz a "africanização"; isto desata a espiral descendente não-linear que produz a "africanização". Como?

QUADRO 1
Saque total da Ibero-América como porcentagem do PNB produtivo
(bilhões de dólares)

	1981 - 1985	1986 - 1990	1981 - 1990
Saque total	268	268	536
PNB produtivo	2.150	1.981	4.131
Saque como porcentagem do PNB produtivo	12,4%	13,5%	13,0%

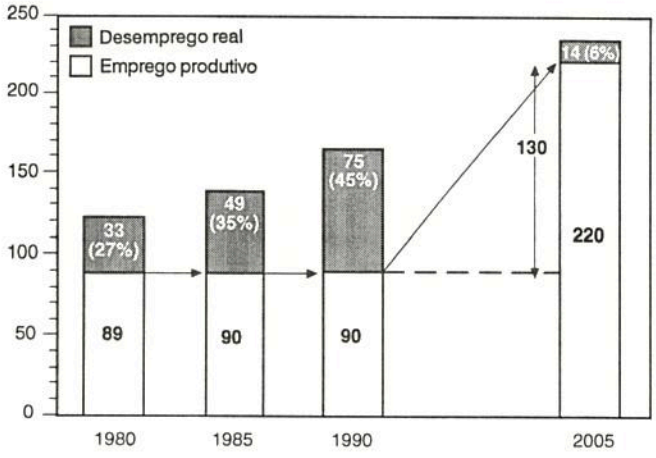
A Fig. 8 mostra o que sucedeu à força de trabalho produtiva na Ibero-América no período 1980-1990, com uma projeção até o ano 2005. A altura das barras do diagrama representa a população economicamente ativa total, isto é, a força do trabalho. A parte inferior de cada barra, a parte mais clara, representa a força de trabalho empregada no trabalho produtivo. A parte de cima de cada barra, mais escura, representa os desempregados e subempregados.

Em 1980, havia 33 milhões de desempregados reais na Ibero-América, cerca de 27% da força de trabalho total.

Em 1985, após cinco anos de saque por meio da dívida, a situação era muito pior. O total dos empregados em trabalhos produtivos estancou totalmente e, porisso, 35% da força de trabalho estava desempregada.

Em 1990, cinco anos mais tarde, temos o mesmo número de empregados em trabalho produtivo. *Não houve criação líquida de empregos produtivos na Ibero-América durante mais de dez anos.* Todo o crescimento da força de trabalho foi parasítico, acrescido à parte de

FIGURA 8
Desemprego real e novos empregos requeridos na Ibero-América
(milhões de pessoas)



desemprego, seja oficial ou disfarçado no setor "informal". A taxa de desemprego real aproxima-se de 46% em toda a região - quase a metade da força de trabalho. *Os produtores humanos de riqueza não estão empregados de forma produtiva.*

Este fator interpõe um obstáculo gigantesco ao desenvolvimento da região.

A densidade demográfica

Se quisermos desenvolver a região e, acima de tudo, empregar produtivamente toda a força de trabalho (salvo por um desemprego residual, digamos, de uns 6%), até o ano 2005 temos de criar 130 milhões de novosempregos na Ibero-América. Isto pode e deve ser feito, mas é uma tarefa gigantesca.

Em primeiro lugar, expliquemos o conceito de densidade

demográfica potencial desenvolvido por Lyndon LaRouche. A idéia é simples. A partir das condições econômicas existentes por toda a Ibero-América, queremos criar uma economia em desenvolvimento capaz de manter uma densidade demográfica crescente. O progresso econômico significa que a densidade de população pode aumentar, por exemplo, de 10 pessoas por quilômetro quadrado em uma economia atrasada, a 20, 50 etc, em uma economia baseada em atividades econômicas mais avançadas. Uma nação industrializada deveria ter uma densidade de população de, pelo menos, 50 habitantes por quilômetro quadrado. Hoje a maioria das nações européias tem densidades demográficas supreriores a 200 habitantes por quilômetro quadrado. Deste modo, uma densidade populacional crescente constitui um indicador de que uma economia consegue produzir o necessário para aumentar as capacidades produtivas do trabalho para a fase seguinte do processo.

Entre os fatores mais importantes a considerar no aumento da densidade demográfica potencial, temos os seguintes:

1. As condições de vida da força de trabalho devem melhorar constantemente. As condições de vida devem melhorar de maneira que a força de trabalho seja *capaz* de entender, utilizar e trabalhar com tecnologias cada vez mais avançadas.

2. A densidade de capital da atividade econômica deve ser crescente, isto é, necessita-se que o uso de capital per capita seja cada vez maior. Ou seja, cada homem-hora de trabalho individual deve ser capaz, graças ao constante avanço da tecnologia, de mobilizar uma maior quantidade de capital para realizar transformações na natureza.

3. A densidade energética é o terceiro fator decisivo. LaRouche o define de forma muito mais precisa como *densidade de fluxo energético.* A idéia básica é que o progresso econômico reflita e necessite da utilização, na economia, de uma densidade energética que aumente tanto per capita como por área da superfície econômica de que se trate.

A Fig. 9 mostra a intenção de calcular, aproximadamente, o aumento ou diminuição da densidade demográfica potencial na Ibero-América entre 1980 e 1990. A densidade da população real aumentou, em uma década, em cerca de 17 pessoas por quilômetro quadrado para 21 pessoas por quilômetro quadrado - um aumento de 20% em dez anos.

A linha superior no Fig. 9 indica o crescimento da densidade demográfica na Ibero-América se a *Operação Juárez* tivesse sido posta em prática em 1982. É uma medida de quanto teria crescido no período transcorrido o potencial da economia para manter a população

existente e para poder manter uma densidade demográfica maior.

Como resultado da aplicação das políticas do FMI, o que ocorreu na região foi algo como o representado na linha inferior da Fig. 9; hoje, a economia da Ibero-América tem capacidade para manter somente três quartas partes da população atual. A prosseguir esta tendência, no ano 2000, tal capacidade será reduzida em outro tanto, isto é, poder-se-á manter apenas *a metade* da população, ou talvez menos, se ocorrer uma derrocada não-linear das economias da região.

O que significa isso? Se só é possível manter metade da população real, a outra metade morrerá, de uma ou de outra maneira, seja de AIDS, cólera, fome, guerras etc.

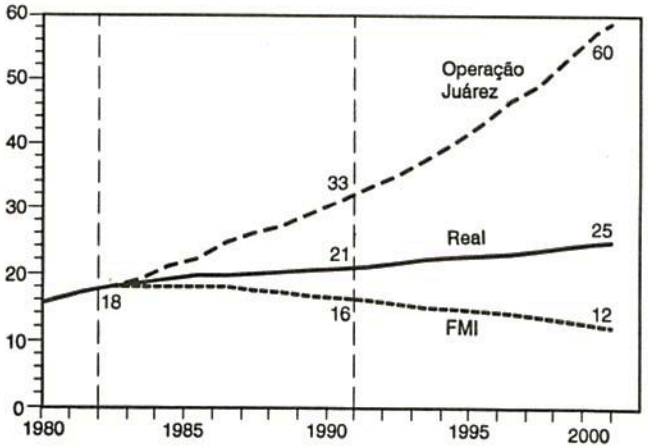
As figuras 10 e 11 demonstram a queda da população em dois períodos históricos anteriores, nos quais a Humanidade também não se desempenhou a contento.A Fig. 10 mostra a derrocada demográfica do Império Romano, que caiu de 47 para 29 milhões de pessoas, uma diminuição de 40% em 400 anos.

A Fig. 11 mostra o ocorrido quando a Peste Negra açoitou a Europa, período em que também ocorreu uma diminuição da popula-

FIGURA 9

Densidade demográfica potencial na Ibero-América: Operação Juárez vs. FMI

(habitantes/km²)



ção em 40%, de 110 para 60 milhões de pessoas, com a diferença de que isto sucedeu em apenas 40 anos.

Isso é o que acontece. A Humanidade termina pagando o preço dos programas errôneos, por deixar que axiomas que não são coerentes com as leis do Universo dominem o pensamento. Neste momento, estamos em meio a uma derrocada parecida; não no seu início, mas tampouco na sua fase final. Estamos na fase intermediária de uma derrocada geral que se tornará irreversível se não interrompermos tal tendência.

A devastação do Peru

As figuras 12 e 13 dão uma idéia de como ocorreu isso, em um determinado país: o Peru, um dos mais "africanizados" da América.

A Fig. 12 mostra o Produto Nacional Bruto per capita do país, que caiu durante a época em que o FMI pressionou, entre 1980 e 1985, e cresceu na época em que o presidente Alan García negou-se a pagar

FIGURA 10
Despovoamento do Império Romano
(milhões de habitantes)

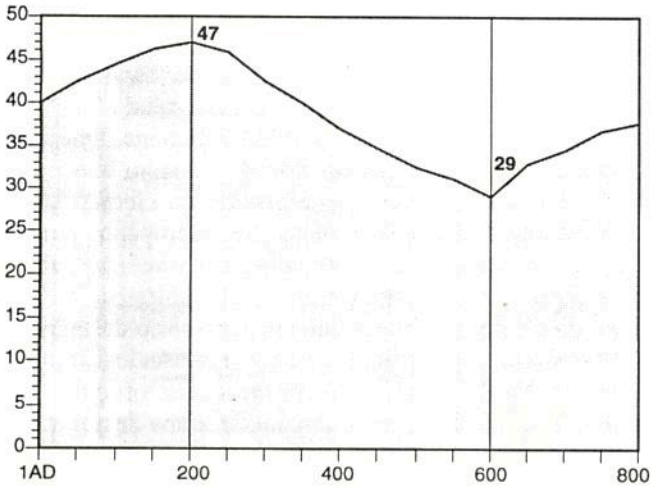
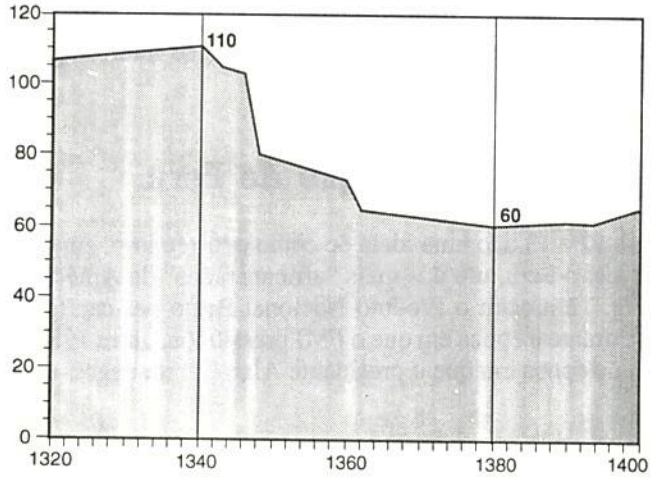


FIGURA 11
Despovoamento da Europa pela Peste Negra
(milhões de habitantes)



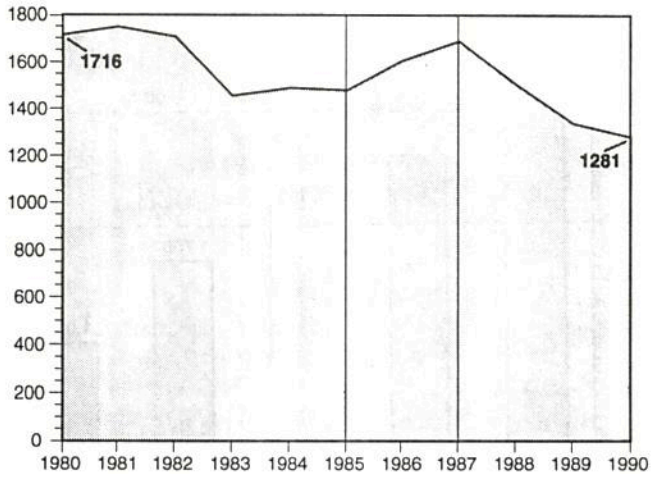
a dívida. Depois que Alan García fez um trato com os narcobanqueiros e abandonou a sua decisão inicial, o PNB per capita caiu aceleradamente, completando uma redução de 25% ao longo da década.

Quais são as conseqüências?

A Fig. 13 mostra o consumo de calorias per capita em diversos países. O nível ideal é de 3.000 calorias diárias, sendo 2.000 calorias diárias o mínimo necessário à sobrevivência humana. Estes números são relativos, porque dependem do tipo de trabalho executado, por exemplo, se se está sentado em um escritório ou efetuando trabalho manual. Mas, em termos gerais, alguém que desempenhe um trabalho manual e consuma menos de 2.000 calorias diárias não sobreviverá por muito tempo. Éste é o nível mínimo de subsistência. Qualquer coisa abaixo dele colooca o indivíduo em sério risco de saúde.

Em 1980, o consumo diário de calorias nos Estados Unidos era de 3.700 per capita. Na Ibero-América, situava-se em torno de 2.600. No Peru, era de 2.150 calorias, apenas um pouco acima de mínimo necessário.

FIGURA 12
PNB per cápita no Peru
(dólares de 1988)

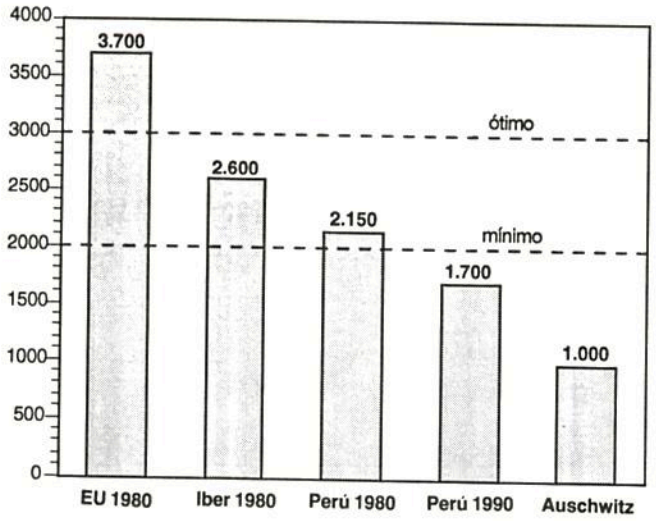


Hoje (1993), o consumo médio diário de calorias per capita no Peru situa-se na casa de 1.700. O consumo entre a população pobre, obviamente, é muito menor. Segundo estimativas, atualmente, 70% da população podem ser considerados pobres. Destes, 30% vivem em pobreza extrema. *Pobreza extrema* significa menos de 1.500 calorias per capita diárias, índice que se aproxima dos níveis vigentes entre os prisioneiros do campo de concentração nazista de Auschwitz.

Cerca de 85% da economia peruana são "informais", isto é, representam atividades de mera subsistência - venda de quinquilharuias, cigarros, comida ou contrabando nas ruas, prostituição, drogas etc.

Em tais circunstâncias, a epidemia de cólera se propagou com extrema rapidez no país. A cólera se propaga por meio da água contaminada e, como demonstra a Fig. 14, a falta de água potável no Peru constitui um problema grave. As normas de boa saúde pública implicam em um consumo mínimo de água potável de cerca de 150 per capita por dia. Em 1970, a cidade de Washington dispunha de 750 litros de água diários per capita. Antes da Guerra do Golfo, Bagdá

FIGURA 13
Consumo calórico per cápita

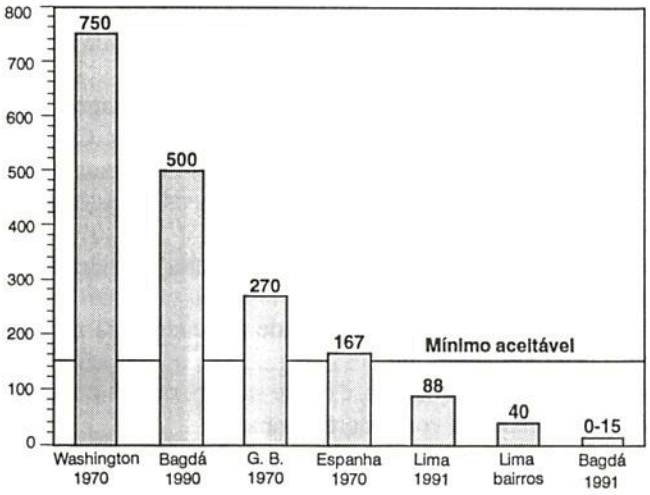


dispunha de 500 litros. A capital peruana, Lima, dispõe atualmernte de cerca de 88 litros: pouco mais da metade do mínimo satisfatório. Os chamados "bairros jovens" de Lima, que são a zona de maior pobreza da cidade, não dispõe de mais que cerca de 40 litros per capita diários. E Bagdá, após a guerra, ficou reduzida a não mais de 15 litros per capita diários.

Existem, portanto, duas maneiras de se eliminar um povo. Uma é por meio de bombardeios maciços, como George Bush fez no Iraque. A outra é aplicar o modelo do FMI, que produz exatamente o mesmo efeito que um bombardeio estratégico contra a economia, embora em um prazo mais longo. Mas a destruição será a mesma. As conseqüências serão as mesmas. Estes são os dois métodos da"Nova Ordem Mundial".

O fato de que tal destruição representa o resultado desejado pelo FMI, bem como pela banca internacional, fica implícito nas palavras do próprio diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, que, em fevereiro de 1992, justificou o genocídio imposto pelo Fundo ao Peru da

FIGURA 14
Suprimento de água potável
(litros diários per cápita)



seguinte maneira: "Achamos que os êxitos que (o Peru) conseguiu nos últimos doze meses são imensamente importantes... É um programa extremamente importante para o mundo... (O programa do FMI) não pode ser modificado sob o pretexto de combater a pobreza. É hora de intensificar o programa. Será doloroso, mas tem de ser feito".

O narcotráfico

Com tudo de ruim que os anos 80 trouxeram, o programa da "Nova Ordem" anglo-americana para a década de 90 é muito pior. O problema reside simplesmente, em que Wall Street e a *City* de Londres se acham em bancarrota e têm que espremer seus devedores com muita força para se manterem flutuando, pouco importando a destruição que isto possa causar às nações e povos.

Se observarmos o que tem ocorrido nos mercados financeiros e na banca, recentemente, seis dos vinte bancos mais importantes dos

Estados Unidos estiveram à beira da bancarrota. Cada um deles se fundiu com outro para evitar o seu fim. Este foi o caso, por exemplo, do Chemical Bank e do Manufacturers Hannover; do Bank of America e o Security Pacific; do NCND e o Sovran Bank. Este seis bancos se achavam entre os vinte mais importantes dos Estados Unidos, isto é, um terço dos principais bancos dos Estados Unidos se achava à beira da quebra. E esta é apenas uma indicação, entre muitas, da insolvência básica do sistema financeiro anglo-americano.

Os banqueiros têm um plano de duas partes para manter a banca à tona. O primeiro passo é aumentar o tráfico de drogas. Como se aumenta o tráfico de drogas? Ora, o primeiro passo é baixar o preço. O eixo vertical à direita da Fig. 15, que representa os preços da cocaína, dá uma idéia de como isto vem ocorrendo.

Entre 1980 e 1990, o preço de rua da cocaína caiu drasticamente nos Estados Unidos, reduzindo-se a um terço ou um quarto, o que foi feito deliberadamente, como estratégia de mercado para garantir que um número cada vez maior de pessoas pudesse ter acesso à droga. O que ocorreu, como conseqüência, é o que sempre ocorre com uma boa estratégia de mercado: as vendas cresceram.

O eixo vertical da esquerda, na mesma figura apresenta a quantidade de cocaína vendida nos Estados Unidos, que cresceu como resultado da redução deliberada dos preços. Os rendimentos totais do narcotráfico aumentaram, embora não de forma desmesurada, já que o preço baixava conforme aumentava o volume de cocaína no mercado.

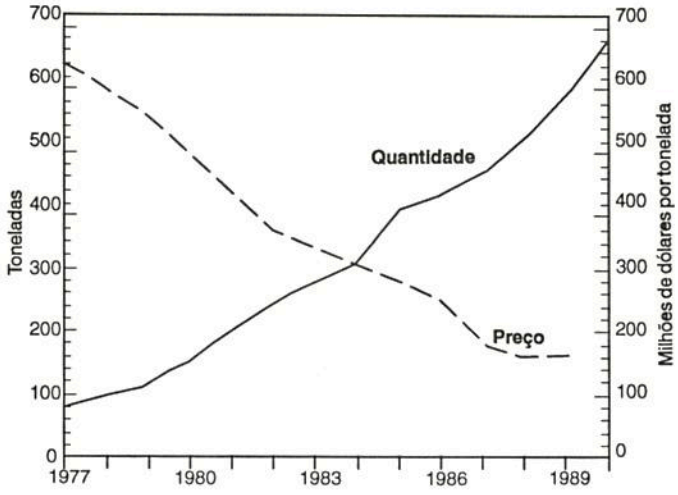
O que ocorre agora é que essa mesma estratégia de mercado se aplica ao mercado virgem, recém-aberto, da Europa Oriental e Ocidental, como parte de um plano deliberado e explícito. Na Europa, nos últimos dois ou três anos, os preços da cocaína baixaram acentuadamente, enquanto a distribuição e as vendas, em correspondência, aumentaram com grande rapidez. É exatamente o mesmo processo que ocorreu nos Estados Unidos há dez anos. *Trata-se de uma estratégia de mercado aplicada para manter Wall Street à tona.*

A Fig. 16 dá uma idéia dos rendimentos do cartel internacional dos narcóticos, comparados ao comércio petrolífero mundial e o Produto Nacional Bruto de algumas nações.

A segunda parte da estratégia anglo-americana é a consolidação e ampliaçãodo esquema do Tratado de Livre Comércio (NAFTA), um plano para encher a zona fronteiriça do México com os Estados Unidos de fábricas em que se explorem brutalmente os operários. Estas fábricas — as chamadas *maquiladoras* — são especializadas em mon-

FIGURA 15

Redução deliberada do preço da cocaína nos EUA para ampliar o mercado



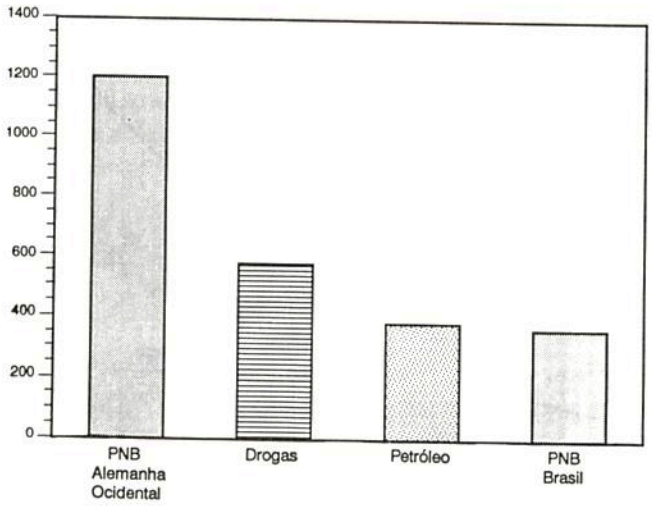
tar produtos para reexportá-los aos Estados Unidos, e pagando salários inferiores a décima parte do que se paga aos trabalhadores deste país.

Os bens intermediários desmontados são enviados ao México, a essas fábricas que empregam trabalhadores mexicanos com salários muito baixos. Depois de montados, os produtos são reexportados aos Estados Unidos; o México recebe os dólares das reexportações e com eles paga a dívida.

A idéia dos banqueiros é assinar acordos semelhantes em toda a região ibero-americana. Isto é, a economia de toda a região seria convertida em uma grande *maquiladora* ou usina de montagem. Sob tal plano, não haveria mais economias nacionais. Os próprios países não seriam mais que plataformas geográficas para sediar as *maquiladoras*.

Os banqueiros também esperam que a dívida externa seja paga com a simples pilhagem dos bens nacionais de cada país: o plano de troca de dívida por ativos (*debt-for-equity swaps*). Como exemplo, o governo do México privatiza, vende a sua companhia nacional de telefones, vende as suas linhas aéreas, vende os bancos e é pressionado para vender

FIGURA 16
O narcotráfico mundial, maior que o PNB de muitas nações
Bilhões de dólares



sua companhia petrolífera. Em seguida, o governo mexicano usa o rendimento destas vendas para pagar a dívida externa. O dinheiro vem de fora para comprar aqueles bens nacionais, mas sai imediatamente para pagar a dívida externa. Ao final do processo, o México fica sem dinheiro, sem companhia telefônica, sem petróleo, sem *tudo*. E os banqueiros ficam com o dinheiro, as companhias telefônicas e o petróleo.

Mas isso também não será suficiente. O passo seguinte — que já teve alguns ensaios na Costa Rica e na Bolívia — são os acordos de "dívida por natureza" (*debt-for-nature swaps*). Isto significa que os países pagarão a sua dívida externa entregando partes de seu território. Os banqueiros querem que o México entregue a península da Baixa Califórnia a fim de pagar sua dívida externa. Animarão a Venezuela a entregar-lhes o lago de Maracaibo, onde se encontra quase todo o petróleo. E pressionarão o Brasil para que lhes entregue o controle de fato de regiões inteiras da Amazônia.

O mercado comum ibero-americano

A solução está na antiga idéia apresentada por Lyndon LaRouche em 1982: a declaração de uma moratória e a criação de um Mercado Comum Ibero-americano.

Geralmente, tal proposta é recebida com várias interrogações: e se houver um bloqueio comercial? E se nos isolarem comercialmente? O que acontecerá se o Brasil declarar a moratória e não puder importar petróleo? Bem, vejamos então onde se pode obter petróleo *na* Ibero-América. Vemos, então, que a Venezuela produz petróleo. Bem, e se o México e Venezuela declararem moratória, quais seriam os seus problemas? Eles têm petróleo, mas o México necessita de uma grande quantidade de alimentos, que hoje em dia compra nos Estados Unidos. Quem poderia vender alimentos ao México? Bem a Argentina e Brasil têm excedentes exportáveis.

Se levarmos em conta a totalidade da Ibero-América como uma economia integrada em um mercado comum, constataremos que a região é auto-suficiente em cerca de 80% de suas necessidades básicas. O Quadro 2 o mostra com detalhes.

Mesmo assim, o propósito do Mercado Comum Ibero-Americano não é apenas resistir à guerra econômica e deter o saque da região. O mais importante é que ele lançará as bases para iniciar grandes obras de desenvolvimento, que impulsionarão novamente a economia da região. Se isso houvesse ocorrido em 1985-86, ter-se-iam facilmente conseguido taxas de crescimento de 10% anuais, com os recursos da região e dispensando os dólares.

Isso, no entanto, é factível, se os excedentes econômicos do continente forem corretamente reinvestidos.

O "Eixo Produtivo" Ibero-americano

O "eixo produtivo" de maior densidade econômica da Ibero-América compreende a região situada entre o Centro-Sul do Brasil, passando pelo Uruguai, até o Norte da Argentina (ver Mapa 1). Na Argentina, incluem-se as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e Entre Rios; e no Brasil, os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Esta região tem a maior densidade econômica, ou seja, a maior concentração daquelas capacidades de trabalho e de capital que podem facilitar o mais rápido crescimento das capacidades produtivas do trabalho em todo o continente. Dito de outra forma, seria um erro diluir

QUADRO 2

Nível de auto-suficiência da Ibero-América em 1985

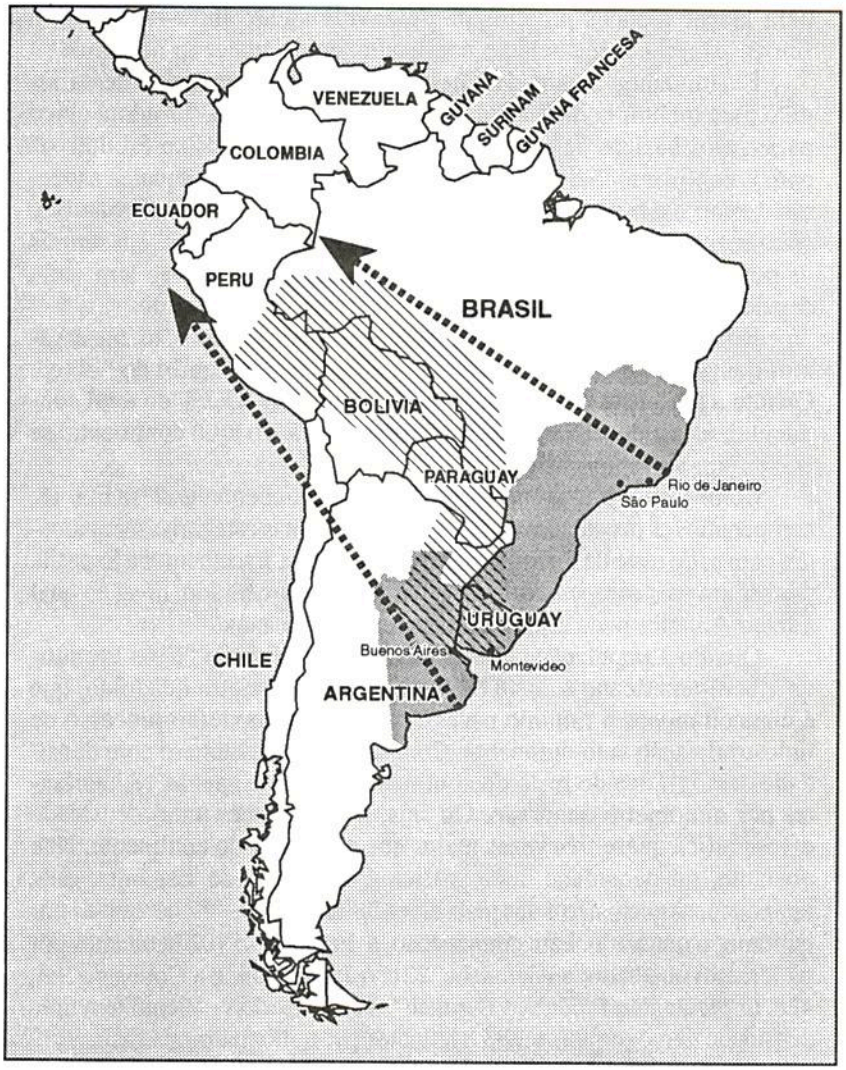
(Porcentagens)

Superior a 80%		Inferior a 80%	
Alimentos:		**Minerais:**	
Cereais	103	Carvão e coque	71
Care	104	Cromo	73
Frutos do mar	188	Titânio	*
Leite e derivados	98	Tungstênio	*
Frutas e verduras	105		
		Matérias-primas:	
Energéticos:		Rocha fosfórica	35
Petróleo cru	42	Potássio	*
Petróleo refinado	100	Soda cáustica	73
		Carbonato de sódio	61
Minerais:			
Minério de ferro	257	**Produtos básicos:**	
Minério de cobre	118	Fertilizantes	65
Bauxita	183	Pesticidas	35
Manganês	161	Remédios	25
Enxofre	97		
		Manufaturas:	
Metais básicos:		Máquinas e equipamentos	30
Ferro e aço	90	Automóveis e caminhões	65
Cobre	282		
Alumínio	120	* Auto-suficiência inferior a 10%	
Chumbo	123		
Zinco	104		
Estanho	114		
Níquel	400		
Produtos básicos:			
Cimento	100		
Fibras sintéticas	85		
Manufaturas:			
Têxteis	125		

Fonte: ONU e estimativas prórprias

MAPA 1

O 'eixo produtivo' Ibero-americano



os investimentos disponíveis pelas regiões mais pobres; melhor seria investí-los de maneira prioritária precisamente naquelas regiões que, por sua densidade econômica, podem produzir taxas de crescimento bem mais elevadas, em comparação com o resto do continente. Este excedente econômico poderá ser, prontamente, utilizado como motor para lançar grandes projetos de desenvolvimento infra-estrutural, a fim de integrar físicamente o continente, como indicado no mapa.

Examinemos alguns detalhes da densidade econômica dessa região para melhor compreender o seu potencial. A Fig. 17 adota cinco parâmetros básicos da economia física e compara o "Eixo Produtivo" com o continente ibero-americano em sua totalidade, naqueles aspectos. Como exemplo, no tocante à superfície total, o Eixo Produtivo, compreende apenas 11,9% do território continental. Mas, em termos de população, representa 26,4% do total. Ou seja, a região tem uma densidade demográfica maior do que restante do continente.

No que tange aos níveis de emprego e à industrialização, observamos que 40,4% do total continental se encontram na região do "Eixo". Quanto à produção industrial, o "Eixo" concentra 43,3% do total continental; na produção de energia elétrica, 39,4% do total continental se encontram ali representados.

Como isso se traduz em termos de densidade econômica? Na Fig. 18, comparamos as densidades do "Eixo Produtivo" nas categorias mencionadas com as do resto da Ibero-América e da Espanha. Escolhemos a Espanha por ser um país europeu de desenvolvimento intermediário, nível ao qual a Ibero-América pode aspirar alcançar em uns 15 anos.

Quanto à população, a densidade demográfica do "Eixo Produtivo" ibero-americano é de 48 habitantes por quilômetro quadrado, que é mais ou menos o mínimo necessário para um moderno processo de industrialização auto-suficiente. Comparemos este número com densidade demográfica do resto do continente, que é de apenas 18 habitantes por quilômetro quadrado. Ou seja, o "Eixo" tem uma densidade demográfica quase três vezes maior que o restante do continente. Não obstante, tal densidade demográfica é inferior a da Espanha, que, tampouco, também não é das mais elevadas do planeta - 77 habitantes por quilômetro quadrado. Para comparação, a França tem 102 habitantes por quilômetro quadrado; a Alemanha, 221; o Japão, 325; e a Coréia do Sul, 428. O "Triângulo Produtivo Europeu" (Paris - Berlim - Viena) tem uma densidade demográfica de 288 habitantes por quilômetro quadrado.

O emprego industrial nos dá uma medida aproximada disponibilidade de mão-de-obra eficiente. A densidade do "Eixo Produtivo"

FIGURA 17

Parâmetros econômicos básicos do "eixo produtivo", 1990

(porcentagem do total)

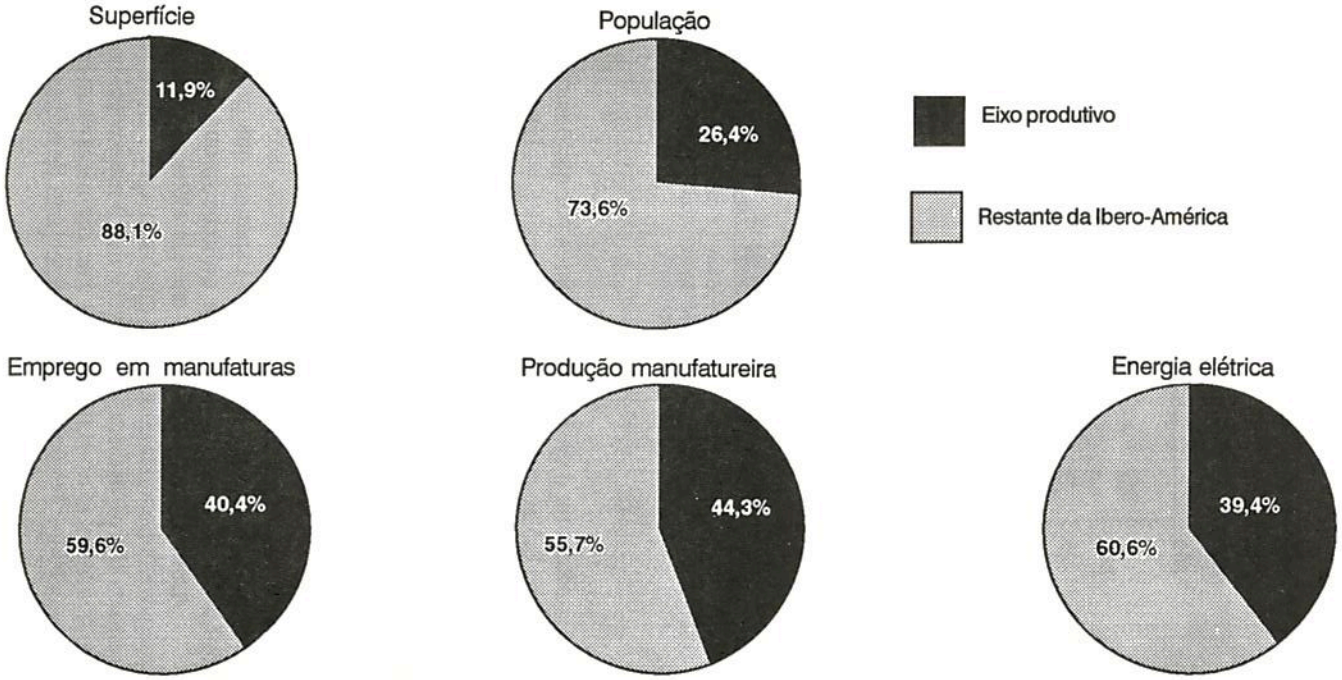
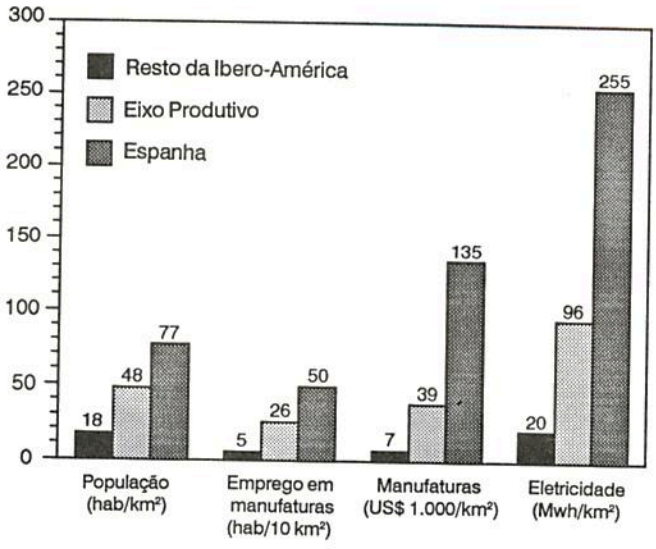


FIGURA 18
Densidades relativas do 'eixo produtivo', 1990



nesta categoria é de 2,6 trabalhadores por quilômetro quadrado, comparado a 0,5 no resto da Ibero-América e 5 na Espanha; ou seja, o eixo é mais de cinco vezes mais denso que o resto do continente, no que se refere a este parâmetro.

A densidade de produção industrial, medida em dólares por quilômetro quadrado, reflete um segundo parâmetro: a intensidade relativa do uso de capital. Neste item, o "Eixo Produtivo" apresenta um valor de 39 mil dólares por quilômetro quadrado, contra apenas 7 mil dólares para o restante da Ibero-América, ou seja, o "Eixo" tem uma densidade cinco a seis vezes maior. Mais, também aqui, o "Eixo" se mostra reduzido se comparado à Espanha, que produz cerca de 135 mil dólares em manufaturas por quilômetro quadrado.

A última categoria é a de energia elétrica: o "Eixo" consome 96 megawatts-hora por quilômetro quadrado, quase cinco vezes mais que o resto da Ibero-América, cujo nível é de 20 megawatts-hora por quilômetro quadrado. O nível da Espanha é de 255 megawatts-hora por quilômetro quadrado. Estes parâmetros elementares de economia física nos dão

uma idéia da razão de termos de centralizar qualquer projeto de desenvolvimento continental no "Eixo Produtivo": somente ali existem concentrações ou densidades suficientes dos parâmetros condicionantes do crescimento econômico. O que restará a fazer será usar tal capacidade produtiva para gerar a taxas de crescimento necessárias para se atingir uma "densificação" no restante da Ibero-América, de modo a elevar todo o continente aos níveis da Espanha em um período de 15 anos.

O que faz com que isso seja possível não são tanto as densidades existentes no "Eixo Produtivo", que, afinal, não se mostram assim tão impressionantes, mas o potencial que tem a região, para gerar e absorver avanços tecnológicos, potencial que se deve, acima de tudo, à existência de um número importante de cientistas e técnicos, em especial na Argentina e no Brasil. Este é o recurso econômico mais importante do continente - a capacidade tecnológica e científica que é precisamente o que o FMI e Wall Street querem destruir. São tais capacidades — de modo especial, os programas nucleares e aeroespaciais da Argentina e do Brasil — que viabilizam a perspectiva de se deter a "africanização" da Ibero-América e convertê-la, em vez disto, em uma superpotência econômica.

15 Como sobreviver sem o FMI

A seguir, apresentamos excertos do vídeo "Como sobreviver sem o FMI", produzido pela revista EIR - Executive Intelligence Review, no qual é entrevistado Dennis Small, diretor para assuntos ibero-americanos da revista.

EIR: Se nossos países declarem a moratória da dívida, provavelmente, haverá represálias. Ameaça-se com a interrupção do fluxo de créditos internacionais, da transferência de tecnologia e, além disso, é-nos dito que haveria um embargo comercial. O que pode nos dizer sobre isso?

Dennis Small: Bem, é verdade que haveria represálias. Mas examinemos isto, ponto por ponto. Em primeiro lugar: qual é o problema de se cortarem os créditos? A realidade é que não têm havido créditos novos para a Ibero-América, não tem havido um fluxo de crédito e, portanto, nada há o que cortar. O que mais tem ocorrido são exportações líquidas de capital da Ibero-América para o exterior. E, olhando bem, a soma acumulada das exportações líquidas de capital durante a década de 80 foi de mais de 500 bilhões de dólares. Assim sendo, a ameaça de cortar o crédito é uma ameaça verdadeiramente vazia: já não se está recebendo coisa alguma e, portanto, não há o que cortar.

A segunda ameaça, a de eliminar a transferência de tecnologia, é outra ameaça totalmente vazia, porque a Ibero-América não está recebendo tecnologia de ponta do exterior. Deste modo, nada há que cortar também neste sentido.

O que, sim, é certo, constitui uma ameaça séria é a idéia de um embargo comercial: que se reduziriam ou se eliminariam as exportações de bens necessários à Ibero-América. Isto, sim, deve ser pensado e planejado a partir da perspectiva de uma "economia de guerra": o que se importa, hoje em dia, na Ibero-América, é o que é necessário

e onde pode ser obtido, se se os países que o exportam para nós, hoje, deixarem de fazê-lo. Aqui, a chave é conseguir a integração interamericana, que é o que pode assegurar a auto-suficiência econômica para a produção de, mais ou menos 80% dos bens básicos necessários. Por exemplo, o Brasil necessita de petróleo, mas a Venezuela e o México o têm; o México necessita de alimentos, mas a Argentina e o Brasil podem exportar alimentos para o México. Em contas resumidas, se o continente formar um mercado comum, pode conseguir auto-suficiência em condições de economia de guerra, pode resistir às represálias que seguramente viriam no caso de declaração de uma moratória à dívida.

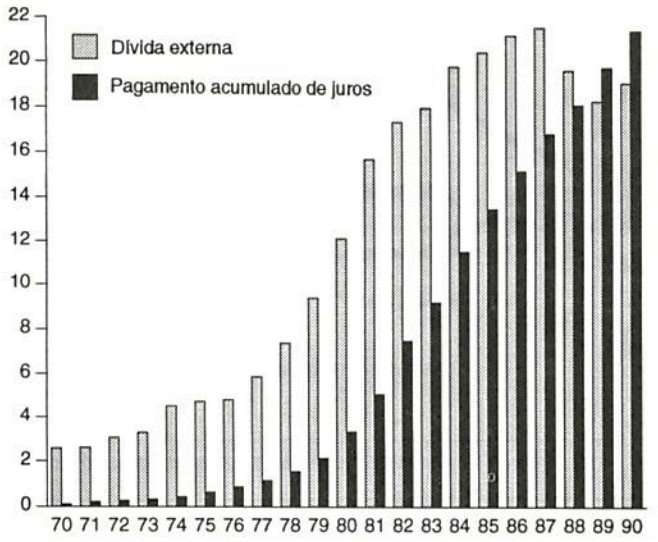
EIR: Existe alguma forma de evitar esse rompimento com o Fundo Monetário Internacional? Que me diz do modelo chileno, por exemplo?

DS: Não, o modelo chileno é uma grande fraude de Wall Street. (Ver

FIGURA 1

Chile: dívida externa e pagamento acumulado de juros, 1970-1990

(bilhões de dólares)

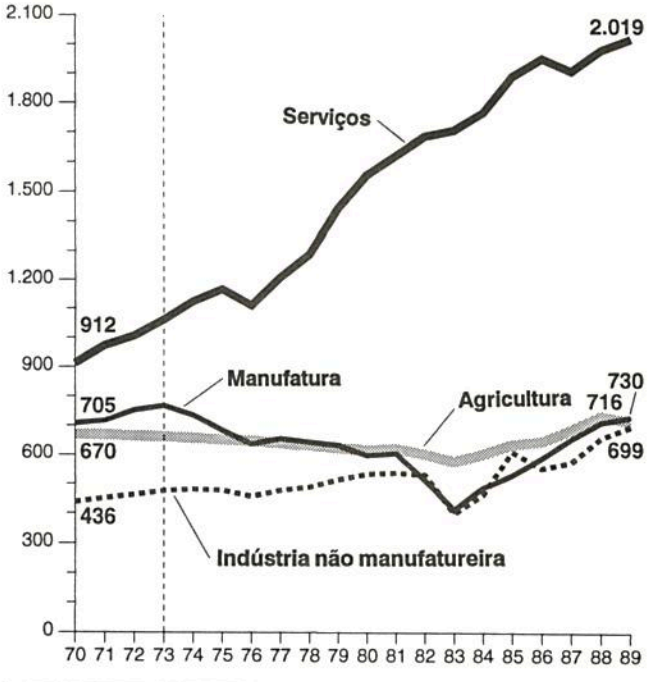


Fonte: Banco Mundial.

Fig. 1). O Chile pagou a sua dívida externa de maneira absolutamente fiel e fez isto destruindo a sua economia produtiva. O Produto Interno Bruto (PIB) chileno quase não cresceu de 1970 até hoje e o pouco crescimento que ocorreu foi no setor de serviços (ver Fig. 2). Assim sendo, o modelo econômico neoliberal chileno, na verdade, não é modelo que se deva seguir. É preciso romper com o Fundo Monetário Internacional, à força.

EIR: Há quem fale da "reinserção" no sistema financeiro internacio-

FIGURA 2
Chile: crescimento de emprego por setor, 1970-1989
(milhares de empregados)



Fontes: Banco Mundial, CEPAL e elaborações próprias

nal. O que diz quanto a isso?
DS: É preciso falar com franqueza. O sistema financeiro internacional é um cadáver. Está moribundo. Neste caso, a questão de "inserir-se" em um cadáver me parece pouco apropriada.

EIR: Agora, a pergunta que se apresenta é: se não se recorrer ao Fundo Monetário Internacional ou ao sistema financeiro internacional, de onde virá o crédito de que vamos necessitar na Ibero-América?
DS: Como sempre ocorreu, em todos os casos da história das economias capitalistas industriais bem sucedidas, economias que adotaram a política econômica mercantilista, os créditos simplesmente são criados. Simplesmente, o Estado tem o direito e o poder soberano de gerar e criar créditos. Deste modo, sendo estes créditos aplicados aos investimentos produtivos na indústria, na agricultura e na infra-estrutura, eles não são de modo algum inflacionários.

EIR: Mas o que diz das represálias?
DS: Podemos nos defender, diante destas represálias, de uma forma muito direta, adotando as políticas necessárias e quero detalhar essas políticas necessárias de uma forma muito concreta. O esquema seguinte as apresenta sinteticamente:

A) Política creditícia

1) Será criado um Banco da Nação, de propriedade do Estado, cuja missão principal será a geração de crédito em categorias apropriadas de investimentos produtivos na agricultura, indústria e infra-estrutura.

2) As taxas de juros para tais investimentos produtivos não ultrapassarão 4% anuais. Serão aplicadas leis contra a usura.

B) Política monetária

1) Será eliminado o uso generalizado de moedas estrangeiras na economia nacional e reprimido o comércio informal de divisas e mercadorias.

2) Será reorganizado o sistema monetário nacional sobre a base das reservas de ouro e o valor da moeda deve ser conjugado a uma "cesta" de mercadorias básicas.

3) Será retirada de circulação a moeda corrente, substituída por um novo papel-moeda, com documentação prévia da origem legítima de bens adquiridos nesta referida moeda corrente.

4) É necessário um controle rigoroso do câmbio para refrear a especulação e a fuga de capitais e defender a integridade da moeda nacional.

C) Política de preços, tarifas e impostos.

1) O Estado fixará e defenderá preços de garantia para os bens essenciais de consumo e produção.

2) Serão criadas tarifas a níveis que garantam esses preços de garantia aos produtores nacionais que competirem com produtos de qualidade aceitável.

3) Serão conferidas vantagens tributárias às entidades que efetuarem reinvestimentos de forma produtiva, enquanto que as atividades especulativas e puramente parasitárias serão taxadas punitivamente.

D) Política internacional

1) Reorganizar a dívida externa da Ibero-América mediante a negociação coletiva.

a) Declarar uma moratória à dívida existente.

b) Emitir novos bônus interamericanos a 2% de juros anuais e a longo prazo.

c) Enterrar o FMI e o Banco Mundial.

2) Formar o Mercado Comum Ibero-Americano.

a) Estabelecer uma União Aduaneira para estimular o comércio intra-americano;

b) criar um Banco de Desenvolvimento Ibero-americano;

c) criar o "peso de ouro", com nova paridade com relação ao dólar, defendido pelo controle do câmbio;

d) restabelecer o valor real das exportações ibero-americanas.

3) Lançar grandes projetos de desenvolvimento econômico na Ibero-América.

a) Integrar fisicamente o continente com projetos de infra-estrutura;

b) enfatizar a tecnologia industrial avançada, de modo especial a nuclear e a de *laser*;

c) modernizar a agricultura.

IV

Democracia?

16 Lyndon LaRouche: o papel positivo das Forças Armadas

Excertos de uma entrevista concedida pelo economista Lyndon LaRouche (então preso político) a Robyn Quijano, diretora da revista Resumen Ejecutivo de EIR, *em abril de 1993.*

RQ: Depois da queda do comunismo em 1989, com a queda do Muro de Berlim, houve muito otimismo em todo o mundo. Mas desde que o FMI destruiu a economia da Rússia e da Europa Oriental, um pessimismo tremendo se impôs. Pergunto se o Sr. acha que isto tenha prolongado a vida do comunismo no Terceiro Mundo, de modo particular.

LaRouche: Acho que neste momento é um erro falar de comunismo no mesmo sentido em que nos referíamos a ele antes de 1989.

O comunismo como tal ficou desacreditado e não voltará à Rússia, por mais que, obviamente, as ondas culturais que a história do bolchevismo deixou, venham a cobrar relevância.

O comunismo tem significado, digamos, na forma do Sendero Luminoso. O de Rigoberta Menchú, que é comunista e cujos antecedentes são como os do Sendero Luminoso. São assassinos, são carniceiros. Rigoberta é uma mulher do inferno, no essencial.

Muito bem, sabemos disso e conhecemos a tradição de M. N. Roy, o responsável por esse movimento que existe na cordilheira andina, entre outras coisas. Este fenômeno existe. Mas não é comunista, no sentido de que chame os trabalhadores para se erguerem contra os opressores, já não apela ao sentimento nacional contra a opressão colonial, já não é o velho comunismo que conhecemos. Isso acabou.

O que vemos agora é o que estava por trás dos fios que moviam os velhos comunistas. Vejamos o caso de Marx.

Alguns dirão, ou os chamados marxistas nos lembrarão, que Karl Marx atacou lorde Palmerston e o acusou de ser agente russo. Mas, na realidade, embora Karl Marx não o soubesse (quando mais não fosse

por estúpido), *ele próprio era agente de Palmerston.*

Para início de conversa, Marx era agente de Giuseppe Mazzini. Este foi seu primeiro papel na vida. Foi para Londres, onde trabalhou, segundo a sua própria confissão, sob a direção de David Urquhart, do Museu Britânico. David Urquhart era o agente de lorde Palmerston encarregado de controlar os refugiados mazzinianos em Londres, entre outros lugares.

Quando Marx se tornou chefe do que ficaria conhecido como a Primeira Internacional, a pessoa que criou a Primeira Internacional em Londres foi Giuseppe Mazzini. E ele fez isto a serviço de lorde Palmerston. E foi ele quem designou Marx para o posto que este assumiu na Primeira Internacional. Assim, Marx foi claramente um agente de lorde Palmerston mas não teve cautela suficiente para investigar e averiguar quem era seu amo.

Mas quando falamos de Mazzini, diversamente do comunismo, falamos de Wagner, que é o mesmo que Mazzini e tem a mesma extração política, filosófica e espiritual que Karl Marx. Ele foi um satanista. Quando falamos de Bakunin, o lança-bombas, inimigo mortal de Karl Marx, falamos de alguém da mesma extração e filosofia que Karl Marx.

Já se começa a ver claro. Perguntemos agora qual é a forma do comunismo por trás do comunismo. Não o bolchevismo, não a chamada filosofia dos trabalhadores, não o movimento de independência nacionalista. O que existe na realidade por trás disso? Quem estava *utilizando* tudo isto?

Pois bem, encontramos uma força satânica representada por Giuseppe Mazzini. Em que forma ela aparece? Na história européia e, em certa medida, nas Américas, todos nós sabemos da Escola de Frankfurt, por exemplo. Quem criou a Escola de Frankfurt? Um comunista, Georg Lukács (e companhia). Qual foi o objetivo da Escola de Frankfurt? Destruir a civilização ocidental cristã. O que faz nas Américas? Exatamente isso.

Quem são os aliados da Escola de Frankfurt no Hemisfério Ocidental? Por exemplo, onde quer que ouçamos a frase "personalidade autoritária", isto é propaganda comunista. Quem quer que nos diga que estamos em perigo pela influência da personalidade autoritária é um comunista genuíno satânico. Esta é marca distintiva pela qual se pode reconhecer a Escola de Frankfurt. Porque chama a *razão* de autoritarismo. Ela quer eliminar a razão.

Em seguida, temos o Instituto Tavistock. E temos também a seita francamente satânica do Fundo Lucis (anteriormente conhecido como Fundo Lúcifer - NE), que faz parte da Associação das Nações Unidas em

Nova York, e tem apoio da Igreja Anglicana. E temos o culto de Gaia, a mãe de Satanás, por parte de membros da família real britânica. Bastante coerência. A mãe de Satanás anda solta pelo mundo, embora Satanás tenha morrido velho, mas sua mãe continua andando por aí e ainda procura procriar.

O perigo, portanto, é que na derrubada possa voltar algo que não seja o velho comunismo, mas uma ameaça muito maior.

Menchú e o fundamentalismo

RQ: Voltemos à questão de Rigoberta Menchú. Recordávamos que, em 1982, o Sr. escreveu um trabalho para advertir o presidente do México, José López Portillo, e ao PRI, que seu calcanhar de Aquiles era o fundamentalismo asteca. Dez anos depois, Rigoberta Menchú, a quem podemos chamar fundamentalista maia, recebe o Prêmio Nobel da Paz, o que representa um tremendo apoio internacional à sua operação de odio.

Como acha o Sr. que os patriotas hispano-americanos devam enfrentar esse problema, que é agora muito maior que há dez anos, quando o Sr. se referiu ao fundamentalismo asteca?

LaRouche: Isso é comunismo. O fundamentalismo asteca não é comunismo no sentido da variedade de Karl Marx, mas no sentido do comunismo de sua mãe ou o comunismo da mãe de Satanás.

Observemos a curva de população da civilização, a curva do crescimento populacional da raça humana. Nós a percorremos por milhares e milhares de anos, e de repente, há uns 500 anos, ocorreu um grande crescimento hiperbólico da população mundial, não apenas na Europa, mas em todo o mundo, como resultado de algo ocorrido na Europa. O que ocorreu na Europa foi o que chamamos Renascimento Dourado, cujo centro foi o Concílio de Florença, o mesmo Concílio de Florença de onde saiu o projeto da descoberta do Novo Mundo por Colombo.

Qual era a situação dos povos da América antes da Descoberta? A ruína da civilização. Qual é o símbolo desta ruína, o que exprime esta ruína, a degeneração da cultura nas Américas, que teve lugar ao correr do tempo, *antes* de Colombo chegar?

Os astecas.

Não existe aspecto da cultura nazista tão perverso como os astecas. Os astecas encarnam tudo o que destruiu, por dentro, os índios das Américas e os conduziu à bestialidade. Existe algo mais perverso do que levar 18.000 pobres prisioneiros ao Templo Maior, colocá-los em fila nos degraus e arrancar-lhes o coração numa orgia de produção em série de dois

dias? E há quem diga que a "cultura natural" das Américas é a asteca!

Muito bem, eu diria que poderia ser assim, se falássemos da cultura de Henry Kissinger, a não ser que o único motivo pelo qual Kissinger não se poria a arrancar 18.000 corações humanos em dois dias seria por ser ele muito preguiçoso.

Apesar do fato de que a civilização européia tenha uma dívida pelos aportes de muitas outras culturas e apesar do fato de que muitos grupos do mundo aproveitaram, aperfeiçoaram e difundiram a civilização européia, ela foi a *maior* descoberta da história conhecida da Humanidade.

Essa descoberta provém da aplicação, tardia mas eficaz, de um princípio que impregna o cristianismo, o do *imago Dei*, de que o homem foi feito à imagem de Deus, aplicado de um modo muito correto pela primeira vez.

Agora vejamos: quem são os europeus nas Américas? Vejamos o México. Olhemos para os rostos dos mexicanos. São europeus ou são índios? A maioria é de índios. Olhemos para os Andes. Índios. Mas eles representam a cultura européia em seu nível supremo, porque a cultura lhes pertence.

Vem, então, alguém e diz: "Não, vocês não têm direito a ter essa cultura. Vocês são índios. Vocês não têm direito a ter cultura européia. O que cabe a vocês é que os sacerdotes astecas lhes arranquem o coração". É difícil encontrar um sacerdote asteca tão maligno como Rigoberta Menchú. Ela é a espécie de mulher que o faria - e, talvez, ja o tenha feito um par de vezes.

RQ: Sobre a questão da luta contra o FMI. *Ombro a Ombro*, um jornal dos militares da reserva do Brasil, disse em editorial recente que 62% do orçamento do Brasil vão para o pagamento das dívidas interna e externa e que esta é uma situação insustentável. Segundo eles, é preciso enfrentar ista situação, determinando que parte da dívida é legítima e empreender algum nivel de desenvolvimento.

Eles dizem, o que é absolutamente correto, que enfrentar esse problema, provavelmente, significara um boicote por parte dos bancos, bem como uma tremenda pressão do FMI e dos bancos. Mas acrescentam que seria mais fácil enfrentar isto do que o genocídio ao qual os vêm submetendo.

Assim, temos que esta é realmente a situação que enfrenta cada país hispano-americano. A questão é saber como enfrentar semelhante boicote internacional, o que fazer para poder realmente realizar algo em circunstâncias tão difíceis.

LaRouche: Não é preciso pensar formalmente. Devemos ser capazes

de pensar formalmente, mas não se deve pensar formalisticamente.

Se a banca mundial se dispõe a sugar o sangue da minha nação, isto é um ato de guerra contra minha nação. Assim sendo, é melhor que vão ao diabo, que se arrebentem.

Atualmente, o sistema financeiro mundial é uma gigantesca bolha cancerosa. Muitos perguntam: "De onde vamos tirar um sistema creditício?" Bem, a mim isto não preocupa de modo algum. Podemos criar um sistema baseado no mesmo tipo de sistema esboçado pelo secretário do Tesouro estadunidense, Alexander Hamilton.

Cada país pode criar o seu próprio sistema nacional de crédito. Em qualquer caso, a idéia de pedir dinheiro emprestado ao exterior para aplicá-lo no uso de recursos nacionais é pura loucura. De modo que não precisamos pedir dinheiro estrangeiro emprestado e obter permissão para usar os nossos próprios recursos nacionais para nos desenvolvermos.

O problema de que suspendam o crédito exterior nada tem a ver com aa necessidades do comércio interno. Tem a ver com as importações. Necessita-se de crédito para importar e também para exportar.

Pois bem, se várias nações cooperantes, que contem com os seus próprios sistemas de crédito, resolverem comerciar entre si e colocar em colaboração o seus sistemas nacionais de crédito para facilitá-lo, tal pode ser feito. O comércio não diminuirá. E a banca vai arruinar-se *de qualquer maneira*. Assi, não nos preocupemos com a ruína da banca internacional; esperemos que ela aconteça *logo*. Mas a alternativa deve estar à mão. E esta alternativa é o sistemas de banco nacional, em lugar de banco central, em lugar do atual sistema de banca internacional, em lugar do FMI. Isto tem que ser feito *já*, tem que ser feito *de imediato*; senão, este mundo afundara em algo inacreditável.

Desse modo, não se assustem com a ruína da banca internacional: ela é desejável, rezem por ela e ajudem para que ela ocorra. Porque não existe alternativa, a não ser que nos dediquemos, a todo custo, a restaurar a banca nacional e o crédito nacional e a enfrentar os problemas do comércio internacional, apoiando-nos na cooperação entre os Estados e seus respectivos bancos nacionais. Este é o modo como podemos enfrentar o assunto. *Não existe* outra solução.

RQ: Gostaria de passar à questão das manobras para "desmilitarizar" a América hispânica. A chamada Comissão da Verdade sobre El Salvador provocou muito ruído na imprensa mundial, a ponto de alguém sugerir que, em vez de criar um tribunal internacional de crimes de

guerra para julgar os sérvios, em tal tribunal dever-se-iam julgar os militares hispano-americanos, de modo especial os salvadorenhos.

Que acha o senhor dessa manobra chamada Comissão da Verdade de El Salvador?

LaRouche: De tudo que falta à Comissão da Verdade o que mais lhe falta é a verdade. Isto é evidente.

Para começar, na luta contra as guerrilhas na América hispânica foram cometidas atrocidades. Até onde se sabe, como no caso de El Salvador, a luta mais suja foi realizada por unidades militares salvadorenhas que estavam sob direção técnica estadunidense. *Porém,* este não é realmente o quadro geral, mesmo quando se tenha de conceder que coisas deste gênero possam ter ocorrido ou ocorreram de fato, como aconteceram em vários casos onde os soldados se defrontaram forças terroristas ou guerrilheiras e, em tais circunstâncias, possam ter-se tornado algo violentas.

Mas as maiores atrocidades foram cometidas pelos próprios guerrilheiros.

Para comparar, vejamos o caso do Sendero Luminoso no Peru, que é paradigmático nesses movimentos guerrilheiros. Como sei por meu trabalho nesta area, o método dos guerrilheiros é, por exemplo, ir a um povoado indígena; se os índios se negarem a colaborar com eles, são mortos. Então, eles vão ao povoado seguinte e dizem: se não querem ser mortos, entreguem-nos seu trabalho, seus jovens para treiná-los e colaborem.

Em alguns casos, no Peru, certos índios cultivam coca e colaboram com o Sendero na operação da coca. Mas, em muitíssimos casos, os índios não querem colaborar com o Sendero, sendo obrigados a isto à ponta de pistola, por métodos terroristas.

Sabemos que, na Guatemala, por volta de 1985, as pessoas que Rigoberta Menchú elogia cometiam atrocidades contra os índios. As atrocidades não foram cometidas tanto pelos militares. Não sabemos tudo que aconteceu naquele país. Eu não sei. *Mas sei, sim* — e porisso me pus a sugerir o que seria a "Operação Guatusa", uma operação contra o narcotráfico na Guatemala — que a gasolina empregada pelos amigos de Menchú para queimar vivos os seres humanos nestes povoados, que a gasolina empregada para executar tal terrorismo vinha da venda de gasolina aos narcotraficantes que utilizavam aviões na vertente caribenha da Guatemala.

Isso era coisa sabida. Pelo que sabemos agora, o governo dos Estados Unidos ou parte do Departamento de Estado, pelo menos durante o regime de Bush, embora esta política não tenha sido corrigida,

apoiou de fato o Sendero Luminoso. E a maior parte do terrorismo, o maior número de crimes, se não a *totalidade* dos crimes contra a Humanidade, foi perpetrada pelas próprias guerrilhas.

De modo que essa Comissão da Verdade se converteu, por todos os títulos, em instrumento de apologia para a propaganda das pessoas que, até onde sei, cometeram a maior parte do terrorismo nessa parte do mundo. Temos então que a Comissão da Verdade é, obviamente, um instrumento das forças que, partindo dos Estados Unidos e outras partes, apóiam o terrorismo.

Juntemos isso às intenções de destruir as Forças Armadas. Alguém perguntará: "Por que um país capitalista como os Estados Unidos iria apoiar forças guerrilheiras anticapitalistas e comunistas nesses países?"

Por uma razão muito simples. Do mesmo modo que lhes agrada propagar doenças entre seus inimigos: para matá-los. Eles querem destruir a soberania dessas nações. Querem destruir-lhes a segurança. Não querem que essas nações se desenvolvam. Eles têm uma política demográfica: reduzir a população da América do Sul e Central, e se você rebaixa o nível de tecnologia, você consegue isto; se você espalha doenças, também consegue isto. E se você desencadeia este tipo de programa de horror, você vai varrer a Igreja Católica na América Central e do Sul, varrendo seu seguidores.

Os ideólogos que apóiam a Comissão da Verdade, nos Estados Unidos, aderiram a essa política.

A razão pela qual é difícil enfrentar tudo isso é que, quando o explicamos aos outros, nos respondem: "Não posso crer que os bondosos Estados Unidos, por mais que cometam erros e até mesmo maldades, que neles exista alguém tão louco para seguir política tão maligna". Pois bem, receio que estes amigos terão que abrir os olhos e reconhecer que existem nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha indivíduos que apóiam essa política maligna.

O FMI e a guerra irregular

RQ: Falando do Sendero Luminoso, o Sr. visitou o Peru e falou no CAEM aos chefes militares, muitos dos quais tomam parte, atualmente, na batalha contra o terrorismo. O Sr. poderia explicar qual é a doutrina de combate apropriada nessas condições de guerra irregular?
LaRouche: O problema é que, quando se trava a guerra irregular, o

essencial é lutar *pelo* que você está lutando e não apenas lutar *contra* as guerrilhas.

O problema é que chegam esses peritos idiotas dos Estados Unidos e de outros lugares, que talvez tenham certa capacidade técnica e militar, e dizem: "Eis como matar guerrilheiros; eis como se livrar deles". Mas este não é o objetivo.

Há um caso interessante na Malásia, onde os britânicos terminaram fazendo algo positivo, em certo sentido. O que eles fizeram realmente, foi isolar na população os guerrilheiros comunistas chineses e as pessoas de origem chinesa e, na prática *ajudar* a população a conseguir algum nível de desenvolvimento na região.

Até hoje, ainda existem elementos do famoso movimento guerrilheiro comunista malaio dos final dos anos 40, ligado à China. Mas são resíduos desprezíveis, que sequer são observado. Os que restam vivem na zona fronteiriça entre a Tailândia e a Malásia. Estão velhos e morrendo, são veteranos vetustos aos quais ninguém dá maior atenção.

Na guerra de guerrilhas o objetivo é estabelecer as metas políticas do movimento pelo qual se luta, a fim de isolar e destruir a capacidade política do inimigo. Porque quando ele é isolado, torna-se fácil varrê-lo.

Vejamos o caso do Peru. Não quero pecar por otimismo sobre o que ocorreu no Peru mas é óbvio que se conseguiu muito.

Uma vez que o governo seja capaz de *isolar* os guerrilhos do restante da população dominada por eles e de proteger o povo, os guerrilhos ficarão à vista como uma força relativamente minúscula. Então, veremos que eles não são os que falam quéchua, mas os que falam francês em Ayacucho; e coisas do genêro que são relativamente fáceis - não propriamente fáceis, mais factíveis - de se lidar. A *essência da guerra irregular* é a política de construção nacional e as medidas de segurança para ajudar o processo de construção nacional. Por esse caminho se ganha a guerra.

Mas se alguém enfia na cabeça a idéia das "técnicas para ganhar os corações e as mentes" das pessoas contra as guerrilhas, ao estilo do que se fez no Vietnã, se se empreende uma dessas loucuras, se sai perdendo. Não importa quão vitorioso se *acredite* ser militarmente.

A Colômbia, por exemplo, me preocupa por esse motivo. Os comunistas parecem estar em retirada diante da pressão militar. Mas e se os comunistas estiverem deixando que algumas de suas forças se retirem e se achem emboscados e armados, prontos a sair e atacar os flancos das forças militares que os andam caçando nos cerrados?

O problema da Colômbia é que não se aplicam as medidas econômi-

cas e políticas necessárias para enfrentar o problema. De modo que as vitórias militares podem ser *temporárias*; não são decisivas. Desde que se tenha uma concepção correta da guerra, o que se faz é abordar o problema, *isolar* o problema, oferecendo à população soluções para os problemas reais do cotidiano mediante uma política nacional.

É quase impossível combater as guerrilhas e submeter-se ao mesmo tempo ao FMI. Se executamos o programa do FMI, ou programas semelhantes, contra a nossa própria população e, ao mesmo tempo, tenta-se combater as guerrilhas, enfrentamos uma batalha perdida. Porque, enquanto o FMI "recruta" os guerrilheiros, vem o Departamento de Estado dos Estados Unidos e ameaça cortar qualquer ajuda mínima caso sejam mortos mais guerrilheiros. E os maçons vêm e acusam por violações de direitos humanos.

De modo que, para travar esta luta, necessita-se de uma política firme e resoluta, mas baseada na *afirmação* do bem-estar do povo. Sem isto, pode-se perder a luta.

RQ: No tocante à Colômbia, está em marcha uma grande jogada, provavelmente pelos recentes êxitos militares contra as guerrilhas, para trazer como mediadoras as Nações Unidas. Fala-se muito na "salvadorização" da Colômbia. O que o Sr. acha disto?
LaRouche: Creio que antes de pedir às Nações Unidas que venham ajudar a lidar com os seus problemas, o governo colombiano deveria, talvez, trazer um representante do governo da Bósnia ou, talvez, um par de vítimas dos acampamentos de violações dos sérvios para que digam o que acham da ajuda das Nações Unidas em situação semelhante.

RQ: Voltemos à situação salvadorenha.

Warren Christopher, secretário de Estado dos Estados Unidos, disse recentemente que consideraria uma proposta de apoiar as presumidas vítimas dos militares salvadorenhos que abram processos contra eles em tribunais estadunidenses. Ao mesmo tempo, a Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos aceitou ouvir a queixa de um argentino, que é hoje residente nos Estados Unidos, contra os militares argentinos. É esse campo de ação próprio da justiça estadunidense?
LaRouche: Claro que não. Talvez, alguém da América do Sul queira iniciar uma demanda contra o governo dos Estados Unidos pelos abusos que tenha sofrido e as violações dos direitos humanos em muitas operações estadunidenses, o FMI ou coisa assim.

Claro que não há por que exagerar o significado da declaração de Warren Christopher. Esse homem fala pela política de um governo e o impulso da casta governante é seguir o rumo da "Doutrina Thornburgh". Mas aí está o problema.

O governo dos Estados Unidos ainda se move por inércia. Ainda segue a política do governo de Bush e a política do governo de Bush foi a de apoiar o terrorismo contra os governos da América Central e do Sul.

A campanha de direitos humanos

RQ: Voltemos à situação do Peru. A Americas Watch insiste em chamar os terroristas do Sendero Luminoso e do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA) de "insurgentes" e daí passa a enumerar as presumidas "violações das leis da guerra que governam os conflitos armados internos". Evidentemente, há muita pressão sobre o governo do Peru para aceitar que os terroristas gozem de tal condição, o que, é óbvio, o levaria à armadilha dos "direitos humanos".

LaRouche: Não há que se deixar arrastar a semelhantes armadilhas. Anos atrás, havia uma idéia mais clara das coisas. Mas os governos sofrem pressões. O que se deve observar é *quem* exerce pressão sobre esses governos e lhes diz que o devem fazer. Aí é que reside o problema.

Há uns cinco ou dez anos, esses governos teriam reconhecido semelhante proposta e a teriam rechaçado e posto de lado por ser completamente demencial. Agora, estão prestando consideração séria a essas coisas. Por quê?

Porque poderosas pressões externas lhes pedem que as levem em conta. Quem são estas poderosas pressões externas? Aí está o problema. E têm que entender que o governo dos Estados Unidos, pelo menos durante o regime de Bush - e esta política não mudou - apoiou o Sendero Luminoso, uma organização terrorista que trabalha para a destruição da nação; que a apoiou sob a capa dos direitos humanos. Os governos têm que ter a lucidez de ficar de pé dar-se conta de que isto não se pode fazer como concessão por outra coisa. Deste modo, poder-se-ia perder todo o país. *Não se podem fazer concessões.*

RQ: Houve certos acontecimentos recentes em outros países do Terceiro Mundo. De modo concreto, a Índia se negou a aceitar que a Anistia Internacional interviesse em alguns de seus assuntos internos e há um grande protesto contra as chamadas organizações não-gover-

namentais na Tailândia.O Sr. acredita que isso pode ajudar a romper a tirania deste aparato?

LaRouche: Sim, se houver suficiente resistência unificada, se se unir o que sucedeu na Tailândia com o que Fujimori e alguns outros fizeram no Peru, falando com toda a clareza sobre o assunto. Eles podem falar de modo ainda mais contundente sobre essas organizações, que, sob o pretexto de defender os direitos humanos, embora não os defendam em outros casos, intervêm para ajudar as guerrilhas.

O caso de Guzmán é um bom exemplo.

Todos esses grupos estão preocupadíssimos com o pobre Abimael Guzmán, este genocida. E é como se se quisesse resgatar o cadáver de Adolf Hitler ou coisa assim. É algo asqueroso. Absolutamente asqueroso.

Se se oferecer uma resistência unificada a essas coisas e se se disser "já basta", poder-se-á dar um fim a tudo isso.

A lei natural e o direito à rebelião

RQ: Quanto à situação venezuelana, como o Sr. sabe, tanto o governo de Bush quanto o governo de Clinton apoiaram o presidente Carlos Andrés Pérez e ameaçaram a Venezuela com o bloqueio total se ocorresse neste país um movimento vitorioso para derrubar o seu regime corrupto. Que acha o Sr. desta política dos Estados Unidos?

LaRouche: É estúpida, para começar.

Falamos de corrupção. Os Estados Unidos dizem que não querem apoiar governos corruptos e empreendem uma cruzada contra a suposta corrupção em outras partes do mundo. Carlos Andrés Pérez é um personagem dos mais corruptos.

Fala-se em democracia. E aqui temos um presidente à quem esmagadora maioria do seu povo detesta cordialmente. Na verdade, a maioria do povo quer um golpe contra ele e somente os Estados Unidos o impediram.

Desse modo, diríamos que, afinal de contas, os Estados Unidos vêm sustentando outro ditador impopular, corrupto e repugnante, na figura de Pérez. Temos aqui um fulano ao qual 90% da população querem expulsar. Acusam-no de corrupção, a torto e à direita. Está ou esteve ligado a gente como os Cisneros, que são o tipo mais duvidoso. Realiza ele, ou seu governo, atos que se consideraria corrupção e repressão desaforadas. E normalmente seria de pensar que os Estados Unidos e o Departamento de Estado sairiam aos gritos: "Temos que

nos desfazer deste ditador corrupto!"

As pessoas têm de fazer o que seja necessário pelo bem de sua nação. E se o fizerem, melhor seria que o fizessem prudentemente, tendo em conta todos os riscos e adotando medidas para reduzi-los ao mínimo. E o melhor seria que os patriotas operassem, sendo possível, conjuntamente com outras nações, em uníssono, com o seu apoio.

Mas se as ameaças nos intimidam a ponto de que não façamos o queseja necessário para salvar a nossa nação, neste caso, estaremos traindo a nação. Sempre existe um elemento de risco quando se trata de fazer o correto na adversidade e se não tivermos a coragem de fazê-lo, neste caso, não seremos prisioneiros de uma força externa, mas da nossa própria covardia.

RQ: Alguns patriotas venezuelanos que tentaram libertar o país do governo corrupto de Carlos Andrés Pérez responderam ao argumento estadunidense de que seu país era uma grande democracia, afirmando: "É simplesmente uma ditadura do FMI". Mas eles,.erroneamente, baseiam o seu direito de derrubar este regime corrupto na noção da vontade popular de Rousseau. Do ponto de vista da lei natural, como o Sr. definiria esta luta?

LaRouche: Veja, se temos a lei natural na forma de uma Constituição e se o presidente ou outro funcionário eleito violar a lei natural, neste caso as instituições de governo têm a responsabilidade de remediar o erro.

Em outras palavras, em um caso assim, qualquer ação deve ser tomada de acordo com a lei natural. A idéia da vontade popular, nós já a vimos na França de 1789 a 1792-93, no Terror jacobino. E é preciso fazer a distinção. Não é a vontade popular, não é a vontade da maioria.

O que acontece é que se atém a toda essa tagarelice sobre a "democracia". Um crime não é crime porque vá contra a vontade popular; um crime é crime porque viola a lei natural.

Por exemplo, o assassinato de *uma pessoa* deve ser motivo suficiente para se derrubar uma Presidência, porque é uma violação do direito, o que não se pode tolerar. Deve-se exigir uma prestação de contas. É uma violação de direitos naturais. Matar de fome uma nação em benefício do FMI, trair uma nação em favor de um bando de asseclas de amigos, como Cisneros e companhia, estes são crimes.

Não é necessária a opinião da maioria para declarar que esses são crimes. Temos que defender a dignidade e os direitos da pessoa humana. Temos que defender a dignidade de uma nação. Tratam-se de *valores absolutos,* em certo sentido. Não é uma questão de opini-

ões, é uma questão de obrigações legais claríssimas.

Não é preciso contar com uma opinião majoritária contra o roubo cada vez que se prende alguém por roubo. Não se necessita da opinião majoritária contra um determinado assassinato para poder prender alguém por ter cometido assassinado. Diante de uma violação da lei natural, não se necessita da opinião majoritária para se fazer cumprir a lei natural. Tem-se que fazê-la cumprir. É indiferente se se chegou ao ponto em que a maioria da população do país esteja voltada contra a situação. É um fato que ser levado em conta, mas a autoridade da lei não brota da opinião popular.

As linhas de ação podem até resultar do exame da opinião popular, mas não o juízo de valor sobre ela, se é certa ou errada.

RQ: Em certo sentido o Sr. acaba de responder a isto, mas creio que seria útil para muitos de nossos leitores. Qual é, então, a sustentação da legitimidade de um governo?

LaRouche: Legitimidade? Depende do modo como definamos a lei. Mas a História nos definiu a lei no sentido de que a civilização européia demonstrou que certos princípios de governo são benéficos para a Humanidade e são congruentes com a lei natural, enquanto outros não o são. E os conflitos internos à civilização européia reforçaram precisamente esta distinção.

A legitimidade de um governo provém da sua justiça, isto é, de certo traço de concordância com a lei natural. Por exemplo, o princípio da língua, de que se iremos ter a participação do indivíduo, em primeiro lugar, começamos com o princípio da *imago Dei*. Um ser humano é uma imagem de Deus, como enfatizou Fílon de Alexandria, em virtude desta qualidade do indivíduo que reflete imperfeitamente o Criador como criador: a faculdade criativa da mente.

É manifesto que somente o homem possui tal qualidade entre todas as criaturas vivas deste mundo, e é manifesto que é uma qualidade do indivíduo humano como tal, e não de algum grupo particular.

Desse modo, a Humanidade se baseia no princípio da *imago Dei*. A *imago Dei* representa os processos criativos, as faculdades criativas. A *imago Dei* representa a geração de indivíduos que detenham tais faculdades criativas, o que implica em educação. A *imago Dei* obriga a sociedade a tratar a família de forma conseqüênte. A *imago Dei* nos exige o provimento da oportunidade de que as pessoas se empreguem em atividades que sejam congruentes com a *imago Dei*.

Para que tenhamos esse tipo de participação, necessitamos de uma

forma culta de língua, que seja de uso comum entre o povo que participa no esforço conjunto de se prover e prover à posteridade com os direitos e obrigações naturais que integram a *imago Dei*. Isto constitui uma nação.

A legitimidade da nação é a sua consagração a esse propósito. Ela estabelece instituições que são denominadas constitucionais, concebidas para responder a este compromisso. Esta é a medida da nação. Ela deve ser soberana, porque tem que tomar decisões. Não pode ocorrer que qualquer um venha "peruar" e diga: "Não, devem levar isto em conta". Não, a nação é *responsável* pelo bem-estar do seu povo. É uma responsabilidade soberana. Não é apenas um direito soberano; é uma responsabilidade soberana. E isto é legitimidade.

Falamos de países como Brasil, Argentina,Venezuela, Colômbia ou Peru. Sabemos que seus povos, digamos, no Peru ou México, foram e continuam sendo, em grande parte, índios que se levantaram por meio de lutas que lhes deram a forma de Estado que corresponde à idéia de *imago Dei*, o indivíduo. Todos os indivíduos são constituídos segundo a *imago Dei*. Esta forma de Estado — dedicada a promover o bem-estar da família, a proteger a saúde do indivíduo na família, a educar o indivíduo, a dar a todas as pessoas a oportunidade de desempenhar um trabalho na vida, o qual é congruente com o fato de ser *imago Dei* — demonstrou sua a legitimidade.

Esses Estados demonstraram, na prática, a sua legitimidade pelo grau em que, mesmo quando eles violam suas obrigações, reconhecem que a obrigação foi violada ou desatendida. É esta adesão à obrigação do Estado mediante a participação em uma língua comum com o povo, que está de acordo em viver em comunidade, para este propósito, para compartilhar tais benefícios e tais responsabilidades: isto é legitimidade.

E quando vem alguém trazendo a usura, com o argumento de que "a gente tem direito a ela" ou que "a usura também tem seus direitos", eliminemos a usura e, com isto, eliminaremos o problema. Esta é a questão.

Mas não falta o idiota que vem e diz: "Não, vocês não podem fazer isso porque nem todo mundo está de acordo com a *imago Dei*". E acrescenta: "O que aconteceu com a democracia? Apliquemos a idéia da democracia".

"Que queres dizer com democracia?"

"Bem, cada qual tem sua opinião".

"Mas é preciso distinguir o correto do errado"

"Isso é questão de opiniões".

Mas, uma vez que se nega a distinção entre o correto e o errado,

uma vez que se afirma que tudo é uma questão de opinião, uma questão de democracia, *se está negando a própria idéia de legitimidade,* porque se nega a idéia do certo e do errado.

Assim sendo, negar as distinções entre o certo e o errado implica em negar a legitimidade. E um Estado que aplica a idéia de burocracia neste sentido, como substituto da legitimidade, é um Estado que perdeu a legitimidade. E podem desempoeirar algum bom Mêncio ou outro seguidor de Confúcio, que este lhes dará, do ponto de vista chinês, um argumento em sentido semelhante.

O papel das Forças Armadas

RQ: Poderia o Sr. expor o que acredita ser a missão pertinente aos militares da Ibero-América?

LaRouche: As Forças Armadas são um instrumento da legitimidade do Estado. Isto é exatamente o que são. Este é o seu propósito. Elas são uma instituição de indiv;iduos que, por profissão e escolha, estão consagrados — sobretudo o corpo de oficiais — à defesa e à promoção dos melhores ideais da Nação, não apenas na forma militar comum, mas de todas as maneiras, como personalidades consagradas a tal propósito.

O pessoal arrolado é selecionado como um conjunto de indivíduos que aceitam isso e aceitam a liderança do corpo de oficiais nessa direção.

Nas Forças Armadas, se forma um corpo profissional de suboficiais que se encarregam, dia após dia, hora após hora, de adestrar e conduzir as tropas alistadas.

Sabemos o que é isso. Sabemos da importância que tem para a defesa e a construção de uma nação a educação científica e de outra índole que deve receber um oficial militar e que os demais devem compartilhar em alguma medida.

Como exemplo, o papel dos militares na engenharia civil, que tenho acentuado com freqüência como um aspecto necessário para manter seu o caráter equilibrado. Refiro-me à engenharia civil em obras nacionais, interesses nacionais. Eles *devem* ter participação na vida econômica.

Uma força militar que não pode organizar a sua própria logística não pode funcionar como força militar. Uma força militar, por definição, acha-se envolvida na economia. Está envolvida na política econômica: ela tem que defender a nação, tem de considerar a logística da defesa da nação.

Ela tem que dirigir-se ao governo e dizer: "Como nação, deve-

mos desenvolver tais e quais coisas, devemos erguer a nossa infra-estrutura e aproveitar os nossos recursos e enfrentar os problemas logísticos da defesa da nação".

Eu diria que, em um caso desses, temos de considerar a fonte e, às vezes, o que está no documento nos informa a qualidade da fonte. Essa gente quer destruir aqueles países, simplesmente isto.

RQ: O Sr. tem uma mensagem final para nossos leitores da Ibero-América?

LaRouche: Sim. Em certo sentido, o que vimos dizendo.

Travamos uma luta para tentar salvar essa parte do mundo da intenção de destruí-la, por parte das froças que discutimos. Poderíamos ter ganho muito mais. Se houvéssemos ganho em 1982, se os governos do Brasil e Argentina tivessem sustentado sua promessa de aliança com José López Portillo, teríamos ganho essa luta. Isto é algo que não se pode esquecer.

Estou acostumado a vitórias desse tipo. Estivemos muito perto de ganhar esta, só que os governos do Brasil e Argentina capitularam e abandonaram López Portillo. É porisso que todos esses países têm sofrido, desde então. Teríamos ganho! Nós o tínhamos nas mãos! Mas, por sua covardia, sua vacilação e as bajulações de Kissinger, puseram tudo a perder.

Quase ganhamos com a Iniciativa de Defesa Estratégica. E a ganhamos, em um certo sentido. Não ganhamos o programa, mas ganhamos o *efeito* que deitou por terra o Muro de Berlim, que derrubou o sistema soviético como resultado de que Reagan a tenha adotado. Isto foi o bastante para colocar em marcha uma série de acontecimentos.

Podemos voltar a ganhar.

Esse é o ensinamento a ser aprendido na Ibero-América, da lição de 1982. Pudemos contemplar o horror do ocorrido desde 1982 como fruto da *covardia* do governo do Brasil e da junta argentina de então, que abandonaram López Portillo. *Nós tínhamos a situação nas mãos; teríamos ganho, não fosse pela covardia* deles.

Uma vez que esse ensinamento seja entendido, saberemos o que fazer nesta parte do hemisfério. Isto é tudo de que necessitamos saber sobre o assunto. Corrijam o erro e na próxima vez não sejam covardes. Não atraiçoem a luta depois de se terem juntado a ela; isto é pior que ser covarde.

17 Lyndon LaRouche: o que é a democracia?

Em uma entrevista concedida ao jornalista brasileiro Rubem de Azevedo Lima, no final de setembro de 1991, Lyndon LaRouche respondeu o que pensa sobre a democracia.

Essa palavra, "democracia", é freqüentemente usada de modo equivocado.

Lembre-se que a penúltima fase da destruição da civilização de Atenas foi causada pelo partido que se chamava Partido Democrático de Atenas, o partido que condenou Sócrates à morte, com acusações falsas.

Na história da Humanidade, democracias como a de Meleto, do Partido Democrático de Atenas ou de Robespierre em Paris, e casos semelhantes, têm sido um desastre. Talvez, às vezes, usemos mal a palavra democracia, porque a simples idéia de que a vontade ou a opinião devem governar uma nação é a idéia mais perigosa e perversa já concebida.

Devemos exprimir algo diferente. O que se acha em jogo é como assegurar os verdadeiros direitos naturais de cada indivíduo humano... Os Estados Unidos não foram craidos como uma democracia, mas como uma *república democrática*... Isto é o que é importante reconhecer. Mesmo Thomas Jefferson reconhecia que se necessita contar com uma educação de alta qualidade para ter cidadãos capacitados a votar... Como disse Franklin, ao terminar a Comissão Constituinte: "Nós vos demos uma república, agora vos cabe conservá-la." Mas não se pode manter uma república se se permite o tipo de democracia que representado por Robespierre ou Meleto, o do Partido Democrata de Atenas. Se esta classe de democracia é permitida, não se pode ter uma república, ela será destruída. O voto da maioria a destruirá. Os demagogos, os retóricos, os sofistas virão e ganharão a maioria, talvez por meio de programas de televisão...

De que precisamos? Temos de proteger os direitos do indivíduo.

O que são os direitos do indivíduo? São os direitos naturais, os direitos humanos que o direito natural confere. O indivíduo tem o direito a ser considerado a imagem viva de Deus. O indivíduo tem o direito de ser soberano. Cada núcleo familiar tem direitos soberanos absolutos enquanto núcleo familiar: seu direito a existir, seu direito a funcionar, seu direito a ser protegido. O indivíduo tem o direito natural a ser tratado como ser humano, de todas as formas. O indivíduo tem o direito à educação, à educação *obrigatória* da melhor qualidade. O indivíduo tem o direito à oportunidade de participar no progresso da tecnologia, conforme convenha à sua disposição, aptidões pessoais e capacidades. O indivíduo tem o direito à voz na estruturação da sociedade, tanto à voz como a voto. Sim, isto é importante.

Se nos referimos a isso, isso quer significa uma república. Mas o que confere esses direitos ao indivíduo? A opinião majoritária? Não. Como demonstra a História, não se pode confiar nas maiorias. Em nossos dias, não se pode confiar na maioria dos cidadãos dos Estados Unidos. Basta ver o que colocaram nos postos oficiais: as terríveis criaturas . Não temos tido um presidente são, provavelmente desde Kennedy, se levarmos em conta o fato de que os governos de Nixon e Ford foram, na realidade, governos de Kissinger.

O que entendemos por república? A meu juízo, necessitamos de duas coisas para ter uma nação sólida e estável, que, creio ser também o juízo de Dante Alighieri. Primeiro, precisamos de uma forma culta de língua falada e escrita, porque sem uma língua culta o povo não pode participar inteligentemente na formulação e seleção da política nacional. Segundo, necessitamos que a vontade da nação se submeta ao império do direito, não o direito positivo, não as meras leis saídas da legislatura mas, sim, ao direito natural.

Em vez do termo democracia, que é empregado de uma maneira tão imprecisa que mais valeria não usá-lo, devemos usar a expressão *república democrática,* referida a uma república baseada na resolução de manter e aperfeiçoar uma forma culta de língua, o que significa que o povo saiba falar, ler e escrever bem; que conheça geometria (a língua matemática); que conheça a língua da música. Se estas qualidades forem cultivadas e mantidas entre o povo, este será mental e moralmente saudável, em termos de comunicação. Se uma nação aderir a certos princípios constitucionais — não leis positivas, mas princípios constitucionais — e o povo juntar o processo de votação democrática à submissão da vontade popular ao direito, como foi prescrito por Sólon de Atenas há 2500 anos, neste caso, teremos a única forma de

sociedade que sabemos ser capaz de funcionar corretamente.

Porisso mesmo, devemos ter repúblicas realmente soberanas e nos opor a todos os que contrapõem a democracia à soberania, do modo como faz (George) Bush. Sem soberania nacional não pode haver liberdade, não pode haver funcionamento democrático efetivo, em absoluto.

Assim, primeiro vem o Estado nacional soberano e, dentro da república nacional soberana, a democracia. Democracia na forma da república democrática. Mais vale um rei que uma chusma, se não existir a lei. Mas é melhor ter uma democracia que um rei, sempre e quando seja a democracia uma república democrática.

18 Helga Zepp-LaRouche: o bem comum *versus* a democracia

Excertos do discurso de Helga Zepp-LaRouche, presidenta internacional do Instituto Schiller, na conferência de fundação do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIA), em maio de 1992.

Devemos ter bem claro que a crise da Humanidade é tão profunda que não pode haver solução local nem continental e que a única salvação que resta à Humanidade é desmontar as estruturas mundiais que provocaram todas essas crises. Todas as instituições do oligarquismo e do sistema de Versalhes devem ser destruídas e substituídas por instituições que representem os interesses da raça humana.

A coalizão mundial em torno ao programa de reconstrução mundial de Lyndon LaRouche já existe e cresce rapidamente. Indivíduos ou organizações e logo, oxalá, países inteiros, se unem a esta coalizão mundial. Em todos os países europeus e em todo o mundo, está claro que os partidos não oferecem resposta efetiva às questões mais candentes e que, por este mesmo motivo, a democracia falhou - porque, como dizia Platão, a democracia conduz à ditadura de alguns poucos. Nicolau de Cusa vai além e põe a democracia no mesmo nível da ditadura e da oligarquia, em oposição a um sistema justo.

O fracasso da democracia se deve ao fato de que não existe um princípio de busca da verdade. Todas as opiniões são igualmente válidas e a que tem razão é a da maioria. Mas a maioria não tem razão, como ficou demonstrado pelas manifestações de Nuremberg em apoio a Hitler, ou as pelos indiv;iduos que apóiam o regime fascista de George Bush. A democracia levou, em todo o mundo ao governo de grupos de ladrões.

Por isso, devemos erguer essa coalizão mundial como instrumento para construir uma nova ordem econômica internacional justa, baseada em um sistema representativo da lei natural. Esta lei natural é nobre, é a medida absoluta do bem e do mal. É a idéia de que cada ser humano tem direitos naturais outorgados pela ordem divina da Criação, porque a sua existência como ser humano é a imagem de Deus, *imago viva Dei*. A necessidade é o que determina a definição do bem comum: garantir os direitos naturais de todos os indivíduos que habitam nosso planeta. E isto significa que eles devem possuir a capacidade de reproduzir o aspecto mais nobre de Deus criador. A paz e a justiça só são possíveis sobre a base destas idéias que Nicolau de Cusa elabora em sua famosa *Concordância Católica*, em que formula os princípios de estadismo necessários para ao entendimento entre os Estados nacionais soberanos, trabalhando juntos para o benefício de toda a Humanidade. Estes princípios são exatamente os mesmos que governam a idéia de estadismo que LaRouche desenvolveu.

No livro III de sua *Concordância Católica,* Cusa escreve:

> A lei natural antecede todas as considerações humanas e provê os princípios de todas elas. Em primeiro lugar, a Natureza se propõe a que toda espécies de animal conserve a sua existência física, evite o que lhe possa ser daninho e busque tudo o que lhe seja necessário. Porque o primeiro requisito da existência é existir.

Cusa apresenta aqui o critério concreto e objetivo de qualquer consideração ética de política econômica. A atividade econômica deve criar as condições para a existência da Humanidade. Este é o critério para medir o bem e o mal. E isto é o que, em seu livro *In Defense of Common Sense* (Em defesa do senso comum), LaRouche apresenta como o conceito da diferença entre a vida humana duradoura e a simples sobrevivência momentânea.

Cusa acrescenta:

> Mas, desde o princípio, o homem foi dotado da razão que o distingue dos animais. Ele sabe, pela existência de sua razão, que a vida em sociedade e o cuidado mútuo são os mais úteis — na verdade, necessários — para conservar a si próprio e realizar o propósito da existência humana.

Para Cusa, o bem comum é a lei suprema da sociedade, na qual se baseia exclusivamente a autoridade política. Na encíclica *Rerum novarum* , o papa Leão XIII afirmou que a lei do Bem é a primeira e suprema lei da comunidade pública. Na encíclica, ele conclamava à realização dos direitos humanos dos trabalhadores industriais. Agora, em sua recente encíclica *Centesimus annus*, João Paulo II conclama a mesma realização dos direitos humanos dos povos da Europa Oriental e do chamado "Terceiro Mundo".

O conceito de densidade relativa potencial de população de LaRouche e sua derivada, a lei do progresso tecnológico necessário, que devem sser entendidas como o conceito do bem comum, elevam tudo isso ao plano do incontestável. Ao desenvolver tais noções de densidade de população, LaRouche mostrou que o Livro do Gênesis (1:26-30) está correto.

Cusa colocou a questão: como encontrar guardiães do bem comum? Como podem ser nomeados para cumprirem sua tarefa? E ele mesmo responde:

> Ambrósio escreve do modo mais eloqüente sobre esse tema em sua Sétima Carta, logo no início. Os filósofos concluíram com o argumento profundo de que o homem sábio é livre e o estúpido é escravo. Mas, muito antes, Davi havia dito: O tolo é tão mutável quanto a Lua; o sábio não se deixa vencer pelo medo. Não o muda o poder, não o seduz a prosperidade, não o derruba a adversidade. Onde há sabedoria, há valor de espírito, perseverança, fortaleza, porque o homem sábio é de espírito constante; não o afeta uma mudança da sorte. Não é versátil como um menino, não é dobrado pelos ventos de doutrinas distintas. A ignorância é pior que a escravidão...

Assim sendo, quem governa devem ser os sábios, mas os que tenham o mais profundo respeito pela lei natural.

Para Cusa, o único governo legítimo é o que serve ao bem comum, e ele diz:

> Quando alguém é eleito e chamado por Cristo, o portal verdadeiro, para ser governante e aceita humildemente o exemplo de Cristo, seguindo como um príncipe as pegadas de Cristo, governará necessariamente a comunidade da melhor for-

ma. E o nome do governante será recordado para sempre. Porque Cristo se submeteu à lei. Ele não veio destruir a lei, mas cumpri-la.

Cusa resume depois os princípios do sistema representativo:

Toda autoridade legítima nasce da concordância eletiva e a livre submissão. Existe entre os homens uma semente divina por virtude de seu nascimento comum e igual e pelos direitos naturais e iguais de todos os homens, de modo que toda autoridade que venha de Deus, como vem o próprio homem, se reconhecerá como divina quando nascer do consentimento comum dos súditos. Em um governo legal e legitimamente estabelecido, o indivíduo assume autoridade em representação da vontade de todos, para governar sem arrogância ou orgulho. Embora seja reconhecido como criatura, todos os seus súditos e a coletividade o deixam atuar como pai dos indivíduos. Este é aquele estado marital de união espiritual por mandato divino, baseado na harmonia duradoura que guia a comunidade na plenitude da paz, para a meta da bem-aventurança eterna.

Cusa passa a explicar como os representantes mais qualificados de todos os setores devem entrar em relação jurídica recíproca com o governo, pela qual representem e defendam o bem comum e representem o interesse dos cidadãos perante o governo, assim como representem os interesses do governo ante o povo. Eles devem consultar-se diariamente e os representantes devem comprometer-se por juramento público a lutar pelo bem comum.

V

Falam os patriotas

19 Coronel Seineldín: devo obediência aos valores permanentes da Nação.

A seguir, reproduzimos as alegações finais prestada pelo coronel Mohamed Ali Seineldín perante a Câmara Federal de Apelações da Capital Federal da Argentina, em 7 de agosto de 1991.

Hoje me apresento a esta Excelentíssima Câmara para depor sobre os fatos do 3 de dezembro (de 1990), dos quais sou o comandante e único responsável.

Esta exposição abarcará quatro pontos: primeiro, uma introdução; segundo, os antecedentes políticos que motivaram o pronunciamento de 3 de dezembro; terceiro, os antecedentes militares dos quatro pronunciamentos; e quinto, considerações gerais.

Como introdução, exprimo à Honrada Câmara que farei alguns esclarecimentos para evitar equívocos e más interpretações.

Minha designação é a de Coronel da Nação, isto é, que além das faculdades que me impõe o Exército, a Nação, através do Congresso, me impõe faculdades correspondentes à mesma, me obriga a conhecer toda a problemática nacional, toda a política nacional.

Está claro que esta política se refere à política maior, àquela estabelecida na Constituição, à lei e seus princípios, e não à política partidária, da qual jamais participei e jamais votei em minha vida por um motivo simples, o de que devo obediência e subordinação aos valores permanentes da Nação, que é a Nação argentina, à Constituição e suas leis, e não aos partidos, que respeito mas que não pertencem à ordem permanente.

Minha graduação também, Vossa Senhorias, me impõe falar com clareza e, dada a responsabilidade que se tem tratado nesta Câmara, a indefensabilidade e a corrupção existentes na Nação argentina me obrigam a fazer uso dela para falar com clareza perante vós.

A missão das Forças Armadas

Dizem nossos regulamentos respeito ao Exército, às Forças Armadas, que é uma das instituições fundamentais da nação, o braço armado da pátria e sua missão é salvaguardar os mais altos interesses da nação. Nisto impõe salvaguardar a honra da nação, seu território e a Constituição e suas leis.

Mais adiante, explica e exprime perfeitamente que deve existir uma disciplina férrea nos quadros e na tropa, para cumprir esta missão.

Dos testemunhos prestados nesta Honrada Câmara, pudemos comprovar que a instituição, hoje, não é o braço armado da pátria; não é considerada uma das instituições fundamentais da nação; e, tampouco, está em condições de salvaguardar os seus mais altos interesses.

Em minha pessoa, como em muitos soldados, se produziu um choque duro entre o dever da obediência e a voz da consciência, privando esta última. E muito mais, porque se nos fechou a razão, como os Srs. têm ouvido a todos os participantes do pronunciamento, que lhes agradeceram por haverem escutado. A razão se fechou.

Em outro aspecto, hei de explicar-lhes, Vossas Excelências, que jamais participei de uma intervenção militar, jamais. Mas isto não proibiu que eu estudasse toda a problemática política das intervenções militares, por uma circunstância simples: que o poder militar ou a força militar, que é a ordem permanente, está atado ao poder civil e tem a sua mesma sorte.

Quando me referir ou falar do Exército, de modo especial, incluo nele a Marinha, a Força Aérea, a Gendarmeria, a Prefeitura Naval Argentina, as polícias e as Penitenciárias nacional e provinciais, pois todas elas formam parte de um conjunto que compõe a Defesa Nacional. Por momentos me referirei à Força de Defesa Nacional.

Antecedentes dos pronunciamentos militares

Para encontrar os motivos destes pronunciamentos, tomarei por base a divisão da história política da pátria em seis períodos: o período do nacionalismo, de 1816 até 1853, 37 anos aproximadamente; o período do liberalismo, de 1853 a 1880; o período do conservadorismo, que vai de 1880 até 1916; o período do radicalismo, de 1916 a 1945; o período do justicialismo, de 1945 a 1976; e, por último, o sexto período da pátria, em dois séculos, que vai de 1976 até o ano 2000, aproximadamente.

Direi que nestes primeiros cinco períodos a Nação argentina teve às mãos um projeto nacional. Em todos os períodos, respeitou-se a Argentina tradicional e histórica, incluindo as intervenções militares.

A economia era uma economia de produção e desenvolvimento e estava subordinada à política, e as Forças de Defesa Nacionais participavam com um esforço duplo: um esforço pela segurança e defesa e pelo desenvolvimento do país.

Estes foram os cinco períodos; mas vou agora indagar onde estão as verdadeiras causas, que se encontram no período de desenvolvimento, que vai de 1976 até os nossos dias, e, para uma análise exaustiva, vou dividir em três fases: a fase do Processo de Reorganização Nacional; a fase do governo do doutor Alfonsín; e a fase do governo de Menem.

Devemos ter em conta que, a partir de 1976, o mundo se divide de acordo com a "Nova Yalta", onde as potências dividem o mundo, tendo nós ficado sob a hegemonia do imperialismo anglo-saxão. A partir deste momento, haverá uma corrida desenfreada por parte do imperialismo para dominar os seus serventes e se produzirá uma mudança importante, onde a economia de produção que tínhamos nas cinco fases anteriores será substituída por uma economia de especulação, de especulação financeira, o que vai acelerar rapidamente a dependência. Além disto, as decisões políticas estarão subordinadas às decisões econômicas. Esta é a manobra gerada nos dias de hoje.

Mas também haverá outra manobra importante, haverá uma manobra de agressão às sustentações da nação argentina, tradicional e histórica. Destacar-se-á uma ação de erosão contra os fatores naturais que sustentam a nação argentina, a Igreja como força espiritual, a direção política como força de condução nacional; as agremiações como força social; a empresa pequena e média e a empresa industrial como força econômica; e, claro, as Forças Armadas, de segurança e policiais, como forças que contribuem ao desenvolvimento e à defesa da nação argentina. Por quê? Por uma circunstância simples: porque todas as forças naturais da nação argentina se apóiam na doutrina do desenvolvimento espiritual e físico da sociedade e do homem. Tudo isto será demolido para dar entrada a outro novo sistema que corresponde à "Nova Ordem".

Os três períodos após 1976

Abordarei, então, para seguir a uma segunda explicação, os três perí-

odos do processo, o período do processo de Reorganização Nacional, o período do doutor Alfonsín e o período de Menem.

A partir dos centros financeiros internacionais, responsáveis por realizar a modificação de sistema — do de produção que tínhamos ao de especulação — desenvolver-se-ão as seguintes manobras: primeiro, financiar-se-á o terrorismo. Nenhuma guerra se realiza sem dinheiro. Havia idéias marxistas nas cabeças dos jovens argentinos, mas muitos dólares nos bolsos. Imediatamente, se impelem as Forças Armadas para que reforcem a polícia, porque esta foi ultrapassada por uma ação intensa do terrorismo. Enquanto isto se realizava, entusiasmam-se as Forças Armadas para que tomem o poder, e assim foi feito.

Eu, pessoalmente, vivi esta etapa perfeitamente e devo pôr em manifesto perante Vossas Excelências que, nesta oportunidade, com alguns chefes que aqui me acompanham, efetuei o primeiro pronunciamento na Escola de Infantaria, no ano de 76, para evitar a ruptura da ordem constitucional, porque sabíamos que íamos diretamente a um "cerco político" e a uma armadilha. Evidentemente, imediatamente fomos colocados em uma lista, com punições, etc...

Desenvolveu-se a luta contra o terrorismo e, ao mesmo tempo, observamos que dos mesmos centros financeiros internacionais se desatava a manobra dos direitos humanos, que já se preparavam para a segunda fase do governo de Alfonsín, ou seja, que o êxito tático obtido na luta contra o terrorismo reverterá no futuro em uma derrota política. Ao mesmo tempo e a cavaleiro destes problemas, de imediato se incentiva um problema com o Chile. Aí todos compreendemos que as Forças Armadas haviam caído na armadilha.

Posteriormente, surge um fato incomum, imprevisto, que é a recuperação das ilhas Malvinas, onde ainda não o sabemos claramente, se se pretenda sair do cerco, ou se foi uma armadilha, mas se manifestou perfeitamente. Sim, estou seguro da direção que deveríamos seguir, porque é da Grã-Bretanha que saem todas as manobras contra nosso país.

O governo militar não soube resolver a crise apresentada por quase duas guerras e meia. Uma, contra o terrorismo, a segunda nas Malvinas e a terceira, quase à beira da guerra com o Chile, ficou sumida em uma crise terminal.

Devo aqui exprimir à honrada Câmara que os pronunciamentos militares se gestam no momento em que o governo militar se iniciava. Ali se manifesta; foi a primeira manifestação que, com toda a minha grande modéstia, a fiz eu, pessoalmente, com um grupo de chefes.

E se gestam no final do governo militar; se unem, se gestam, se

integram. O governo militar já preparou a entrega ao governo Alfonsín; a entrega ao governo de Alfonsín se prepara no mesmo governo militar. Disto sou testemunha e tenho todas as provas correspondentes.

Voltei a me apresentar a meus chefes para lhes exprimir que ia nisto ocorrendo um erro muito grande: as Forças Armadas iam ser desfeitas. Foi-me prometido que não, que isto ia se arranjar, que os políticos diziam uma coisa e depois faziam outra; expliquei-lhes que o doutor Alfonsín era um agente da Segunda Internacional vermelha. E que os que dali provinham não estavam para brincadeiras, mas não fui ouvido.

Atacam as instituições

E começa, durante o governo do doutor Alfonsín, o ataque contra a Igreja como força espiritual. Continua seu ataque contra a pequena e média empresa, a empresa industrial e as agremiações, questão, reitero, que também se realizou durante o Processo. Isto também ocorreu, ou seja, que vinha demolindo a Argentina tradicional. Mas a manobra mais importante que o doutor Alfonsín realizou foi uma manobra de descultura, usando as técnicas gramscianas, o que provoca desorientação em todo o povo argentino, tentando substituir os valores tradicionais pelos valores novos, ou chamemo-los de "antivalores".

Mas onde o doutor Alfonsín inicia uma cruenta ação é sobre as Forças Armadas. O plano do doutor Alfonsín era o seguinte e exporei por que circunstâncias e por que motivos isto é importante.

Estabelece ele dois objetivos intermediários e um final. O primeiro objetivo intermediário coincidia com a referência histórica que determinam os regulamentos, instituição fundamental da Nação, instituição fundadora e fundamental; ali havia que criar ou realizar o primeiro ataque.

O segundo, como braço armado da pátria e o final, salvaguarda dos mais altos interesses da Nação.

Como encara o ataque o primeiro objetivo, que é instituição fundamental da pátria? Com os julgamentos. Levando a julgamento as Forças Armadas, de segurança e policiais, e "desmalvinizando".

Desejo esclarecer às Vossas Senhorias que esta "desmalvinização" não se iniciou aqui; ela vinha com o Processo. Poristo, têm conexão as três fases deste período. Que se produziu como reação ao se levar a julgamento as Forças Armadas, não aos comandantes por haverem rompido a ordem constitucional, mas pelos direitos humanos? Produzem-se as reações da Semana Santa, de Monte Caseros e do

Aeroparque. À ação se antepõe uma reação.

Como braço armado da pátria, de imediato, se espera que consolide o primeiro objetivo e se vá ao segundo de forma imediata, que é como braço armado da pátria e elimine as hipóteses de conflito.

Que produz esta ação das hipóteses de conflito? Simplesmente, a desmoralização e a deterioração do material e pessoal das Forças Armadas e, acima de tudo, a desmoralização. E eu a pude comprovar quando cheguei depois de quatro anos fora cumprindo uma missão na América Central. Surpreendeu-me e me deu pena; me aterrou ver o estado moral e material, além de ver o estado dos comandos, que verdadeiramente me chamou a atenção.

Quando se realizava esta segunda etapa, de imediato se lança ao objetivo final, que é remover as instituições, salvaguarda das mais altos interesses da nação, para enfraquecê-la.

Este debilitamento, sem dúvida, produziu uma ruptura na cadeia de comandos, que é quando o subalterno perde o respeito pelo superior, quando já não tem confiança nele, como um filho tem em um pai.

Aí se produz a ruptura da cadeia de comando. E se arriscava a entrar na anarquia, pelas circunstâncias de que os tenentes-coronéis que haviam realizado as operações da Semana Santa, Monte Caseros e Villa Martelli estavam detidos. Quer dizer, praticamente esta força, esta força espiritual, como diria o senhor capitão Breide, este sentimento vai às mãos de capitães, sargentos e majores e havia apenas um tenente-coronel encarregado, que é o tenente-coronel Martínez Zubiria, lamentavelmente falecido, que a partir deste momento começa a me visitar no Panamá e me exprime, em várias oportunidades, que concorreu o tenente-coronel Martínez Zubiria. Trabalhando em todos estes temas, depois de uma atividade relativa a todos estes problemas que têm a ver com os pronunciamentos, ele me convidou a encarregar-me de evitar a anarquia. Muito bem, eu lhe digo que vou colaborar, mas como fator de união, porque até o dia de hoje não guardo ódio e tampouco difundo ódio junto aos que estão sob minhas ordens; porque os que têm razão não podem odiar. Como Vossas Excelências puderam comprovar ao longo de tantos depoimentos, disse a ele que iria como fator de união. Começo, a partir deste momento a comunicar-me com uma série de chefes, entre os quais o general Cáceres - que descanse em paz - para realizar o ato, acumular o comando em um chefe e imediatamente entregá-lo a um general.

Venho para efetuar pactos. E realizo os pactos que os senhores juízes tiveram a oportunidade de ouvir. Dentro deste pacto, estabele-

ço sete coisas, sete aspectos. Um: recuperar a instituição como instituição fundamental da pátria. Peço dentro deste pacto a reivindicação da luta contra a subversão no terreno militar, porque houve sacrifícios; gente que combateu, que lutou; a reivindicação das Malvinas e deter em grande parte os meios de comunicação social, que já esta guerra, guerra psicopolítica, na fase de Alfonsín, vinha causando estragos. No tocante ao braço armado da pátria, pedi-lhe a restruturação da Força; pedi-lhe orçamento militar; melhorar os soldos e solucionar todos os problemas internos, introduzindo todo o pessoal, impondo-lhe um castigo e pondo-lhe em situação de trabalho dentro da Força. Eu passava à reforma e me encarregava de acalmar os ânimos e sancionar os problemas internos. Por último, o pacto dizia que o general Caridi devia reformar-se por haver fracassado na condução da Força e eu, também, reformar-me.

Quando isto se estava produzindo harmoniosamente, a partir do mesmo governo se apresenta a La Tablada. La Tablada foi uma montagem feita pelo próprio governo para anular o plano, porque recordo aos Srs. que, nesta oportunidade falava-se de um pacto entre Lorenzo Miguel, que forma parte das agremiações, e o doutor Menem, que vinha com a bandeira da revolução produtiva, isto é, voltar ao sistema de produção e desenvolvimento; uma Força Armada à disposição da Constituição e um projeto nacional.

E então, quando viram que se organizava de novo um fator que havia custado demolir, vieram com La Tablada. Isto é, os ideólogos que já trabalhavam numa segunda fase de Alfonsín pedem aos que trabalharam na primeira fase, que é a guerrilha, para realizarem uma ação psicológica, uma ação militar, com o fito de romper este pacto.

Até aqui pude exprimir aos Srs. que a etapa do Processo de Reorganização Nacional coincidiu com a presença da guerra de guerrilhas, cujo protagonista era o guerrilheiro, seu objetivo a destruição dos corpos. Mas nesta segunda etapa, que é a do governo de Alfonsín, a guerra de guerrilhas mudou para a guerra psicopolítica, na qual o protagonista é o ideólogo e seu objetivo não eram os corpos, mas as mentes.

O governo de Alfonsín terminou com uma debilidade imensa da Igreja e a proliferação das seitas; com um fracasso na direção política, produto dos erros, desvios e fundamentalmente pela grande crise, pela grande corrupção de dirigentes que apresentava; debilitada a pequena e a média empresa e, acima de tudo, a industrial e, evidentemente, assim como no Processo, começa o endividamento que havíamos detido, e vai-se instalar um sistema financeiro de especulação.

Mas de modo muito especial fica o público argentino em desorientação total pela forma como atentaram contra as inteligências nacionais.

Vamos, agora, ver a etapa de Menem. Não vou falar de modo geral mas exclusivamente do problema militar, porque praticamente hoje se consolidam pautas estabelecidas pelo doutor Alfonsín.

Vou expressar à Honrada Câmara, vou falar aqui exclusivamente do problema militar. Não vou me referir à Defesa Nacional em toda a Nação argentina, porque é um conceito da Segunda Guerra Mundial — já nação em Armas — que devem estar, sob este conceito, o psicossocial, o político, o econômico e o militar.

Estado total de indefensabilidade

Hoje, o psicossocial, o político e o econômico estão em total estado de indefensabilidade.

De que se necessita para uma defesa nacional mínima? Necessitam-se de cinco níveis. O primeiro nível é o estratégico nacional, cuja responsabilidade é do Presidente da Nação, cuja finalidade é a mobilização da estrutura civil; isto é, as comunicações estratégicas que a ENTEL possui, o transporte estratégico naval (ELMA), aéreo (Aerolíneas Argentinas), terrestre (Ferrocarriles Argentinos), a siderurgia, a petroquímica, a energia nuclear. Tudo isto é a estrutura do edifício. Sem esta estrutura não é possível uma defesa nacional; isto é responsabilidade do Presidente da Nação.

O segundo nível é o estratégico militar, de responsabilidade do ministério da Defesa e que tem como atribuição a produção para a defesa, em que tão claramente se expressou o senhor major Fernández. Produções fabris militares, tanques, aviões, munição. (Recursos) aéreos, aviões, toda a indústria de mísseis, que há dois ou três dias já foi entregue, como se entregou há algum tempo a energia nuclear, e a produção para a defesa naval, com a fábrica de submarinos e os estaleiros. Toda esta empresa da estratégia nacional está ligada às empresas da estratégia militar.

O terceiro termo, o nível estratégico operacional, são as Forças Armadas, que têm por missão responder ante ameaças maiores, que são outras forças inimigas.

O quarto nível, que é a tática superior, são as forças de segurança, Gendarmeria Nacional e Prefeitura Naval, que têm por missão colaborar com as Forças Armadas na proteção e vigilância das fron-

teiras e, além disto, resolver os problemas das ameaças médias, que são o terrorismo, o narcotráfico e o contrabando.

E no quinto nível, a tática inferior, estão a Polícia Federal, polícias provinciais e penitenciárias, que têm por missão atender às ameaças internas que são permanentes no país.

Tudo isto, senhor presidente, forma uma parte de um só esquema; se houver um deslocamento, praticamente não existe defesa nacional.

O doutor Menem foi mais inteligente que o doutor Alfonsín. O doutor Alfonsín seguiu praticamente todos os objetivos e acreditou que, em seu período, destruía as Forças Armadas. Não contou com as reações naturais. O doutor Menem não vai tocará nos objetivos que fazem a instituição fundamental da pátria e a salvaguarda dos altos interesses da nação, porque este é um tanto espiritual; irá ao concreto, como braço armado da pátria. Irá mantê-la com um baixo orçamento, irá mantê-la com soldos baixos. Deu-nos o indulto, mas não solucionou o problema interno, e se dedicará a restruturá-las. Ou seja, o trabalho é a restruturação, até para satisfazer os outros objetivos; de vez em quando, dará um desfile, que, mais que um desfile, será uma exposição rural, com o perdão da Câmara, ou um festival folclórico, mas não um desfile militar...

Este projeto foi realizado pela Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos, com aval do Departamento de Estado e Alto Comando. Exprimo às Vossas Senhorias que, no ano de 1987, tomei conhecimento deste fato, estando no Panamá por circunstância de se efetuar reunião tendente a resolver o problema das Forças Armadas da América Latina.

Tendo se acidentado um dos argentinos ali presentes, eu tive que participar e, por esta circunstância, me inteirei de que estava trabalhando em um projeto com representantes argentinos, representantes de toda a América Latina, enviados pelo próprio Ministério da Defesa para prejudicar o sistema de defesa. Fiz um acompanhamento e hoje posso mais ou menos explicar o que vai ocorrer com este sistema para a defesa de nossa nação.

Os dois níveis, o estratégico nacional, missão do Presidente como Comandante-em-chefe das Forças Armadas e o estratégico-militar do Ministério da Defesa, serão privatizados. É como se quisessem construir um edifício sem a estrutura; isto será privatizado. E o pior, será vendido à empresas estrangeiras, as quais virão com aval de seus Estados de origem, isto é, diante de uma crise em que tenho de expropriar, tenho imediatamente um problema com outro Estado.

O terceiro nível, que é estratégico-operacional e corresponde às Forças Armadas, priorizará a Marinha, para que, junto com o Exército do Brasil e a Força Aérea do Chile, promova uma defesa regional. Isto foi o explicado pelo ministro Humberto Romero, que mentiu nesta Câmara, e também o exprimiu muito claramente o chanceler di Tella, que na ocasião era o ministro de Defesa. Creio que o tiraram porque estava falando muito francamente e estava expondo o plano. Assim sendo, este sistema de defesa preconiza que, para evitar os golpes de Estado, a Força Aérea e o Exército baixarão a atender o problema das ameaças médias, que são o narcotráfico e o terrorismo. Assim, ao baixar a combater o narcotráfico e o terrorismo, praticamente não se vão necessitar de soldados. Virá então a eliminação do serviço militar obrigatório e, desta maneira, se desliga o povo de seu Exército. Desliga-se o povo de sua participação na defesa nacional, porque o povo argentino, os melhores filhos, aos dezoito ou vinte anos, participam da defesa nacional através do serviço militar obrigatório.

Tampouco se precisará do Sistema Especial de Jubilação ou Reforma, porque preciso ter este homem que se reforma, pronto e em condições, para que, ao ser chamado, não tenha qualquer problema econômico. Além disto, tenho que tê-lo sob a influência das Forças Armadas, para que não desvie o seu rumo e o seu caminho. Virá também a eliminação do serviço militar obrigatório, virá também a eliminação de reformas especiais. Fechar-se-ão fábricas, institutos, bases, unidades e empregar-se-á o pouco que restar em missões regionais, missões internacionais, como já vimos, que nada, absolutamente, têm a ver com a Constituição Nacional.

O que acontecerá com o nível da Gendarmeria Nacional? Será utilizada como polícia; já está sendo utilizada como polícia, controle de estradas etc. E por último, as polícias serão entregues ou divididas entre os municípios; serão substituídas por agências de segurança. Também os cárceres, isto é, que em uma palavra se produz o deslocamento de todo o sistema defensivo. Isto se provou em duas emergências, a luta contra o terrorismo e também se provou com as Malvinas, e funcionou bem.

O governo do doutor Menem avaliza e justifica esta política. Vemos aqui com exemplos diários que surgem, onde chama a atenção o fato de que, imediatamente depois de dar um empréstimo à Argentina se solucionam os problemas territoriais, que mais que soluções territoriais, estão, no fundo, anulando as hipóteses de conflito. Isto porque se entregou o território como tão rapidamente, e, além disto,

veio o vice-presidente dos Estados Unidos a assinar uma série de acordos, entre os quais a indústria missilística, não o Cóndor, mas a indústria missilística, que custou muitos anos de sacrifícios a muita gente.

Uma guerra moderna total

Deste modo, estas três ações vão tratando de dar fundamento a este projeto que já se acha em marcha. E o pior de tudo é que aqui começará uma guerra mais crua que as duas anteriores. É uma guerra que qualifico, nesta etapa, como guerra total, em que os protagonistas serão banqueiros, políticos, financistas, juízes. A guerra contra a droga, a corrupção, é uma guerra terrível em que se empregam armas muito mais letais que as armas dos arsenais nucleares. Não existe guerra química pior do que a droga; a droga no psicossocial serve para adormecer os povos; já é antiga, é arma de muitos anos. No político, serve para introduzir a corrupção, que já estamos vendo nos exemplos diários. No econômico, serve para sustentar a narcoeconomia ou o movimento financeiro, porque nós temos que nos despedir totalmente do que seja a produção, o sistema produtivo de desenvolvimento. Neste caso, com isto mais ou menos nos mantêm. E já também o temos visto, valises de droga que vêm todos os dias, lavagem de dinheiro, narcodólares, dando o tom do que vem.

No militar, já temos tropas estrangeiras aqui. Serve para colocar ao lado da Força Militar, já empregada no narcotráfico, comissários políticos norte-americanos, que vão servir para o seguinte: primeiro, para controlar-nos a fim de não eliminarmos totalmente o narcotráfico; segundo, para perseguirmos os cartéis latino-americanos da droga, mas não os cartéis norte-americanos da maconha, porque como dizem nos Estados Unidos, a cocaína é muito violenta, em troca a maconha é mais benigna. Trata-se, então, de que se vai tentar promover a maconha e não a cocaína, e também com uma visão comercial de instalar uma futura fábrica de cigarros de maconha. Não creio que decorram cinco ou seis anos mais para que nossa juventude, nossos rapazes e nossas moças, comprem cigarros nos quiosques. Talvez me veja entre grades, mas isto vai ocorrer. As fábricas multinacionais já têm planos para a fabricação do cigarro de maconha. Também servirá para regular o preço da droga. Assim se uniformiza em toda a América Latina um mesmo sistema. O caso particular da economia dos Estados Unidos está em quebra. São 350 bilhões de dólares anuais de déficit, que

se mantém, em grande parte, com os sessenta milhões de viciados em droga que têm e para isto necessitam de todo o dinheiro correspondente que se movimenta na América Latina com a droga. O estamos vendo aqui e, normalmente, no problema da droga, se vê um por cento do que existe na realidade.

Virá também a guerra biológica, que é a destruição da vida, que é a fome, o desemprego, a pobreza, o aborto, a esterilização de homens e mulheres, a prostituição, que nos Estados Unidos deixa 15 bilhões de dólares anuais. Tudo isto é a destruição da vida, que produz a delinqüência, a morte, o suicídio, em combinação com a droga. Estas são as armas da terceira etapa da guerra moderna, primeira etapa depois da guerrilha, a morte e a destruição dos corpos; a segunda etapa, a destruição da alma de nossos cidadãos e também a da alma da nação.

Virá a corrupção, que é outra arma política, que é como uma trepadeira venenosa, como dizia o distinto major Romero Mundani, que penetra em todos os rincões do Estado argentino; e também, no nosso caso, entrou na Casa do Governo, e apesar de o doutor Menem dizer que não é responsável, penso que o toca perfeitamente em vários lugares, misturado com a droga, que solapa — como diria o senhor major — toda a ética e moral da nação.

Virão também acordos antinarcotráfico, acordos com fins ecológicos, com a finalidade de ter já as forças do país estrangeiro do qual dependemos, controlando expressamente o nosso território. E também virá uma espécie de guerra radiológica, em que também já se fez uma tentativa de lançar os resíduos nucleares das megapotências em nossos mares e em nosso continente. Toda esta nova guerra virá e a instalarão — volto a repetir — economistas, políticos, financistas e juízes. Eu o pude estudar em detalhe, em forma muito modesta, durante os quatro anos em que estive na América Central.

Podemos, portanto, dizer que diante deste perigo para a nação argentina, estamos em total situação de indefensabilidade.

Tudo que ouviram é realidade. Não estamos em condições de proteger os valores culturais e espirituais da pátria. Não estamos em condições de proteger o território. Não estamos em condições de proteger as riquezas alimentícias, energéticas e de interesse geopolítico. E tampouco estamos em condições de defender os habitantes. Já os vemos nas ruas, hoje atacados psicologicamente, mas amanhã dominados fisicamente.

Qual é o objetivo?

O objetivo é mudar os valores culturais, este é o primeiro. O segundo, cercear-nos e fragmentar nosso território. Isto é antigo: o general

San Martín, quando vinha a estas terras, impedia o projeto inglês de fragmentar os vice-reinados do Rio da Prata, nos vice-reinados espanhóis, aspecto que não pôde concretizar. Logo o general-de-brigada Juan Manuel de Rosas tentou cuidar do que restava do vice-reinado do Rio da Prata na relembrada Confederação Argentina; não o pôde fazer e se foram fragmentando e perdendo províncias argentinas. Hoje prossegue esta fragmentação, até três dias atrás se voltou a entregar território.

As privatizações de todas as nossas áreas energéticas e, por fim, nossos habitantes que ficarão indefesos.

Qual é a finalidade de tudo isso? Entrar urgentemente na "Nova Ordem". "Nova Ordem" que, para entrar nela, temos de entrar inermes, com as mãos na nuca, andando de joelhos e sem dúvida alguma seremos pobres, dependentes e excluídos.

Isto, senhor presidente, como segundo ponto. O sistema de desenvolvimento e produção, devemos esquecê-lo para sempre. Veio uma nova ordem, que é mais ou menos, em poucas palavras, o explicado...

Digamos, então, que no período do Processo se manifestam, na Escola de Infantaria, ante a ruptura da ordem constitucional; gestam-se depois das Malvinas, agravam-se durante o governo de Alfonsín, ao ver agredida sua instituição, e se consolidam durante o governo de Menem.

Posso exprimir ao senhor presidente que, apesar deste revés tático — que agradeço ter sido assim, porque me oponho totalmente a um derramamento de sangue entre irmãos — agradeço que tenha sido e que possamos estar hoje neste augusto lugar. Isto está consolidado.

Os quatro levantes militares

Passo agora, senhor presidente, ao terceiro ponto, que é muito rapidamente uma síntese dos antecedentes dos quatro levantamentos militares, a fim de que os senhores juízes tenham um panorama dos mesmos.

Agradeço à Honrada Câmara por ter aceito o tratamento dos quatro levantes, porque se houvéssemos tratado o 3 de dezembro exclusivamente, teria ficado um vazio muito grande. Creio que o êxito deste julgamento — no qual me declaro orgulhoso de ter estado, de ter sido julgado, de ter sido ouvido — foi o de que nele se tratou da enfermidade em sua totalidade e não um pedaço desta enfermidade. Neste pequeno quadro que vou apresentar, tratarei de alguns aspectos e, em seguida, os compararei aos levantes da Semana Santa, Monte Caseros, Villa Martelli e o 3 de dezembro, e uma conclusão final.

Tomarei alguns aspectos da estratégia, que é a finalidade.

A finalidade da Semana Santa foi militar.

Villa Martelli, que foi responsabilidade minha; concorri com duas finalidades: a primeira recuperar, como disse, todo o caminho afundado pelo governo alfonsinista e, além disto, recuperar todos estes homens que se lançaram e se encontravam presos como resultado de Monte Caseros.

E o 3 de dezembro foi exatamente igual: destituir o chefe do Estado-Maior, por incapacidade na condução da Força e por permitir aplicar este projeto e permitir o debilitamento da defesa nacional e do exército.

Ou seja, como conclusão, podemos dizer que as finalidades foram sempre iguais.

Afirmo ao senhor presidente que quando executo uma operação, escrevo-a e assino. Porisso, não há um só que esteja confundido, porque tudo estava perfeitamente estabelecido: uma ordem assinada por mim, pessoalmente, que falava desta finalidade. Não se teria de buscá-la em outro lugar.

Quanto ao espaço: na Semana Santa foi em um só lugar, a Escola de Infantaria; em Monte Caseros, foi em quatro lugares: o Regimento 4, o 19, o 21 e o 35; mas dispersos, não existia articulação.

Em Villa Martelli foram cinco lugares: a Escola de Infantaria, o Batalhão Logístico 10, o Batalhão de Arsenais 101, o RI 6 de Infantaria e o 8.

E a 3 de dezembro foram sete lugares, isto é, em uma palavra, o espaço aumentou.

O tempo: na Semana Santa, foram quatro dias; Monte Caseros, três dias; Villa Martelli, oito dias; e o 3 de dezembro, dezoito horas. Pareceu que ia durar mais, porém se anulou pela morte dos senhores chefes e dos suboficiais, que era a única forma de deter isto, como o explicou bem o distinto senhor major Abete. Não havia possibilidade de detê-lo porque o próprio Exército estava esperando uma posição de pé. Assim, este fato imediatamente provocado era o único que o podia conter. Foi o que, verdadeiramente, quebrou um pouco o moral e fez muita gente duvidar. Isto pode ser atestado por Vossas Excelências, porque eu me achava preso, detido em San Martín de los Andes e o que me chegava da parte do chefe do regimento era que quem havia assassinado Pita e Pedernera havia sido o major Abete. Até me informaram o diálogo que havia ocorrido. Por falta de tempo não o exponho, mas é muito interessante. O que havia feito o major Mercado, isto é, realizaram uma pressão sobre a minha pessoa. Creio pretenderem que me suicidasse.

Os meios: podemos falar dos meios humanos e dos meios materiais. Os meios humanos, digamos que aqui, no que toca à direção, eram

tenentes-coronéis e eram trezentos homens em sua totalidade, dos quais a proporção aproximada era de 20% de suboficiais e 80% de oficiais.

Em Monte Caseros, continuaram os tenentes-coronéis no comando. Eram quatrocentos e a proporção de 60% de oficiais e 40% suboficiais.

Em Villa Martelli, houve dois coronéis; ou seja, melhorou a condução, com dois chefes superiores. E eram 1.000, dos quais 50% oficiais e os outros 50% suboficiais. Por circunstâncias que devemos levar em conta, houve um pacto, a nível nacional, na Semana Santa; não houve pacto em Monte Caseros; houve três pactos em Villa Martelli: um com o Estado-Maior, um Acordo de Honra, o segundo com o Ministério de Defesa, com o Estado-Maior e com conhecimento do doutor Menem, que tinha perfeito conhecimento de tudo. Porisso, o ex-ministro doutor Humberto Romero, em seu depoimento, mentiu, provocou uma grave mentira. Além disto, como afirmou o senhor major Abete, nos mantivemos informados até o último momento. Ninguém estava isento de conhecer a problemática militar porque me encarreguei, porque meus procedimentos são de frente e acostumei os homens às minhas ordens para que procedam de frente. Explicou-se ao poder político até o último momento, todos os detalhes...

Soluções jurídicas: aqui houve duas leis, a Lei de Obediência Devida e a Lei de Ponto Final. Mas, na realidade, não houve coisa alguma. Aqui houve o indulto, solucionando os problemas particulares, mas não o problema institucional, que é o que me interessa. Interessam-me os homens que deixamos no caminho, que estamos no cárcere, não os problemas que tenhamos. Interessam-nos as instituições.

E por último, fomos no dia 3 de dezembro ao Conselho de Guerra, onde nos condenaram à morte e depois nos premiaram com prisão perpétua e, graças a Deus, apresentamo-nos à Câmara Federal, onde podemos falar com a clareza que Vossas Excelências nos permitiram, pelo que estamos muito satisfeitos.

Assim como os índices vão aumentando, aumentará também a deterioração da instituição. Aparece até um índice muito perigoso, o tratamento como prisioneiros de guerra. Aparece em 3 de dezembro um duro tratamento como prisioneiros de guerra. Isto é gravíssimo, porque traz uma nota discordante dentro da futura solução destes problemas: o ódio. O ódio é exercido pelos que não têm razão, senhor presidente. Aqui acredito que o Sr. tenha podido comprovar, os senhores juízes, que nenhum dos homens sob minhas ordens levantou-se com ódio.

E por último devo tratar de minha pessoa. Nada tive a ver com a Semana Santa. E nisto me apóio por alguma dúvida, o senhor doutor

Cattani fez uma pergunta ao tenente-coronel Aldo Rico, não sabia nem tinha conhecimento. Nada tive a ver com Monte Caseros nem com o Aeroparque. Mas, estando no Panamá, produzem-se sobre a minha pessoa duas ações: uma proveniente do governo, do ministério de Defesa e do Exército. Juntam-se primeiro dois políticos importantes a me convencerem de que devia apoiar o governo de Alfonsín; que eu era um futuro general, que tinha todas as condições para ser um futuro general. Conhecedor destes problemas, muito modestamente lhes expliquei que eu era da nação e não do partido e que devia contar à nação.

A partir do momento em que eles se foram com esta negativa, teve começo uma campanha de desprestígio contra a minha pessoa. Recordarão, talvez, um cassete, um comunicado, de que eu havia supostamente juntado ao México e tinha feito um cassete, onde novamente fui tratado como delinqüente, porque me pediram, até o tom de minha voz, para ver se eu tinha ido. Já nem confiavam em minha palavra de que não tinha ido. Nem imaginava eu estar sentado dentro de um quarto com um terrorista, fazendo uma reportagem.

Posteriormente, as Forças de Defesa Nacionais detectam um senhor travando contato com terroristas exilados no Panamá. Como eu estava incorporado dentro das forças militares do Panamá e comprovamos que ele era um agente da CIA, comprovando, as Forças de Defesa panamenhas, que se estava preparando um atentado contra minha pessoa. Quer dizer, que seguiram perfeitamente o que se marca para eliminar uma pessoa: primeiro, suborná-la, segundo, desprestigiá-la e terceiro, eliminá-la. Quando não me puderam eliminar, me negociaram, e se me permite, Sua Excelência, uma leitura rápida. Isto me mandou o Ministério de Relações Exteriores do Panamá. Mandado pelo embaixador Kam, representante permanente nas Nações Unidas, que diz o seguinte: "O vice-ministro de Relações Exteriores da Argentina, Sr. Raúl Alconada, que também foi vice-ministro de Defesa, solicitou-me transmitir-lhes o interesse do governo da Argentina de que as Forças de Defesa do Panamá peçam à Argentina que o coronel Seineldín permaneça no Panamá um ano mais, como instrutor".

Quer dizer, além de dois anos como adido militar, dois anos como assessor militar e me deixavam um ano mais para tirar-me da Argentina. Negociavam-me como mercadoria. "Indica-me o vice-ministro Alconada que o ministro de Defesa e o ministro de Relações Exteriores de seu país estão a par de tais gestões".

E, por outro lado, juntavam-se chefes, oficiais, suboficiais, por último o tenente-coronel Martínez Uriba, pedindo-me por favor que

aceitasse o cargo. Entre os procedimentos dos poderosos e as solicitações dos humildes com ânsia de justiça, fiquei com este cargo e assumi os levantes de Villa Martelli e 3 de dezembro, porque estavam ali.

Os pronunciamentos

Em que me baseei, senhores juízes, para produzir o levante? Existem normas e regras. Dizem as normas que antes de executar um pronunciamento é preciso relacionar todas as medidas visando resolvê-lo por meios pacíficos. Semana Santa, Monte Caseros, Villa Martelli, Aeroparque. Quando já se decide pelo pronunciamento, deve-se ter em conta o seguinte, e eu segui estes aspectos: que esteja a cargo de autoridade superior e competente: os dois coronéis em um primeiro termo e 26 coronéis agora, dos quais ficaram quatro: um que se imolou em nome da pátria e dois que me acompanham. Segundo, comprovar se as autoridades a destituir se mantêm nos mesmos erros, sem possibilidade de melhora. Em terceiro termo, montar uma operação rápida e que prometa adesão. Quarto, que os danos a causar não sejam superiores aos que realiza a autoridade a destituir. E quinto, que apesar de se realizar o levante devem-se tomar todas as medidas para chegar à conversação e resolvê-lo pacificamente.

Se os senhores se lembram, na Unidade de Infantaria Patricios, o coronel Baraldini deixou um telefone de onde os oficiais se comunicavam com seus chefes. O coronel Romero Mundani tomou as medidas para conversar com o presidente, com o comandante-em-chefe; o capitão do Estado-Maior buscava imediatamente a conversação. Quer dizer, eles seguiram as normas de um pronunciamento militar. Eu me baseei nisto. Esgotamos as possibilidades pacíficas. Eu me pus à frente como chefe superior e convoquei outros chefes superiores, porque muitos ficaram pelo caminho. Montamos uma operação sem derramamento de sangue: montada pessoalmente por mim. Mas sabíamos que se não ocorreste um ato sangrento, hoje não estaríamos aqui, com muita modéstia, senhor presidente. Os resultados, as destruições praticamente do repressor destruíram mais elementos do que as forças sob minhas ordens.

Ou seja, nós tomamos todas as medidas, mas a missão deve ser cumprida. Não podemos ficar no meio. São as instituições da pátria as que perigam. Portanto, senhor presidente, afirmo que todos os índices, ao longo dos quatro pronunciamentos, estão em aumento. Se não se tomam as medidas para solucionar as causas e não os efeitos, pode-

rão ocorrer fatos muito mais sangrentos.

Hoje termina a minha missão, missão que assumi há três anos e hoje, perante os senhores declaro que finaliza a minha missão. Mas vislumbro que poderão ocorrer outros fatos sangrentos se não se tomarem as medidas para solucionar as causas correspondentes a este problema.

Quanto ao fator político

Eu era uma pessoa que levava os problemas militares ao doutor Menem. Conversei formalmente com inúmeros políticos próximos ao doutor Menem, incluindo delegados que ele me enviava, pelo que tenho a mais absoluta certeza de que lhe transmitiram todos os detalhes do problema militar. Para ratificar isto, fiz o doutor Menem assinar a proposta de um Exército restruturado, que publicaram nesta revista que Vossas Senhorias conhecem, assinada pelo doutor Menem, e lhe pedi autorização para fazê-la circular na Força. Porisso, não é possível que o ministro do Interior diga que "nos usaram". Isto eu difundi à Força, um documento assinado.

Jantei duas vezes com o doutor Menem. Estando preso, por ordem dele, saí da prisão e fui jantar com ele, quando lhe expliquei perfeitamente quais eram as intenções e a finalidade do objetivo. Em seguida, enviei-lhe uma carta a mais, em 19 de outubro de 1990, explicando grave situação do Exército. Ele respondeu-me com brincadeiras, com indiferença e com desprezo. Do que, pela pátria e pelo Exército, as Forças Armadas, não tenho problema algum em cumpri-las.

Porisso, declaro responsável pelo 3 de dezembro, de armar um estado de corrupção e indefensabilidade da República, o doutor Menem. Como comandante-em-chefe das Forças Armadas, é ele o único responsável. Da mesma maneira que me estou declarando responsável pelo 3 de dezembro e Villa Martelli, é ele o responsável pelo 3 de dezembro.

Mas tudo isto que acontece, tudo que aconteceu, vai continuar, porque as Forças Armadas, de segurança e policiais vão prosseguir se debilitando, porque formam parte de um projeto estrangeiro, o que já expliquei, que nos permitirá entrar na "Nova Ordem". Se não, não se compreenderia nem se justificaria, nunca, que nos condenassem à morte, a sermos fuzilados. A ordem era, senhor presidente, de sermos fuzilados na madrugada do dia 4. Porisso é que o julgamento padece de muitas imperfeições, produto do fato de ser a ordem de fuzilamento pela madrugada, para assim amedrontar a toda a peonada da estância,

com perdão pela expressão, Vossa Excelência.

Tampouco se explicaria que o doutor Menem tenha dito que nós o íamos assassinar, quando ele, por minha própria boca, sabe que nós somos constitucionalistas, que jamais pretendi um golpe militar e que, sim, preocupavam-nos as Forças Armadas, o Exército. Isto eu lhe disse: que eu tinha que cumprir com a missão que me haviam dado meus camaradas e, além deles, os homens que morreram, perderam suas vidas, ou seja, que tenho um legado deles. E também se justifica tudo isto nos mesmos procedimentos baixos de que foram objeto alguns dos senhores juízes, que são estas ações que realizaram, produto da agência do governo, para nos mostrar como irracionais, como desrespeitosos, como loucos, com o intuito único de encobrir a verdade. Nunca, jamais, por ética, me ocorreria disparar uma bala contra uma casa, pondo em perigo a vida de um menino ou que pudeste atingir o crânio ou esqueleto de um homem que foi um cidadão honrado. Não nos passa pela cabeça.

Quanto ao poder militar

Depois do pronunciamento de Villa Martelli, realizei dois acordos de honra: um acordo com o chefe do Estado-Maior, não cumprido, e um acordo com o ministro da Defesa, com o chefe do Estado-Maior e com o doutor Menem, por escrito, não cumprido. E somente recebi respostas, castigos, perseguições baixas, vexames, mentiras.

Por tudo isto, declaro que o poder militar neste momento, com seu estado de indefensabilidade e com seu estado de corrupção, não se acha em condições de cumprir, como braço armado da pátria, instituição fundamental da nação e salvaguarda dos mais altos interesses da nação. E o responsável por isto é o titular da força do Exército, mas também os titulares das outras Forças Armadas e de segurança, que permitem a situação em que se acham as forças e, por sua vez, permitem que se tenha mudado a missão constitucional por uma missão regional ou internacional que nada tem a ver conosco.

Quanto aos homens que participaram no 3 de dezembro

A virtude da fortaleza marca o espírito militar de uma nação. Esta virtude da fortaleza lhe dá armação e amalgama a sociedade e, por

sua vez, projeta nas pessoas a fortaleza para enfrentar a adversidade. Esta virtude da fortaleza sustenta as demais virtudes temporais que são a prudência, a justiça, e a moderação.

Defino a fortaleza como a capacidade de um povo, de pessoas, para resolver adversidades, para dar morte, mas também para dar a própria vida, para dar a própria vida e também passar o momento de sacrifício e de dor, de martírio, com estoicismo.

Estes homens, dirigentes, chefes ou oficiais, suboficiais, marinheiros do Exército e da Prefeitura Naval Argentina, ao verem vilipendiadas as suas instituições, não hesitaram de deixar de lado os seus interesses particulares, suas famílias, suas vidas, para irem em defesa da Argentina, defendendo esta virtude que dá a fortaleza.

Quando houve enfrentamento de força, éramos superiores. Mas apesar do poderio de que dispúnhamos nos diferentes cenários do pronunciamento, evitamos abrir fogo e matar, além de não estar em nossos planos, como ficou demonstrado. Diante da possibilidade de um fato sangrento, preferiu-se, a produzir um fato aberrante, dar a sua própria vida, como o senhor coronel Romero Mundani. Evitou-se a morte de dois chefes, o major Mercado, de quem arrebataram a pistola de sua têmpora e o coronel Baraldini, que o major Abete segue quando se isola — isto é, a atitude moral de quem vai imolar-se — e já se o surpreendeu praticamente com a pistola na boca.

Preferiram padecer como prisioneiros, preferiram permanecer como acusados, estar em um cárcere comum, a produzir um fato aberrante. Porque a sua fortaleza, o seu idealismo, os impedia sob todos os pontos de vista de produzir um derramamento de sangue, porque eram movidos por valores éticos e morais, que é o que sempre inculquei em minha gente, à parte das considerações políticas e das considerações militares.

É por isto que me orgulho deles, de tê-los comandado, e baixo minha cabeça antes estes valentes e pelos quais, Vossas Senhorias, lhes peço a máxima consideração.

Quanto à minha pessoa

O chefe militar é como um pai da casa. Está sempre presente, embora não fisicamente. Diz o nosso regulamento que o chefe é responsável pelo que faça e deixe de fazer.

Honrada Câmara: eu, em 3 de dezembro, embora permanecendo

detido em San Martín de los Andes, estive em todos os rincões, em todos os lugares onde se produziram os problemas do 3 de dezembro. Estive no coração, no sofrimento e na mente de cada um destes homens. Da mesma forma que hoje compartilho com eles o orgulho do cárcere comum, por ele hei de lhes afirmar e ratificar o enviado no 3 de dezembro, documento que diz:

> "San Martín de los Andes, 3 de dezembro de 1990. Informar ao senhor coronel don José Bilbao Ritcher:"
> "Referente aos feitos militares sucedidos no dia de hoje, levo a seu conhecimento que assumo total responsabilidade pelos mesmos, apesar de não ter estado presente e afastado da zona de operações. Deixo a afirmação de que todos os chefes superiores, chefes subalternos, oficiais e suboficiais do Exército e da Prefeitura Naval Argentina cumpriram ordens rigorosas que lhes dei. Assim, solicito de V. S. que queira bem gestionar o meu translado para os lugares de detenção correspondente.
> Deus e Pátria... ou **Morte**".

Desejo declarar, senhor presidente, que não compartilho com qualquer dos senhores que estão aqui, a responsabilidade do comando. A responsabilidade é unicamente minha e assumo o sagrado privilégio da responsabilidade com total orgulho. Por isto solicito ao senhor presidente desnivelar as sanções disciplinares, porque o senhor promotor, ao pedir sanções disciplinares, uniformizou-as, sem levar em conta a patente hierárquica. Foi grave, porque o Conselho Supremo assim o fez e é um tribunal militar. Eu o solicito, por uma questão de princípios, que desnivele a sanção correspondente sobre os meus ombros.

Quanto a uma crítica que me fizeram um ex-presidente e um chefe de Estado-Maior, porque era católico e nacionalista: declarei à Honrada Câmara, com muita humildade, que tenho a honra de ser filho de pais imigrantes árabes; que a mim ensinaram a religião católica e a ser um mariano, sem ser filho de pais da religião católica. Ensinaram-me que devia me comportar como nacionalista argentino, sendo filho de estrangeiros. E me formaram como soldado, na austeridade e na pobreza, sendo eles simples cidadãos civis. Do que me sinto orgulhoso ao extremo, lamentando profundamente que os senhores que me criticavam, e com muita modéstia, não tenham tido a sorte ou a graça de Deus que eu tive.

Quanto ao Exército

O Exército é a força mais tradicional, é a força que fundou a nação. É uma mensagem para os comandos militares, a de que é hora de assumirem a responsabilidade pelo Exército, dando-lhe um espírito guerreiro, orientado ao dever de ser sanmartiniano e enquadrá-lo na missão que os regulamentos definem: instituição fundamental da pátria, braço armado da nação e salvaguarda dos mais elevados interesses da pátria, a maneira única de manter a disciplina. Querer manter uma disciplina na destruição que vimos e veremos é algo que não poderá acontecer. Além disto, estamos em presença da terceira fase da guerra moderna, na guerra revolucionária, que é uma guerra tremenda, que tive a oportunidade de ver na América Central e que necessitarão das Forças Armadas em condições.

Porisso, é hora de se deixarem de lado todos os interesses subalternos e pequenos, de assumir a responsabilidade dada pelo espírito de grandeza e com honra militar, para alcançar a ordem e a harmonia militar.

Tentei fazê-lo com destreza e até aqui cheguei sem o conseguir. É importante que a Força Militar se ordene, porque, assim, ordenará todo o resto dos escalões. A não ser assim, o resto dos níveis perderá o rumo e se produzirá uma desarticulação total.

É hora de meditação e de reflexão.

Por último, aos senhores honrados juízes de minha pátria:

A justiça é a base da sociedade e o Poder Judiciário o guardião da Constituição Nacional. A Constituição Nacional determina prover o bem comum, prover a defesa comum e é a força que sempre moveu os meus atos. Com base nisto, lutei tenazmente, tentando obter do poder militar e do poder político uma solução para o problema, sem o ter conseguido. Somente recebi deles zombarias, desprezo, menosprezo e quebra de palavra de honra. Quer dizer, toda uma violência, e não me restou outro caminho a não ser resolver e ordenar o 3 de dezembro, em uma violência física mas regulada, contida, conduzida.

Se não o tiveste feito, se não tiveste feito o 3 de dezembro, eu teria sido um traidor da pátria, ao ver demolir-se a minha instituição e nada fazer. Além disto, com todo o respeito que me merece a Honrada Câmara, com minha morte seria julgado um traidor perante o Tribunal de Deus, lugar de que, além de respeitá-lo, sou temente

Quero agradecer a todos os senhores advogados que formaram a minha equipe para defender esta causa. De modo especial ao doutor

Bianchi, que me trouxe o seu sábio conselho; ao doutor Tavares, duas personalidades que regeram a ordem para que este julgamento fosse justo. Quero também agradecer aos meus advogados defensores, a doutora Amalia Marco e o doutor Carlos Montoto, que fizeram todo o possível por minha defesa.

Mas a honra se defende com a verdade.

Quero agradecer à Honrada Câmara por ter permitido ouvir-me hoje. No resumo que fez de maneira destacada o doutor Tavares, foi tal qual o resumo de todos os fatos, que neste dia me senti espiritualmente presente. Deixo em vossas mãos, não para mim, que sou o chefe, mas para o resto dos homens que se sacrificaram, que se amontoam nos cárceres, e também para a solução das instituições armadas, porque senão o derramamento de sangue virá.

Deposito nos senhores a minha confiança total.

No tange a minha pessoa, avalizado por muitos homens mortos nas Malvinas, em luta contra o terrorismo, o capitão Giachino que morreu eu meu lugar, morreu cobrindo-me praticamente à entrada; aleijados, exilados, homens que sofrem, famílias destruídas, produto de todo este esforço, e com as bandeiras sempre presentes das instituições e a defesa nacional, eu me apóio no pensamento do general San Martín, em quem me embebi em minha formação militar. Ele disse: "Quando a Pátria periga, tudo é lícito, menos deixá-la perecer".

Este foi, é e será meu compromisso.

20 Seineldín: a "Nova ordem" quer acabar com as instituições

O coronel Mohamed Ali Seineldín, herói da guerra das Malvinas e líder dos nacionalistas argentinos, concedeu a seguinte entrevista exclusiva a Dennis e Gretchen Small, correspondentes da revista EIR - Executive Intelligence Review, *no cárcere de Caseros, Buenos Aires, no dia 14 de agosto de 1991.*

EIR: Em sua defesa escrita perante os juízes, em 8 de agosto de 1991, o Sr. relacionou os acontecimentos militares e políticos que conduziram ao seu julgamento, seu e de outros chamados "cara-pintadas", dentro da "Nova Yalta" e dentro do projeto de uma nova ordem dos centros financeiros internacionais. Quais são os objetivos globais, econômicos, políticos e culturais desta "Nova Ordem"?

MAS: De modo muito sintético, os objetivos são os seguintes:

a) no cultural, modificar a religião católica apostólica romana e misturá-la com outras religiões, mas de modo muito especial com as infinitas seitas que proliferam no mundo, fazendo perder o valor de depositária única da verdade revelada;

b) no econômico, incrementar o endividamento financeiro como forma de assegurar a dependência; permitir o desenvolvimento da narco-economia como substituto da economia de produção e até o ponto em que se concretize definitivamente a integração do sistema internacional de economia financeira;

c) no político, subordinado a política às decisões econômicas, as que definirão a conformação da nova ordem.

EIR: O senhor falou do plano de desmantelamento das Forças Armadas de toda a Ibero-América, do qual teve conhecimento direto quando esteve no Panamá. Pode explicar-nos de que se trata? Tem algo a

ver com o que ocorre em países como a Colômbia ou El Salvador?
MAS: Seria muito longo explicar, mas sintetizarei em poucas palavras:

a) Empregar as Forças Armadas na luta antidrogas e que funcionem "em um contexto de cooperação internacional" (dependendo do Comando Sul dos Estados Unidos);

b) Para isso, elas devem ser reduzidas a "gendarmeria nacional". Destas idéias, se extrai no político: a limitação das soberanias nacionais (medida anticonstitucional) e, no militar, a limitação das Forças Armadas nacionais (outra medida anticonstitucional), conformando-se a uma segurança regional entre vários países;

c) Regulamentar a luta antidrogas, conforme seja estabelecido pelas forças dos Estados Unidos acantonadas em nosso país, as que indicarão (por dispor de informação por satélite) onde atacar, com a finalidade de:

1) evitar a erradicação definitiva e total do narcotráfico (como na Bolívia), atuando como controle e regulação do mesmo.

2) perseguir os cartéis latino-americanos da cocaína (Medellín e Cali) e não aos cartéis da maconha (inversão de capitais norte-americanos), e

3) regular a produção da droga, evitando alteração dos preços.

d) No caso de surgirem problemas entre os países, intervirão para sua solução as forças do Comando Sul dos Estados Unidos. Como modelo desta situação, podemos tomar a Colômbia, onde praticamente os apoios tradicionais do Estado (Igreja, Forças Armadas, empresas, agremiações etc) foram substituídos pela guerrilha, o narcotráfico e a oligarquia política.

EIR: Alguns setores militares brasileiros falam de uma ameaça, mesmo militar, à soberania nacional, através da pretendida "internacionalização da Amazônia". Parece ao Sr. uma avaliação acertada? O Brasil deve temer esta possibilidade?
MAS: O Amazonas armazena em suas entranhas imensas riquezas minerais e energéticas. É porisso que os grandes centros financeiros planejam assenhorear-se, trocando-o pela dívida externa. Desta maneira, impedirão a exploração por parte dos próprios donos, que são os brasileiros, por herança de Deus e de seus antepassados, e instalarão para seu controle e cuidado "unidades ecologistas", o que não significa outra coisa senão o desembarque encoberto e "inteligente" de forças estrangeiras no próprio país, atentando contra as soberanias nacionais. Porisso, o Brasil deve estar muito atento a esta possibilidade, de modo especial as suas Forças Armadas. Ademais, não é preciso dizer que esta possibilidade afetará todas as repúblicas ibero-americanas.

EIR: O Sr. criticou um projeto de "defesa regional", baseado na Marinha argentina, o Exército brasileiro e a Força Aérea chilena, que seria contrário à soberania. Qual é a forma correta de abordar a segurança regional?
MAS: A forma correta de abordar a segurança regional é concretizar a tão ansiada associação ibero-americana (pensamento de nossos próceres). Isto é, unir-se todos com o mencionado organismo, para resolver os problemas comuns, mas *sem abandonar as soberanias nacionais.* Sem dúvida que, a partir desta estrutura política, resultará uma correta segurança continental e regional.

EIR: O livro *Os militares e a democracia*, concebido e financiado pelo governo estadunidense, ataca certo setor militar ibero-americano que crê ter a missão nacional de defender os valores do "Ocidente cristão... e salvaguardar e garantir o processo de desenvolvimento". Esta tendência se chama de "messiânica", "fundamentalista", "autoritária", "ético-religiosa" e "patriarcal". O Sr. se sente mencionado?
MAS: Sim, sinto-me mencionado. Como a pergunta o exprime, no livro *Os Militares e a democracia* se substitui a missão natural e tradicional das Forças Armadas latino-americanas, que é: "Prover a defesa comum, e por sua vez colaborar no desenvolvimento nacional" por outras, regionais ou internacionais, que somente buscam conseguir o debilitamento das mesmas e que repercutam no debilitamento das soberanias nacionais. A quem se opõe a este caminho arbitrário imposto, se dá o nome de "messiânicos", "fundamentalistas", etc, etc, como ocorre no nosso caso.

EIR: Em suas alegações, o Sr. mencionou, em diversas ocasiões, que a Igreja Católica está sob ataque dos centros financeiros internacionais. Por sua vez, o Sr. se descreve como "nacionalista e católico". Qual é a importância do catolicismo na Ibero-América de hoje? Identifica-se com as declarações do Papa João Paulo II em *Centesimus annus*?
MAS: Nós, os latino-americanos, não podemos renunciar, nem nos afastar de nossa origem e tradição. A Igreja Católica é a seiva que nutriu a vida dos povos americanos e afastar-se dela é, simplesmente, buscar a autodestruição dos povos. Identifico-me totalmente com a encíclica do Papa João Paulo II, *Centesimus annus*, onde está determinado com riqueza de detalhes o único caminho a seguir.

EIR: O Sr. viveu no Panamá por quatro anos. Qual era a sua missão lá? Qual é a sua opinião é a sua sobre o caso Noriega? Que pensa da invasão estadunidense no Panamá?

MAS: Minha missão no Panamá foi estritamente militar. Por ordem do Sr. general Noriega fundei o Colégio Militar, a Escola Superior de Guerra, o Centro de Altos Estudos Militares e Políticos, e de modo muito especial, dediquei a maior parte do tempo a resolver as hipóteses de conflito, ao acionar o narcotráfico e o terrorismo.

Muitos me perguntaram sobre o general Noriega, e a todos respondi o mesmo: "Trata-se de um patriota destacado e excelente soldado latino-americano".

O "caso Panamá" é uma amostra clara das intenções do atual governo dos Estados Unidos: eliminar toda pretensão de soberanias nacionais totais e, muito menos, apoiadas por exércitos nacionais. Enquanto desenvolvi minhas atividades militares, observei a preocupação das autoridades dos Estados Unidos e, por saber das intenções verdadeiras, conversei com muitos chefes militares norte-americanos para evitar o que finalmente se produziu: a invasão do Panamá, um verdadeiro desastre, total injustiça e genocídio aberrante. Ainda conservo em meu coração uma grande tristeza e dor por esta ação nefasta, inconcebível no mundo civilizado em que pretendemos viver.

EIR: Em suas alegações, o Sr. argumentou que, a partir de 1976, quando a Junta Militar tomou o poder, se inicia a dominação por um sistema financeiro de especulação. Como foi a sua relação com os eventos do 76? Que pensa da política econômica do governo militar entre 1976 e 1983?
MAS: Em 1976, exprimi-me claramente contra o Processo de Reorganização Nacional, juntamente com outros camaradas militares, pois estávamos seguros de que marchávamos para uma armadilha montada pelos centros financeiros internacionais. Assim ocorreu e, desde esta data até 1983, iniciou-se a mudança do sistema de produção e desenvolvimento (economia física), pelo de especulação financeira (dinheirismo). Está claro hoje que este último sistema hoje está consolidado na República Argentina.

O Processo de Reorganização Nacional "abriu as portas" à "Nova Ordem" à qual hoje nos levam "com as mãos na nuca, cabeça baixa e caminhando de joelhos".

EIR: Nove anos mais tarde, qual é a sua avaliação da Guerra das Malvinas?
MAS: Sobre as Malvinas, a avaliação que faço hoje é que foi acertada a Resolução de Recuperação das Ilhas. O 2 de abril de 1983, além do revés militar, foi quando golpeamos o centro nevrálgico de onde provêm todas as manobras imperialistas sobre o mundo: Grã-Bretanha.

A pobre capacidade e visão do governo militar impediram explorar este acontecimento politicamente. De todas as formas, o espírito do acontecimento está latente e presente.

EIR: O Sr. advertiu que poderia "correr sangue" se não se resolvessem certos problemas que afligem a sociedade argentina. Quais são os passos concretos que se deve dar para evitar isto? Há outros países em condições parecidas?
MAS: Os passos concretos para evitar outro derramamento de sangue é *deter* a barbaridade que está cometendo o governo de Menem, em seguir enfraquecendo e desarmando as Forças Armadas, de segurança, policiais e penitenciárias (todas compõem um conjunto apto para a segurança e o desenvolvimento).

EIR: É dito que o Sr. é um "preso político", que está no cárcere não por haver cometido um crime, mas por razões políticas. Considera-se assim? Há presos [políticos] em outros países ibero-americanos? Na Europa? E nos Estados Unidos?
MAS: Existem outros tantos, nos diversos países que lutam pela independência de seus povos, podendo citar entre alguns Lyndon LaRouche, o general Manoel Noriega, etc.

EIR: Como são as condições, para o Sr. e seus homens, no cárcere?
MAS: Com meus homens, compartilho um cárcere para presos comuns. Vivemos em pavilhões entre grades, cumprimos o regulamento do cárcere, sem qualquer tipo de privilégio, sendo vigiados e controlados com rigor. Tudo isto cumprimos com orgulho porque oferecemos este sacrifício às Pátrias Nacionais e à Grande Pátria Latino-Americana.

EIR: Qual é sua mensagem à juventude da Argentina e ao resto da Ibero-América?

MAS: Nosso grito de "Deus e Pátria, ou Morte" diz tudo. Sem os valores de Deus e Pátria a vida do homem é inexistente. Este é o significado de "ou morte". As juventudes argentina e a ibero-americana devem aferrar-se a estes valores e *nunca* abandoná-los, pois sem eles sobrevirá o nada... a escuridão... o vazio... "ou a morte".

EIR: Algum comentário ou mensagem a mais para os leitores desta revista?
MAS: O de que jamais vi uma revista exprimir-se com tanta verdade. Devem continuar lendo-a.

21 Coronel Seineldín: síntese do projeto mundialista da "Nova Ordem"

Ensaio realizado pelo coronel Mohamed Ali Seineldín, em conjunto com um grupo de chefes e suboficiais condenados pela participação no pronunciamento militar de 3 de dezembro de 1990. Campo de prisioneiros de Santa Maria Magdalena, 12 de novembro de 1992.

I. Introdução

A. Finalidade

Desenvolver sinteticamente as causas e efeitos da nossa concepção global, que afeta fundamentalmente as nações subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, a fim de facilitar sua compreensão e alertar sobre as conseqüências nefastas da chamada "Nova Ordem Mundial", que tinha sido "profetizada" de algum modo por obras consideradas, em seu tempo, como "ficção científica", como são *O Senhor do Mundo*, de Robert Benson e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley.

B. Conceitos gerais.

Embora o mundo experimente, durante a sua evolução, mudanças constantes, parece que as mais notórias se produzem nos finais ou começos de séculos. Como exemplo citaremos as três grandes revoluções que alteraram seriamente a ordem mundial existente, precipitando feitos históricos transcendentais, que foram modificando o desenvolvimento das nações na direção de uma nova concepção mundialista, na qual a interação e a interdependência constituem sua característica principal.

Elas foram:

1. A Revolução Religiosa (1517), que alterou a ordem cristã.
2. A Revolução Francesa (1789), que alterou a ordem política.
3. A Revolução Russa (1917) que afetou a ordem econômico-social.

É muito interessante observar algumas características originais

com relação a estes acontecimentos:

a) Cada uma delas nutriu e impeliu a imediatamente seguinte.

b) O tempo decorrido entre a Revolução Religiosa (1517) e a Revolução Francesa (1789) foi de 272 anos. Entre esta última e a comunista (1917) é de 128 anos, isto é, a metade entre aquelas duas primeiras. Se, por simples entretenimento, tomamos a metade de 128 e o somamos à data da Revolução Russa, obteremos o número-data de 1981. Um claro e verdadeiro "efeito dominó".

c) O desenvolvimento vertiginoso da ciência e tecnologia proporciona uma aceleração evolutiva sensível das diferentes circunstâncias ou fatos históricos, pelo que os acontecimentos se precipitam, do ponto de vista cronológico. Se tomarmos por exemplo, e de modo particular, o século 20, jamais na história da Humanidade se suscitaram processos políticos, militares, sociais e econômicos tão contínuos e abrangentes, diríamos quase planetários (guerras mundiais, descobertas, progressos científicos, etc). Jamais se avançou tanto, mas não sabemos se para o bem ou para o mal da espécie humana. Este desenvolvimento em avanço constante facilitaria, sem dúvida, a um poder mundial centralizador, o manejo das decisões, hoje otimizado internacionalmente na equação C3 I3 (Comando, Controle, Comunicações, Informação, Inteligência e Informática).

d) Sustentando estas "especulações históricas", podemos inferir que estamos transitando por "tempos de grandes mudanças", que sem dúvida falam claramente de uma nova etapa da Revolução Mundial Anticristã. Não obstante as falsas declamações e títulos (mais especulativos que reais) não se deu informação responsável sobre esta iminente modalidade de convivência, que seus promotores denominam "Nova Ordem Mundial" (ou internacional).

e) Tentaremos, por conseqüência, trazer dados e apreciações que sirvam de base para o estudo "profundo e necessário" sobre esta intenção estrangeira *arbitrária* (porque não fomos consultados) e *interessado* (porque responde a interesses particulares e minoritários).

II. Objetivos e planos para cada uma das forças e componentes que integram o potencial nacional

A. Para facilitar sua compreensão, agruparemos os diversos componentes estratégicos em quatro forças que interessam a este trabalho, quais sejam:

1. Força espiritual (incluída no psicossocial).
2. Força política.
3. Força econômica.
4. Força defensiva (ou militar).

B. As forças mencionadas serão analisadas considerando os componentes próprios de cada uma delas, devendo-se ter em conta que, além da característica própria e estática dos distintos componentes, os mesmos são dinâmicos a partir da interação existente entre eles (política exterior e interior, geográfico, ciência e tecnologia, transporte e comunicações, defesa, biográfico etc).

C. Finalmente, todo este conjunto constitui as forças e recursos morais, intelectuais e materiais de uma nação (potencial nacional) e que, otimizados através de uma política soberana independente, permitem a um governo atingir a grandeza de sua nação e o bem-estar material e espiritual de seus habitantes.

D. Passamos então a descrever de que maneira esta "mudança" nos cernes, chamada "Nova Ordem", modificará as forças e os componentes do potencial nacional das repúblicas histéricas e tradicionais da Ibero-América.

1. Força espiritual

a) Objetivo geral

A ação que se executa sob este valor intentará consolidar a "mudança cultural" (já iniciada) com o objetivo de destruir a concepção cristã de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus e, portanto, capaz de uma realização integral, para substituí-la pelas crenças pagãs da "Nova Era", que contemplam o homem em extremos opostos à sua própria essência humana, isto é, como " homem-deus", "super-homem", etc, ou ao nível dos animais. Esta ação coroa-se ao eliminar a moral católica para substituí-la por uma "ética civil e democrática", totalmente afastada do bem supremo, com regras próprias que favorecem obviamente, no material, os consórcios dos poderes internacionais.

b) Componentes

1. Religião

Ataque sistemático à Igreja Católica, com a finalidade de obter seu enfraquecimento perante a população, usando para isto a introdução de:

a) Outras religiões.

b) Utilização excessiva de costumes de religiões de outros países (por exemplo, a difusão do sacerdócio feminino na Igreja Anglicana).

c) "Nova Era" ou "Era de Aquário" (sedutoramente coincidente com a proposta da "Nova Ordem Mundial". Sem dúvida será a nova "religião "a adotar).
   - Seitas de tipo diferente, incluindo as satânicas (roubo de bebês para seu sacrifício etc).
   - Difusão da magia, sincretismo religioso, adivinhação, esoterismo, ocultismos, bruxaria, espiritismo, etc.
   - Visita de personalidades de outros cultos e suas recepções, com divulgação incomum.

d) Correntes internas da própria Igreja Católica, opostas ao magistério do Papa (como a Teologia da Libertação).

2. Cultura

a) Esvaziamento de conceitos históricos, tradições e costumes, trocados por pautas mundialistas (manipulação hábil dos meios de comunicação social), contribuindo para modificar o sentimento nacional e a conseqüente derrubada do espírito nacional.

b) Impulso ao "indigenismo", deslocando o *criollo*, autêntica raça ibero-americana e síntese da união do índio com o europeu, visando a promover os movimentos guerrilheiros (exemplo: Sendero Luminoso), possibilidade de ocupar zonas ricas e conservá-las até que os consórcios do poder internacional o disponham, criar "pequenos Estados" dentro dos Estados nacionais, etc.

3. Tradição

Finalização do conceito das soberanias nacionais, substituindo-o pela concepção unimundista dos "direitos universais". Desincentivo das práticas folclóricas (costumes e música).

4. Educação

Conformar uma educação baseada em:

a) Negação da presença de Deus.

b) Substituição dos conceitos tradicionais de amor à terra e à nação.

c) Diminuição das escolas públicas, com a finalidade de

negar as possibilidades à maioria da população, com a finalidade última de contar com alta porcentagem de cidadãos "limitados" e aptos para serem usados como "peões do mundo" (mão-de-obra barata).

d) Substituição dos ensinamentos religiosos, morais e patrióticos tradicionais pela educação sexual, ecológica e orientadas exclusivamente para a função econômica imposta pelos consórcios do poder internacional.

5. Estamentos sociais

a) A concentração das riquezas em um setor social: empresários, financistas e direção política (incluídos na "Nova Ordem"), que gerará em um grande setor da população condições extremas de pobreza ("excluídos" da "nova ordem") fazendo desaparecer a classe média.

b) Eliminação de organizações sociais e culturais intermediárias (agremiações, sindicatos, pequenas e médias empresas etc) provocando a ausência da prática da solidariedade social.

c) A família, concebida como a célula básica da sociedade cristã, sofrerá grande deterioração. Os "indivíduos" substituirão os "seres humanos" (concepção egoísta das novas "relações sociais").

6. Estados psicológicos.

a) Estabelecer um estado de confusão e desconcerto, necessário para as imposições políticas econômicas da "nova ordem internacional".

b) Inclinações ao consumismo e ruptura com as obrigações morais, inerentes à própria dignidade humana.

c) Ridicularização, isolamento e eliminação de todos aqueles que se oponham, chamando-os de "anacrônicos", "traumatizados", "reacionários" etc. Avaliação espiritual da Ibero-América quanto à atual inserção na "nova ordem internacional": 50 por cento.

2. Força política

a) Objetivo geral

Subordinar as nações ibero-americanas à "nova ordem internacional", funcionando estas como Estados dependentes de um

poder ou corporação político-econômica mundial, ao melhor estilo dos impérios que existiram em épocas diferentes da história da Humanidade.

b) Componentes

1) Governo

- Poder Executivo

Conformado por homens comprometidos, subordinados e jurados ante a "nova ordem internacional" e escolhidos por serem *facilmente corruptíveis*. É característica dos mesmos a busca do poder, erguendo as bandeiras dos princípios nacionais e os desejos de satisfazer as aspirações legítimas dos povos, exatamente como os marxistas-leninistas (quando podiam agir), questões ambas que, está claro, não cumprem posteriormente.

(1) Política interna

Circunscrever-se-á ao seguinte:

(a) Controle e repressão de manifestações de protesto pela usurpação dos direitos individuais e dos padecimentos econômicos, usando forças de segurança com efetivos superiores aos das Forças Armadas, dependentes de uma "superestrutura de controle" (gendarmeria, prefeitura naval, guardas nacionais e polícias).

(b) Compartilhar o poder com elementos subversivos, integrantes da máfia, econômica e política, com narcotraficantes, etc, estruturando um poder onímodo.

(c) Misturar a política com os ambientes artísticos, com a finalidade de aumentar a popularidade do governo diante da população e criar uma confusão moral e ética.

(d) Inclusão de renomados artistas e esportistas como dirigentes políticos, coma finalidade de aproveitar a sua popularidade.

(e) Impedir o surgimento de projetos de alternativas e de outras lideranças que possam empanar a imagem do presidente como único representante da "nova ordem internacional".

(f) Debilitamento e eliminação dos corpos, organizações e sindicatos industriais, rurais e culturais; pequena e média empresa, universidade, Igreja e família, etc).

(g) A oposição de partidos existentes (seja de direita, centro ou esquerda) terá vigência em tanto e quanto não

se afastem do sistema da "nova ordem internacional". Para tanto, a oposição não será autêntica, séria ou real.

(h) Os meios de comunicação social, a mão do Estado ou privatizados, em poder dos grandes grupos econômicos, cumprirão um papel decisivo.

(i) Como conclusão parcial, podemos inferir que a democracia será o "disfarce" por trás do qual se ocultará a pior ditadura totalitária, com atitudes demagógicas e muito especialmente circenses, que atrofiarão as reações justas dos diferentes grupos sociais e a consecução da grandeza da Pátria.

(2) Política externa

(a) Subordinar a política externa nacional à do governo dos Estados Unidos (atualmente sede da "nova ordem internacional"), através da Organização dos Estados Americanos (OEA), que funcionará como braço político regional do Conselho de Segurança das Nações Unidas, dando cumprimento ao princípio de soberania limitada das nações.

(b) Transformar as Forças Armadas em instrumento da chancelaria, que disporá de seu emprego no exterior, de acordo com diretivas do poder hegemônico ao qual estará subordinada a política externa de nossos países.

(c) Estruturação de um serviço diplomático da Organização dos Estados Americanos (OEA) com a finalidade de representar a "nova ordem internacional" em todos os países da Ibero-América (semelhante ao Serviço Diplomático do Vaticano).

(d) Este sistema será desenvolvido principalmente pela OEA, mas finalmente a ONU abarcará sua totalidade.

(3) Poder Legislativo

Os parlamentos funcionarão como "braço submisso" das decisões do Poder Executivo, circunscrevendo o seu trabalho a resolver todo tipo de problemas, exceto os econômicos, pois afetariam os interesses estrangeiros.

As reformas das constituições incluirão estas cláusulas para assegurar a inversão de capitais forâneos, proteger os existentes e facilitar a espoliação dos recursos próprios

(3) Poder Judiciário

Englobará seu trabalho nos seguintes aspectos:

(a) Pôr sob a jurisdição do Supremo Tribunal da potência hegemônica os países membros da "nova ordem internacional" e com capacidade executiva para sequestrar e julgar qualquer pessoa que atente contra os interesses do sistema (Doutrina Thornburgh, em vigor).

(b) A corrupção dos governos impedirá a aplicação correta da justiça que merecem os cidadãos de uma república independente. Os membros deste poder, igualmente ao legislativo, atuarão em conivência com o regime que adira à "Nova Ordem", por adesão político-ideológica, ou então por ambições espúrias e imorais, conseqüentes com a corrupção generalizada e "aceita" de fato.

2) População

Proceder-se-á a diminuir a densidade demográfica, empregando os métodos que permitam:

a) O controle da natalidade (mediante programas de anticoncepção, esterilização — homens e mulheres — e abortos).

b) Redução dos orçamentos às classes passivas (para acelerar seu o desaparecimento e empregar posteriormente estes fundos em obras de infra-estrutura e pagamento da dívida externa).

c) Execução de ações racistas (a fim de diminuir as raças não-brancas).

d) Submeter os habitantes às conseqüências da falta de produção, provocando: falta de trabalho, fome, prostituição, delinqüência, narcotráfico, narcofinanças (lavagem), narcoeconomia, narcossubversão e narco-cultura; subalimentação, mortandade generalizada, especialmente na população infantil, incitamento ao suicídio etc.

e) Propagação de enfermidades endêmicas para a eliminação de comunidades integradas pelos "excluídos" da "Nova Ordem" (AIDS, cólera, etc).

f) Em caso de descumprimento dos mencionados programas do FMI e Banco Mundial, aplicar-se-ão severas medidas de ajuste como ação corretiva. Estas medidas tendem a uma finalidade econômica e estão orientadas a despovo-

ar, de habitantes, zonas importantes de produção de matérias-primas.Avaliação política da América Latina com referência à atual inserção na "nova ordem internacional": 65%.

3. Força econômica

a) Objetivo geral

Eliminar a soberania econômica das nações e torná-las dependentes dos núcleos do poder econômico do mundo, estabelecendo uma nova divisão internacional do trabalho e de recursos.

b) Componentes

1) Finanças

a) Dolarização da economia.

b) Integração dos mercados de valores aos do circuito internacional.

c) Eliminação dos bancos estatais, privatizando todo o sistema financeiro. (As estruturas empresariais consolidarão os monopólios, que, inseridos no setor financeiro alcançarão um único poder econômico-financeiro).

d) Reforma da carta orgânica dos bancos centrais e modificação de suas estruturas, permitindo o domínio dos privados. (Isto facilitará a afluência da capitais de origem duvidosa, como o narcotráfico etc, que carecem de elementos sociais e "legítimos" de controle).

2) Empresas (produtos e serviços).

a) Eliminação e/ou privatização das empresas estatais de produção militar e das grandes indústrias (repercutindo, por sua vez, na pequena e média empresa), com a finalidade de provocar a dependência comercial e industrial, beneficiando interesses do sistema).

b) Consolidação dos monopólios locais, intimamente relacionados aos internacionais (bancos e empresas), para completar os circuitos de produção, comercialização e financiamento.

c) Privatização das grandes empresas de serviços (energia, gás, ferrovias, linhas aéreas, marítimas etc) em benefício dos monopólios locais e/ou estrangeiros. Avaliação preliminar da economia ibero-americana com relação à atual inserção na "nova ordem internacional": 70%.

4. Defesa

A) Objetivo geral

Substituir as missões naturais das Forças Armadas, desvirtuando nelas o seu papel histórico como instituições fundadoras da Pátria, a saber:

1) salvaguarda dos mais altos interesses da nação (missão constitucional);

2) braço armado da Pátria (missão institucional), pelas necessidades e requisitos impostos pela "nova ordem internacional", intervindo nas seguintes situações (conforme documentos oficiais dos Estados Unidos):

- proliferação tecnológica e acúmulo de armas;
- instabilidade regional;
- estados "renegados" e/ou possuidores de ideologia hostil (sic);
- diferenças étnicas, religiosas e culturais;
- golpes de Estado em países sócios;
- tráfico de drogas;
- degradação ambiental;
- ameaça aos interesses da "nova ordem internacional".

B) Componentes

1) Disponibilidade de forças

a) Pessoal

Será afetado com as seguintes medidas:

- baixas ou reformas de quadros;
- redução do orçamento militar;
- eliminação do serviço militar obrigatório;
- eliminação das reservas de homens, equipamentos e meios;
- substituição do sistema atual previsional das Forças Armadas por um sistema de previdência privado, afetando a capacidade das reservas e a mobilização;
- eliminação de grande parte dos institutos de formação;
- reforma do pessoal que não se subordine à "nova ordem internacional";
- participação nos organismos internacionais, como instância de recomendação para ascensão de oficiais superiores;
- incorporação e promoção dos diferentes cultos religiosos;
- imposição de soldos baixos, o que reduzirá a incorporação de pessoal idôneo.

b) Informações

Subordinar as escassas informações militares às correspondentes do Comando Regional Internacional, sob o pretexto de luta contra o narcotráfico e/ou situações político-militares que constituam uma ameaça à "nova ordem internacional", exercendo desta forma um controle operacional sobre homens e organizações próprias..

c) Operações

(1) Operações

Ao desaparecerem, praticamente, as soberanias nacionais, eliminar a hipótese de conflito e anular as missões tradicionais das Forças Armadas, as operações a cumprir serão as seguintes:

- força expedicionária internacional;
- força de luta contra o narcotráfico;
- força de repressão interna (como segunda fase, pois a primeira será executada pela gendarmeria, prefeitura naval, guardas nacionais ou polícias).

(2) Organização

Cumprirão as seguintes missões:

- forças de paz (defesa da democracia, cobrança de dívidas internacionais, proteção de comunidades étnicas etc.);
- força de intervenção militar (restabelecer a ordem, sufocar um golpe de Estado em um país sócio etc.);
- força de controle ecológico.

(3) Planos

Serão coordenados em nível regional, pelo comando internacional correspondente.

(4) Educação

- modificação da educação militar nacional tradicional, fazendo valer as novas missões impostas;
- possibilidade de dispor na Ibero-América (Argentina ou Brasil) de uma escola de "capacetes azuis" (missões militares exteriores e "capacetes verdes" (missões ecológicas), semelhante à Escola das Américas (Panamá) em épocas da luta contra a subversão.

(5) Logística

Eliminação da capacidade de auto-abastecimento de insumos para a defesa nacional (indústria militar, naval e aeronáutica), dependendo totalmente do apoio

circunstancial e regulado do comando militar internacional para as missões designadas.

2) Disponibilidade de planos e coordenação dos mesmos. Serão executados pela Junta Interamericana de Defesa.

3) Posição geopolítica

Perda do valor geopolítico nacional (ao não estar em condições de defendê-lo e deixá-lo em poder das forças internacionais).

4) Natureza do risco

Os Estados nacionais ficam em total estado de indefensabilidade. Isto significa que, perante situações internas e externas de perigo, suas soluções estarão nas mãos da OEA e de um Estado-Maior Continental, que poderá organizar-se através da Junta Interamericana de Defesa. Desta maneira, nenhum país será capaz de montar qualquer tipo de operação eficaz para defender-se do saque "pseudocolonialista" da "nova ordem internacional".

Avaliação preliminar da defesa da Ibero-América com relação à atual inserção na "nova ordem internacional": 60%.

Considerações finais

Somente a partir de uma concepção integral do problema em sua real magnitude, a partir do que se possa dimensionar a própria capacidade de defesa e seus mecanismos, poder-se-á encarar eficazmente o problema porque, por ser *comum* a todos, requer-se uma *estratégia comum* que lhe dê resposta.

Não será diluindo as nossas realidades de Pátrias Soberanas que edificaremos a integração interamericana; é, ao contrário, afirmando as nossas respectivas identidades e, a partir dos muitos pontos em comum e que esta realidade nos apresenta (história, cultura, religião, etc.), podemos recriar o sonho de nossos pais.

Não é com a violência demencial da esquerda que se combate a opressão do imperialismo internacional da usura; não é voltando-se para a direita, com seu individualismo desumanizado, que se alcançará o bem comum de nossos povos.

É reafirmando o que somos, consolidando o que nos une, que encontraremos os caminhos permitindo resistir à agressão e construir

uma comunidade de homens livres: a grande nação ibero-americana.

Não é exagerado arriscar que talvez seja esta a oportunidade mais propícia para intentar este grande sonho, já que, como hoje, quando nossas nações estão mentalmente mais aptas para consegui-lo, a partir das lutas pela independência, não existiu outro fator aglutinante como o que se no oferece no presente. Sem dúvida, o que nos exige a união e nos obriga a ocupar as mesmas trincheiras é a *agressão comum.*

Reflexão final:

As vozes da História e a memória dos povos ibero-americanos, surgidos das lutas sacrificadas e longas de seus antepassados, hoje se encontram em difícil encruzilhada. Poderes estrangeiros, confabulados com ambições mesquinhas de governantes locais (que cederam sua alma e venderam os seus povos) pretendem lhes impor um sistema prepotente e imoral: "a nova ordem internacional".

Hoje, a agressão comum da "Nova Ordem" sobre a Ibero-América nos une em uma luta por uma nova independência. Não existem e não existirão soluções isoladas; nenhum país, por si só, poderá triunfar; a resistência deverá ser global e definitiva, para que, a partir dela, consigamos a tão ansiada reconstrução de nossos povos.

Resistir a esta moderna e falaciosa invasão de nossas culturas e valores é um mandamento dos nossos próceres e, ao mesmo tempo, um dever de todo patriota ibero-americano que se tenha na conta de pessoa com dignidade.

Sem dúvida que, em Deus, sua Santíssima Mãe e nossos irmãos da Grande Pátria, encontraremos a fonte de inspiração e toda a vontade para a luta.

A América é possível!

22 Escola Superior de Guerra: *1990-2000: Década vital*

A seguir, apresentamos trechos do relatório Década Vital, *da Escola Superior de Guerra (ESG), apresentado pelo general Oswaldo Muniz Oliva em 5 de abril de 1991, ao concluir suas funções como diretor da ESG.*

A política nacional: o Brasil no limiar do século 21

A dimensão econômica — Não há alternativa para solucionar os problemas econômicos nacionais de curto, médio e longo prazo que não acarrete a retomada do crescimento da economia.

A curto prazo, superar os obstáculos que representam a inflação, a insuficiência da poupança e sua orientação para aplicações não-produtivas, o baixo nível dos investimentos e o garrote financeiro que imobiliza o Estado, interna e externamente, exige uma *política de ajustamento da economia através do crescimento*, e não a recessão. Trata-se de dar um salto, buscar uma solução positiva conjugando nos próximos dois anos (1990-1991) a retomada do crescimento gradual, com o controle da inflação.

A médio prazo (até 1994), o Brasil tem de voltar à vertente de sua *trajetória histórica de crescimento*, da ordem de 7% do PIB por ano (cerca de 5% do PIB *per capita*), diante da necessidade de gerar novos empregos e dos objetivos de redistribuição dinâmica da renda, *pari passu* com o crescimento.

A longo prazo — até o ano 2000 — o Brasil necessita alcançar um novo nível econômico com a duplicação de seu PIB (que deverá superar, no limiar do século 21, os 800 bilhões de dólares em valores de 1988) e com uma renda *per capita* da ordem de 4.500 dólares. Setorialmente, pretende-se atingir uma etapa mais avançada de industralização, consolidar a vocação brasileira de grande produtor e

exportador de alimentos e matérias-primas agrícolas, preferivelmente beneficiadas e recuperar, ampliar e modernizar a infra-estrutura de energia, transportes e comunicações.

A dívida externa — No caso da dívida externa, a renegociação com os credores privados é uma necessidade imperiosa obviamente justificada por serem conhecidos os seus múltiplos reflexos internos...

A abertura da renegociação deve suceder à exposição clara, tanto ao mundo oficial como ao empresarial, dos Estados Unidos e de outros grandes credores, da utilização efetiva dos créditos respectivos e dos efeitos que tiveram na economia interna os colossais pagamentos efetuados. Esta exposição, eminentemente técnica, deve ser divulgada à opinião pública nos países credores, que alimenta duas visões estereotipadas: que os empréstimos que formaram a dívida inicial foram feitos com poupanças dos países prestamistas — quando na verdade se fizeram, na maior parte, mediante a recirculação de petrodólares e que os países devedores disputam em atitudes irredutíveis de maus pagadores ou não pagadores.

A dívida interna — Para tomar esta posição frente aos credores externos privados — reajuste do valor do débito ao valor do mercado dos títulos respectivos e a restruturação da dívida, no que faz a prazos e serviços — a imagem do país, nacional e internacionalmente, é fundamental...

Política externa do Brasil para a década de 90

O Brasil é uma potência em ascensão. Na medida em que o Brasil cresce, manifestam-se conflitos de interesses no plano internacional. É preciso aceitar esta contingência com naturalidade, tranqüilamente, sem sobressalto ou alarme. É um indicador preciso de nossa expansão, da modificação de nossas estruturas políticas e econômicas, da tomada de consciência do que já representamos no concerto das nações e da ampliação de nossa participação nas relações internacionais.

(...) A defesa do interesse nacional e a preservação intransigente de nossa soberania e independência se consideram, de forma simplificda, como nacionalismo (que não se deve confundir com o outro "nacionalismo", que preconiza a estatização total dos meios de produção). Tanto no Brasil como nos outros países em desenvolvimento, admite-se que estes conceitos dividam ideologicamente a nação. Em países desenvolvidos, isto é totalmente sem propósito, porque tal sentimento faz parte da herança cultural coletiva, não se con-

cebendo cidadão ou súdito algum que o não possua. Ao ocorrer a fragmentação dos dois grandes blocos de poder mundial e a perda de sua força de atração respectiva, surgiram — de novo — os interesses de cada nação com a denominação de nacionalismos.

Essa tendência é ainda mais inevitável quando se acha ligada, com relação de causa e efeito, a outra tendência que se vem acentuando: o entendimento entre as superpotências em tudo aquilo que para elas seja de capital importância. Já na década de 70, qualificou-se conceptualmente de "copresidência" — em alusão ao seu co-exercício anômalo... da presidência da Comissão de Desarmamento, em Genebra — a esta tendência das superpotências em procurar assentar entre si as bases de um processo de conciliação da divisão de zonas de influência para suavizar os seus próprios conflitos.

(...) Não há indicação, no entanto, de que o afrouxamento das tensões Leste-Oeste tenha por conseqüência imediata a democratização da ordem política ou econômica mundial e, sim, muito ao contrário. Da "copresidência", evoluiu-se já para o estabelecimento mundial de um "condomínio" de poder, diante do qual os países mais débeis têm de continuar lutando por serem ouvidos nas decisões sobre assuntos que, direta ou indiretamente, afetem seus interesses políticos ou econômicos, igualmente legítimos.

Não obstante isso, não se cometa o grave erro de avaliar falsamente que o conflito básico de interesses entre as duas superpotências tenha deixado de existir, substituído por um entendimento legítimo, contínuo e duradouro. Existe entendimento, sim, mas parcial e limitado e por um prazo não fixado... Não é por este caminho que se obterá a verdadeira paz. Quando muito, chegar-se-á à imobilização provisória de forças que, por natureza, são antagônicas.

Seria muita veleidade acreditar que esse "congelamento de poder" pretenda antagonizar os países que buscam romper as amarras da dependência econômica e desenvolver-se. Na prática, entretanto, o resultado é o mesmo. E ele não nos convém, sobretudo porque não se limita à expressão visível do poder — a força militar —, mas se estende a áreas menos óbvias, mas não menos importantes, como o comércio e as relações econômicas em geral. Porisso, é necessário persistir na busca da transformação das estruturas internacionais, na mudança das regras do comércio internacional, que sempre favoreceram os desenvolvidos em detrimento dos mais fracos e, acima de tudo, na alteração da distribuição mundial do progresso científico e tecnológico...

Com o desenvolvimento acelerado da tecnologia e seus efeitos

sobre a organização do sistema internacional, o fortalecimento da posição de cada país no concerto das nações estará crescentemente condicionado por sua capacidade de gerar, absorver, desenvolver e aplicar tecnologias novas e avançadas, ficando à margem os que não conseguirem acompanhar o processo... Não serve para o Brasil e rechaçamos qualquer tentativa, sob qualquer pretexto, de congelar essa situação de inferioridade, de restaurar as zonas de influência e de impor a vontade política de um país ou grupo de países a outros.

(...) Sob o prisma da política de poder, as duas superpotências visam objetivos de predomínio ou de dominação: somente a força garante o poder, que determina o direito... Pelo prisma econômico, a multipolarização é admitida. São os centros de riqueza, prosperidade, bem-estar e progresso. Já na década de 70, esta multipolarização — hoje, de centros de poder econômico — se apresentava como a concepção "pentagrâmica", que tendia a idealizar uma nova ordem mundial com base em uma estrutura de "cinco centros de poder": os Estados Unidos, a URSS, China, Japão e Europa Ocidental. Esta fórmula político-diplomática, que se parece ligar conceitualmente a modalidades do pensamento europeu das primeiras décadas do século 19, por falta de força e poder político, mostrou-se precária. Na época, pensou-se transportar ao plano mundial certas idéias e concepções que prevaleceram para a construção e tentativa de consolidação do antigo "concerto europeu"...

Com isso, se colocam novamente todas as bases de uma Política de Congelamento da Estrutura do Poder Mundial, com a institucionalização da desigualdade entre os Estados. Na base desse processo é preciso citar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares — que estabelece duas categorias de países: a dos adultos e responsáveis e a dos países não-adultos e não-responsáveis.

(...) O dever internacional do Brasil é o de lutar pela retirada de todos os fatores externos suscetíveis de representar um óbice à expansão livre e sem obstáculos de seu Poder Nacional. A "interdependência" é um objetivo válido e legítimo para a evolução das relações internacionais mas, para ser real e efetiva e não apenas uma modalidade disfarçada de *dependência*, pressupõe uma etapa prévia de independência e soberania. O conceito de soberania não poderá ser declarado obsoleto antes de se afirmar em toda a sua plenitude no terreno político e econômico. Os países fortes e com poderio nuclear podem, evidentemente, dar-se ao luxo de concessões semânticas em matéria de soberania e podem se transformar em campeões dessa "interdependência"... O que não podemos aceitar é que as superpo-

tências se arroguem uma "supersoberania", enquanto recomendam aos outros países que embarquem resolutos pelo caminho da modificação da "independência", pela "interdependência".

Igualmente, em outros dois pontos taxativos parece manifestar-se uma tendência ao "congelamento": (1) a insistência na necessidade de que se reconheça uma responsabidade internacional no referente à *conservação do meio ambiente*, com possíveis limitações ao direito soberano de exploração e utilização racional e ecologicamente equilibrada de recursos naturais, e (2) uma ênfase excessiva dos perigos da *explosão demográfica*, que apresentaria riscos e perigos tão grandes e maiores que os provocados pelas bombas nucleares. O ponto de vista do Brasil é que o meio ambiente deve ser salvo pela ação e não pela inação e pela inércia, e que não existe razão alguma para que, em uma modalidade de "demarcação de zonas" sobre bases universais, certas zonas fiquem reservadas como "zonas verdes", como se houvesse fundamento científico na demagogia dos "pulmões" para a humanidade...

O Brasil insiste, igualmente, em conservar a mais ampla e irrestrita liberdade de fixar a sua própria *política demográfica*, sobre as bases que considere suas e adequadas para seu imenso território. Em todos esses assuntos, o Brasil prefere conservar a mais ampla disponibilidade de ação e debate, como país adulto e responsável que é, sem aceitar normas e preceitos impostos por país ou grupo de países ou por eventuais órgãos e identidades supranacionais.

As potências mundiais parecem planejar uma nova ordem mun dial neocolonialista e tutelar à base e em função de centros de poder e demonstram tendência a circunscrever a consideração e a solução dos problemas dos problemas internacionais a um círculo cada vez mais reduzido de interlocutores, cuja vontade se sobreporia à das demais nações. Esta "política de congelamento do poder mundial" não pode ser a nossa, na etapa atual de nosso desenvolvimento, quando ainda temos pela frente tanto terreno a percorrer.

III. A concepção do Brasil como país ocidental e em desenvolvimento, dotado de uma margem de autonomia correspondente ao seu Poder Nacional, na elaboração e na execução da sua Política Externa. Ao se identificar como país ocidental, já definiu sua opção na eventualidade de um conflito de Ocidente *versus* o mundo socialista; mas ao se reconhecer em desenvolvimento decidiu já que seu objetivo é ser desenvolvido e, para isto, disputará seu lugar, não importa quem se oponha a esse objetivo nacional. Ao saber-se em desenvolvimento, assume também a consciência de sua identificação com outros países

na mesma fase, distinguindo suas convergências de interesses que levam a ações conjuntas de mútuo benefício e suas divergências de competição nesse nível. Não existem, portanto, discrepâncias entre a bipolaridade e a multipolaridade.

Política e estratégia para a Amazônia

Superar as pressões dominantes exige medidas especiais que escapam ao comum da vida nacional. Em razão delas, pode o Estado chegar ao *recurso extremo da guerra*, desde que se tenham revelado infrutíferos os seus esforços no sentido de eliminá-los ou reduzi-los por outros meios...

Como pressões, identificam-se os seguintes obstáculos:

Contrabando — traz o descrédito da autoridade do Estado nos lugares onde ocorre, além de negar a entrada de recursos aduaneiros para os cofres do Tesouro Nacional.

Narcotráfico — associado natural do estado de descumprimento da lei e da corrupção das autoridades que o aceitam ou toleram, por vontade própria ou sob coação do poder armado dos narcotraficantes, que impõem sua lei nos lugares em que se cultiva, processa e comercia a droga; se se associa à guerrilha insurgente — contra o governo — e com ligas internacionais aos países fronteiriços, ou outros, o obstáculo se agrava muito, porque cresce seu poder.

Governo próprio em áreas indígenas — esta é uma permanente tentativa externa de internacionalizar partes da Amazônia, começando com os *enclaves indígenas*, utilizados pelas *Organizações Não-Governamentais* como pontas de lança no debate sobre as questões da Amazônia, por certo, ao menos com a complacência dos governos onde estão as sedes dessas organizações, geralmente em países centrais ou quase centrais da área ideológico-patrimonial dos Estados Unidos, Europa e Japão. Existe um certo apoio da imprensa nacional e uma parte da área artística e intelectual nacional, assim como setores da Igreja e empresas multinacionais aos pleitos dirigidos por essas ONGs, o que, no mínimo, é muito útil para fortalecer o obstáculo e nocivo ao interesse brasileiro.

Ativismo conservacionista — sob esta idéia geral, congregam-se vários setores e indivíduos da sociedade nacional e internacional, a partir dos movimentos ecológicos e conservacionistas geralmente nascidos em Organizações Não-Governamentais, que repercutem na intelectualidade e no modismo de conduta de pessoas formadoras de opinião no Brasil.

Existe uma mistura natural de interesses, onde a inocência e a pureza de certos idealistas é aproveitada po manter adormecido o potencial amazônico brasileiro. A corrosão psicológico-social causada por essa pressão contribui de modo direto para reduzir a liberdade de ação do país no trato dos problemas da Amazônia, já que existe uma idéia preservacionista de quase intocabilidade dos recursos porque isto prejudicaria irreversivelmente a flora e a fauna da Amazônia. Percebe-se, com clareza, que a exacerbação dessa pressão, se se deixa acontecer, irá transformá-la rapidamente em pressão dominante, capaz de ameaçar objetivos nacionais permanentes que cumpre conservar.

(...) Há um movimento internacional difuso, que não se pode aprioristicamente atribuir à orquestração ou conspiração dos países já desenvolvidos, mas que produz efeitos como se fosse deste modo, sob a idéia da internacionalização do Amazonas, a começar pela criação de áreas nas quais seus habitanbtes atuais deixassem de ser submetidos ao controle e ação do Estado brasileiro, sendo desnacionalizados como cidadãos da Pátria, no primeiro passo para a aceitação geral de "áreas liberadas" politicamente do Brasil, com apoio internacional, incluindo o derivado de ações deliberadas iniciais das ONGs. O estabelecimento destas *cabeças de ponte* políticas, se se permitir que ocorram, exigirá grande esforço brasileiro para sua eliminação, *com o provável recurso à guerra, como conseqüência de um conflito que não consiga administrar* e razão última para a redução desta pressão dominante a um nível aceitável e administrável que permita a preservação dos objetivos nacionais permanentemente ameaçados.

Conservação radical da cultura indígena com aceitação de seu enquistamento no espaço nacional — esta pressão é muito semelhante à pressão do ativismo conservacionista antes citado e pode produzir efeitos perversos semelhantes, agora por via da antropologia aplicada, mediante à qual se pretende que o interesse internacional prevaleça sobre os objetivos nacionais permanentes da integração nacional, soberania e progresso. A partir dos enquistamentos antropológicos que as pressões internacionais pretendem impor ao país será, depois, possível impor sanções globais ao Brasil com apoio em um direito internacional que coloque o país na condição de réu não-conservador de "grupos indígenas em extinção". Tais ações externas irão perturbar o objetivo nacional permanente da paz social e irão negar nossa soberania e, para sua eliminação, poderá ser necessário aceitar a evolução da questão conflitiva para o estado de guerra.

23 Vice-almirante Tasso: As Forças Armadas do Brasil e a conjuntura nacional

A seguir, apresentamos o texto da exposição feita em 29 de outubro de 1992 pelo vice-almirante Sérgio Tasso Vasquez de Aquino, então subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, no Primeiro Ciclo Especial de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

Nosso Brasil gigante é um país portentoso, extremamente rico em recursos de toda a natureza, que lhe tem valido a inveja de tantos ao longo da História e a cobiça dos pretensos senhores do mundo de cada época.

No longínquo passado colonial, ingleses, franceses e holandeses aqui tentaram tomar pé, e foram expulsos pela bravura da gente luso-brasileira. O glorioso episódio de Guararapes marca a vontade exclusiva dos brasileiros, contra tudo e contra todos, na sua determionação de serem donos deste torrão, e o verdadeiro surgimento de embrião do Exército Brasileiro.

O imperialismo soviético para cá volvou seus olhos no afã de dominação, em duas épocas: 1935, quando intentou a conquista através da "via armada", e na década de 60, através da via parlamentar, "pacífica" ou de massas.

Formadas na luta da independência contra o colonialismo português, as F.As. desde o início foram símbolos e agentes da vontade da nação de ser soberana e de autodeterminar-se. Realizariam a consolidação do patrimônio nacional, contra as ameaças externas, no Prata e na bacia do Paraguai-Paraná, e internas, ao debelar sucessivas tentativas de secessão no Império, e na Regência, graças à espada invicta de Caxias, o Pacificador, e à Marinha Imperial.

Nunca, pois, tivemos a menor dúvida de qual seria a nossa nobre missão, que se manteve notavelmente coerente em todas as constitui-

ções, desde a primeira, a Imperial.

E o emprego das F.As., na manutenção da lei e da ordem, quando todos os demais elementos do poder de polícia do Estadohouverem falhado, não é nenhuma novidade histórica ou jurídica, no Brasil, e no chamado "primeiro mundo", inclusive entre suas democracias mais estáveis:

Grã-Bretanha - Exército empregado na luta contra o IRA no Ulster ou Irlanda do Norte.

EUA - Emprego da força federal nos recentes acontecimentos de Los Angeles e em ações integracionistas raciais na Geórgia e em Arkansas, na década de 60.

A "Nova Ordem Mundial" é decorrência da "débâcle" do império soviético e da existência de uma só potência com expressão global de atuação: EUA.

Como características prinicipais, apresenta:

Defesa da aplicação dos princípios da carta da ONU, de 1946, mas com visão mais restritiva, egoísta, pelo predomínio dos EUA, dos membros permanentes do Conselho de Segurança e do G-7, com intensas motivações econômicas. É mais ou menos a repetição da fábula do acordo entre os animais da floresta, celebrada sob os auspícios do leão...

A nível político-estratégico, preconiza:

- Congelamento do poder mundial;
- Controle dos conflitos de "baixa e média intensidade", através da formação de forças multinacionais de intervenção, "para restabelecer a paz e a democracia", sob o comando das potências dominantes;
- Limitações à expressão militar dos países em desenvolvimento, através:

1) Da redução das F.As. e seu emprego como Gerdarmeria, encarregada da guerra contra o narcotráfico, do controle das fronteiras terrestres e do contrabando e da guarda costeira;

2) Das restrições ao desenvolvimento científico e tecnológico e à indústria de material bélico;

3) E, em conseqüência, da adjetivação da soberania, que passaria a ser "atenuada" ou "limitada", num quadro de propalada crescente interdependência.

A nível econômico, manifesta-se o poder dos grandes bancos conglomerados financeiro-econômico-industriais multinacionais, acima dos estados-nacionais, sem-pátria, frio e dominador, qual novo MCI, agora "movimento capitalista internacional":

1) Manutenção da sujeição do Sul a "Divisão Mundial do Trabalho", como fornecedor de matérias-primas, e dependente de tecnologia e de capitais a juros crescentes; e,

2) Mercado cativo de materiais elaborados, muitas vezes sem utilidade prática real para o desenvolvimento, e de modelos de pensamento, traduzidos em modismos do tipo recente da "modernidade" que assolou o Brasil.

As pressões internas de brasileiros que se fazem caudatários das idéias dominantes no exterior, pelo questionamento sobre a própria existência das F.As., por campanhas constantes, tendentes a indispô-las com a Nação a que pertencem e a que servem, mais agravam o problema.

Infelizmente, parte influente das elites nacionais se tem subordinado aos interesses estrangeiros: numa época, por ideologia; hoje, por motivações econômico-financeiras, que se têm traduzido, entre outras ações, em:

- Subversão e destruição dos valores, costumes e tradições da sociedade, e perversão da juventude num processo de mais de 30 anos, agravado desde o advento da televisão e sua constante pregação de violência, pornografia, contestação, luta de classes. O resultado tem sido crescente componente de violência, que se soma à miséria em expansão, para o esgarçamento do tecido social, do qual a última e dramática das manifestações foi a dos "arrastões" nas praias do Rio, mostrados ao país inteiro pela televisão, e logo copiados em Brasília e Londrina, com intervalo de dias!
- Combate às F.As., tentando desacreditá-las, apartá-las do povo e diminuir sua expressão, pela constante redução dos orçamentos, com repercussão danosa na renovação dos meios e na sua manutenção/atualização, e pelo aviltamento salarial dos militares e civis que conosco trabalham. Entre estes, cientistas, pesquisadores, engenheiro, técnicos, responsáveis pelos principais projetos de uso militar. A triste e caríssima consqüência tem sido o êxodo de talentos para outras atividades. Daí a minha luta pessoal, antiga, pertinaz, continuada, com toda a garra, coragem e convicção pela isonomia, defendendo militares e civis do PCC.

As F.As. não aceitam restrições de qualquer sorte à soberania nacional e ao desenvolvimento da tecnologia que conduza à auto-su-

ficiência em meios de defesa: só é senhora de seu destino a nação que comanda o processo de projetar, construir, operar e manter seu equipamento militar. Não se improvisam F.As.; no caso da Marinha, o processo de obtenção de um navio simples, desde a concepção até à operação, pode levar 4 anos; de um NAE, 10 anos.

Apesar de todas as restrições orçamentárias, que se agravaram brutalmente nos últimos 2 anos e meio, fazemos tudo o que podemos para manter a operacionalidade das F.As. e realizar projetos notáveis pelo conteúdo tecnológico, pela geração de novos avanços nos campos militar e civil e pela capacidade de dissuasão, como o do submarino nuclear e a MECB.

É preciso que as elites saiam da sua miopia, principalmente as políticas, mesmo quando investidas das responsabilidades do governo, e concedam os recursos às F.As. de que a nação carece, para garantir sua independência.

O Brasil emprega apenas 0,37% do seu PIB em F.As. Abaixo dele, no mundo, apenas as ilhas Maurício, com 0,20%. Procura-se criar a dicotomia: necessidades sociais x necessidades de defesa. É a repetição do velho dilema manteiga x canhões. Mas, mesmo que se aceitasse a louca suicida tese de eliminarem-se as F.As., que grandes problemas outros poderiam ser resolvidos ao preço de US$ 1,4 bilhão ao ano, sempre ao custo da renúncia à soberania e à independência?

Não existe, talvez, país com problemas sociais tão grandes quanto a India, mas as lideranças esclarecidas daquela antiga e consolidada democracia destinam ponderáveis recursos para a sua expressão militar, à altura das necessidades do país, que é uma das potências regionais no Indico e, por isso, respeitada.

O diálogo com os EUA e o G-7 tem de ser leal, como convém a tradicionais amigos e aliados. Com altivez, dignidade e sem arrogância, nunca, porém, com subserviência, e apenas orientado pelos interesses nacionais brasileiros.

Minha experiência profissional, que me tem permitido, ao longo da carreira, diversos e variados encontros com estadistas, líderes políticos e administrativos e chefes militares de alto nível hierárquico dos países desenvolvidos, ensinou-me, sem sombra de dúvida, que eles respeitam e acatam quem assim procede. É preciso buscar entendimento em todos os azimutes, latitudes e longitudes, onde houver vantagem para o Brasil: Coréia, Tailândia, Filipinas, Angola, entre outros, são países que tem procurado aproximação maior com nosso país, inclusive militar. O mundo está em desordem; nem mesmo o comu-

nismo se pode afirmar que esteja sepultado. Exemplos: URSS, pela insatisfaçãopopular e militar com os fracassos econômicos da transição do comunismo para o capitalismo e pelo desmembramento da outrora poderosa "Pátria-Mãe", e Lituânia, pela vitória dos comunistas nas recentes eleições nacionais, afastando o partido que fora responsável pela vitória tão ansiada contra o jugo soviético. É preciso ser forte militarmentepara respaldar a boa diplomacia e garantir a paz!

São as Forças Armadas nacionais:

- Símbolos da naçãoe da sua autodeterminação.
- Fiadoras da soberania, da paz social e da integridade do patrimônio nacional.
- Fontes de justiça, espírito de renúncia e altruísmo.
- Centros irradiadores de patriotismo e de civismo e de preservação das virtudes, valores e tradições nacionais.
- Bastiões da ética e da moral.
- Elite espiritual, cultural e intelectual.
- Promotoras da ciência e da tecnologia de ponta.
- Exemplos de organização, coesão, pertinácia na busca da realização do bem comum.
- Organizações disciplinadas, obedientes à hierarquia e às leis, eficazes e eficientes no emprego violento do poder em defesa dos objetivos nacionais.
- "Garantes da paz, da liberdade e da justiça" (Papa João Paulo II). Por isso, qualquer inimigo do Brasil: Visa a destruí-las, enfraquecê-las, neutralizá-las, eliminá-las, a fim de restringir ou anular a reação capaz de impedir a imposição da vontade contrária ou lesiva ao interesse nacional.

Dentro das minhas mais profundas convicções cristãs, de católico praticante, creio firmemente que, assim como as forças do demônio não poderão contra a Igreja do Senhor Deus, nada e ninguém limitará a soberania do Brasile impedirá a sua luta por paz, liberdade e justiça na nação brasileira enquanto existirem Forças Armadas:

"Faço votos de que a edificação (deste templo) da Catedral da Arquidiocese Militar do Brasil sirva para congregar mais a família militar do Brasil e se torneum grande centro de evangelização de todos, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para cumprirem sua missão própria de serem garantia da paz, da liberdade e da justiça". (Papa João Paulo II)

Para isso, convocamos o apoio de todos os brasileiros de bem, homens e mulheres, que não se pejam, mas sim se orgulham de no Brasil haverem nascido, a que nos demos as mãos para salvar o nosso país!

24 General Noriega: não há invasão que mate uma idéia

Excertos do discurso feito pelo general Manuel Antonio Noriega, em 10 de julho de 1991, em Miami, EUA, na audiência em que recebeu uma sentença de 40 anos de prisão.

Agradeço ao senhor juiz por permitir a minha exposição, que é um átomo do muito que teria a expor.

Antes de iniciar, quero louvar o Deus do Universo, que é o juiz justo, por permitir-me estar aqui nestas circunstâncias.

Quero louvar o Deus do Universo pela oportunidade que deu aos promotores de me acusar com base em um pacote de acusações em que eles nunca acreditaram.

Quero louvar a Deus, em nome de Jesus, pelo senhor Juiz, por este dia e por essas circunstâncias. Que Deus o bendiga, que Deus bendiga os promotores, que Deus bendiga aos senhores do júri.

Que Deus bendiga suas consciência e suas alma.

Hoje, encaro essa fala como uma conversa entre o Senhor e eu: não farei um discurso, nem darei uma explicação, nem apresentarei uma defesa; apenas exposições militares de coisas e fatos que dão o matiz, o cheiro deste caso que está bem além da dúvida razoável.

Uma vez, disse Sócrates a seus discípulos, em Atenas: "Diante da dúvida, abstende-vos". E dizia o grande filósofo das leis, Sólon: "É preferível deixar livre um culpado a condenar um inocente".

E diz um dos livros mais sábios da China, o *Tao Te King,* de Lao-Tsé: "Condenar um inocente além de uma dúvida razoável, causa nas pessoas que provocaram o ato cargas anímicas filosoficamente chamadas *karmas.*"

É fácil descobrir males quando são cometidos por criminosos. Espera-se deles e nos antecipamos à sua conduta. Mas quando homens bons são usados para propósitos ruins, ninguém está disposto a acreditá-lo.

Mesmo assim, os delitos maiores, com freqüência, são cometidos por pessoas decentes, operando com um propósito nobre.

Não preciso fitar além de seu exame recente do corpo de jurados para minha prova. Não existe meio de reconciliar as declarações feitas pelo corpo de jurados à imprensa e o que disseram a este tribunal. Não tenho dúvida alguma de que o corpo de jurados realmente disse à imprensa que ocorreu uma sessão de oração no Hotel Everglades. Mas no tribunal eles negaram que tal sessão de reza tenha ocorrido. O senhor, Sr. juiz, tenho a certeza, não acredita que a imprensa tenha inventado este incidente. Mas o senhor acreditou nos jurados, porque é incapaz de acreditar que os jurados lhe mentissem. Mesmo assim, o senhor sabe que pelo menos um membro do júri lhe mentiu antes. Da mesma forma, o senhor sempre acreditou que nunca ouviram notícias, nem comentaram o caso, nem viram televisão. É possível que estes jurados tenham sido obrigados a mentir ao senhor por terem sido forçados pelo braço oculto, ou muralha chinesa que sempre esteve presente nos momentos decisivos.

Meu julgamento foi orquestrado por aqueles que me temem. Homens que buscavam desacreditar-me através da acusação ou matar-me por meio de uma invasão. Como não puderam matar-me antes, nem com o grupo de comandos que foi dirigido pelo capitão Keli, de Israel, treinado no Caribe e que, depois venderam suas armas ao "mexicano" Gacha; nem com duas balbúrdias militares, nem com a invasão, quando os soldados americanos, em número de 10.000, me buscavam e se oferecia um milhão de dólares pela minha pessoa, vivo ou morto. Como não puderam matar-me ontem, trazem-me hoje aqui para que o senhor lhes faça o favor de matar-me em vida.

Para que seja uma mão alheia e justa a que aperte o gatilho: bendito e louvado seja Deus!

Diz-se que quem não aprende as lições da História está condenado a repeti-la. Mas o mal é que ninguém quer aprender as lições da História; e eu fui um deles. (Mea culpa). Por milhares de anos as nações poderosas têm criado provocações para gerar guerras ou perseguir líderes que são obstáculos aos seus propósitos. Eu me esqueci disto e caí na provocação do fustigamento norte-americano em meu próprio território. E uma vez que se cai na provocação, vem o frenesi noticioso em nome da justiça norte-americana.

É como se os senhores americanos clamassem por justiça, depois de terem ouvido o conto dos navios de guerra atacados no golfo de Tonquim.

E assim como os senhores americanos clamaram por justiça con-

tra a Espanha, quando foi afundado seu navio de guerra *Maine* na baía de Havana.

E assim os senhores americanos clamaram por justiça mais recentemente, após terem ouvido o conto dos soldados iraquianos assassinando criaturas no Kuwait. Somente depois de todos estes acontecimentos, se deram conta da manipulação dos fatos pelos seus líderes, com o propósito de atingir metas políticas.

E no Panamá foi igual, não houve, antes da invasão, perigo para o Canal ou para seus cidadãos americanos.

Juiz Hoeveler, o Panamá não foi invadido porque o seu Canal estivesse ameaçado. O Canal não foi invadido porque a vida dos cidadãos americanos estiveste em perigo. O Panamá foi invadido porque eu era um *obstáculo e prejudicava* as lembranças históricas de seu presidente, George Bush, que me preferia morto!

O propósito verdadeiro deste processo não é sentenciar-me, mas legitimar o poder deste governo, para usar qualquer medida com o propósito de atingir metas políticas, embora inclua a morte de pessoas inocentes.

Infelizmente, o senhor foi usado por seu governo. Ao se negar a aceitar o questionamento dos fatos políticos de seu governo, o tornam um aliado desta política.

O senhor aceitou os argumentos de seu governo, de que sua guerra no Panamá era necessária para proteger vidas americanas. O senhor aceitou este argumento porque não pode conceber o ato de que seu exército tiveste causado mortes de pessoas inocentes simplesmente para me desacreditar e por razões políticas deste governo.

Mas, senhor juiz, é o mesmo padrão de conduta de alguns governos de seu país quando queriam ficar com algum território estrangeiro que lhe interessasse. Este foi o mesmo padrão de conduta utilizado em 1903 para ficar com o Panamá: no início, provocaram uma guerra civil de liberais e conservadores, chamada a "guerra dos 1000 dias"; em segundo lugar, impuseram um governo servil aos seus interesses; em terceiro lugar, fuzilaram o líder indígena Victoriano Lorenzo.

Hoje, em 1989, aconteceu o mesmo: primeiro, durante 1000 dias, provocaram com fustigamentos (desde 1986) no território nacional, culminando com uma invasão; em segundo lugar, impuseram um governo servil à sua imagem e semelhança e lhe deram posse em uma barraca de base militar estadunidense; e terceiro, eliminaram um líder e uma causa.

Mas o senhor, aqui, durante seis meses, ouviu falar do Panamá. O senhor não conhece o Panamá! Mas a forma como os promotores falaram dele e de suas autoridades era com a mesma imposição e exigência como

se fala dos deveres de uma colônia americana como Guam ou as Ilhas Virgens.

Sabe o senhor juiz que o Panamá existia como agrupamento indígena descoberto por Rodrigo de Bastidas em 1513 e foi tocado em sua costa por Colombo em sua quarta viagem? O Panamá tem um perfil histórico próprio, tem um antecedente militar; aqui se fez ver como eu havia formado um exército ou uma tropa armada pela primeira vez; mesmo assim, o exército do istmo do Panamá batalhou na luta da independência da Espanha junto a Bolívar e o marechal Sucre, nas batalhas de Junín e Ayacucho. Quer dizer, o Panamá não é uma colônia dos Estados Unidos; nunca foi e nunca será uma estrela na bandeira dos Estados Unidos e seus funcionários não podem reger-se por ordens de seus amos, os chefes de uma colônia.

A importância de mencionar o anterior tem o propósito de que o senhor juiz veja a impressão com que este corpo de jurados foi levado a crer que a violação às leis americanas e a minha suposta culpabilidade se deveriam ao fato de ter cumprido com as autoridades americanas o que elas exigiam.

O corpo de jurados não pôde saber cabalmente que o Panamá tinha suas leis próprias, seu sistema de vida, sua própria cultura, seus costumes, sua história e seus próprios interesses políticos e econômicos.

O Panamá entra na esfera dos interesses dos Estados Unidos por sua situação geográfica de ser a rota mais curta para ir do Atlântico ao Pacífico e pela construção do Canal. O tratado de 1903 foi imposto e não assinado por qualquer panamenho, mas por um francês imposto e subornado.

Toda esta história culmina com o tratado Torrijos-Carter, que foi encabeçado pelo general Omar Torrijos, com muitos civis e muitos militares por assessores. Não foi o general Torrijos somente, que conseguiu este avanço.

E o general Torrijos, para poder atingir este grande final, passou antes por ameaças de *processo* sobre drogas, ele e seu ministro de Relações Exteriores. Eu fui ao gabinete do senhor Bessinger em Washington e debatemos estes fatos. Ao final, o irmão de Torrijos foi levado a julgamento por um grande júri em Nova York, sendo, anos depois, inocentado das acusações.

No entanto, Bessinger, ex-administrador da DEA, com cinismo, mentiu aos jurados e nunca falou destas conversas nem de outras, relacionadas ao propósito das acusações de Washington.

Depois, em circunstâncias "misteriosas", morre o general Torrijos em um acidente aéreo, interno no Panamá. O irmão de Torrijos, Moisés, em uma investigação, determina que o governo Reagan-Bush, com

uma força-tarefa do Comando Sul, causou a explosão de seu avião. Este relatório foi entregue a uma agência de informações dos Estados Unidos.

Após a morte de Torrijos, dois comandantes chefiaram a Guarda Nacional. Eu assumo o comando dentro da linha ou cadeia de comando estabelecida pelos regulamentos panamenhos.

As Forças de Defesa são criadas com base nos fundamentos e exigências dos tratados Torrijos-Carter para a substituição de turno das forças militares, no ano de 1999.

A organização das Forças de Defesas foi exposta no Comando Conjunto dos Estados Unidos, em Washington, e recebeu as aprovações correspondentes porque era a resposta devida às exigências do novo tratado.

Mesmo assim, aqui se falou das Forças de Defesa como algo estranho, mas sua organização era profissionalmente uma contrapartida à brigada militar americana, acantonada na zona do Canal.

Está claro que as Forças de Defesa cobriam outras necessidades internas do governo panamenho, que era uma potência soberana desta nação.

Mas sucede que, ao assumir o comando, o governo Reagan-Bush confundiu minha amizade e coordenação profissional por submissão, dependência e servilismo e, quando ia contra os interesses de minha Pátria, não aceitei. Por exemplo, queriam continuar na base militar de Fort Gullick com a Escola das Américas e eu lhes exigi a devolução da mesma, em cumprimento aos tratados Torrijos-Carter. Esta determinação minha, e outras, lhes fez ver em mim um perigo para os seus planos e intenções.

Um caso político

E assim se desenrola o caso contra o general Noriega.

Sim, o caso, Sua Senhoria, contra o general Manuel Antonio Noriega é inteira e totalmente político, tal como o senhor manifestou no primeiro dia quando o conheceu, quando disse que estava eivado de "conotações políticas"

Sim, senhor juiz, há um forte cheiro político que se sente no desenvolvimento deste caso. A muralha chinesa do governo, os CIPA, as conferências e consultas permanentes com Washington. Essas são conotações políticas antes, durante e depois. Diga-me o senhor, Sua Senhoria.

As alegações escritas destes dois governos, apresentadas a um

grande júri por meio de José Blandón. O senhor se lembra deste nome e de outros que culminaram com acusações de 1988, causadores de toda a infâmia publicitária e as honras de uma invasão satânica pelos quais estou no ventre do Leviatã?

Como se pode justificar, Sua Senhoria, a este povo, as mentiras das acusações do documento inicial e dos testemunhos onde não coincidiam, continuam não coincidindo a essência das acusações, as mentiras e contradições dos declarantes? E o senhor sabe, sim, senhor juiz, dentro de sua dúvida razoável, que a teoria do processo é contraditória em si mesma, nos fatos ocorridos e em seus personagens.

Por exemplo:

1. Onde aparece o mil vezes mencionado Julián Melo Borbua no processo?

2. Onde aparecem os famosos irmãos Méndez no processo do grande júri?

3. Por que o governo, tendo sob sua proteção Blandón e Olarte, não os trouxe para sentar-se naquele banquinho?

A resposta, Sua Senhoria, é óbvia. São duas teorias totalmente opostas. Porisso, eu, acreditando que os jurados iam examinar os documentos, como me garantiram meus advogados, pedi que o *processo* original ficasse sem modificação, para que os membros do corpo de jurados extraíssem suas conclusões destas contradições. Não acredita o senhor que isto, sim, é uma dúvida razoável?

Por que o governo prendeu ou ameaçou Blandón para não testemunhar neste caso, após ter sido o líder da acusação ante o grande júri, o Congresso e as cadeias de televisão, e o obrigou a acolher-se sob a Quinta Emenda desta Constituição? Não acredita o senhor que aqui, também, existam "conotações políticas"?

E pergunto, que motivo podem dar aos cidadãos deste país acerca das gravações de minhas conversas privadas e de advogado-cliente, tornadas públicas com o argumento de que buscavam evidências...? Ah! Isto é, não tinham uma só!

1. Que justificação pode ter este país para causar a morte de mil pessoas com o objetivo de capturar apenas um homem?

2. Quando, na história dos países civilizados da América, se invade um país com seqüelas de destruição e morte para derrubar e prender um líder estrangeiro no exercício de seu mandato?

3. Que explicação pode dar este governo a seu povo para justificar uma invasão armada no ano de 1989, a fim de sancionar supostos atos ilícitos cometidos em 1984 contra este país?

4. Que explicação existe em não aplicar a lei neste período de cinco anos (1984-1989) e, mesmo assim, manter uma estreita, direta e atestada relação por documentos com o autor suposto dos delitos de 1984?

5. Que justificação pode dar o governo a seus cidadãos por um gasto de mais de 250 milhões de dólares para materializar uma prisão?

6. Como pode explicar este governo a seu povo a conduta do povo panamenho à visita de seu líder e presidente, George Bush, depois de tê-lo libertado de um "ditador monstruoso" em uma demagógica "causa justa"?

7. Que justificação pode dar o governo atual aos cidadãos conscientes? E eu me permito citar o caso de uma menina inteligente e receptiva, de um povoado em Montana, chamada Sarah York, que decide ir além do que escuta e não compreende. Resolve escrever-me e ouvir-me. Viaja ao Panamá e vive em pessoa o sentimento de nosso país. E, ao regressar, escreve ao seu presidente, assim: "Fui ao Panamá movida pela impressão de uma monstruosa propaganda e me dei conta que ele não era o monstro que nos queriam fazer crer". E nunca lhe responderam de Casa Branca.

E então, senhor juiz, como este governo pode justificar à geração do ano 2000, como Sarah York, os pagamentos imorais de dinheiro, promessas de reduções de sentença e demais privilégios dados a notórios criminosos procurados nas prisões deste país e outros para testemunhar contra mim?

9. Como se explica que das 250.000 fotos tomadas na invasão não exista uma só de minha pessoa com os cabeças do cartel, nas supostas reuniões de que tanto se falou nesta sala? Mas, no entanto, existem fotos, sim, como estas, de minha pessoa com o presidente dos Estados Unidos. Por que esta não foi vista pelos jurados? Por que não se explicou seu teor e propósito?

10. Que nome se pode dar à ação de exigir e reclamar os direitos outorgados pela Convenção de Genebra a seus soldados como prisioneiros de guerra no Vietnã e no Golfo Pérsico, mas ignoram, a outros como eu, estes mesmos privilégios e direitos?

Estes atos, senhor juiz, são os que criam precedentes para que países com opiniões diferentes das dos Estados Unidos, como Cuba, Iraque, Líbia, África do Sul, Israel e outros tenham suas interpretações jurídicas opostas, com suas próprias justificações.

A maquinaria propagadística milionária utilizada contra mim pelo governo Reagan-Bush, durante cerca de quatro anos, não permitiu que qualquer dos cidadãos deste país escapasse de suas garras. Assim

sendo, não podia existir um corpo de jurados imparcial que não tivesse imagens preconcebidas sobre este julgamento. E a prova disto é a expressão de um de seus membros, quando este julgamento ia rumo a um impasse, declarando-se um *dead lock* por parte dos senhores do corpo de jurados, em 8 de abril de 1992, o dia anterior ao veredito deste julgamento político, a manifestar que "George Bush estava esperando este veredito". E finalmente, George Bush, o presidente deste país, os felicitou com um civismo imperial.

"Eu era o obstáculo"

Mas darei mais razões quanto à minha perseguição política:

Digo ao senhor e ao mundo que *eu era o obstáculo* para se obter bases militares no Canal em caráter perpétuo. *Eu era o obstáculo* para descumprir e desarticular os tratados de 1977.

Durante todos os momentos, fui um zeloso vigilante do cumprimento das cláusulas, ao pé da letra, como quem reza um salmo bíblico, porque isto era o tratado de 1977 para o Panamá: *uma religião!*

Senhor juiz, permita-me aprofundar este conceito, que é necessário para que se conheça que o Tratado Torrijos-Carter representa, para o Panamá, o certificado de nascimento de uma nação que nasceu por cesariana, em 1903. O governo Carter, de maneira visionária, conseguiu fazer entrar em vigência o tratado do canal com uma concepção filosófica justa que se resume assim, nas palavras do presidente Carter: "...mas os tratados fazem mais que apenas isto... eles representam o compromisso dos Estados Unidos para com a crença de que *a justiça, e não a força, deve ser a base da nossa conduta com todas as nações do mundo"*. E é porisso que, quando Carter visitou o Panamá, foi recebido com carinho e não com bombas lacrimogêneas e protestos; ele percorreu 10 quilômetros em seu carro aberto e dando as mãos ao povo panamenho. E falou a 300.000 pessoas, na praça maior da cidade. Estas são reações amistosas de povos para com mandatários de alta hierarquia como Jimmy Carter. Mesmo assim, há um mês, o atual mandatário, George Bush, com uma escolta militar ostentosamente armada e uma praça pequena, de capacidade para 5.000 pessoas, não pôde dirigir-se ao público e teve de ser evacuado sob guarda armada e foi tratado como genocida pelos parentes dos mortos na invasão do Panamá que ele dirigiu.

E o povo panamenho encara estes dois últimos governos "Reagan-Bush" como os signatários do certificado de morte de uma nação livre

e soberana, como deve ser o Panamá, e por isto o general Manuel Antonio Noriega constituía um obstáculos aos seus propósitos desmedidos de ficarem com o Canal e seu território e de perpetuar as suas bases militares com os deveres de uma colônia americana.

Mas ali não terminam a prepotência e a soberba, senhor juiz; já não apenas queriam desarticular as cláusulas do tratado e que eu fosse submisso às suas ordens, como queriam impor sua influência e seu poder a outros países independentes da área, como Nicarágua, Honduras, Argentina, Chile, Peru, Colômbia e Cuba.

E, no caso taxativo da Nicarágua, a exigência insultante do almirante Poindexter, processada como mentiroso no escândalo Irã-contras, e que agora começa a chegar a seu nível verdadeiro de responsabilidade, foi a de estabelecer uma ponta-de-lança com as tropas panamenhas, dentro do território nicaragüense, a fim de justificar a intervenção armada dos Estados Unidos.

Ao tomar conhecimento por parte deste e de outros emissários de alto nível deste governo quanto à verdadeira razão de sua imagem protetora, ali naquele momento eu lhes disse não! não!, sem permitir que fizessem causar danos às minhas tropas e aos meus vizinhos. Disse não! ao preconceito contra o povo nicaragüense. Disse não! à intervenção de um povo em suas mais íntimas decisões e lutas, disse redondamente não e não.

E este não! é um dos motivos pelos quais me vejo diante de sua pessoa; por não permitir que eles atingissem a sua meta política. Naquele dia 12 de dezembro de 1986, ouvi de seus lábios a ameaça que jamais pude imaginar se cumprisse em países civilizados; hoje sofro as conseqüências. Naquela época, não havia processo. Naquela época, eu era seu aliado.

Sim, Sua Senhoria, essas são "conotações políticas", as que o senhor opinou, que nunca se permitiu desenvolver como parte de minha defesa contra estas acusações falsas que me impuseram, depois das ameaças de Poindexter.

O que não foi dito

Senhor juiz, aqui não me foi permitido apresentar como argumentos de defesa os documentos que existem nos arquivos classificados dos Estados Unidos, tais como:

a) Desde 1974, relatórios de operações contra as drogas;

b) Solicitação de documentos panamenhos para operações encobertas;

c) Tudo quanto se relaciona com o xá do Irã, os interesses dos Estados Unidos, os reféns do Irã, desde os tempos do Xá quando se abrem as contas no BCCI;

d) Quando os Estados Unidos queriam eliminar o xá no Panamá com médicos panamenhos, para obter os reféns americanos, tudo isto planejado por ordens do poder silencioso;

e) O famoso e mil vezes mencionado Cesar Rodríguez C. desde 1980 trabalhava com as agências de informações no negócio de armas para a América Central, recrutado pelos americanos;

f) Floyd Carlton trabalhou com o agente Sedillo, da DEA, como informante, desde 1979 e recebeu dinheiro e depois levou armas aos "contras", em troca de drogas;

g) Todos os pilotos recrutados por César Rodríguez estavam a serviço das agências da lei americana. O governo o sabia e o ocultou;

h) Armas da Costa Rica, primeiro para os sandinistas, depois para os "contras". E com os "contras", deixavam que esses pilotos trouxessem droga da Costa Rica aos Estados Unidos. Na Costa Rica, tinham sua base de operação controlada por John Hall, Fernández e outros;

i) A morte do ex-sandinista doutor Spadafora, panamenho, depois de visitar a CIA em Washington e entrevistar-se na Costa Rica com John Hall, em sua propriedade;

j) Os acordos e conversações da viagem a Washington, em maio e junho de 1983, que eliminam datas da tão mencionada visita a Medellín;

k) o vídeo-cassete entregue em junho de 1983, em Washington, sobre mercenários e narcotráfico;

l) Viagem a Washington, em 1984, onde os Estados Unidos escolhem e apóiam Barletta como candidato contra Arnulfo Arias;

m) Acesso e controle do aeroporto Omar Torrijos H. pelas autoridades americanas;

n) Relatórios das agências de informações,, dizendo taxativamente não terem provas de narcotráfico contra o general Noriega;

o) Nenhuma menção do TELTAP e sua fonte de informações, ponto básico para nossa defesa, e cujas fitas, gravações e transcrições foram recolhidas pelo grupo militar 400, de informações do Comando Sul;

p) Por que não foi permitido ampliar-se sobre Granada;

q) Por que não se deixou falar sobre Casey, ex-diretor da CIA, as reuniões em minha residência de Altos do Golf em Washington e em Fuerte Amador e em outros lugares clandestinos;

r) Porque, se Manuel Antonio Noriega é um delinqüente, as car-

tas assinadas em timbre oficial dos Estados Unidos, por funcionários da DEA, em cargo de administradores ou em cargo de diplomatas no Panamá, vão desde 1977 até 1988, 11 anos de cartas e documentos: antes, durante e depois das acusações. E aqui o senhor viu, senhor juiz, com que desfaçatez homens de posições respeitáveis, como Lawn, Bessinger e outros mentiram, dizendo que assinavam as cartas por diplomacia. Esta atitude é um insulto aos governos da América Latina e uma advertência de que os documentos que os funcionários norte-americanos assinam *não refletem palavras de honra.* Eu sei que ao senhor juiz incomodou, como americano, esta repetida expressão de "...bom, eu assinei esta carta com o chapéu de diplomata";

s) Da misteriosa viagem a Cuba não se permitiu dizer que incluía a solicitação de visita de um alto emissário do governo Reagan-Bush. E após minha visita, foi a Cuba para abrir um canal de conversação. Mas isto não convém ao governo que seja divulgado, porque os cubanos no exílio o criticariam. E aqui não se permitiu dizer o nome do alto funcionário enviado por Reagan-Bush e recebido por Castro após minha intervenção;

t) Aqui, estes promotores insultaram o prestígio de um líder colombiano, o doutor López Michelsen, exibiram-no como um narcotraficante; mas, quando ele veio a Miami para declarar, depreciaram a citação que lhe haviam feito, por quê?;

u) De forma igual sobre a mentira da visita a Medellín, se tiveste sido certa, o serviço de informações colombiano teria tido detalhes ou constância dela;

v) O mesmo Blandón disse ao governo por que motivo isto não podia ter a visita a Medellín;

w) Eles, os promotores, tiveram Melo três vezes aqui, na *Embassy Suites* de Miami, e por que não o fizeram sentar no banquinho? Porque a versão de Melo me livrava. Melo, nunca mencionado no famoso processo de 1988, mas foi a estrela deste julgamento.

E falando do processo, Sua Senhoria, eu esclareço que certas incoerências podem servir ao senhor, como prova da "conotação" convertida em uma perseguição política. Isto é, como este *processo* é a arma destes dois governos para usar os tribunais de justiça dos Estados Unidos e assim atingir as metas políticas em sua esfera internacional, como o dizem seus próprios representantes na Câmara de Representantes do Estados Unidos.

Queriam comprar meu país

Sabia o senhor, Sua Senhoria, que, desde o início de maio de 1988 até outubro de 1989, estes dois governos estavam dispostos a assinar o levantamento ou cancelamento de todas as acusações criminais contra mim, em troca de eu lhes entregar o país para eles imporem seu governo, as cortes de justiça e seu administrador do Canal do Panamá?

A pergunta é: por que aos verdadeiros narcotraficantes não ofereceram isto? A resposta é muito simples:

Eles, além de serem criminosos, não eram panamenhos e não podiam oferecer-lhes, em troca, qualquer de seus interesses; eles não podiam oferecer um território para bases militares, nem podiam oferecer um canal para além do ano 2000.

Sob esta lógica, e mais além da famosa *dúvida razoável*, quer dizer que qualquer líder ou mandatário que não cumpra com os caprichos do *Establishment* pode se ver convertido em um delinqüente, se atuar contra os interesses criados.

Pode-se ver chantageado, com o desprestígio, o cárcere ou o expulsão. E mais que isto, pode chegar a ser privado até do direito de existir.

E esta é a razão pela qual me queriam morto. Porisso, em pleno século 20, a um passo do terceiro milênio, o presidente da nação mais poderosa do mundo inchou o peito ao pôr preço por minha cabeça. Ofereceu um milhão de dólares pela minha captura!

E os direitos do homem, onde estão?

Os acordos que retiravam as acusações e que o presidente Reagan esperou para que eu os assinasse, antes de viajar à Rússia, são a mais clara explicação da "conotação política".

Eu leio do "Texto do documento que contém, em princípio, o acordo que foi recusado pelo general Noriega", em 25 de maio de 1988:

Pelo senhor Redman:

"O subsecretário (Michael) Armacost continuará declarando publicamente e também se encontra aqui o subsecretário de Estado (Elliot) Abrams, de modo que eles podem responder a outras perguntas".

Pelo subsecretário Armacost: "Creio que o secretário fez um esquema dos objetivos e do estado dos mesmos. Creio que os senhores estariam interessados em conhecer um pouco mais de detalhes do que foi transcendido".

Os que foram tratados de forma muito detalhada envolviam o desenvolvimento dos acontecimentos. E nos elementos dos mesmos,

suspensão das sanções da IEEPA, de nossa parte, se contava que o general Noriega faria um discurso no qual apresentaria uma série de declarações, entre elas o anúncio de sua intenção de abandonar o posto de comandante das Forças de Defesa do Panamá a 12 de agosto, e um apelo à Assembléia Legislativa para que aprovasse imediatamente uma legislação confinando os mandatos de qualquer comandante das Forças de Defesa a cinco anos, com caráter retroativo a 12 de agosto de 1983. Em resumo, seu mandato deveria culminar no 12 de agosto como resultado de uma modificação na lei.

Pretendia-se que nós, em resposta a uma moção apresentada pelos advogados de Noriega, de desprezar as acusações contra ele — acederíamos em uma moção de continuá-la até o 12 de agosto e *aceder à eliminação das acusações* pela necessidade de julgamento, caso ele levasse a cabo suas obrigações de abandonar as Forças de Defesa do Panamá a 12 de agosto.

Pergunta: que havia sobre o seu regresso? O senhor não mencionou coisa alguma sobre quanto tempo eu teria de permanecer fora do Panamá.

Subsecretário Armacost: pensava-se que estaria de viagem. Contava-se que liquidasse um pequeno negócio pessoal durante o período imediatamente seguinte à sua retirada, mas que, em setembro, viajaria para fora do país, até o período de eleições em maio de 1989, excetuando uma pequena visita à sua família, na época do Natal.

Leio também, das "declarações do secretário de Estado dos Estados Unidos, George Schultz, ao fracassarem as negociações com o líder panamenho Manuel Antonio Noriega. 25 de maio de 1988":

Chamamos de volta o negociador dos Estados Unidos, Michael Kozak. No momento final das negociações, Noriega não aceitou prosseguir com o arranjo que seu representantes tinham negociado. Não se antecipam negociações futuras. Todas as propostas consideradas durante estas negociações foram retiradas. Não há oferta alguma sobre a mesa de negociações.

Pergunta: Têm algo a ver as pressões políticas internas, aqui, com sua decisão de retirar a proposta?

Resposta: Não, nada a ver. Temos uma proposta sumamente sólida, apesar de que muitos a criticaram. Eu me dei conta disto à medida que a gente aprendeu a apoiá-la e a compreendê-la um pouco mais. O apoio aumentou consideravelmente, como algo muito importante. Está sumamente claro que Noriega e sua gente, entre os militares próximos a ele, viram, sem lugar a qualquer dúvida, o que pretendia a nossa

proposta: tirá-lo do Panamá ou tirá-lo do poder. Este é o objetivo e, está claro, criar uma abertura política de modo que as forças da democracia e da liberdade pudessem entrar nesta abertura e encarregar-se dela, e nós continuaremos lutando para consegui-lo e continuaremos junto ao povo panamenho com este propósito.

Se este povo pudeste ter conhecido esta proposta! Se o mundo houveste lido este documento! Sentiriam a repugnância que eu vivi neste momento. Eu não me arrependo de ter desprezado esta miséria humana e de estar sofrendo na carne própria suas conseqüências, porque não levo em minha consciência o peso de ter vendido meu país, que se chama Panamá, por propostas materialistas.

E se este é o preço que estou pagando em troca de minha liberdade, dignidade e minha lealdade à Pátria que me viu nascer, bem baixo é este preço!

Manipulação e guerra psicológica

Estes dois governos dirigiram a sua política com a espada e não com a pena, como demonstrou o seu presidente atual por seu desprezo imperial às leis internacionais, com o uso transbordante e descontrolado de sua força poderosa, como se o presidente George Herbert Walker Bush fosse o "dono da eternidade". E assim, dentro de sua filosofia de reação, ignora os estatutos institucionais das Nações Unidas, da OEA, de Genebra e da Corte Internacional de Haia.

E eu digo hoje, aqui e agora, que ser a polícia do mundo é uma profissão altamente custosa, não apenas em prestígio, mas também em economia. Por exemplo, por estes 200 ou 300 milhões de dólares que custou a invasão ao Panamá, quantos problemas internos deste país, dos desalojados, desempregados, famílias sem casa, em Los Angeles, em Nova York, em Miami, teriam sido solucionados? Tal como disse a oradora dos graduados do Welsley College recentemente:

"Não temos necessidade de que nos falem de um mundo idealizado que nunca foi tão virtuoso e despreocupado como alguns querem pensar. Necessitamos de compreensão, de uma mão que nos ajude a resolver nossos problemas".

"A ameaça de nossos inimigos da Guerra Fria foi substituída por nosso próprio império-indiferente, nacional, que tolera famílias separadas, filhos sem pais, escolas com problemas, uma pobreza crescen-

te, racismo e violência cada vez maiores".

"Este governo politizou os problemas locais e não prestou atenção com antecipação".

Sim, senhor juiz, este governo não prestou atenção anteriormente porque andava de ronda, inspecionando as "veias abertas da América Latina", dirigindo a política interna da Nicarágua, Honduras, Panamá, Peru, Brasil, Cuba, México, Argentina, e era de indiferente a insensível ao crime, à corrupção e à violência em suas próprias ruas, com seqüelas de enfermidades sociais como a AIDS. Mas asseguro que estes dois governos justificarão as suas ações com o perito e refinado emprego da propaganda: superando nisto, ou seja, em sua propaganda estatal ou guerra psicológica, o *Goebbels* dos tempos da Alemanha nazista de Hitler.

Com este mesmo uso, abuso e poder, utilizaram o quinto capítulo do *Manual militar* sobre a propaganda cinzenta de criar, primeiro, um demônio e depois queimá-lo na fogueira.

E assim distorceram a imagem da República do Panamá e, com ela, os seus dirigentes civis e militares.

As manchetes demonizando o general Noriega foram preparadas a fim de preparar psicologicamente a população para a necessidade de mandar soldados norte-americanos a matar e serem mortos. Mas observadores cautelosos da política estrangeira dos Estados Unidos sabem que o apoio a governos ditatoriais e corruptos de outros países, na América Central, indica que devem haver outros motivos para explicar a decisão, do governo de Bush, de iniciar a guerra.

Amplas evidências revelam que o governo dos Estados Unidos e o Pentágono planejavam derrubar o governo panamenho e substituí-lo por um regime subserviente, servil, que renegociasse as cláusulas-chaves do tratado de 1977 do Canal do Panamá. As bases militares especiais, Isla Galeta.

Enquanto criavam descontentamentos sociais por meio do estrangulamento econômico, o Pentágono aumentou a sua pressão psicológica, aumentando as provocações militares.

Isto incluía tropas dos Estados Unidos fechando estradas, registrando cidadãos panamenhos, enfrentando membros das Forças de Defesa do Panamá, ocupando povoados pequenos do interior por numerosas horas, voando sobre o território panamenho com equipamento bélico sem permissão e cercando edifícios públicos com suas tropas.

Em 3 de outubro de 1989, um *coup d'état* com pleno apoio deste governo, por parte do Comando Sul, fracassou em sua intenção de me

assassinar. Que reação teria o povo americano se um líder de um país estrangeiro, mal aconselhado, houveste tentado um ato semelhante contra o presidente americano?

Além disto, durante as eleições presidenciais no Panamá, o Departamento de Estado dos Estados Unidos gastou 10 milhões de dólares, dinheiro deste povo, para financiar os candidatos de oposição. Isto é equivalente a este governo gastar um bilhão de dólares em suas eleições. Para que possa comparar, esta cifra seria equivalente a cinco vezes os gastos de Michael Dukakis e George Bush, juntos, nas últimas eleições.

Que reação teria o povo americano se um líder, Kadafi ou Hussein, tentasse um ato semelhante nos Estados Unidos? Finalmente, a hipocrisia chegou ao seu nível mais alto quando o governo de Bush justificou inicialmente a invasão, dizendo que eu havia declarado guerra aos Estados Unidos. Bendito seja Deus!

De fato, nunca, nem a Assembléia Nacional do Panamá, nem eu, declaramos guerra aos Estados Unidos.

Isto não é surpresa para pessoa alguma, pois quem pode imaginar que um país como o Panamá, que contava com seis mil homens em dois batalhões de combate, se confrontasse com o país mais poderoso do mundo, com 16.000 soldados de combate acantonados em seu próprio território? O que a Assembléia Nacional do Panamá fez, em 15 de dezembro de 1989, foi aprovar uma resolução, baseada no fracassado atentado de 3 de outubro de 1989, apoiado pelos Estados Unidos, dizendo que existia uma condição semelhante a um estado de guerra.

E Sua Senhoria, por conseqüências de tudo que acabo de expor e pela perseguição infame e injusta de minha família, como:

1. As ações de fato e não de direito que se tomam contra propriedades nossas, obtidas antes e fora das acusações incluídas neste rol.

2. Minhas propriedades, herança de meu falecido irmão morto e outras contas bancárias.

3. Todos os bens retidos por ordem dos Estados Unidos aos funcionários panamenhos, que atentam contra quatro mulheres indefesas, que não têm porque pagar circunstâncias ou perseguições contra o chefe da família. Nunca, na história do Panamá, se perseguiram as famílias pela posição política do chefe da família. Este é um mau antecedente para todos, especialmente para os que o iniciaram.

Por que, se o Panamá é uma democracia imposta pela invasão dos Estados Unidos, não permitem regressar à sua pátria estas mulheres da minha família? Por que este governo ordena ao governo instalado pela invasão do Panamá que persiga a minha família no exílio e a

meus parentes e amigos, sem delitos no Panamá?

A resposta, senhor juiz, é porque este governo não apenas mente a este povo, como o atraiçoa.

Eu acuso Bush

De minha parte, eu acuso George Herbert Walker Bush de:

1. Exercer seu poder e autoridade para influenciar e subverter o sistema judiciário americano, a fim de condenar-me.

2. De genocídio, por ter dado a ordem de bombardeio maciço contra a população civil do Panamá, causando a morte de mais de 5.000 habitantes.

3. De experimentar em povoações civis a tecnologia bélica de seu exército invasor, com o uso dos "caças invisíveis", "bombas de bilha" com "flechettes" e lança-chamas especiais para a destruição de cadáveres.

4. Eu o acuso de destruir as casas de 10.000 famílias em El Chorrillo e não honrar as promessas de indenização.

5. De empobrecer o povo panamenho com mentiras de ajuda econômica que, sabem, não serão cumpridas.

6. De não pagar os danos causados pela ação de guerra de suas tropas nos locais comerciais da cidade do Panamá.

7. Eu o acuso de planejar a destruição da soberania do Panamá e as Forças de Defesa do Panamá, para, assim, manter as bases militares após o ano 2000 e não devolver o Canal do Panamá aos seus justos donos.

8. De criar crise para os governos da América Latina que não estejam alinhados com sua política da "Nova Ordem".

9. De sabotar o acordo tripartite com o Japão para a construção de um novo Canal de Panamá.

10. De ser responsável pelo apoio encoberto, militar e econômico, dos "contras" na Nicarágua.

11. De ser o autor intelectual e conspirador da sabotagem que iniciou, a 31 de outubro de 1976, sobre as instalações civis americanas da zona do Canal do Panamá.

Por tudo isto e mais, ele é culpado. E eu, aqui, o denuncio perante o povo americano e o mundo.

Estou bem de saúde. Se alguma coisa me suceder, doença estranha ou acidente, enquanto estiver em território americano, torno res-

ponsável o senhor George Herbert Walker Bush e coloco de testemunha o povo americano e o mundo.

Aos panamenhos, lembrem-se: não haverá Canal Panamenho no ano 2000; não haverá exército nem Forças Armadas patrióticas e nacionalistas, mas haverá, sim, uma ostentosa e insultante presença estrangeira com tropas e bases de guerra dos Estados Unidos.

Mesmo assim, lembrem-se: não existe invasão armada que mate uma idéia. Mesmo assim, não existe sentença que faça calar o grito de libertação do Panamá por um só território, uma só bandeira e sem tropas estrangeiras.

Mesmo assim, panamenhos, os impérios como o de Babilônia e o romano caem, como o Muro de Berlim. E só Deus é dono da eternidade.

Agradeço aos promotores a solicitação da pena, de dezenas, de perpetuidade, de fuzilamento. Porém, Deus é meu pastor e com Ele não temo.

Invoco, senhor juiz, a nova aliança de Jeremias: "Virão dias em que pactuarei com o povo de Israel uma nova aliança. Porei minha lei em seu interior, eu a escreverei em seus corações, eu serei seu Deus e eles serão meu povo. Tu julgarás a teu povo, mas eu te julgarei, a ti".

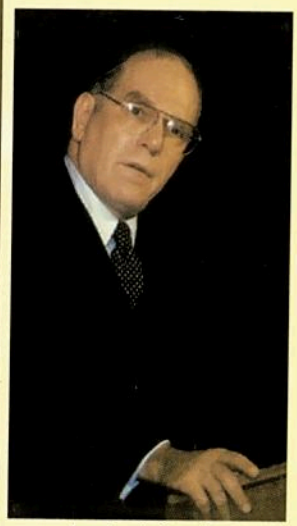
Senhor juiz Hooveler, eu disse a minha verdade resumida, fundamentada em fatos e não em sofismas. Sob a responsabilidade cristã de que Deus é o que conhece o coração dos homens e a Ele não se pode mentir.

Senhor juiz, eu me dirigi ao Cristo que mora em sua consciência de homem; sabendo que Deus escreve reto por caminhos tortos. Invoco para o senhor a inspiração do espírito de sabedoria e da justiça divina em sua decisão de ser humano.

Mesmo assim, dou graças a Deus por ter-me escolhido em meio a tantos panamenhos, para me encontrar aqui nesta dura prova, cumprindo a missão que Ele me impôs.

Mesmo assim, louvo a Deus por ter sido o senhor o juiz neste caso. Mesmo assim, louvo a Deus pelos insultos destes promotores. Mesmo assim, louvo a Deus por estas circunstâncias, sabendo que Ele é o único diretor das circunstâncias. Mesmo assim, louvo a Deus por ter preservado minha vida durante a guerra de invasão ao Panamá. Mesmo assim, louvo a Deus porque Ele cuida de minha família, errante pelo mundo e vivendo no exílio. Porque Ele é meu pastor. Estou em paz comigo mesmo. Com o tempo, a História manifestará as mentiras que foram ditas sobre mim, neste tribunal. E a história também gravará que, neste dia, eu disse a verdade.

Coronel Mohamed Alí Seineldín



Lyndon LaRouche

"Quando Lyndon LaRouche tem mais credibilidade na América Latina que o Pentágono, isto é preocupante". *Gabriel Marcella*, da Academia de Guerra do Exército dos EUA,
***Miami Herald*, 6 de dezembro de 1994**

"Os estudiosos dos assuntos latino-americanos que ignorarem este livro o farão por sua conta e risco...O livro está recrutando um séquito entre os militares da América Latina".
James Zackrison
***Joint Forces Quarterly*, Primavera de 1996**

Até mesmo alguns porta-vozes do Pentágono foram obrigados a reconhecer a grande influência d'*O complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América* entre os círculos militares do continente. Em sua resenha, James Zackrison chega ao extremo de admitir a veracidade das informações contidas no livro, mas nega a existência do complô.

Mas ele existe e seu objetivo não é apenas desmantelar as instituições militares da região, mas as próprias nações que elas estão encarregadas de defender. No contexto da "Nova Ordem Mundial" pretendida pela oligarquia anglo-americana, as nações ibero-americanas são consideradas meras satrapias, com "soberania limitada", submetidas à pilhagem de suas economias pelas políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional e pela banca usurária e a uma perversa política de despovoamento e "apartheid tecnológico" por parte das potências do Grupo dos Sete.

Os métodos empregados contra as Forças Armadas ibero-americanas envolvem campanhas hipócritas de presumida defesa dos direitos humanos, que, na verdade, apenas servem para respaldar a grupos narcoterroristas, como o Sendero Luminoso, o MRTA, as FARC e outros membros do chamado Foro de São Paulo. Ao mesmo tempo, o governo dos Estados Unidos exige a redução dos exércitos ibero-americanos e, em alguns casos, a sua virtual extinção.

O livro não apenas desmascara o complô, mas também demonstra como ele pode ser neutralizado, como conseguir uma verdadeira integração ibero-americana e como sobreviver sem o FMI.

A apresentação foi escrita pelo coronel Mohamed Alí Seineldín e a introdução por Lyndon LaRouche. O prefácio à edição brasileira é do general Tasso Villar de Aquino.